



# HISTÓRIA

**6ª Edição - 2017**



## Agradecimentos

Em primeiro lugar, meu agradecimento especial e minha consideração a dois professores extraordinários – aqueles que me levaram a gostar de ensinar com excelência – Dometildes Tinoco e Euzébio Cidade. (Olá, Mamãe e Papai!)

Um agradecimento sincero aos meus queridos alunos e a excelente e dedicada equipe de professores da Cadeira de História, liderada pelo Professor Djalma Augusto, profissional ímpar, e que reúne as qualidades de um verdadeiro líder. Coordena com esmero a cadeira de humanas do Curso Cidade, com seu trabalho de incomensurável valor pedagógico reconhecido pela Direção do Curso, pela equipe que coordena e pelos demais alunos que já se prepararam em nosso Curso. Agradeço também ao prestativo colaborador de todas as horas e inestimável amigo Prof. Sormany Fernandes, que procedeu a revisão dos conteúdos de História do Brasil e escreveu os conteúdos de História Geral para o corrente ano. Um agradecimento especial a Laura Maciel pela coordenação da equipe de TI que executou excelente trabalho de formatação e diagramação deste material.

Finalizando um agradecimento muito especial aos professores André Luiz e Felício Mourão, que com dedicação e competência auxiliaram na condução das aulas do curso, base necessária e fundamentais para um adestramento simples, rápido e eficaz para o concurso da EsPCEX.

Esperamos que você utilize esta obra, exercitando com atenção cada item apresentado e pesquisando na bibliografia àqueles que apresentaram maior grau de dificuldade. Traga para a aula as dúvidas das questões cuja resposta não esteja de acordo com seu conhecimento ou envie-as por e-mail para seu professor.

Aceite nossa companhia nesta viagem de treinamento Rumo à EsPCEX.

Bons Estudos!!

Luiz Cidade

Diretor

## Prezado aluno do Curso de História

O conhecimento, o entendimento e o perfeito domínio da História Geral e do Brasil, em suas diversas muitas vertentes, são ferramentas essenciais para o sucesso em qualquer concurso – especialmente no âmbito da carreira militar, com provas cada dia mais seletivas que abordam diversas particularidades e singularidades da história.

Tendo em vista, essencial e prioritariamente, o sucesso de seus alunos, o Curso Cidade, por intermédio de sua equipe da Cadeira de História, apresenta este material. Confeccionado a partir de um sólido embasamento teórico, calcado na Bibliografia do concurso. A presente apostila traz muitos exercícios gabaritados, com o intuito de fortalecer e solidificar a teoria aprendida em sala, trabalhada na apostila e praticada nos simulados semanais, cujo objetivo é ajudar a pensar com fluidez a nossa história, sem recorrer a estratégias mnemônicas ineficazes e ideias generalizadas, desprovidas de lógica.

Aproveite! O material é seu: faça um ótimo uso dele!

Temos certeza de que aquele que se dedicar com afinco à resolução das questões aqui apresentadas irá melhorar sobremaneira o seu desempenho nos exames vindouros. Nosso principal objetivo, com este material, é contribuir para melhorar o desempenho de todo candidato que, de fato, queira aprender.

Estamos aqui torcendo e trabalhando pelo seu sucesso!

Bom trabalho e bom estudo!

Equipe de História

## **E Q U I P E**

### **Diretor Geral**

Luiz Alberto Tinoco Cidade

### **Diretora Executiva**

Clara Marisa May

### **Diretor de Artes**

Fabiano Rangel Cidade

### **Coordenação Geral dos Cursos Preparatórios**

Profº Luiz Alberto Tinoco Cidade

### **Coordenação dos Cursos de Idiomas EAD**

Profº Dr. Daniel Soares Filho

### **Secretaria**

Evelin Drunoski Mache

### **Suporte**

Laura Maciel Cruz

Jefferson de Araújo

Geraldo Luís da Silva Júnior

### **Editoração Gráfica**

Edilva de Lima do Nascimento

### **Fonoaudióloga e Psicopedagoga**

Mariana Ramos – CRFa 12482-RJ/T-DF

### **Assessoria Jurídica**

Luiza May Schmitz – OAB/DF – 24.164

### **Assessoria de Línguas Estrangeiras**

Cleide Thieves (Poliglota-EEUU)

João Jorge Gonçalves (Poliglota-Europa)

## **Equipe de Professores**

### **Professores dos Idiomas**

Luiz Cidade – Espanhol

Maristella Mattos Silva – Espanhol (EAD)

Monike Cidade – Espanhol (EAD)

Genildo da Silva – Espanhol

Leonardo dos Santos – Espanhol

Diego Fernandes – Espanhol

Rita de Cássia de Deus Vindo - Inglês

Márcia Mattos da Silva – Francês (EAD)

Marcos Henrique – Francês

### **Professores dos Concursos**

Drº Adriano Andrade – Geografia do Brasil

Gibrailto Soares - Geografia do Brasil (EAD)

Drº Daniel Soares Filho – Espanhol (EAD)

Drª Simone Tostes – Inglês (EAD)

Edson Antonio S. Gomes – Administração de Empresas

Tomé de Souza – Administração de Empresas (EAD)

Sormany Fernandes – História do Brasil

Djalma Augusto – História do Brasil

André Luís Gonçalves – História

Felício Mourão Freire – História Geral (EAD)

Albert Iglésias – Língua Portuguesa e Literatura

Valber Freitas Santos – Gramática (EAD)

Alexandre Santos de Oliveira – Direito

Lúcio dos Santos Ferreira – Direito

Emerson Marques Lima – Direito

Ms Edson da Costa Rodrigues – Ciências Contábeis

Genilson Vaz Silva Sousa – Ciências Contábeis

Paulo Augusto Moreira – Ciências Contábeis

Anderson Silva de Aguiar – Ciências Contábeis

Jorge Basílio – Matemática Financeira

Ricardo Sant'Ana – Informática

Cláudio Lobo – Informática

Eliel Martins – Informática

Cintia Lobo César – Enfermagem

Elaine Moretto – Enfermagem (EAD)

Murilo Roballo – Matemática 1, 2 e 3

Drº Alexandre Naves de Brito – Física 1e Física 3

Drº Marcos Rafael Guassi – Física 2

João Gonçalves – Inglês

Jônatas Gonçalves – Química (Autor),

Drº Eduardo de Sousa Souto - Física (Autor), e

Jhonny Viana Borges - Geografia (Autor)

## Conteúdo

UNIDADE I.....	7
I. IDADE MÉDIA OCIDENTAL .....	7
1. ALTA IDADE MÉDIA.....	7
2. BAIXA IDADE MÉDIA.....	13
3. EXERCÍCIOS .....	16
II. IDADE MODERNA.....	20
1. O ABSOLUTISMO, OS ESTADOS NACIONAIS EUROPEUS E O MERCANTILISMO .....	20
2. EXPANSÃO MARÍTIMA E COMERCIAL EUROPEIA .....	28
3. RENASCIMENTO CULTURAL E A REFORMA PROTESTANTE .....	31
4. SISTEMAS COLONIAIS NA AMÉRICA: .....	37
5. EXERCÍCIOS .....	42
III. BRASIL COLÔNIA.....	49
1. ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	49
2. ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA .....	57
3. REBELIÕES COLONIAIS .....	78
4. MOVIMENTOS EMANCIPACIONISTAS .....	87
5. PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: PERÍODO JOANINO.....	90
6. EXERCÍCIOS .....	93
UNIDADE II .....	98
IV. IDADE CONTEMPORÂNEA .....	98
1. ILUMINISMO E DESPOTISMO ESCLARECIDO.....	98
2. REVOLUÇÃO GLORIOSA (INGLESA DO SÉCULO XVII) .....	105
3. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL .....	107
4. INDEPENDÊNCIA DOS EUA.....	109
5. REVOLUÇÃO FRANCESA .....	110
6. IMPÉRIO NAPOLEÔNICO .....	112
7. CONGRESSO DE VIENA E SANTA ALIANÇA.....	113
8. REVOLUÇÕES BURGUESAS DO SÉCULO XIX .....	114
9. UNIFICAÇÕES TARDIAS: ITÁLIA E ALEMANHA .....	116
10. EUA NO SÉCULO XIX.....	117
11. AMÉRICA NO SÉCULO XIX .....	119
12. IDEOLOGIAS SOCIAIS DO SÉCULO XIX: SOCIALISMO (UTÓPICO, CIENTÍFICO E CRISTÃO), SOCIALDEMOCRACIA E ANARQUISMO .....	122
13. EXERCÍCIOS .....	126
V. BRASIL IMPÉRIO .....	133
1. PRIMEIRO REINADO.....	133
2. PERÍODO REGENCIAL.....	137
3. SEGUNDO REINADO .....	146
4. EXERCÍCIOS.....	162
VI. IDADE CONTEMPORÂNEA .....	166
1. EVOLUCIONISMO, POSITIVISMO E IDEALISMO ROMÂNTICO .....	166
2. O IMPERIALISMO .....	168
3. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL .....	171

4. REVOLUÇÃO RUSSA.....	173
5. CRISE DE 1929.....	176
6. TOTALITARISMO DE DIREITA: NAZI-FASCISMO .....	177
7. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	179
9. EXERCÍCIOS.....	181
VII. BRASIL: REPÚBLICA VELHA .....	183
1. REPÚBLICA DA ESPADA.....	183
2. POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE NOS GOVERNOS DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA .....	188
3. EXERCÍCIOS.....	208
VIII. BRASIL: ERA VARGAS .....	210
1. GOVERNO PROVISÓRIO .....	210
2. GOVERNO CONSTITUCIONAL.....	213
3. ESTADO NOVO E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA .....	214
4. EXERCÍCIOS.....	220
UNIDADE III .....	222
IX. IDADE CONTEMPORÂNEA.....	222
1. BIPOLARIZAÇÃO E GUERRA FRIA.....	222
2. A DESCOLONIZAÇÃO .....	226
3. CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS INTERNACIONAIS .....	227
4. EXERCÍCIOS.....	237
X. REPÚBLICA POPULISTA E A DITADURA CIVIL-MILITAR.....	241
1. REPÚBLICA POPULISTA .....	241
2. DITADURA CIVIL-MILITAR.....	256
3. EXERCÍCIOS.....	269
XI. BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	270
1. GOVERNO COLLOR.....	270
2. GOVERNO ITAMAR.....	271
3. GOVERNO FHC.....	271
4. EXERCÍCIOS.....	274
GABARITOS .....	275
UNIDADE I .....	275
UNIDADE II.....	276
UNIDADE III.....	277

## UNIDADE I

### I. IDADE MÉDIA OCIDENTAL

#### 1. ALTA IDADE MÉDIA

##### I. Reinos Bárbaros

O termo "bárbaro" foi inicialmente utilizado pelos gregos para designar os estrangeiros que não possuíam a cultura helênica. Mais tarde, os romanos o empregaram para denominar todos os povos que viviam além dos rios Reno e Danúbio, portanto, fora dos limites de suas fronteiras, compreendendo, basicamente, os germânicos e os eslavos.



Os povos germânicos eram de origem indo-europeia, com padrões muito diferentes dos costumes da civilização romana. A base de sua organização política e social eram as tribos, constituídas pelas famílias e aldeias, ligadas entre si por laços de parentesco, inexistindo, portanto, a ideia de Estado. A instituição mais importante era formada por uma assembleia de guerreiros, que decidia sobre a guerra, paz e, também, na escolha do rei, que exercia funções políticas e religiosas. Além disso, era muito comum o **comitatus** – grupos ligados aos principais chefes por um juramento de fidelidade, recebendo em troca proteção, terra e equipamentos para a guerra.

A economia era baseada na agricultura e na pecuária, desempenhadas, basicamente, por grupos familiares e por escravos, que utilizavam as propriedades individuais e comunitárias. Os germânicos também praticavam a caça e a pesca, além de um notável desenvolvimento das técnicas metalúrgicas.

A crença religiosa desses povos era marcada pelo politeísmo, sendo os deuses associados às forças da natureza. Dentre as divindades descritas na mitologia germânica, Odin era o deus supremo, protetor dos guerreiros mortos em combate, e Thor era o deus do raio e do trovão. Acreditavam, também, no paraíso onde os guerreiros se ocupavam com caçadas e guerras, entretidos pelas valquírias, as virgens guerreiras.

Os primeiros contatos entre romanos e germânicos ocorreram de forma relativamente pacífica. Alguns grupos chegaram a se estabelecer no território do Império Romano, que contratava guerreiros para auxiliar na defesa contra novas invasões. A partir do final do século IV, porém, pressionados pelos **hunos**, povo nômade proveniente da Ásia Central, novas tribos germânicas investiram contra os domínios romanos, semeando o terror e o medo entre as populações.

As legiões romanas, enfraquecidas com a crise do império, não conseguiram deter as violentas incursões dos povos "bárbaros", que ocuparam grande parte do território. Entre os séculos V e VI, os germânicos constituíram uma série de reinos, que também lutavam entre si, como os **visigodos**, que ocuparam a Península Ibérica; os **vândalos**, que formaram seu reino no norte da África; os **francos**, que constituíram o mais importante reino na região da França atual; os **ostrogodos**, que ocuparam a Itália; e os **anglo-saxões**, que se instalaram na Inglaterra. Além desses povos, surgiram, também, alguns reinos de curta duração, como os suevos, alamanos e burgúndios.

##### **Principais Grupos Bárbaros:**

- Tártaro-mongóis
  - De origem asiática, compreendiam as tribos dos unos, turcos, búlgaros, húngaros, etc.
- Eslavos
  - Oriundos da Europa Oriental e da Ásia compreendiam os russos, poloneses, tchecos, sérvios, etc.
- Germanos
  - De origem indo-europeia, compreendiam várias nações, como os visigodos, ostrogodos, hérulos, anglos, saxões, francos, etc.



## A. O REINO DOS FRANCOS

No final do Império Romano, quando Roma já se configurava mais como ficção do que sede de um vasto império, os francos ocuparam os territórios da Gália, região que corresponde à França atual, provenientes das áreas próximas do rio Reno. A partir daí, assimilando alguns elementos da civilização romana, constituíram o mais poderoso reino da Europa ocidental, criando, porém, novas formas de organização que exerceram profunda influência na formação do feudalismo.

### A Dinastia Merovíngios (481-751)

O Reino Franco nasceu com Clóvis, um líder militar que havia se destacado, ao lado dos romanos, na luta contra os invasores hunos que haviam invadido o Império Romano na metade do século V. Após a unificação das tribos, foi coroado rei no ano 481, dando início à dinastia Merovíngia, cujo nome vem de Meroveu, um lendário rei dos antigos francos de quem Clóvis se dizia descendente.

Durante o governo de Clóvis, o Reino Franco conheceu uma notável expansão, que permitiu a incorporação dos territórios do norte e do sul da Gália. No Natal do ano 496, Clóvis foi batizado cristão com seus guerreiros, construindo, desta forma, uma forte aliança com a Igreja Católica, decisiva para a consolidação das conquistas e para a unidade do território.

No entanto, após a morte de Clóvis o reino foi dividido entre seus sucessores, que distribuíram as terras entre o clero e a nobreza de guerreiros como recompensa por serviços prestados. As sucessivas divisões entre os herdeiros de cada rei acabaram enfraquecendo a dinastia merovíngia. Desta forma, o poder efetivo acabou se concentrando nos "prefeitos do palácio", os **Majores Domus**, encarregados da administração real, que também supervisionavam a nobreza. O poder dos reis francos foi declinando aos poucos, ficando conhecidos como "reis indolentes".

Em 732, diante de um grande exército árabe que avançava em direção ao território dos francos, Carlos Martel, um "prefeito do palácio", conseguiu deter a expansão na batalha de Poitiers, impedindo a ocupação do reino franco pelos muçulmanos. No ano 751, seu filho Pepino, o Breve, afastou o último soberano merovíngio com o apoio do papa, sendo coroado rei dos francos.

### A Dinastia Carolíngia (751-987)

Com Pepino, o Breve, teve início a dinastia Carolíngia. Alguns anos depois de sua coroação, o rei atendeu a um apelo do papa e realizou uma campanha militar contra os lombardos na Itália, que ameaçavam Roma, sendo grande parte de seus territórios doados à Igreja com o nome de **Patrimônio de São Pedro**. Com isso, o papa saiu fortalecido, pois além de exercer o poder espiritual, assumia, também, uma autoridade temporal de chefe de Estado.

Carlos Magno assumiu o poder de seu pai, Pepino, em 768, dando seu nome à dinastia [carolíngia], em decorrência de um longo reinado e de inúmeras realizações que marcaram o seu governo. Ao se envolver em inúmeras campanhas militares, expandiu as fronteiras do reino, ao mesmo tempo em que deu segurança às populações do império.



Após derrotar definitivamente os lombardos, no norte da Itália, e anexar os seus territórios, Carlos Magno avançou para o leste, submetendo os saxões, que se converteram ao cristianismo, e estendeu seus domínios até a região da Hungria atual, afirmando a hegemonia sobre muitos povos eslavos. Ao tentar a reconquista da Península Ibérica, ocupada pelos árabes desde 711, foi obrigado a recuar, mantendo, porém, o domínio sobre a região de Barcelona, onde fixou as **marcas da Espanha**, que separavam os domínios dos francos e dos muçulmanos.

O prestígio e o poder alcançados por Carlos Magno, na cristandade ocidental, interessavam à Igreja, que buscou o rei franco como aliado. No dia de Natal do ano 800, o papa Leão III o coroou Imperador Romano do Ocidente, cargo extinto desde 476, quando Roma foi conquistada pelos "bárbaros".

### A Organização do Império Carolíngio

A administração do Império Carolíngio era exercida a partir de uma forte centralização política, sendo o rei franco proprietário dos vastos territórios conquistados. No entanto, como havia uma tendência à desagregação da sociedade, em vista da ruralização da economia, Carlos Magno dividiu os seus domínios em grandes propriedades, exigindo, em troca, um juramento de fidelidade. Os **condados** eram entregues a funcionários escolhidos pelo rei, que adquiriam o título de conde; as **marcas** eram as regiões de fronteira, que deram origem aos marqueses; e os **ducados** eram territórios militares, de onde se originaram os duques, encarregados da defesa da região.

A supervisão de todos esses territórios era feita por funcionários nomeados pelo imperador, conhecidos como *missi dominici* – "enviados do senhor". Desta forma, era possível controlar os vastos domínios, onde vigorava uma justiça comum, sendo as leis editadas pelo rei franco, que funcionavam como uma verdadeira constituição, pois tratavam da organização econômica, social e política do Império Carolíngio.

Ao mesmo tempo, com o intuito de resgatar a cultura latina, que passava por um processo de degradação, em vista dos costumes dos povos germânicos, Carlos Magno criou a *Escola Palatina*, que funcionava dentro do palácio, onde se reuniam sábios e mestres estrangeiros. O êxito alcançado por esse empreendimento foi notável: o ensino foi estimulado e diversas obras antigas foram preservadas e traduzidas, promovendo um grande desenvolvimento cultural, conhecido como **Renascimento Carolíngio**.

#### Entre a cruz e a espada

Roma, Natal do ano 800. Excepcionalmente, o rei franco Carlos Magno passava o inverno fora de casa. Mas era uma emergência. Ele e seus homens foram à cidade eterna para reconduzir Leão III ao pontificado. Meses antes, o papa havia sofrido um sério atentado a mando da nobreza local. No ataque, perdeu a língua e ficou parcialmente cego devido a cortes feitos em suas pálpebras. Por isso, procurou abrigo na corte de Carlos, um fiel cristão que chegava a frequentar a igreja três vezes por dia. O monarca chegou a Roma com suas topas, puniu os inimigos do papa e botou ordem na cidade. Em agradecimento, Leão III organizou uma celebração natalina especial. Tinha de presentear seu protetor e, de quebra, garantir sua segurança e a posição da Santa Sé por mais tempo. Naquele 25 de dezembro, o papa coroou Carlos como novo imperador de Roma, algo que a Europa não via desde a queda do Império Romano, em 476.

Isabelle Somma. *Aventuras na História*. São Paulo: Editora Abril, fevereiro de 2004.

### A crise do Império Carolíngio

Com a morte de Carlos Magno, seu filho Luís, o Piedoso, governou de 814 a 840, mantendo a unidade do império, apesar das constantes crises que se multiplicavam, principalmente quando seus herdeiros começaram a disputar a sucessão política. Depois de um período de luta armada, em 843 foi assinado o Tratado de Verdun, que dividiu o território franco entre os três filhos de Luís, o Piedoso.

Ao mesmo tempo em que ocorria a divisão do Império Carolíngio, a Europa foi invadida pelos normandos ou homens do norte, conhecidos como *vikings*. Entre os séculos IX e X, eles saquearam o litoral da Inglaterra, da Irlanda e os domínios carolíngios, provocando uma onda de pânico entre as populações. Ao leste os húngaros saquearam os principais centros urbanos, enquanto no Mediterrâneo, os muçulmanos pilhavam as regiões costeiras.

Diante dessas invasões e da instabilidade política dos monarcas, devido a divisão do império, o poder da nobreza que detinha o controle das terras aumentou consideravelmente. As populações fugiram para os campos em busca de proteção, o que provocou a consolidação do feudalismo na Europa ocidental.

No ano 987, com a morte do último monarca carolíngio, o conde de Paris, Hugo Capeto, foi eleito rei dos franceses, dando início à dinastia Capetíngia, que governou a França por mais de trezentos anos.

## B. SACRO IMPÉRIO ROMANO GERMÂNICO

A fragmentação do reino franco, consumada pelo tratado de Verdun, fez surgir em seu lugar três novos reinos sob o controle dos filhos de Luiz, o piedoso, Carlos, o calvo, Luiz, o germânico e Lotário. A França Ocidental ficou com Carlos, o calvo, a França Oriental (atual Alemanha) com Luiz, o germânico e a parte central (do centro da Itália passando pelos Alpes até o mar do norte) com Lotário.

As regiões da França e do Centro não conseguiram manter a unidade e a força do poder central e passaram por um processo de feudalização. A região da Alemanha manteve-se unificada sob o poder dos representantes da antiga dinastia carolíngia, porém em 936 o trono passa a ser ocupado por Oto I que, além de manter o acordo com a igreja católica iniciou a conquista da região do centro da Itália, passando pelos Alpes até o mar do norte.

Em 962 foi coroado pelo papa João XII com o título de Imperador do agora Sacro Império Romano Germânico. Durante seu governo a aliança com a igreja ficou estremeçada devido a insistência de Oto em nomear bispos e papas, dessa forma o Sacro Império se envolve em um conflito com a igreja, o que enfraquece a autoridade central do imperador. Após a sua morte em 973 o Império perde o controle sobre a maioria de seu território que passa por um processo de descentralização e feudalização.

## **II. Sistema Feudal**

O aparecimento do Feudalismo está ligado á crise do escravismo do Império Romano, as antigas instituições romanas Germânicas, ao desmembramento do império Carolíngio, ao domínio muçulmano no mediterrâneo e as invasões dos Normandos, eslavos e húngaros.

Com a invasão do império carolíngio pelo tratado de Verdun, em 843, o poder dos reis tornou-se mais fraco e o poder dos nobres mais fortes. O domínio muçulmano no mar mediterrâneo bloqueou o comércio entre europeus e orientais, provocando o isolamento e a ruralização da Europa Ocidental.

### **O Feudalismo**

Como foi dito acima um dos fatores determinantes para a formação do modo de produção feudal foi a fusão de elementos romanos e bárbaros germânicos na estrutura feudal. Pode se afirmar que o feudalismo, em parte e uma sintaxe desses elementos, a saber:

Romanos:

- Clientela - estabelecia as relações de dependência social entre os indivíduos na sociedade romana. Constitui a base sobre o qual se desenvolveram as relações de dependência do feudalismo (senhor- servo).
- Colonato - na crise do império romano, o regime do colonato impôs a fixação do homem, à terra. Foi instituído pelo poder político imperial com o intuito de poder resolver a crise de produção agrícola, particularmente em função da falta de mão de obra escrava. Po e este regime, os colonos embora fossem formalmente livres, não podiam abandonar as terras, submetendo-se a autoridade dos grandes latifundiários.
- Precariun - pratica caracterizada pela entrega de terras a um grande senhor em troca de proteção, sobre tudo na pratica em que agrava a insegurança provocada pelas invasões bárbaras.

Germânico:

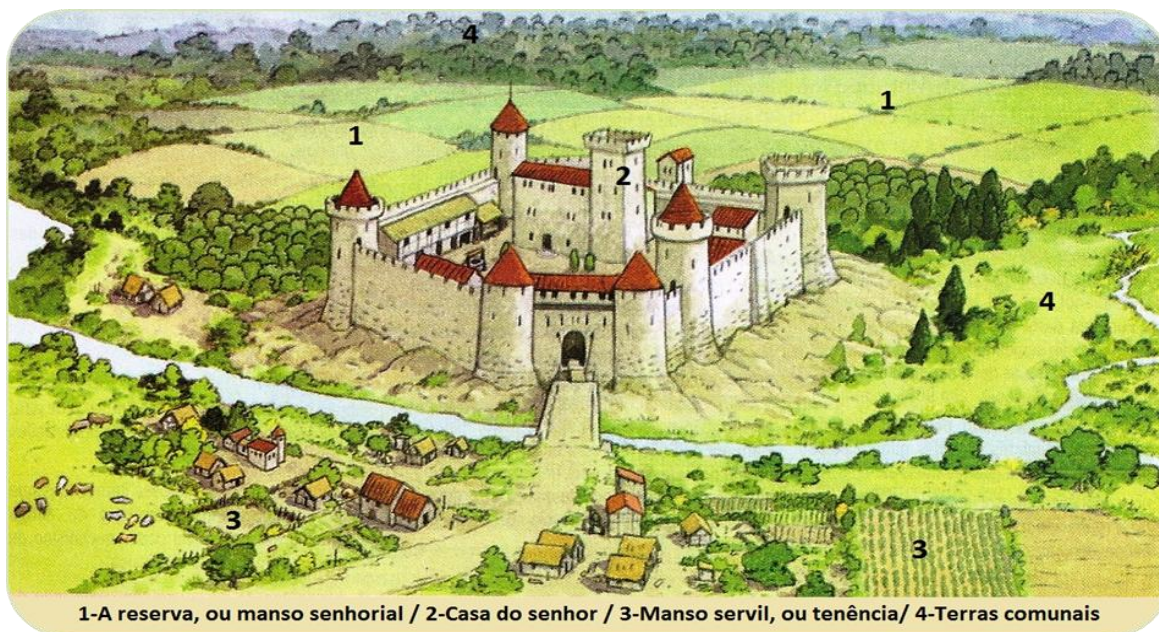
- Comitatus - instituição germânica que estabelecia a relação de lealdade entre os guerreiros e o chefe tribal, foi o alicerce das relações feudais de suserania e vassalagem.

Na medida em que estes elementos se incorporam as práticas sociais correntes e passam também a integrar a mentalidade do homem medieval, constituindo-se em regras a serem obedecidas, temos a sua cristalização em um novo modo de produção diferentes da antiguidade clássica, onde vigorou o escravismo, trata-se do feudalismo que teve no feudo o seu elemento central.

No feudalismo, o feudo era a unidade de produção. Alguns senhores feudais eram proprietários de centenas, as vezes ate mais de mil desses domínios. Não há certeza absoluta sobre o tamanho médio dessas unidades econômicas. Mas sabe-se que os menores compreendiam no mínimo 120 hectares, extensão correspondente a uma fazenda de tamanho médio.

Cada um dos feudos era composto por um castelo, onde moravam o senhor feudal e sua família e empregados; a vila ou aldeia, onde moravam os servos; a igreja e uma casa paroquial ; celeiros; fornos; açudes; pastagens comuns e mercado , onde nos fins de semana trocavam o que era produzido. As terras eram divididas em manso senhorial, cuja produção destinava-se ao senhor feudal e manso servil, onde o produto do trabalho ficavam para os servos.

Dividia-se a terra arável em três partes: o terreno de plantio da primavera, o de plantio de outono e o outro que ficava de pousio, "descanso". A cada ano se investia a utilização dos terrenos de forma aqui sempre um tivesse período de recuperação. Esse sistema surgiu na Europa, ficando conhecido como sistema de três campos.

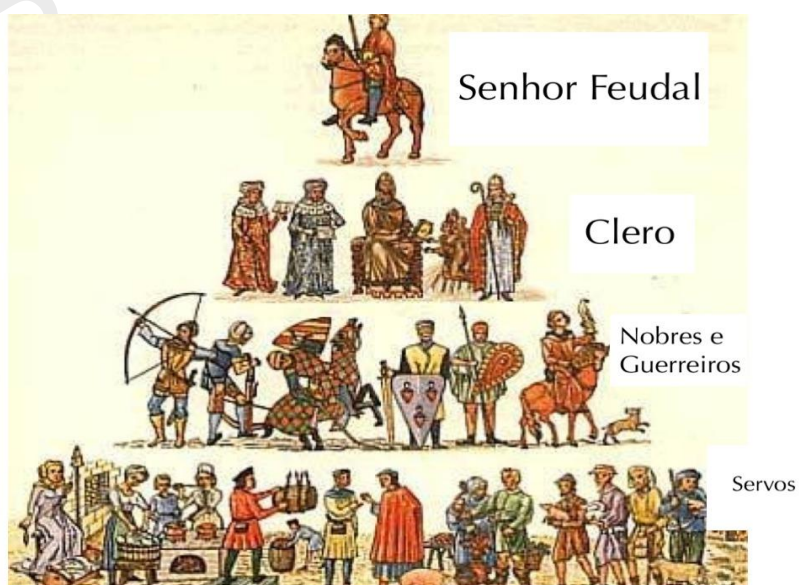


### A Sociedade Feudal

Nessa sociedade rural, de economia essencialmente agrária, a propriedade ou posse da terra determinava a posição do indivíduo na hierarquia social. A terra era a expressão da riqueza, da influência, da autoridade do poder. A sociedade feudal era estamental, isto é, não havia mobilidade social. Os grupos sociais mantinham-se rigidamente estantes. O acesso ou não a posse ou propriedade de terra, dividia a sociedade feudal em dois estamentos: os senhores e os dependentes.

Os senhores feudais eram os possuidores ou proprietários de feudos. Formavam uma aristocracia, sendo originários da nobreza e do clero. A nobreza se subdividia em duques, condes, barões e marques. Os senhores feudais eclesiásticos, vinculados a igreja romana, pertenciam a alta hierarquia do clero. Eram geralmente, bispos, arcebispos, e abades.

O estamento dos dependentes, incorporando a maioria da população medieval. Compunham-se de servos e vilões. Os servos não tinham a propriedade ou posse das terras e estavam presos a ela. Eram trabalhadores semi-livres, não podiam ser vendidos fora de suas terras, como se fazia com os escravos, mas não tinham liberdade para abandonar as terras onde nasceram. Eram em numero reduzido havia outro tipo de trabalhador medieval, o vilão. Este não estava preso a terra. Descendia de antigos pequenos proprietários romanos. Não podendo defender suas propriedades, entregava suas terras em troca de proteção de um grande senhor feudal. Recebia tratamento mais brando que os servos.



## A Economia Feudal e a Relação de Servidão

Voltando principalmente para as necessidades internas do feudo, a produção baseava-se num sistema no qual o servo possuía a obrigação de pagar os seus tributos na forma de trabalho e produtos. Havia o tributo em trabalho chamado de corveia, que consistia em tarefas a serem executadas no manso senhorial conforme a indicação do senhor. Esse trabalho era executado em três a cinco dias na semana.

A servidão é uma relação de trabalho superior à escravidão que predominou no Império Romano. Nela, o camponês readquire a sua condição de homem livre, mas como a economia é essencialmente agrária e a terra não lhe pertence, estabelece-se entre ele e o proprietário uma relação baseada em uma série de compromissos e obrigações. Por ser proprietário dos seus instrumentos de trabalho, o servo fica com parte do que produziu na faixa de terra que lhe foi cedida a título de posse. Como trabalha em uma terra que não é sua propriedade, entrega ao senhor da terra uma parte da produção, a título de pagamento pelo seu uso. Além disso, deve prestar trabalhos na terra do senhor e atender algumas exigências, na forma de pagamento em gêneros ou em dinheiro. O senhor tem a obrigação de proteger seus servos e, regra geral, não pode expulsá-los da terra. Nesse conjunto, a base da economia é a pequena produção camponesa, e sobre o camponês, reduzido à condição de servo, recai todo o peso da exploração.

Monteiro, Hamilton M. O Feudalismo: economia e sociedade.

Os tributos pagos em produtos eram variados, sendo os dois principais a talha e as banalidades, que eram relacionados ao que era produzido no servil. Sendo obrigado ainda a pagar a igreja o dizimo e o "Tostão de Pedro", o servo ficava com menos de 10% da produção.

No auge do feudalismo não existia um comércio geral pela Europa. Esse era local e baseado principalmente na troca. Visto que o feudo buscava a auto-suficiência econômica não havendo então uma circulação consistente de mercadorias e a moeda era pouco utilizada, pois a troca direta valia-se mais do que a moeda.

Devido ao caráter e expropriador do sistema feudal, o servo não se sentia estimulado a aumentar, pelo seu trabalho a produção, nem mesmo a buscar inovações tecnológicas voltadas para a produção. Certamente, a desmotivação para aumentar a produção e produtividade deve-se ao fato de que, pelas obrigações servis, o aumento alcançado seria incorporado pela camada dominante. Por este motivo, o desenvolvimento técnico do período é considerado pouco significativo.

A economia feudal era voltada para auto-suficiência, baseada nos tributos pagos pelos servos, e era um comércio local e pouco dinâmico.

## A Relação de suserania e Vassalagem

Os vínculos e a hierarquia entre a nobreza feudal eram estabelecidos pelos laços de suserania e vassalagem. O senhor feudal, possuidor de grandes porções de terra, doava uma parcela de suas propriedades a outro nobre. O doador passava a ser considerado suserano e o receptor vassalo. Estabelecia-se entre ambos uma relação de direitos e deveres. O vassalo passava a ter entre outras obrigações a de colocar seu exército a disposição do suserano, dar-lhe hospedagem quando necessário, contribuir para o dote e armação de seus filhos.

O suserano, por seu lado, devia ao vassalo a proteção militar, a garantia da posse do feudo doado, além da tutela sobre os herdeiros e sobre a viúva do vassalo morto.

A atribuição de feudo compreendia uma série de atos solenes. Primeiro, o vassalo prestava a homenagem, colocando-se de joelhos, com a cabeça descoberta e sem espada, pondo suas mãos entre as mãos do suserano e pronunciando as palavras sacramentais de juramento. Em seguida, o senhor permitia que se levantasse, beijava-o, realizava a investidura com a entrega de um objeto simbólico, punhado de terra, ramo, lança ou chave, representando a terra enfeudada. Portanto, esse cerimonial, e estabelecia um vínculo de dependência pessoal entre estes dois personagens, "suserano e vassalo", mediante a concessão do feudo, assumindo, ambos, compromisso de ajuda e consultas mútuas.

Os laços de suserania e vassalagem vincularam toda a nobreza feudal. Por exemplo: um barão doava um feudo a um marques, este, ao receber o feudo prestava-lhe a homenagem. O barão tornava-se suserano do marques e este, vassalo do barão. O barão, entretanto, havia recebido feudos de um conde, prestando-lhe o juramento de vassalagem. Assim, o barão suserano do marques, era, ao mesmo tempo, vassalo do conde.

A terra transformada em feudo, como foi assinalada acima, passou a ser o instrumento de distinção social, de modo que possuir terras e servos significava ter poder. O parcelamento das terras que se deu ao longo da alta idade média, foi responsável pelo processo de fragmentação do poder. Por outras palavras, o rei era o suserano dos suseranos, diante do qual todos os vassalos deveriam se curvar. Mas nas relações sociais concretas, o rei exercia pouca influência nos diversos domínios feudais, onde de fato o exercício do poder era tributo do senhor feudal. Assim as relações de suserania e vassalagem, relações

horizontais, e as relações e dependência entre senhores e servos, relações verticais, constitui-se nos verdadeiros mecanismos de exercícios do poder, tornando autoridade real algo distante.

As guerras constantes que marcaram o processo de formação do feudalismo foram responsáveis pelo surgimento da cavalaria medieval, cujo ideal de honra, lealdade e heroísmo criou o mito do herói protetor simbolizado pela figura do cavaleiro.

Nos seus primórdios o cavaleiro era servidor de alguém em troca de seus favores. Por volta do XII, ser cavaleiro indicava status e uma condição social superior, pois para ser cavaleiro era preciso ter posses para adquirir cavalo, armadura, espada e lança.

### **III. A Igreja Católica**

A igreja cristã foi a organização mais importante durante a idade média. Essa importância, que já existia nos séculos finais do império romano, continuou crescendo à medida que a igreja convertia os bárbaros germânicos. Desta forma, pode-se afirmar que um paradoxo marca o final do império romano. Enquanto as estruturas políticas, militares, sociais e econômicas ruíam, principalmente com o agravamento das invasões bárbaras, uma instituição se fortalecia: a igreja católica.

Nos finais do século IV, o imperador Teodósio tornou o cristianismo religião oficial do império. A oficialização do cristianismo realizou ao mesmo tempo em que crescia o poder do clero dentro da igreja. O clero constituído por elementos que se dedicavam totalmente a religião era cada vez mais importante porque dominava as formas de culto e a doutrina, que pouco a pouco se tornava mais complexas dentro da comunidade cristã. Com a derrocada do império do ocidente, o prestígio do clero aumentou ainda mais, pois era o único grupo organizado e possuidor de cultura em fase da situação caótica que sucedeu as invasões, ocupando, por isso, funções políticas e administrativas.

Estabeleceu-se no interior desta camada sacerdotal uma hierarquia da qual encontramos bispos, patriarcas e papas, formando um alto clero, originário de famílias nobres e um baixo clero, constituído pelos padres em geral, oriundos das camadas populares.

O poder da igreja penetra em todos os campos da sociedade feudal. O medo do inferno e o modo de vida nos feudos levavam os homens e a entregarem-se de corpo e alma aos ditames da igreja, valendo-se de seu poder ideológico que justificava com argumentos religiosos as relações feudais dando a sociedade o caráter de aparente de imutabilidade devido a vontade de Deus.

O poder da igreja era embaçado também na imensa quantidade de terras que possuía, esta era chamada de suserano dos suseranos, o Papa tinha sob o seu comando a maioria dos nobres do ocidente. O universalismo era a prática política da igreja, na qual, valendo-se de seu poder ideológico e econômico, o Papa interferia na vida dos reinos.

## **2. BAIXA IDADE MÉDIA**

### **I. Características**

Com o passar do tempo o sistema feudal passou a sentir os efeitos das mudanças que ocorreram durante os vários séculos. Cresceram os conflitos entre a igreja e o poder temporal, surgiram as Cruzadas, renasceram as cidades e o comércio, o poder foi gradativamente se concentrando nas mãos dos reis. No século XIV, fome, pestes, guerras e rebeliões ajudaram a desorganizar completamente o sistema.

O crescimento populacional está relacionado a dois fatores básicos: o fim das invasões bárbaras e dos conflitos aumentando a expectativa de vida da população e, o aumento das terras cultiváveis. Uma consequência imediata do crescimento populacional foi a falta de terras para se transformarem em feudos o que afetava os descendentes diretos dos senhores feudais.

As cidades, alimentadas pela crise populacional, desenvolviam o artesanato e o comércio estando, obviamente sob a autoridade do senhor feudal.

### **II. Cruzadas**

O Cruzadismo desenvolveu-se entre os anos de 1095 e 1270. Nesse período houveram oito cruzadas apoiadas por inúmeros reis e papas. A Primeira Cruzada foi justificada pela necessidade de reconquistar a terra santa, Jerusalém. Porém, sem atingir nenhum de seus objetivos, trouxeram uma série de mudanças para a sociedade europeia.

A fundamental consequência das cruzadas do a reabertura do mar Mediterrâneo à navegação cristã. Outra consequência de grande importância foi a mudança de hábitos de consumo da população europeia. Nas cidades do império Bizantino e Muçulmano, os cristãos europeus conheciam um luxo e conforto material que a sua sociedade não conhecia. A quantidade de produtos oferecidos era imensa, destacando-se a seda, tapetes, armas, porcelanas, açúcar, pimenta, temperos, entre outros.

Os produtos orientais eram provenientes da Índia e da China e atingiam a Europa por intermédio de rotas estabelecidas pelos árabes. Com o aumento deste comércio, as cidades italianas de Gênova, Veneza e Florença estabeleceram o monopólio da distribuição destas mercadorias e isto se deve também pelo fato do posicionamento geográfico. Enquanto no sul da Europa se desenvolvia o contato com o oriente, dentro do continente o comércio transformava a economia do velho continente.

### **III. O Desenvolvimento Comercial**

Como consequência das cruzadas, os caminhos terrestres e marítimos e fluviais foram melhorados recebendo produtos do oriente. Os mares, Mediterrâneo, Báltico e do Norte passaram a ser as rotas mais importantes. O Mediterrâneo volta a ser a mais importante rota de distribuição de produtos.

As rotas terrestres também se desenvolviam apesar das péssimas condições das estradas naquela época e a mais importante destas rotas foi a de Champagne que interligava o norte da Itália, passando pelas principais cidades comerciais francesas indo até os centros comerciais dos mares do Norte e Báltico.

As trocas comerciais passaram a ser feitas com moedas dinamizando novamente a economia monetária. Nas feiras existiam os dias garantidos para as transações financeiras. Os banqueiros, chamados de cambistas, pesavam, avaliavam e trocavam as mais variadas moedas da época. Faziam-se empréstimos, pagavam-se dívidas e movimentavam-se letras de câmbio.

Diante deste processo de transformação intensa da estrutura econômica e social, para defender seus interesses, os artesãos se organizavam em associações. Todos que trabalhavam em um mesmo ofício em uma mesma cidade dela faziam parte.

A indústria artesanal era formada por três níveis básicos: o aprendiz, iniciante no ofício, o jornaleiro, experiente e que trabalha por jornadas, e o mestre, conhecedor de todo o processo de produção e dono da oficina artesanal.

As Corporações de Ofício tinham como objetivo regulamentar a profissão, controlar a qualidade o preço do produto, estabelecer monopólios e amparar os artesãos necessitados. As Confrarias que também eram associações possuíam um caráter religioso e de ajuda mútua, porém sem hierarquia igualando todos os seus participantes ao mesmo nível.

As associações criadas pelos comerciantes eram de dois tipos. As Guildas, eram organizadas por mercadores das cidades e as Hansas, eram sociedades mercantis poderosas organizadas com o objetivo de ampliar o sistema de comércio e as regiões monopolizadas. A mais poderosa foi a Liga Hanseática formada pelas cidades alemãs, com centro na cidade de Lubek.

### **IV. O Renascimento Urbano**

Com o renascimento comercial, a vida nas cidades foi crescendo. Cidades que praticamente haviam desaparecido durante a idade média revigoraram-se. O encontro de rotas comerciais e as feiras produzem ainda mais cidades.

As cidades medievais, os burgos, habitadas pelos burgueses, comerciantes e mestres, eram circundadas por muralhas, que lhe serviam de proteção, aumentando a população e novas habitações iam sendo construídas, extrapolando os limites da velha muralha, criando-se uma nova cidade.

As condições de higiene destas cidades eram precárias. As construções eram pequena devido ao alto preço dos terrenos e da madeira, praticamente amontoadas umas sobre as outras, as ruas destituídas de calçamento, eram estreitas e tortuosas e inexistia sistema de esgoto.



## **V. A Cultura Medieval**

A Idade Média não pode de forma alguma ser definida como Idade das Trevas, pois, se teve seus períodos de atraso, muitas e muitas bases da Idade Moderna foram formadas nela. Se ela foi mística, religiosa e rude no seu início, com o Renascimento Comercial e Urbano, a cultura racionalizou-se e o humanismo ressurgiu.

De grande importância para a cultura ocidental foram os contatos tidos com a civilização árabe da Península Ibérica. Esta havia se mantido muito tempo em contato direto com a cultura antiga, e, por meio dos muçulmanos, os medievais puderam tomar conhecimento de muitos elementos daquele passado esquecido.

### **Os Primeiros Tempos da Filosofia**

Na fase inicial da Idade Média, três correntes filosóficas destacavam-se: a pagã, de orientação clássica; a dogmática, seguida por Tertuliano, que sobrepuja a fé à razão e a racionalista, que valoriza a razão.

Fora dessas escolas, tivemos Santo Agostinho e Boécio. O primeiro deles baseava sua filosofia no neoplatonismo, afirmando que nascemos já impregnados de certos conhecimentos que nos são inculcados por Deus. Ele defendia a predestinação, achando que Deus já estipulara quando do nascimento os que se salvariam. Boécio, conselheiro do rei ostrogodo Teodorico, escreveu **Consolação da Filosofia**, em que repudia qualquer forma de violência.

### **A Escolástica**

Pedro Abelardo (1079 – 1142) lançou as bases da Escolástica, filosofia que une razão e fé na tentativa de se achar a verdade. Ele e Alberto Magno (1193 – 1280) preparavam o caminho para o maior dos escolásticos: S. Tomás de Aquino (1225 – 1274).

Este expõe suas ideias na **Suma Teológica**, afirmando que mesmo na religião deve-se procurar compreender as coisas racionalmente e que apenas alguns dogmas não prováveis pela lógica deveriam ser aceitos pela fé. Sendo o homem um ser racional, ele tem, para São Tomás, livre arbítrio para realizar sua salvação.

### **A Ciência e a Literatura**

Em virtude do predomínio intelectual da Igreja, a ciência pouco pôde progredir nesse espaço histórico. São de importância: Abelardo Bath (séc. XII), com seus estudos sobre as causas dos terremotos e problemas relativos à respiração e digestão; Frederico II (séc. XIII), imperador do Sacro Império, que protegeu inúmeros pesquisadores e foi acusado da autoria da obra **Jesus, Moisés e Maomé, os Três Grandes Impostores**. Entretanto o mais famoso foi Rogério Bacon (1214 – 1294), provável inventor do microscópio e da pólvora. Afirmando que somente métodos experimentais possibilitariam a certeza (escola empírica), Bacon participava também da filosofia que rejeitava os dogmas escolásticos.

Na literatura, passando pelos **poetas goliardos** da época feudal (estudantes que satirizavam os principais dogmas da Igreja e da sociedade), o grande despontar dá-se por volta do século XII, com obras marcadamente épicas, também chamadas **canções de gesta**, como **Canção de Rolando** (França), **Canção dos Niebelungos** (Alemanha), **Poema de Cid** (Espanha) e o ciclo bretão, com as aventuras dos **Cavaleiros da Távola Redonda**.

Nos séculos XII e XIII, surgem as canções de amor, com os trovadores e menestrelis, destacando-se o **Romance da Rosa**, escrito em duas partes: uma por Guilherme de Lorris e outra por João de Meun. Merecem, porém, maior destaque Dante Alighieri (1265–1321) com a **Divina Comédia**; Petrarca com **A África** e Boccaccio com **Decamerão**, que marcam uma retomada da antiguidade clássica e a criação das línguas vernáculas, que lhes valeram o título de **pré-renascentistas**.

### **A Educação**

Surgiram universidades em Bolonha, onde se ensinava Direito; em Paris, ensinava-se Teologia. Em Montpellier, Orleans, Tolouse, Salerno, Pádua, Oxford e Cambridge, ensinava-se Artes Liberais, Direito, Teologia e Medicina.

Uma universidade compreendia quatro faculdades: a de Artes (onde se faziam estudos de caráter geral), a de Direito, de Medicina e de Teologia. À frente de cada faculdade encontrava-se um deão, eleito pelos mestres da faculdade. O deão da faculdade de Artes, por ter o maior número de alunos, representava a faculdade e recebia o título de reitor. A universidade possuía autonomia administrativa e judiciária. Seus mestres e alunos só poderiam ser julgados por um tribunal interno.

A educação básica, chamada Sete Artes Liberais, dividia-se em *Trivium* (gramática, retórica e lógica) e *Quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música). O formado no *Trivium* tinha o título de bacharel, enquanto o *Quadrivium* conferia título de mestre.

## Arquitetura

Até os séculos XII e XIII, ou mais precisamente nos séculos XI e XII, predominava representar a fortaleza de Deus em contraposição aos castelos. Suas características são: horizontalidade, arcos redondos, abóbadas de meio ponto, paredes maciças e interiores escuros.

No final do século XII, surge na França o gótico. No século XIII, esse estilo é mais difundido e mais popularizado do que o românico. Conhecido também com o estilo francês ou orgival, o gótico, contrastando com a estrutura sólida e pesada do românico, apresenta como principais características: verticalidade, arco em ogiva, abóbada nervurada e arcobotantes exteriores; predominavam a luminosidade e a sensação de espaço dadas pelas abóbadas e vitrais coloridos.

### 3. EXERCÍCIOS

01. (2006) Com a estreia em 2005 do filme "Cruzada", novamente colocou-se em evidência diversos aspectos desse singular movimento medieval, que colocou frente a frente o Ocidente e o Oriente. A respeito das Cruzadas, é correto afirmar que:

- (A) todas visaram a libertar a "Terra Santa" do domínio muçulmano.
- (B) foram movimentos religioso-militares sem interesse econômico.
- (C) causaram movimentos messiânicos, como a jacquerie e o nicolaísmo.
- (D) permitiram a reaproximação das Igrejas do Ocidente e do Oriente.
- (E) ocorreram nos continentes africano, asiático e europeu.

02. (2006) "As cidades medievais tinham, pois, uma base econômica própria: o comércio. Mas o comércio é tão velho quanto a humanidade. [...] De início, como aconteceu com outros povos, o comércio medieval dependia da agricultura. [...] Mas, com o tempo, não só o comércio se emancipou da agricultura, como impôs a ela os seus próprios padrões. A característica que distinguia o comércio medieval do praticado anteriormente era que não se tratava mais de comercializar o que havia sobrado, mas de produzir para vender. Esse princípio também não era novo. Porém, foram os homens medievais que fizeram dele o princípio geral da atividade econômica..."

**Koshiba, Luiz. História: origens, estruturas e processos: ensino médio. São Paulo: Atual, 2000**

O princípio geral da atividade econômica a que o texto se refere foi responsável pelo lançamento das bases do (da):

- (A) protecionismo alfandegário.
- (B) economia de mercado.
- (C) trabalho servil.
- (D) economia estatal planificada.
- (E) Revolução Industrial.

03. (2007) "A mobilidade social era rara. Quem nascia servo continuava servo para sempre, trabalhando nas terras do senhor. Quem nascia nobre morria nobre, sempre lutando pela defesa e ampliação de suas propriedades."

**Aruda; Piletti, 2002, p. 108**

As relações descritas acima eram típicas da sociedade:

- (A) Renascentista.
- (B) Capitalista.
- (C) Feudal.
- (D) Mercantilista.
- (E) Humanista.

04. (2008) A sociedade feudal pode ser caracterizada como uma sociedade:

- (A) de castas, com grupos rigidamente separados, sem nenhuma mobilidade social.
- (B) estamental, com grupos sociais bem definidos, como o clero, a nobreza e os escravos.
- (C) de classes, com relativa mobilidade social, e a coexistência entre grandes proprietários de terra e pequenos produtores.
- (D) estamental, com grupos sociais bem definidos, como o clero e a nobreza, e os camponeses, em regime de servidão, presos à terra.
- (E) comunista primitiva, de caráter teocrático, com o clero exercendo poder religioso e político.



05. (2008) Leia atentamente as afirmações abaixo.

- I. Era um estado politicamente centralizado e estável.
- II. Possuía o melhor e mais equipado exército europeu durante os séculos XV e XVI.
- III. Estava em uma posição geográfica favorável, entre o Atlântico e o Mediterrâneo.
- IV. Contava com o apoio de uma burguesia mercantil favorável ao projeto da navegação para o Oriente.
- V. Possuía contatos com comerciantes árabes e indianos, realizados durante as Cruzadas, por nobres portugueses.

Assinale a única alternativa em que todas as afirmações justificam o pioneirismo português no processo das Grandes Navegações.

- (A) I e II.
- (B) III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e V.

06. (2009) Na Europa Feudal, começa a ocorrer o ressurgimento e crescimento das cidades, com a dinamização do comércio. Assinale a alternativa em que todos os fatos citados são causas corretas desse renascimento comercial e urbano.

- (A) Sucessão de invasões vikings e muçulmanas, que levaram a população a se refugiar nas cidades, desenvolvendo-as; reabertura do comércio com o Extremo Oriente, pela Rota da seda; apoio ao comércio pela organização de comerciantes como a Liga Hanseática.
- (B) Fim das invasões de povos nômades, como magiares e normandos; diminuição da população europeia, devido a epidemias como a Peste Negra, que causaram imigração para as cidades; a reabertura do comércio no Mediterrâneo, provocada pelas Cruzadas.
- (C) Crescimento da população europeia; expansão do cultivo agrícola causada pelas melhorias introduzidas como o arado e a enxada de ferro; reabertura do comércio no Mediterrâneo, provocada pelas Cruzadas.
- (D) Crescimento da população europeia, expansão da produção agrícola; reabertura do comércio no Mediterrâneo provocada pela tomada de Constantinopla pelo muçulmanos.
- (E) Crescimento da população europeia; reabertura do comércio no Mediterrâneo, provocada pelas Cruzadas; surgimento dos Estados nacionais, que desenvolvem as cidades e protegem o comércio.

07. (2009) Leia atentamente os itens abaixo.

- I. Crescimento das unidades rurais como fornecedoras de insumos industriais.
- II. Ruralização incentivada pelas invasões germânicas.
- III. Poder político descentralizado e relações entre a nobreza marcadas pelos laços de suserania e vassalagem.
- IV. Direitos, deveres e privilégios iguais entre pares e entre esses e os demais membros da sociedade.
- V. Desenvolvimento da escolástica, conjunto de teorias teológico-filosóficas que dominavam o conhecimento.

Assinale a única alternativa em que todos os itens listam fatos referentes ao feudalismo.

- (A) I, II e III
- (B) II, III e IV
- (C) III, IV e V
- (D) II, III e V
- (E) I, II e IV

08. (2010) Durante o feudalismo na Europa Ocidental, uma série de obrigações submetia servos e vilões aos seus senhores.

Uma delas era a banalidade, que consistia na (o):

- (A) prestação de serviços gratuitos no campo do senhor em alguns dias da semana.
- (B) entrega de parte da produção agrícola ou do rebanho do servo ao senhor.
- (C) pagamento de taxas ao senhor pelo uso de instalações do feudo, como o moinho, o forno, o celeiro, bem como outras instalações.
- (D) pagamento de tributo pela família de um servo morto para que seus herdeiros mantivessem a posse da terra.
- (E) pagamento de uma taxa ao senhor, correspondente ao número de pessoas que o servo mantinha sob sua responsabilidade.

09. (2010) O período conhecido por Baixa Idade Média estendeu-se dos séculos X ao XV e foi marcado por profundas transformações, entre elas o renascimento comercial. É correto afirmar que essa transformação esteve relacionada com:

- (A) a formação das feiras, que eram pontos de comércio temporário, tendo-se destacado inicialmente as regiões de Champanhe e, posteriormente, a região de Flandres.
- (B) o aparecimento de um novo grupo social, os mercadores, que passaram a ocupar o lugar da nobreza na sociedade estamental durante toda a Idade Moderna.
- (C) o reaparecimento da moeda e das transações financeiras, que ficaram limitadas às cidades italianas, mais próximas do mercado oriental.
- (D) o surgimento de hansas ou ligas, poderosas associações de comerciantes, cujos interesses se chocavam com os dos nobres, que percebiam nas atividades daquelas uma ameaça à segurança das cidades destes.
- (E) o surgimento do movimento comunal, uma disputa entre senhores feudais e burgueses, em torno das taxas de impostos cobrados sobre as atividades comerciais realizadas nos feudos.

10. (2012) O período conhecido por Idade Média prevaleceu na Europa desde a queda do Império Romano ocidental (séc. V) até a queda de Constantinopla (séc. XV). Nesse período, o sistema vigente era o feudal.

Leia atentamente os itens abaixo:

- I. fortalecimento do poder real e enfraquecimento dos poderes locais;
- II. declínio das atividades comerciais urbanas e fortalecimento da vida rural;
- III. uso generalizado de trabalho escravo no campo;
- IV. os nobres estavam obrigados a pagarem aos seus servos uma pequena indenização, que passou a ser conhecida por banalidade;
- V. existência de vínculos pessoais entre os nobres mais poderosos e os nobres mais fracos (suserania e vassalagem).

Assinale a única alternativa que apresenta todos os itens com características desse período.

- (A) I e II
- (B) II e IV
- (C) III e V
- (D) I e IV
- (E) II e V

11. (2013) "O feudalismo foi a forma de organização política, social e econômica dominante na Europa Ocidental durante a Idade Média."

**Azevedo & Seriacopi, 2007**

Abaixo estão redigidas algumas afirmações:

- I. Os servos da gleba viviam sob o domínio dos senhores feudais.
- II. Declínio das atividades rurais e fortalecimento das atividades comerciais urbanas.
- III. Sociedade rigidamente hierarquizada, mas com grande mobilidade entre as classes.
- IV. Poder político fragmentado entre senhores feudais e o rei.
- V. Grandes senhores de terras e alto clero ocupavam o topo da sociedade.

Assinale a alternativa que lista unicamente características do feudalismo.

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III e V.

12. (2014) Uma das características que podemos reconhecer no sistema feudal europeu:

- (A) é a organização da sociedade feudal em dois grupos bem definidos: os senhores e os escravos.
- (B) são os ideais de honra e fidelidade oriundos da sociedade islâmica.
- (C) é a obrigação anual de corveia e o pagamento da talha e banalidades como obrigações de servos aos senhores feudais.
- (D) é o dinamismo econômico, voltado para o comércio entre feudos vizinhos.
- (E) são as relações escravocratas de produção.

13. (2015) Os últimos anos do século X foram marcados, na Europa Ocidental, pela diminuição das invasões bárbaras e pela queda da mortalidade por epidemias. Tais fatos geraram estabilidade e crescimento demográfico. A partir do século XI, o continente experimentaria profundas transformações que levariam ao que se conhece como Renascimento Comercial.

Com relação ao acima exposto, é correto afirmar que:

- (A) o Iluminismo gerou uma mentalidade de busca pela prosperidade material, o que levou ao incremento de práticas comerciais.
- (B) o restabelecimento de rotas comerciais com a Oceania favoreceu o estabelecimento de novas empresas de comércio na Europa.
- (C) os avanços tecnológicos elevaram a quantidade da produção agrícola e o excedente passou a ser vendido.
- (D) as Cruzadas impediram a circulação de mercadorias entre o Ocidente e o Oriente.
- (E) a intensificação do comércio provocou o enfraquecimento de feiras regulares nos cruzamentos das rotas comerciais.

14. (2015) Os fragmentos de texto abaixo foram extraídos de VICENTINO e DORIGO (2011) e se referem à Igreja Medieval.

- I. Pouco a pouco, a Igreja foi "se transformando na maior proprietária de terras da Idade Média e construindo fortes vínculos com a estrutura feudal".
- II. Viviam afastados das tentações do mundo por meio do isolamento em abadias e de votos de castidade, pobreza e silêncio. Com o tempo, num mundo em que uma restrita minoria era alfabetizada, as igrejas, os mosteiros e as abadias converteram-se nos principais centros da cultura letrada.
- III. Viviam apegados aos bens materiais e em contato com a sociedade, a terra, a administração e a exploração das riquezas.
- IV. A proibição de casamento rigorosamente aplicada a partir do Século XI liberava os padres dos compromissos conjugais e contribuía, além disso, para a manutenção do patrimônio eclesiástico feudal, ao evitar a divisão entre possíveis herdeiros dos membros do clero.

Os fragmentos I, II, III e IV referem-se, respectivamente, ao:

- (A) poder temporal, clero secular, clero regular e celibato clerical.
- (B) celibato clerical, clero regular, clero secular e poder temporal.
- (C) clero secular, celibato clerical, poder temporal e clero regular.
- (D) poder temporal, clero regular, clero secular e celibato clerical.
- (E) clero regular, clero secular, poder temporal e celibato clerical.

## II. IDADE MODERNA

### 1. O ABSOLUTISMO, OS ESTADOS NACIONAIS EUROPEUS E O MERCANTILISMO

#### I. Introdução

O enfraquecimento dos nobres feudais, como consequência do desenvolvimento da economia urbana, das mudanças do sistema feudal na agricultura, da Guerra dos Cem Anos, da Guerra das Duas Rosas, dos efeitos das Cruzadas, da peste Negra, etc., foi envolvido pelos efeitos abrangentes e maiores da denominada Revolução Comercial. Esta, acelerando os negócios, desenvolvendo uma complexa atividade, criando poderosos burgueses e cidades comerciais, impondo novos meios administrativos e novas leis, ideias, ambições e padrões de comportamento, exigia uma uniformidade maior de atitudes que só uma autoridade centralizada e forte podia ensejar. A ordenação e a segurança à liberdade de negociar, produzir, expandir-se e proteger-se de concorrências, de banditismo etc., levaram ao fortalecimento do rei. Foi isto que desejaram os burgueses e era isto que esperava o monarca.

Assim, o **Estado Moderno** é o produto do processo de transição do Feudalismo para o Capitalismo. Como já vimos, a formação do Estado Moderno tem início na Baixa Idade Média, pela progressiva centralização do poder político e atinge sua plenitude na Idade Moderna, quando a centralização política chega ao ponto máximo com o **Absolutismo**.

Vale destacar que, para a **burguesia**, nova classe em ascensão e agente da economia mercantil, configuravam-se, como uma necessidade histórica para o seu desenvolvimento, a unificação do mercado consumidor, a eliminação das barreiras internas que prejudicavam o comércio, a uniformização das moedas, pesos e medidas e a centralização administrativa. A realização dos ideais burgueses encontraria um aliado poderoso na figura do rei, cuja autoridade estava limitada e enfraquecida pela fragmentação do poder político nas mãos dos senhores feudais. O Estado Moderno surgirá na Europa Ocidental como resultado dessa aliança entre a burguesia e o poder real no combate à nobreza feudal.

Assim foram características fundamentais do Estado Moderno:

- centralização do poder político;
- criação de um exército nacional profissional;
- organização de um aparelho administrativo centralizado;
- unificação do mercado consumidor interno.

#### II. Teóricos Do Absolutismo

Vários intelectuais da Idade Moderna destacaram-se como justificadores do Estado absolutista. Alguns autores apresentaram o absolutismo como resultado de um contrato entre o homem e o Estado (*T. Hobbes*), outros como necessidade dos interesses nacionais (*N. Maquiavel*).

O mais notável de todos os apóstolos do governo absoluto foi o inglês *Thomas Hobbes* (1588–1679). Para título da sua obra principal, escolheu o nome de **Leviatã**, indicando a concepção que fazia do Estado como um monstro todo-poderoso. Todas as associações dentro do Estado, dizia ele, são meros vermes nas entranhas de **Leviatã**. A essência da filosofia política de Hobbes relaciona-se diretamente com sua teoria da origem do governo.



Leviatã. Biblioteca Nacional, Paris.

Ensinava que no começo todos os homens viviam em estado natural, sem estarem sujeitos a qualquer lei que não fosse o brutal interesse próprio. Muito longe de ser um paraíso de inocência e de bem-aventurança, o estado natural era uma condição de universal sofrimento. Todos faziam guerras a todos. A vida do indivíduo era solitária, pobre, sórdida, bruta e breve. A fim de escapar a essa guerra de todos contra todos, os homens acabaram unindo-se entre si para formar uma sociedade civil. Assentaram um contrato pelo qual cediam todos os seus direitos a um soberano suficientemente forte para protegê-los contra a violência.

Desse modo, o soberano, embora não fosse parte do contrato, tornava-se o recipiente da autoridade absoluta. O povo dava-lhe tudo em troca do grande dom da segurança. Em contraste com *Bodin*, *Hobbes* não reconhecia qualquer lei natural ou divina a limitar a autoridade do príncipe. O governo absoluto, afirmava ele, “foi estabelecido pelo próprio povo e, conseqüentemente, este não tem razão de queixa quando o governante se torna um tirano; o povo não tem qualquer direito que o príncipe seja obrigado a respeitar”. Baseando-se na dedução pura, sem recorrer de qualquer modo à Religião ou à História, *Hobbes* chega à conclusão de que é lícito ao rei governar despoticamente não porque tenha sido escolhido por Deus, mas porque o povo lhe deu o poder absoluto.”

**Edward MacNall Burns. História da Civilização Ocidental. Editora Globo, com adaptações.**

Outro grande teórico absolutista foi *Nicolau Maquiavel* (1469–1527), autor de **O Príncipe**.



**Maquiavel. Óleo de Rosso Fiorentino.**

“Todos compreendem como é digno de louvor o príncipe que honra sua palavra sendo em seus negócios claro ao invés de astucioso. Não obstante, a experiência contemporânea mostra que os príncipes de maiores realizações foram os que pouco valor deram à sua palavra.’ *Maquiavel* não aprova apenas o uso da má fé em caso de necessidade – a mentira que afasta o assassino de sua vítima – como a considera uma parte natural do estadismo (...)

*Maquiavel* não procurava, em **O Príncipe**, dar conselhos específicos para as situações presentes, mas o livro vibra, não obstante, com a convicção de que tais conselhos são necessários, e que ele é a pessoa habilitada para isso. ‘O desejo de adquirir mais’, observa no Capítulo III, ‘é algo muito natural e comum’. Segue-se que as modificações e fluxos devem ser considerados como norma, e que os governantes não devem jamais relaxar a vigilância. Havia o perigo, especialmente quando os desastres eram muito sucessivos, de que os homens desanimassem, declarando-se as vítimas, e não os senhores da fortuna. O livro acentua a responsabilidade que tem o homem para a nação. A fortuna – a trama dos acontecimentos – pode ser dirigida pelo homem confiante. (...)

*Maquiavel* afirmava que a importância e a novidade de sua obra estavam no fato de ocupar-se exclusivamente com *il vero*, a verdadeira exposição do que realmente acontecia, e que somente ele falara de política em termos extraídos diretamente da forma pela qual os homens se haviam comportado e se comportavam. Ter uma moralidade privada escondida na manga e mostrá-la, quando o mau cheiro da moralidade política se tornava grande demais, era pura hipocrisia.”

**J. R. Hale. Machiavel e a Itália da Renascença. Zahar.**

Para o teórico *Bossuet* (1627–1704), o Estado e Deus estavam tão ligados, que um era a continuidade do outro. Assim a sua obra, **A Política Inspirada na Sagrada Escritura**, fundava a teoria do Direito Divino dos Reis. Segundo esta doutrina, o rei é representante de Deus na terra e sua autoridade é, por isso, sagrada. Como bem afirma o próprio *Bossuet* sobre o rei:

“Todo Estado está nele, a vontade do povo está contida na sua.” Dizia também “Deus os faz ungir como seus profetas, numa unção sagrada, do mesmo modo que ele faz ungir os pontífices e seus altares... É preciso ver os reis como coisas sagradas; quem negligencia de os guardar merece a morte... Eles são deuses e participam, de certa forma, da independência divina”.

**Bossuet. A Política Inspirada na Sagrada Escritura.**

Também merecem destaque como pensadores absolutistas *Jean Bodin* (1530–1596) e *Hugo Grotius* (1583–1645). *Bodin*, autor de **A República**, que defendia a ideia de “soberania não partilhada”, na qual o soberano não deve sofrer restrições de qualquer espécie ou ameaças ao seu poder, pois ele emana diretamente de Deus e o monarca deve ter o poder de legislar sem precisar do consentimento de ninguém. *Hugo Grotius*, autor de **Do Direito da Paz e da Guerra**, em que trata basicamente do Direito Internacional, mas defende também o governo despótico e o poder ilimitado do Estado, chegando mesmo a afirmar que sem esse poder se impondo sobre a sociedade seria estabelecido o caos e a desordem política.

### **III. Estados Nacionais Modernos**

#### **A. Absolutismo Inglês**

Em 1066, o último rei anglo-saxônico, Haroldo II, foi derrotado na batalha de Hasting por Guilherme I, o Conquistador, que comandava os normandos, ou *vikings*. Tinha início a dinastia normanda. Em 1154, os normandos foram substituídos pelos *Angevinos* ou *Plantagenetas*. Desta dinastia, João Sem Terra, o irmão de Ricardo I (Coração de Leão), foi derrotado por Felipe II da França, em *Bouvines*, (1214), e obrigado a assinar a famosa Carta Magna (1215), documento que procurava aumentar o poderio dos nobres em detrimento do poder real. Com a Carta Magna instituíram-se o Grande Conselho (Parlamento) e o “*Habeas Corpus*”.

Concomitantemente à limitação do poder real, continuava o desenvolvimento comercial, com muitos nobres intimamente vinculados às novas praxes econômicas. Surgia o fenômeno dos cercamentos (transformação de terras cultiváveis em amplas pastagens de ovinos). Surgia a nobreza aburguesada com interesses dinâmicos e novas perspectivas. Ao contrário, a situação do campesinato se agravava explodindo nas várias revoltas rurais do período (entre elas destacou-se a revolta de *Watt Taylor*).

A centralização política inglesa só se faria possível com os resultados da Guerra dos Cem Anos e mais intensamente ainda com a Guerra das Duas Rosas, 1455–1485, (disputa de duas famílias, *Lancaster* e *York*, pelo trono inglês). Após esta guerra, a família *Tudor* deu os passos decisivos para a definitiva centralização.

#### **A Guerra dos Cem Anos (1337 – 1453)**

Foi uma guerra entre a França e a Inglaterra por questões de sucessão, heranças e fronteiras além de interesses econômicos na região da Flandres, que só terminaria com os resultados da atuação de Joana D’Arc, que conseguiu a expulsão dos ingleses da França. Foram suas consequências mais gerais:

- morte de muitos nobres e enfraquecimento geral da nobreza, possibilitando a centralização do poder nas mãos do rei;
- redução da arte militar (uso da pólvora);
- crise econômica europeia e a conseqüente criação da nova rota comercial do Mediterrâneo (Itália) ao Atlântico (Ibérica) para alcançar Mar do Norte.

Assim, o início da centralização política na Inglaterra só se fez com os resultados da Guerra dos Cem Anos (1337–1453) e fundamentalmente com a Guerra das Duas Rosas (1455–1485). Assim sendo, mal terminara a Guerra dos Cem Anos e duas famílias começam a disputa pelo poder político na Ilha da Bretanha: os *Lancaster* (*Tudors* e *Stuart*, barões aburguesados) e os *York* (aristocratas). Em 1485, o casamento de Elizabete de *York* com Henrique *Tudor* (herdeiro dos *Lancaster*) põe fim à Guerra Civil que já durava 30 anos e dá início ao reinado dos *Tudors*.

#### **Os Tudors – A Retomada da Centralização**

- Henrique VII (1485 – 1509)  
Iniciou a dinastia *Tudor*, consolidação do Estado Nacional. Lançou os fundamentos do Absolutismo Inglês, enfraquecendo o Parlamento, sujeito à Igreja e controlando a economia.
- Henrique VIII (1509 – 1547)  
Governou com poderes absolutos à revelia do Parlamento. Realizou a Reforma Protestante (Igreja Anglicana) transformando-se na autoridade maior da Igreja inglesa. Esta reforma teve continuidade com Eduardo VI e passou por

um período de reação no governo de Maria *Tudor*, que restabeleceu o Catolicismo, mas consolidou-se finalmente com Elizabeth I.

- Elizabeth I (1558 – 1603)

Consolidou o Anglicanismo e desenvolveu uma agressiva política mercantilista, procurando aumentar o poderio da Inglaterra nos mares. No seu governo, iniciou-se a efetiva colonização da América do Norte, com a fundação, em 1584, da colônia de Virgínia, uma homenagem a ela, conhecida como a "Rainha Virgem", por *Sir Walter Raleigh*. A dinastia *Tudor* chegou ao fim com a morte de Elizabeth I (1603), que não deixou herdeiros.



### A Dinastia Stuart – Apogeu Inglês

Com a morte de Elizabeth I, a coroa Inglesa é herdada pelo rei da Escócia, Jaime I, *Stuart*.

- Jaime I (1603 – 1625)

Promoveu violentas perseguições religiosas, estabeleceu novos impostos e entrou em conflito com o Parlamento.

- Carlos I (1625 – 1648)

Com o estabelecimento de novos impostos sem a prévia aprovação do Parlamento, agravou-se a tensão entre a coroa e o Parlamento. Em 1628, O Parlamento rebelou-se contra o rei, exigindo o juramento da **Petição dos Direitos**, também chamada de Segunda Carta Magna.

Em 1628, Carlos I dissolveu o Parlamento, que só seria convocado novamente em 1640. Diante da eclosão de uma revolta da Escócia e necessitando de fundos para esmagar a rebelião, quando os parlamentares buscavam limitar os poderes reais, Carlos I tentou dissolver novamente o parlamento iniciando uma Guerra Civil na Inglaterra.

### A Guerra Civil (1642 – 1649)

Formaram-se dois partidos na Inglaterra: Os Cavaleiros, partidários do rei, que contavam com o apoio dos latifundiários, dos católicos e anglicanos e os **Cabeças-Redondas**, partidários do Parlamento, que contavam com o apoio da burguesia, das populações urbanas dos pequenos proprietários de terras, puritanos e presbiterianos. Os Cabeças-Redondas, liderados por *Oliver Cromwell*, derrotaram os cavaleiros em *Naseby*. *Cromwell*, após aprisionar, julgar e executar Carlos I, suprime a Monarquia e instaura na Inglaterra um regime republicano que recebeu o nome de "*Commonwealth*".

### A República Puritana (1649 – 1660)

*Cromwell* governou a Inglaterra até 1653 com apoio do Parlamento, composto em sua maioria dos **Puritanos** (Calvinistas Ingleses). Nesta data, o Parlamento foi dissolvido e estabeleceu-se uma ditadura pessoal de *Cromwell*, tendo o título de *Lord* Protetor da **República**, foi o "Protetorado" de *Cromwell*, que perdurou até 1658, ano de sua morte.



Oliver Cromwell. Óleo de Samuel Cooper.

Durante o seu governo, a Inglaterra tornou-se uma potência mundial de primeira grandeza. Após 1651, com a promulgação dos **Atos de Navegação**, a Inglaterra começou a desenvolver a sua indústria naval. Com a vitória na guerra contra a Holanda (1652–1654), a Inglaterra consolidou a sua hegemonia marítima e transformou-se na "Rainha dos Mares". Com a morte de *Cromwell*, o poder político é assumido por seu filho Ricardo, este, que era conhecido como "*Queen Dick*", contudo, acabou por perder o apoio dos puritanos e do exército e foi obrigado a renunciar ao poder em 1660. Assim, com o Parlamento novamente reunido decidiu-se pelo **restabelecimento da monarquia**; era a restauração *Stuart*.

#### A volta dos Stuart

- Carlos II (1660 – 1685)

Filho do decapitado rei Carlos I e educado na corte de Luís XIV, tentou restabelecer o absolutismo na Inglaterra. Frente às pretensões absolutistas de Carlos II, o Parlamento dividiu-se em dois partidos: os *Whigs*, burgueses de concepções políticas e religiosas liberais, adversários dos *Stuarts* e partidários de um poder controlado pelo Parlamento; e os *Tories*, conservadores e cortesãos, partidários dos *Stuarts*, adeptos da Igreja Anglicana e da monarquia de direito divino.

- Jaime II (1685 – 1688)

Em 1685, com a morte de Carlos II, subia ao poder Jaime II, dando continuidade à política de restauração do absolutismo, ganhando violenta oposição dos *Whigs*. O inesperado nascimento de um herdeiro (do segundo casamento), com uma esposa católica, portanto herdeiro católico, precipitou a Revolução. *Whigs* e *Tories* aliaram-se, oferecendo o trono a Guilherme III de *Orange*, chefe de Estado da Holanda, protestante e com apoio do Parlamento.

#### A Revolução Gloriosa (1688 – 1689)





Guilherme III invadiu a Inglaterra, expulsou Jaime II e, vitorioso, Guilherme III jura a **Declaração de Direitos** (*Bill of Rights*), que estabelecia as bases da **Monarquia Parlamentar**.

Segundo a Declaração de Direitos, passavam a vigorar os seguintes princípios básicos:

- aprovação dos impostos pelo parlamento;
- liberdade de imprensa;
- inamovibilidade dos juizes;
- existência de um exército permanente;
- garantia da liberdade individual;
- garantia de propriedade privada;
- estabelecimento da superioridade do parlamento sobre o rei;
- liberdade religiosa somente aos protestantes.

Assim, com a Revolução Gloriosa, a Monarquia Absoluta foi substituída, na Inglaterra pela Monarquia Parlamentar Constitucional. Estavam criadas as condições político-burguesas essenciais para a posterior Revolução Industrial.

## **II. O Absolutismo Francês**

Em 987, com a eleição de Hugo Capeto, conde de Paris, extinguiu-se na França a dinastia Carolíngia. Iniciava-se a dinastia Capetíngia, que reinaria até 1328, quando os *Valois* assumiram o trono. Coube aos Capetos a difícil tarefa de superar a autonomia dos senhores feudais, instalando-se um poder real progressivamente mais nacional, forte e poderoso.

Os principais reis desta dinastia e seus feitos foram:

- Felipe Augusto (Felipe II, 1180 – 1223)
  - Lançou impostos nacionais.
  - Vendeu cartas de alforria aos burgos (cidades).
  - Dispensou os vassalos de suas tradicionais obrigações feudais mediante pagamento em moeda.
  - Iniciou a formação de um exército nacional.
  - Nomeou agentes reais para fazer valer as leis e a justiça real sobre a dos senhores feudais, sendo os "*baillios*" ao norte e "*senescais*" ao sul.
  - Participou da 3ª cruzada.
- Luís IX (São Luís, 1226 – 1270)
  - Emancipou milhares de servos sob pagamento.
  - Ampliou o poder dos tribunais reais.
  - Estabeleceu uma moeda nacional.
  - Aboliu as guerras privadas e os combates singulares.
  - Participou das 7ª e 8ª cruzadas.
- Felipe IV, o Belo (1285 – 1314)
  - Transformou impostos feudais em impostos nacionais.
  - Criou novas taxas, inclusive sobre o clero.
  - Convocou pela primeira vez os Estados-gerais (parlamento Francês).
  - Taxou as propriedades da Igreja, foi excomungado pelo papa Bonifácio VIII em 1308; obrigou a transferência do papado para a cidade francesa de *Avignon*, fazendo surgir o Cisma do Ocidente (vários papas em Roma e *Avignon*).
  - Após Felipe IV, com os *Valois*, explodiu a Guerra dos Cem Anos contra a Inglaterra.

Os capetíngios iniciaram a centralização real (formação da Monarquia Nacional) ainda na Baixa Idade Média. A dinastia dos *Valois* representou a transição definitiva para o absolutismo dos *Bourbons*. Contudo foi com a dinastia de *Valois*, com as guerras de religião, que surgiu espaço para a vitória da dinastia dos *Bourbons*. Assim, após a morte de Henrique II da dinastia de *Valois*, o trono francês é sucessivamente ocupado por dois menores: Francisco e Carlos IX, este sob a regência de sua mãe, **Catarina de Médicis**.

Durante esse período, eclode a luta entre católicos e *huguenotes* (protestantes calvinistas). A facção católica era liderada pela casa de Guise e a *huguenote* pela casa de Bourbon. Em 1572, o assassinato de 20.000 *huguenotes* na **Noite de São Bartolomeu** representou o apogeu do conflito religioso. A sequência da guerra terminaria com a vitória dos *huguenotes*, liderados por **Henrique IV**, inicialmente compactuado com a facção católica (para ser coroado foi obrigado a abjurar o protestantismo, daí a sua famosa frase: "Paris bem vale uma missa"). Em seguida, promulgou o Édito de Nantes, que concedia liberdade de culto aos *huguenotes*.



A Noite de São Bartolomeu. Obra de François Dubois, Museu Cantoral das Belas Artes de Lausanne.

### A Dinastia Bourbon

Com a morte de Henrique IV (1610), subiu ao trono Luís XIII, ainda menor, tendo a regência de Maria de Médicis. Durante esta regência, foram convocados os Estados Gerais pela última vez antes da Revolução Francesa (1789).

Durante o **Reinado de Luís XIII**, evidenciou-se a atuação do Ministro de Estado, Cardeal *Richelieu*. Vale destacar, no seu programa governamental, três pontos fundamentais:

- enfraquecer a influência política da nobreza;
- eliminar o poder dos protestantes;
- tornar a França a primeira potência da Europa.

Para dificultar ainda mais o processo de centralização do poder a França entrou na Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648) que começara como um conflito religioso entre católicos e protestantes no Sacro Império Romano-Germânico, desdobrar-se-ia num conflito entre a Dinastia *Bourbon* (França) e a Dinastia *Habsburgo* (Áustria), pela hegemonia política na Europa. Defrontavam-se na guerra os católicos – Áustria e Espanha – e os protestantes – Boêmia e principados alemães, dinamarqueses, suecos e holandeses.

A França interveio na guerra contra os católicos, buscando enfraquecer os *Habsburgos* que dominavam a Áustria e a Espanha e procuravam conquistar a Boêmia. A guerra chegou ao fim, em 1648, no reinado de Luís XIV, com a vitória da França. Pela Paz de *Westfália*, a França recebeu as províncias da Alsácia e Lorena além dos Bispados de *Metz*, *Toul* e *Verdun*.

O apogeu do absolutismo francês seria alcançado com o reinado de **Luís XIV** (1661 – 1715), **o Rei Sol**.



Luís XIV. Museu do Louvre em Paris.

Inicialmente, Luís XIV contou com a eficiente política centralizadora do ministro **Cardeal Mazarino**, que venceu os obstáculos ao absolutismo, principalmente as Guerras da Fronda (última ameaça à consolidação definitiva do poder monárquico absoluto). Em seguida, o ministério de Luís XIV, passa a ser comandado por Jean Baptiste Colbert que efetivou o Mercantilismo como a política econômica do Estado. O objetivo da política mercantilista de Colbert era promover o desenvolvimento industrial da França nas manufaturas e na navegação, além de conquistas de colônias na Ásia e América.

Contudo, as perseguições engendradas por Luís XIV contra os *huguenotes* resultaram na fuga destes para a Inglaterra com seus capitais. Tal situação, associada aos problemas externos, guerras contra a Inglaterra e Holanda, possibilitou o aprofundamento da crise econômica e política, que desembocaria na Revolução Francesa.

Em 1715, com a morte de Luís XIV, ascendia ao trono Luís XV, que representaria o aprofundamento da crise financeira, além de guerras desastrosas como a derrota na Guerra dos Sete Anos (1756–1763), na qual a França perdeu o Canadá e quase a totalidade de suas colônias frente a Inglaterra. Assim as desastrosas guerras de Luís XIV foram completadas pelas de Luís XV as quais possibilitaram o surgimento de condições explosivas, conseguindo colocar em campos antagônicos o rei, o clero e a nobreza de um lado e de outro a burguesia e o povo. Eram os preparativos para a revolução de 1789.

### **III. O Absolutismo No Resto Da Europa**

- **Prússia**

Este Estado formou-se no século XVI, durante a Reforma Protestante Luterana, quando Frederico Guilherme, eleitor do Brandemburgo, anexou as terras da Igreja. A partir de então, a **Prússia** foi constantemente dominada pelos *Junkers* – nobreza latifundiária e comandada pela família dos *Hohenzollern*. Desta família, merece destaque o governo de Frederico (1740 – 1786) que transformou a Prússia num dos mais importantes Estados da Europa.

- **Rússia**

A monarquia Czarista russa formou-se no século XVI, tendo por eixo o grão ducado de Moscou. A europeização da Rússia foi iniciada por Pedro, O Grande. Mas o grande destaque ficou mesmo com Catarina II, a Grande (1760 – 1792).

- **Áustria**

Estado feudal e agrícola, integrado ao Santo Império Romano-Germânico, era dominado pela dinastia dos *Habsburgos*. O grande destaque ficou com José II (1780 – 1790) que fortaleceu e modernizou o Império Austríaco.

### **IV. O Mercantilismo**

“Os efeitos da expansão marítima foram extraordinários, valendo destacar uma autêntica Revolução Comercial. O eixo econômico da Europa deslocou-se do Mediterrâneo para o Atlântico; o comércio passou a ser um negócio de nações e não de simples cidades; o continente americano foi incorporado às tradicionais rotas comerciais; os italianos perderam o monopólio das especiarias; os metais preciosos encontrados na América foram rapidamente levados para a Europa, gerando uma alta de preços considerável no século XVI, conhecida como “revolução dos preços”, o que tornou possível à burguesia europeia acumular grandes quantidades de capital.

Afora esses resultados econômicos, é conveniente lembrar que a expansão também produziu o fortalecimento dos Estados Nacionais europeus; o desenvolvimento do tráfico de escravos da África para a América; o extermínio de centenas de tribos indígenas americanas; a europeização das áreas conquistadas, devido à imposição dos valores culturais e religiosos europeus.

O fortalecimento dos Estados Nacionais levou-os progressivamente a adotarem uma política intervencionista na economia: o Mercantilismo.

O Mercantilismo não era um sistema econômico coerente; antes, constituía-se de um conjunto de ideias e práticas utilizadas entre os séculos XV e XVIII, objetivando o fortalecimento nacional. Pretendia-se a acumulação de metais preciosos (metalismo), pois se acreditava que estes eram o elemento essencial de riqueza e buscava-se manter uma balança de comércio favorável. Para atingir essas duas finalidades, era importante a exploração colonial, uma vez que nas colônias é que se encontravam os metais preciosos e os produtos tropicais que poderiam ser úteis na exportação efetuada pela metrópole; o intervencionismo estatal tornava-se necessário, sob a forma de protecionismo e de regulamentação de atividade econômica.

As nações europeias colocaram essas ideias gerais em prática em função de suas características. Assim, encontramos diversos “modelos” de mercantilismo. A Inglaterra utilizou o comercialismo, isto é, procurou-se desenvolver o comércio externo, apoiado em um amplo programa de ampliação da marinha mercante. A Espanha utilizou uma forma conhecida como bulionista ou metalista, procurando, por meio da intervenção estatal, impedir a saída do ouro e da prata que ela recebia da América. A França ficou conhecida pela forma industrialista ou Colbertista, cuja ênfase foi a promoção da atividade manufatureira. É também importante lembrar o cameralismo, colocado em prática pelos Estados alemães (a Alemanha não era uma nação unificada) e cujo objetivo último seria exatamente a criação do Estado alemão”.

Ricardo M. Fariaetalli. História. vol. 1

## 2. EXPANSÃO MARÍTIMA E COMERCIAL EUROPEIA

### A formação de Portugal

A península Ibérica, onde surgiu o Estado Português, fica situada na Europa, tendo seu território banhado pelo Oceano Atlântico e pelo Mar Mediterrâneo. A atividade pesqueira sempre foi uma constante naquela região da Europa. No século XIV, Portugal afirmou-se como primeiro Estado moderno da Europa. Sua origem ligou-se a um movimento peculiar à Península Ibérica chamado de Reconquista, que consistiu na expulsão dos muçulmanos que dominavam parte da Península.

### Dinastia de Borgonha

Inicialmente havia quatro reinos na península ibérica: Leão, Castela, Navarra e Aragão. O nobre Henrique de Borgonha recebeu do Rei de Leão e Castela, como recompensa por seus serviços de luta contra os muçulmanos, o Condado Portucalense. Mais tarde seu filho, D. Afonso Henriques, conseguiu a independência do condado através da assinatura, em 1143, do Tratado de Zamora, formando o Reino de Portugal e fundando a primeira dinastia portuguesa.

Auxiliado por cruzados que se dirigiam para o Oriente, D. Afonso Henriques estendeu os domínios do Reino de Portugal para o sul, conquistando as localidades de Santarém, Lisboa, Palmela e Évora aos mouros. A dinastia de Borgonha teve seu fim, quando em 1383, faleceu D. Fernando I, sem deixar herdeiros.

### A Dinastia de Avis

A segunda dinastia portuguesa é a dinastia de Avis. Ela era apoiada pela burguesia mercantil, pois o último rei da dinastia de Borgonha (D. Fernando I) faleceu sem deixar herdeiro. Para não perderem sua independência para o reino de Castela, pois a sua filha D. Beatriz, herdeira única do trono português, era casada com o Rei de Castela, comerciantes portugueses das cidades do Porto e de Lisboa financiaram o Mestre da Ordem Militar de Avis, D. João I, para armar um exército, enfrentar as pretensões de Castela e assumir o trono. A batalha de Aljubarrota em 1385 marca o fim da sucessão do trono português dando início à dinastia de Avis que durou até 1580. A revolução de 1383-1385 foi um momento decisivo no processo de centralização política do Estado Português.

**Figura 1: À Descoberta da História e Geografia de Portugal.**



Fonte: MARIA LUÍSA SANTOS, CLÁUDIA AMARAL, LÍDIA MAIA, À Descoberta da História e Geografia de Portugal – 5º Ano, Porto: Porto Editora.

Sob o comando da dinastia de Avis foi elaborada a expansão marítima portuguesa. Incentivados pelo Infante D. Henrique de Avis – “O NAVEGADOR”, grandes sábios, cartógrafos e navegadores se reuniram na lendária Escola de Sagres.

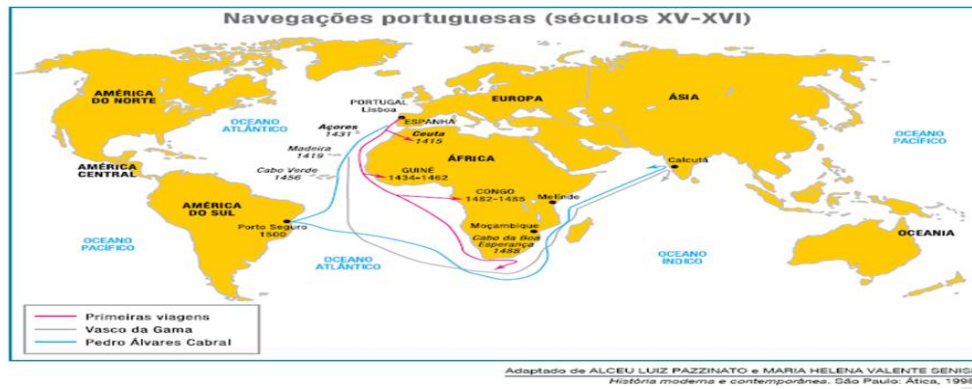
### A expansão ultramarina europeia

Chamamos de expansão marítima o processo de saída do homem europeu em busca de riquezas em outros continentes via Oceano Atlântico, conhecido à época como Mar Tenebroso. Cabe aqui ressaltar que este foi um processo lento, fruto da união de diversos fatores e interesses.

Portugal foi o primeiro país da Europa a se atirar na aventura atlântica concorrendo para isso diversos fatores.

Ocupou sempre lugar de destaque na economia lusa a atividade pesqueira, sendo esta a origem da experiência portuguesa em navegação, mas o projeto expansionista português data do início do século XV. O comércio foi o grande motor da expansão marítima portuguesa, pois as famosas especiarias (pimenta, canela, gengibre, noz moscada, etc.), para serem distribuídas para o Norte da Europa, passavam pelos portos portugueses estimulando o comércio. No entanto, as especiarias atingiam preços absurdos quando chegavam em Portugal devido à distância dos centros produtores e ao monopólio exercido pelas cidades italianas de Gênova e Veneza na compra dos produtos em Constantinopla.

**Figura 2: Navegações portuguesas.**



A situação piorou depois de 1453, devido à tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, dificultando o comércio de especiarias pelo Mar Mediterrâneo.

A solução encontrada foi buscar um novo caminho para se chegar a origem das especiarias: o Oriente. O problema era como chegar...

### A Escola de Sagres

O infante D. Henrique, filho do Rei D. João I, estabeleceu no seu castelo na Ponta de Sagres em Portugal, um centro náutico conhecido como Escola de Sagres, que coletava informações de mapas e instrumentos de navegações. Em Sagres, com apoio e a proteção do Infante, reuniam-se cartógrafos, matemáticos e peritos náuticos. A fundação deste centro de estudos está inserida no contexto das transformações sociais pelas quais a Europa passava naquele momento, com a propagação dos ideais humanistas que buscavam explicações racionais e científicas para a compreensão do mundo, fugindo das teorias religiosas.

**Figura 3: Representação do Infante Dom Henrique num dos Painéis de São Vicente de Fora.**



Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga Lisboa, Portugal.

Mantinha-se, no entanto, segredo das principais descobertas principalmente na divulgação de mapas, os famosos portulanos, nome dado aos documentos nos quais estavam descritos os itinerários marítimos com distâncias e ilustrações dos principais portos marítimos e lugares de atracação.

A centralização do Estado português ainda no século XIV, a obtenção de informações técnicas, os interesses da burguesia mercantil, da Igreja, da nobreza, principalmente a partir do Infante D. Henrique, em busca de novas possessões territoriais, possibilitaram a Portugal, entre 1415 e 1500, diversas viagens e descobertas náuticas.

Estas ações eram assim motivadas, ao mesmo tempo, pelo espírito de cruzada e cavalaria e por considerações políticas e econômicas.

### Novas tecnologias

A Escola de Sagres também foi responsável por aperfeiçoar várias tecnologias na área de navegação como o sextante (peça árabe utilizada na localização de meridianos através de estrelas) e a bússola (invenção chinesa utilizada pelos árabes para localizar o norte verdadeiro através de uma agulha magnética).

**Figura 4: Astrolábio.**



Fonte: <http://cvc.instituto-camoes.pt>

**Figura 5: Nau de Pedro Álvares Cabral.**



Fonte: Livro das Armadas (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa).

Uma das invenções mais importantes foi a caravela com vela triangular que permitiu a navegação em mar oceânico. A caravela navegava contra o vento e tornava as viagens bem mais rápidas que as antigas embarcações utilizadas no Mediterrâneo.

A primeira conquista portuguesa foi a cidade de Ceuta (1415), grande entreposto comercial no norte da África. Em 1420, foram atingidas as Ilhas da Madeira e Açores. Seguindo a política de contornar a costa africana para poder chegar às Índias (Périplo Africano), o Navegador Gil Eanes, em 1434, dobra o cabo Bojador. Em 1488, Bartolomeu Dias conseguiu dobrar o cabo das Tormentas (que passou a ser chamado de cabo da Boa Esperança). Coroando o projeto português, em 1498, Vasco da Gama descobre o caminho marítimo para as Índias, chegando a Calicute.

Enquanto a costa ocidental da África era explorada, a navegação no Atlântico era um segredo de estado, só quebrado por Colombo que pretendia alcançar o Oriente pelo Ocidente navegando para a coroa espanhola. Sua teoria teria dado certo se não houvesse em seu caminho um continente desconhecido pelos europeus: a América. Sua descoberta acirrou as relações entre Portugal e Espanha como você verá a seguir.

Observe o esquema abaixo sobre as causas da expansão marítima e comercial europeia.

Causas econômicas:

- Cobiça de lucros, o comércio Oriente-Occidente era o mais rentável da Idade Média;
- Busca de ouro e prata;
- O interesse em acabar com o monopólio italiano na venda de especiarias;
- Interesses em novas terras a serem descobertas.

Causas políticas:

- A tomada de Constantinopla pelos turcos;
- Atuação da burguesia, que passou a financiar parte das viagens marítimas;
- Formação dos Estados Nacionais absolutos capazes de financiar o empreendimento.

Causas religiosas:

- Levar a fé católica a outros povos;
- Busca do Paraíso Terrestre.

Causas tecnológicas:

- Os grandes progressos náuticos, muitas vezes copiados dos árabes, como: bússola, astrolábio, caravela, portulanos;
- Mudança de mentalidade europeia com o movimento humanista que buscava explicações racionais para compreensão do mundo.

### 3. RENASCIMENTO CULTURAL E A REFORMA PROTESTANTE

Como vimos, o comércio floresceu e uma nova maneira de viver foi alastrando-se pela Europa, levando as concepções feudais à degeneração. Em outras palavras, germinava um novo modo de produção – o capitalista.

A partir da abertura do Mediterrâneo com as Cruzadas, a economia baseada na moeda ganhou consistência, irradiando mudanças profundas no modo de vida do homem europeu. A sociedade de mercado foi lentamente erodindo as relações de tipo feudal, dando lugar à ascensão de uma classe urbana – a burguesia – caracterizada pela condição econômica, em oposição às linhagens e estirpes. Nessa transição, a perda de poder político e econômico por parte da nobreza e do clero possibilitou a aliança real-eza-burguesia, ou seja, houve uma crescente centralização do poder político nas mãos do rei.

No plano religioso, os vários movimentos heréticos atestavam a decadência da Igreja, processo que culminaria com a Reforma Religiosa. No plano cultural, surgiram novas manifestações artísticas, filosóficas e científicas, articuladas aos novos padrões sociais burgueses e valores medievais sobreviventes. Esta mudança foi chamada de Renascença.

**Em síntese, tivemos as seguintes transformações:**

- econômica: derrocada do Feudalismo com o aparecimento do comércio e a expansão ultramarina;
- social: declínio da nobreza feudal e desenvolvimento da burguesia;
- política: superação dos particularismos feudais com centralização real;
- religiosa: decadência da Igreja, processo que culminou com a Reforma Protestante;
- cultural: superação do misticismo e ascetismo medieval, culminando com o Renascimento.

#### **I. O Renascimento Cultural**

“O Renascimento é um prodigioso florescer da vida, em todas as formas, que, embora suas maiores manifestações se tenham verificado de 1490 a 1560, não ficou delimitado dentro destes marcos. É menos uma doutrina, um sistema, do que um conjunto de aspirações, um impulso interior que renova a vida da inteligência e dos sentidos, o saber e a arte.”

**Roland Mousnier. Os Séculos XVI e XVII. Tomo IV, São Paulo, Difel.**

“Foi um movimento, uma revivificação das capacidades do homem, um novo despertar da consciência de si próprio e do universo – um movimento que se alastrou pela Europa Ocidental e que, pode-se dizer, durou mais de dois séculos. Foi entre 1400 e 1600 que dominou plenamente.”

**Edith Schel. O Renascimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.**

Por outro lado, o Renascimento não foi uma simples renovação da cultura clássica (greco-romana). Procurando valorizar o homem, inspirando-se na Antiguidade Clássica a partir do Humanismo e Antropocentrismo, os próprios renascentistas difundiram a ideia de que a cultura realmente renascia, no afã de se opor ao medieval, denominando a Idade Média de “Idade das Trevas”. Esta falsa ideia também fazia parte do processo de ruptura, de mudança que ele propunha fazer.

#### **As Características do Renascimento**

O novo espírito renascentista se caracterizou por ser anticlerical e anti-escolástico. A cultura leiga, antropocêntrica e humanista opunha-se à cultura eminentemente religiosa e teocêntrica do mundo medieval. Além destas, destacaram-se outras características, tais como: otimismo, individualismo, naturalismo, hedonismo, neoplatonismo, etc.

O elemento central de toda a transformação renascentista foi o Humanismo. “No seu sentido mais amplo, o Humanismo pode ser definido como a glorificação do humano e do natural, em oposição ao divino e extraterreno. Assim concebido, foi ele o coração e a alma da Renascença, uma vez que incluía, praticamente, todos os outros ideais já mencionados. O Humanismo também tem o sentido mais restrito de entusiasmo pelas obras clássicas. É este o sentido em que foi frequentemente empregado pelos homens da Renascença.”

**Edward MacNail Burns. História da Civilização Ocidental. Porto Alegre, Globo, 2ª ed.**

O Renascimento, estando intimamente ligado à burguesia e ao desenvolvimento comercial, só poderia iniciar-se onde tal economia triunfava rapidamente. As cidades italianas, como Florença, Veneza, Roma, Milão, eram centros do desenvolvimento capitalista e viviam condições essenciais para a proliferação renascentista. Como uma enorme quantidade de matéria-prima por ser o “centro” do antigo Império Romano, além de possuir, por exemplo, os mecenas (Médicis em Florença e Sforza em Milão), que enriqueceram com as novas atividades. Protetores das artes e dos artistas, objetivando a promoção pessoal e proveitos econômicos. Assim, a Itália tinha uma tradição clássica mais vigorosa que qualquer outro país da Europa. Durante todo o período medieval, os italianos tinham conseguido manter a crença de que eram descendentes dos antigos romanos.

Voltavam os olhos com orgulho para sua ascendência, esquecendo-se, naturalmente, das infiltrações de sangue lombardo, bizantino, sarraceno e normando a que, de tempos em tempos, a sua raça fora submetida. Nas escolas municipais de algumas cidades italianas, ainda sobreviviam restos do antigo sistema de educação romana. Descobriam-se também restos do velho espírito pagão na atitude essencialmente amoral dos italianos. Além disso, a Itália sofreu pressão direta das influências culturais das civilizações sarracena e bizantina.

Por fim, e talvez seja este o fator mais importante, as cidades italianas foram as principais beneficiadas com o restabelecimento do comércio com o Oriente. Durante anos, os portos marítimos da Veneza, Nápoles, Gênova e Pisa desfrutaram o monopólio virtual do comércio do Mediterrâneo, enquanto os mercados de Florença, Bolonha, Piacenza e outras cidades da planície lombarda serviam como principais intermediários no comércio entre a Europa do Sul e a do Norte. A prosperidade econômica assim adquirida foi a base primordial do progresso intelectual e artístico.

**Edward MacNall Burns. História da Civilização Ocidental. Porto Alegre, Globo, 2º ed., p. 395–396.**

## **As Fases do Renascimento**

### **Precursores**

Dante Alighieri (1265–1321). Nasceu em Florença. Escreveu "A Divina Comédia" em língua italiana (dialeto toscano), na qual descreve uma "viagem" ao inferno, purgatório e paraíso. Critica o comportamento eclesiástico, apresentando, ainda, influências medievais.

### **A. O Trecento (1300–1375)**

Caracterizou-se pelo uso da língua italiana (dialeto toscano) e por influências medievais.

- Literatura
  - Francesco Petrarca (o pai dos humanistas) principais obras: "Canzonniei", "África", "De Vitas Solitaria".
  - Giovanni Boccaccio: representou o espírito pagão da época – anticlerical. Obras: "Decamerão", "Fiammeta" e "Filostrato".
- Pintura
  - Giotto (1266–1337): precursor do naturalismo. Obras: São Francisco pregando aos Pássaros, O Juízo Final.

### **B. O Quatrocento (século XV)**

Esse período se caracterizou pelo revivescimento da língua latina, pelo entusiasmo com os clássicos, pela influência bizantina.

- Pintura
  - Masaccio: primeiro realista da arte renascentista. Quadros: A Expulsão de Adão e Eva do Paraíso, A Virgem e o Menino.
  - Sandro Botticelli: A Primavera, O nascimento de Vênus, Calúnia.
  - Leonardo da Vinci: adepto da aplicação de estudos científicos à pintura, fez estudos da forma, da cor, do fogo, da luz e sombra. Quadros: A Virgem das Rochas, A Última Ceia, La Gioconda ou Mona Lisa. Era também inventor e matemático excepcional.

### **C. O Cinquecento**

Roma é o centro cultural e o apogeu.

- Literatura
  - Ludovico Ariosto: "Orlando Furioso" e "Preces".
  - Torquato Tasso: "Jerusalém Libertada".
  - Nicolau Maquiavel (1469–1527): iniciador do moderno pensamento político. Em "O Príncipe", propugnou um Estado forte, independente da Igreja, para cujo estabelecimento todos os meios são justificáveis e a "razão de Estado" está acima de qualquer elemento. Outras de suas obras: "História de Florença", "Discurso sobre a 1ª década de Tito Lívio" e "Mandrágora".



- Pintura
  - Rafael Sanzio: A Escola de Atenas e Madona Sistina.
  - Michelangelo Buonarroti (1475–1564): foi o maior representante do Renascimento e o autor dos afrescos da Capela Sistina, nos quais mostra a “criação do homem até o juízo final”. É uma obra de 560 m<sup>2</sup>, em que aparecem 400 figuras humanas, algumas com cerca de 3 metros de altura. Todos os seus trabalhos são considerados obras-primas. Na escultura, destacam-se Moisés e Pietà.



**A criação do homem, de Michelangelo. Museu Monumento e Galeria Pontífice, cidade do Vaticano.**

- Sandro Botticelli: A Coragem, O Nascimento de Vênus, A natividade Mística, Primavera, O Inferno de Dante, A Adoração dos Magos além dos trabalhos na Capela Cistina.

### O Declínio do Renascimento

O Renascimento italiano começa a declinar com a expansão renascentista na Europa, pelos seguintes fatos:

- declínio econômico das cidades italianas com a expansão ultramarina;
- Reforma Católica (Contrarreforma);
- instabilidade política;
- reação aos humanistas; como exemplo temos Giordano Bruno, que foi queimado vivo como herege em Roma por ter afirmado que existia uma única matéria universal, que Deus é o intelecto do Universo.

### A Expansão do Renascimento

França

- Rabelais: “Gargântua” e “Pantagruel”.
- Montaigne: “Ensaaios”.

Inglaterra

- Thomas Morus: “Utopia”.
- Sir Francis Bacon: fez da observação um princípio científico – “Novum Organum”.
- William Shakespeare: Um dos maiores dramaturgos de todos os tempos. Obras: “Ricardo III”, “Júlio César”, “Antônio e Cleópatra”, “Hamlet”, “Rei Lear”, “Romeu e Julieta”, entre outros.

Alemanha

- Albert Dürer: “Cristo Crucificado”, “Adoração dos Reis Magos”, “Os Quatro Apóstolos”.
- Hans Holbeins: “Lucas Cranch” (O Velho).

Países Baixos

- Erasmo de Rotterdam: em sua obra, “Elogio à Loucura”, discute de forma mordaz o sistema educacional pedagógico e religioso da época, atacando a venda da indulgência, transparecendo o prenúncio da Reforma Religiosa.

Espanha

- Miguel de Cervantes: “Dom Quixote” (Considerada a melhor sátira já produzida em todos os tempos).
- El Greco (Domenico Theotocópuli): autor de “O Enterro do Conde Orgaz”.

Portugal

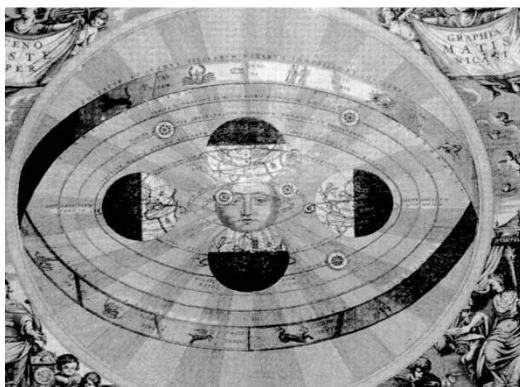
- Gil Vicente: “Auto da Barca” e “Auto da Alma”.

- Luís de Camões: a maior expressão literária portuguesa, autor de "Os Lusíadas", publicado em 1572, e autor de "El Rei Seleuco", além de "Sonetos".

## O Renascimento Científico

Os descobrimentos científicos determinaram uma mudança radical na concepção do mundo físico. O universo não podia ser mais explicado como mera epopeia cristã. O método para o conhecimento deveria ser experimental e com bases científicas.

- Nicolau Copérnico: *De Revolutionibus Orbium Celestium* derruba o geocentrismo de Ptolomeu, demonstrando o heliocentrismo.



Terra e Sol representados no sistema de Nicolau Copérnico. Museu de Turim.

- Kepler: inventor do telescópio; movimento elíptico dos astros.
- Galileu Galilei: defendeu o sistema de Copérnico.
- Isaac Newton: Lei de Gravitação Universal.
- Falópio: descobriu as trompas do aparelho genital feminino.

Em resumo, podemos afirmar que o Renascimento foi um movimento de transformação geral nos níveis da superestrutura ideológica determinada pelas mudanças socioeconômicas. Eram os Tempos Modernos estruturando suas características e impondo-se sobre a cultura medieval.

Em resumo, podemos afirmar que o Renascimento foi um movimento de transformação geral nos níveis da superestrutura ideológica determinada pelas mudanças socioeconômicas. Eram os Tempos Modernos estruturando suas características e impondo-se sobre a cultura medieval.

## II. A Reforma Protestante

A Reforma Protestante, assim como o Renascimento, foi resultado do individualismo dos séculos XIV e XV e possui suas raízes no desenvolvimento capitalista, na fase de estruturação da sociedade burguesa. Poder-se-ia dizer que a Reforma foi a adequação superestrutural religiosa aos novos tempos, à nova estrutura socioeconômica. Sua grande importância está no fato de que contribuiu para quebrar o monopólio político exercido pela Igreja no mundo europeu, marcando a cisão da Cristandade ocidental, ao colocar em xeque a autoridade papal e toda a hierarquia eclesiástica.

### Principais causas

Como a Igreja era detentora de vastas propriedades, a autoridade papal passa a ser combatida inclusive no aspecto religioso. O Papa passa a ser visto como um intruso, tributando e ferindo interesses capitalistas. É importante lembrar que essa posição da Igreja era adequada ao feudalismo. O desenvolvimento dos Estados Nacionais e a formação de uma consciência nacional agravavam paulatinamente as relações entre o poder político dos reis (em ascensão) e o poder temporal da Igreja.

No campo religioso, confrontavam-se dois sistemas teológicos:

- A Igreja Católica na Baixa Idade Média, baseava-se na teologia tomista (Escolástica). Este sistema estava alicerçado no livre-arbítrio, harmonizando fé e razão, que:
  - dava ao homem o poder de escolher o bem e evitar o mal;
  - levava os cristãos a uma necessidade de receber os sacramentos, a fim de tomarem o caminho do bem, sendo, portanto, necessária a classe sacerdotal para ministrar os sacramentos.

- Os Reformistas se baseavam na teologia agostiniana. Esta se alicerçava:
  - na predestinação, isto é, “os homens dependiam da vontade de Deus”, o que levava à negação do livre-arbítrio, à onipotência de Deus e à negação da hierarquia eclesiástica;
  - na fé que estava acima da razão (a fé conduz à salvação – Santo Agostinho).

A tudo isso se somava a crise em que se encontrava a Igreja.

- A desmoralização do poder papal: o grande Cisma do Ocidente ou “Cativo de Avignon”, resultado do conflito entre o rei Felipe IV da França e o Papa Bonifácio VIII. Este foi aprisionado e levado para Avignon, sendo outro Papa eleito em Roma. Essa crise só foi solucionada em 1417, pelo Concílio de Constança, quando Roma voltou a prevalecer.
- Tolhido por uma série de impostos devidos à Igreja, a insatisfação do povo aliava-se à insatisfação espiritual.
- Abusos públicos desmoralizantes: venda de cargos eclesiásticos, de dispensas (isenções de jejuns e outras leis religiosas), de relíquias e de indulgências (esta foi a causa imediata), em proporções espantosas.

### Principais Precusores na Baixa Idade Média

- **John Wyclif** – professor de Oxford, chefiava a corrente antipapal, combatia as indulgências e defendia uma Igreja nacional. Suas posições foram condenadas no Concílio de Constança.
- **John Huss** – professor da Universidade de Praga, retomou as pregações de Wyclif. Foi queimado vivo por determinação do Concílio de Constança.

### O Luteranismo na Alemanha



Teve início em 1517, quando Lutero, frade agostiniano, rebelou-se contra o vendedor de indulgência João Tetzel. Lutero fixou na porta de sua igreja, em Wittemberg, 95 teses, em que expunha suas críticas à Igreja.

Em 1520, o Papa Leão X, por meio de uma Bula, condenou os ensinamentos de Lutero e o intimou a se retratar sob pena de ser considerado herege. Lutero queimou a bula papal em praça pública. Em 1521, Lutero foi excomungado por Leão X.

O Imperador Carlos V, preocupado com as consequências políticas que poderiam resultar do movimento iniciado por Lutero, convocou a Dieta (Assembleia) de Worms (1521). Carlos V tentou obter a retratação de Lutero. Lutero negou-se e foi expulso refugiando-se no Castelo de Wandburg, onde traduziu a Bíblia para o alemão (primeiro documento escrito em língua alemã).

As ideias luteranas influenciaram a revolta camponesa (anabatistas) que, comandada por T. Münzer, procurava confiscar as terras senhoriais e da Igreja. Lutero opôs-se violentamente aos anabatistas, contando com apoio dos príncipes e nobres.

Em 1529, Carlos V convocou nova Dieta, em Spira, por meio da qual a doutrina luterana era aceita com **restrições**. Os luteranos protestaram, originando o termo “**protestantes**”.

Em 1530, Lutero e o teólogo Felipe Melanchton assinaram a Confissão de Augsburg, em que fundamentaram a doutrina luterana: as escrituras sagradas constituíam o único dogma; a fé era a única fonte de salvação; era negada a transsubstanciação (transformação do pão e vinho em corpo e sangue de Cristo), sendo substituída pela consubstanciação; supressão do clero regular, do celibato e das imagens; livre interpretação da Bíblia; o idioma nacional substituiu o latim nos cultos religiosos; a

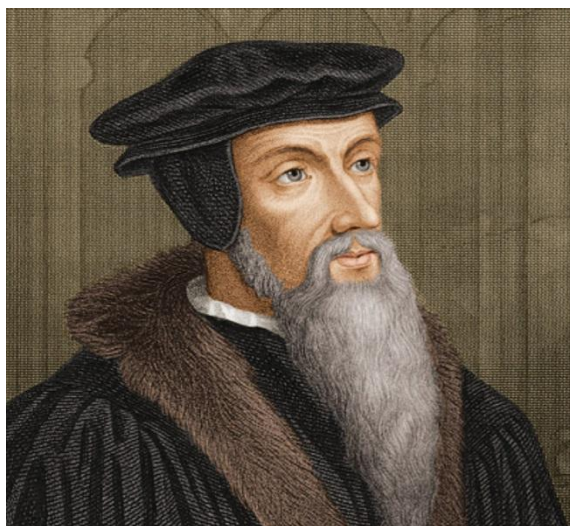
Igreja passava a ser considerada um problema civil, submetida, portanto, ao Estado; eram aceitos apenas dois sacramentos: batismo e eucaristia.

Para enfrentar o imperador Carlos V, os luteranos organizaram a Liga de Smalkade, que só conseguiria a vitória em 1555, com a Paz de Augsburg. Com isso, cada príncipe tinha o direito de escolher a sua religião e a dos seus súditos – *Cujus regis ejus religio*.

### O Anglicanismo na Inglaterra

O líder da revolução protestante na Inglaterra foi o próprio rei, Henrique VIII, assumindo por isso uma característica eminentemente política. Para romper com o papado, Henrique VIII se utilizou de problemas domésticos: queria desfazer seu casamento com Catarina de Aragão, para casar-se com Ana Bolena. Catarina de Aragão era tia de Carlos V, imperador do Sacro Império Romano-Germânico (em guerra contra Lutero), o que levou o Papa a recusar a anulação, evitando entrar em choque com Carlos V. Henrique VIII justificava tal pretensão pela necessidade de um herdeiro varão para o trono da Inglaterra. O Papa excomungou-o e, em contrapartida, o Rei confiscou os bens da Igreja. Sua obra só foi concretizada com sua filha Elizabeth I (Isabel), filha de Ana Bolena. Durante seu reinado, o calvinismo foi introduzido na Igreja Anglicana.

### O Calvinismo na Suíça



Pintura de João Calvino, Museu Boymans van Beunigen.

Ulrich Zwinglio, padre suíço mais radical que Lutero, forneceu as bases para reforma calvinista. Provocou, com suas ideias e conversões, uma violenta guerra civil na qual acabou perdendo a vida.

João Calvino nasceu em Noyon (França) e estudou Direito em Orleans. Em 1534, ligou-se ao luteranismo. Em 1536, publicou a obra **Instituição Cristã**, na qual expôs os fundamentos de sua doutrina. Em Genebra, rapidamente obteve êxito em suas pregações, adquirindo o total controle da cidade. Instalou uma censura rígida (Ordenações Eclesiásticas) e criou o Consistório, por meio do qual controlava a vida religiosa, política e moral dos cidadãos de Genebra.

Calvino é considerado o ideólogo do capitalismo. Vivendo em Genebra, uma cidade de mercadores, criou uma doutrina que alicerçava o capitalismo, estimulando o lucro e o trabalho. Essa relação foi minuciosamente detalhada pelo sociólogo Max Webber em sua obra "A ética protestante e o espírito do Capitalismo".

No trecho seguinte de Roland Mousiner fica claro essa relação entre a Reforma Protestante e o Capitalismo.

"A maior infelicidade da nação alemã é, sem dúvida, o tráfico de dinheiro... O Demônio o inventou, e o Papa, dando-lhe sua sanção, fez ao mundo um mal incalculável..." Calvino é mais liberal do que Lutero na questão de usura. Para ele, Deus "dispôs todas as coisas de modo a determinarem a sua própria vontade. Portanto, o capital, o crédito, o banco, o grande comércio e as finanças são desejados por Deus e tão respeitáveis quanto o salário do operário... Deus chama cada um para uma vocação particular, cujo objetivo é a glorificação de Deus. O comerciante que busca o lucro – pelas qualidades que o sucesso econômico exige: trabalho, sobriedade, ordem – responde também ao chamado de Deus, santifica de seu lado o mundo pelo esforço e sua ação é santa."

Assim Calvino justifica plenamente a moral burguesa, o que colaborou para o grande êxito do calvinismo entre os burgueses, comerciantes e industriais de Antuérpia, Londres e Amsterdã, os quais, certos de estarem cumprindo o plano de Deus, tornaram-se uma raça de ferro.

O Calvinismo admitia o mundo dependente da vontade absoluta de Deus. Os homens eram pecadores por natureza, e somente alguns estavam predestinados à salvação; revivia o sábado judeu; apoiava os negócios, condenando a miséria, fonte de todos os pecados. As bases da crença eram as Escrituras Sagradas. Admitia somente dois sacramentos: o batismo e a eucaristia. O culto da Igreja calvinista era simples, resumindo-se apenas no comentário da Bíblia. Não admitia imagens.

A fé calvinista logo se espalhou por quase toda a Europa, como:

- Escócia: Introduzido por John Knox. Os calvinistas escoceses foram denominados presbiterianos. Isto porque a Igreja escocesa foi organizada por conselhos – os presbitérios.
- Inglaterra: Os calvinistas foram denominados puritanos.
- França: Os calvinistas foram chamados de huguenotes.
- Outros países, como a Holanda e os Países Baixos, também adotaram o calvinismo como religião predominante.

### **III. A Contrarreforma Católica**

A expansão do protestantismo pela Europa colocava a Igreja em crise de sobrevivência: era preciso conter a expansão herege. Esse movimento recebeu o nome de Contrarreforma ou Reforma Católica. Há muito já se tentava moralizar o clero e a Igreja, mas o impulso só foi possível com a expansão do protestantismo. Houve reação católica, inclusive usando de violência, contra a ameaça protestante.

Uma arma eficaz nesta reação foi a Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola, em 1534. A sua organização se assemelhava à de um verdadeiro exército. Como "soldados de Cristo", os jesuítas deviam cega obediência a seus superiores e ao Papa. Era uma nova Igreja Católica, fortalecida, disciplinada e que tentava se moralizar. As bases teóricas da Companhia encontravam-se num livro de Loyola, chamado **Exercícios Espirituais**. Os iniciados formavam educadores, chegando a monopolizar o ensino em várias regiões, conseguindo com isso difundir o catolicismo. Chegaram a possuir enorme poder, a ponto de o Geral (chefe da ordem) ser conhecido como Papa Negro, devido à cor de sua batina.

Foi o Papa Paulo III que convocou o Concílio de Trento (1545 – 1563) para estudar os problemas da fé católica. Esse concílio chegou a discutir com teólogos protestantes, mas não chegou a nenhum acordo com eles.

O concílio reafirmou todos os dogmas da fé católica, condenando as teologias protestantes:

- confirmou o dogma da salvação pela fé e boas obras;
- confirmou o culto à Virgem e aos santos, a existência do purgatório, a infalibilidade do Papa, o celibato do clero, a hierarquia eclesiástica etc.;
- proibiu a venda de indulgências (causa imediata da Reforma);
- determinou a criação dos seminários (formação eclesiástica), proibindo a venda de cargos;
- confirmou a indissolubilidade do casamento, o culto às imagens etc.

Foi revigorada a Inquisição, instituição medieval (Tribunal do Santo Ofício) que matou milhares de indivíduos nas câmaras de tortura de seus tribunais, sob o comando dos jesuítas, os "soldados de Cristo". Ainda foi criado, também, a Lista dos Livros Proibidos (*Index Librorum Poibitorum*) Congregação do Índice, lista de livros proibidos pela Santa Igreja.

## **4. SISTEMAS COLONIAIS NA AMÉRICA:**

### **Colonização Espanhola**

**"A ESPADA, A CRUZ E A FOME IAM DIZIMANDO A FAMÍLIA SELVAGEM".**

*(Pablo Neruda, poeta chileno)*

A Espanha era uma metrópole mercantilista, isto quer dizer que, as colônias só serviam para serem exploradas. A colonização só teria sentido se as colônias pudessem fornecer produtos lucrativos. Desta forma a maioria das colônias espanholas (e também portuguesas) foram colônias de exploração, que dependiam das regras impostas pela metrópole.

O fator mais importante pela colonização espanhola foi a mineração. A base da economia espanhola eram as riquezas que provinham, especialmente da Bolívia, a prata e também o ouro de outras colônias. Foi esta atividade, a mineração, a responsável pelo crescimento de outras que eram ligadas, como, a agricultura e a criação de gado necessários para o consumo de quem trabalhava nas minas.

Quando a mineração decaiu, a pecuária e a agricultura, passaram a ser as atividades básicas da América Espanhola.

## A Exploração do Trabalho

Em alguns lugares como Cuba, Haiti, Jamaica e outras ilhas do Caribe, houve exploração do trabalho escravo negro, porém, de modo geral o sistema de produção na América Espanhola se baseou na exploração do trabalho indígena.

Os indígenas eram arrancados de suas comunidades e forçados ao trabalho temporário nas minas, pelo qual recebiam um salário miserável. Como eram mal alimentados e tratados com violência a maioria dos indígenas morria muito rápido.

## Divisão Administrativa

Criaram 4 Vice-Reinos (divisão baseada na economia):

- México: rico em ouro e prata, faz a mineração. A Espanha já pegou a estrutura toda montada, já existia civilizações complexas ai, já tinha a base da economia formada;
- Nova Granada: América Central, exceto México, economia baseada na agricultura;
- Peru e Bolívia (tem ainda um pedaço da Colômbia): faz a mineração de ouro e prata. Já existia civilizações complexas ai, pega a estrutura toda montada;
- Prata (Paraguai, Uruguai, Argentina > bacia do prata): economia baseada na pecuária.
- Criaram ainda 4 capitânicas: áreas bélicas de forte proteção, pois eram regiões que podiam ser atacadas facilmente:

Venezuela;

Chile;

Cuba;

Guatemala.



## A estrutura política metropolitana

O processo de exploração da América colonial foi marcado pela pequena participação da Coroa, devido a preocupação espanhola com os problemas europeus, fazendo com que a conquista fosse comandada pela iniciativa particular, mediante o sistema de capitulações.

As **capitulações** eram contratos em que a Coroa concedia permissão para explorar, conquistar e povoar terras, fixando direitos e deveres recíprocos. Surgiram assim os **adelantados**, responsáveis pela colonização e que acabaram representando o poder de fato nas terras coloniais, como Cortez e Pizarro que, apesar de incorporarem ao domínio espanhol grandes quantidades de terra, não conseguiram implementar um sistema eficiente de exploração, normalmente pela existência de disputas entre aqueles que participavam do empreendimento. Por isso, à medida que se revelavam as riquezas do Novo Mundo, a Coroa foi centralizando o processo de colonização, anulando as concessões feitas aos particulares.

O primeiro órgão estatal foi a **Casa de Contratação**, criada em 1503 e sediada em Sevilha, era responsável pelo controle de todo o comércio realizado com as colônias da América e foi responsável pelo estabelecimento do regime de Porto Único. Apenas um porto na metrópole, a princípio Sevilha, poderia realizar o comércio com as colônias, enquanto na América destacou-se o porto de Havana, com permissão para o comércio metropolitano e anos depois os portos de Vera Cruz, Porto Belo e Cartagena. Desenvolveu ainda o sistema de frotas anuais (duas); desde 1526 havia a proibição de navegarem os barcos isoladamente.

O **Conselho das Índias** foi criado em 1524, por Carlos V, e a ele cabia as decisões políticas em relação às colônias, nomeando Vice-reis e Capitães gerais, autoridades militares, e judiciais.

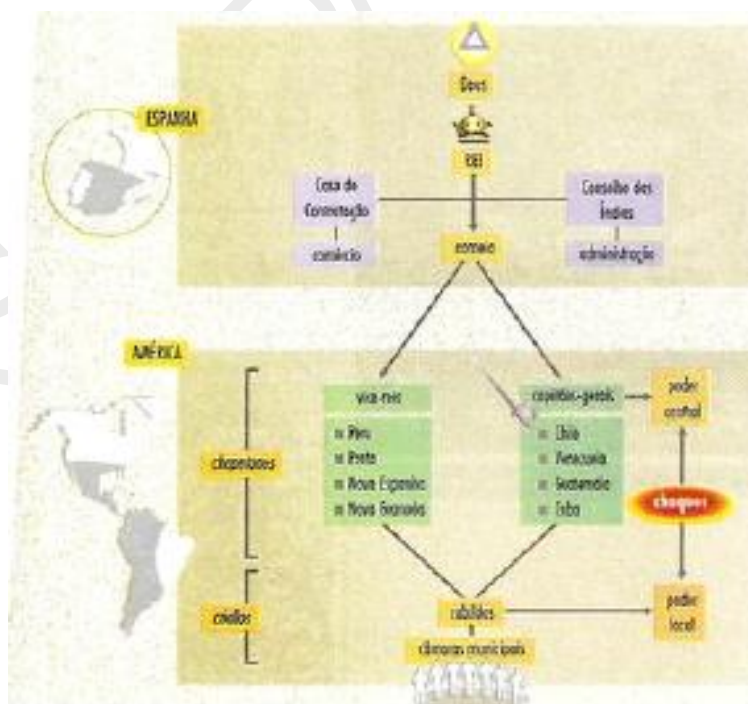
Foram criados ainda os cargos de **Juizes de Residência** e de **Visitador**. O Primeiro, responsável por apurar irregularidades na gestão de algum funcionário da metrópole na colônia; o segundo, responsável por fiscalizar um órgão metropolitano ou mesmo um Vice reino, normalmente para apurar abusos cometidos.

Nas colônias o poder dos adelantados foi eliminado com a formação dos Vice-Reinos e posteriormente dos Capitães gerais.

O território colonial foi dividido em quatro Vice-Reinos — Nova Espanha, Peru, Rio da Prata, e Nova Granada — e posteriormente foi redividido, surgindo as Capitânicas Gerais, áreas consideradas estratégicas ou não colonizadas. Os Vice-Reis eram nomeados pelo Conselho das Índias e possuíam amplos poderes, apesar de estarem sujeitos à fiscalização das Audiências

As Audiências eram formadas pelos ouvidores e possuíam a função judiciária na América. Com o tempo passaram a ter funções administrativas.

Os Cabildos ou ayuntamientos eram equivalentes às câmaras municipais, eram formadas por elementos da elite colonial, subordinados as leis da Espanha, mas com autonomia para promover a administração local, municipal.



### Estamentos Sociais:

Chapetones: espanhóis que habitam a América, tem os altos cargos públicos nas mãos, cuidam da política;

Criollos: eram os brancos (europeu + europeu = filho americano) nascidos na América, cuidam da economia (terras e minas) e ocupam os baixos cargos públicos (administração local - cabildos);

Mestiços: eram considerados os bastardos (cor negra: Chapetones + índios ou Criollos + índios). É o elo de ligação entre os chapetones e os índios, é o intermediário, é assalariado dos espanhóis, recrutam índios para a Mita;

Índios/negros: massa trabalhadora.

### **Sistema de Trabalho**

trabalho livre: assalariado e parceria (meieiro);

trabalho compulsório: escravidão e servidão;

Mita e Encomenda são sistemas de trabalho compulsório de servidão;

Mita: criação americana;

Os incas e os aztecas obrigavam outras tribos (índios) a trabalharem para eles e pagarem impostos;

Predomínio do trabalho na mineração;

Era realizado um sorteio nas tribos para retirar os trabalhadores, estes trabalhavam de 4 a 6 meses e morriam ou adoeciam. Recebiam um pequeno salário, mas endividavam-se, então, alugavam mulheres e filhas para quitar dívidas e trabalhavam como escravos;

Tinha cota de produção, isto é, uma quantidade de produto estipulada para se retirar em certo tempo.

### **Encomenda:**

Criação Européia;

Europeus pegavam índios nas tribos para supostamente "cristianiza-los", mas fazia-os trabalhar nas minas;

Cota de mão de obra: deveria dar uma quantidade de produto com mais tempo para a entrega.

Porque a América Espanhola utilizava índios como mão-de-obra e a América Portuguesa usava a mão-de-obra negra?

Na América Espanhola já existiam sociedades complexas, que já conheciam sistemas de trabalho (Ex. Mita), enquanto na América Portuguesa não havia civilizações tão densas, o índio era coletor, caçador e nômade;

A América Espanhola tinha índios concentrados demograficamente. Na América Espanhola os índios eram concentrados e na América Portuguesa os índios eram dispersos, nômades, etc.;

O Tratado de Tordesilhas deu a África à Portugal, estimulando o uso de negros como mão-de-obra pelos lusos e dificultando o uso de negros pela Espanha. Portugal faz o tráfico negreiro.

### **Colonização Francesa e Holandesa**

Após a descoberta do continente americano pela coroa espanhola, o primeiro país que se interessou por estas terras foi Portugal que conseguiu a divisão das posses por intermédio do tratado de Tordesilhas. Duas outras potências que iniciaram o processo de expansão marítima e comercial no século XVI e XVII foram a França e a Holanda. A América significava para eles a perspectiva de acumulo de riquezas dentro da ótica do desenvolvimento capitalista mercantil. Para atingir este fim, os dois reinos ocuparam terras pertencentes a Portugal e Espanha estabelecendo plantations, fazendo contrabando e pirataria.

Os franceses tentaram fundar duas colônias no litoral brasileiro, primeiro no Rio de Janeiro em 1557, quando criaram a França Antártica, que seriam uma base importante para o extrativismo vegetal (pau-brasil). Expulsos, tentaram se fixar no Maranhão onde fundaram a cidade de São Luiz e o colonial da França Equinocial, também sem sucesso. Na América do Norte os franceses ocuparam parte do Canadá e o atual estado da Louisiana nos EUA. Estas colônias eram exploradas por intermédio da caça, pesca e da atividade madeireira. No Caribe, Antilhas e Guiana os franceses produziam plantations de cana-de-açúcar, tabaco e mandioca.

O projeto de expansão marítima e comercial francês era particular e estava com o monopólio entregue a Companhia de Comércio das Índias Ocidentais e a maioria dos colonos era de huguenotes (calvinistas).

Já os holandeses iniciaram seu processo de expansão mais atrasados ainda. Somente no século XVII a Holanda estabelece uma colônia na América do Norte, a Nova Amsterdã (Nova York), região tomada pelos ingleses. No Caribe e nas Antilhas, no Suriname e na Guiana e também no Nordeste brasileiro os holandeses estabeleceram colônias com as quais descobriram a técnica de produção e iniciaram o plantation de cana-de-açúcar participando do financiamento, transporte, refino e distribuição da especiaria, o açúcar. Na ilha de Java a atividade econômica importante era o comércio de especiarias e por último na África do Sul a atividade mineradora era a responsável pelo processo de acumulação primitiva de capital. Outra fonte de lucro dos



holandeses no processo de colonização do século XVII e XVIII foi o tráfico negreiro também executado por companhias comerciais. Também devemos destacar a participação financeira dos judeus banqueiros da Holanda.

### Colonização Inglesa na América do Norte



O século XVIII é marcado, tanto na Europa quanto na América, por transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que culminaram com a ascensão das ideias iluministas em defesa dos interesses burgueses. A luta contra o absolutismo monárquico na Europa se transforma, na América, em luta pela independência das regiões coloniais, obviamente em benefício das classes proprietárias.

Para se falar do primeiro processo de independência de nosso continente, é necessário conhecer melhor a formação das treze colônias inglesas na América do Norte.

Era uma região povoada por perseguidos político-religiosos da Inglaterra e que, preocupada em resolver seus conflitos internos e em eliminar as ameaças estrangeiras em seu império, não exercia uma severa fiscalização sobre suas colônias.

O desenvolvimento das treze colônias da América do Norte foi muito desigual. Realizaram-se dois tipos de colonização: uma de povoamento e outra de exploração.

- *Colônias de povoamento*: Nova Inglaterra - formada por Massachussets, New Hampshire, Rhode Island e Connecticut (colônias do Norte); Nova York; Pensilvânia, Nova Jersey e Delaware (colônias do Centro). Estas colônias não se subordinaram à política mercantilista da metrópole. Fundadas numa região de clima temperado, caracterizavam-se por apresentar uma agricultura de subsistência, baseada na pequena propriedade (granja), na policultura e no trabalho livre dos próprios colonos.
- *Colônias de exploração*: Virgínia, Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia (colônias do Sul). Estas colônias eram dependentes da metrópole. Fundadas numa região de clima subtropical, caracterizavam-se por apresentar uma agricultura de exportação, baseada no latifúndio monocultor (grande propriedade agrária, cultivada com um único produto: arroz, anil, tabaco e algodão) e no trabalho escravo. O sistema agrário das colônias de exploração é conhecido como *plantation*.

Na parte Sul, numa região de clima subtropical, desenvolveu-se uma colonização de exploração cujas principais características eram o desenvolvimento de uma economia fundamentada na grande propriedade agrária (latifúndio); a monocultura, com a produção de itens agrícolas (arroz, tabaco e algodão); a utilização de mão-de-obra escrava de origem africana e a exportação, com a produção voltada para o atendimento das necessidades do mercado externo - Sistema de *Plantation*. A sociedade

caracterizou-se pela inexistência de camadas médias e pela bipolaridade representada por uma grande massa de escravos e por uma rica e poderosa aristocracia agrária.

Na parte Norte/Centro, numa região de clima idêntico ao da Inglaterra, que favorecia a produção europeia e também o desenvolvimento de um mercado interno, com implantações de indústrias extrativas (peles, madeira, pesca, ferro), manufatureiras e de construção naval. Pouco a pouco, graças às condições favoráveis - como especialização, aperfeiçoamento técnico e mão-de-obra qualificada - foi-se criando um excedente de produção, e ampliando-se a necessidade de novos mercados.

Além do comércio local, as colônias do Norte iniciaram um intercâmbio com as regiões produtoras de matérias-primas tropicais (colônias do Sul e Antilhas), com as quais produziam gêneros alimentícios (colônias do Centro), e ainda com a África, Espanha e Portugal, estabelecendo-se assim o Comércio Triangular e o rompimento do comércio direto com a Inglaterra (pacto-colonial). A aristocracia mercantil colonial concorria diretamente com a burguesia metropolitana.

As colônias eram governadas por representantes indicados pelo Rei da Inglaterra. Em cada uma delas os governantes eram assessorados por uma assembleia eleita pelos colonos e encarregada de votar os impostos e as taxas locais, fato que caracteriza uma ampla autonomia político-administrativa.

## 5. EXERCÍCIOS

01.(2006) "... conclamou todos os americanos a pegarem em armas contra a Inglaterra e aprovou, em 04 de julho de 1776, a declaração de Independência, cujo principal autor foi Thomas Jefferson."

**Boulos Jr, Alfredo. História Geral: Moderna e Contemporânea. SP, FTD, 1997.**

O texto acima refere-se ao:

- (A) Segundo Congresso Continental.
- (B) Primeiro Tratado de Utrecht.
- (C) Encontro de Nova Amsterdã.
- (D) Massacre de Boston.
- (E) Tratado de San Quentin.

02. (2006) Durante quase três séculos, a Europa viveu sob o regime absolutista, que possuía uma série de características particulares. A respeito do Absolutismo e seus antecedentes, é correto afirmar que:

- (A) a Espanha foi pioneira ao realizar a centralização monárquica, sob o reinado de Carlos V, unindo as coroas de Castela e Aragão.
- (B) Portugal foi pioneiro na expansão colonial com a descoberta da América, em 1492, por Cristóvão Colombo.
- (C) a Guerra dos Condottiere permitiu que os Estados italianos fossem unificados brevemente durante o papado de Júlio II.
- (D) a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) favoreceu o fortalecimento da monarquia francesa.
- (E) a Guerra das Duas Rosas (1455-1485) provocou o enfraquecimento da monarquia inglesa.

03. (2006) "A busca de novas mercadorias provocou o aparecimento das especiarias, que vinham das Índias. Os mercadores organizavam caravanas e as transportavam até Constantinopla... onde eram apanhadas pelos navegantes italianos... que as distribuíam no mercado europeu."

**Guilherme de Andréa Frota. Panorama da História do Brasil-Rio de Janeiro: Detalhes, 1987.**

Um acontecimento ocorrido na metade do século XV praticamente interrompeu o intercâmbio comercial da Europa com o Oriente, forçando a busca de uma nova rota comercial com as Índias. Esse fato foi o (a):

- (A) estabelecimento dos turcos em Constantinopla, transformada em sua capital, provocando a ruína do comércio mediterrâneo.
- (B) conquista de Jerusalém pelo sultão Saladino, interrompendo as rotas terrestres que das Índias demandavam à Constantinopla.
- (C) domínio muçulmano da Sicília, da Córsega e da Sardenha, bloqueando o Mediterrâneo à navegação e ao comércio europeu.
- (D) peste negra, que assolou a Europa e praticamente extinguiu a classe dos mercadores, privando o mercado europeu do comércio com o Oriente.

- (E) aliança entre gregos e egípcios, que passou a dominar o Mediterrâneo, impedindo o comércio de genoveses e venezianos com Constantinopla.

04. (2006) Durante os séculos XVI e XVII, a Inglaterra foi sacudida por lutas entre diferentes facções religiosas oriundas da Reforma Protestante. Ao mesmo tempo, a agricultura e a pecuária destinavam-se ao mercado, resultando em uma concentração de rendas e propriedades. Desse modo, os pequenos proprietários não tinham alternativas de sobrevivência. Assim, a emigração para as terras do Novo Mundo foi a saída encontrada por algumas daquelas facções religiosas, que fundaram núcleos populacionais que deram origem as Treze Colônias da América do Norte. Com o tempo, os colonos norte-americanos passaram a atuar no mercado externo criando o chamado comércio triangular. Esse comércio articulava as Colônias inglesas das Antilhas:

- (A) (produtoras de açúcar e melão), as Colônias espanholas da América do Sul (produtoras de gado) e a Ásia (produtora de cereais e chá).
- (B) (fornecedoras de escravos), a África (fornecedora de peles e manufaturados, principalmente a cachaça) e o Brasil (produtor de açúcar, metais e pedras preciosas).
- (C) (produtoras de manufaturados, principalmente tecidos), a Inglaterra (fornecedora de máquinas e equipamentos agrícolas) e a África (fornecedora de escravos).
- (D) (produtoras de açúcar, metais e pedras preciosas), o Brasil (produtor de açúcar e gado) e a África (produtora de cereais, madeira, peles, peixe seco e manufaturados, principalmente o rum).
- (E) (produtoras de açúcar e melão), a África (fornecedora de escravos) e a América do Norte (produtora de cereais, madeira, peles, peixe seco e manufaturados, principalmente o rum).

05. (2006) "As invasões napoleônicas, desarticulando as velhas potências europeias, prepararam o caminho para a independência das colônias na América. Por isso, a derrota do grande general da burguesia francesa representou, para as forças conservadoras, uma oportunidade para tentar fazer voltar atrás a história, reconquistando seus antigos privilégios. Mas o antigo regime estava em decadência e o capitalismo passava da fase mercantilista para a fase liberal. A independência das colônias latino-americanas era, portanto, inevitável, pois o antigo regime já não tinha condições de manter o pacto colonial."

**Pedro, Antônio. História Geral. SP, FTD, 1995**

Três acontecimentos foram fundamentais para dar início ao movimento de independência da América Latina:

- (A) a Revolução Comercial, os movimentos nacionalistas e o confinamento de Napoleão na ilha de Elba.
- (B) o Tratado de Versalhes, o forte sentimento reacionário dos povos latinos e a crise econômica das Metrôpoles Europeias.
- (C) a Revolução Industrial inglesa, a ruptura do equilíbrio político europeu e o desenvolvimento das colônias.
- (D) o apoio da Inglaterra, as Leis Intoleráveis e a conscientização da população das colônias.
- (E) o Tratado de Badajóz, o movimento dos Chapetones e a conscientização da população das colônias.

06. (2007) Quanto à colonização realizada nos Estados Unidos da América do Norte, ela foi dividida em colônias do norte e do sul. Predominantemente nas colônias do norte, essa ocupação se diferenciou da ocorrida no sul, onde o clima favorecia a cultura de produtos tropicais de grande valor na Europa, como o tabaco e o algodão.

A colonização, no norte, foi realizada predominantemente por:

- (A) franceses.
- (B) ingleses.
- (C) portugueses.
- (D) espanhóis.
- (E) holandeses.

07. (2007) Do século XII ao XV, Veneza, Gênova e Pisa destacaram-se como importantes núcleos urbanos na Europa, em decorrência, principalmente, da(o):

- (A) existência de grandes plantações de trigo e cevada na região.
- (B) comércio marítimo com os países situados nos mares do Norte e Báltico.
- (C) associação com outras cidades como Hamburgo e Bremen.
- (D) intenso intercâmbio comercial com o Oriente, por meio do transporte marítimo via Constantinopla.
- (E) domínio religioso e militar sobre as demais cidades localizadas no Mediterrâneo.

08. (2007) Na Europa, a justificativa para o poder soberano dos reis propiciou o aparecimento de inúmeras obras literárias que se dividiram em duas grandes correntes: a Teoria do Direito Divino dos Reis e a Teoria do Contrato Social.

**Berutti, 2004, p. 161, modificado**

A Teoria do Direito Divino dos Reis afirmava que:

- (A) o chefe do Governo atuava apenas como senhor feudal.
- (B) ser chefe de Estado dependia exclusivamente do parlamento.
- (C) os súditos não deviam obediência ao rei.
- (D) o imperador era apenas o chefe do Poder Executivo.
- (E) quem era contra o rei era contra Deus.

09. (2007) Na Europa do Século XV, Portugal destacou-se pelo pioneirismo com que se lançou à expansão marítimo-comercial, dentre outras razões, em virtude da(o):

- (A) associação entre o Estado português e empresas privadas, formando a Companhia das Índias Ocidentais.
- (B) experiência náutica dos portugueses, fruto dos estudos e experiências acontecidas na Escola de Sagres.
- (C) apoio inglês que forneceu tripulação e navios para a empreitada lusitana.
- (D) associação com a Espanha, pois o rei espanhol também era rei de Portugal, no final do século XV.
- (E) necessidade da busca de ouro e metais preciosos para financiar as cruzadas.

10. (2007) Durante o renascimento cultural na Europa, surgiu um grupo de pessoas conhecidas como mecenas. Tal grupo:

- (A) perambulava pelos burgos pregando a palavra de Deus.
- (B) pregava uma nova ordem política e social.
- (C) patrocinava e protegia os artistas.
- (D) defendia os interesses dos operários industriais.
- (E) constituía-se na camada mais pobre da sociedade europeia.

11. (2007) No Século XV, as potências europeias viram-se forçadas a buscar rotas marítimas para o Oriente, pois:

- (A) os turcos otomanos passaram a controlar as terras a leste do Mediterrâneo.
- (B) o Tratado de Tordesilhas impedia a navegação portuguesa ao sul de Cabo Verde.
- (C) os ingleses impediam a passagem pelo estreito de Gibraltar.
- (D) as águas agitadas do Cabo da Boa Esperança impediam os navios de contornar a costa africana.
- (E) espanhóis e portugueses não se entendiam quanto à navegação no Mar Mediterrâneo.

12. (2008) "A sociedade colonial, na América espanhola, era organizada com base na exploração que era estabelecida pelo mercantilismo metropolitano".

**Vicentino, 2007**

Nessa sociedade, os "chapetones" eram:

- (A) espanhóis da metrópole que ocupavam altos postos militares e civis.
- (B) descendentes de pais e mães espanhóis nascidos na América, que possuíam grandes propriedades ou estabelecimentos comerciais.
- (C) filhos de espanhóis com indígenas que desempenhavam, em geral, as funções de capatazes, artesãos ou administradores.
- (D) escravos negros, numericamente insignificantes, exceto nas Antilhas.
- (E) nativos da América do Sul, submetidos à mita e à encomienda.

13. (2008) Leia atentamente os itens abaixo.

- I. crise moral da Igreja Católica
- II. desenvolvimento dos Estados Nacionais
- III. conflito social entre a burguesia e a religião protestante
- IV. progresso do capitalismo comercial
- V. surgimento do humanismo

Assinale a única alternativa em que todos os itens listam causas da Reforma Protestante.

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) II, III e V.
- (E) I, II e IV.

14. (2009) "O reinado de Luís XIV (1661-1715) marcou o apogeu do Absolutismo na França".

Arruda & Piletti, 2007

Durante seu governo, em 1685, aboliu o Édito de Nantes, o que provocou:

- (A) um cisma com a Igreja Católica, que não concordava com os termos do documento.
- (B) grande entrada de divisas que vieram com os protestantes expulsos da Espanha.
- (C) um equilíbrio maior na balança do poder, pois o Édito limitava a atuação do Conselho de Estado.
- (D) grande evasão de capitais, levados por protestantes que deixaram o País.
- (E) um período de liberdade religiosa na França.

15. (2009) Leia atentamente os itens abaixo.

- I. Formação de companhias de comércio, como a Companhia das Índias Ocidentais.
- II. Prioridade máxima às políticas de povoamento das colônias, para fortalecimento das trocas comerciais com a metrópole.
- III. Obtenção de metais, por meio da exploração colonial.
- IV. Incentivo à produção manufatureira nas colônias.
- V. Estocagem de lingotes de ouro e prata.

Assinale a única alternativa em que todos os itens listam características do mercantilismo espanhol (bulionismo).

- (A) I e II
- (B) I e IV
- (C) III e IV
- (D) II e V
- (E) III e V

16. (2010) Leia atentamente os itens abaixo.

- I. O grande motivo da ida de ingleses para a América do Norte foram as perseguições religiosas e políticas.
- II. Ao contrário do que ocorreu na América espanhola e na América portuguesa, a Coroa inglesa foi a grande articuladora da colonização na América do Norte.
- III. Ao longo do Século XVI, os franceses estiveram na América, mas não como uma atitude sistemática e coerente da Coroa. Eram, na maioria das vezes, os corsários e uns poucos indivíduos que atuavam.
- IV. A mita era um sistema de divisão da produção agrícola entre os donos das "haciendas" (fazendas) e os "miteiros" (arrendatários), adotado pelos espanhóis para colonizar a América.
- V. Para operar seu imenso comércio mundial, os holandeses criaram grandes empresas mercantis e de navegação, como a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

Assinale a única alternativa em que todos os itens listam características corretas da Colonização Europeia na América.

- (A) I, II e III
- (B) I, III e V
- (C) II, IV e V
- (D) II, III e IV
- (E) I, III e IV

17. (2010) A Reforma foi um movimento religioso ocorrido no século XVI, marcado pelo surgimento de novas religiões cristãs. Dentre suas consequências, observamos:

- (A) uma grande ruptura na Igreja Católica, levando ao retrocesso de práticas, como a usura e os juros nas regiões onde foi adotado o luteranismo.

- (B) o aumento da interferência da Igreja Católica em questões políticas, nos países que se tornaram calvinistas.
- (C) o surgimento da Igreja Anglicana na Inglaterra, que adotou o calvinismo e criou um novo papa, para se tornar o chefe da nova igreja.
- (D) a reação da Igreja Católica, para tentar acabar com o avanço do movimento, promovendo guerras religiosas contra os países protestantes e revendo alguns de seus dogmas.
- (E) a tentativa da Igreja Católica de se fortalecer novamente, promovendo uma reorganização da Instituição e reafirmando princípios tradicionais.
18. (2010) Uma das práticas mercantilistas europeias implicava na proibição de se exportar certas matérias-primas que poderiam favorecer o crescimento industrial em outros países, a fim de evitar possíveis concorrências. Tal prática ficou conhecida por:
- (A) balança comercial favorável.
- (B) intervencionismo estatal.
- (C) metalismo.
- (D) colbertismo.
- (E) protecionismo.
19. (2010) As transformações culturais ocorridas na Europa dos séculos XIV a XVI ficaram conhecidas como Renascimento. Foram características deste movimento:
- (A) Misticismo e tentativas de reinterpretar o cristianismo.
- (B) Teocentrismo e recuperação de línguas clássicas (latim e grego).
- (C) Individualismo e utilização de novos recursos como a perspectiva no desenho e na pintura.
- (D) Racionalismo e críticas ao período conhecido como Antiguidade Clássica.
- (E) Antropocentrismo e rejeição de temas religiosos nas produções artísticas.
20. (2011) Durante a colonização inglesa na América, as colônias do norte tiveram uma flexibilização política ao monopólio, pois, durante algum tempo, permitiram o comércio entre as colônias e com as Antilhas francesas e espanholas, além de a metrópole não reprimir o contrabando. Tal fato sucedeu-se devido a estas colônias:
- (A) terem como características o trabalho livre e a grande propriedade.
- (B) estarem localizadas em área de clima temperado, que não favorecia o cultivo da cana-de-açúcar, tabaco e algodão, por isto não produziam produtos tropicais que interessavam à Inglaterra.
- (C) terem sido formadas por pessoas da nobreza parasitária, que desejavam manter o "status quo".
- (D) serem de origem holandesa, colônia fundada por Giovanni Caboto, italiano radicado em Amsterdã.
- (E) estarem numa posição geográfica próximas às Antilhas; além disso, a Inglaterra encontrava-se em guerra com a França e por isso sofriam com a escassez de mão-de-obra especializada.
21. (2011) As grandes navegações produziram o expansionismo do século XV e contribuíram para acelerar a transição do feudalismo/capitalismo que provocaram mudanças no comércio europeu, tais como:
- (A) deslocamento do eixo econômico do Atlântico para o Pacífico; ascensão econômica das repúblicas italianas paralelamente ao declínio das potências mercantis atlânticas; acúmulo de capitais nas mãos da realeza.
- (B) perda do monopólio do comércio de especiarias por parte dos italianos; declínio econômico das potências mercantis atlânticas; intenso fluxo de metais preciosos da América para a Europa.
- (C) empobrecimento da burguesia europeia; deslocamento do eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico; ascensão econômica das repúblicas italianas, paralelamente ao declínio das potências mercantis atlânticas.
- (D) intenso fluxo de metais preciosos da América para a Europa, o que determinou a chamada "revolução dos preços do Século XVI"; deslocamento do eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico; acúmulo de capitais nas mãos da burguesia europeia, em consequência da abundância de metais que afluiu para a Europa.
- (E) ascensão econômica das repúblicas italianas, paralelamente ao declínio econômico de países como Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda; incorporação das áreas do continente americano e do litoral africano às rotas já tradicionais de comércio Europa – Ásia; acumulação de capitais nas mãos da nobreza e realeza europeias.
22. (2015) Com relação às Reformas Religiosas ocorridas na Europa no século XVI, podemos afirmar que:
- (A) foram reflexo de disputas políticas entre os jesuítas e o papa.
- (B) tinham o objetivo de estabelecer a venda de indulgências para os pecadores.
- (C) permitiram à Igreja Católica uma total hegemonia religiosa na Alemanha.
- (D) só foram possíveis graças às decisões adotadas no Concílio de Trento.

(E) na Inglaterra foram promovidas pelo rei Henrique VIII.

23. (2012) A Reforma protestante foi um movimento ocorrido no século XVI que causou uma grande ruptura no mundo cristão e deu origem a novas doutrinas religiosas. Dentre os fatores que levaram a esse movimento, está (estão) o (a) (s):

- (A) apoio da Igreja católica à prática da usura e ao lucro.
- (B) críticas de alguns membros da Igreja a práticas promovidas pela instituição, como a venda de indulgências (perdão dos pecados).
- (C) reação à decisão da Igreja de restabelecer e reorganizar a Inquisição.
- (D) valorização do racionalismo e do cientificismo, além dos ideais iluministas.
- (E) estímulo à leitura e à livre interpretação da Bíblia, promovido pelo Vaticano.

24. (2012) "Se por um lado o mundo medieval se encerrou em meio à crise, por outro, com o início da expansão marítima e o declínio do feudalismo, afirmou-se uma nova tendência: o capitalismo comercial."

**Vicentino, 2007**

Sobre capitalismo comercial, tendência econômica adotada por alguns Estados Nacionais Europeus da Idade Moderna, pode-se afirmar que:

- (A) provocou o êxodo urbano, especialmente na Inglaterra.
- (B) subordinou, definitivamente, a economia urbana aos interesses agrários.
- (C) forçou o surgimento de legislação destinada a organizar e proteger o trabalhador rural.
- (D) monopolizou, já no século XV, nas mãos de empresários, as atividades produtivas urbanas, fazendo desaparecer o artesanato, praticado em oficinas.
- (E) evoluiu para uma crescente separação entre capital e trabalho.

25. (2013) "A partir do século XI, a Europa Ocidental foi palco de uma série de mudanças: crescimento da população, avanço técnico, aumento da produtividade agrícola, intensificação do comércio entre o Ocidente e o Oriente e ascensão da burguesia (mercadores, armadores, banqueiros). Todas essas mudanças inspiraram uma nova visão do mundo, da arte e do conhecimento, impulsionando, assim, um movimento de grande renovação cultural, único na história do Ocidente: o Renascimento."

**Boulos Jr, 2011**

São características do Renascimento:

- (A) antropocentrismo e misticismo.
- (B) hedonismo e antropocentrismo.
- (C) teocentrismo e individualismo.
- (D) teocentrismo e nacionalismo.
- (E) misticismo e hedonismo.

26. (2014) O absolutismo desenvolveu-se no ocidente europeu durante a Idade Moderna (séculos XV ao XVIII), favorecido, principalmente, pela(o)(s):

- (A) falta de freio nas concepções morais e nos costumes da época.
- (B) fortalecimento da Igreja Católica e pelos lucros auferidos pelas vitórias dos cruzados.
- (C) formação dos estados nacionais e transferência do eixo econômico do Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo.
- (D) riquezas obtidas pelos reis europeus na América, África e Ásia.
- (E) reforma protestante e transferência do eixo econômico do Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo.

27. (2015) Leia as afirmações abaixo referentes à colonização das Américas e assinale a única alternativa correta.

- I. Os primeiros colonos tinham diversas origens e condições sociais: degredados, mulheres para serem leiloadas como esposas, órfãos, camponeses sem terra, grupos religiosos fugidos da perseguição de que eram vítimas na Europa.
- II. O modelo de colonização consistia em conceder a um colono o direito de escravizar certo número de indígenas para fazê-los trabalhar na exploração de ouro, na agricultura ou em serviços domésticos.
- III. Houve preferência, desde cedo, à produção agrícola de larga aceitação na Europa, como o fumo, o algodão e o anil, em grandes propriedades monocultoras e com utilização de mão de obra escrava.
- IV. Era ideia entre boa parte dos colonos a visão de Calvino, para quem o ócio é pecado e enriquecer trabalhando é indício de que o indivíduo seria salvo.

- V. Nos primeiros contatos, os astecas pensaram que os colonizadores eram deuses e os presentearam com ouro.
- VI. Os colonos viam o trabalho como coisa para etnias consideradas inferiores.

Pode-se afirmar que:

- (A) I, III e V referem-se à colonização inglesa na América do Norte.
- (B) II caracteriza a colonização portuguesa na América do Sul e as de números IV e VI, a colonização inglesa na América do Norte.
- (C) I caracteriza a diversidade de colonos que chegaram às 13 Colônias após o desembarque do navio Mayflower; a de número III, a colonização portuguesa no extremo sul do Brasil; e a de número V descreve a forma como foram recebidos os colonizadores espanhóis ao chegar ao Peru.
- (D) II foi adotada pelos espanhóis nas Américas; a de número III era uma forma comum de produção nas colônias do Sul dos Estados Unidos; e a de número VI era a visão de boa parte dos colonizadores que chegaram ao Brasil a partir do Século XVI.
- (E) I descreve claramente a variedade de colonos portugueses que aportaram no Brasil; a de número IV era a visão da maior parte dos colonizadores espanhóis nas Américas; e a de número V caracteriza a forma como foram recebidos os ingleses nas Antilhas.



### **III. BRASIL COLÔNIA**

#### **1. ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

##### **Os Tratados feitos com a Espanha**

No ano de 1492, a Espanha iniciou sua expansão marítima. Os reis espanhóis, Fernando II e Isabel I, financiaram o projeto do navegador genovês Cristóvão Colombo, que pretendia chegar às Índias navegando para o Ocidente, acreditando que a terra era redonda. Colombo chega à América em outubro de 1492, pensando ter chegado às Índias.

A descoberta da América por Colombo em 1492 abriu uma etapa de negociações entre Portugal e Espanha sobre as descobertas, tendo a Igreja o papel de mediadora. O primeiro tratado entre os dois países foi a Bula "Inter Coetera", de 1493, na qual o Papa Alexandre VI estabelecia um meridiano de 100 léguas a Oeste do arquipélago de Cabo Verde, concedendo à Espanha todas as possessões a Oeste deste meridiano cabendo à Portugal tudo a Leste. Portanto os resultados da primeira expedição de Colombo iniciaram uma disputa pela partilha do mundo.

**Figura 6: Mapa de Cantino feito em 1502.**



Fonte: Academia de Ciências de Lisboa.

O rei de Portugal, D. João II, não ficou satisfeito com a bula papal, pois a linha imaginária passaria no meio do Atlântico, ameaçando as conquistas portuguesas nas rotas do Atlântico Sul. Em 1494, foi assinado o Tratado de Tordesilhas, que seria o definitivo entre portugueses e espanhóis. Foi traçado um novo meridiano, agora a 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde, ficando as terras a leste do mesmo meridiano para Portugal. O novo tratado garantiu a Portugal não apenas as rotas do Atlântico, como também uma parte da América, onde mais tarde Cabral fundaria o Brasil.

##### **A Viagem de Cabral**

Com o objetivo de fundar feitorias na Índia e de forçar o Marajá de Calicute a aceitar comercializar com Portugal, o rei D. Manuel I, O Venturoso, preparou uma grande esquadra composta de 13 caravelas, a mais poderosa das expedições até então organizada. Com artilharia, munições e mantimentos a esquadra levava o melhor possível. Transportava 1.500 homens de armas, entre os quais 20 degredados que deviam ser deixados em terra para aprender a língua. Esta esquadra estava sob o comando do Fidalgo Pedro Álvares Cabral, embaixador de Portugal perante o Marajá de Calicute (cidade da Índia). Cabral não era navegador, mas por ser a figura mais importante da frota, assumiu o comando. Tinha os melhores comandantes de navios na sua esquadra.

No dia 09 de março de 1500 a frota partiu do porto do Tejo em direção à Índia, contornando a costa africana, como era o projeto português, mas a viagem tinha objetivos secretos, e se afastou muito da costa africana. No dia 21 de Abril de 1500 foram avistados os primeiros sinais da terra. A 22 de abril: terra firme. Era a costa, atualmente do sul da Bahia. O primeiro ponto percebido foi um monte, chamado de monte Pascoal, por estarem próximos da Páscoa. Aproximando-se da terra, Cabral entrou em contato pacífico com os indígenas. No dia 26, foi rezada a primeira missa, na localidade chamada Coroa Vermelha por frei Henrique de Coimbra, franciscano; o escrívão Pero Vaz de Caminha escreveu notícia do descobrimento para que o navegador Gaspar de Lemos a levasse a Portugal e noticiasse o Rei e a Europa das novas possessões portuguesas. O Brasil teve vários nomes além de Pindorama como os índios a chamavam, foi batizada pelos portugueses como Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e Brasil.

**Figura 7: Desembarque de Cabral em Porto Seguro (estudo), óleo sobre tela, Oscar Pereira da Silva, 1904.**



Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

O local chamado por Cabral como um porto seguro é hoje identificado como Baía Cabralia, ao sul da Bahia. Não se conhecem as cartas de Cabral e as dos demais comandantes. As únicas que nos restam são a de Pero Vaz de Caminha e a do Astrônomo Mestre João.

### **A questão da intencionalidade do descobrimento**

Muitos historiadores admitem que houvesse intencionalidade no descobrimento, isto é, julgam que os portugueses já sabiam ou suspeitavam da existência de terras ao Oeste do Atlântico Sul. Entre os argumentos podemos citar os seguintes:

- A carta de Pero Vaz de Caminha não demonstra surpresa com a nova descoberta.
- D. João II não aceitou a primeira demarcação estabelecida pelo papa Alexandre VI, através da Bula Inter Coetera.
- Mestre João, físico e cirurgião do rei de Portugal, alemão de nascimento, era dos mais categorizados astrônomos da época. Muito entendido na arte de determinar a longitude de leste a oeste, não haveria ele, sendo um dos componentes da esquadra cabralina, encarregado de corrigir com presteza a rota do Cabo da Boa Esperança a Calicute?
- Posição geográfica estratégica (Península Ibérica – Sudeste europeu);
- Portugal foi o primeiro Estado Nacional Moderno (centralização do poder);
- Presença de uma forte burguesia;
- A Espanha estava preocupada em expulsar os árabes de seu território;
- Existência de escolas de navegação;
- O rei e a burguesia mercantil de Portugal uniram-se com o objetivo de expandir o comércio marítimo.
- Tradição Naval.

### **As consequências da expansão marítima**

As grandes navegações representaram um dos mais significativos acontecimentos da Idade Moderna. Entre as principais transformações trazidas por este processo podemos citar: a mudança do eixo econômico europeu do Mar Mediterrâneo para os Oceanos Atlântico e Índico; decadência econômica das cidades italianas; duas novas potências ascenderam, Portugal e Espanha; europeização do mundo.

As outras consequências da expansão marítima foram: a comprovação da esfericidade da terra; a ampliação do mundo conhecido com a descoberta de novos continentes; alta de preços na Europa; o fortalecimento da burguesia; o reestabelecimento do escravismo; a formação de impérios coloniais; propagação da fé católica para América, África e Ásia; comércio de proporções mundiais que agora uniam diversos continentes; dizimação de civilizações americanas e da cultura indígena presente na América.

A consequência principal para Portugal foi que, como um reino pequeno, se deparou com enormes extensões territoriais para conquistar, não tendo de imediato a força para poder dominá-lo inteiro.

### **Brasil pré-colonial (1500 – 1530)**

O processo de colonização do Brasil surgiu dentro da lógica comercial da Europa de então. A expansão marítima modificou o mundo. O comércio, na Europa, teve grande impulso, devido às especiarias vinda da Ásia e também à infinidade de produtos que chegavam da África como ouro e marfim.

No Brasil, de imediato, os portugueses não encontraram coisa alguma que fosse objeto de comercialização, exceção feita ao pau-brasil, madeira utilizada para tingir roupas. Por isso o comércio com as Índias era, sem dúvida, mais rentável aos cofres portugueses. Além disso, Portugal não dispunha de pessoal, dinheiro e navios suficientes para manter duas linhas de comércio ao mesmo tempo, com o Oriente e com o Brasil. Devido a isso, até 1530, Portugal não se interessou muito pelo Brasil.

**Figura 8: Jean de Lery. Século XVI.**



**Jaen de Lery. Século XVI.**

O primeiro reconhecimento da terra foi feito pelo próprio navio encarregado de levar as cartas narrando o descobrimento ao Rei D. Manuel I, sob o comando de Gaspar de Lemos. Verificou não se tratar de uma simples ilha, como dissera Cabral, mas um grande continente.

Para que fossem obtidas maiores informações a respeito da terra descoberta, foram enviadas algumas expedições. Em 1503, o governo português arrendou os direitos de exploração do pau-brasil e um grupo de comerciantes liderados por Fernando de Noronha. O arrendatário comprometia-se a pagar imposto ao governo português pela extração do pau-brasil, que era considerado estanco do rei

de Portugal, ou seja, patrimônio real. Para a extração do pau-brasil, foi montado ao longo do litoral algumas feitorias, depósitos destinados a armazenar pau-brasil.

**Nesses anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtida principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas, em grandes áreas, mas encontravam-se dispersas. À medida que a madeira foi se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias, objetos de pouco valor para os portugueses.**

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo 2013. 14ª edição.

### Os habitantes do Brasil antes de Cabral

No Brasil foram encontrados muitos sítios arqueológicos (conjuntos de vestígios encontrados em uma determinada região) e seu estudo tem contribuído muito para elucidar o modo de vida dos povos que aqui viveram nos primeiros tempos.

Os sítios arqueológicos encontrados no litoral brasileiro são conhecidos como sambaquis, ou seja, montes de conchas e esqueletos de peixes associados e artefatos de pedra que atingem de 2 a 30 metros de altura, resultantes das sucessivas ocupações de comunidades que se alimentavam de animais marinhos, deixando os restos dos alimentos (cascas de moluscos e esqueletos de peixes) na própria área de habitação. Alguns sambaquis datam de 10 mil anos atrás.

São comuns também as pinturas rupestres, encontradas nas paredes rochosas das cavernas, em lajes de pedras e em fragmentos de rochas. Trata-se de desenhos de figuras humanas e de animais, cenas de caça e pesca. No Brasil, já foram catalogados mais de 220 abrigos usados por esses grupos pré-históricos, com cerca de 9 mil figuras pintadas. As mais famosas estão em cavernas de Minas Gerais e do Piauí.

Ao chegar ao novo mundo os portugueses se depararam com habitantes que eles identificaram como gentio. Eram índios, em sua maioria do grupo étnico Tupi-guarani. Inicialmente tiveram contato com duas grandes macro-famílias, os Tupinambás e os Tupiniquins, que viviam em constante luta entre si e praticavam a antropofagia ritual.

Os outros grupos indígenas brasileiros além do tupi eram: Jê, Aruaque e Caraíba. Estes por sua vez se subdividiam em diversas outras famílias de línguas.

O grupo tupi ocupava a área referente ao litoral brasileiro, desde o Ceará até São Paulo. Desta região até o Rio Grande do Sul, os Guaranis dominavam. O grupo Jê ocupava a região do Sertão se estendendo desde o Maranhão e Piauí até o Mato Grosso. Os Aruaques e Caraíbas ocupavam a região norte que inclui o Amapá, Pará e perto do Amazonas.

**Figura 9: "Família de um chefe Camacã se preparando para festa"**



por Jean-Baptiste Debret.

Os índios brasileiros praticavam a caça, a pesca, a coleta de alimentos das matas e a agricultura, sendo os principais produtos a mandioca, milho, amendoim e feijão, seu método agrícola baseava-se na coivara, cujo princípio básico era a queimada realizada após as colheitas. Este método levava ao cansaço do solo e obrigava as aldeias a se deslocarem em busca de melhores regiões que os alimentasse. Por isso, afirmamos que a maioria dos índios brasileiros eram seminômades. Neste percurso, eram comuns os choques e guerras com outras tribos na disputa pelo território.

- O termo índio nasceu de um engano histórico: ao desembarcar na América, o navegador Cristóvão Colombo chamou seus habitantes de índios, pois pensava ter chegado às Índias.

- Outras designações para o habitante da América pré-colombiana: aborígenes, ameríndio, autóctone, brasilíndio, gentio, íncola, "negro da terra", nativo, bugre, silvícola, etc...

Como vimos anteriormente, a partir de 1530, surgiu um verdadeiro dilema para a coroa portuguesa: ou ocupava as terras brasileiras ou as perdia para os franceses que constantemente vinham ao nosso litoral em busca de pau-brasil. Também devemos mencionar que o comércio dos portugueses com o Oriente sofreu uma baixa devido à concorrência de outras nações que chegavam às Índias para comercializar. Logo, a coroa portuguesa associada à burguesia mercantil, iniciou pioneiramente entre os Estados modernos, uma nova forma de exploração econômica das terras americanas, que não se assemelhava ao simples escambo nem se baseava na extração predatória de metais preciosos.

A primeira expedição colonizadora foi comandada por Martim Afonso de Souza, que chegou em 1530 e trazia cerca de quatrocentas pessoas, entre elas trabalhadores, padres e soldados. Martim Afonso de Souza veio de Portugal com a missão de expulsar os estrangeiros que contrabandeavam pau-brasil, de procurar ouro e de iniciar a colonização. Tem início o povoamento português em terras brasileiras.

Em 1532 foi fundada a Vila de São Vicente, primeiro núcleo de povoamento do Brasil. Lá se fixaram quatrocentos colonos, que se dedicaram ao plantio da cana. E lá surgiu o primeiro engenho produtor de açúcar.

A colonização do Brasil estava, como não poderia ser, dentro do sistema mercantilista mundial. Nossa economia, graças ao Pacto Colonial, era transformada em uma economia periférica, cuja função, era gerar riquezas para a metrópole.

Chamamos de mercantilismo o conjunto de práticas econômicas que vigorou entre as potências européias entre os séculos XV e XVIII, baseado na direta intervenção do Estado na economia, e cuja finalidade principal era enriquecer estes Estados. Podemos ainda acrescentar: política de incentivo ao crescimento populacional, incentivo à construção naval e os monopólios.

O mercantilismo tem um conjunto de ideias que formam o corpo de sua doutrina. São elas:

Balança comercial favorável: Maior exportação e menor importação.

Metalismo: Quantidade de metais preciosos que possui, o torna mais rico.

Protecionismo: Ideia da balança comercial favorável, garante o mercado interno às indústrias nacionais.

Industrialismo: Satisfação do mercado interno e fornecer manufaturados aos consumidores.

**Colonialismo:** Procura de produtos e mão-de-obra, desenvolvimento do comércio mundial. (Revolução Comercial).

Existiram vários tipos de Mercantilismos, mas, basicamente, eles estavam ligados às riquezas que cada nação poderia extrair de suas colônias. A saber:

**Espanha:** seu tipo de Mercantilismo foi chamado de Bulionista ou Metalista, ou seja, seu propósito era acumular metais preciosos, isto se explica, pois teve contato precocemente com tribos que conheciam o ouro e a metalurgia na América.

**Portugal:** em princípio Portugal adotou o comercialismo, ou seja, valorização das trocas comerciais, mas a partir do século XVIII, com a descoberta de ouro no Brasil se tornou metalista.

**França:** desenvolveu o Industrialismo ou Colbertismo devido ao seu ministro Colbert, que optou pelo desenvolvimento das manufaturas têxteis com amplo incentivo do governo.

**Holanda:** seu Mercantilismo baseava-se na sua ampla frota naval, sendo responsáveis pela maioria dos fretes marítimos. Também buscou a implementação das Cias. privilegiadas de Comércio. É importante lembrar que na Holanda estavam concentrados os maiores bancos da Europa.

Pacto colonial era, na verdade, a forma com que as metrópoles dominavam suas colônias. As colônias só poderiam fazer comércio com a metrópole. A colônia fornecia produtos tropicais e matéria-prima para a metrópole e esta vendia manufaturas à colônia.

### **A estrutura político-administrativa: a expedição de 1530 de Martim Afonso de Souza.**

Organizada por D. João III, o Colonizador, a expedição era constituída de cinco navios. Era comandada por Martim Afonso de Souza, que recebeu ordens de explorar o litoral desde o Maranhão até o rio da Prata, dar combate aos franceses, estabelecendo núcleos de povoação.

Logo que chegou ao Brasil aprisionou três naus francesas, que regularmente frequentavam o nosso atual litoral, também explorando o pau-brasil, inclusive um dos fatores para o início da ocupação destas terras, estava ligado ao receio de Portugal perder suas terras para outros países europeus.

Nessa expedição foi fundada a primeira vila brasileira, São Vicente, em 22 de janeiro de 1532, com a ajuda de João Ramalho e também a segunda vila do Brasil: Santo André da Borda do Campo. Foram trazidas as primeiras mudas de cana-de-açúcar, as primeiras cabeças de gado e foi construído o primeiro engenho no Brasil.

### **CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E GOVERNOS GERAIS**

Portugal percebeu que não conseguiria por muito tempo manter o território que havia tomado posse nas terras americanas, enviando apenas expedições, pois a colônia era bastante extensa e a presença de navios estrangeiros no que hoje é o litoral brasileiro era muito comum. Além disso, havia falta de recursos do Estado português para colonizar o Brasil e um grande interesse na manutenção do lucrativo comércio com o Oriente. O Reino Português vai optar pela divisão da colônia em grandes faixas de terras que seriam doadas a nobres, fidalgos e mercadores, para que esses realizassem a colonização no Brasil. Assim a colônia foi dividida em grandes lotes de terras, as Capitânicas Hereditárias. Algumas capitânicas e seus donatários

**Figura 10: Capitânicas hereditárias**



- Primeira Capitania do Maranhão: donatário João de Barros
- Itamaracá: Donatário Pero Lopes
- Ilhéus: Jorge de Figueiredo Correia
- Porto Seguro: Pero de Tourinho
- Bahia de Todos os Santos: Francisco Pereira Coutinho
- São Vicente: Martim Afonso de Souza
- Pernambuco: Duarte Coelho

Fonte: Luís Teixeira. Roteiro de todos os sinais..., c. 1586. Lisboa, Biblioteca da Ajuda

Os donatários receberam uma doação de Coroa, pela qual se tornavam possuidores, mas não proprietários da terra. Isso significava, entre outras coisas, que não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica (arrecadação de tributos) como na esfera administrativa. A instalação de engenhos de açúcar e moinhos de água e o uso de depósitos de sal dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração de pau-brasil, de metais preciosos e de derivados da pesca cabia também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, eles tinham o monopólio da justiça, autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.

### Documentos que normatizavam o sistema de Capitânicas

Carta de Doação: Título de posse dado pelo Rei, e a propriedade de 10 léguas de terra

ao longo da costa, dividida e quatro ou cinco lotes, isentos de qualquer tributo, exceto o dízimo. Concedia, ainda, o privilégio de fabricar e possuir engenhos d'água e moendas.

Foral: Dizia os direitos e deveres do donatário:

Direitos: cobrar impostos, distribuir sesmarias (lotes doados a outros colonos), explorar a capitania, administrar a justiça, escravizar os índios.

Deveres: pagar o imposto ao rei de Portugal, principalmente na extração do pau-brasil, cuidar da terra, não vender, trocar ou dividir a capitania.

Como vimos pelo fato da coroa não ter condições financeiras de bancar a colonização do Brasil, entregou esta responsabilidade aos donatários. No entanto, o rei mantinha uma série de privilégios sobre a exploração da terra, tais como: monopólio sobre o comércio da capitania, direito exclusivo de cunhagem de moedas, direito de 1/5 sobre a produção de metais preciosos encontrados e 1/10 (a dízima) sobre produtos exportados.

Contudo, o projeto das capitânicas não deu muito certo, só prosperando as capitânicas de Pernambuco e São Vicente. As razões desse fracasso foram: área muito grande das capitânicas, o que dificultava o controle do território; poucos recursos dos donatários, ataques indígenas e estrangeiros; dificuldades de comunicação com a Europa e entre as capitânicas.

Devido principalmente à falta de recursos, muitos donatários se quer vieram tomar posse de suas terras na colônia. Era preciso que o rei tomasse novas providências para viabilizar a colonização.

### Os Governos Gerais

O fracasso das Capitânicas Hereditárias forçou o governo de Portugal a elaborar uma nova forma de organização administrativa do Brasil. Diante das dificuldades dos donatários, a coroa portuguesa resolveu nomear um governador-geral para a colônia, tornando-se então participante direto da empresa colonial. O Governador representaria diretamente o rei e teria poderes de fiscalização sobre todas as capitânicas. Portanto, a criação do governo-geral não destruiu o sistema de capitânicas, mas diminuiu os poderes dos donatários.

**A instituição de um Governo-geral representou um esforço de centralização administrativa, mas isso não significa que o Governo-geral detivesse todos os poderes, nem que em seus primeiros tempos pudesse exercer uma atividade muito abrangente. A ligação entre as capitânicas era bastante precária, limitando o raio de ação dos governadores. A correspondência dos jesuítas dá claras indicações desse isolamento.**

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.

### Primeiro Governo Geral (1549-1553)

Em 1549, chegou ao Brasil o primeiro governador geral, Tomé de Souza, trazendo consigo funcionários, soldados, artesãos e padres jesuítas.

**Figura 11: Chegada de Tomé de Sousa à Bahia, numa gravura de começo do século XIX**



(Chegada de Tomé de Sousa à Bahia, numa gravura de começo do século XIX)

O regimento Geral era a carta que dava autoridade ao governador, suas obrigações e deveres.

As funções do Governo Geral eram:

- Exercer a justiça na colônia;
- Comandar a defesa da costa brasileira;
- Dar apoio ao processo colonizador incentivando a montagem de engenhos e auxiliando o combate aos índios;
- Zelar e fiscalizar a arrecadação dos impostos que cabiam ao rei;
- Implantar novos cargos administrativos na colônia.

O governo-geral se estabeleceu na capitania da Bahia, onde Tomé de Souza fundou a cidade de Salvador, primeira capital da colônia. As capitanias continuaram existindo governadas pelos donatários, que ficavam agora subordinados ao governador-geral. Tomé de Souza vem com autorização Papal para criar no Brasil o Primeiro Bispado. O primeiro Bispo do Brasil é frei Sardinha.

Para auxiliar ao governador vieram alguns funcionários reais:

- Ouvidor-mor — encarregado da Justiça.
- Provedor-mor — encarregado dos impostos.
- Capitão-mor — encarregado da defesa das costas do Brasil.
- Alcaide-mor — responsável pela segurança.

### **As Câmaras Municipais**

O poder local era exercido nas câmaras municipais e os vereadores eram escolhidos entre os homens-bons, que eram os grandes proprietários de terra. As Câmaras Municipais sempre defendiam seus interesses. O poder político estava, portanto nas mãos dos senhores de engenho. As Câmaras Municipais eram presididas por um juiz ordinário, também escolhido pelos "homens bons", e acumulavam vários poderes: abastecimento de mão-de-obra escrava de acordo com as necessidades da região, cobrança de impostos, catequese, guerras contra os índios.

Embora o sistema de Governo Geral tenha sido criado para centralizar o poder político, dando aos governadores gerais amplos poderes, eles não conseguiam, porém, impor totalmente sua autoridade aos senhores de engenho. A classe que dominava econômica, social e politicamente no Brasil colonial era a dos grandes proprietários de terras, chamada a aristocracia rural.

### **O Segundo Governo Geral (1553-1558)**

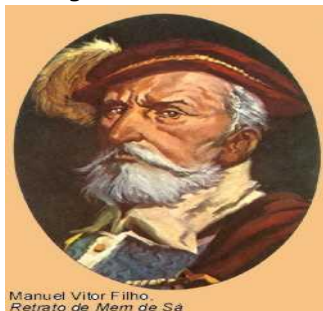
O segundo governador geral do Brasil foi Duarte da Costa. O seu governo é tido como fraco, pois ocorreu a invasão francesa na Guanabara, onde foi fundada a França Antártica, em 1555 (tentativa de estabelecer uma colônia francesa de povoamento no Brasil, de caráter protestante).

Também é fundado em 25 de janeiro de 1554, o colégio São Paulo de Piratininga, por José de Anchieta, onde hoje é a cidade de São Paulo. Porém, no seu governo, os índios se organizam na Confederação dos Tamoios. A tribo dos Tamoios (quer dizer

mais antigo do lugar), organizados, impôs resistência ao domínio lusitano, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o litoral sul, até São Vicente. Em 1575, Antônio de Salema, com uma força de 400 portugueses e de 700 índios aliados, provenientes do Espírito Santo, derrota a confederação dos Tamoios, pondo fim à primeira resistência organizada contra o domínio português.

### O Terceiro Governo Geral (1558-1572)

Figura 12: Mem de Sá



Retrato de Mem de Sá por Manuel Vitor Filho.

O Governo de Mem de Sá, terceiro governador geral, é de pacificação da colônia, segue-se a proibição de escravizar indígenas. Durante seu governo, seu sobrinho, Estácio de Sá fundou a Cidade do Rio de Janeiro em 1º de março de 1565 e empreendeu a guerra definitiva que levou a expulsão dos franceses da Baía da Guanabara entre 1565 e 1567.

### Dois Governos: Um no norte e outro no sul

Com a morte de Mem de Sá, o rei nomeou D. Luís de Vasconcelos para ser o quarto governador geral da colônia. Ele foi, porém, atacado por piratas franceses e morreu antes de chegar ao Brasil.

Com o objetivo de administrar melhor o vasto território brasileiro, Portugal decidiu, então, dividir a colônia em dois governos distintos:

- o governo do norte, com capital em Salvador, foi dado a D. Luís de Brito.
- o governo do sul, com capital no Rio de Janeiro, foi dado a D. Antônio de Salema

A tentativa não teve êxito e, em 1578, Lourenço da Veiga unificou os dois governos, tornando-se o quinto governador geral.

### O Domínio Espanhol

Em 1578, o rei português, D. Sebastião, faleceu sem deixar herdeiros. O rei de Portugal morreu lutando na batalha de Alcácer-Quibir, Norte da África, contra os muçulmanos. Seu tio, o Cardeal D. Henrique, assume o trono, mas já contava com sessenta e cinco anos, morrendo então dois anos depois que assumiu o trono. Fica então vago o trono português; o nome mais próximo na linha de sucessão ao trono é Filipe II da Espanha, que assume o trono português. Ele era da dinastia dos Habsburgo, se tornando o soberano mais poderoso que o mundo já conheceu até então. Tinha o apelido de diabo do meio-dia, pois o Sol nunca se punha em seu reinado.

Apesar da unificação das coroas, Filipe II tentou preservar a imagem de Portugal, não o tratando como nação conquistada, mas como um reino independente, que tinha como rei o mesmo rei de Espanha. Este tratamento foi assegurado com a assinatura do juramento de Tomar, 1581. Ele garantia que Portugal continuaria com suas leis e a administração continuaria nas mãos dos portugueses.

O domínio espanhol trouxe várias consequências para a evolução da colônia americana de Portugal:

- Foi incentivada a ocupação do interior do território.
- A linha de Tordesilhas na prática deixou de existir, já que todas as terras agora pertenciam à Espanha.
- A primeira visitação do tribunal do Santo Ofício ao Brasil, expulsando os cristãos-novos.
- A invasão holandesa do tribunal do Santo Ofício do Brasil em Estado do Brasil e Estado do Maranhão.

### Divisão da Colônia durante o governo espanhol

Durante o domínio espanhol houve outra tentativa de melhorar a administração do Brasil e defender o litoral contra a invasão dos franceses. Em 1621, o território brasileiro foi outra vez dividido, desta vez em dois grandes estados. As diversas capitanias passaram a ser administradas em dois blocos que durariam até 1774. Eram eles:

- Estado do Maranhão (da Amazônia ao Ceará): a capital era São Luís. Transformou-se mais tarde em Estado do Grão-Pará, com capital em Belém.



- Estado do Brasil (do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul): a capital em Salvador. A partir de 1763 a capital passou a ser o Rio de Janeiro.

## 2. ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA

Uma forma de avaliarmos economicamente a história do Brasil colonial é estudarmos os ciclos econômicos, porém a teoria dos ciclos econômicos são numerosas e variadas, mas para o nosso estudo iremos considerar a representação e duração dos ciclos de cada atividade econômica, com expansão e retração de suas atividades.

Existem ciclos grandes de 70 anos, ciclos pequenos de 6 anos ou menos, e também os que duram séculos. É importante você entender que esta divisão é apenas didática e aponta a principal atividade econômica desenvolvida no período, e junto a estas atividades existiram diversas outras tais como: algodão, o tabaco e a produção de cachaça (utilizados na troca por escravos na África) o comércio de couro e produção de alimentos para abastecimento interno, a criação de gado e o tráfico de escravos. Todas estas atividades foram desenvolvidas ao mesmo tempo na colônia.

### Pau-brasil

A madeira do pau-brasil era conhecida dos europeus desde a Idade Média. No Brasil era natural da Mata Atlântica. Foi uma riqueza disputada entre franceses e portugueses e não justificou de imediato um esforço colonizador. A descoberta do pau-brasil favoreceu um processo de conhecimento inicial da nossa terra e aproximou Portugal dos holandeses, maiores compradores do produto e seus aliados.

**Figura 13: Derrubada do pau-brasil**



(Derrubada do pau-brasil em ilustração da Cosmografia Universal de André Thevet, 1575.)

Os indígenas conheciam o pau-brasil pelo nome de Ibirapitanga, os portugueses já conheciam uma variedade do pau-brasil, existente na Índia, dela serviam para extrair uma tinta de cor vermelha, muito procurada no ocidente.

A forma de exploração do pau-brasil foi feita por meio de escambo, ou seja, a troca de quinquilharias vinda de Portugal pelo trabalho do índio de executar a derrubada e o transporte de toras até as feitorias portuguesas. Com o tempo, a relação entre portugueses e índios se agravou levando os portugueses a escravizarem indígenas para o trabalho.

### O ciclo do açúcar

O solo da região Nordeste, principalmente uma pequena faixa litorânea conhecido como solo de Massapê, bastante rico de origem vulcânica, a proximidade do mar e a grande quantidade de água doce, fizeram que o litoral nordestino se transformasse no maior produtor de açúcar do mundo no período, e se fizesse ali a primeira grande empresa colonial, ou seja, a empresa açucareira que deu origem ao ciclo do açúcar.

**Não se conhece a data em que os portugueses introduziram a cana-de-açúcar no Brasil. Foi nas décadas de 1530 e 1540 que a produção se estabeleceu em bases sólidas. Em sua expedição de 1532, Martin Afonso trouxe um perito na manufatura do açúcar, bem como portugueses, italianos e flamengos com experiência na atividade açucareira da ilha da Madeira. Plantou-se cana e construíram-se engenhos em todas as capitânicas, de São Vicente a Pernambuco.**

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.

Os primeiros engenhos que se instalaram na região ainda no século XVI, atingindo seu apogeu no século XVII foram montados com empréstimos do capital holandês, na época, aliados dos mercadores portugueses. Aos holandeses também cabia o transporte do produto para a Europa, o refino final e a distribuição do produto no mercado europeu. Você deve estar se perguntando qual era a parte de Portugal. Bom, a coroa portuguesa lucrava com a cobrança de impostos sobre a produção.

**Figura 14: Moagem da Cana no Engenho**



Benedito Calixto, *Moagem da Cana no Engenho*, SP, Museu Paulista

(imagem de Benedito Calixto, *Moagem da Cana no Engenho*)

Com o tempo, o açúcar se transformou no principal responsável pela ocupação do litoral brasileiro pelos portugueses. Em sua obra definitiva sobre o Brasil rural do período colonial Stuart B. Schwartz afirma que:

**A abertura do Novo mundo à colonização e exploração criou oportunidades novas e aparentemente ilimitadas para a expansão da agricultura de exportação em grande escala, da qual o açúcar era o produto mais racional e provavelmente o mais lucrativo.**

(Stuart B. Schwartz. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988, p. 30)

As razões da escolha do açúcar, como produto para colonizar o Brasil, foram as seguintes:

- Clima tropical;
- Portugal já tinha experiência no seu cultivo, pois plantava açúcar nas ilhas de Madeira e Açores;
- O açúcar era um produto de alto lucro no mercado

O maior desenvolvimento da indústria açucareira ocorreu em Pernambuco e na Bahia, devido à qualidade da terra e à proximidade com a Europa. No cultivo da cana, difundiu-se no Brasil o sistema de plantation (monocultura, latifúndio e trabalho escravo), sendo a produção orientada para a exportação.

O predomínio da lavoura agroexportadora no Brasil colonial fez surgir uma sociedade essencialmente rural, pois a maior parte da população se fixava no campo e, assim, as cidades ficavam em segundo plano (com exceção das regiões mineradoras).

### **A pecuária**

A pecuária surgiu no Brasil como atividade complementar da cana, inicialmente nos engenhos e mais tarde no interior do Nordeste, às margens do rio São Francisco. A mão-de-obra era livre (mestiços e índios) e o gado servia para alimento, transporte, vestuário, dentre outros. Nas regiões em que se desenvolveram a pecuária, as diferenças sociais eram menos acentuadas do que na sociedade açucareira, uma vez que, nessas áreas, o trabalho livre e assalariado se sobrepôs ao trabalho escravo. Os vaqueiros estavam mais próximos dos proprietários, podendo no futuro tornarem-se fazendeiros também.

Com o crescimento dos rebanhos, surgiram as fazendas da criação, expandindo-se para o sertão, possibilitando o desbravamento e ocupação do interior. No século XVIII os campos meridionais foram extremamente importantes para abastecer a economia mineradora (alimentação e transporte). A pecuária é considerada a única atividade colonial que esteve prioritariamente voltada para o mercado interno.

## Os escravos

**Figura 15: Imagem de Rugendas**



(imagem de Rugendas)

Para montar a empresa açucareira, era necessária mão de obra em grande quantidade. Os índios foram os primeiros a serem escravizados, mas foram sendo lentamente substituídos pelo negro africano. Os motivos dessa substituição foram: a diminuição drástica do número de indígenas no litoral, a oposição da Igreja católica à escravização do índio e o fato do comércio negreiro trazer mais lucros para a coroa. Então, preste atenção! Não cabe afirmar que os índios foram substituídos pelos negros pelo fato de serem indolentes, preguiçosos ou inferiores. As razões são mais complexas.

Os africanos que vinham para o Brasil eram basicamente de duas etnias: bantos (angolanos e moçambicanos) e os sudaneses (nigerianos, guiné, malês). O trabalho escravo foi então o sustentáculo da sociedade colonial brasileira. O tráfico negreiro tornou-se um lucrativo comércio. Eram vendidos nos mercados, dormiam nas senzalas e em troca de seu trabalho recebiam apenas roupas e comida para a sobrevivência. Os negros reagiam à escravidão evitando a reprodução (para que os filhos não nascessem escravos), cometendo suicídio, matando feitores, capitães-do-mato e senhores ou fugindo para quilombos.

### Drogas do sertão

Expressão que designa espécies e produtos vegetais nativos da Amazônia, extraídos pelos europeus, principalmente portugueses, ao constatar que essas espécies poderiam substituir as que haviam encontrado no Oriente. As principais atividades econômicas na região eram a coleta de cacau, de gengibre, da canela, da pimenta, do cravo e da noz-moscada orientais, castanha do Pará e, em menor escala, de óleo-de-copaíba, de salsaparrilha, de algodão silvestre, de anil e de baunilha, produtos abundantes na floresta equatorial amazônica.

A importância histórica desses produtos refere-se ao fato de representarem a base econômica para a posse da Amazônia, além de constituírem, também, incentivo para o desbravamento do interior do país em geral, sendo, portanto e para além de uma tentativa do Estado para recuperar uma posição de controle do mercado europeu de especiarias, a intensificação da busca de drogas do sertão pode também ser considerada como um dos vetores que influenciou no movimento de colonização ocorrido no Norte do Brasil como reação à presença de europeus em território luso-brasileiro.

Estes produtos eram extraídos com a exploração da mão de obra indígena e permitiram como já foi dito a fixação de núcleos de povoamento e catequese dos índios da região.

### Outras atividades econômicas

Outras atividades econômicas de destaque eram: o tabaco, o algodão e agricultura para o abastecimento interno – o primeiro era produzido principalmente na Bahia e era exportado para a África, sendo utilizado no escambo do comércio negreiro. Integrava o comércio entre Brasil, Portugal e África.

O algodão predominou no Maranhão, na segunda metade do século XVIII, voltado para o abastecimento da nascente indústria têxtil inglesa. Era uma atividade monocultora, latifundiária e escravista, tal qual o açúcar. Seus momentos de apogeu estiveram vinculados ao declínio da concorrência norte-americana, por problemas internos (guerra de independência, no século XVIII; e guerra de secessão, no século XIX).

A agricultura para abastecimento interno ou de subsistência era realizada junto às principais atividades econômicas. Por exemplo, cada engenho possuía uma pequena área destinada à produção de alimentos (mandioca, milho, feijão, etc).

Com o desenvolvimento da colonização, surgiram diversas áreas destinadas exclusivamente ao abastecimento interno.

## A exploração das minas

As minas brasileiras ocupavam uma vasta região compreendida entre a serra da Mantiqueira e a região de Cuiabá, atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Eram depósitos aluviais recentes. Este fato tornou desnecessário o emprego de grandes capitais e mão de obra especializada na sua exploração. Nos locais em que os veios se aprofundavam na terra, a exploração era abandonada pela deficiência técnica, buscando-se novas áreas.

Mas, como era feita a exploração? Veja, em princípio, logo após a descoberta do ouro, por volta de 1695 na região de Minas Gerais, milhares de pessoas seguiram para o local o que acabou motivando conflitos.

A fim de organizar a exploração, a coroa portuguesa criou em 1702, a Intendência das Minas, órgão responsável pela demarcação, distribuição de datas e cobrança de impostos.

A distribuição das datas (lotes de terras para exploração) seguia os seguintes critérios: ao descobridor da jazida cabiam duas datas (uma como descobridor e outra como mineiro), ao rei e ao guarda-mor outras duas. As restantes eram distribuídas por sorteio, sendo o número de escravos o critério para a distribuição.

Após a distribuição, os mineradores tinham o prazo de 40 dias para começarem a exploração, sob pena de devolução. Mesmo com a organização inicial, havia um intenso contrabando de ouro, o que representava um grande prejuízo para a coroa. Desta forma, o rei decidiu estabelecer as casas de fundição, cuja finalidade era reunir todo ouro extraído, quintar o ouro, ou seja, retirar 1/5 do ouro, parte que cabia à coroa, e transformar todo o ouro em barras numeradas que poderiam circular na colônia. A partir do estabelecimento das Casas de Fundição, ficou proibida a circulação do ouro em pó ou em pepitas.

O sistema de impostos que vigorou nas Minas tinha como tributos principais:

- O quinto do ouro — 20 % de toda produção pertencia ao rei.
- Capitação — cobrada sobre o número de escravos que o mineiro possuísse. 17 gramas anuais por escravo. Caso o minerador não possuísse escravos pagava pela "própria cabeça".
- Fintas anuais — determinavam que uma quantidade de ouro devesse ser enviada anualmente para Portugal, em princípio foram estabelecidas 30 arrobas que chegaram a 100 arrobas.

## Os diamantes

A intervenção estatal na empresa mineradora foi levada ao extremo na extração dos diamantes. As primeiras descobertas ocorreram em 1729, na região do Arraial do Tijuco (atual Diamantina), pertencente à comarca do Serro do Frio, sendo imediatamente declarado que todos os minerais encontrados pertenciam à coroa. Eram explorados pelo regime dos contratos para a mineração a um ou mais indivíduos, neste caso associados, que podiam empregar nas lavras até 600 escravos. Foram arrematantes João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva, de 1740 a 1748, e Felisberto Caldeira Brant e irmãos, de 1749 a 1752, e o mesmo João Fernandes de Oliveira e seu filho de igual nome, famoso pela companheira Chica da Silva, até o final do período.

Foi esta a fase de apogeu da extração de diamantes, cuja entrada no território europeu era severamente regulamentada (decreto de 1753) visando à manutenção dos elevados preços. Os batalhões dos dragões asseguravam as medidas drásticas adotadas pela Intendência dos Diamantes, diretamente subordinada a Lisboa, não havia Câmaras Municipais, juízes ou tribunais, tudo se subordinando à vontade do intendente, mesmo as entradas e saídas da área.

Apesar de tamanha severidade, existiam a mineração e o comércio ilícito de diamantes, realizado pela figura lendária do garimpeiro, perseguido pela administração, venerado pelo povo, e tendo na geografia acidentada da região o seu maior aliado. A partir de 1771 a exploração dos diamantes coube exclusivamente à coroa portuguesa, sem contratadores.

**Figura 16: Mineração de diamantes**



Mineração de diamantes Carlos Julião. 1770.

Com a mineração surgiu o tropeirismo, pois o gado necessário para a região das minas vinha do sul do Brasil. Surgiu o Caminho do Viamão, ligando essa cidade à Sorocaba, em São Paulo. Ao longo desse caminho foram surgindo inúmeras cidades.

Com a transferência do centro econômico para o centro-sul do Brasil, houve a mudança da capital para o Rio de Janeiro, em 1763. A mineração acabou acarretando uma acumulação de capital na Inglaterra, que era para onde ia a maioria das riquezas do Brasil, pois Portugal pagava as manufaturas que comprava dos ingleses com o ouro brasileiro. Essa riqueza acabou ajudando a Revolução Industrial da Inglaterra.

### **Transformações na colônia**

A descoberta do ouro acarretaria profundas transformações na vida da colônia. A primeira delas está ligada ao surto demográfico: o Brasil que possuía cerca de 300.000 habitantes, em 1700, passará para 3.000.000 cem anos depois. Este crescimento é devido ao fato de que, além do natural fascínio exercido pelo ouro (chance de elevação social), a atividade mineradora surge numa época de crise econômica no Império Português.

Para a região mineradora são atraídos os elementos marginalizados pela crise da lavoura açucareira e a população das regiões pobres da colônia. De Portugal, a cada ano, chegavam levas de imigrantes. Na Metrópole sucediam-se sem interrupção às leis colocando empecilhos a emigração com resultados pouco práticos. O português, o futuro emboaba, que antes não via oportunidade de progredir no Brasil, agora vê um novo horizonte, longe da Metrópole decadente.

A economia açucareira era uma economia de grandes proprietários, onde nenhum homem livre com reduzido capital poderia fazer riqueza, a economia mineira ao contrário era uma economia de pequenos capitais, onde até ex-escravos como Chico Rei poderiam enriquecer, dando oportunidade ao homem livre de elevar-se socialmente. Assim compreendemos como aumentou o fluxo migratório para o Brasil.

- No ano de 1709, foi criada a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, destacada do Rio de Janeiro, suprimindo a hereditária de São Vicente;
- A exploração da Colônia fica bem caracterizada na cobrança do "quinto", que nem sempre obedeceu às mesmas normas. As Casas de Fundição: só tinha valor o ouro fundido e marcado com o selo Real, sendo proibida a circulação de pepitas ou do ouro em pó. Durante a fundição era deduzido o quinto da Coroa, derivando daí, a expressão "quintar o ouro";
- Surgimento de novos grupos sociais (comerciantes, médicos, etc.), formando uma camada intermediária urbana;
- Transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro;
- Mudança do eixo econômico para o Centro-Sul;
- Interligação econômica entre as diversas regiões;
- Interiorização da colonização que antes estava fixada no litoral;
- Desenvolvimento do Rio de Janeiro, principal porto de embarque do ouro para Portugal;
- Desenvolvimento de um mercado interno.

## OS POVOS INDÍGENAS E A AÇÃO JESUÍTICA

Falar dos índios que habitavam as terras brasileiras não é tarefa muito simples. O primeiro problema enfrentado ocorre pela falta de dados precisos sobre essas populações. Outra dificuldade reside no fato que o pouco que se sabe sobre os índios foi escrito pelos europeus. Os indígenas não possuíam linguagem escrita e não puderam registrar sua própria visão da história. A tradição oral se perdeu junto com essas populações.

Quantos eram? Como era a vida espiritual desses povos? Como foi o encontro entre índios e europeus e como comparar essas duas formas de vida tão distintas? Eram realmente "preguiçosos" e "traídores"?

Como os europeus encaravam e enxergavam práticas tão distintas daquelas que conheciam? Por que andavam pelados? Será que conheceram o pecado original da cristandade? Como entender a prática da antropofagia?

De acordo com Boris Fausto:

**É difícil analisar a sociedade e os costumes indígenas porque se lida com povos com uma cultura muito diferente da nossa, sobre a qual existiram e ainda existem fortes preconceitos. Isto se reflete em maior ou menor grau nos relatos escritos por cronistas, viajantes e padres, especialmente jesuítas.**

Existe nesses relatos uma diferenciação entre índios com qualidades positivas e negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto aos portugueses. Por exemplo, os aimorés que se destacaram pela eficiência militar e pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável. Segundo as descrições, os índios viviam em geral em casas, como homens; os aimorés, como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam a carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei proibindo a escravidão dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição.

Há também uma falta de dados que não decorre nem da incompreensão nem do preconceito, mas da dificuldade da sua obtenção. Por exemplo, não se sabe quantos índios existiam no território abrangido pelo que é hoje o Brasil e o Paraguai quando os portugueses chegaram ao Novo Mundo, oscilando os cálculos em números tão variados como 2 milhões para todo o território e cerca de 5 milhões só para a Amazônia brasileira.

(Boris Fausto. História Concisa do Brasil. EdUsP. 2001. Página 15)

Figura 17: Ritual Antropogáfico



47. - O esquartejamento do corpo do prisioneiro.

(Ritual Antropogáfico por Hans Staden. Século XVI)

Num primeiro momento, o contato entre índios e portugueses foi pacífico. A prática do escambo utilizada na exploração do pau-brasil tornava desnecessária a escravidão do indígena. O corte dessa madeira de tinta avermelhada ajustava-se perfeitamente ao cotidiano do indígena nativo. No entanto, a implementação da empresa agrícola açucareira modificou tal situação: era necessário fixar o homem à terra, diferente do que acontecera antes. Passaram do escambo à escravidão. Dessa forma a agricultura comercial destinada à exportação incentivou a produção de açúcar em grande escala e, como consequência, a escravidão no Brasil colonial.

Apesar de inicialmente pacífico, o contato entre europeus e índios representou uma verdadeira catástrofe demográfica para as populações ameríndias. A ausência de anticorpos para doenças trazidas pelos europeus como a gripe e a varíola fez que epidemias dizimassem milhares de homens, mulheres e crianças. Segundo Stuart B. Schwartz:

**Já em 1559 relatava-se a existência de uma peste que assolava a costa brasileira. A doença, provavelmente varíola (bexigas), alastrou-se em direção ao norte.**

**Em 1559 ou 1560, matou mais de seiscentos escravos indígenas no Espírito Santo em tão pouco tempo que precisavam ser enterrados escravos dois corpos em cada cova. Não se tem ideia do número de mortos entre os nativos livres. Em 1561, os efeitos da mortalidade crescente faziam-se sentir no Recôncavo. O padre Leonardo do Vale relatou que era chamado diariamente para tratar de escravos doentes, às vezes em dois ou três lugares diferentes simultaneamente. A epidemia atingiu o auge em 1562. Milhares pereceram. As estimativas são de 30 mil mortos entre os índios sob o jugo português, sem mencionar as incontáveis vítimas no sertão, onde a doença se alastrou à medida que os nativos fugiram das condições mortíferas do litoral.**

(Stuart B. Schwartz. Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial. Companhia das Letras. 1988. Pg.52)

Diante da necessidade de fixar o indígena à terra, a vulnerabilidade biológica do gentio representou um grande problema para os senhores de escravos. Este fator foi um dos responsáveis pela substituição do "negro da terra" pelo africano na realização do trabalho compulsório. A expectativa de vida de um gentio fazia dele um investimento arriscado e ajuda a explicar por que o preço dos escravos índios era muito menor do que dos escravos vindos da África.

**Figura 18: Imagem de Hans Staden**



(imagem de Hans Staden)

Uma forma de resistência indígena à escravidão foi a interiorização, ou seja, as populações ameríndias buscaram cada vez mais se distanciar da costa em busca de sobrevivência e liberdade.

Na maioria das sociedades indígenas encontradas, a atividade agrícola era uma função essencialmente feminina. Aos homens cabiam outras tarefas como caça, pesca e fazer guerra. Isso representou dificuldade muitas vezes insuperável na escravização de índios nas propriedades agrícolas. A noção de trabalho compulsório era totalmente desconhecida para essas populações. Um famoso diálogo entre um índio e um branco mostra o espanto das populações ameríndias diante do esforço empreendido pelo homem branco.

Frente às dificuldades enfrentadas na escravização do indígena, o comércio de homens vindos da África apresentou-se como alternativa. O tráfico negreiro representou outra possibilidade de lucros no empreendimento colonial. Mais uma oportunidade de lucros dentro do empreendimento colonial. Um escravo africano chegava a custar cinco vezes mais caro que um escravo indígena. De acordo com Stuart B. Schwartz:

**Muitos negros provinham da África ocidental, de culturas em que os trabalhos com ferro, gado e outras atividades úteis para a lavoura açucareira eram praticados. Esses conhecimentos e a familiaridade com a agricultura a longo prazo tornava-os mais valiosos para os portugueses na escravidão específica da indústria do açúcar. Os africanos sem dúvida não eram mais "predispostos" ao cativeiro do que índios, portugueses, ingleses ou qualquer outro povo arrancado de sua terra natal e submetido à vontade alheia, mas as semelhanças de sua herança cultural com as tradições europeias valorizavam-nos aos olhos dos europeus.**

**A suscetibilidade dos índios de todas as idades às doenças europeias aumentava o risco do investimento de tempo e capital para treiná-los em trabalhos artesanais ou de fiscalização. Naturalmente também os africanos sofriam nas condições ambientais do Brasil, mas as taxas mais elevadas de mortalidade entre os negros eram sempre encontradas entre os recém-chegados (boçais) e as crianças. Assim, tão logo um escravo se ambientava e ultrapassava a idade infantil, tinha grandes chances de sobrevivência e, portanto, de ser um investimento seguro.**

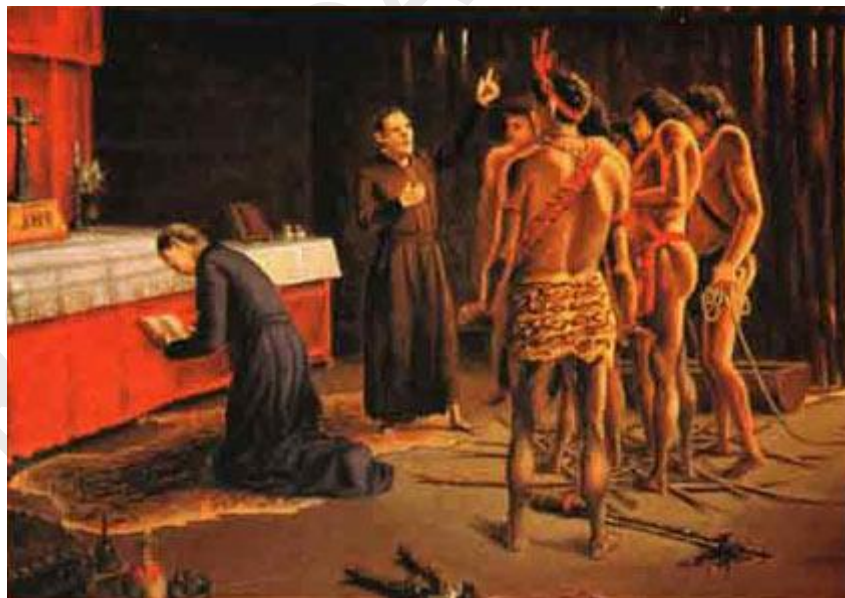
(Stuart B. Schwartz. Segredos internos. 1988. Cia das Letras. Engenhos e escravos na sociedade colonial. Pág 70)

Podemos afirmar então que aspectos biológicos, culturais, geográficos e até mesmo religiosos determinaram que o índio fosse preterido em detrimento do negro africano. Esse último aspecto diz respeito ao fato da Igreja Católica considerar o negro africano um ser desprovido de alma. Opinião diferente daquela relativa ao indígena brasileiro visto como um "povo criança"

### A Ação Jesuítica

O apoio da Igreja Católica e a ação jesuítica em território brasileiro foram determinantes para que o projeto colonizador fosse concretizado. De fato a colonização das terras brasileiras teria sido mais complicada sem o auxílio efetivo da Igreja Católica. Participar da colonização na América foi uma das respostas da Igreja Católica frente ao avanço Protestante.

Figura 19: Nobrega e Anchieta



(Nobrega e Anchieta por Benedicto Calixto. Século XIX)

A catequização de povos indígenas foi uma forte justificativa para colonização. Durante muito tempo, a religião católica foi religião oficial no Brasil. Até 1889, ano da Proclamação da República no Brasil, Estado e Igreja ainda estavam ligados. A laicização do Estado Brasileiro é relativamente recente. Este fato demonstra a importância da Igreja Católica na história brasileira.

A Companhia de Jesus foi fundada no ano 1534 por Inácio de Loyola, líder de um grupo de universitários. Os membros da Companhia de Jesus (jesuítas) tiveram papel fundamental a partir do Concílio de Trento (século XVI - Contra-reforma) no sentido de combater as ideias protestantes e difundir a fé católica. Com esta missão, os jesuítas se incorporaram ao projeto colonizador, garantindo a unidade religiosa e cultural na colônia através da evangelização e da educação.



Os jesuítas foram a principal ordem religiosa atuante no Brasil. Foram decisivos. Cultos e inteligentes couberam-lhes o papel de evangelizar os índios, vistos por eles como um “povo criança” ou uma “página em branco” pronta para ser preenchida pelos valores cristãos. Podemos imaginar que o contato gerou um choque cultural tremendo. Os jesuítas eram jovens e entusiasmados com a nova ordem religiosa recém-fundada. Quase não podiam acreditar no que seus próprios olhos viam: colonos piores que os próprios índios, escândalos, filhos ilegítimos e todo tipo de comportamento ao sul do Equador.

**Figura 20: Redução Jesuítica**



*Zacarias Wagner, Aldeia Missionária, século XVII*

(Redução Jesuítica por Zacarias Wagner. Século XVII)

Possuíam métodos próprios e, muitas vezes, objetivos distintos daqueles da coroa portuguesa. Em alguns momentos, chocaram-se com o estado e colonos. No Brasil foi comum a criação de aldeamentos ou reduções jesuíticas onde os nativos eram aculturados.

Diante da vastidão das novas terras descobertas mundo afora, os jesuítas tiveram que atuar em vários continentes. Congo, Índia, Brasil e Japão são exemplos de locais onde os jesuítas deixaram suas marcas. Frente às dificuldades inerentes à missão catequizadora a comunicação era algo de grande utilidade extremamente necessária. Interessava aos jesuítas saberem o que seus irmãos realizavam em outros lugares. A utilização de cartas foi a solução encontrada. Em pleno século XVI conseguiram desenvolver um eficiente sistema de comunicações centralizado em Roma nas mãos de Inácio Loyola. Ao chegarem em Roma as cartas eram reescritas e enviadas para outros lugares onde eram lidas de forma entusiasmada para o maior número possível de pessoas. Entre 1524 e 1556, Santo Inácio redigiu nada menos do que 6.815 cartas. A linguagem utilizada nessas cartas era bastante direta, familiar e coloquial. Bem diferente das epístolas medievais.

## **A CAMADA SENHORIAL E OS ESCRAVOS**

Os primeiros escravos no Brasil colonial foram os próprios indígenas. Em um primeiro momento, o escambo atendeu às necessidades dos desbravadores europeus. A madeira de tinta avermelhada era obtida através da troca por outros produtos de menor valor e proporcionava um bom lucro ao ser vendida na Europa. O escambo não exigia que o índio fosse fixado à terra e escravizado.

Quando a opção pela empresa açucareira foi efetivada, coube aos índios o trabalho braçal. Podemos dizer que a atividade açucareira foi responsável pelo início da escravidão no Brasil. A escravidão indígena não durou muito tempo, mas foi o suficiente para que os colonizadores conseguissem o capital necessário para a aquisição de escravos negros. Apesar de algumas regiões brasileiras terem utilizado o trabalho escravo indígena por mais tempo, foi o trabalho escravo negro o tipo de mão-de-obra predominante no Brasil colonial.

Alguns fatores explicam a transição do trabalho escravo indígena para o trabalho escravo africano. Em primeiro lugar a demanda por escravos negros criou outro nicho no empreendimento colonial: o tráfico de escravos. Apesar de ilegal, essa foi a atividade responsável pela acumulação das maiores fortunas pessoais durante a época colonial brasileira.

Também é importante considerar o fato de que os indígenas não estavam dispostos a trabalhar de acordo com os padrões europeus. Para eles, o trabalho tinha outro espaço e significado em suas vidas. O trabalho agrícola era uma atividade realizada pelas mulheres na maior parte das sociedades indígenas.

Biologicamente, a presença europeia representou uma verdadeira catástrofe para as populações indígenas. Vindos de outras paragens, os europeus também trouxeram um arsenal de novas doenças para as quais os nativos não possuíam anticorpos. De acordo com Stuart B. Schwartz

**O contato intensivo com os europeus nas aldeias e nos engenhos tornava os índios crescentemente suscetíveis a doenças europeias. Já em 1559 relatava-se a existência de uma peste que assolava a costa brasileira. A doença, provavelmente varíola (bexigas), alastrou-se em direção ao norte. Em 1559 ou 1560, matou mais de seiscentos escravos indígenas no Espírito Santo em tão pouco tempo que precisavam ser enterrados dois corpos em cada cova. Não se tem ideia do número de mortos entre os nativos livres. Em 1561, os efeitos da mortalidade crescente faziam-se sentir no Recôncavo. O padre Leonardo do Vale relatou que era chamado diariamente para tratar de escravos doentes, às vezes em dois ou três lugares diferentes simultaneamente. A epidemia atingiu o auge em 1562. Milhares pereceram. As estimativas são de 30 mil mortos entre os índios sob jugo português, sem mencionar as incontáveis vítimas do sertão, onde a doença se alastrou à medida que os nativos fugiram das condições mortíferas do litoral.**

(SCHWARTZ, Stuart B.. Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 51 e 52).

Na África, desde 1444, os europeus passaram a capturar e depois comprar escravos em fortalezas no atlântico africano.

A compra foi a principal forma de obtenção de escravos na África. Os africanos só tomaram conhecimento da sua africanidade no século XIX. A escravidão mercantilista deixou marcas profundas nessas sociedades.

As viagens eram penosas e muitos decidiam dar a cabo a própria vida durante a travessia acreditando que esta era uma forma de se livrar daquela condição. Acreditavam que o espírito voltaria para terra natal.

No Brasil as cidades que mais receberam escravos negros foram o Rio de Janeiro e Salvador. Ao chegar eram expostos e vendidos em feiras. O preço de um escravo negro normalmente era três ou quatro vezes maior que o valor de um cativo indígena.

A maioria dos escravos que vieram para o Brasil foram trabalhar nas fazendas açucareiras. O trabalho não era fácil e a expectativa de vida era muito baixa.

Em Minas Gerais o escravo brasileiro teve sua pior condição de trabalho. Principalmente depois que o ouro de aluvião (superfície) foi acabando e o metal tinha que ser buscado em galerias cada vez mais profundas.

A resistência à escravidão também foi uma realidade no Brasil colonial. As principais táticas utilizadas foram o assassinato, suicídio, fugas e formação de quilombos. O quilombo de Palmares foi o mais famoso quilombo da história brasileira. Durante cerca de um século ofereceu dura resistência às autoridades metropolitanas. O mito de Zumbi, morto pelos bandeirantes em 1695, é evocado atualmente pelo Estado brasileiro.

Somente no século XIX o Brasil conseguiu efetivar o processo abolicionista.

**As razões da opção pelo escravo africano foram muitas. É melhor não falar em causas, mas em um conjunto de fatores. A escravidão do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles.**

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.

## **A CONQUISTA DOS SERTÕES – ENTRADAS E BANDEIRAS**

**“(…) os portugueses, até então, só haviam arranhado o litoral como caranguejos”.**

Frei Vicente do Salvador Arrais

Entradas e Bandeiras foram movimentos de penetração no interior do território brasileiro. Típicos do século XVII e influenciados diretamente pela formação da União Ibérica estes movimentos possuíam objetivos diversos como:

- promoção da expansão e exploração do novo território
- busca de metais preciosos
- aprisionamento de indígenas
- destruição de quilombos

Classificar essas expedições não é tarefa tão simples. De acordo com Synesio Sampaio Goes Filho.

A realidade é complexa, pois o movimento de penetração territorial apresenta aspectos diferentes em lugares e tempos diversos. Uma coisa são os grandes agrupamentos que adentravam os sertões, divididos em unidades militares, bem armados, às vezes até acompanhados pelos agentes básicos das comunidades urbanas, como juízes, padres, tabeliães e policiais. Verdadeiras "cidades em marcha", na expressão de Cassiano Ricardo, tal como a célebre bandeira de Manoel Preto e Raposo Tavares, de novecentos brancos e mamelucos e dois mil e duzentos índios, que, em 1629, destruiu as reduções jesuíticas do Guairá.

Outra coisa são as expedições fluviais, de que é exemplo o grupo de "118 pessoas, 30 armas de fogo e 88 índios de frechar", que, chefiado por Francisco de Mello Palheta, a mando do Governo de Belém, subiu em cinco grandes embarcações o Amazonas e o Madeira em 1722, encontrando as frentes espanholas da Missão de Moxos e descobrindo o rio Guaporé. Diferente ainda são os corpos armados de sertanistas, como o de Domingos Jorge Velho, contratado em 1694 pelo Governo-Geral para guerrear os negros do Quilombo de Palmares, em Alagoas. E, finalmente, de espécie diversa são os grupos pequenos - quase nunca passavam de 50 homens - que saíam à procura de pedras e metais preciosos, carregando muito mais bateias e almoçares (enxadas para mineração) do que flechas e arcabuzes, tal como o de Antônio Dias de Oliveira, que descobriu ouro, em 1698, no local onde nasceria Ouro Preto.

(Synesio Sampaio Goes Filho. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Biblioteca do Exército Editora. 1ª edição. Janeiro de 2000. Págs. 90 e 91)

Percebemos que existiram diversos tipos de movimentos com diferentes características e objetivos. Classificá-los é uma tarefa complexa, mas de forma geral podemos considerar que as chamadas **entradas** tinham como principal objetivo expandir o território. Eram **financiadas pelos cofres públicos** e com o apoio do governo colonial em nome da Coroa Portuguesa, ou seja, eram expedições organizadas pelo governo de Portugal.

As **bandeiras eram iniciativas de particulares**, associados ou não, que com recursos próprios buscavam obtenção de lucros. Ou seja, eram expedições organizadas por particulares. As bandeiras geralmente partiam da capitania de São Vicente como Sorocaba, Taubaté e da Vila de São Paulo. Boris Fausto chama a atenção para o fato que:

**As relações entre os interesses da Coroa e o bandeirismo foram complexas. Houve bandeiras que contaram com o direto incentivo da administração portuguesa, e outras não. De um modo geral, a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos e a expansão territorial eram compatíveis com os objetivos da Metrópole.**

(*História Concisa do Brasil*. Boris Fausto. EdUsP. São Paulo. 2001. Página 51)

Não existem documentos iconográficos que possam atestar o efetivo uso da insígnia : a bandeira.

Não há imagens de bandeirantes feitas à época. Todas as imagens dos bandeirantes divulgadas atualmente são representações posteriores e o típico bandeirante paulista com suas longas roupas e botas na verdade foi inspirado na figura dos bandeirante canadense.

**Figura 21: Estátua de Antônio Raposo Tavares, um dos mais famosos bandeirantes**



Museu Paulista em São Paulo

**Figura 22: Domingos Jorge Velho por Benedicto**



Calixto. 1903.

De acordo com relatos escritos **"trajavam calças de algodão, protegidas de altas perneiras, um cinturão sobre o qual caía a camisa, e um gibão [espécie de casaco] de couro ou uma vestimenta estofada de algodão, que protegia o peito e o ventre.**

**Andavam quase sempre descalços. Um chapelão de palha de abas largas, uma bolsa de couro a tiracolo, uma cuia para o rancho e um primitivo cantil de chifre completavam a farda e os aprestos desses mateiros..."**

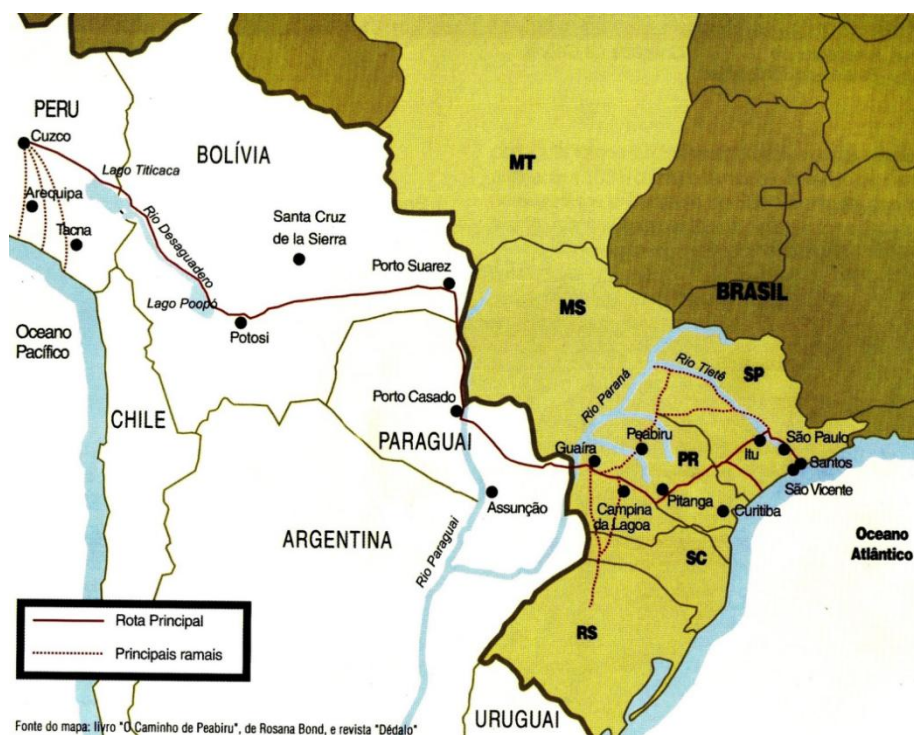
**Em relação às armas, usavam "o trabuco, o arcabuz, o mosquete". Alguns levavam machados, e todos usavam o facão, ao passo que "os índios da tropa [a grande maioria, marchando nus ou quase] iam armados de arco e flecha".**

Também podemos citar, nessa época, outro movimento importante na formação territorial brasileira: as monções. As monções foram expedições fluviais que se dirigiram para o sertão posteriormente denominado das Minas Gerais; outras, descendo o curso do rio Tietê, atingiram as bacias dos rios Paraná e Paraguai, o Pantanal Mato-grossense e, de lá, a bacia amazônica e o Oceano Atlântico. As monções foram importantes no desbravamento e incorporação da região centro-oeste brasileira, povoada inicialmente a partir das descobertas de ouro e diamantes no Mato Grosso e em Goiás. Para os participantes das monções, os rios brasileiros poderiam servir como verdadeiras estradas. Isto não quer dizer que muitos rios não fossem margeados ou servissem de pontos de referência nas jornadas desgastantes pelo sertão brasileiro. Somente no século XVIII é que as monções efetivamente ganharam importância.

Apesar da existência das monções, podemos afirmar que as bandeiras foram um movimento essencialmente terrestre.

O historiador Alfredo Ellis Junior afirma que as rotas bandeirantes eram basicamente as mesmas utilizadas pelos indígenas. A mais conhecida dessas trilhas é anterior à chegada de Cabral e tem cerca de 1400 quilômetros de extensão por 1,5 metro de largura. Se chamava "piaburu" e ligava o Pacífico Andino até o litoral atlântico. Essa trilha passava por regiões como os atuais estados de São Paulo e Paraná.

Figura 23: O Caminho de Peabiru.



Para o historiador Capistrano de Abreu, as bandeiras não podem ser bem entendidas sem levarmos em conta o hábito tupi de levar estandartes em suas investidas bélicas contras os inimigos. Sabemos que a maioria das bandeiras contava com tropas indígenas em suas fileiras. Aliás, sem os indígenas seria muito difícil para os portugueses adentrarem o território brasileiro. Ao contrário do trabalho agrícola, a guerra e a formação de expedições era uma atividade masculina e natural para os índios brasileiros e por isso o número de indígenas sempre superou o de brancos nessas expedições.

É interessante notar também que apesar dos indígenas serem fundamentais nesse movimento, o velho espírito aventureiro português, característico da expansão marítima, também se faz presente nesse movimento. De certa forma, as bandeiras são uma continuação terrestre da expansão marítima – momento privilegiado na descoberta de novas terras e regiões a serem exploradas.

As bandeiras partiram de diversas regiões brasileiras, mas foi a partir de São Paulo que ganharam destaque. Ao analisarem as causas do destaque paulista no movimento bandeirante Luiz Koshiba e Denise Manzi Freira afirmam que:

**A capitania de São Vicente, apesar do relativo sucesso no começo da colonização, terminou por mergulhar num estado de profunda pobreza por causa da sua posição excêntrica em relação ao pólo dinâmico do nordeste. A falta de contato com a Metrópole estimulou os vicentinos a entrarem para o interior depois de subir a serra do Mar e atingir o planalto de Piratininga. A princípio tratava-se de encontrar ouro ou prata. É a fase do bandeirismo de ouro de lavagem.**

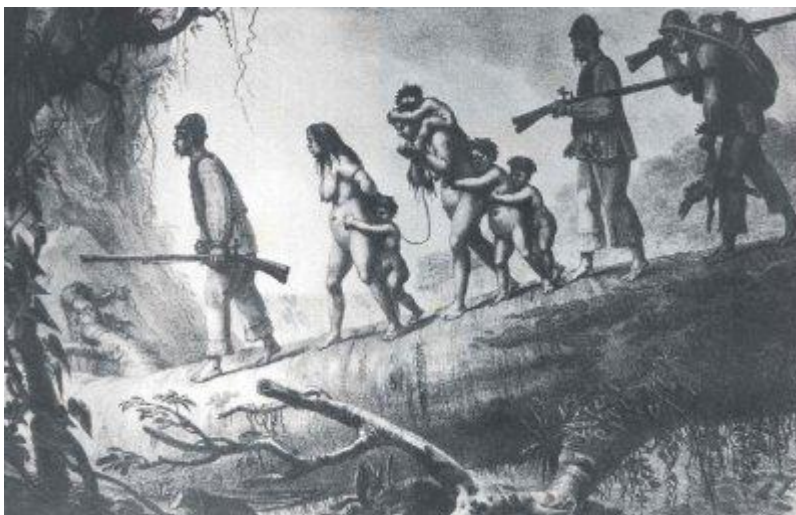
(História do Brasil. Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire. História do Brasil. Editora Atual. 7ª edição revista e atualizada. São Paulo. Editora Atual. 1996. Pág. 66)

A busca por metais preciosos motivou os paulistas a começarem suas andanças pelo sertão brasileiro. No entanto as principais empreitadas bandeirantes partiram de São Paulo e rumaram em direção ao sul da colônia para a apreensão de indígenas – bandeirismo de preação.

A presença holandesa na África entre 1625 e 1650 dificultou temporariamente o tráfico de escravos para o Brasil. Dessa forma o aprisionamento de indígenas atendia a demanda por escravos ainda que estes não se adaptassem perfeitamente ao trabalho agrícola como queriam os senhores de terras. O historiador John Manuel Monteiro afirma que o chamado bandeirismo de apresamento deveu-se sobretudo às necessidades da agricultura na região em torno de São Paulo – importante região produtora de trigo. Ou seja, nem todos os escravos indígenas eram destinados às plantações de cana-de-açúcar no litoral.

A presença dos bandeirantes na região sul do continente gerou conflitos com jesuítas espanhóis que montavam suas reduções (missões) em áreas de fronteira com a colônia portuguesa. Um dos bandeirantes que obteve mais êxito neste período foi Antônio Raposo Tavares, que após travar diversos conflitos com jesuítas ao sul, fez uma longa viagem ligando a região platina à região amazônica.

**Figura 24: Selvagens Civilizados Soldados Índios da Província de Curitiba Conduzindo Prisioneiros Índigenas**



**Jean-Baptiste Debret – Da obra "Voyage Pittoresque et Historique au Brésil".**

Na região sul do continente, os índios guaranis eram maioria. Muitos já estavam disciplinados pelos jesuítas nos aldeamentos ou reduções jesuíticas. O fato dos guaranis acreditarem em um deus principal foi decisivo para que os jesuítas tivessem êxito no processo de aculturação indígena.

Repare que em regiões como Goiás e Mato Grosso o foco da ação bandeirante era principalmente a descoberta de metais. Nessas regiões os indígenas eram mais arredios e dificilmente capturados. Ao contrário do que ocorrera no sul, o bandeirismo teve um caráter povoador nessas regiões.

Na região sul, a situação era diferente, pois num único ataque, os bandeirantes conseguiam mão-de-obra abundante e disciplinada. Jesuítas espanhóis afirmam que somente nas missões paraguaias foram capturados mais de 300 mil indígenas.

A situação era tão complicada para os jesuítas que em 1640 o Papa os autorizou a usarem armas. A partir daí os bandeirantes conheceram algumas derrotas. No entanto, as armas e os deslocamentos das reduções não freavam os bandeirantes paulistas. Até 1632, as sucessivas invasões haviam destruído boa parte das aldeias Guarani e virtualmente todas as reduções do Guairá.

Após a retomada dos portugueses de suas possessões africanas e o consequente restabelecimento do tráfico de escravos, o chamado bandeirismo de preação entrou em declínio e os bandeirantes tiveram que se reinventar. Ainda de acordo com Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire.

**Na época da conquista holandesa, ocorreram fugas em massa de escravos, que formaram o mais famoso quilombo, o de Palmares, em Alagoas. Da mesma forma, os indígenas oprimidos organizaram no Rio Grande do Norte a Confederação dos Cariris. Para destruir esses focos de rebelião, os grandes proprietários do nordeste recorreram a esses rústicos bandeirantes que agora passaram a ser utilizados como força repressora. Teve início aí o sertanismo de contrato, a última fase e forma do bandeirismo. Para destruir a resistência do Quilombo dos Palmares e a da Confederação dos Cariris foram contratados os serviços de Domingos Jorge Velho.**

(História do Brasil. Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire. História do Brasil. Editora Atual. 7ª edição revista e atualizada. São Paulo. Editora Atual. 1996. Pág. 66)

**A independência dos paulistas precisa ser qualificada. Sem dúvida, não tiveram um comportamento subserviente com relação à Coroa, cujas determinações muitas vezes desafiaram. Foram inclusive chamados por um governador geral de gente que "não conhecia nem Deus, nem Lei, nem Justiça". Não se pode dizer, porém, que os interesses da Coroa e o bandeirismo estivessem inteiramente divorciados. Houve bandeiras que contaram com o direto incentivo da administração portuguesa e outras, não. De modo geral, a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos e a expansão territorial eram compatíveis com os objetos da Metrópole. Os bandeirantes serviram também aos propósitos de repressão de populações submetidas, no Norte e Nordeste do país. Domingos Jorge Velho e outro paulista, Matias Cardoso de Almeida, participaram do combate no Rio Grande do Norte à longa rebelião indígena conhecida como Guerra dos Bárbaros (1683-1713). O mesmo Domingos Jorge Velho conduziu a campanha final de liquidação do Quilombo do Palmares em Alagoas (1690-1695).**

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.

Aos bandeirantes devemos parte e responsabilidade importante na formação das fronteiras terrestres do Brasil. Toda fronteira brasileira está situada na banda espanhola delimitada inicialmente pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Foram eles os responsáveis por nossa "Marcha para o Oeste". Atualmente o território brasileiro alcança os contrafortes andinos e o ponto mais ocidental localiza-se a apenas 500 quilômetros do Pacífico.

## INVASÕES HOLANDEAS NO BRASIL

As invasões holandesas tiveram como principal motivo a proibição do comércio entre a Holanda e as colônias portuguesas. Este fato foi decorrência da União Ibérica (1580-1640), onde Portugal e suas possessões passaram a ser administrados pela Coroa Espanhola (dinastia Filipina – Filipe II) que tinha acabado de perder seu domínio sob as terras dos atuais holandeses.

A proibição do comércio entre os holandeses e as colônias portuguesas é entendida como uma represália espanhola ao processo de emancipação de sua antiga possessão. Vejamos como isso aconteceu.

Antes da independência, os holandeses viveram uma fase de intensa atividade econômica e o comércio florescia em cidades como Bruges, Haarlem, Utrecht, Leide, Ghent, Antuérpia e Amsterdã. Nestas cidades se desenvolvera uma próspera burguesia mercantil que no século XVI converteu-se à doutrina calvinista, mais adequada às práticas e costumes econômicos burgueses. No entanto, ainda eram governados pelos espanhóis. De acordo com Myriam Brecho e Patrícia Ramos Braick

**Em 1568, a Holanda e outras províncias setentrionais dos Países Baixos, de população majoritariamente calvinista, revoltaram-se contra o domínio espanhol. Em 1579, as províncias do norte e alguns territórios do sul formaram a União de Utrecht. Dois anos depois, os signatários da União de Utrecht proclamaram a formação de um novo país, a República das Províncias Unidas dos Países Baixos, sob a liderança do príncipe Guilherme de Orange.**

**Nas décadas seguintes, os burgueses das Províncias Unidas enfrentaram os exércitos e frotas da Espanha, que só reconheceu a independência do país em 1648. Paralelamente, os holandeses reforçaram sua presença no comércio europeu - e construíram um império mundial.**

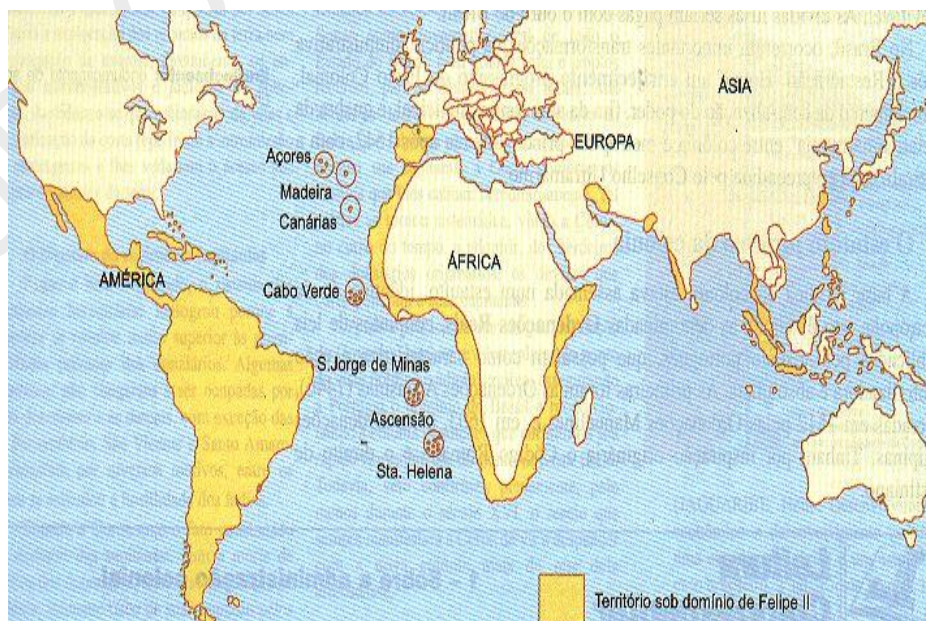
(extraído do livro "HISTÓRIA das cavernas ao terceiro milênio" de Myriam Brecho Mota e Patrícia Ramos Braick. Dados incompletos)

Os laços comerciais entre portugueses e holandeses eram antigos. Os espanhóis não estavam dispostos a manter esta situação. No Brasil os holandeses eram parte fundamental nos negócios do açúcar. Participavam de várias etapas desde o financiamento inicial da produção, transporte, refino até a distribuição do produto na Europa.

Nessa época o comércio entre Lisboa e Amsterdã era intenso. Esta fornecia madeiras, trigos e pescados em troca de vinho, sal e especiarias vindas do oriente e ocidente, entre elas o açúcar. A independência frente os espanhóis aumentou ainda mais a importância regional dos comerciantes holandeses.

A formação da União Ibérica deu origem a um dos maiores impérios que a história conheceu. Pelo menos em extensão territorial...

**Figura 25: Território sob domínio de Felipe II.**



Fonte: <http://www.culturabrasil.org/holanda.htm>

Na verdade, os holandeses estavam dispostos a invadir as partes mais frágeis deste novo e imenso império. Não estavam dispostos a aceitar as dificuldades impostas pelos espanhóis frente aos negócios do açúcar. Pernambuco era a principal região produtora de açúcar no mundo e seu litoral estava relativamente desguarnecido. Apesar da primeira tentativa de invasão ter sido mais ao sul, na Bahia, foi a partir de Pernambuco que os holandeses dominaram considerável região do nordeste brasileiro.

Os instrumentos utilizados pelos holandeses para financiar e organizar estas invasões eram duas poderosas companhias comerciais, a Companhia das Índias Orientais, formada em 1602 e a Companhia das Índias Ocidentais, formada em 1621.

## **A formação da União Ibérica**

Portugal sempre se viu espremida pelos espanhóis na ponta do continente. O desejo espanhol em incorporar o território português é quase tão antigo quanto à formação dos dois países. No final do século XVI o desejo espanhol tornara-se realidade. Em 1578 o jovem rei português, D. Sebastião morreu em combate no norte africano. Ironicamente onde havia começado anos antes, em 1415, a formação do Império Português. Essa batalha ainda apresentava um caráter cruzadístico e o sumiço do corpo do rei abalou fortemente o imaginário português dando origem a um movimento místico-secular conhecido como sebastianismo. Esta crença atravessou o Atlântico e chegou até o Brasil. Seus adeptos acreditam na volta do Rei D. Sebastião. A morte do rei português simbolicamente é a morte do império português. De acordo com Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire

**Em 1578, o rei de Portugal D. Sebastião, morreu na batalha de Alcácer-Quibir, contra os árabes, no norte da África. Com a morte do rei, que não tinha descendentes, o trono de Portugal foi ocupado pelo seu tio-avô, o velho cardeal D. Henrique, que, no entanto, faleceu em 1580. Com a morte deste último, extinguiu-se a dinastia de Avis, que se encontrava no trono desde 1385, com a ascensão de D. João I, mestre de Avis.**

**Vários pretendentes se candidataram então ao trono vago: D. Catarina, duquesa de Bragança, D. Antônio, prior de Crato e, também, Filipe II, rei da Espanha, que descendia, pelo lado materno, em linha direta, do rei D. Manuel, o Venturoso, que reinou nos tempos de Cabral. Depois de invadir Portugal e derrotar seus concorrentes, o poderoso monarca espanhol declarou: Portugal, lo herde, lo compre y lo conquiste”.**

**(História do Brasil. Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire. História do Brasil. Editora Atual. 7ª edição revista e atualizada. São Paulo. Editora Atual. 1996. Págs. 36 e 37)**

A União Ibérica durou de 1580 até 1640. Este período também é denominado como a “Era dos Filipes”. Foram três em sessenta anos de dominação espanhola. Filipe II, III e IV.

A união das coroas ibéricas trouxe efeitos importantes para o Brasil. A primeira consequência dessa situação na América foi a superação e suspensão temporária da linha de Tordesilhas. Não fazia mais sentido a divisão da América em duas partes através de uma linha imaginária posto que os dois lados agora eram governados pelo mesmo monarca – Filipe II. Esta situação estimulou o avanço português rumo ao interior na região central da colônia, no sul do Brasil e na região Amazônica. Nesse sentido merece destaque a ação dos bandeirantes através de um movimento conhecido como bandeiras ou entradas.

Por outro lado a formação da União Ibérica trouxe consequências negativas para os portugueses uma vez que Portugal herdou os inimigos dos espanhóis. É nesse contexto que ocorrem as invasões holandesas no Brasil. Estes ataques fazem parte de um contexto maior. Para o historiador Charles Boxer trata-se da verdadeira primeira guerra mundial da história.

Diversas partes do império ibérico foram invadidas. Na África os holandeses buscaram controlar o fornecimento de escravos invadindo em 1641 o domínio luso de São Jorge da Mina, em Angola. No Brasil a principal motivação foi o açúcar pernambucano – principal região produtora do mundo.

Os principais momentos da presença holandesa no Brasil são os seguintes:

- 1624-1625 - Invasão de Salvador, na Bahia;
- 1630-1654 - Invasão de Recife e Olinda, em Pernambuco;
- 1630-1637 - Fase de resistência ao invasor;
- 1637-1644 - Administração de Maurício de Nassau;
- 1644-1654 - Insurreição pernambucana.



## A campanha holandesa na Bahia (1624-1625)

A primeira investida holandesa no Brasil ocorreu em 1624, na Bahia. O alvo principal era a capital – Salvador. A campanha foi organizada e financiada pela Companhia das Índias Ocidentais, que recebera o monopólio por 24 anos de navegação, comércio, transportes e conquista de todas as terras da costa atlântica situadas na América e na África.

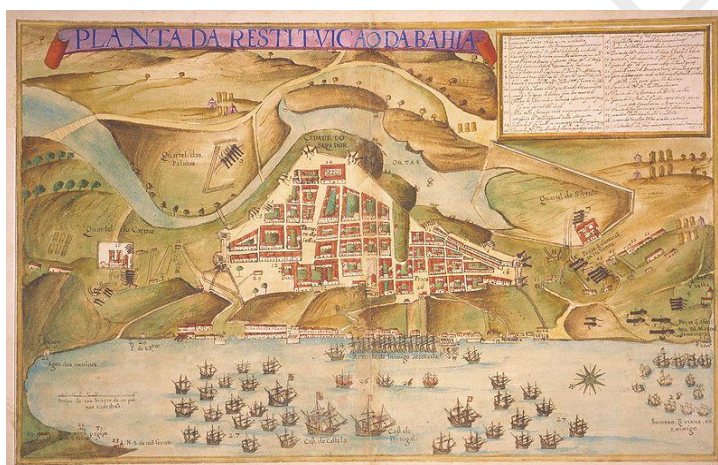
A força holandesa chegou à cidade de Salvador com 26 navios, centenas de canhões e mais de três mil homens. Mesmo conhecendo previamente os planos neerlandeses os portugueses nada puderam fazer, pois não dispunham de tropas suficientes para deter os invasores. O governador Mendonça Furtado foi preso e enviado para Holanda. Em seu lugar assumiu o holandês Van Dorth.

A resistência baiana não se fez tardar. De acordo com Boris Fausto

**As invasões começaram com a ocupação de Salvador em 1624. Os holandeses levaram pouco mais de 24 horas para dominar a cidade, mas praticamente não conseguiram sair de seus limites. Os chamados homens bons refugiaram-se nas fazendas próximas à capital e organizaram a resistência, a cargo de Matias de Albuquerque, novo governador por eles escolhido e do bispo Dom Marcos Teixeira. Utilizando-se de tática de guerrilhas e com reforços chegados da Europa, impediram a expansão dos invasores. Uma frota composta de 52 navios e mais de 12 mil homens juntou-se a seguir às tropas combatentes. Depois de duros combates, os holandeses se renderam (maio de 1625). Tinham permanecido na Bahia por um ano.**

(História Concisa do Brasil. Boris Fausto. EdUSP. São Paulo. 2001. Página 45)

Figura 26: Planta de restituição de Bahia



Autor: Victor Couto (1631).

No entanto, a sorte sorria para os holandeses. Em 1628 o corsário Piet Heyn, em nome da Companhia das Índias Ocidentais, realizou nas Antilhas o maior roubo proveniente de um carregamento de prata americana para a Espanha. Os recursos obtidos com esse ato fantástico de pirataria foram utilizados para financiar uma nova invasão no Brasil.

## A campanha holandesa em Pernambuco (1630-1654)

Financiados pelo roubo de Piet Heyn os holandeses elegeram a maior região produtora de açúcar no mundo como o alvo da vez. Na verdade, as possessões portuguesas eram consideradas pelos holandeses como sendo calcanhar-de-aquiles do imenso império ibérico.

O ataque começou em Olinda, em 1630. Somente em 1654 os holandeses foram expulsos do Brasil. Esse período pode ser dividido em três fases bem distintas:

- invasão e resistência (1630 - 1637)
- governo nassoviano (1637 - 1644)
- expulsão holandesa (1644 - 1654)

Na primeira fase os holandeses dominaram Olinda e Recife sem maiores dificuldades. Esse período foi marcado pela resistência luso-brasileira terminando com a afirmação do poder holandês na região situada entre a foz do rio São Francisco até o atual estado do Ceará. A invasão teve momentos distintos e entre 1632 e 1635, com reforços advindos do continente europeu e a ajuda de moradores nativos, os holandeses conquistaram pontos estratégicos como a Ilha de Itamaracá, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e, por fim, o Arraial do Bom Jesus, consolidando e garantindo a ocupação de Pernambuco. Dentre os

colaboradores dos holandeses, destacou-se negativamente a figura de Domingos Fernandes Calabar. Mulato nascido em Alagoas, especialista no conhecimento das terras onde se desenvolvia a guerra brásilica - as guerrilhas contra os holandeses -, Calabar surge como vilão na historiografia de Brasil e Portugal. Inicialmente participou das forças que tentavam impedir a conquista do território pernambucano, mas acabou tornando-se um valioso aliado dos invasores holandeses. Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire afirmam que:

**Calabar, grande conhecedor da região, foi uma peça fundamental para os holandeses expandirem o seu domínio territorial no nordeste. Com a chegada de mais reforços, os holandeses conquistaram o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Em 1635, finalmente, caiu a resistência sediada no Arraial de Bom Jesus. Consolidou-se assim o domínio holandês. Entretanto, os resistentes chefiados por Matias de Albuquerque, em sua retirada, conseguiram capturar Calabar, que foi imediatamente executado.**

(História do Brasil. Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire. História do Brasil. Editora Atual. 7ª edição revista e atualizada. São Paulo. Editora Atual. 1996. Pág. 39).

Após inúmeros combates e pilhagens, a Companhia das Índias Ocidentais julgou que a conquista estava efetivada e nomeou um governo para a região ocupada pelos holandeses. O Conde João Maurício de Nassau foi nomeado comandante das fortalezas e regimentos bem como governador da região conquistada.

Era necessário recuperar, reestruturar e reorganizar a região devastada por sete anos de guerras para que esta pudesse fazer aquilo que os holandeses mais desejavam: prover lucros. Posteriormente Nassau ocupou Alagoas e tomou o forte português que defendia a costa do Ceará, embora fracassasse num ataque a Salvador em 1638.

### **Governo de Nassau (1637-1644)**

Nassau chegou a Recife no início de 1637 para assumir sua função de governador do Brasil holandês. O cenário inicial era desolador. Após sete anos em guerra a produção açucareira estava em total estado de desorganização. Muitos proprietários refugiaram-se no interior ou fugiram para Bahia. Engenhos e canaviais estavam destruídos. Aproveitando-se do conflito centenas de escravos buscaram abrigo em Palmares ajudando a consolidar a história do maior, mais duradouro e mais importante quilombo da história brasileira. Palmares estava situado na Serra da Barriga, atual Estado de Alagoas. Holandeses e portugueses tentaram, sem sucesso, destruir o quilombo que durou até fins do século XVII sendo vencido pelos bárbaros bandeirantes paulistas.

Dessa forma, as primeiras ações do governo de Nassau foram pensadas objetivando reestruturar a economia açucareira no nordeste brasileiro. Determinou que fossem concedidos empréstimos a juros baixos para reconstrução dos engenhos destruídos e compra dos engenhos abandonados. Nassau também permitiu que os colonos praticassem a religião que bem lhes conviesse. Também obrigou os proprietários de terras a cultivar mandioca na proporção do número de pessoas existentes dentro do engenho. Essa medida visava superar as sucessivas crises de abastecimento. Nassau também procurou estabelecer uma boa política com os colonos portugueses através de uma Assembleia que procurava diminuir as divergências entre os agricultores portugueses (que antes da invasão tinham grande autoridade política) e os comerciantes holandeses. Nassau também instituiu relativa liberdade no comércio para os colonos das capitânicas conquistadas que tivessem investido na produção açucareira a partir de seus engenhos. As medidas positivas eram várias. De acordo com Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire

**Nos tempos de Nassau, Recife foi remodelada. Ele trouxe consigo vários artistas, homens de ciência, escritores e até teólogos. Dentre eles, podemos citar os pintores Frans Post e Albert Eckhout, que registraram a fauna e flora locais; o astrônomo Marcgrave; o médico Willem Piso, que estudou as doenças tropicais. Apesar de não ter vindo ao Brasil, merece menção Piet Post, que projetou a Cidade Maurícia, "cuja localização corresponde ao coração da moderna cidade de Recife", conforme observa o historiador Charles Boxer.**

(História do Brasil. Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire. História do Brasil. Editora Atual. 7ª edição revista e atualizada. São Paulo. Editora Atual. 1996. Pág. 40).

A popularidade de Nassau junto aos colonos brasileiros manifestava-se de forma inversa frente aos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais. Os elevados custos militares e administrativos do governo nassoviano faziam que o lucro da exploração no nordeste ficasse aquém do esperado.

Alguns fatores começaram a mudar o curso da administração nassoviana. A relação entre os luso-brasileiros (zona rural) e holandeses (zona urbana) deteriorava-se rapidamente. Tratava-se do mesmo conflito polarizado também na administração portuguesa: senhores de engenho e burguesia mercantil. Os produtores não conseguiam pagar suas dívidas e esse fato gradativamente tensionava o ambiente. No entanto, Nassau com sua habilidade conciliadora escamoteava o clima de insatisfação.

Em 1640 novos fatos ocorridos no continente europeu novamente iriam interferir na vida colonial brasileira. Terminara naquele ano a União Ibérica com a restauração portuguesa promovida por D. João IV. Iniciava-se a dinastia de Bragança (1640-1777).

Portugal saiu praticamente arruinado do domínio espanhol e tratou de estabelecer com a Holanda uma trégua de dez anos na qual os dois países comprometiam-se a não ameaçar os respectivos domínios coloniais. O tratado não foi cumprido por ambas as partes. Porém essa medida fez que a Holanda diminuísse seus efetivos militares no Brasil.

Internamente a pressão exercida pela Companhia das Índias Ocidentais para a exigir a liquidação das dívidas dos senhores de engenho inadimplentes era enorme. De forma metafórica Nassau afirmava que "não era possível explorar mais leite do que a vaca pode dar". Em 1644 Nassau foi demitido e o governo local passou a ser exercido por um Conselho Supremo formado por três membros. A nova administração mostrou-se extremamente severa e não seguiu os conselhos de Nassau que recomendara tolerância no trato com os luso-brasileiros. Dívidas deveriam ser pagas imediatamente, engenhos foram confiscados e a liberdade religiosa já não era a mesma dos tempos de Nassau. A tensão pairava no ar e logo tomara corpo em forma de rebeliões que se generalizaram rapidamente. Era o início da Insurreição Pernambucana.

### **Insurreição Pernambucana (1644-1654)**

Com a saída de Nassau ocorreu o aumento das medidas repressivas sobre os colonos, sobretudo no campo dos impostos. Os prazos para o pagamento de impostos foram reduzidos, o que concorreu para a revolta dos senhores de engenho contra a ocupação holandesa.

**Figura 27: Óleo sobre tela Batalha dos Guararapes.**



Autor: Victor Meirelles.

Dessa forma observamos que fatores internos e externos desencadearam a Insurreição Pernambucana também conhecida como Guerra da Luz Divina.

Integrando as forças lideradas pelos senhores de engenho estavam André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, pelo afro-descendente Henrique Dias e pelo indígena Felipe Camarão. Esses homens foram os responsáveis pela guerra volante, "a guerra do Brasil", em oposição à "guerra da Europa". No entanto de acordo com Boris Fausto:

**Sublinhar o papel das forças locais não significa que elas constituíssem um exército democrático, um modelo de "união das três raças". Por sua importância Calabar ficou conhecido como "grande traidor" na primeira fase da guerra. Mas ele não foi um caso único. Na realidade, os holandeses contaram sempre com a ajuda de gente da terra, entre vários senhores de engenho e lavradores de cana ou entre grupos mal ou não integrados à ordem colonial portuguesa, como cristãos-novos, negros escravos, índios tapuias, mestiços pobres e miseráveis. É certo que os índios de Camarão e os negros de Henrique Dias formaram com os luso-brasileiros. Porém a mobilização se deu em níveis reduzidos. Por exemplo, em 1648 o contingente de Henrique Dias contava com trezentos soldados, o que equivalia a 10% do total dos homens em armas e a 0,75% da população escrava local.**

(História Concisa do Brasil. Boris Fausto. EdUSP. São Paulo. 2001. Página 47)

No aspecto econômico é interessante notar que o capital holandês passou a dominar todas as etapas dos negócios do açúcar. Com o domínio de importante mercado fornecedor de negros africanos os neerlandeses passaram a investir também na região das Antilhas e passaram a representar forte concorrência para as exportações do açúcar brasileiro. Nas ilhas do Caribe os holandeses possuíam vantagens como isenção de impostos sobre a mão-de-obra (antes tributada pela coroa portuguesa) e menor custo de transporte. No entanto o mercado interno absorveu a produção colonial e ainda fez aumentar a demanda pelo produto. É por isso que mesmo diante da forte concorrência internacional o número de engenhos de açúcar no Brasil não declinou, ao contrário.

Ainda de acordo com Boris Fausto é importante observar que:

**A forma pela qual se deu a expulsão dos holandeses impulsionou o nativismo pernambucano. Ao longo de duzentos anos, até a Revolução Praieira (1848). Pernambuco tornou-se um centro de manifestações de autonomia, de independência e de revolta aberta. Até a Independência, o alvo principal era a Metrópole portuguesa; depois dela, preponderou a afirmação de autonomia da província, muitas vezes colorida com tintas de reivindicação social. O nativismo teve conteúdos variados, ao longo dos anos, de acordo com as situações históricas específicas e os grupos sociais envolvidos. Mas manteve-se como referência básica no imaginário social pernambucano.**

(História Concisa do Brasil. Boris Fausto. EdUSP. São Paulo. 2001. Página 48)

## **A EXPANSÃO TERRITORIAL**

### **Expansão rumo ao Sul**

A formação da União Ibérica alterou a dinâmica das relações comerciais no mundo platino. Muitos colonos brasileiros passaram a trocar escravos e açúcar por produtos como o couro, sebo e a prata vinda da Bolívia.

Diante da intensa atividade comercial no sul do continente Filipe IV decidiu criar a Alfândega de Córdoba objetivando controlar esse comércio. Esse fato acabou por estimular o contrabando de produtos via rio Uruguai.

Com a restauração bragantina em 1640 e o conseqüente fim da União Ibérica os habitantes da capital argentina e de Córdoba passaram a enfrentar os colonos luso-brasileiros que atuavam na região. O mundo platino sempre foi objeto de interesse para a colônia portuguesa e uma região de intensas disputas entre os colonizadores ibéricos. Prova disso é que no final do século XVII o soberano português nomeou D. Manuel Lobo para governar o Rio de Janeiro e de lá estender os domínios da colônia até a margem esquerda do rio da Prata, em frente à cidade de Buenos Aires.

Nesse sentido foi fundada em janeiro de 1680 a colônia do Santíssimo Sacramento, na região platina. Os portugueses davam início nesse momento ao processo de povoamento da região sul – ainda uma região periférica. Junto com Manuel Lobo seguiram casais de negros livres e brancos que deveriam formar fazendas para criação de gado.

A colônia de Sacramento era estratégica para os portugueses. Ali estavam em jogo interesses econômicos, diplomáticos, territoriais e militares. Os lusos pretendiam consolidar uma base populacional fixa na conflituosa região e implantar a cultura açucareira e a escravidão. Era uma forma de frear o expansionismo espanhol na região. Não interessava aos portugueses que os espanhóis dominassem os rios da bacia do Prata.

A colônia de Sacramento de fato representava um problema para os espanhóis. Os portugueses deram sinais claros de que pretendiam fixar-se definitivamente na região. Sacramento foi fundada nos moldes das colônias portuguesas. Possuía governador, Igreja Católica, câmara de vereadores e juiz de paz.

Como reação os castelhanos decidiram organizar uma expedição a partir de Buenos Aires composta por mais de 12 mil homens. Sacramento foi sitiada e os seus habitantes praticamente todos mortos em conflito. Apesar disso em 1681, Portugal e Espanha assinaram o Tratado Provisional que devolvia a região da colônia de Sacramento para Portugal.

A consequência mais notável da expansão portuguesa rumo ao sul foi a fundação da cidade de Laguna, em Santa Catarina, em 1684 e a colonização da região do Rio Grande do Sul pelos tropeiros lusolagunenses a partir de 1725. A marcha da colonização seguiu seu curso e atravessou regiões como os campos de Curitiba e Paraná – incorporadas aos domínios de Portugal.

Alguns ajustes territoriais ainda deveriam ser feitos, mas de forma geral o sul fora incorporado ao Brasil. No século XVIII uma série de tratados definiu melhor os limites da região.

### **Expansão rumo ao Norte**

A colonização da região norte foi motivada principalmente pela necessidade de defender o imenso território colonial brasileiro. Ainda no século XVII exploradores lusos aventuraram-se na selva amazônica em busca de riquezas. Produtos como cacau, salsaparrilhas, pau-cravo e outros foram coletados e denominados drogas do sertão. Muitos índios que viviam nas proximidades de rios importantes, como o Rio Negro, foram escravizados.

Aliados do Tratado de Tordesilhas, os franceses representaram a maior ameaça a colonização das terras portuguesas. Em 1612 o Maranhão foi invadido pelos franceses que com o apoio do rei pretendiam fundar uma colônia – a França Equinocial. Nesse mesmo ano foi fundada a cidade de São Luís – o nome é uma homenagem um rei francês. (No entanto é possível que no sítio onde atualmente localiza-se São Luís os portugueses tenham fundado uma pequena cidade anteriormente à chegada dos franceses).

Somente três anos após a fundação de São Luís ocorreu a reação portuguesa. Liderados por Jerônimo de Albuquerque os luso-brasileiros conseguiram expulsar os franceses e integrar definitivamente a região à colônia brasileira. Para garantir o acesso às

regiões interiores foi fundada em 1616, na foz do rio Amazonas, o forte do Presépio, origem da cidade de Belém (primeira capital da região norte).

Posteriormente os lusos edificaram o forte São José da Barra do rio Negro – origem da cidade de Manaus. Em 1621 a coroa portuguesa decidiu desmembrar administrativamente a colônia – foi fundado o Estado do Maranhão incorporando os atuais estados de Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Esse novo estado estava diretamente subordinado à Lisboa e não ao governo da Bahia. O principal objetivo desta medida era proteger a região da ocupação estrangeira, principalmente dos franceses, ingleses e holandeses. Em 1637 Pedro Teixeira percorreu o rio Amazonas da foz à nascente, integrando-o ao domínio lusitano nas América do Sul.

A colonização da região amazônica foi efetivada pelos missionários jesuítas. Estes pretendiam fixar os indígenas à terra através dos ensinamentos cristãos. A ideia era fazer do índio um trabalhador adaptado às exigências mercantis-coloniais.

## Os Tratados e Limites

À medida que a colonização na América ganhava força e novas áreas eram colonizadas discutia-se cada vez mais a quem pertencia o território. A linha de Tordesilhas era imprecisa e a dificuldade para estabelecer onde ela passava era enorme.

Desde o século XVII os luso-brasileiros já haviam expandido as fronteiras brasileiras além dos limites definidos pela indefinida linha imaginária. A situação criada exigia uma revisão nas fronteiras, principalmente entre o mundo espanhol e português. Gradativamente a questão passou a ser discutida pelos diplomatas dos países interessados e culminaram nos seguintes acordos:

- Tratado de Utrecht (1713) - o governo francês trocou com os portugueses as terras situadas à margem esquerda do rio Amazonas pelas do rio Oiapoque, o limite entre a Guiana Francesa e o Brasil.

- Tratado de Utrecht (1715) – os espanhóis reconheceram a posse portuguesa da área onde estava situada a colônia do Sacramento. Todavia, os conflitos entre os castelhanos e os luso-brasileiros determinaram a elaboração de um novo tratado.

- Tratado de Madri (1750) – nessa época a situação territorial do Brasil colonial era a seguinte: no Sul, os portugueses continuavam em atritos com os castelhanos; no Norte, os lusos ocupavam efetivamente a região; e no Centro-Oeste, por causa economia aurífera, havia uma forte corrente migratória, especialmente para a região de Goiás. Para contornar essas questões, as Coroas Ibéricas decidiram assinar o Tratado de Madri, o grande acordo que limitava as fronteiras que limitava as fronteiras entre os impérios coloniais ibéricos na América. Por meio dele, a Coroa de Portugal se tornava possuidora do Norte, do Centro-Oeste e do Sul do Brasil.

- Tratado de El Pardo (1761) – anulou os artigos do Tratado de Madri referentes ao Sul brasileiro, porém, manteve as decisões em relação ao Norte e ao Centro-Oeste. No Sul, novos conflitos aconteceram e o governador de Buenos Aires ocupou a colônia do Sacramento, o Rio Grande e Santa Catarina, a partir de 1763. Somente com a morte do rei português, D. José I, em 1776, foi que a Coroa de Portugal se viu obrigada a rever os limites de seu império colonial na América. Realizou então outro tratado, o que acabou com a ocupação espanhola no Sul do Brasil.

Tratado de Santo Ildefonso (1777) - a Coroa de Portugal entregou a colônia do Sacramento aos espanhóis e ficou definitivamente detentora da parte leste do Rio Grande, de Santa Catarina, Paraná, regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. O atual território uruguaio passava a pertencer à Coroa espanhola. Mas os portugueses não pararam aí: a partir de 1780 eles se expandiram e ocuparam a margem leste do rio Uruguai, atual oeste do Rio Grande do Sul. O capitão-geral (o Rio Grande já era capitania desde 1760) doava sesmarias, que se constituíram nas fazendas de criação de gado, as estâncias, tradicional latifúndio que utilizava a mão-de-obra do negro africano. Na estância criava-se o gado que, posteriormente, era abatido e sua carne, salgada, o charque. A capitania do Rio Grande se notabilizou na produção de charque para o mercado colonial.

Tratado de Badajoz (1801) - consolidou a ocupação efetiva do atual oeste sul-riograndense, delimitando as fronteiras entre os portugueses e os espanhóis nas margens do rio Uruguai. Nessa época, as estâncias de criação de gado formavam o cenário rio-grandense.

Observamos a partir da análise dos tratados mencionados anteriormente que os lusos tinham muito interesse na região amazônica, especialmente em função das chamadas “drogas do sertão” que tinham um mercado forte e em crescimento no continente europeu.

Quanto à região sul o interesse lusitano era sobretudo estratégico. A ideia era impedir o avanço espanhol na região. Para isso tiveram que entregar à Coroa espanhola a colônia do Sacramento.

### 3. REBELIÕES COLONIAIS

#### A Revolta da Cachaça (Rio de Janeiro /1660-1661)

Salvador Correia de Sá e Benevides era o governador poderoso do Rio de Janeiro. Apesar de possuir linhagem espanhola pelo lado materno gozava de grande prestígio junto à Coroa portuguesa. Seus poderes não eram subordinados ao governador-geral da Bahia.

Logo no início de sua administração criou um imposto predial cujas receitas deveriam atender aos crescentes custos de uma tropa subordinada diretamente ao governador.

Durante os debates no Senado e na Câmara, foi aprovada a isenção da cobrança de impostos para as ordens religiosas dos jesuítas, dos carmelitas e dos beneditinos. Como alternativa ao imposto predial foi decidida a cobrança de impostos sobre a venda de carne e cachaça. Enquanto o imposto predial atingia os proprietários de imóveis a cobrança de impostos sobre cachaça e carne atingia toda população. No entanto o governador notou que a arrecadação estava abaixo do esperado e determinou que o imposto predial também fosse recolhido. Na sequência partiu para São Paulo a fim de observar a exploração de ouro tendo deixado seu primo, Tomé de Alvarenga para substituí-lo. Outro parente foi encarregado de assumir a presidência do Senado da Câmara.

No início de novembro de 1660 eclodiu uma revolta na capital carioca liderada por Jerônimo Barbalho Bezerra. Seu pai se chamava Luís Barbalho Bezerra e ficou conhecido por seu empenho na luta contra os holandeses.

Os motivos da revolta foram vários. Podemos destacar especialmente o fato do governador praticar um tipo de nepotismo escancarado, adotar atitudes tiranas, peculato, relações obscuras com donos de casas de jogos e principalmente a pesada tributação. Sá e Benevides também era mal visto por ser aliado dos jesuítas. Estes defendiam a liberdade dos indígenas. Opinião contrária à da maioria dos colonos.

Como resultado da rebelião o governador interino foi deposto e preso na fortaleza de Santa Cruz. Eleições foram realizadas para o Senado da Câmara (Câmara Municipal) e Agostinho Bezerra, irmão do líder da rebelião, nomeou-se governador.

Muitos colaboradores do antigo governador foram enviados para Portugal. Após alguns vacilos de Agostinho Bezerra ao tentar manobras conciliatórias o Senado da Câmara o destituiu do cargo e assumiu o governo da cidade em fevereiro de 1661. Dois meses após Salvador Correia voltou ao Rio de Janeiro com a ajuda de forças militares vindas de Portugal. A cidade foi invadida de surpresa e o antigo governador reconquistou o poder.

Após a realização de investigações foram apontados Jerônimo Barbalho Bezerra e Jorge Ferreira Bulhões como líderes da revolta. O primeiro foi condenado à morte e em 10 de abril foi enforcado na atual praça XV de Novembro – antigo Largo do Polé. Decapitado à machadas teve a cabeça exposta no pelourinho existente próximo à forca. Outros integrantes foram presos e enviados à Portugal até obterem o perdão e voltarem ao Rio de Janeiro. Jorge Ferreira Bulhões morreu na prisão devido a maus tratos e não pode retornar ao Brasil.

Em primeiro de julho de 1661 a corte designou outro governador para o Rio de Janeiro. Era uma evidência de que Salvador Correia Sá e Benevides já não gozava do prestígio de dias anteriores.

O novo governador, Pedro de Melo, só assumiu o cargo em 29 de abril de 1662.

#### A Revolta de Beckman (Maranhão/1684)

Desde 1677 prevalecia o regime do estanco de algumas mercadorias no Maranhão. Para a população em geral esse regime significava exploração. O comércio de produtos como aço, ferro, facas e outros era de exclusividade da Coroa. Era ela quem determinava os valores de compra e venda. Muitas vezes não havia moedas suficientes para realizar essas transações o que acabava gerando grande descontentamento na população.

Em abril de 1680 o descontentamento aumentou ainda mais, pois a Coroa decidiu estabelecer liberdade incondicional para os povos indígenas proibindo de forma clara qualquer tipo de escravidão desses povos. Aos jesuítas foi confiada a catequização e conseqüente domínio dos indígenas.

A proibição da escravidão indígena gerou um sério problema de mão-de-obra para os colonos no Maranhão. Em 1682 foi criada a Companhia do Comércio do Estado do Maranhão no intuito de solucionar a questão da mão-de-obra para as atividades agrícolas. A criação de companhias monopolistas nunca foi bem aceita em nenhum lugar do Brasil.

A ideia era que a companhia abastecesse a região com 500 escravos por ano durante vinte anos. Este era o tempo do monopólio da Companhia do Comércio do Estado do Maranhão. Toda importação de tecidos e artigos necessários ao uso e

consumo do Grão-Pará e Maranhão estava nas mãos da companhia. Além disso, toda exportação para Lisboa deveria ser realizada em navios da companhia que decidia previamente o preço de compra de produtos como cana-de-açúcar, algodão, tabaco, baunilha e outros.

**Figura 28: Algodão no Brasil**



Fumagalli, *Algodão no Brasil*, RJ, Fundação R. Castro Maya

O lucro da companhia muitas vezes significou o prejuízo da população. Frequentemente os produtores tinham que vender seus produtos por preços muito baixos e eram obrigados a consumir mercadorias vindas da Europa ou da África por preços muito acima da tabela. A exploração sobre a população era cada vez maior.

O que era ruim ficou ainda pior com as vantagens e privilégios oferecidos à companhia que monopolizava o comércio. Em 1680 o governador Francisco de Sá Menezes chegou a São Luís no mesmo navio que trazia Pascoal Pereira Jansen – representante da companhia comercial. A população maranhense organizou-se para interpelar os ilustres membros da embarcação. Não conseguiram muito.

Diante desse quadro de abusos e exploração eclodiu a rebelião. Manuel Beckman – o Bequimão – senhor de terras e vereador liderou o movimento. Beckman era português e vivia as dificuldades impostas pela coroa à população. Sentiu-se prejudicado pelo fato de não poder escravizar índios necessários no trabalho agrícola.

**Figura 29: Beckman no Sertão do Alto Mearim.**



(Obra de Antônio Parreiras sobre a revolta no Maranhão).

Vários setores da sociedade maranhense uniram-se aos rebeldes, até mesmo ordens religiosas como os carmelitas, franciscanos e até mesmo bispo Gregório dos Anjos. Todos condenavam o monopólio dado a companhia de comércio. Exceção feita aos jesuítas que anteriormente haviam recebido o monopólio da jurisdição das aldeias indígenas. Por motivos óbvios estes se calaram.

Em fevereiro de 1684 a revolta eclodiu após a ausência do governador que estava em Belém. Os rebeldes prenderam o capitão-mor Baltazar Fernandes, depuseram o governador ausente, expulsaram os jesuítas e acabaram com os privilégios da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão.

Foi formada então uma Junta de Governo integrada por um frade carmelita, representantes dos proprietários e representantes das camadas populares. A junta deveria governar até que novas ordens de Lisboa determinassem o que deveria ocorrer dali em diante.

A junta foi auxiliada por três adjuntos João de Sousa de Castro, Manoel Coutinho de Freitas e o irmão de Bequimão – Tomás Beckman.

Repare que o movimento não teve caráter separatista, ao contrário, reafirmava ainda mais o status colonial da região ao esperar ordens da Metrópole.

Ao final Belquior Dias Gonçalves foi condenado ao degredo na África e açoitado nas ruas de São Luís. Tomás Beckman foi condenado à morte mas teve a pena comutada para morte civil. Os jesuítas conseguiram retomar ao Maranhão e o monopólio da companhia comercial foi suspenso.

### **A Guerra dos Mascates (Pernambuco - 1710-1711)**

Este movimento ocorreu na capitania de Pernambuco e teve como motivação principal a constante e crescente rivalidade entre a decadente aristocracia rural pernambucana e os prósperos comerciantes portugueses situados em Recife.

A dominação holandesa mudara a face da cidade do Recife.

Nassau embelezou a cidade e permitiu que esta prosperasse justamente por ser a capital do Brasil holandês. Em Recife desenvolveu-se uma classe mercantil muito forte dominada principalmente pelos portugueses. Estes eram pejorativamente chamados de mascates – ou seja, viviam da mascateação. De acordo com a mentalidade das elites rurais as atividades braçais bem como o comércio eram atividades inferiores, indignas.

A mascateação é o comércio ambulante. Atividade altamente desprezada pelos senhores de terras. Os portugueses ligados ao comércio em Recife sofriam todo tipo de preconceito por parte dos senhores de terras. Eram chamados de forasteiros, marinheiros e grumetes.

Por sua vez os comerciantes de Recife chamavam os fazendeiros de “pés-raspados”, pois estes enfrentavam dificuldades após as guerras holandesas. As guerras advindas da presença holandesa criaram dificuldades para fazendeiros. Escravos fugiram e muitos engenhos estavam arrasados. A solução encontrada pelos fazendeiros para enfrentar dificuldades de toda ordem foi a obtenção de empréstimos junto aos comerciantes de Recife. O financiamento da produção açucareira passava a depender cada vez mais dos comerciantes de Recife. Os fazendeiros endividavam-se cada vez mais junto aos comerciantes localizados na capital. Endividado não restava ao senhor de engenho aceitar as condições impostas pelos comerciantes. Este dava duas opções ao seu devedor: ou lhe pagava o dobro no ano seguinte ou vendia o açúcar por um preço muito abaixo do convencional – o que acaba deixando o fazendeiro sempre endividado.

A economia aurífera e seus efeitos inflacionários agravavam a situação. Enquanto o preço do açúcar baixava o do escravo subia.

O preço de um escravo em Pernambuco passou a custar cinco vezes mais do que custava anteriormente à descoberta das jazidas auríferas na região das minas. Devedores, os fazendeiros tinham sua situação cada vez mais complicada.

Por sua vez, os comerciantes, credores, desejavam acabar com a submissão política, administrativa, jurídica e religiosa de Recife diante de Olinda. Recife não possuía sequer a categoria de vila. Era totalmente subordinada à Olinda. Os mascates portugueses tentaram reverter a situação. Apesar de não serem nobres os principais comerciantes de Recife tinham relações privilegiadas com integrantes do Conselho Ultramarino e com governadores da capitania de Pernambuco. Principalmente com Francisco de Castro Morais, que governou de 1703 a 1707, e com Sebastião de Castro e Caldas, que assumiu o governo em 1707.

Foi durante a administração de Castro e Caldas que eclodiu o conflito, uma vez que sua administração era claramente favorável aos mascates de Recife. O governador foi acusado de praticar relações comerciais escusas a partir da utilização de testas de



ferro. Também foi acusado de vender cargos na administração e vender escravos para o Rio de Janeiro o que era proibido por determinação da coroa.

Os fazendeiros também queixavam-se da proibição de usar armas de fogo em Olinda. Acreditavam que era necessário frente ao risco de um ataque estrangeiro, sobretudo francês. Castro e Caldas também foi acusado de traição ao permitir que uma embarcação francesa ancorasse em Recife quando Portugal estava entre os países adversários da França na Guerra de Sucessão na Espanha.

Em fevereiro de 1710 uma frota de Lisboa trouxe uma Carta Régia datada de 19 de novembro do ano anterior elevando Recife à condição de vila. Cabia ao governador e ouvidor da capitania estabelecer os limites do novo município. O governador simpatizante dos mascates agiu sorrateiramente e mandou levantar um pelourinho na praça central da Vila de Santo Antônio do Recife, privilégio de cidades e vilas. Também mandou instalar a Câmara Municipal integrada por dois pernambucanos e dois portugueses. Obviamente a reação de Olinda não tardou. Um atentado contra o governador foi planejado mas este saiu ileso e também reagiu efetuando a prisão de vários senhores de terras. O cenário de guerra estava armado.

Os fazendeiros organizaram milícias compostas por agregados e lavradores dependentes da aristocracia. Diante de um novo atentado e percebendo que estava perdendo poder diante das tropas Castro e Caldas fugiu para Salvador no que foi acompanhado por muitos portugueses. Recife foi invadida, teve seu pelourinho destruído e sua Câmara fechada.

Nas ruas de Olinda a população carregava um boneco representando o governador desertor. Assim como Judas, foi malhado, surrado e queimado.

Os rebeldes pensaram em duas fórmulas para encaminharem a situação:

A primeira proposta consistia em entregar o poder ao bispo D. Manoel Alves da Costa de acordo com orientações anteriores feita pela Coroa. A segunda proposta defendia a constituição de um governo republicano independente de Portugal inspirada no exemplo de Veneza e Holanda. É por isso que alguns historiadores consideram a Guerra dos Mascates como o primeiro movimento nativista da história nacional.

Uma última proposta foi apresentada por um rico senhor de terras bastante conhecido na capitania pelo seu passado como governador do Rio Grande do Norte e como combatente contra o Quilombo de Palmares. afirmou que era melhor entregar a capitanias aos franceses.

A maioria dos aristocratas preferiu entregar o governo ao bispo contando que este apoiasse as decisões dos rebeldes. Durante cerca de sete meses Olinda manteve o controle da capitania.

No início de 1711 as autoridades metropolitanas tiveram conhecimento do que acontecera em Pernambuco e ficaram preocupadas, afinal, a Guerra de Sucessão da Espanha continuava, Minas Gerais fora sacudida pouco antes com a Guerra dos Emboabas e ainda existia o perigo de uma intervenção francesa na capitania de Pernambuco.

Contemporizando a Coroa decidiu enviar o governador Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos como governador. Provavelmente os mascates tiveram algum peso na decisão da Metrópole. Enquanto isso em Pernambuco os mascates procuravam se organizar para contra-atacar a aristocracia rural e suas tropas.

Dentre as táticas utilizadas pelos mascates era comum o suborno de autoridades civis e militares. O dinheiro levantado pelos mascates também foi utilizado para compra de suprimentos e na formação de tropas compostas por negros e índios. Em junho de 1711 os mascates partiram para a contra-ofensiva obtendo vitórias e derrotas. A chegada do governador Félix Machado em 10 de outubro cessou os conflitos.

Após a chegada do governador houve demonstrações públicas em banquetes e outras festividades onde este procurava demonstrar neutralidade diante dos grupos rivais. No entanto após curto período de tempo e alegando ter descoberto uma conspiração contra sua vida o governador desencadeou uma campanha contra os que estariam envolvidos na trama. Mais de 150 pessoas foram presas e um número maior ainda fugiu para o sertão.

Um grupo contratado pelo governador encarregou-se de espalhar o pânico. O chefe desse bando se chamava Manoel Gonçalves e foi apelidado de "Tunda-Cumbé" – pessoa torta do corpo e da cabeça. Esse grupo era extremamente violento e ficou conhecido pelas crueldades cometidas contra homens, mulheres e crianças. Em Olinda o cenário de horror não foi diferente: corpos arrastados, amarrados, presos e encarcerados nas masmorras da Fortaleza de Cinco Pontas. Alguns foram enviados para prisão do Limoeiro em Lisboa. Dentre eles Bernardo Vieira de Melo e seu filho.

Em 1714 alguns presos em Pernambuco foram libertados, mas desterrados para Índia.

Recife foi definitivamente elevada à condição de vila. Era a vitória dos mascates sobre a aristocracia rural.

## **A Revolta do Sal (São Paulo - 1710)**

O comércio de sal, produto amplamente consumido por todos os setores da sociedade colonial, a exemplo de outros produtos também era monopólio da coroa. Essa permitia que apenas pequenos grupos de comerciantes pudessem comercializar o produto, inclusive em Lisboa. Era proibido extrair sal no Brasil embora houvesse extração e comércio ilegal.

Os comerciantes que detinham o monopólio desse comércio associavam-se aos comerciantes da colônia. Como consequência a população era a grande prejudicada muitas vezes tendo que se alimentar sem a presença do sal em suas refeições.

Na época em que foram descobertas as primeiras jazidas de ouro a região das minas pertencia à capitania de São Paulo. Nessa capitania bem como em outras regiões da colônia grupos monopolistas forçavam a alta do preço do sal. Uma maneira eficiente de se atingir esse objetivo é reduzir a oferta do produto. O sal era estocado pelos comerciantes que após verificarem a alta no preço do produto disponibilizavam-o para o comércio. Outras vezes o sal embarcado em Lisboa era insuficiente para atender às necessidades usuais o que por si só é um fator de elevação no preço do produto. No Rio de Janeiro a Câmara da cidade chegou a protestar junto à Coroa, mas esta não adotava nenhuma medida para aliviar a situação.

Em São Paulo no ano de 1710 a situação de exploração atingiu seu ápice. O preço do sal era impraticável e insustentável. Diante disso um grande fazendeiro decidiu, com forte apoio popular, invadir e tomar de assalto a cidade de Santos. Os armazéns que guardavam o produto foram invadidos. O nome do fazendeiro era Bartolomeu Fernandes de Faria. Suas propriedades eram imensas e ele possuía centenas de escravos. Seu bando formado por negros, índios e capangas obrigou que os comerciantes vendessem os produtos por preços mais baixos.

No caminho de volta para São Paulo o fazendeiro e seu grupo levou grande quantidade de sal e foram derrubando árvores e pontes no caminho serra acima para que as autoridades de Santos não os alcançassem.

O governador paulista nada fez diante dos fatos e em 02 de novembro de 1710 foi denunciado às autoridades metropolitanas pelo desembargador Antônio da Cunha Sottomaior. A denúncia levou o rei de Portugal, D. João V, a enviar ofício datado de 28 de abril de 1711 determinando a prisão do fazendeiro paulista responsável pelo ataque à Santos. No entanto este tinha a população a seu lado e conseguiu fazer de sua fazenda um verdadeiro forte de guerra.

Somente em 1722 a prisão de Bartolomeu foi efetuada pelo coronel Luiz Antônio de Sá Queiroga, governador militar de Santos. Com oitenta anos o velho fazendeiro paulista foi enviado para a capital da colônia a fim de ser julgado. Contudo o julgamento não chegou a acontecer, pois Bartolomeu foi vítima de varíola. Morreu antes de ser julgado. Seu enterro foi bancado por populares. Este fato explicita o apoio do povo à causa do homem que representou em seu tempo a luta de oprimidos contra opressores.

## **Os Motins do Maneta (Salvador - 1711)**

Trata-se na verdade de dois motins ocorridos em outubro e novembro de 1711 na capital da colônia – Salvador. O movimento recebe esse nome, pois João Figueiredo Costa, alcunha Maneta, foi o líder dos dois violentos tumultos embora estudos recentes afirmem que ele só tenha participado do primeiro.

O primeiro motim teve início em 17 de outubro de 1711, três dias após a posse do novo governador – Pedro Vasconcelos e Sousa. O tumulto teve continuidade no dia 19 com mais intensidade porque à gente do povo juntaram-se soldados e oficiais da tropa.

O motivo da revolta era a alta carga tributária. A multidão aos gritos dizia que não queria novos impostos. Envolvida na Guerra de Sucessão da Espanha, Portugal transferia para as colônias os custos do conflito. Em Salvador novos impostos geraram grande insatisfação. O imposto cobrado por cabeça de escravo trazidos da Costa da Mina e Angola teve um aumento de 100% naqueles anos. A taxa de sal elevada em 50% e houve também a exigência do pagamento de imposto alfandegário de 10% ad valorem sobre as mercadorias importadas do reino.

O grau de insatisfação era elevado e até mesmo portugueses participavam ameaçando através de panfletos tornarem-se vassalos de outros senhores caso a exploração continuasse. Saques foram realizados e casas de homens de negócios foram depredadas.

Diante da gravidade dos fatos e sem forças militares o governador teve que ceder: os novos impostos foram extintos e foi decretada anistia geral para os principais amotinados. Para o governador Pedro de Sousa a falta de castigos exemplares era um problema. Somente com punição severa as ordens da Coroa seriam cumpridas e obedecidas.

Um mês e meio depois explodiu novo motim em Salvador quando nesta cidade chegou notícias da ocupação da cidade do Rio de Janeiro pelos franceses liderados pelo corsário René Duguay-Trouin. Esta ocupação também é uma consequência da Guerra de Sucessão da Espanha.

Este novo motim também é conhecido como Motim dos Patriotas. Os amotinados exigiam do governador a formação de uma força militar para defender e restaurar a liberdade do Rio de Janeiro. Muitos voluntários se apresentaram chegando inclusive a oferecer seus bens em nome da liberdade carioca.

Apesar de tudo o governador postergou ao máximo a formação de tal força militar que acabou não sendo realizada pois os franceses após receberem o resgate dos cariocas deixaram a cidade.

No entanto a repressão ao líderes do segundo motim não se fez tardar. Os principais líderes foram sentenciados, açoitados e degredados para África.

A Coroa portuguesa e o Conselho Ultramarino julgaram estranho o comportamento do governador. Enquanto anistiou os primeiros cujo delitos foram bem mais graves foi implacável com os participantes do segundo motim, causado por motivos justos e até mesmo nobres. Muitos participantes ofereceram à própria vida em nome da luta pela liberdade da população do Rio de Janeiro.

Por ordem da Coroa foi enviado um novo governador para a Bahia com a missão de cobrar os tributos anteriormente fixados. A orientação era para que a cobrança fosse feita empregando o uso da força com a menor efusão de sangue que fosse possível.

### **A Revolta de Vila Rica (1720)**

Como é natural em regiões onde ocorrem descobertas minerais de relevância em Minas Gerais não foi diferente: para lá afluíram pessoas de diferentes regiões, profissões e religiões mas todos com o mesmo interesse: enriquecimento rápido. De acordo com Boris Fausto:

**A exploração de metais preciosos teve importantes efeitos na Metrópole e na Colônia. A corrida do ouro provocou em Portugal a primeira grande corrente imigratória para o Brasil. Durante os primeiros sessenta anos de século XVIII, chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variada condição: pequenos proprietários, padres, comerciantes, prostitutas e aventureiros de todo tipo.**

(Boris Fausto. *História Concisa do Brasil*. EdUSP. São Paulo 2001. Pág 52)

Em um primeiro momento a situação dos que para lá migraram era muito complicada. Não havia estrutura nenhuma para receber tantas pessoas. Crises de abastecimento foram comuns nos anos iniciais da sociedade mineira. Uma galinha que em outros tempos custava x chegou a custar 96 gramas de ouro nos anos iniciais da sociedade e não era raro encontrar forasteiros embrenhados no mato na busca desesperada por alguma alimentação qualquer que fosse.

Naturalmente a notícia da descoberta de ouro fez que Portugal estabelecesse uma legislação dura de modo a reter a maior quantidade possível do precioso mineral. A legislação era extremamente repressiva e contribuía para deixar o clima mais tenso. Eram vários os impostos existentes na região das Minas Gerais. Crimes e faltas toleradas em outras circunstâncias passaram a ser punidas até mesmo com a morte do infrator. A coroa tentava regular ao máximo as atividades na região de exploração do ouro. Em Minas Gerais era evidente o contraste entre a pobreza da população e a exploração do ouro cada vez mais abundante.

Não era interessante que a migração continuasse intensa e descontrolada. Nesse sentido algumas estradas, como as que ligariam a região à Mato Grosso, foram proibidas bem como a presença de frades e ourives. A expressão "santa do pau oco", bastante utilizada no Brasil, refere-se justamente ao tráfico de ouro praticado por religiosos. Nas mãos deste o ouro saía da região das minas e não era fiscalizado nas alfândegas justamente por estar escondido e camuflado no interior de santos de madeira.

Em meio a esse clima de dificuldades, cobiça, aventureirismo e forte intervenção estatal eclodiram uma sucessão de rebeliões em diferentes localidades: Vila do Carmo, em 1712; Morro Vermelho, em 1715; Rio das Velhas, em 1716; em São Francisco, em 1718; e no Pitangui, em 1719. Todas elas duramente reprimidas. Em Pitangui, por exemplo, a justiça colonial determinou que fosse enforcado um boneco no lugar do principal líder que conseguira fugir.

Dentre esses movimentos o mais conhecido foi a Revolta de Vila Rica, ocorrida em 1720. Esse movimento também é conhecido como Revolta de Filipe dos Santos ou Sedição de Vila Rica e não deve ser confundido com a Inconfidência Mineira de 1789.

Foi em meio a esse clima de descontentamento e rebeliões que o governador mineiro à época da rebelião, Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, o Conde de Assumar, determinou que fosse aplicadas três medidas bastante impopulares:

- Criação de um bispado na capitania objetivando disciplinar determinados elementos do clero. Muitos levavam uma vida totalmente fora daquilo que era pregado pela Igreja Católica. Foi comum encontrar clérigos envolvidos com contrabando, vivendo amancebados e praticando violências e delitos os mais diversos;
- Divulgação de Carta Régia de 25 de abril de 1720, determinando a extinção de postos de oficiais de ordenanças onde não houvesse corpos militares organizados, além de reforçar o poder do governador, colocando à sua disposição um regimento de Dragões de Cavalaria.
- Instituição das Casas de Fundição. Para lá deveria ser levado todo ouro extraído onde o mesmo seria quintado, ou seja, era lá que deveria ser pago os 20% de todo ouro explorado. Nas Casas de Fundição o ouro era transformado em barras e identificado com o carimbo real. Caso alguém fosse pego comercializando ouro que não estivesse no formato era a prova de que o mesmo estava praticando uma atividade irregular – tráfico de ouro. A criação das Casas de Fundição também foi o motivo da Revolta de Pitangui.

A insatisfação que já existia somou-se ao fato de que os mineradores teriam que percorrer longas distâncias para chegar nas Casas de Fundição e ao chegarem lá estariam nas mãos de burocratas corruptos e lentos. Em vários distritos os mineiros começaram a fazer demonstrações de força contra as autoridades. Esses tumultos foram sufocados com relativa facilidade pela Companhia dos Dragões. No entanto no dia de São Pedro, 28 para 29 de junho de 1720, eclodiu uma rebelião mais séria em Vila Rica. Em meio aos fogos e barulhos tão comuns nesse tipo de festividades ficaria mais fácil executar o plano rebelde que consistia em expulsar o governador e assassinar o ouvidor. Um conjunto de medidas também deveriam ser aplicadas. A saber:

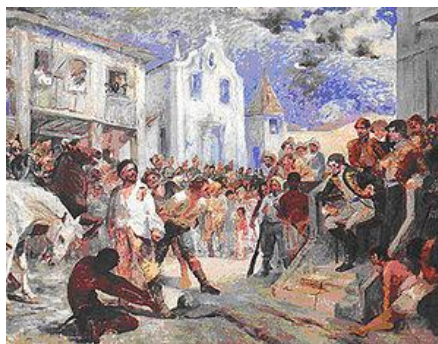
- \* anulação dos registros nos quais se cobravam impostos aos mineradores;
- \* redução das custas judiciais e dos salários do foro;
- \* supressão do monopólio do sal, da aguardente e do fumo pela coroa;
- \* fim dos contratos de gado.

Um dos líderes do movimento foi o português Pascoal da Silva Guimarães. Grande proprietário de terras, lavras e escravos foi denunciado pelo próprio filho, João da Silva, três dias antes da conspiração ter início. As autoridades nada fizeram diante da carta-denúncia que revelava os propósitos dos rebeldes.

Somente em 16 de julho de 1720 o governador conseguiu invadir Vila Rica com cerca de mil e quinhentos homens. O lugar cheirava conspiração.

Conde de Assumar mandou destruir e queimar as casas das principais lideranças. O objetivo era dar um claro recado à população e aos conspiradores. Após isso começaram as prisões. O português Filipe dos Santos Freire, representante das camadas populares, foi acorrentado, algemado e depois arrastado pelas ruas. Depois de ser julgado sumariamente diante da população foi condenado à morte na forca. Seu corpo foi arrastado por um cavalo e feito em pedaços. Sua cabeça ficou exposta durante alguns dias no pelourinho em Vila Rica e as partes do seu corpo, divididas, expostas nas estradas da região.

**Figura 30: Julgamento de Felipe dos Santos.**



Julgamento de Felipe dos Santos

Óleo de Antônio Parreiras, retratando a versão mítica da execução. Ao fundo o pintor mostra a fumaça da queima das casas dos revoltosos.

Como consequência da Revolta de Filipe dos Santos houve a criação da capitania das Minas de Ouro, independente da capitania de São Paulo e a postergação da criação das casas de fundição implantadas somente em 1725.

Depois da Sedição de Vila Rica de 1720 e antes da Inconfidência Mineira de 1789, ocorreram outras rebeliões em Brejo do Salgado em 1736 e Montes Claros em 1736. Além da Conspiração de Curvelo em 1775.

### **Aclamação de Amador Bueno (São Paulo – 1641)**

Também conhecida como Revolta de Amador Bueno. Trata-se de um acontecimento mais curioso da história brasileira.

No ano de 1640, Portugal livrou-se do jugo espanhol de mais de meio século. Era o fim da União Ibérica e o início da dinastia de Bragança. Vimos na aula anterior que a união de Portugal e Espanha favoreceu a superação da linha de Tordesilhas, sobretudo a partir de São Paulo, com o movimento das Bandeiras. Pois bem...

Foi justamente em São Paulo, o local onde ocorreu a manifestação de um movimento de caráter separatista logo após a restauração bragantina, e tinha neste fato sua causa principal. A formação da União Ibérica favoreceu a atividade de contrabando em toda região da bacia do Prata. Havia o temor de que com a restauração portuguesa essas atividades fossem proibidas.

A partir de São Paulo partiam as bandeiras de preação no intuito de escravizar índios aldeados nas missões jesuíticas. Obtendo grandes lucros com o tráfico negreiro, era natural que a Coroa dificultasse as atividades de aprisionamento indígena realizada pelos paulistas e também proibisse o contrabando na região platina. Havia um grupo de comerciantes que via na restauração portuguesa um obstáculo em sua tentativa de expandir as atividades comerciais até Buenos Aires.

Um grupo de famílias espanholas temeu pela perda de terras e privilégios diante da separação das coroas de Portugal de Espanha. Diante desse quadro de expectativas e rumores houve a aclamação de um novo rei: Amador Bueno. O termo de aclamação foi assinado em 1º de abril de 1641. O grupo era liderado pelos irmãos Rendon de Quevedo e Juan e Francisco Rendón de Quevedo y Luna. Entre seus signatários também estavam nobres espanhóis no Paraguai. Ao que parece, os separatistas espanhóis desejavam tornar São Paulo parte das colônias espanholas platinas.

No entanto, Amador Bueno, ele próprio filho de espanhol, rejeitou a proposta e jurou fidelidade a D. João IV de Bragança. Era de origem espanhola por linhagem paterna, descendente de bandeirantes e com o histórico de ter assumido cargos importantes dentro da administração portuguesa. Era o homem mais prestigiado e rico da região.

Diante da recusa, o homem que não quis ser rei teve que se refugiar no convento dos beneditinos em primeiro de abril de 1641. Na verdade, o movimento não trouxe consequências mais sérias, pois seria facilmente debelado pela Coroa portuguesa dada a condição ainda periférica de São Paulo no contexto colonial. Dias depois os paulistas juraram fidelidade à D. João IV. Para o historiador Luiz Felipe de Alencastro o movimento não teve caráter separatista. Foi muito mais uma espécie de invenção paulista.

### **A Revolta contra os Xumbergas (Pernambuco - 1666)**

A Revolta contra os Xumbergas foi uma revolta contra o governador da capitania de Pernambuco cujo nome era Jerônimo de Mendonça Furtado. O governador foi apelidado de Xumbergas devido ao vasto bigode que usava numa tentativa de imitar o oficial alemão que comandou as tropas portuguesas na guerra de libertação portuguesa em 1640 – Armand Friedrich von Schomberg.

A rebeldia pernambucana também é conhecida pelo nome de Conjuração do Nosso Pai. Referência ao fato do governador ter sido preso em uma procissão de extrema-unção conhecida como procissão do Nosso Pai.

Jerônimo de Mendonça Furtado governou a capitania de Pernambuco despoticamente de 1664 até 1666, ano em que foi deposto, preso e encarcerado na fortaleza do Brum, em Recife e depois deportado para a Lisboa. Seu estilo de governo era autoritário e rude. Foi acusado pelas elites rurais pernambucanas de uma série crimes. As elites rurais reunidas na Câmara de Olinda enviaram representação para Lisboa denunciando os atos do tirano governador. Dentre as queixas contra o Xumbergas constavam o roubo de um quinhão da receita do donativo da Rainha da Inglaterra e paz da Holanda, imposto criado para a satisfação do dote de D. Catarina de Bragança, irmã do monarca português casada com Carlos II. Também foi acusado de permitir que franceses realizassem o comércio de pau-brasil na costa pernambucana. Foram vários os crimes imputados ao Xumbergas e a maioria deles era verdade.

Para piorar a situação do governador, a capitania de Pernambuco foi assolada por curiosa epidemia de bexigas. Para a população a causa da enfermidade era a passagem de cometas e as más energias exaladas pelo governador do bigode grande.

Algumas medidas mais foram o suficiente para a conspiração ganhar corpo e apesar da população ter tomado parte do movimento ele foi encabeçado pelas elites locais. Personagens como João Fernandes Vieira e André de Barros Rego, integrantes da alta elite aristocrata pernambucana, não aceitavam as cobranças feitas pelo Xumbergas argumentando que

foram eles os responsáveis pela expulsão holandesa em anos anteriores. Era injusto a opressão e tirania exercida. O nativismo pernambucano ficara cada vez mais forte.

Após a prisão, deposição e deportação do governador corrupto uma Junta de Governo composta por três representantes da aristocracia rural, dentre eles André de Barros Rego, assumiu o governo. A satisfação foi geral entre os populares.

A Coroa não retaliou os integrantes da sedição. A principal consequência deste movimento foi o acirramento das rivalidades entre os senhores de engenho de Olinda e os mascates portugueses situados em Recife.

### **A Guerra dos Emboabas (1708-1709)**

O termo "emboaba" provavelmente é de origem tupi e quer dizer "pássaros de pés emplumados". Há controvérsias a respeito do seu significado. A palavra poderia significar também forasteiro, estrangeiro ou inimigo.

Em Minas Gerais ocorreu um conflito entre paulistas e os emboabas: forasteiros, principalmente portugueses, pernambucanos e baianos. O conflito ocorreu entre os anos de 1708 e 1709 e expunha diferenças culturais enormes, sobretudo a crescente rivalidade em torno do direito da exploração do valioso metal.

**Figura 31: Tropeiros**



Tropeiros. Rugendas.

Boa parte da população paulista era composta por índios que viam na guerra uma espécie de combustível para sua engenhoca social primitiva. Não aceitaram o trabalho fixo na agricultura de cana-de-açúcar, mas se aliaram muito bem ao paulista que vinha de outras terras e via no desbravamento da imensidão dos sertões muito mais que uma atividade econômica e sim uma forma de vida.

Para os descobridores paulistas somente eles poderiam explorar o novo metal. De acordo com ato real de 18 de março de 1694 aqueles que descobrissem o metal teriam garantia da posse das minas desde que pagassem o quinto devido à Fazenda Real.

Quando solicitaram à Coroa, em petição datada de 07 de abril de 1700, que a concessão de terras das regiões auríferas fosse realizada somente para os habitantes da capitania de São Vicente tiveram seu pedido negado. Isso aumentou o descontentamento e as animosidades tenderam a aumentar.

À medida que o fluxo populacional crescia, os ânimos se exaltavam. Os paulistas eram os bárbaros que andavam pelos sertões e, dentre outras atividades, foram os responsáveis pela destruição de vários quilombos. Insistiam na legitimidade da exclusividade pretendida na exploração do metal. Para alguns, eles eram mais rudes que os próprios quilombolas. Em pouco tempo foram acusados de cometerem assassinatos contra forasteiros. Por seu turno os comerciantes portugueses, aliados dos baianos, especulavam com a venda de produtos de grande consumo. Entre os emboabas também havia o receio de uma rebelião de escravos que por sua vez não se relacionavam bem com os índios paulistas.

Um boato espalhado no início de 1708 divulgou a notícia de que os paulistas planejavam realizar um massacre de forasteiros.

Diante desta possibilidade, os emboabas decidiram se organizar e decidiram criar um governo proclamando governador Manoel Nunes Viana.

Muitos combates ocorreram e os paulistas perderam datas importantes. Aos poucos iam sendo expulsos das terras que reivindicavam.

Um dos principais episódios do conflito é chamado de Capão de Traição. Esse fato foi ocorrido nas proximidades da atual cidade de São João del Rei. Depois de cercar um grupo de paulistas o sargento-mor Bento do Amaral Coutinho prometeu poupar a vida dos paulistas, caso entregassem as armas. Foram traídos e massacrados.

Após o episódio, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a formação de uma força expedicionária para vingar o assassinato do grupo atraído. Formado por indígenas e mestiços, essa tropa foi comandada por Amador Bueno da Veiga que após quatro dias de ataques a emboabas fortificados próximo ao rio das Mortes decidiu retirar as tropas. Era novembro de 1709 e esse episódio marca o fim do conflito.

No início de 1710, foi criada a capitania de São Paulo e das Minas de Ouro. Também foram criadas normas mais claras para a distribuição de terras entre paulistas e forasteiros.

Diante do clima de insegurança, os paulistas decidiram buscar ouro em outras regiões e em 1718 descobriram ouro em Mato Grosso.

### **O Levante do Terço Velho (1728)**

Em 10 maio de 1728 ocorreu em Salvador um levante armado contando com a participação de mais de seiscentos militares. Esses homens pertenciam ao Terço Velho, corpo da mais antiga tropa da capital da colônia.

Os amotinados desejavam soldos melhores e pagos de forma regular além de queixarem-se do comportamento excessivamente rígido do ouvidor-geral.

Após tomarem a fortaleza do Campo da Pólvora, enviaram o mestre-de-campo João de Araújo de Azevedo ao encontro do vice-rei como representante dos rebeldes. Outros corpos da velha tropa aderiram ao movimento que também passou a reivindicar a soltura dos soldados presos pelo ouvidor-geral. Nas ruas da cidade, grupos aos berros gritavam pela morte do ouvidor.

Sorratamente o vice-rei reuniu presenças ilustres da capitania e convocou o representante dos amotinados, mestre-de-campo Azevedo. Perdoou os soldados presos pelo ouvidor e mandou comunicar a notícia ao som de caixas pelas ruas. Posteriormente ordenou a divisão do velho corpo. Suas lideranças foram enviadas para áreas distintas da capitania. Secretamente o governador iniciou investigações sobre o movimento ocorrido e depois que os soldados estavam desarmados sentenciou os envolvidos com degredos e enforcamento.

## **4. MOVIMENTOS EMANCIPACIONISTAS**

### **Inconfidência Mineira (1789)**

A inconfidência mineira foi um movimento histórico que aconteceu no final do século XVIII na região conhecida como Minas Gerais. Esse acontecimento está intimamente ligado com as conjunturas do sistema colonial português no território brasileiro.

No final do século XVII, houve um processo marcante de interiorização e urbanização da paisagem brasileira, provocado pela exploração de metais preciosos na região centro oeste. Com a descoberta desses recursos naturais – ouro e diamantes - , tão desejados desde o período pré – colonial, além da modificação do viés exploratório, a coroa também necessitava de um novo modelo fiscal/legal na nova dinâmica econômica que estava se criando e transformando as estruturas culturais e sociais da colônia. Dessa forma, já em 1704 o rei de Portugal criou a instituição denominada Intendência das Minas Gerais, responsável pela distribuição e demarcação de terras entre colonos, bem como na cobrança de diversos impostos, como o famoso quinto, taxa de vinte por cento do valor arrecadado sobre o montante de metais preciosos, sobretudo o ouro. Outro imposto que fazia parte desse modelo fiscal era a capitação, cobrado sobre o número de escravos que o mineiro possuísse. Podemos também ressaltar as finas anuais que determinavam uma taxação sobre o ouro, relacionando a quantidade produzida e o tempo de mineração, podendo chegar até trezentas arrobas.

Esse modelo fiscal teve um exacerbado rigor sobre a colônia, devido a problemas econômicos que Portugal estava sofrendo com o mercado internacional, principalmente em relação à Inglaterra, no que tange o tratado dos panos e vinhos ou tratado de Methuen, onde pelas suas cláusulas, os portugueses se comprometiam a consumir os produtos têxteis britânicos e em troca, teriam exclusividade na venda de vinhos para Inglaterra. Todavia, dentro dessa lógica, os portugueses tinham uma balança comercial desfavorável, em que se importavam muito mais tecidos do que se exportava vinhos, gerando um endividamento latente. Devemos lembrar que, internamente, Portugal também passava por dificuldade, tendo em vista o terremoto que devastou Lisboa em 1755, provocando, dentre outros fatores, um gasto para reconstrução dessa importante cidade portuária, além da morte de cerca de quarenta mil pessoas.

Outro aspecto a ser ressaltado era a influência ideológica revolucionária advinda dos pensadores das “luzes” que questionavam monarquias fortemente autoritárias, interligadas com o processo de independência das treze colônias americanas em 1766 e que se adequavam ao sistema de cobrança do quinto real. É importante pensar que quando o ouro entregue não perfazia cem arrobas, ou seja, cerca de mil e quinhentos quilos, era decretada a derrama, um imposto sobre o não pagamento do valor bruto mínimo desejado.

Dentro desse contexto, influenciados por uma possibilidade de enriquecimento pessoal, assim como de autopromoção local da região de Minas Gerais, se formou o movimento reacionário denominado inconfidência mineira, batizado com essa denominação, porque seus participantes agiam de maneira secreta, como confidentes.

Os objetivos gerais do movimento eram:

- 1) Proclamar um governo republicano;
- 2) Criar uma Universidade em Vila Rica;
- 3) Estabelecer uma capital em São João Del Rei;
- 4) Adotar uma bandeira, selo e hino próprio;
- 5) Se adequar economicamente nos ideais liberais de produção;

A revolta deveria acontecer simbolicamente no dia da taxa de derrama em 1788, todavia, tal plano não deu certo, pois três participantes do movimento – Inácio Correia Pamplona, Basílio de Brito e Joaquim Reis - procuraram o governador da província, Visconde de Barbacena, para denunciar a ação dos inconfidentes, tendo como objetivo que a coroa perdoasse suas dívidas e seu possível envolvimento com os rebeldes. O rei de Portugal, mostrando sua benevolência perdoou todos os revoltosos, com exceção do alferes Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, sendo condenado à forca em 1792 no RJ e depois esquartejado. Os portugueses espalharam parte do seu corpo em MG para servir de exemplo a qualquer outro revoltoso que atentasse contra o rei.

**Figura 32: Leitura da sentença dos inconfidentes.**



Por Leopoldino Faria.

Apenas no século XIX, começasse com o IHGB – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – no governo de Dom Pedro II a associar a figura de Tiradentes como uma mártir da história do Brasil, tendo como objetivo criar uma identidade nacional. Em muitas figuras, tal “herói” é visto com barba e traços semelhantes a Jesus Cristo, tendo como intenção sensibilizar as pessoas sobre o sentido da morte de Joaquim Xavier, todavia, é questionado na historiografia tal ponto de vista, levando em consideração que a inconfidência mineira era um movimento local e não tinha um sentimento nacional, bem como seus participantes procuravam se autopromover e não estavam se preocupando com a população humilde, haja vista a permanência do trabalho escravo negro. Jesus cristo morreu para nos salvar, então somos todos irmãos em cristo. Tiradentes morreu em prol da nação, então somos todos irmãos brasileiros. Essa foi a ideia muitas vezes construída nesse período histórico.

### **Conjuração Carioca (1794)**

Chamamos de Inconfidência Carioca o movimento de intelectuais reunidos em torno de uma organização acadêmica chamada Sociedade Literária.



As autoridades coloniais estavam atentas a qualquer sinal de contestação e no Rio de Janeiro a difusão dos ideais iluministas e organização das lojas maçônicas preocupavam as autoridades. Essas chegaram a ter as atividades suspensas pelo vice-rei Conde de Resende. Nesse contexto de debates cada vez mais sem limites a Sociedade Literária foi fechada, mas seus membros continuaram-se reunindo secretamente. Um dos participantes mais ilustre era o poeta Inácio da Silva Alvarenga.

**Figura 33: Vice-rei conde de Resende**



Vice-rei conde de Resende, responsável pelo fechamento da Sociedade Literária.

Após novas denúncias, os integrantes dessas reuniões foram presos e investigados entre os anos de 1794 e 1795. No final nada foi provado, apenas a acusação de circulação de livros proibidos. Todos os envolvidos foram libertados.

### **A Conjuração Baiana (1798)**

Enquanto os inconfindentes mineiros tiveram na independência estadunidense, seu exemplo, os rebeldes baianos foram diretamente influenciados pelos ideais propagados pelos franceses.

A Conjuração Baiana foi mais um movimento colonial de caráter separatista. Em 12 de maio de 1798 a cidade de Salvador estava tomada por cartazes onde a influência francesa era clara. Entre seus líderes estava Cipriano Barata – o “homem de todas as revoluções”. Médico e culto jornalista foi ele o único que realmente tomou partido do movimento entre as elites baianas. Esse grupo reunia-se em torno da sociedade secreta Cavaleiros da Luz.

Apesar disso, podemos dizer que a Conjuração Baiana, também conhecida como Inconfidência Baiana, não foi um movimento de caráter elitista. Apesar da participação das elites baianas, o movimento também é conhecido como Conjuração dos Alfaiates. Esse nome evidencia o caráter popular da rebelião e o destaque que estes trabalhadores tiveram.

**Figura 34: Escravos exercendo vários ofícios nas ruas de Salvador.**



Jean - Baptiste Debret, Escravos exercendo vários ofícios nas ruas de Salvador, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, século XIX.

O clima de insatisfação vinha de longa data na capital baiana. O preço dos alimentos era manipulado e os preços elevavam-se com frequência. Eram comuns queixas contra o governador baiano antes da eclosão do movimento. Na Bahia o exemplo dos mineiros era conhecido e em 1792 o Haiti tornara-se independente animando os baianos a fazerem o mesmo.

Em 12 de maio de 1798 foram espalhados panfletos rebeldes nas portas das igrejas e lugares de grande circulação de pessoas. Os panfletos diziam:

"Animai-vos Povo baiense que está para chegar o tempo feliz da nossa Liberdade: o tempo em que todos seremos irmãos: o tempo em que todos seremos iguais".

A influência francesa é clara. Dentre as principais reivindicações dos rebeldes estavam:

- A criação de um governo republicano e igualitário
- Liberdade dos escravos
- Liberdade de comércio
- Aumento dos salários dos soldados

A repressão ao movimento não se fez tardar. Muitos participantes delataram outros personagens envolvidos. As investigações foram instauradas pelo governador baiano D. Fernando José de Portugal. Após análise das caligrafias dos manifestos aprendidos chegaram logo ao verdadeiro autor das mensagens – o soldado Luíz Gonzaga das Virgens.

Os participantes foram presos, sentenciados, degredados, tiveram seus bens despojados e seus nomes amaldiçoados até a terceira geração. Os principais líderes foram enforcados e tiveram as partes de seus corpos expostas à carne crua para a população. Cipriano Barata foi preso e solto em 1800.

A Conjuração Baiana apresentou o projeto mais radical do período colonial. Apesar de duramente punido pela Coroa portuguesa, deixou marcas profundas na sociedade baiana.

**Ao mesmo tempo, ocorria na Inglaterra uma revolução silenciosa, sem data precisa, tão ou mais importante do que as mencionadas, que ficou conhecida como Revolução Industrial. A utilização de novas fontes de energia, a invenção de máquinas, principalmente para a indústria têxtil, o desenvolvimento agrícola, o controle do comércio internacional são fatores que iriam transformar a Inglaterra na maior potência mundial da época. Na busca pela ampliação dos mercados, os ingleses impõem ao mundo o livre-comércio e o abandono dos princípios mercantilistas, ao mesmo tempo em que tratam de proteger seu próprio mercado e o de suas colônias com tarifas protecionistas. Em suas relações com a América espanhola e portuguesa, abrem brechas cada vez maiores no sistema colonial, por meio de acordos comerciais, contrabando e aliança com os comerciantes locais.**

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo 2013. 14ª edição.

## 5. PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: PERÍODO JOANINO

### O contexto da vinda da família real (1808)

Depois de governar cinco anos como cônsul, Napoleão Bonaparte foi coroado imperador da França em 1804. Conquistando grande parte da Europa continental, não conseguiu, contudo, submeter a Inglaterra. Em 1806, o imperador francês Napoleão Bonaparte assinou em Berlim o decreto do Bloqueio Continental, que proibia, a todos os países do continente europeu, fazer comércio com a Grã-Bretanha (comumente chamada de Inglaterra, embora esta última não corresponda à totalidade do território britânico). O fato de Napoleão ter determinado essa medida em plena capital da Prússia – e não em Paris – nos dá conta da hegemonia que ele alcançara sobre as demais monarquias da Europa.

Incapaz de derrotar a inimiga Inglaterra no mar, devido à inferioridade naval francesa, o imperador pretendia debilitá-la economicamente, forçando o governo de Londres a um entendimento com a França.

Na ocasião, a Inglaterra era o único país do mundo que já se encontrava em plena Revolução Industrial. Como na França esse processo ainda era incipiente, seria impossível preencher o vácuo criado pela falta de produtos britânicos. Estes, portanto, continuaram a entrar na Europa Continental, por meio de contrabando. Na verdade, o Bloqueio Continental prejudicou mais os países que o praticaram do que aquele contra o qual ele fora planejado. A Holanda recusou-se a acatar as determinações de Napoleão, que mandou invadi-la e impôs seu irmão, Luís Bonaparte, como rei dos holandeses.

O Bloqueio Continental deixou Portugal em uma situação delicada. Desde 1641, ou seja, logo após o final da União Ibérica (1580-1640), o país caíra sob a dominação da Inglaterra. Essa relação se consolidará ao longo dos anos, notadamente após a assinatura do Tratado de Methuen (ou dos Panos e Vinhos, 1703), e foram inúteis os esforços do ministro Marquês de Pombal (1750-77) para alterá-la.

Em 1792, a rainha D. Maria I, atingida por irremediável doença mental, fora afastada da chefia do Estado. Em seu lugar, assumiu o governo, na qualidade de regente, o príncipe-herdeiro D. João (futuro D. João VI).

Se por um lado Portugal não podia afrontar Napoleão, dada sua vulnerabilidade a um ataque francês (na ocasião, a França era aliada da Espanha, por cujo território as tropas francesas necessariamente teriam de passar), por outro também não podia simplesmente romper com a Inglaterra. Aliás, a indiscutível supremacia marítima britânica inviabilizaria as comunicações entre Portugal e Brasil – principal colônia lusitana, de cuja exploração dependia a própria sobrevivência econômica de Portugal.

Em agosto de 1807, o governo francês enviou um ultimato a Portugal: ou aderiria ao Bloqueio Continental, ou teria seu território invadido. Diante da negativa de D. João, os embaixadores da França e Espanha retiraram-se de Lisboa em 1º de outubro, como prenúncio da invasão.

Nessa situação crítica para o governo português, a Grã-Bretanha interveio por meio de seu embaixador em Portugal, lorde Strangford: o governo britânico oferecia proteção naval para que não só a Família Real, mas toda a Corte Portuguesa (isto é, os nobres que conviviam com a Família Real e seus servidores) e os funcionários do governo se transferissem para o Brasil. Em contrapartida, Portugal se comprometia – mediante um acordo firmado secretamente – a ceder temporariamente a estratégica Ilha da Madeira aos britânicos e a permitir o comércio direto entre a Grã-Bretanha e o Brasil.

Em 27 de outubro de 1807, França e Espanha assinaram o Tratado de Fontainebleau, que destronava a Dinastia de Bragança, reinante em Portugal desde a Restauração de 1640. O território português seria dividido em três partes, a maior das quais caberia pessoalmente a Napoleão.

Em 19 de novembro, o general francês Junot penetrou com suas tropas em Portugal, avançando rapidamente para o sul, em direção a Lisboa. Três dias antes, uma frota britânica ancorava no Rio Tejo, colocando-se à disposição do príncipe D. João para trasladá-lo ao Brasil.

O que se seguiu foi um grotesco quadro de atropelo, confusão e desespero, agravado pelas notícias da célere aproximação dos franceses. Ao todo, mais de 10 000 pessoas apinharam-se a bordo de 16 navios de guerra e 20 de transporte – todos portugueses. A frota britânica do almirante Sidney Smith dava-lhes cobertura.

Foram embarcados os arquivos dos ministérios, móveis e pratarias, bem como uma enorme soma de dinheiro, equivalente à metade das moedas que circulavam em Portugal. Parte da guarnição militar de Lisboa também foi para bordo com seu armamento. Em suma: o estado metropolitano português transferiu-se para a sua principal colônia. Essa completa subversão das regras do pacto colonial traria enormes benefícios para o Brasil.

No dia 29 de novembro de 1807, a frota anglo-portuguesa levantou âncoras. Menos de 24 horas depois, à frente de seus soldados esfaledos, Junot entrava em Lisboa.

**No início de fevereiro de 1808, Junot decretou, em nome de Napoleão, a extinção da Casa de Bragança – suprema ironia, dado que ela estava a salvo no Brasil – e nomeou um Conselho de Governo. Determinou que as armas portuguesas fossem retiradas ou cobertas e que se usassem na documentação oficial as referências napoleônicas – “Em nome de Sua Majestade o Imperador dos Franceses ...” – e o selo do império francês. Abolidas as milícias e dispersas as forças armadas portuguesas, criou uma polícia política. Sob comando do general Louis Loison (1771-1816), a instituição ficou conhecida pela violenta repressão desencadeada contra opositores.**

(Ana Canas D. Martins. Anos de guerra e incertezas. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, número 55, p.23, abril.2010.)

### **As transformações ocorridas no Brasil a partir da presença da corte no Rio de Janeiro**

A transferência do Estado Português para o Brasil foi fundamental para que nosso país pudesse encaminhar seu processo de emancipação política. O primeiro passo nesse sentido foi dado poucos dias após o desembarque de D. João na Bahia (de onde depois se transferiria para o Rio de Janeiro). Trata-se do decreto (na época denominado carta-régia) de abertura dos portos brasileiros “a todas as nações amigas” – que na ocasião se resumiam à Inglaterra, já que até os Estados Unidos mantinham relações preferenciais com a França Napoleônica.

É verdade que pouco depois, pelos Tratados de 1810, o governo português concedeu ao comércio e aos cidadãos britânicos condição privilegiada para atuar no Brasil. Mas outra não poderia ser a atitude lusitana, tendo em vista a fragilidade da posição de Portugal em face de seu poderoso aliado.

Segundo Emília Viotti da Costa:

**Seguiram-se medidas revogando os entraves à produção e ao comércio da colônia cuja permanência era incompatível com sua nova situação de sede da monarquia. O alvará de 1 de abril de 1808 permitiu o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas, levando as restrições anteriormente estabelecidas. A 30 de junho de 1810 revogou as disposições de 1749 e 1751 e autorizou todos os vassallos a vender, pelas ruas e casas, qualquer mercadoria que tivesse pago os competentes direitos. O alvará de 28 de setembro de 1811, prosseguindo na liberalização da economia, revogou o de 6 de dezembro de 1755 e declarou livre a todos comerciar quaisquer gêneros não vedados. A 11 de janeiro, revogando-se medidas anteriores, autoriza-se o Conselho das Fazendas a conceder licenças para o corte de pau-brasil (...) O decreto de 18 de julho de 1814, permitiu a entrada de navios de qualquer nação nos portos dos Estados Portugueses e a saída dos nacionais para portos estrangeiros.**

(DA COSTA, Emília Viotti. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. in.: MOTTA, Carlos Guilherme (org). Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difel, 1969, p.74)

Dada abertura às nações amigas, o que se observa é um aumento da influência inglesa sobre o domínio luso na América do Sul. Com a ocupação dos demais países europeus pela França napoleônica, aproveitava-se, o Império britânico, da ausência da concorrência estrangeira sobre o comércio do Brasil. Como ressalta Pedro Octávio Carneiro da Cunha.

**(...) O convênio mercantil, dando aos ingleses uma tarifa preferencial, afastou outros concorrentes e, sobretudo abafou a esperança da indústria e de certas culturas incipientes. A Inglaterra ambicionava o mercado brasileiro, mas a abertura dos portos já lhe dera um virtual monopólio, pela forçada exclusão da Europa napoleônica. Mesmo quando viesse a paz geral, a superioridade da manufatura inglesa, apoiada em marinha igualmente superior, dispensaria proteção de alfândega para prosperar. Queria, no entanto sempre mais, o que é o próprio do negociante - que em geral, só não é imperialista quando não pode.**

**(CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A Fundação de um Império liberal.in.:BARRETO,Célia de Barros [et al.]. O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.145. (História Geral da Civilização Brasileira,v.1,t.2)**

Durante o tempo em que permaneceu no Brasil, D. João, assessorado por ministros capazes, tomou numerosas iniciativas importantes, que deram ao Brasil um certo arcabouço administrativo e cultural. No plano econômico, foi revogado o alvará de D. Maria I que proibia a instalação de indústrias no Brasil; ainda no econômico, criaram-se a Casa da Moeda e o Banco do Brasil; no militar, fundaram-se as Academias Militar e Naval e foi implantada uma fábrica de munições; no cultural, surgiram a Imprensa Régia, a Biblioteca Real, o Real Teatro de S. João, o Jardim Botânico e as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, além de se contratar a vinda -após a queda de Napoleão - de uma importante Missão Artística Francesa.

**Figura 35: Paço de São Cristóvão em 1816.**



J.B. Debret - Biblioteca Nacional RJ

D. João também:

**(...) Instalou os Ministérios do Reino, da Marinha e Ultramar e da Guerra; estabeleceu o Erário Régio (Ministério da Fazenda, em 1821); instalou o Conselho de Estado, as Mesas de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordem, o Conselho da Fazenda e o Supremo Conselho Militar.**

**(TEIXEIRA, Francisco M.P;TOTINI, Maria Elizabeth. História econômica e administrativa do Brasil. São Paulo: Ática, 1996,p.62-63.)**

O coroamento de todas essas realizações deu-se em 1815, quando foi instituído o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (este último território corresponde ao extremo sul de Portugal). Com isso, o Brasil deixava de ser uma colônia, equiparava-se a Portugal e – mais que isso – tornava-se a sede legalizada do Reino Lusitano.

De um modo geral, a aristocracia rural brasileira aceitou de bom grado a administração joanina. Tal avaliação, porém, não se aplica a Pernambuco, onde o antilusitanismo sempre foi muito forte e havia uma intensa atuação da Maçonaria (uma organização secreta, ideologicamente liberal, e, portanto, oposta ao absolutismo de D. João). Acrescentem-se a esse quadro o aumento de impostos (para sustentar a Corte Portuguesa no Brasil) e a crise nas exportações do açúcar (devido ao consumo do açúcar de beterraba na Europa), e teremos os elementos detonadores da Revolução Pernambucana de 1817. Esta foi duramente reprimida, mas alguns de seus líderes não chegaram a ser executados, graças a um ato de clemência de D. João.

## 6. EXERCÍCIOS

01. (2006) A expansão das fronteiras do Brasil iniciou-se com o rompimento do meridiano de Tordesilhas por grupos de homens que ficaram conhecidos por bandeirantes. Eles organizavam expedições para apresamento de índios e busca de metais preciosos. A ocupação dos territórios além de Tordesilhas por colonos luso-brasileiros gerou uma série de conflitos com nossos vizinhos espanhóis. Esses conflitos fizeram com que Portugal e Espanha assinassem vários tratados de limites. O mais importante desses tratados, que deu ao Brasil, praticamente, sua conformação geográfica atual, foi o Tratado de:

- (A) Utrecht, de 1713.
- (B) Lisboa, de 1680.
- (C) Madrid, de 1750.
- (D) Simancas, de 1715.
- (E) El Pardo, de 1761.

02. (2007) Quando das Invasões Estrangeiras ao Brasil, forças holandesas conquistaram com facilidade Olinda e Recife, em 1630, mas não obtiveram o mesmo êxito na zona rural, porque, no interior da capitania:

- (A) as forças brasileiras equivaliam em efetivo, treinamento e armamento aos holandeses.
- (B) os brasileiros eram em menor número, no entanto dispunham de melhores armamentos do que os adversários.
- (C) os brasileiros eram melhor armados e mais experientes no tipo de combate proposto pelos holandeses.
- (D) os habitantes locais adotavam táticas de guerrilha, atacando os holandeses de surpresa.
- (E) os locais contavam com o apoio explícito e regular da Espanha, tanto no treinamento de técnicas de combate, quanto no suprimento de víveres e munição.

03. (2007) "A exploração de ouro no Brasil fez com que a metrópole ampliasse a fiscalização e aumentasse a tributação."

**Schneeberger; Cantele; Barbeiro, 2005, p.231**

Dentro dessa concepção, Portugal criou as Ordenações Filipinas, leis impostas ao Brasil, estabelecendo que:

- (A) a exploração de ouro seria permitida apenas aos nascidos no Brasil.
- (B) a exploração de ouro seria permitida apenas aos portugueses e filhos de portugueses.
- (C) haveria a livre exploração, sem qualquer restrição.
- (D) haveria a livre exploração, desde que fosse recolhido aos cofres públicos o quinto do ouro extraído.
- (E) haveria a livre exploração, desde que fossem recolhidos aos cofres públicos 50% do ouro extraído.

04. (2007) Sobre a "Carta de Doação" e o "Foral", documentos do Brasil Colônia, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Carta de Doação estabelecia os direitos e deveres dos colonos.
- (B) O Foral estabelecia os direitos e deveres dos donatários.
- (C) Pela Carta de Doação o donatário poderia conceder sesmarias a colonos – portugueses ou não – que professassem a fé católica.
- (D) O Foral estabelecia que os atos dos donatários só poderiam ser julgados pelo rei.
- (E) Pela Carta de Doação, o donatário podia fundar vilas e povoados e criar instrumentos administrativos, jurídicos, civis e criminais para regê-los.

05. (2007) Família Real Portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, trouxe para o Brasil uma corte parasitária, composta por 15.000 pessoas. Para custeá-la, as despesas com o serviço público aumentaram e o governo, para compensar, criou novos impostos, o que gerou protestos organizados e um movimento armado de grandes proporções.

Tal movimento foi a:

- (A) Revolução Constitucionalista do Porto.
- (B) Revolução Pernambucana.
- (C) Conjuração Baiana.
- (D) Cabanagem.
- (E) Conjuração dos Alfaiates.

06. (2008) A estrutura econômica implantada por Portugal, no Brasil-Colônia, existente no século XVII, tinha como base:

- (A) pequenas propriedades distribuídas a portugueses natos, destinadas à produção de subsistência, para garantir a posse da terra.
- (B) pequenas propriedades com policultura de alimentos necessários na Europa, como trigo e carne, utilizando mão-de-obra indígena escrava.
- (C) grandes propriedades com monocultura de produtos tropicais, de alto valor na Europa, como o açúcar.
- (D) grandes propriedades com monocultura de produtos tropicais, utilizando mão-de-obra indígena no sistema de parceria.
- (E) grandes propriedades com policultura de produtos tropicais voltados para o mercado interno, utilizando mão-de-obra assalariada.

07. (2008) "No final do século XVIII, começaram a ocorrer movimentos de emancipação política no Brasil-Colônia, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana"

**Costa; Mello, 2006**

Contribuiu(íram) para o surgimento desses movimentos:

- (A) as ideias dos padres jesuítas, que defendiam a igualdade entre brasileiros e portugueses, e o liberalismo econômico colocado em prática pelo Marquês de Pombal, a partir de 1750.
- (B) os ideais do Iluminismo e a reação ao aumento da opressão econômica de Portugal sobre o Brasil, representados pela taxa severa sobre o ouro das "Gerais" e a proibição de manufaturas.
- (C) as rebeliões de escravos, que eram apoiados pelos homens livres pobres da colônia.
- (D) as guerras que aconteciam neste momento na Europa, que enfraqueciam o governo português.
- (E) o decidido apoio americano a estes movimentos, em armas e dinheiro, após o término da guerra de Independência dos Estados Unidos.

08. (2009) A decisão de Portugal de recriar as Casas de Fundição, por onde todo o ouro extraído deveria obrigatoriamente passar, é o motivo da:

- (A) Guerra dos Emboabas.
- (B) Guerra dos Mascates.
- (C) Insurreição Pernambucana.
- (D) Revolta de Vila Rica.
- (E) Inconfidência Mineira.

09. (2009) "A primeira medida tomada pelo regente D. João, ao chegar ao Brasil, foi decretar a abertura dos portos brasileiros às nações amigas."

**Silva, 1992**

Tal fato:

- (A) significava, na prática, o fim do pacto colonial.
- (B) prejudicava a Inglaterra, que passaria a sofrer concorrência de outros países no comércio com o Brasil.
- (C) contrariava, num primeiro momento, os interesses dos comerciantes brasileiros.
- (D) beneficiava a França, favorecida pela redução das tarifas alfandegárias nas relações bilaterais.
- (E) criava condições igualitárias, quanto à tributação alfandegária, no comércio com Portugal e com todas as demais nações.

10. (2009) As causas da Conjuração Baiana (1798) estão relacionadas com:

- (A) contradições sociais e agravamento da escassez de alimentos, uma vez que a área de plantio para subsistência diminuiu diante do avanço da lavoura canavieira.
- (B) reações contra os privilégios comerciais lusitanos na região e o interesse da Inglaterra no monopólio do comércio.
- (C) aumento de impostos, que generalizou a insatisfação de toda a sociedade para com a metrópole, desde a alta aristocracia até as camadas mais populares, fazendo subir as tensões coloniais.
- (D) conflitos entre colonos e jesuítas, decorrentes da utilização de escravos indígenas nas plantações da região.
- (E) a prisão de oficiais das unidades militares da região, com a finalidade de impedir manifestações contra o rigor do fiscalismo português.

11. (2009) Esteve relacionado com as causas da Revolta de Beckman a(o)(s):

- (A) elevação de Recife à condição de vila (município), o que provocou forte reação dos olindenses.
- (B) obstáculos que os jesuítas impunham à escravização dos indígenas.
- (C) conflitos entre colonos em disputa pela riqueza aurífera.
- (D) ideal republicano, estando seus líderes influenciados pela Independência dos Estados Unidos.
- (E) forte desejo de independência, inspirado nos ideais iluministas de igualdade e liberdade.

12. (2010) Um conjunto de forças e motivos econômicos, políticos e culturais impulsionou a expansão comercial e marítima europeia a partir do século XV, o que resultou, entre outras coisas, no domínio da África, da Ásia e da América.

Silva, 1996

O fato que marcou o início da expansão marítima portuguesa foi o (a):

- (A) contorno do Cabo da Boa Esperança em 1488.
- (B) conquista de Ceuta em 1415.
- (C) chegada em Calicute, Índia, em 1498.
- (D) ascensão ao trono português de uma nova dinastia, a de Avis, em 1385.
- (E) descobrimento do Brasil em 1500.

13. (2010) O conflito armado travado na segunda metade do século XVIII e que ficou conhecido como Guerras Guaraníticas:

- (A) foi uma reação dos índios de Sete Povos das Missões, liderados por alguns jesuítas, à ocupação de suas terras e à possível escravização.
- (B) ocorreu entre paulistas com o apoio de diversas tribos guaranis e os emboabas, pela hegemonia da extração do ouro das Minas Gerais.
- (C) definiu a conquista da Colônia do Sacramento por tropas luso-brasileiras.
- (D) provocou a assinatura do Tratado de Lisboa, pelo qual Portugal devolvia a área conhecida como Sete Povos das Missões à Espanha.
- (E) abriu caminho para a conquista e ocupação, por parte dos portugueses, da calha do rio Solimões – Amazonas.

14. (2010) Sobre o Governo Geral, instalado no Brasil pelo regimento de 1548, pode-se afirmar que:

- (A) acabou, de imediato, com o sistema de capitanias hereditárias.
- (B) teve total sucesso ao impor a centralização política em toda a colônia, como forma de facilitar a defesa do território.
- (C) teve curta duração, pois foi dissolvido durante a ocupação francesa do Rio de Janeiro, em 1555.
- (D) durou até 1808, apesar de, a partir de 1720, os governadores passarem a ser chamados de vice-reis.
- (E) adotou, desde o início, o Rio de Janeiro como única capital, em virtude do grande sucesso da cultura canavieira nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.

15. (2011) Diferentemente de outras atividades econômicas do Brasil-Colônia, a mineração foi submetida a um rigoroso controle por parte da metrópole. Neste contexto:

- (A) os Códigos Mineiros de 1603 e 1618 já impediam a livre exploração das minas, impondo uma série de condições e restrições.
- (B) as Intendências das Minas criadas pelo Regimento de 1702 impuseram um controle absoluto sobre toda a produção mineradora, embora ainda estivessem subordinadas a outras autoridades coloniais.
- (C) a cobrança do quinto foi facilitada com a criação das Casas de Fundição, no final do século XVII, onde o ouro era fundido em barras timbradas com o selo real, embora a circulação do ouro em pó ainda fosse permitida.
- (D) foram instalados postos fiscais em pontos estratégicos das estradas, com o objetivo de fiscalizar se o pagamento do quinto havia sido realizado; cobrar impostos sobre a passagem de animais e pessoas e sobre a entrada de todas as mercadorias transportadas para as Minas.
- (E) a capitação foi um imposto que exigia do minerador o pagamento de uma taxa sobre cada um de seus escravos, do qual ficavam isentos os fiscoiros que não possuíam escravos.

16. (2011) Durante o mercantilismo, todos os produtos que chegavam à colônia ou saíam dela tinham que passar pela metrópole, caracterizando assim:

- (A) o pacto colonial.

- (B) os Atos de Navegação.
- (C) a corveia.
- (D) o liberalismo econômico.
- (E) a balança comercial favorável

17. (2011) Durante o período colonial, o Brasil sofreu diversas invasões estrangeiras. Nessas invasões:

- (A) a francesa, na Baía da Guanabara, resultou na criação de uma colônia, a França Antártica, formada principalmente por católicos interessados no cultivo da cana-de-açúcar e no trabalho de conversão dos índios.
- (B) a holandesa foi motivada pelo embargo espanhol que, por representar uma ameaça à sua economia, levou o país a decidir-se pela invasão do Brasil, inicialmente pela região do Rio Grande do Norte, onde encontrou forte resistência.
- (C) a holandesa, em Pernambuco, foi favorecida pelo constante reforço vindo da Holanda, o auxílio de cristãos-novos residentes na região e por estarem seus soldados mais bem armados e mais experientes.
- (D) a resistência luso-brasileira à invasão pernambucana foi organizada em grupos de guerrilha e contou com a liderança de Domingos Fernandes Calabar, morto lutando contra os holandeses.
- (E) embora a resistência luso-brasileira em Pernambuco contasse com a vantagem do fator surpresa e melhor conhecimento do terreno, os holandeses acabaram por conquistar o Nordeste, onde se estenderam desde o Maranhão até a Bahia.

18. (2012) As Grandes Navegações iniciaram transformações significativas no cenário mundial.

Leia atentamente os itens abaixo:

- I. o Oceano Atlântico passou a ser mais importante que o Mar Mediterrâneo;
- II. a peste negra, com a qual os europeus se contaminaram, era até então desconhecida na Europa;
- III. houve a ascensão econômica das cidades italianas e o declínio das cidades banhadas pelo Mar do Norte;
- IV. os europeus ergueram vastos impérios coloniais e se apropriaram da riqueza dos povos africanos, asiáticos e americanos;
- V. a propagação da fé cristã.

Assinale a única alternativa em que todos os itens listam características corretas desse período.

- (A) I, III e V
- (B) II, III e V
- (C) I, IV e V
- (D) II, III e IV
- (E) I, II e IV

19. (2012) No Brasil colônia, particularmente no séc. XVIII, ocorreram dois movimentos revolucionários que ficaram conhecidos como Inconfidência Mineira (1789) e Conjuração Baiana (1798).

Quais características são comuns entre eles?

- (A) A influência do pensamento iluminista e a participação maciça de pessoas da elite da sociedade local.
- (B) Foram inspiradas pelo lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade e pretendiam acabar com a escravidão.
- (C) Queriam romper com a dominação colonial e tiveram influência do pensamento iluminista.
- (D) Foram sufocadas sem grande derramamento de sangue, pois havia grande participação de pessoas ligadas à elite da sociedade local.
- (E) Pretendiam acabar com a escravidão e estabelecer a independência política do Brasil.

20. (2014) No início do século XIX, Napoleão Bonaparte ordenou a ocupação de Portugal, motivando com isso a fuga da família real portuguesa para o Brasil. Esse evento desencadeou primeiramente:

- (A) Conjuração Baiana.
- (B) abdicação de D. Pedro I.
- (C) elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.
- (D) introdução das ideias revolucionárias francesas no Brasil.
- (E) estabelecimento do Pacto Colonial.



21. (2014) "Os primeiros trinta anos da História do Brasil são conhecidos como período Pré-Colonial. Nesse período, a coroa portuguesa iniciou a dominação das terras brasileiras, sem no entanto, traçar um plano de ocupação efetiva, [...] A atenção da burguesia metropolitana e do governo português estavam voltados para o comércio com o Oriente, que desde a viagem de Vasco da Gama, no final do século XV, havia sido monopolizado pelo Estado português. [...] O desinteresse português em relação ao Brasil estava em conformidade com os interesses mercantilistas da época, como observou o navegante Américo Vespúcio, após a exploração do litoral brasileiro, pode-se dizer que não encontramos nada de proveito".

**Berutti, 2004**

Sobre o período retratado no texto, pode-se afirmar que o(a):

- (A) desinteresse português pelo Brasil nos primeiros anos de colonização, deu-se em decorrência dos tratados comerciais assinados com a Espanha, que tinha prioridade pela exploração de terras situadas a oeste de Greenwich.
- (B) maior distância marítima era a maior desvantagem brasileira em relação ao comércio com as Índias.
- (C) desinteresse português pode ser mais bem explicado pela resistência oferecida pelos indígenas que dificultavam o desembarque e o reconhecimento das novas terras.
- (D) abertura de um novo mercado na América do Sul, ampliava as possibilidades de lucro da burguesia metropolitana portuguesa.
- (E) relativo descaso português pelo Brasil, nos primeiros trinta anos de História, explica-se pela aparente inexistência de artigos (ou produtos) que atendiam aos interesses daqueles que patrocinavam as expedições.

22. (2015) As viagens mercantis e os descobrimentos de rotas marítimas e de terras além-mar ocorridas no que conhecemos por expansão europeia, mudou o mundo conhecido até então.

Foram etapas na conquista dos novos caminhos, rotas e descobrimentos os seguintes eventos:

1. Bartolomeu Dias atingiu a extremidade sul do continente africano, nomeando-a de Cabo das Tormentas.
2. Fernão de Magalhães, português, deu início à primeira viagem ao redor da Terra.
3. Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil.
4. Conquista de Ceuta pelos portugueses.
5. Cristóvão Colombo descobriu o que julgou ser o caminho para as Índias, mas na verdade havia aportado em terras desconhecidas.

A sequência cronológica correta dos fatos listados é:

- (A) 1, 2, 3, 4 e 5.
- (B) 3, 5, 4, 1 e 2.
- (C) 5, 2, 1, 4 e 3.
- (D) 2, 4, 1, 5 e 3.
- (E) 4, 1, 5, 3 e 2.

23. (2015) No fim do Século XVIII, era grande a insatisfação com a carestia e a opressão colonial. A isso se somava a simpatia que muitas pessoas demonstravam em relação às lutas pela emancipação do Haiti (1791-1804) e à Revolução Francesa (1789). Para difundir esta ideia fundou-se a loja maçônica Cavaleiros da Luz.

Em agosto de 1798, alguns conspiradores afixaram em muros e postes da cidade manifestos exortando a população à revolução. Os panfletos pregavam a proclamação da República, a abolição da escravidão, melhores soldos para os militares, promoção de oficiais, liberdade de comércio, etc.

Denunciado por um traidor, o movimento foi esfacelado. Alguns participantes foram presos, outros fugiram e quatro foram condenados à morte: Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos.

**adaptado de Arruda & Piletti, p.351**

O texto acima descreve, em parte, a:

- (A) Revolta dos Alfaiates, ocorrida em Salvador, Bahia.
- (B) Inconfidência Mineira, desencadeada em Ouro Preto, Minas Gerais.
- (C) Revolta de Beckman, que teve por palco São Luís, Maranhão.
- (D) Confederação do Equador, ocorrida em Recife, Pernambuco.
- (E) Cabanagem, ocorrida em Belém, Pará.

## UNIDADE II

### IV. IDADE CONTEMPORÂNEA

#### 1. ILUMINISMO E DESPOTISMO ESCLARECIDO

A burguesia quando surgiu, no final da Idade Média e início da Idade Moderna, necessitava de proteção e a única maneira de que dispunha para conseguir esta proteção foi aliar-se ao Rei e financiar a centralização monárquica com a formação dos Estados Nacionais Modernos. Este Estado criou uma prática econômica mercantilista que, com suas ideias protecionistas, ajudou a burguesia a afirmar-se social e economicamente.

A burguesia, protegida pelo Rei (personificação do Estado Nacional Moderno), pôde se desenvolver a tal ponto que, já no século XVIII, ela se viu na contingência de assumir o poder político também. Porém, os monarcas detentores do poder absoluto não estavam dispostos a abrir mão da força que possuíam, nem tão pouco dividi-la com a classe burguesa que, por isso, procurou, com um discurso revolucionário, arregimentar forças junto ao povo para, junto com ela, derrubar o rei absolutista. Esta era a época do **Iluminismo**.

#### I. O ILUMINISMO

Os séculos XVII e XVIII viveram o ápice do Estado Absoluto (moderno), a adolescência da sociedade burguesa e o confronto ao desenvolvimentismo capitalista com os entraves tradicionalistas do Antigo Regime. O progresso técnico, científico e intelectual fermentou uma nova ideologia. Era um conjunto de ideias em sintonia com a necessidade burguesa de superar as barreiras sobreviventes da antiga ordem feudal, encarnada agora no absolutismo e nas práticas socioeconômicas do Estado Moderno. Nesse Contexto, a razão passou a ser o guia infalível do conhecimento, do saber.

A partir de *Newton* e *Descartes*, nas ciências naturais, *John Locke* transferiu o primado da razão para a política, para a análise social. A crença na bondade natural do homem e sua imensa capacidade de ser feliz abalaram com a crítica e com o estudo racional, os pilares do Estado Absoluto. As luzes, a iluminação da capacidade humana, o porvir e a superação do mundo existente incentivaram a oposição à velha ordem. O anseio de liberdade, o romper com o Antigo Regime fizeram dos grandes pensadores deste período os responsáveis pelo "Século das Luzes", o século XVIII.

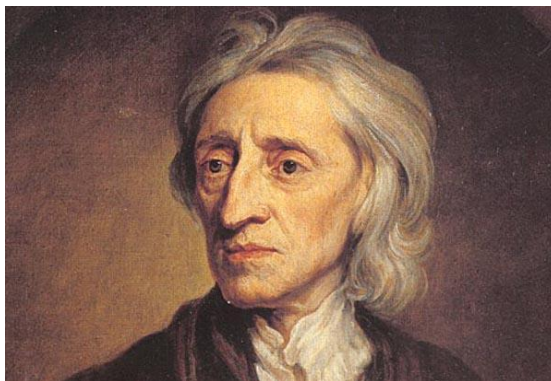
Iluminismo Burguês:

- Base na razão
- Contra o Antigo Regime (Absolutismo e Mercantilismo)

#### II. OS FILÓSOFOS

Os principais representantes destas ideias, desta revolução ideológica, defendendo a queda do Antigo Regime, minando suas bases e preparando ideologicamente as condições para a Revolução Francesa de 1789, foram:

#### John Locke (1632 – 1704)



[www.constitution.org](http://www.constitution.org)

## Introdução

Suas obras mais importantes foram: "Carta sobre a tolerância" de 1689, "O ensaio sobre o entendimento humano", de 1690, ele trata da teoria do conhecimento criando as bases do empirismo, Já em "Dois tratados sobre a sociedade civil", de 1689/90, ele trata da evolução humana que vai do estado natural até a sociedade civil destacando o contrato social como elemento dessa passagem e elaborando a estrutura política do novo Estado Liberal Burguês que representava o mais perfeito avanço da civilização humana.

No livro "Carta sobre a tolerância" ele defende a tolerância religiosa e cita assuntos que mais tarde serão ampliados em suas outras obras, tais como as questões: da liberdade de consciência que é um direito natural de todos os homens, da separação entre o estado e a igreja, do bem público que é a norma e a medida de todas as leis e, por último, da fonte de todos os conflitos entre os homens ser a opressão e não a diversidade das suas opiniões fazendo com que ele acredite que a tolerância é a única força capaz de promover a paz social.

Devemos lembrar que a sociedade civil teve algumas formas de governo durante sua existência. Primeiramente foram os estados teocráticos da antiguidade oriental, depois os estados escravistas da antiguidade clássica e depois um sistema feudal com o poder político descentralizado com a autoridade total entregue aos grandes proprietários restringindo-se às suas propriedades e, por último, a recentralização política na figura do Estado Absolutista que será o objeto de estudo do filósofo que lhe critica as estruturas e prega, como evolução, o Estado Liberal que seria a única forma de se ter um Estado realmente democrático.

## Passagem do estado de natureza para a sociedade civil

John Locke partia da concepção individualista do ser humano que se encontra em contato direto com a natureza concordando com o filósofo absolutista Thomas Hobbes e inspirando o filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau. Porém havia uma discordância entre Locke e Hobbes, pois para Locke, diferentemente de Hobbes, esse individualismo não significava o egoísmo, e isso porque não havia a ideia de coletividade no estado natural e, portanto, vivia-se em bando não pela consciência de que seria melhor para seus membros e sim pela intuição natural de aumentar a proteção de seus membros, e assim preservar sua existência.

Dessa forma, no estado natural, os homens viviam isolados sendo juizes em causa própria ampliando, obviamente, o risco de paixões e parcialidades na relação dentro do grupo, porém, não havia guerra pelo poder e quando ela ocorria era entre grupos e pela necessidade da manutenção dos próprios grupos.

Essa organização social primitiva vai evoluir para a tribo até chegar definitivamente a sociedade civil quando a sociedade humana passa a viver e se relacionar nas cidades com uma nova forma de vida, a urbana. Essa passagem segundo Hobbes e os iluministas se dá por intermédio da instituição do **contrato social**. Lembrando sempre que as concepções de contrato social entre absolutistas e iluministas é bem diferente na forma, pois os absolutistas, por não terem o direito escrito, acreditavam que o contrato se daria de forma oral baseado em um grande pacto-social, enquanto os iluministas evoluíram, devido à legislação escrita para a Constituição que era o instrumento de acordo coletivo em prol do contrato social.

Essa união dos homens mediante o contrato social é o passo mais importante no processo de civilização humana dando origem a criação da sociedade civil com a consequente criação do aparelho do Estado que caracterizará o novo governo. Esse seria o instrumento necessário para manter a unidade do grupo e o representar, além de cuidar da organização desse grupo humano agora socializado. Assim sendo o contrato social legitima o poder do Estado.

## Características políticas da sociedade civil

Agora, nessa sociedade avançada, se faz necessário criar um corpo político que, ao funcionar, capacitará o governo a representar a sociedade. O governo será dividido então em instituições públicas que existiram para manter a segurança e a tranquilidade para que a sociedade possa gozar da propriedade e viver em harmonia. Devemos também lembrar que os direitos naturais não desaparecem na sociedade civil e sua existência permitirá um limite para as ações das instituições e do próprio soberano.

Assim dizia o filósofo "ao governante não lhe caberia jamais o direito de destruir, de escravizar, ou de empobrecer propositalmente qualquer súdito: as obrigações das leis naturais não cessam, de maneira alguma, na sociedade, tornam-se até mais fortes".

Essa institucionalização do poder na sociedade civil traz vantagens para o bem estar social, pois os homens são livres e iguais, mas, sem a mediação do Estado, tendem a fazer e julgar as coisas em causa própria. Para Locke as instituições é que realmente possuem o poder e não as pessoas que as ocupam. A primeira vantagem dessa nova estrutura está na origem democrática do poder visto que os ocupantes das instituições no Estado Liberal devem ter um mandato eletivo com tempo determinado para começar e terminar, o que garantiria a importante alternância no poder, pois é justamente na permanência vitalícia do cargo que reside o espírito do absolutismo e dos governos ditatoriais na sociedade contemporânea.

Dessa forma o poder será distribuído entre as instituições que serão compostas de forma democrática através do voto, que

deveria ser universal e masculino. E, dentro dessa ótica, devemos entender a importante distinção entre o público e o privado, que são dois universos distintos e que coexistem, além de serem regidos por legislações distintas.

Com relação à parte privada, ou o indivíduo, o filósofo afirma que este possui direitos naturais inalienáveis que incluem a liberdade, a vida e a propriedade, sendo que esses direitos deveriam ser garantidos pelas instituições democráticas. Assim sendo a democracia seria a garantia do direito individual do cidadão.

Segundo Locke a forma de gerir um estado de maneira democrática estaria na substituição da concentração de poderes, que passaria do executivo para o legislativo. O poder legislativo, para o filósofo iluminista, seria a forma mais democrática, pois seus membros seriam eleitos pelo povo o que faria dessa assembleia um órgão plural com representatividade em todas as classes sociais, além do mandato com tempo determinado.

Porém nem todas as ideias de Locke se tornaram unanimidade. Por exemplo, a ideia de retirar o poder concentrado nas mãos dos reis absolutos (do executivo) e repassá-lo ao parlamento ainda manterá uma característica do estado absolutista que é a concentração de poderes em uma instituição do governo (mais tarde Montesquieu resolverá essa questão).

Outro ponto que não tem consenso é a questão da troca de governantes quando eles não mais representarem a vontade popular. Segundo Locke, o governante é colocado no poder por intermédio de uma relação de confiança com o povo e se, por ventura, o soberano trair os interesses populares e perder a confiança do povo ele deverá ser substituído e se ele se negar o povo tem o direito de retirá-lo, nem que seja pelo uso de força durante uma revolta popular. Essa tese é abominada pelos demais filósofos iluministas, que acreditam em um processo legal para a substituição do mandatário (impeachment).

Outra ideia que gerou muita polêmica foi a concepção ampla de propriedade. Segundo o pensador, propriedade é tudo que pertence ao homem podendo ser de forma material ou imaterial. Assim sendo, a primeira propriedade que o homem possui é o seu corpo e suas capacidades, pois, para Locke, o pensamento, os sonhos e a capacidade de realizar são também propriedades, as imateriais. A capacidade humana (a potência) gera o trabalho que é o responsável por gerar em nós o direito e a capacidade de adquirir a propriedade material. A partir desse raciocínio John Locke afirma que todos nós somos proprietários, inclusive os que não possuem a propriedade material.

A produção intelectual de John Locke possui contradições que são verificadas a partir de muitas de suas posturas. Como exemplo, podemos citar a ideia de que há um direito a ilimitada acumulação de propriedades que, segundo Locke, seria nada mais do que um reflexo da grande capacidade do indivíduo de poder conquistar esses bens. Essa postura manterá então os desequilíbrios sociais, pois uns terão muito enquanto outros, nada terão.

Outro ponto polêmico é a afirmação de que caberia aos homens de fortuna (riqueza) governar, pois eles possuem uma maior capacidade que os outros, porém dessa forma, com o poder entregue aos proprietários por sua suposta competência, estes lutariam para manter a propriedade e o sistema, que a eles privilegiava, reproduzindo a má distribuição de renda.

Outra falácia que podemos constatar é a ideia de que todos, ricos e pobres, são membros efetivos da sociedade civil, porém apenas os proprietários é que serão capazes de deter plena cidadania e assim sendo a classe operária estará submetida ao sistema sem o uso-fruto de suas vantagens.

John Locke deixa explícita a ideia de elitismo político, pois para ele somente os afortunados terão condições a uma vida integralmente racional e com compromisso voluntário com a lei que é uma representação escrita dos valores sociais do grupo humano em determinada época e lugar. Essa postura elitista, que afasta o povo dos direitos civis, é na prática o reflexo da influência socrática nas teorias de Locke.

### **Barão de Montesquieu (1689 – 1755)**



en.wikiquote.org

Charles-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu, era um rico aristocrata filho de nobres dos quais recebeu como herança grandes extensões de terra e servos. Foi educado pela Igreja Católica e de seus padres professores ele recebeu uma formação iluminista, o que representava, na época, uma contradição dentro da Igreja. Essa formação progressista o transformou em um severo e irônico crítico da monarquia absoluta decadente, do clero católico e dos hábitos e costumes da nobreza francesa.

Durante sua vida acadêmica adquiriu um vasto conhecimento humanístico e jurídico durante suas longas viagens pela Europa, principalmente na Inglaterra. Essas viagens na verdade eram uma forma de exílio voluntário devido as inúmeras perseguições que sofria na França por sua postura política crítica e revolucionária. Também foi um importante colaborador da Enciclopédia de Diderot e D'Alembert.

Seu fascínio pelo progresso das ciências físicas e naturais, além das leis que regiam o mundo físico, fez com que ele propusesse a partir daí, que a realidade social também devia reger-se por leis.

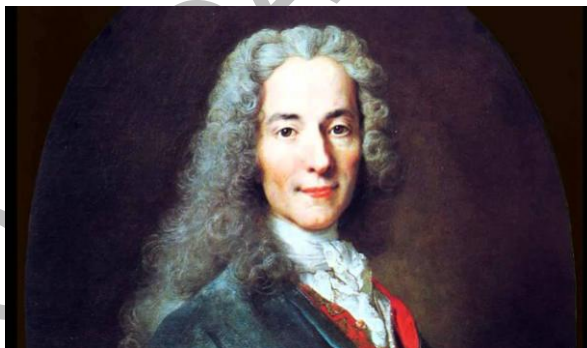
Suas obras mais importantes foram Cartas Persas de 1721, obra em que critica a sociedade, os costumes, as instituições políticas e os abusos da Igreja e do Estado não só francês, mas de toda a Europa da época. Já "O Espírito das Leis" de 1748, elabora conceitos sobre formas de governo e exercícios da autoridade política servindo de base para a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada em 1789, durante a Revolução Francesa. Essa obra faz um vasto estudo nas áreas de direito, história, economia, geografia e teoria política sendo a somatória de mais de dez anos de pesquisa até a sua publicação.

Sua teoria tinha como finalidade justificar a necessidade de dividir o poder do soberano e afirmar a autonomia entre os novos poderes. Para tanto buscavam compreender a diversidade das legislações existentes em determinadas épocas e lugares. Seu método era estabelecer uma comparação entre as leis e a natureza e os princípios de cada governo. Após entender esse vínculo ele tenta criar um sistema político-jurídico ideal.

Esse sistema, que se tornaria mais tarde, com a colaboração de outros filósofos, o Estado Liberal. Sua grande colaboração foi, além do reforço ao constitucionalismo, a distribuição da autoridade por meio legal visando impedir a arbitrariedade e a violência por parte do próprio poder. Dessa forma ele cria a teoria da divisão trina dos poderes que separa os poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário determinando que eles sejam autônomos, independentes, equilibrados e harmônicos.

Porém, assim como John Locke, Montesquieu também era elitista e imaginava, como governo ideal, uma monarquia parlamentar moderna sem a participação na gestão administrativa, sem poder de decisão, pois a função do povo nesse novo Estado com o poder institucionalizado era a participação no processo de escolha direta.

### **Voltaire (1694 – 1778)**



[www.youtube.com](https://www.youtube.com)

Obra principal: **Cartas Inglesas**

François Marie Arouet, ou Voltaire, como pseudônimo, criticou principalmente a Igreja Católica e os resquícios feudais, como a servidão. Propugnou por um governo, por uma monarquia ilustrada, isto é, um rei esclarecido pelos filósofos. Apesar de ferrenho crítico da Igreja, era, ainda assim, deísta. Acreditava que Deus estava presente na Natureza, no Homem e que, para encontrá-lo, a razão serviria como guia infalível. Assim defendia a crença em um ser supremo.

Voltaire é sempre destacado por sua palavra irreverente, sarcástica e demolidora. Abaixo veremos algumas de suas frases que demonstram sua visão iluminista:

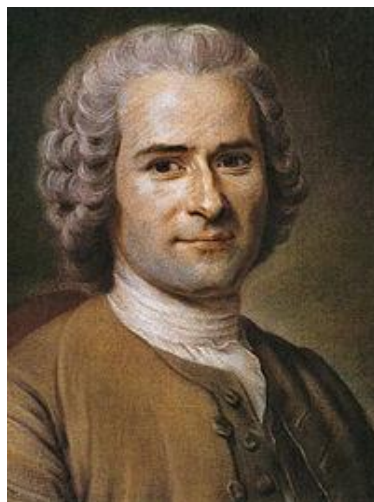
*"Não concordo com uma única palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo."\**

*"O maior dos crimes, pelo menos o mais destrutivo, e conseqüentemente o mais oposto à finalidade da Natureza, é a guerra. E, no entanto, não há um agressor que não tenha essa malfetoria como o pretexto de justiça."*

*"É proibido matar e, portanto, todos os assassinos são punidos, a não ser que o façam em larga escala e ao som das trombetas."*

"O povo tolo e bárbaro precisa de uma canga, de um agulhão e feno."

### **Jean Jacques Rousseau (1712 – 1778)**



pt.wikipedia.org

#### O Estado Natural

No livro "Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens", Rousseau se dedica primeiro ao estudo das origens da organização humana em grupo. Segundo o filósofo o homem vivia inicialmente em **estado de natureza** e eram bons, sadios e felizes. Aqui surge uma concordância e uma divergência em relação à postura do absolutista Tomas Hobbes, pois concorda com a origem do homem em estado de natureza e discorda quanto a essência humana. Segundo Rousseau o homem nasce bom, a sociedade em que ele vive o corrompe (determinismo) e a natureza tem o poder de reabilitá-lo.

Segundo Rousseau, o que vai causar as desigualdades sociais será o advento da propriedade privada, pois a partir daí uns trabalham para os outros gerando escravidão e miséria para a maioria da população. Essa situação favorece a predominância da lei do mais forte. Esse homem, fruto da desigualdade, é corrompido pelo poder, se torna mal e mesquinho, portanto a sociedade necessita de um contrato social consensual e legítimo para reunir o povo sob uma só verdade, promovendo a justiça e evitando a exploração do mais forte.

"O primeiro homem a quem ocorreu pensar e dizer: **isto é meu**, e encontrou gente suficientemente ingênua para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras e assassínios teriam sido evitados ao gênero humano se aquele, arrancando as estacas, tivesse gritado: Não, impostor!"

**Jean-Jacques Rousseau.**

#### "O Contrato Social"

Segundo o pensador e conforme já dissemos, o contrato social é legitimado pelo consentimento unânime da maioria ou pela vontade popular. Dessa forma o cidadão abdica de seus direitos em favor da sua comunidade e assim a pessoa particular cede lugar a um corpo moral coletivo com uma unidade mantida pelas normas legais constantes do contrato social. Outra noção que não se pode perder é a de que nossa liberdade se encontra na obediência a essas leis.

Segundo Rousseau a pessoa ao abrir mão de seus direitos e de sua liberdade individual nada perde, pois, o contrato social defende a manutenção da soberania popular. Por sua vez, a soberania popular é defendida pelo soberano que, com isso, protege o corpo coletivo ao defender a vontade geral que se expressa por intermédio da lei. Também não podemos nos esquecer de que essa soberania popular é indivisível, pois o poder do povo está em sua unidade.

O soberano personifica então o corpo coletivo ao representar o interesse de todos e de cada um e, por sua vez, o homem atinge sua superioridade por adquirir autonomia, que surge por intermédio do consenso criador do contrato social, e a liberdade, que se desenvolve pela escolha de obedecer às normas.

Quanto ao governo, ele seria a entidade que trabalharia para o povo gerenciando a vontade geral. Ele seria escolhido por intermédio das eleições e seus mandatários teriam prazo determinado para ocuparem esses cargos, pois as eleições periódicas seriam o instrumento necessário para promover a alternância no poder que é o elemento fundamental para evitar a formação de um governo absolutista. A forma de se administrar a nação estará ligada ao contato social e será regulamentada conforme a lei determinar.

A forma democrática de composição dos cargos públicos eletivos se dará ou na forma direta, que reside na escolha popular desses mandatários, ou na forma indireta, por intermédio das assembleias. Nesse sistema democrático o homem pode assumir duas posturas distintas podendo ser um cidadão, quando participa de forma consciente da escolha dos representantes que deverão fazer as leis (legislativo) ou dos representantes políticos de mandato eletivo que ocuparão os cargos da administração pública.

Outra postura que pode ser tomada pelo homem na sociedade é a servidão, momento em que ele se nega a participar e se omite do processo político, escondendo-se por trás do estrito cumprimento da lei.

Nessa sociedade evoluída e, portanto, civilizada, se faz necessário distinguir o conceito de pessoa privada e de pessoa pública. A pessoa privada se manifesta em sua vontade individual, na gestão de bens particulares e na participação coletiva do interesse comum, da vontade geral. Enquanto a pessoa pública pode, em relação a sua participação política, adotar a postura de cidadão ou de súdito, lembrando que nós somos súditos por que queremos e a servidão é uma opção do homem, chamada por Etienne de La Boetie de servidão voluntária.

### **III. DESPOTISMO ESCLARECIDO**

A partir da Segunda metade do século XVIII, alguns soberanos empreenderam uma **política de reformas**, visando à modernização. A essa política aplicada pelos próprios reis, de acordo com as circunstâncias de cada país, denominamos **despotismo esclarecido**. Adequaram alguns princípios iluministas, racionalizando a administração, impondo a igualdade de impostos, incentivando a educação.

Os principais déspotas esclarecidos foram: José II da Áustria, Catarina II da Rússia, Marquês de Pombal, primeiro ministro de José I de Portugal, Frederico II da Prússia e Conde de Aranda, primeiro ministro de Carlos III da Espanha. Suas medidas eram sempre muito parecidas e consistiam em supressão da servidão, confisco das terras da igreja, liberdade religiosa, criação de asilos e hospitais, abolição das torturas e criação de escolas primárias, secundárias e superiores voltadas para o desenvolvimento industrial.

Outro detalhe que não podemos esquecer é que a grande maioria dessas medidas ou não foram aplicadas na prática ou foram revogadas por outros reis que ascenderam ao poder após esses déspotas esclarecidos.

### **IV. A ENCICLOPÉDIA**

Publicada entre 1751 e 1780, constituiu um resumo das ideias iluministas e fisiocratas. Foi organizada pelo matemático *D'Alembert* e pelo filósofo *Diderot*, contando com o trabalho de 130 colaboradores.

Suas ideias principais foram:

- valorização da razão (racionalismo) como substituto da fé;
- valorização da atividade científica, meio para se alcançar um mundo melhor;
- crítica à Igreja Católica e ao clero pelo comprometimento com o Estado absoluto;
- o deísmo – crença em Deus como força impulsionadora do Universo;
- concepção de governo como fruto de um contrato entre governantes e governados.

Como não existia uma divergência no pensamento dos filósofos e cientistas quanto as questões abordadas. A enciclopédia teve uma importância muito maior como um instrumento de divulgação das ideias liberais burguesas no campo da política e da economia, devido a essa falta de consenso sobre as ideias.

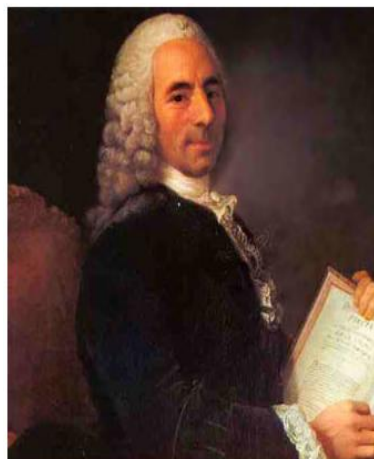
## V. OS ECONOMISTAS LIBERAIS

### A Escola Fisiocrata



www.tiki-toki.com

**Malthus**



lejardindutemps.over-blog.com

**Quesnay**

A escola fisiocrata defendia as ideias anti-absolutistas dirigidas contra o mercantilismo, advogando uma economia livre da tutela do Estado, funcionando segundo suas leis naturais. Essa postura teve origem na França com os economistas que formaram o fisiocratismo (físio = natureza). A partir do seu "quadro econômico", **Quesnay**, fundador da escola, partiu do pressuposto de que a terra é a única fonte de riqueza, daí a importância maior da agricultura dentro da economia.

Afirmavam ainda que a atividade econômica, como todos os fenômenos que ocorrerem no Universo, é dotada de leis naturais, cabendo ao Estado garantir o livre curso da natureza. Era seu lema: "*Laissez faire, Laissez passer...*", deixar passar, ou seja, liberdade para a produção e para o comércio.

**Thomas Malthus**, também economista, porém inglês, elaborou a teoria cuja qual afirmava que a população iria crescer tanto que seria impossível produzir alimentos suficientes para alimentar o grande número de pessoas no planeta. Dentre suas obras, a principal foi o Princípio da População.

Para Malthus, a produção de alimentos crescia de forma aritmética, enquanto o crescimento populacional crescia de forma alarmante. Para ele, o mundo deveria sim ter doenças, guerras, epidemias, ele também propôs uma política de controle de natalidade para que houvesse um equilíbrio entre produção de alimentos e população.

### A Escola Clássica



sites.google.com

**Adam Smith**



quotesgram.com

**David Ricardo**



**Adam Smith** (1723–1790) foi um economista e filósofo escocês que sistematizou a análise econômica demonstrando leis e fundando a economia moderna, ou seja, a Economia como ciência. Defendia o trabalho como fonte inequívoca de riqueza e não a terra, como os fisiocratas. Condenava o mercantilismo, demonstrando em tal prática um entrave lesivo a toda ordem econômica. Por meio da livre concorrência, da divisão do trabalho, o livre comércio, a harmonia e a justiça social seriam alcançadas.

Portanto, era defensor do livre mercado, em que forças invisíveis fizessem com que os comerciantes e industriais brigassem por descobertas de novas tecnologias para o aprimoramento de seus serviços, fazendo com que o preço de suas mercadorias declinasse e houvesse geração de novos empregos.

A sua obra "**A riqueza das nações**" de 1776, é considerada a "Bíblia do Capitalismo", iniciadora da economia política clássica. O trabalho de Smith ajudou a construir a fundação de disciplinas modernas acadêmicas de livre mercado e providenciou um dos melhores tratados intelectuais sobre capitalismo e liberalismo.

Já **David Ricardo**, que nasceu em Londres (1772 a 1823) era filho de um judeu holandês e fez, como o pai, fortuna na bolsa de valores, passando a se dedicar à literatura e à ciência. Influenciado por Adam Smith se torna economista e demonstra que a inflação ocorria quando o banco do país não restringir a emissão de moedas.

Em 1817 publica "**Princípios de economia política e tributação**" onde desenvolve a teoria dos salários, segundo a qual são inúteis todas as tentativas de aumentar o ganho real dos trabalhadores porque os salários permanecerão, forçosamente, próximos ao nível de subsistência. Nessa obra ele analisou as leis que determinam a distribuição do produto social entre as "três classes da comunidade": proprietários de terras, trabalhadores e donos do capital.

Entre os princípios formulados por Ricardo encontra-se aquele segundo o qual todo trabalho produtivo, inclusive o agrícola, gera excedente econômico, isto é, riqueza. A terra não tem influência na determinação do valor, pois o determinante no valor é a quantidade de trabalho investida na produção de um bem. O capital é a cristalização do trabalho, quer dizer, uma reserva do trabalho já realizado. Em oposição ao mercantilismo, Ricardo formulou um sistema de livre comércio e produção de bens que permitiria a cada país se especializar na fabricação dos produtos nos quais tivesse vantagem comparativa.

## 2. REVOLUÇÃO GLORIOSA (INGLESA DO SÉCULO XVII)

Entende-se por Revoluções Burguesas os processos históricos que consolidam o poder econômico da burguesia, bem como sua ascensão ao poder político.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII a burguesia se demonstrará como uma classe social revolucionária, destruindo a ordem feudal, consolidando o capitalismo e transformando o Estado para atender seus interesses.

As chamadas Revoluções Burguesas foram: as Revoluções Inglesas do século XVII (Puritana e Gloriosa), a Independência dos EUA, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Nesta aula iremos tratar das Revoluções Inglesas e da Revolução Francesa

### As Revoluções Inglesas

No decorrer dos séculos XVI e XVII, a burguesia desenvolveu-se, graças a ampliação da produção de mercadorias e das práticas do mercantilismo - que auxiliaram no processo de acumulação de capitais.

No entanto, a partir de um certo desenvolvimento das chamadas forças produtivas, a intervenção do Estado Absolutista nos assuntos econômicos passaram a se constituir em um obstáculo para o pleno desenvolvimento do capitalismo. A burguesia passa a defender a liberdade comercial e a criticar o Absolutismo.

O absolutismo inglês desenvolveu-se sob duas dinastias, a dinastia Tudor e a dinastia Stuart. Durante a dinastia Tudor houve um grande desenvolvimento econômico inglês- principalmente no reinado da rainha Elizabeth I: consolidação do anglicanismo; adoção das práticas mercantilistas; início da colonização da América do Norte e o processo da política dos cercamentos (enclosures), para ampliar as áreas de pastagens e a produção de lã. Assim, a burguesia inglesa vinha enriquecendo rapidamente, ampliando cada vez mais seus negócios e dominando a economia inglesa.

Além deste intenso desenvolvimento econômico a Inglaterra dos séculos XVI e XVII apresentava uma outra característica: os intensos conflitos religiosos.

A religião oficial, adotada pelo Estado era o anglicanismo, existiam outras correntes religiosas: os protestantes (calvinistas, luteranos e presbiterianos), chamados de modo geral, de puritanos. Havia ainda católicos no país. A monarquia inglesa - anglicana - perseguia católicos e puritanos, gerando os conflitos religiosos.

### GRUPOS RELIGIOSOS E POSIÇÕES POLÍTICAS

Os católicos a partir da Reforma Anglicana passam a deixar de ter importância na economia inglesa;

Os calvinistas - grupo mais numeroso - eram compostos por pequenos proprietários e pelas camadas populares. O espírito calvinista, da poupança e do trabalho refletia os interesses da burguesia inglesa.

## **OS CONFLITOS ENTRE MONARQUIA E PARLAMENTO**

No século XVII, o Parlamento inglês contava com um grande número de puritanos - que representavam os interesses da burguesia - e não aceitavam mais a interferência do Estado Absolutista. Com a morte de Elizabeth I, o trono inglês fica com os Stuarts. Foi durante esta dinastia que ocorreram as Revoluções Inglesas.

### **A DINASTIA STUART**

Jaime I (1603/1625) - uniu a Inglaterra à Escócia, sua terra natal, desencadeando a insatisfação da burguesia e do Parlamento, que o consideravam estrangeiro. Realizou uma intensa perseguição a católicos e puritanos calvinistas. Foi em virtude desta perseguição que muitos puritanos dirigiram-se ao Novo Mundo, dando início à colonização da América inglesa - fundação da Nova Inglaterra, uma colônia de povoamento.

Carlos I (1625/1648) - sucessor de Jaime I e procurou reforçar o absolutismo, estabelecendo novos impostos sem a aprovação do Parlamento. Em 1628 o Parlamento impôs ao rei a "Petição dos Direitos", que limitava os poderes monárquicos: problemas relativos a impostos, prisões e convocações do Exército seriam atos ilegais, sem a aprovação do Parlamento. No ano de 1629, Carlos I dissolveu o Parlamento e governou sem ele por onze anos.

Em 1640, Carlos I teve que convocar novamente o Parlamento necessidade de novos impostos, negados pelo Parlamento. Diante da negação, Carlos I procura novamente dissolver o Parlamento, desencadeando uma violenta guerra civil na Inglaterra.

### **Revolução Puritana**

A guerra civil mostrou dois lados da sociedade inglesa, de um lado estava o partido dos Cavaleiros, que apoiavam o rei: a nobreza proprietária de terras, os católicos e os anglicanos; de outro estava os Cabeças Redondas (pois não usavam cabeleiras compridas como os nobres) partidários do Parlamento.

As forças do Parlamento, organizadas em um exército de rebeldes, eram lideradas por Oliver Cromwell. Após uma intensa guerra civil (1641/1649), os Cabeças Redondas derrotaram os Cavaleiros- aprisionando e decapitando o rei, Carlos I, em 1649. Após a morte de Carlos I foi estabelecida uma república na Inglaterra, período denominado "Commonwealth".

A revolução puritana marca, pela primeira vez, a execução de um monarca por ordem do Parlamento, colocando em xeque o princípio político da origem divina do poder do rei influenciando os filósofos do século XVIII (Iluminismo).

### **REPÚBLICA PURITANA (1649/1658)**

Período marcado por intolerância e rigidez de Oliver Cromwell. Este dissolveu o Parlamento em 1653 e iniciou uma ditadura pessoal, assumindo o título de Lorde Protetor da República.

Em 1651 foi decretado os Atos de Navegações, que protegiam os mercadores ingleses e provocaram o enfraquecimento comercial da Holanda. Com este ato a Inglaterra passa a ter o domínio do comércio marítimo.

Oliver Cromwell, sob o pretexto de punir um massacre que católicos irlandeses tinham realizado contra os protestantes, invadiu a Irlanda, promovendo a morte de milhares de irlandeses, originando um profundo conflito entre Irlanda e Inglaterra, que perdura ainda hoje.

Após a morte do Lorde Protetor (1658), inicia-se um período de instabilidade política até o ano de 1660, quando o Parlamento resolveu restaurar a monarquia.

### **A Restauração e a Revolução Gloriosa.**

Carlos II (1660/1685) - filho de Carlos I, que no ano de 1683 dissolveu o Parlamento. Em seu reinado, o Parlamento dividiu-se em dois partidos: Whig, composto pela burguesia liberal e adeptos de um governo controlado pelo Parlamento e Tory, formado pelos conservadores e adeptos do absolutismo.

Jaime II (1685/1688) - Era católico e com a morte de Carlos II assumiu o poder e procurou restaurar o absolutismo monárquico, tendo oposição dos Whigs. No ano de 1688, há o nascimento de um herdeiro filho de um segundo casamento com uma católica. Temendo a sucessão de um governante católico, Whigs (puritanos) e Torys (anglicanos), aliaram-se contra Jaime

II, oferecendo o trono a Guilherme de Orange, protestante e casado com Maria Stuart - filha do primeiro casamento de Jaime com uma protestante.

Guilherme só foi proclamado rei quando aceitou a Declaração dos Direitos (Bill of Rights), que limitava os poderes do rei e estabelecia a superioridade do Parlamento. Determinou-se também a criação de um exército permanente, a garantia da liberdade de imprensa e liberdade individual e proteção à propriedade privada.

A Revolução Gloriosa foi um complemento da Revolução Puritana, garantindo a supremacia da burguesia, através do controle do Parlamento. Também garantiu o fim do absolutismo monárquico na Inglaterra e o surgimento do primeiro Estado burguês, sob a forma de uma monarquia parlamentar.

### 3. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O uso de máquinas em grande escala foi implantado na Inglaterra a partir de 1760, aproximadamente. Teve profunda influência sobre a economia mundial, ocasionando significativas mudanças sociais, políticas e culturais para o homem contemporâneo. A esse processo de alteração estrutural da economia, que marcou o início da Idade Contemporânea, chamamos de Revolução Industrial. Para a sua eclosão, porém, foi decisiva a acumulação de capitais verificada entre os séculos XV e XVIII.

Assim, plenamente constituído, o capitalismo caracteriza-se basicamente pela separação entre o produtor e os meios de produção, visto que é a burguesia que detém as máquinas necessárias à transformação das matérias-primas, e o produtor, detentor apenas de sua força de trabalho, vê-se obrigado a vendê-la no mercado em troca de salário. A economia capitalista é, então, uma economia de mercado, na qual a própria mão-de-obra converteu-se em mercadoria.

#### O PIONEIRISMO INGLÊS

As principais razões do início da Revolução Industrial na Inglaterra foram:

- \* possuía uma burguesia muito capitalizada em função dos lucros auferidos com as atividades comerciais da época mercantilista;
- \* desde o século XVII, controlava a oferta de manufaturados nos mercados coloniais;
- \* contava com um regime de governo (parlamentarismo) que favorecia o desenvolvimento capitalista. Desde a Revolução Gloriosa de 1688 os entraves mercantilistas haviam sido abolidos da economia britânica e o Estado, dominado pela burguesia, atuava no sentido de corresponder aos interesses dessa camada social;
- \* possuía grandes jazidas de carvão e ferro, matérias-primas indispensáveis à confecção de máquinas e geração de energia;
- \* concentrava abundância de mão-de-obra nas cidades, resultado do forte êxodo rural verificado na Idade Moderna. Nesse período, a lã inglesa conquistou um espaço considerável no mercado europeu e muitas das antigas propriedades agrícolas comunais transformaram-se em cercamentos, isto é, áreas cercadas de criação de ovelhas. Tal atividade, porém, demandava reduzido número de trabalhadores, expulsando a mão-de-obra excedente, que se dirigia às cidades. A grande oferta de mão-de-obra provocava seu barateamento e, conseqüentemente, reduzia os custos da produção industrial, ampliando os lucros.

#### AS FASES DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A primeira fase da Revolução Industrial correspondeu ao período que se estende de 1760 a 1850; nesse período a Inglaterra liderou o processo de industrialização. O desenvolvimento técnico-científico, implementando a modernização econômica, foi significativo; surgiram então as primeiras máquinas feitas de ferro que utilizam o vapor como força motriz. Por outro lado, a existência de um amplo mercado consumidor para artigos industrializados - América, Ásia e Europa - estimulava a mecanização da produção.

Na primeira fase da Revolução Industrial, a indústria têxtil foi a que mais se desenvolveu. A grande oferta de matéria-prima (o algodão, cujo maior produtor era os Estados Unidos) e a abundância de mão-de-obra barateavam os custos da produção, gerando lucros elevados, os quais eram reaplicados no aperfeiçoamento tecnológico e produtivo. Assim, também o setor metalúrgico foi estimulado, bem como a pesquisa de novas fontes de energia.

Algumas invenções foram de fundamental importância para ativar o processo de mecanização industrial, entre as quais podemos destacar:

- a máquina de Hargreaves (1767), capaz de fiar, sob os cuidados de um só operário, 80 kg de fios de algodão de uma só vez;
- o tear hidráulico de Arkwright (1768);

- \* a máquina Crompton, aprimorando o tear hidráulico (1779);
- \* o tear mecânico de Cartwright (1785);
- \* a máquina a vapor de Thomas Newcomen, aperfeiçoada depois por James Watt (1769);
- \* o barco a vapor de Robert Fulton (1805 - Estados Unidos);
- \* a locomotiva a vapor de George Stephenson (1814).

Para facilitar o escoamento da produção industrial e o abastecimento de matérias-primas, também os setores de transportes e comunicações tiveram que se modernizar. Surgiram o barco a vapor, a locomotiva, o telégrafo, o telefone, etc.

A segunda fase da Revolução Industrial iniciou-se em 1850. Foi quando o processo de industrialização entrou num ritmo acelerado, envolvendo os mais diversos setores da economia, com a difusão do uso do aço, a descoberta de novas fontes energéticas, como a eletricidade e o petróleo, e a modernização do sistema de comunicações.

## RESULTADOS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O século XIX significou o século da hegemonia mundial inglesa. Durante a maior parte desse período o trono inglês foi ocupado pela rainha Vitória (1837-1901), daí ter ganho a denominação de era vitoriana. Foi a era do progresso econômico-tecnológico e, também, da expansão colonialista, além das contínuas lutas e conquistas dos trabalhadores.

Na busca de novas áreas para colonizar, a Revolução Industrial produziu uma acirrada disputa entre as potências.

A era do progresso industrial possibilitou a transformação de todos os setores da vida humana. O crescimento populacional e o acelerado êxodo rural determinaram o aparecimento das grandes cidades industriais: Londres e Paris, que em 1880 já contavam, respectivamente, com 4 e 3 milhões de habitantes. Esses grandes aglomerados humanos originaram os mais variados problemas de urbanização: abastecimento de água, canalização de esgotos, criação e fornecimento de mercadorias, modernização de estradas, fornecimento de iluminação, fundação de escolas, construção de habitações, etc.

No aspecto social, estabeleceu-se um distanciamento cada maior entre o operariado (ou proletariado), vivendo em condições de miséria, e os capitalistas. Separavam-se em quase tudo, no acesso à modernidade, nas condições de habitação e mesmo nos locais de trabalho: nas grandes empresas fabris e comerciais, os proprietários já não estavam em contato direto com os operários, delegando a outros administradores as funções de organização e supervisão do trabalho.

Aumento das horas de trabalho, baixos salários e desemprego desembocavam frequentemente em greves e revoltas. Esses conflitos entre operários e patrões geraram problemas de caráter social e político, aos quais, em seu conjunto, se convencionou chamar de questão social. Os trabalhadores organizaram-se, então, em sindicatos para melhor defenderem os seus interesses: salários dignos, redução da jornada de trabalho, melhores condições de assistência e segurança social, etc. Diante desse quadro surgiram as novas doutrinas sociais, pregando a criação de uma nova sociedade, livre da miséria e da exploração reinante.

## AS NOVAS DOCTRINAS SOCIAIS

O avanço do capitalismo em meio à exploração e à miséria fermentou o ativismo trabalhista do século XIX, cujo objetivo era destruir as condições subumanas estabelecidas pela industrialização. Num primeiro momento, os operários, pouco conscientes de sua força, manifestavam seu descontentamento, diante das péssimas de vida e de trabalho em que se encontravam, quebrando as máquinas, tidas como responsáveis pela sua situação da miséria. William Ludd foi um dos líderes desse movimento, por isso, denominado luddista, reprimido violentamente pelas forças policiais.

A seguir os trabalhadores decidiram organizar-se em associações que lutavam pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, nasceram assim os sindicatos (trade unions), no início não reconhecidos oficialmente e reprimidos de forma violenta. Muito depois, diante das suas vitórias, acabaram conquistando o reconhecimento oficial de legítimos representantes da classe trabalhadora. Por meio de lutas, conseguiram alcançar seus objetivos quanto à elevação dos salários, limitação das horas de trabalho, garantias aos trabalhadores acidentados, restrição de idade e número de horas de trabalho das crianças, etc.

Na Inglaterra, o movimento operário pouco a pouco foi assumindo um caráter político. Os trabalhadores desejavam uma maior participação nas decisões governamentais que direta ou indiretamente os afetavam.

Organizou-se, então, o movimento cartista, que reivindicava, entre outras coisas, a extensão do direito de voto, até então restrito aos cidadãos de altas rendas, às camadas menos favorecidas da população inglesa.

Em meio a esta efervescência surgiram teóricos que se debruçaram sobre a questão social defendendo a criação de uma sociedade mais justa, sem as desigualdades e a miséria reinantes. Assim apareceram as principais quatro grandes correntes de pensamento: o socialismo utópico, o socialismo científico, o anarquismo e o socialismo cristão.

## 4. INDEPENDÊNCIA DOS EUA

A Independência das treze colônias inglesas da América do Norte foi um movimento de grande importância, pois foi o primeiro movimento de emancipação que alcançou resultado efetivo, sendo considerada como uma das Revoluções Burguesas do século XVIII. Neste século, vários movimentos caracterizaram a ascensão da burguesia, apoiada nos ideais liberais do Iluminismo.

O ideal iluminista expandiu-se não só pela Europa, mas teve repercussões na América e no caso dos "EUA", foram as ideias de John Locke que encontraram maior eco na sociedade. Locke fora participante da Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688-1689), ponto de partida para o Liberalismo do século XVIII, onde se originaram as ideias da existência de Leis naturais do contrato entre governantes e governados, da autonomia entre os poderes de Estado, do Direito à revolta e outras, consideradas pontos básicos da liberdade humana.

### A SOCIEDADE COLONIAL

Apesar das tradicionais diferenças entre as colônias do "norte" e do "sul", a maioria da sociedade colonial passou a defender o ideal de emancipação, uma vez que os interesses do capitalismo inglês opunham-se frontalmente às possibilidades de desenvolvimento colonial. Esse antagonismo era percebido principalmente nas colônias do centro norte, onde já existia uma burguesia, que acumulava capitais principalmente a partir do comércio triangular e que acabou comandando o movimento de independência, contando com o apoio das demais camadas sociais, inclusive de grande parte dos proprietários rurais do sul.

Na década anterior à Guerra de Independência, podemos dizer que a sociedade estava dividida entre duas correntes políticas: os Patriotas ou Whigs, favoráveis à emancipação, mesmo que através da guerra, e os Legalistas ou Tories, fiéis ao Rei da Inglaterra, contrários à ideia de independência.

À primeira corrente pertenciam a maior parte da burguesia colonial, os pequenos proprietários, as camadas intelectualizadas, os comerciantes, artesãos, trabalhadores assalariados. Na Segunda corrente encontravam-se os altos funcionários da administração colonial, parcela dos latifundiários do sul, alguns grupos de comerciantes e de congregações religiosas.

Se por um lado grande parte dos colonos estava influenciada pelas ideias iluministas, foi a mudança da política colonial inglesa, após a Guerra dos Sete Anos (1756 --1763), a responsável pela definição política da maioria a favor da independência.

### OS INTERESSES

Apesar da importância do elemento ideológico, pesa a situação de grande opressão metropolitana, caracterizada pelo enriquecimento do pacto colonial, mesmo antes da Guerra dos sete anos. Em 1750, a Inglaterra havia proibido a produção do ferro e em 1754 proibiu a fabricação de tecidos.

Terminada a Guerra dos Sete Anos a Inglaterra adotou uma série de medidas com o intuito de tornar mais rígido o monopólio sobre as colônias, com o intuito de obter maior riqueza.

As terras a oeste, tomadas aos franceses após a guerra foram declaradas da Coroa e, portanto os colonos foram proibidos de ocupá-las, frustrando as expectativas dos grandes proprietários do sul, que se encontravam constantemente endividados, na medida em que dependiam do comércio inglês.

Com o pretexto de recuperar as finanças do Estado, abaladas com a guerra com a França, os ingleses adotaram diversas leis coercitivas, que na prática serviram para garantir o mercado colonial para os produtos de outras colônias ou comercializados por empresas inglesas, particularmente o chá, monopolizado pela Companhia das Índias Orientais.

#### As principais leis coercitivas foram:

- Lei do Açúcar (1764) taxando o açúcar que não fosse comprado das Antilhas Inglesas.
- Lei do Selo (1765) obrigava a utilização de selo em qualquer documento, jornais ou contratos.
- Atos Townshend (1767) Leis que taxavam a importação de diversos produtos de consumo. Criavam os Tribunais Alfandegários.
- Lei do Chá (1773) garantia o monopólio do comércio de chá para a Cia das Índias Orientais
- Leis Intoleráveis (1774) impostas após a manifestação do Porto de Boston, interditava o porto da cidade, imposição de um novo governador para Massachussets e aquartelamento de tropas britânicas.
- Ato de Quebec (1774) impedia que as colônias de Massachussets, Virgínia, Connecticut e Pensilvânia ocupassem terras à oeste.

As imposições fiscais, as medidas de caráter repressiva levada a efeito pelas tropas britânicas nas colônias e a influência das ideias iluministas foram responsáveis pela organização de vários movimentos de protestos e principalmente de boicotes aos produtos ingleses e ao mesmo tempo, pelo início do movimento de independência.

## A GUERRA

Em 1774, os representantes das colônias (com exceção da Geórgia) organizaram o **Primeiro Congresso Continental da Filadélfia**, onde foi decidida a manutenção do boicote aos produtos ingleses e foi elaborada uma Declaração de Direitos e Agravos. Os colonos reivindicavam a revogação das "Leis Intoleráveis" e o direito de representação no Parlamento inglês, no entanto a Inglaterra manteve-se intransigente, não estando disposta a fazer concessões.

Na maioria das cidades formavam-se comitês pró-independência que realizavam a propaganda do ideal emancipacionista e ao mesmo tempo foram responsáveis pelo armazenamento de armas e munições, julgando que o conflito seria inevitável.

Em 1775 os ingleses atacaram Lexington e Concord. Os colonos organizaram um exército que seria comandado por George Washington, da Virgínia. Nesse mesmo ano reuniu-se o **Segundo Congresso Continental da Filadélfia**, de caráter separatista, que confirmou a necessidade de organização militar como meio de garantir os direitos dos colonos, confirmou G. Washington no comando das tropas e deu a Thomas Jefferson a liderança de uma comissão encarregada de redigir a Declaração de Independência.

A Declaração tem grande significado político não só porque formalizou a independência das primeiras colônias na América, dando origem a primeira nação livre do continente, mas porque traz em seu bojo o ideal de liberdade e de direito individual, e a ideia de soberania popular, representando uma síntese da mentalidade democrática e liberal da época. No entanto, a pressão dos grandes proprietários rurais, importantes aliados na Guerra de Independência, determinou a manutenção da escravidão no país.

As tropas inglesas tentaram tomar os principais portos e vias fluviais, com o objetivo de isolar as colônias, enquanto que os colonos ao mesmo tempo que procuravam reforçar suas tropas, buscavam apoio externo: A França entrou na Guerra em 1778 e a Espanha no ano seguinte, em apoio as tropas coloniais, com o objetivo de enfraquecer a Inglaterra no cenário europeu.

Em 1781 as tropas coloniais e francesas derrotaram os ingleses na Batalha de Yorktown e em 1783 foi assinado o Tratado de Versalhes, segundo o qual a Inglaterra reconhecia a independência das treze colônias, agora Estados Unidos da América.

## 5. REVOLUÇÃO FRANCESA

As transformações econômicas, políticas e sociais dos séculos XVII e princípios do século XVIII se manifestaram no plano filosófico, num movimento de crítica ao Antigo Regime (o Estado Absolutista e o Mercantilismo). Este movimento é denominado Iluminismo.

A exemplo do que ocorreu na Inglaterra, no final do século XVIII, o absolutismo constituía um enorme obstáculo para o pleno desenvolvimento da burguesia francesa. A Revolução Francesa foi um reflexo da luta da burguesia pelo poder político.

No entanto, o processo da Revolução Francesa não é um movimento isolado. Ele está inserido num conjunto de revoluções que questionavam o absolutismo, sendo um movimento que assolou toda a Europa e a América.

Sendo assim, a Revolução carrega o termo "Francesa" pois eclodiu na França- por uma série de fatores - no entanto as suas propostas eram universais.

"Os burgueses franceses de 1789 afirmavam que a libertação da burguesia era a emancipação de toda a humanidade" (Karl Marx e Friedrich Engels).

### AS CAUSAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

A difusão das ideias iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, que orientaram os revolucionários franceses na luta contra o absolutismo e a desigualdade social.

**Políticas** - o despotismo dos Bourbons. Enquanto a maioria das nações europeias, sob a influência do Iluminismo, procuravam se modernizar, o estado francês continuava arraigado no absolutismo monárquico. Na França do século XVIII, o poder do rei ainda era considerado como de origem divina.

**Econômicas** - a França encontrava-se em uma grave crise econômica, em virtude das péssimas colheitas e na falta de alimentos. Os aumentos de preços provocam a fome e acentuam a miséria dos camponeses. Além da crise econômica, o Estado Francês passava por uma gravíssima crise financeira, graças ao envolvimento da França na guerra dos Sete Anos (1756/1763) e

na guerra de independência dos Estados Unidos- que acarretaram enormes gastos, ampliando a dívida do Estado. Para solucionar este quadro o Estado precisava aumentar sua arrecadação, o que implicava em um aumento dos impostos.

**Sociais** - a questão tributária na França vai gerar uma grave crise política, em virtude da organização da sociedade francesa nesta época.

A sociedade francesa era estamental, apresentando três ordens. O clero que estava isento de qualquer tributação; a nobreza, além da isenção tributária era possuidora de privilégios judiciários. A terceira ordem era bastante heterogênea: era composta pela alta burguesia (banqueiros, industriais e comerciantes), média burguesia (funcionários públicos e profissionais liberais) e baixa burguesia (os pequenos comerciantes); também as chamadas camadas populares (artesãos, operários, camponeses e servos).

Os homens das camadas urbanas das cidades eram apelidados de sans-culottes (usavam calças compridas em vez dos calções aristocráticos).

O terceiro Estado era a ordem que sustentava os gastos e os luxos do Estado francês.

Para ampliar a arrecadação tributária, o Estado convoca a Assembleia dos Notáveis, composta pelo clero e pela nobreza, convocando estas ordens a pagarem impostos. Diante da recusa destes, o rei Luís XVI convocou os Estados Gerais, assembleia que reunia representantes dos três Estados.

No entanto, o sistema de votação dos Estados Gerais era em ordens separadas. Assim, ficava garantida a supremacia do clero e da nobreza (somavam dois votos) contra um voto do Terceiro Estado.

Contra este método tradicional de votação, os representantes do Terceiro Estado passam a exigir o voto individual (o Primeiro Estado tinha 291 deputados, o Segundo 270 e o Terceiro 578). O Terceiro Estado esperava o apoio dos deputados do baixo clero e da nobreza togada, para conquistar a maioria.

Diante do impasse político, o Terceiro Estado rebela-se e a 9 de julho de 1789, com a ajuda de deputados do baixo clero, declara-se em Assembleia Nacional Constituinte - começa a Revolução Francesa.

## **AS ETAPAS DA REVOLUÇÃO**

### **Assembleia Nacional (1789/1792)**

Fase em que ocorreu a tomada da Bastilha (14/07/1789), uma prisão que representava o absolutismo francês. É o marco da revolução.

Os camponeses, por seu lado, rebelaram-se contra os senhores: invasão das propriedades, queima de documentos de servidão, assassinatos. Tal reação é conhecida como o Grande Medo. Os camponeses reivindicavam o fim dos privilégios feudais e terras.

Em agosto de 1791 foi aprovada uma lei que abolia os privilégios feudais. No mesmo mês, no dia 26, a Assembleia aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, uma síntese da concepção burguesa da sociedade: liberdade, igualdade, inviolabilidade da propriedade privada, bem como o direito a resistir à opressão.

Em setembro de 1791, foi promulgada uma nova Constituição, que diminuía os poderes reais, e transferia o poder de decretar leis ao Parlamento. O direito ao voto foi restringido também, em virtude de seu caráter censitário.

Pela Constituição os privilégios feudais foram extintos, garantindo-se a igualdade civil, os bens da igreja foram nacionalizados; o clero transformado numa instituição civil e sustentado pelo Estado.

Nesta fase desenvolveram-se os seguintes grupos políticos:

- os girondinos: representantes da alta burguesia;
- os jacobinos: representantes da pequena burguesia e com influência nas camadas populares (sans-culottes)

O processo revolucionário francês não foi bem visto pelos regimes absolutistas da Europa. A reação foi imediata: intervenção militar na França para sufocar a revolução. O exército francês era sistematicamente derrotado. Em 25 de julho de 1792, Robespierre acusou o rei de traição. Em 09 de agosto o rei, Luís XVI, foi preso. A Assembleia convocou novas eleições para uma nova Convenção Nacional.

### **Convenção Nacional (1792/1795) Período do Terror.**

O rei foi condenado à morte por traição, criação do Tribunal de Salvação Pública- para julgamento dos inimigos; foi decretado o fim da monarquia e proclamada a República.

Uma nova Constituição foi elaborada, sendo considerada a mais democrática de toda a Europa, instituindo o voto universal, tornou a educação livre e obrigatória.

Neste período, onde a liderança era exercida por Robespierre, foi imposto o Édito Máximo, ou seja, o tabelamento dos preços máximos procurando beneficiar as camadas populares. Foi abolida a escravidão nas colônias, gerando a independência do Haiti.

Representando a pequena burguesia, Robespierre incentivou a pequena propriedade no campo e diminuiu a influência da Igreja na sociedade francesa.

Porém, o radicalismo de Robespierre contribuiu para o isolamento de seu governo: a perseguição aos líderes populares e a intervenção nas atividades econômicas, contribuíram para o sucesso da reação conservadora.

No dia 9 Termidor (a Convenção realizou uma reforma no calendário), os jacobinos foram considerados fora da lei, sendo seus líderes presos e guilhotinados (Robespierre e Saint-Just). Acabava-se assim a fase do Terror e iniciava-se uma nova, e última fase: O Diretório.

Diretório (1795/1799)

Com o golpe de 9 Termidor (a Reação Termidoriana), os girondinos ocupam o poder. Uma nova Constituição é organizada e o Poder Executivo passa a ser exercido por um Diretório, formado por cinco membros eleitos por um período de cinco anos.

Período de caráter antirrevolucionário, onde a escravidão nas colônias foi restaurada, o Édito do Máximo foi suprimido e os jacobinos perseguidos (o Terror Branco).

O Diretório enfrentava forte oposição de monarquistas e de republicanos radicais. Em maio de 1796, um jacobino de nome Graco Babeuf liderou uma revolta, a Conjura dos Iguais, reprimida por Napoleão Bonaparte.

A França continuava em guerra, contra a Áustria, Prússia, Inglaterra, Espanha e Holanda. Foi neste cenário que se destacou o general Napoleão Bonaparte. Este comandou uma ofensiva contra a Itália dominando a região do Piemonte.

Em 1797 a Áustria foi derrotada. Napoleão conquistou o Egito e a Índia - e planejava conquistar a Índia (para enfraquecer a Inglaterra).

As guerras aumentavam a inflação, gerando revoltas populares. Aproveitando seu enorme prestígio popular, Napoleão Bonaparte, após o boato de um golpe de Estado planejado pelos jacobinos, depõe o Diretório e ocupa o poder - episódio conhecido como 18 Brumário. É o fim do período revolucionário e o início da consolidação das conquistas burguesas.

## 6. IMPÉRIO NAPOLEÔNICO

Os processos revolucionários provocaram certa tensão na França, de um lado estava a burguesia insatisfeita com os jacobinos, formados por monarquistas e revolucionários radicais, e do outro lado as monarquias europeias, que temiam que os ideais revolucionários franceses se propagassem por seus reinos.

Foi derrubado na França, sob o comando de Napoleão, o governo do Diretório. Junto com a burguesia, Napoleão estabeleceu o consulado, primeira fase do seu governo. Este golpe ficou conhecido como 'Golpe 18 de Brumário' em 1799. Este golpe marca o início de um novo período na história francesa, e conseqüentemente, da Europa: a Era Napoleônica.

Seu governo pode ser dividido em três partes:

Consulado (1799-1804)

Império (1804-1814)

Governo dos Cem Dias (1815)

### \* **Consulado**

O governo do consulado foi instalado depois da queda do Diretório. O consulado possuía caráter republicano e militar. No poder Executivo, três pessoas eram responsáveis: dois cônsules e o próprio Napoleão. Apesar da presença de outros dois cônsules, quem mais dispunha de influência e poder era o próprio Napoleão, que foi eleito primeiro-cônsul da República.

No consulado, a burguesia detinha o poder e assim, foi consolidada com o grupo central da França. A forte censura à imprensa, a ação violenta dos órgãos policiais e o desmanche da oposição ao governo colocaram em questão os ideais de "liberdade, igualdade e fraternidade" características da Revolução Francesa.

Entre os feitos de Napoleão (na época), podemos citar:

Economia – Criação do Banco da França, em 1800, controlando a emissão de moeda e a inflação; criação de tarifas protecionistas, fortalecendo a economia nacional.

Religião – Elaboração da Concordata entre a Igreja Católica e o Estado, o qual dava o direito do governo francês de confiscar as propriedades da Igreja, e em troca, o governo teria de amparar o clero.



Direito – Criação do Código Napoleônico, representando em grande parte os interesses dos burgueses, como casamento civil (separado do religioso), respeito à propriedade privada, direito à liberdade individual e igualdade de todos perante à lei, etc.

Educação – Reorganização e prioridades para a educação e formação do cidadão francês.

Os resultados obtidos neste período do governo de Napoleão agradaram à elite francesa. Com o apoio destas, Napoleão foi elevado ao nível de cônsul vitalício, em 1802.

### \* Império

Em plebiscito realizado em 1804, a nova fase da era napoleônica foi aprovada com quase 60% dos votos, e o regime monárquico foi restabelecido na França, Napoleão foi indicado para ocupar o trono.

Nesse período, podemos destacar o grande número de batalhas de Napoleão para a conquista de novos territórios para a França. O exército francês tornou-se o mais poderoso de toda a Europa.

O principal e mais poderoso inimigo francês, na época, era a Inglaterra. Os ingleses se opunham à expansão francesa, e vendo a força do exército francês, formaram alianças com Áustria, Rússia e Prússia. Embora o governo francês dispusesse do melhor exército da Europa, a Inglaterra era a maior potência naval da época, o que dificultou a derrota dos ingleses. Em virtude disso, Napoleão Bonaparte pensou em outra forma de derrotar os ingleses economicamente. Ele estabeleceu o Bloqueio Continental, que determinava que todos os países europeus deveriam fechar seus portos para o comércio com a Inglaterra, enfraquecendo assim, as exportações do país e causando uma crise industrial.

A Inglaterra na época era o maior parceiro comercial de Portugal. Portugal vendia produtos agrícolas e a Inglaterra, produtos manufaturados. Vendo que não poderia parar de negociar com os ingleses, e temendo a invasão dos franceses, D. João VI junto com sua família e os nobres portugueses fugiram para o Brasil, transferindo quase todo o aparelho estatal para a colônia.

A Rússia também descumpriu o Bloqueio Continental e comercializou com a Inglaterra. Napoleão e seus homens marcharam contra a Rússia, mas foram praticamente vencidos pelo imenso território russo e principalmente, pelo rigoroso inverno. Além disso, havia conspirações de um golpe na França, o que fez Napoleão voltar rapidamente para controlar a situação.

Após esses fatos temos a luta da coligação europeia contra a França. Com a capitulação de Paris, o imperador foi obrigado a abdicar.

### Governo dos Cem Dias

Com a derrota para as forças da coligação europeia, Napoleão foi exilado na Ilha de Elba, no Tratado de Fontainebleau, porém fugiu no ano seguinte. Com um exército, entrou na França e reconquistou o poder. Passou a atacar a Bélgica, mas foi derrotado pela segunda vez na Batalha de Waterloo. Assim, Napoleão foi preso e exilado pela segunda vez, porém para a Ilha de Santa Helena, em 1815. Napoleão morreu em 1821 não se sabe, na verdade, o motivo mas suspeita-se de envenenamento.

## 7. CONGRESSO DE VIENA E SANTA ALIANÇA

### I. Introdução

A realidade do continente europeu foi totalmente modificada no período napoleônico. As fronteiras foram alteradas, as cortes absolutistas foram retiradas do poder, mortas ou expulsas de seus domínios. Por isso era necessária uma restauração.

As potências europeias se organizaram para tentar desfazer os efeitos das campanhas napoleônicas. Para tanto convocaram o Congresso de Viena que se reuniu nos anos de 1814 e 1815. O Congresso na verdade foi uma grande festa de uma nobreza feliz pelo fim, momentâneo, das ameaças burguesas.

As decisões tomadas no congresso eram inspiração das quatro potências: Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia. Estabeleceu-se o princípio da legitimidade, que pressupunha a recomposição dos países e a restauração dos governos tal como eram antes do processo revolucionário francês. Este princípio salvou a França da perda de seu território e de sua autonomia.

Para garantir as decisões do congresso e evitar futuras revoluções burguesas, será criada, de acordo com a proposta russa, a Santa Aliança, um exército permanente para manter o Antigo Regime. A Inglaterra recusou-se a participar da Santa Aliança. Para ela, as reformas políticas na Europa absolutista eram inevitáveis, porém, nas regiões coloniais a Inglaterra, defendendo seus interesses comerciais, era favorável as ideias iluministas e liberais que preconizavam a independência das colônias da América Latina.

Em 1815, o domínio napoleônico desmoronou. A realidade social, porém, havia sido profundamente transformada nos países que, de um modo ou de outro, tinham sofrido a supremacia francesa e as consequências revolucionárias. Na França, a revolução havia assegurado a autonomia da produção capitalista e aberta a via para as relações sociais burguesas; fora dela foi

o exército que destruiu o Antigo Regime, principalmente sobre a chefia de Napoleão, proclamando a liberdade econômica, abolindo a servidão, libertando a terra da dízima e dos direitos feudais, preparando o terreno para a burguesia e o capitalismo.

A vitória burguesa sobre o antigo regime era irreversível, mas as campanhas napoleônicas haviam afetado as relações sociais e políticas de forma inaceitável, tanto para as elites dirigentes como para os governos. Por isso, impôs-se, após a queda de Napoleão, um período de restauração, dirigido pelos países vencedores na França revolucionária.

As potências europeias, depois de derrotarem militarmente Napoleão organizaram-se para tentar desfazer os efeitos de suas campanhas. Nesse sentido, foi convocado o Congresso de Viena, que se reuniu de setembro de 1814 a junho de 1815.

O Congresso de Viena foi, na verdade uma grande festa que reuniu monarcas e ministros das cortes que haviam lutado contra a França. Eles pouco se reuniram para tomar decisões. As transformações foram, na verdade, resultados dos acordos entre as grandes potências vencedoras: Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia, que constituíram o comitê dos Quatro. A França, depois da restauração monárquica, foi também reconhecida como grande potência, porém sua participação nas decisões foi bastante limitada.

No congresso reunido em Viena notabilizaram-se as figuras dos ministros que foram os condutores da política internacional nas três principais décadas do século XIX e conseguiram consagrar a diplomacia como forma de resolver as questões entre as nações, depois de mais de vinte anos de guerras praticamente ininterruptas. Metternich, ministro austríaco; Castlereagh, inglês, e Tayllerand, francês, foram os negociadores mais expressivos. Para reorganizar a Europa, o Congresso de Viena estabeleceu como princípio a legitimidade, que pressupunha a recomposição dos países e a restauração dos governos tais como eram antes da Revolução.

Na prática, no entanto, em sempre esse princípio foi efetivado, pois, mais que retornar a situação anterior, os países vencedores pretendiam tirar vantagens da vitória. Por isso mesmo, no novo traçado do mapa europeu não se levou em conta as aspirações dos povos ou dos direitos de muitos dos príncipes destituídos pelos franceses. Apesar do princípio de legitimidade que valeu mais foi o estabelecimento do equilíbrio entre as potências.

Apesar de Áustria e Prússia terem sido fortalecidas, os Estados alemães (ou a Alemanha) continuaram sendo um conjunto dividido, fraco e atrasado em relação às potências europeias. O Sacro Império Romano-Germânico havia sido destruído por Napoleão, em 1806, e no seu lugar foi organizada a Confederação Germânica, composta por 34 monarquias e quatro cidades livres. A Confederação Germânica, onde a ascendência austríaca era incontestada, tinha como principal função internacional manter os Estados menores fora da tradicional órbita francesa. A restauração, além do seu aspecto territorial, teve também caráter político. O princípio de legitimidade significava nesse caso, manutenção das formas tradicionais de governo (monarquia absoluta).

As decisões do Congresso de Viena não foram aceitas pacificamente. Para garanti-las foi criada, em 1815, por proposta do czar Alexandre I, a Santa Aliança. Tratava-se de um compromisso de ajuda mútua entre os monarcas, em nome da religião, para combater a revolução onde ela ocorresse. A ata de constituição da Santa Aliança foi assinada pelos representantes da Rússia, da Prússia e da Áustria, e mais tarde aderiram a ela os demais soberanos europeus.

A Inglaterra recusou-se a participar da Santa Aliança. Para ela, as reformas políticas na Europa absoluta eram inevitáveis. Além disso, a aplicação do princípio de policiamento dos movimentos revolucionários poderia desviar a atenção das potências europeias, principalmente da França, para a América Latina, onde os movimentos de independência, fundamentos por princípios liberais, preconizavam a eliminação dos monopólios coloniais e com isso favoreciam os interesses comerciais da Inglaterra.

Quando ao Papa, não aderiu à Santa Aliança, declarando que sempre seguira seus princípios. O sultão turco não participou porque não era cristão. O papel decisivo na Santa Aliança foi ocupado pela Rússia, única a não possuir um exército poderoso. Seu dirigente foi Metternich, o plenipotenciário austríaco que se tornou o principal diplomata da época. Na prática, o poder da Santa Aliança foi muito restrito; suas ações mais importantes aconteceram na Espanha e na Itália. Ao se encerrar a segunda década do século XIX, a Europa foi novamente agitada por revoluções que revelaram, antes de tudo, que as formas tradicionais do Antigo regime estavam superadas.

## **8. REVOLUÇÕES BURGUESAS DO SÉCULO XIX**

A reação europeia, conduzida pelo Congresso de Viena e pela Santa Aliança, não conseguiu estancar a onda revolucionária iniciada na segunda metade século XVIII. A independência da América Latina foi bem-sucedida e a Grécia libertou-se do domínio turco.

Em 1830, a Europa foi abalada por uma onda revolucionária: na França, Carlos X, sucessor de Luís XVIII, foi obrigado a abdicar do poder; a Bélgica separou-se da Holanda; na Itália, associações revolucionárias impuseram constituições para limitar o poder dos governantes; na Alemanha eclodiram movimentos liberais constitucionalistas; e a Polônia tentou libertar-se da Rússia.

Essas revoluções provocaram um violento golpe na reação representada pela Santa Aliança. Além disso, caracterizaram-se pelo aparecimento de ideias republicanas e os primeiros agrupamentos políticos socialistas.

Em 1848, a bandeira da revolução voltou a agitar a Europa. Atingiu a França, Alemanha, Áustria e Itália, sendo marcada pela intensificação do socialismo e a vitória final da reação em toda a Europa, por volta de 1850, extinguindo, finalmente, a Santa Aliança.



A Revolução de 1830.

### A Revolução de 1848 na França

Em 1830, após a queda de Carlos X, assumiu o trono da França Luís Felipe I, representando os ideais da burguesia e tendo por objetivo conciliar a revolução com o Antigo Regime. A oposição popular ao regime manifestou-se em inúmeras insurreições de operários. As tendências republicanas ganhavam adeptos com o surgimento de várias sociedades políticas fundadas com este propósito. A oposição não era somente popular. Os partidários de Carlos X defendiam o seu retorno ao trono. Os bonapartistas acercavam-se de Luís Napoleão, sobrinho de Napoleão Bonaparte, com pretensões de tomar o poder. O partido socialista opunha-se ao governo, propondo reformas. Seus líderes, Louis Blanc, Flocon e Ledru-Rollin, iniciaram em 1847 uma campanha visando à reforma eleitoral, reunindo o povo nos célebres banquetes, onde se debatia a questão.

No dia 22 de fevereiro, o ministro Guizot proibiu a realização de um banquete em Paris, o que provocou a eclosão da revolta. O povo tomou as ruas com o apoio de elementos da Guarda Nacional e a revolta ganhou vulto. Guizot foi demitido, em favor de Thiers, que nada resolveu. A Câmara foi invadida, os deputados fugiram e Luís Felipe I abdicou. Um governo provisório foi organizado, seguindo-se a proclamação da Segunda República da França, com a participação de burgueses liberais e socialistas. No dia 23 de abril realizou-se a primeira eleição na Europa com o voto universal masculino, direto e secreto.

A crise econômica, entretanto, não fora debelada, pelo contrário, se agravava. O governo provisório, a fim de garantir trabalho aos desempregados, criou as oficinas nacionais dirigidas e sustentadas pelo Estado. O pagamento dos salários era coberto com a elevação dos impostos, o que redundou em crise maior.

O fechamento dessas oficinas, porém, fez voltar o proletariado às ruas, que desencadeou uma revolta popular. A Assembleia delegou poderes excepcionais ao general republicano Cavagnac, que abafou duramente a revolta. Milhares de pessoas foram mortas ou deportadas. A questão operária foi resolvida segundo os interesses da burguesia.

Em 12 de novembro de 1848 foi promulgada uma nova Constituição. O presidente da República seria eleito por quatro anos, sendo Luís Napoleão, o primeiro presidente. Em 1851, um golpe político, transformou a República no II Império da França, e Luís Napoleão assumiu o governo com o título de Napoleão III.

### A Primavera dos Povos

A Revolução de 1848 propagou-se pela Europa como uma verdadeira onda revolucionária. Na Itália eclodiu uma revolta no Reino das Sicílias, que obrigou o rei Fernando II a jurar uma Constituição, o mesmo ocorrendo na Toscana e no Estado papal. No reino de Lombardia iniciou-se séria oposição aos austríacos. O rei do Piemonte, Carlos Alberto, tomou a liderança da revolta, declarando guerra à Áustria. Os exércitos austríacos obtiveram duas vitórias, que forçaram Carlos Alberto a abdicar em nome de seu filho, Vitor Emanuel. A repressão implantada pelos austríacos foi violenta em toda a península. A tentativa liberal e nacionalista dos italianos tinha sido frustrada.

Na Alemanha, no Reino da Prússia, verificou-se uma grande manifestação popular diante do palácio real, provocando a reação das tropas. O movimento alastrou-se e Frederico Guilherme, rei da Prússia, teve de humilhar-se, prometendo uma Constituição. Os demais príncipes alemães, atemorizados, aproveitaram-se das divisões entre os revolucionários para reforçar o poder abalado. Em novembro de 1848, Berlim foi tomada e a Assembleia Constituinte, dissolvida pelo exército. O movimento liberal foi abafado.

Na Áustria não foi diferente. O Império dos Habsburgos era muito heterogêneo e era composto por alemães, húngaros, checos, eslovacos, poloneses, rutenos, romenos, sérvios, croatas e italianos. Desses povos, somente os húngaros tinham certa autonomia. Os alemães da Áustria insurgiram-se contra o governo de Metternich. Milhares de estudantes, burgueses e

trabalhadores forçaram a queda do chanceler e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Os eslavos seguiram o exemplo e convocaram uma reunião dos povos eslavos em Praga para junho. O congresso pan-eslavo foi dissolvido militarmente e Viena foi tomada, seguindo-se a formação de um governo absoluto.

O fenômeno revolucionário de 1848 resultou, imediatamente, das condições econômicas precárias da Europa. No seu âmago, era fruto do movimento revolucionário apoiado nas tendências do liberalismo, que defendia os interesses da burguesia; do nacionalismo, que era o resultado da existência de povos ainda sem unidade política ou sem independência, marcado pelas unificações da Itália e da Alemanha; e do socialismo, que resultou, por outro lado, da ampliação da massa trabalhadora e da crescente proletarização da sociedade, após a Revolução Industrial, com as consequentes ideias de igualdade social.

## 9. UNIFICAÇÕES TARDIAS: ITÁLIA E ALEMANHA

Durante o século XIX, a expansão do capitalismo e dos ideais políticos liberais e nacionalistas alcançaram diversas partes da Europa criando condições para o início de um período de grandes transformações. Na Península Itálica, essas mudanças ganharam força quando a grande burguesia nacional se mostrou interessada em unificar os territórios com o objetivo de ampliar seus mercados e lucros e participar da corrida imperialista. No entanto, a região era dividida em vários reinos absolutistas ou tinha parte seus territórios dominados por outras nações europeias.

Nos reinos de Piemonte e Sardenha, regiões onde essa proposta unificadora burguesa tinha maior força, o rei Carlos Alberto decidiu declarar guerra contra a Áustria com o objetivo de anexar os territórios do Reino Lombardo-Veneziano. Nessa época, a investida militar contou com o franco apoio do "Risorgimento" e do "Jovem Itália", dois movimentos nacionalistas que também lutavam pela unificação política da Península Itálica.

Apesar de não ter vencido essa primeira batalha contra os austríacos, em 1848, a ação de Carlos Alberto inflamou o projeto de unificação da Itália. O responsável por dar continuidade a esse movimento foi o ministro piemontês Cavour, que buscou o apoio de Napoleão III em uma nova guerra contra o Império Austríaco. Desse conflito, os italianos conseguiram apenas o domínio sob as regiões da Lombardia, sendo as outras áreas em disputa preservadas sob as mãos da Igreja.

Nesse período, o papa tinha influência política em boa parte dos territórios centrais da Península. Entretanto, o crescimento da proposta nacionalista promoveu uma série de revoltas interessadas em diminuir o poder político da Igreja e formar um único Estado italiano. Mais uma vez, Napoleão III se aliou ao Reino de Piemonte para que as regiões de Toscana, Módena, Parma e Romangna fossem libertas do poder exercido pela Igreja Católica.

Na região sul, a unificação aconteceu graças aos esforços de um exército de voluntários liderados por Giuseppe Garibaldi. Nessa outra frente em favor da unificação, os exércitos sulistas – popularmente conhecidos como "camisas vermelhas" – conseguiram derrubar as monarquias que controlavam a Sicília e Nápoles. Apesar de se opor à instalação de uma monarquia no território italiano, Garibaldi cedeu aos interesses piemonteses para que o projeto unificador não se enfraquecesse com uma guerra civil.

Com isso, Vitor Emanuel II se tornou imperador na grande parte dos antigos reinos que formavam a Península Itálica. A última e maior resistência aconteceu nos Estados Pontifícios, onde o papa utilizava de sua influência religiosa para que os fiéis católicos não reconhecessem a autoridade do novo governo. No entanto, a conquista de Roma, em 1870, acabou inviabilizando a oposição religiosa à unificação.

Com relação à Áustria, restou apenas dar fim ao controle exercido nas regiões de Trento, Ístria e Trieste. Essa questão foi finalmente resolvida após a Primeira Guerra Mundial, quando os austríacos foram obrigados a ceder sua autoridade nesses territórios. A resistência papal só foi resolvida com a ascensão de Benito Mussolini ao governo italiano, momento em que o amplo apoio ao fascismo obrigou o papa Pio XI a reconhecer a unificação com a assinatura do Tratado de Latrão, em 1929.

### UNIFICAÇÃO ALEMÃ

Depois da queda de Napoleão, o processo de reorganização das monarquias europeias deu origem à formação da Confederação Alemã. Tal confederação consistia em uma região formada por 38 Estados independentes comprometidos a defenderem a soberania das monarquias dos estados participantes. Dentro desse aglomerado de monarquias, Áustria e Prússia sobressaíam-se enquanto as mais influentes nações da Confederação.

Por um lado, os austríacos tinham seu desenvolvimento econômico sustentado pelo seu forte setor agrícola. De outro, a Prússia via no processo de unificação política dos estados confederados um importante passo para o desenvolvimento econômico daquela região. Buscando efetivar seu interesse, a Prússia criou uma zona aduana chamada de Zollverein, que aboliu as taxas alfandegárias entre as monarquias envolvidas no acordo.

Alheia a esse processo de industrialização e unificação, a Áustria foi excluída do acordo. Prestigiado com o cargo de primeiro-ministro da Prússia, o chanceler Otto Von Bismarck tomou a missão de promover o processo de unificação alemã. Em 1864, entrou em guerra contra a Dinamarca e assim conquistou territórios perdidos durante o Congresso de Viena.

No ano de 1866, Bismarck entrou em conflito com a Áustria e, durante a Guerra das Sete Semanas, conseguiu dar um importante passo para a unificação com a criação da Confederação Alemã do Norte. Com isso, a Prússia passou a deter maior influência política entre os estados germânicos, isolando a Áustria. Com a deflagração de um desgaste político entre a França e a Prússia, o governo de Bismarck tinha em mãos a última manobra que consolidou o triunfo unificador.

Com a vitória na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, a Prússia conseguiu unificar a Alemanha. O rei Guilherme I foi coroado como kaiser (imperador) da Alemanha e considerado o líder máximo do II Reich Alemão. Conquistando na mesma guerra as regiões da Alsácia e da Lorena, ricas produtoras de minério, o império alemão viveu a rápida ascensão de sua economia.

O processo de unificação da Alemanha, junto com o italiano, simbolizou um período de acirramento das disputas entre as economias europeias. A partir do estabelecimento dessas novas potências econômicas, observamos uma tensão política gerada pelas disputas imperialistas responsáveis pela montagem do delicado cenário preparatório da Primeira e da Segunda Guerra Mundial.

## 10. EUA NO SÉCULO XIX

### A Guerra de Secessão

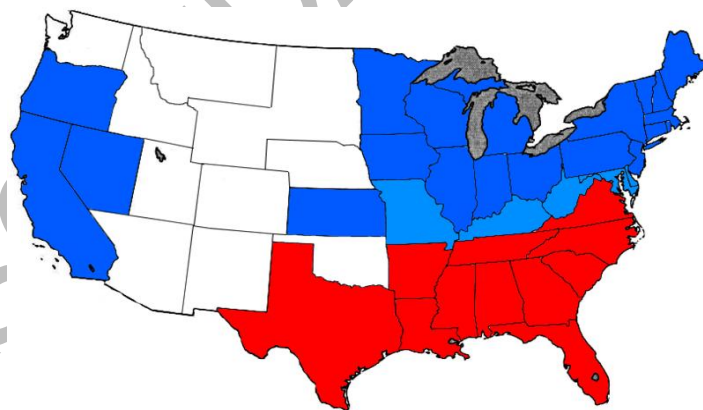


Imagem dos Estados Unidos dividido durante a Guerra Civil Americana. Em azul, estão os Estados da União, em:

- Vermelho, Estados da Confederação, em azul claro, Estados escravistas que mantiveram-se do lado da União, e em branco, territórios que seriam posteriormente elevados à categoria de Estado.

- Ambos os lados - a União, composta primariamente por Estados e territórios contra a escravidão, e a Confederação, que primariamente era contra a abolição da escravidão - possuíam "Estados de fronteira" (*border states*), Estados que se localizavam na fronteira entre a União e a Confederação. Arkansas, Carolina do Norte, Tennessee e Virgínia eram os Estados de fronteira da Confederação, fazendo fronteira com Estados da União. Delaware, Kentucky, Maryland e Missouri eram os Estados de fronteira da União, fazendo fronteira com a Confederação. Parte da população destes Estados acreditava na causa dos nortistas, e outra parte na causa dos sulistas. Isto fez com que movimentos separatistas surgissem em vários destes Estados, levando à divisão entre diversas famílias. Muitas pessoas destas famílias lutaram pela União, enquanto parentes lutaram pela Confederação. Diversos casos de familiares lutando entre si em batalha foram registrados ao longo da guerra.

## A União

A União é os Estados Unidos da América propriamente dito. Os Estados que compunham a União eram Califórnia, Connecticut, Delaware, Illinois, Indiana, Iowa, Kentucky, Maine, Maryland, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Missouri, Nova Hampshire, Nova Jérsea, Nova Iorque, Ohio, Oregon, Pensilvânia, Rhode Island, Vermont e Wisconsin, mais os territórios de Colorado, Dakota Nebraska, Nevada, Novo México, Utah e Washington.

## Confederação

Os Estados que compunham a Confederação eram o Alabama, Arkansas, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Flórida, Geórgia, Louisiana, Mississippi, Tennessee, Texas e Virgínia. Quando a Guerra Civil Americana começou, a Confederação tinha cerca de 9,5 milhões de habitantes - incluindo 3,5 milhões de afro-americanos. Cerca de 1 milhão de pessoas brancas do sexo masculino, entre 15 a 40 anos de idade viviam na Confederação.

O presidente da União, Abraham Lincoln, possuía vários poderes não estabelecidos na Constituição. Isto não aconteceu na Confederação. Isto porque muitos sulistas sempre se opuseram a um governo central, onde uma única pessoa possui enormes poderes. Por causa disto, o Congresso da Confederação tornou-se dividido, com alguns membros apoiando o poder concentrado nas mãos de uma única pessoa, e com outros membros se opondo a isso. As relações de alguns Estados da Confederação com o governo da última, bem como entre alguns destes Estados, tornaram-se difíceis. Jefferson Davis, o presidente da Confederação, pediu ao Congresso da Confederação permissão ao exercício dos poderes atribuídos a Lincoln, mas seu pedido foi atendido apenas em parte, e Davis recebeu apenas alguns poderes limitados.

## Antecedentes:

O intenso crescimento territorial dos Estados Unidos na primeira metade do século XIX, acompanhado de um rápido aumento da população, com muitos imigrantes europeus atraídos pela facilidade de adquirir terras, tornava ainda mais flagrante, o contraste entre o desenvolvimento do norte e o atraso do sul.

No norte, o capital acumulado durante o período colonial, criou condições favoráveis para o desenvolvimento industrial cuja mão de obra e mercado, estavam no trabalho assalariado. A abundância de energia hidráulica, as riquezas minerais e a facilidade dos transportes contribuíram muito para o progresso da região, que defendia uma política econômica protecionista. Já o sul, de clima seco e quente permaneceu atrasado com uma economia agroexportadora de algodão e de tabaco, baseada no latifúndio escravista. Industrialmente dependente, o sul era franco defensor do livre comércio, caracterizando mais um contraponto com a realidade do norte.

O **Acordo de Mississipi** em 1820 proibia a escravidão acima do paralelo 36°40'. Em consequência, o presidente Monroe, que assinara o tratado, foi homenageado com a denominação de "Monróvia", para capital do Estado da Libéria, fundado na África em 1847, para receber os escravos libertados que quisessem voltar à sua terra. Em 1850 foi firmado o **Compromisso Clay**, que concedia liberdade para cada Estado da federação decidir quanto ao tipo de mão de obra.

Em 1852, Harriet Beecher Stowe publicou a romance abolicionista *A Cabana do pai Tomás*, que vendeu 300 mil cópias só no ano de sua edição, sensibilizando toda uma geração na luta pelo abolicionismo. Dois anos depois surgia o *Partido Republicano*, que abraçou a causa do abolicionismo.

Em 1859, um levante de escravos foi reprimido na Virgínia e seu líder John Brow foi enforcado, transformando-se em mártir do movimento abolicionista. No ano seguinte, o ex-lenhador que chegou a advogado, Abraham Lincoln, elegeu-se pelo novo **Partido Republicano**. O Partido Democrata, apesar de mais poderoso, encontrava-se dividido entre norte e sul, o que facilitou a vitória de Lincoln, um abolicionista bem moderado que estava mais preocupado com a manutenção da unidade do país. Em campanha Lincoln teria afirmado que "Se para defender a União eu precisar abolir a escravidão, ela será abolida, mas se para defender a União eu precisar manter a escravidão, ela será mantida". Apesar da questão do escravismo ser apenas secundária para Lincoln, o mesmo era visto pelos latifundiários escravistas do sul como um verdadeiro revolucionário.

Sentindo-se ameaçados pelo abolicionismo, em 20 de dezembro de 1860 iniciava-se na Carolina do Sul um movimento separatista, que seguido por outros seis Estados, reuniu-se no Congresso de Montgomery no Alabama, decidindo pela criação dos **"Estados Confederados da América"**. A secessão estava formalizada com um novo país nascendo no sul. Os estados do norte e do Oeste reagirão dizendo que o sul não tinha o direito de separar-se e formar um outro país. Iniciava-se assim em 1861 a maior guerra civil do século XIX, a Guerra de Secessão, também conhecida como "Guerra Civil dos Estados Unidos" ou ainda como "Segunda Revolução Norte-Americana", que se estendeu até 1865 deixando um saldo de 600 mil mortos.

## A Guerra:

Enquanto o sul possuía apenas 1/3 dos 31 milhões de habitantes do país, dos quais mais de três milhões eram escravos, e contava apenas com uma fábrica de armamentos pesados, o norte já contava com pelo menos três fábricas de armas bem mais modernas, um sólido parque industrial, uma vasta rede ferroviária e uma poderosa esquadra. Mesmo com esse contraste totalmente desfavorável, foi o sul que lançou a ofensiva, criando uma nova capital - Richmond - e elegendo para o governo Jefferson Davis, que a 12 de abril de 1861 atacou o forte de Sumter.

Se inicialmente o conflito mostrava algumas vitórias do Sul, que instituiu o serviço militar obrigatório e convocou toda população para a guerra, com o prolongamento do conflito, o norte ia consolidando sua vitória.

Para fortalecer o norte, Lincoln extinguiu a escravidão nos Estados rebeldes em 1862 e prosseguiu incentivando o expansionismo, através da promulgação do **Homestead Act**, que fornecia gratuitamente 160 acres a todos aqueles que cultivassem a terra durante cinco anos. No mar o norte também demonstrava toda sua supremacia com os couraçados, modernas embarcações que surgiram nessa guerra e foram responsáveis pelo decisivo bloqueio naval imposto sobre o sul.

A abolição efetiva da escravidão só ocorreu em 31 de janeiro de 1865. Após três meses, o general sulista Robert Lee oficializava o pedido de rendição ao general nortista Ulisses Grant. Alguns dias depois o presidente Abraham Lincoln era assassinado pelo fanático ator sulista John Wilkes Booth.

A Guerra de Secessão é considerada a primeira guerra moderna da história, fazendo surgir os fuzis de repetição e as trincheiras, que irão marcar de forma mais acentuada, a Primeira Guerra Mundial entre 1914 e 1918. As novas técnicas tornam obsoletos o sabre e o mosquete, fazendo da luta corpo a corpo uma forma de combate cada vez mais inútil.

## DESDOBRAMENTOS

Com um saldo de 600 mil mortos e o sul devastado, a guerra radicalizou a segregação racial surgindo associações racistas como Ku-Klux-Klan, fundada por brancos racistas em Nashville no ano de 1867, com o objetivo de impedir a integração dos negros como homens livres com direitos adquiridos e garantidos por lei após a abolição da escravidão. O traço característico de seus membros era o uso de capuzes cônicos e longos mantos brancos, destinados a impedir o reconhecimento de quem os usava. A intimação contra os negros atingia também em menor escala brancos que com eles se simpatizavam, além de judeus, católicos, hispânicos e qualquer indivíduos contrário à segregação racial. A prática de terror dava-se desde desfiles seguidos por paradas com manifestações racistas, até linchamentos, espancamentos e assassinatos, passando ainda por incêndios de imóveis e destruição de colheita.

Com o término da guerra, a recuperação econômica dos Estados Unidos foi fulminante, sendo facilitada pela abundância de recursos naturais e por uma extensa rede de transporte fluvial e ferroviário, já estava presente nos Estados Unidos desde o final do século XIX, quando surgiram gigantes conglomerados, representando o processo de concentração industrial mais conhecido como truste, que criou verdadeiros oligopólios atuando nos mais variados setores da indústria de bens duráveis de consumo, como aço, petróleo e borracha, destacando-se a *Ford*, a *General Motors* e a *Chrysler*, como também a *Firestone* e a *Goodyear*.

O expansionismo da economia norte-americana pelo mundo, tornava-se cada vez mais inevitável sob a ótica da nova etapa que caracterizava o capitalismo no final de século XIX: o imperialismo, que nos Estados Unidos foi evidenciado pela **política do Big Stick** - "Fale macio, carregue um grande porrete e irá longe" - adotada pelo presidente Theodore Roosevelt em 1901. Na América Central o intervencionismo norte-americano evidenciava-se com construção do canal do Panamá, visando a ligação do Atlântico com o Pacífico, e com uma emenda na constituição de Cuba (emenda Platt), que assegurou aos Estados Unidos o direito de intervir na recém independente nação caribenha. Destacam-se posteriormente outras intervenções, como na República Dominicana (1905), na Nicarágua (1909), no México (1914), no Haiti (1915), além da compra das Ilhas Virgens Ocidentais à Dinamarca em 1916.

Considerada a maior guerra civil do século XIX, a Guerra de Secessão foi vital para o desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos, pois somente com o seu término criou-se no país um mercado unificado, baseado no modelo industrial nortista, representando assim, o primeiro grande passo para o avanço capitalista, que levará os Estados Unidos à condição de principal potência hegemônica do mundo no século XX.

## 11. AMÉRICA NO SÉCULO XIX

### As Independências Latino-Americanas

Ao contrário do Brasil, a América Espanhola não se manteve unida após a independência, fragmentando-se em quinze repúblicas distintas. Esse esfacelamento é explicado pelo próprio desenvolvimento do processo de colonização, marcado pela descentralização administrativa e pela diversidade das atividades econômicas em uma vasta área da América. A imensidão

territorial, as diferenças geográficas e a inexistência de uma unidade administrativa e econômica, gerando vários mundos dentro de um mesmo mundo colonial, explicam as lutas pela autonomia local dentro do processo geral de emancipação das colônias espanholas.

Além da diversidade econômica, política e social, somada às dificuldades de comunicação, às divisões tribais e linguísticas distribuídas em um amplo território, a independência da América Espanhola apresenta outros elementos que condicionaram a fragmentação em várias repúblicas. A Inglaterra pretendia a criação de nações fracas e debilitadas. Muito diferente da elite brasileira, que possuía certa homogeneidade pelo fato de ser essencialmente rural, a elite colonial espanhola estava dividida em termos econômicos. Enquanto parte dela estava ligada ao comércio, outra estava ligada às atividades agrícolas, divergindo, portanto, quanto à postura da nova nação em relação ao comércio internacional.



www.keyword-suggestions.com

Simon Bolivar



commons.wikimedia.com

San Martin

No plano político, a elite também possuía profundas divergências. Simón Bolívar e Francisco Miranda eram republicanos, enquanto San Martín defendia a monarquia constitucional. Em algumas regiões, a elite libertadora contou com o apoio dos indígenas, em outras, os indígenas apoiaram os espanhóis. Portanto, a independência da América Espanhola não foi realizada por uma única liderança com caráter nacional, o que permitiu que a **aristocracia criolla**, formada pelos filhos de espanhóis nascidos na América, implantasse governos republicanos localizados, o que deu origem ao fenômeno do **caudilhismo** e aos infundáveis conflitos dele resultantes.

A caminhada das colônias espanholas rumo à independência, teve início com a deposição de Fernando VII, em 1808, quando a Espanha foi ocupada pelas forças napoleônicas. Com o pretexto de não aceitar a autoridade do novo rei, José Bonaparte, instalaram-se as **Juntas Governativas** nas principais cidades da América Espanhola – Alto Peru, Caracas e Buenos Aires –, onde a elite criolla teve uma atuação decisiva.

Nas Juntas Governativas destacavam-se três tendências políticas: a primeira defendia a total fidelidade ao rei espanhol deposto; a segunda, defendia Fernando VII, mas reivindicava a autonomia; e a terceira defendia a ruptura com a Espanha. Essas tendências se unificaram, momentaneamente, quando o rompimento com a metrópole se revelou como a única alternativa.

O processo de independência da América Espanhola dividiu-se em duas etapas: a primeira, entre 1808 e 1814-1815, caracterizada pelas lutas de emancipação, seguidas da repressão por parte de Fernando VII, restaurado depois da queda de Napoleão; a segunda, entre 1816 e 1824, marcada pela vitória das forças separatistas, que contou com o apoio da Inglaterra, interessada em manter livre o comércio com a América. Na primeira etapa deu-se a reação europeia, por meio do Congresso de Viena e da Santa Aliança, ameaçando a América de recolonização.

Pela ordem, ressaltando-se os momentos de reação espanhola aos movimentos de emancipação na América, tornaram-se independentes: a Venezuela e o Paraguai (1811), a Argentina (1816), o Chile (1818), a Colômbia (1819), o México e o Peru (1821), o Equador (1822), a Bolívia (1825) e o Uruguai (1828), restando ainda as regiões da América Central, com processos embutidos nesse conjunto e que se tornarão emancipadas no decorrer do século XIX.

### Republicanism X Bolívarismo e o Poder das Oligarquias

O processo de formação dos países latino-americanos foi marcado pela instabilidade política. A substituição das antigas colônias espanholas por nações independentes apresentou dois problemas básicos: constituir Estados soberanos e organizá-los em meio



às mais variadas tendências políticas. Além disso, o antigo império espanhol, agora fragmentado em repúblicas independentes, continuou a conhecer uma realidade socioeconômica e cultural dividida. Na maior parte da América Latina, onde predominava uma estrutura latifundiária e as mais variadas formas de semi-servidão, a independência pouco ou nada veio alterar.

Nesse contexto, marcado por tantas diferenças, surgiram os antagonismos regionais entre as lideranças do processo de emancipação, ao sabor dos mais variados interesses.

Quanto à forma de organização dos Estados nacionais, o **republicanismo** foi o princípio político geral que norteou a formação dos Estados nacionais latino-americanos. Entretanto, a monarquia tinha seus defensores entre muitos membros da elite crioula. Essa tendência, além do Brasil, só foi viabilizada no México, com Augustin Itúrbide, e, assim mesmo, por um curto espaço de tempo. Com a opção pela república, impõem-se também os interesses e as ambições relativas ao mando local, transformando as disputas políticas em violentas e sangrentas lutas.

Em meio às dificuldades de instalação dos Estados Nacionais, uma proposta foi marcante no sentido de unir toda a América Espanhola numa só nação. Esse fato deu-se em razão da ameaça de recolonização defendida pela Espanha, apoiada na Santa Aliança europeia.

Com isso, ganha espaço o **bolivarismo**, defendido por Simón Bolívar, o Libertador, que lutou pela criação da Confederação dos Andes, defendida no **Congresso do Panamá**, em 1826. No entanto, em termos concretos, os ideais de Bolívar se efetivaram em poucas experiências. Entre 1819 e 1830, a Venezuela, o Equador e a Colômbia, compreendendo o Panamá, formaram a Confederação da Grã-Colômbia, de curta duração. A partir de 1821, o Peru e a Bolívia iniciaram a formação da Confederação do Grande Peru, que foi duramente combatida pela Argentina e pelo Chile, temerosos da presença de um Estado poderoso na região. Na América Central, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica separaram-se do México, em 1823, dando origem às Províncias Unidas da América Central, extintas em 1839.

### Os Interesses Estadunidenses e Ingleses

Os Estados Unidos acompanharam o processo de independência das colônias espanholas na América sem um envolvimento mais direto. Contudo, diante das ideias de unidade latino-americanas, passaram a desenvolver uma ação política mais atuante em relação às novas nações recém-libertadas.

Dentro dessa nova ação política, em 1823 os Estados Unidos foram a primeira nação a reconhecer a independência das novas nações, baseando-se na **Doutrina Monroe**, que defendia o princípio da "América para os americanos". A referida doutrina, estabelecida pelo presidente James Monroe, estava ligada às preocupações dos Estados Unidos com a sua própria segurança, pois naquele momento, os norte-americanos se chocavam com os ingleses pelo domínio do Oregon e se viam ameaçados pelos russos, cujas pretensões territoriais iam desde o Alasca até a Califórnia. Sem contar que os Estados Unidos também temiam uma eventual intervenção da Santa Aliança na América, recuperando para suas metrópoles as antigas colônias. Mais do que isso, entretanto, essa doutrina expressava a visão norte-americana do **pan-americanismo** e fundamentava-se no predomínio dos Estados Unidos sobre os demais Estados da América Latina, opondo-se frontalmente ao projeto de Simón Bolívar, que defendia a unidade territorial.

A Inglaterra, por sua vez, manobrava no sentido da criação de uma constelação de novos países fracos, que garantiria a sua influência direta na América Latina e, ao mesmo tempo, evitaria a formação de um sistema americano liderado pelos Estados Unidos. Desta forma, assumiu desde o início um papel de destaque no processo de independência da América Espanhola. Quando as Juntas Governativas romperam com a Espanha, ocupada por Napoleão, uma das primeiras providências tomadas nas mais diferentes regiões da América Latina foi a liberação do comércio aos ingleses, garantindo as vantagens conseguidas anteriormente.

Durante a guerra contra a Espanha, a partir de 1814-1815, quando Fernando VII tentou recuperar as antigas colônias, os ingleses se envolveram diretamente no conflito, apoiando a elite crioula. Foram realizados empréstimos e vendas de armas aos colonos, e mercenários militares ingleses, como Lord Cochrane, comandaram a vitória sobre os espanhóis. A garantia da independência assegurava também os privilégios ingleses nos mercados da extensa área do antigo império colonial espanhol, onde predominou a prática do livre cambismo defendida pela Inglaterra.

Inicialmente, a Inglaterra empenhou-se na obtenção do reconhecimento das novas nações americanas junto aos países europeus. Entretanto, nunca perdeu de vista as lutas que envolviam a organização dos Estados latino-americanos. Para os ingleses, era necessário que os novos países se tornassem seus aliados, enquanto potência economicamente hegemônica. Portanto, não havia interesse no surgimento de uma economia suficientemente forte, capaz de quebrar sua tutela e controle.

Nesse sentido, a ação concreta da diplomacia britânica é perceptível na criação do Uruguai, em 1828 – antiga Província Cisplatina – como um Estado-tampão entre o Brasil e a Argentina, evitando o controle de qualquer um desses países sobre a bacia do Prata.

Na Conferência do Panamá, em 1826, quando o pan-americanismo procurava dar um grande passo em direção à unidade latino-americana, o ministro Canning trabalhou contra as pretensões norte-americanas de se criar um bloco latino-americano sob sua liderança. Ao mesmo tempo, contudo, solapou o projeto de organização de uma América forte e coesa.

## O Caudilhismo

O surgimento do caudilhismo deu-se no quadro do processo de independência das antigas colônias espanholas, marcado pelas disputas pelo poder, que acabaram por gerar a instabilidade política.

Os caudilhos eram chefes políticos locais ou regionais, líderes de verdadeiros exércitos particulares, em sua maioria grandes proprietários rurais cuja autoridade pessoal era forte junto às camadas populares. Ao se intitularem militares de alta patente, como generais, os caudilhos tinham um único objetivo: o poder maior sobre a nação.

O Chile e o Paraguai foram os únicos países da América Espanhola que não conheceram a instabilidade política gerada pelo caudilhismo. No Chile, o Estado unitário e fortemente centralizado, constituiu-se precocemente. O Paraguai, por sua vez, teve a sua independência conduzida por José Gaspar Francia, que instalou no poder um grupo oligárquico que governou o país por décadas.

Na Argentina, Juan Manuel de Rosas tomou o poder em 1838 e, embora se declarasse federalista, governou de forma centralizadora até a sua queda, em 1852. Durante sua gestão, tomou medidas protecionistas à economia argentina, opondo-se à prática do livre-cambismo da Inglaterra e defendendo a reconstrução do vice-reino do Prata, entrando em choque com o Brasil.

No México, em seguida à queda do conservador Sant'Anna, em 1855, em cujo governo os norte-americanos se apossaram de um extenso território, ascenderam os liberais, sob a liderança de Benito Juarez.

Em seu governo, foram tomadas medidas contra a Igreja, o que resultou em uma guerra civil. Nesse contexto, os conservadores aliados da Igreja Católica apelaram para a intervenção francesa. Assim, entre 1863 e 1867, o México tornou-se uma monarquia governada por Fernando Maximiliano, da Áustria. Em 1876, Porfírio Diaz deu um golpe de Estado e estabeleceu uma ditadura de caráter positivista, governando o México até 1911, quando eclodiu a Revolução Mexicana.



A América após a Independência

## 12. IDEOLOGIAS SOCIAIS DO SÉCULO XIX: SOCIALISMO (UTÓPICO, CIENTÍFICO E CRISTÃO), SOCIALDEMOCRACIA E ANARQUISMO

### Contextualização

As condições miseráveis de vida dos operários geradas pela recente industrialização, levaram alguns pensadores a buscar soluções para tais problemas. Nascia, desta forma, o pensamento socialista que fundamentou o movimento operário no século XIX.

O pensamento socialista viu-se dividido em duas importantes correntes. Primeiro, surgiu a corrente dos socialistas utópicos; depois, a dos socialistas científicos. A primeira corrente desapareceu dando lugar a corrente do socialismo científico desenvolvido por Marx e Engels.

Nesse mesmo momento a ciência avança em uma velocidade jamais vista trazendo uma série de concepções que influenciaram tanto os socialistas quanto os capitalistas que desenvolveram sua interpretação das ciências e do processo histórico com uma doutrina chamada Positivismo que conseguiu produzir uma interpretação social da "teoria da evolução das espécies" de Charles Darwin.

## Socialismo

Primeiramente, retornando ao materialismo dialético e histórico, vendo as contradições existente em todo o contexto, Marx chega à conclusão de que o sistema econômico deve ser enfrentado mais do que as próprias injustiças sociais em si. Dessa forma, ele prega a superação do sistema capitalista, que é desumano e injusto, por um novo sistema, o socialista.

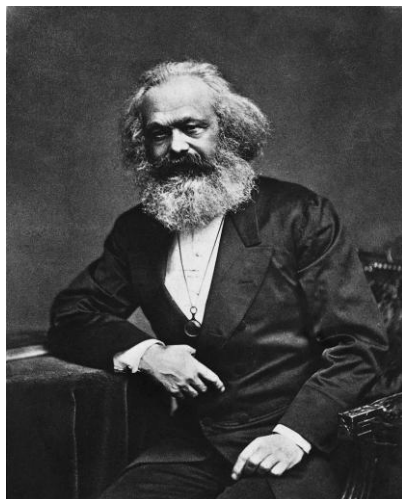
As contradições verificadas a partir do processo de revolução industrial, fizeram com que surgissem teóricos que produziram ideologias em prol da defesa dos interesses da classe trabalhadora. Dentre essas ideologias destacaremos o Socialismo que primeiramente se manifestou de forma sonhadora.

O **Socialismo Utópico**, idealizava uma nova sociedade sem, no entanto, oferecer propostas concretas, historicamente viáveis, para as mudanças necessárias. Concebiam um novo mundo, equilibrado e justo, a ser criado pela "bondade" dos grupos privilegiados ou pelo estado.

Quatro socialistas utópicos se destacaram por sua importância teórica e projetos, que, mesmo fracassados, a segunda metade do século XIX. Saint-Simon, por exemplo, considerava ser a produção da riqueza a missão principal da sociedade. Charles Fourier, em Teoria dos Quatro movimentos e dos Destinos Gerais, dividia a história da sociedade em quatro fases: selvageria, barbárie, patriarcado e civilização. Para eles, os instintos e paixões humanas deveriam expandir-se livremente.

Robert Owen, empresário, cria uma vila operária onde não havia embriaguez, polícia, juízes, asilos e etc., lutando também para reduzir o trabalho infantil e feminino. Já Proudhon, avançou bem mais na utopia socialista que passou a ser um dos precursores do pensamento anarquista propondo a criação de um banco popular que fomentaria a produção sem visar lucros.

Os socialistas utópicos não possuíam uma base científica, acreditando que defendiam a verdade absoluta.



thegreatthinkers.org

Karl Marx



www.marxismo.org.br

Friedrich Engels

Porém, no meio do século XIX, Karl Marx e Friedrich Engels desvendam o segredo que os utópicos não haviam descoberto e, com isso, desenvolvem o **Socialismo Científico** cuja apresentação se deu por intermédio do "Manifesto comunista" de 1848. A proposta do novo sistema pretende responder como se chegar ao estado justo, igualitário e fraterno e como ele funcionará para promover o bem-estar social.

Segundo a teoria, a forma para se atingir essa sociedade é o processo revolucionário. Segundo Marx, esse processo se iniciará porque o sistema traz uma contradição insuperável que é a luta de classes, sendo perceptível somente ao indivíduo que tiver a consciência de classe e conseguir perceber a existência da mais-valia. Essa consciência de classe pode ser atingida pelo estudo teórico ou pelo próprio acirramento das contradições na sociedade capitalista que ao impor a pobreza à classe produtora da riqueza, produzirá a força contrária responsável por gerar o movimento.

Essa consciência de classe aliada ao aumento das contradições vai produzir uma mobilização social de reivindicação de melhorias para os produtores de riqueza. Com a formação desse contexto uma simples fagulha detonaria a o processo revolucionário.

Após a tomada do poder pelos trabalhadores, formar-se-ia um governo que, segundo a teoria, seria a ditadura do proletariado que, por sua vez, não seria uma ditadura, mas sim uma democracia, pois representaria a vontade da maioria produtora da riqueza. As decisões seriam tomadas por intermédio de um instrumento chamado centralismo democrático, que seria a submissão dos derrotados à vontade da maioria no processo de votação para a tomada das decisões.

Assim sendo, esse governo popular utilizaria o Estado para estatizar os meios de produção, tais como o capital, as indústrias, o comércio e as terras. Dessa forma, além da extinção das classes sociais, o Estado se apropriaria da mais valia e a devolveria em justiça social por intermédio do desenvolvimento da educação, saúde, segurança, moradia, esporte, cultura, lazer, tecnologia, alimento, trabalho e infraestrutura (econômica e urbana) acessível a todos e com os objetivos voltados para o bem-estar de toda a sociedade.

Nesse momento se daria também a luta para impedir que a velha elite dominante se organizasse e tentasse uma contrarrevolução. Nesse período devesse desenvolver um sistema produtivo que permita a geração de um grande excedente, para que a oferta garanta bons preços e, também, para que o Estado possa então promover um grande processo de conscientização popular com o objetivo de atingir o pleno conhecimento da realidade e canalizar as ações da sociedade para o bem comum.

As transformações da sociedade como resultado das forças econômicas, a luta de classes como força motriz imediata da história, a exploração da mais valia como essência do capitalismo e o proletariado como agente de transformação da sociedade capitalista resultarão no advento do socialismo como fase de transição para o comunismo.

Leonel Itaussu e Luiz César Amad Costa – História moderna e contemporânea.

## Comunismo

O modo de produção comunista seria a evolução perceptível para a raça humana com o fim definitivo da luta de classes, da divisão do trabalho em tarefas manuais e intelectuais levando também ao fim do contraste entre campo e cidade, entre agricultura e indústria, pois todos na sociedade serão iguais. Nesse sistema igualitário sem classes sociais e nem propriedades estatais, haveria a justiça, a paz e o amor, frutos do comprometimento de todos com a sociedade.

Essa era de abundância será marcada também pela superação definitiva do Estado e das leis, que servem para dominar o homem e manter as desigualdades, pois o Estado e as leis são uma invenção das classes dominantes, servindo para proteger a propriedade e não para democratizá-la.

Dessa forma, com essas superações, surgiria um sistema de fato comprometido com o bem-estar coletivo, para que o homem viva definitivamente livre e goze da riqueza que produz. Lembrando que a continuidade do processo histórico se dará de forma inevitável e produzirá no futuro a superação dessa sociedade ideal por outra.

## Influências, Críticas e a Reação Burguesa

De fato, não se pode negar a grande contribuição que a teoria do modo de produção deixou: a demonstração da importância das influências econômicas na formação da vida de uma sociedade. Porém, muitas de suas ideias não são fruto de sua racionalidade e sim influências de filósofos por ele estudados.

De Platão ele utiliza a ideia de que a propriedade privada é a base das distinções sociais e que ela deve ser substituída pela propriedade estatal. Rousseau já havia afirmado a responsabilidade direta da propriedade privada nas diferenças sociais, acreditando que poderia minimizar esses efeitos com a legislação (crença iluminista na força das leis). Já Hegel e Comte o influenciam com a concepção otimista de um estado definitivo, ético e perfeito, porém para Marx, essa ética viria não dos valores burgueses, mas sim dos valores do proletariado.

Por outro lado, temos que dar ênfase também aos equívocos cometidos pelo filósofo como, por exemplo, a tendência messiânica das teses de seu marxismo político, que beiram a utopia com a ideia da salvação coletiva. Também podemos destacar o otimismo extremo de Marx em relação ao ser humano que, segundo Platão vive na caverna e tem o hábito de se acostumar a vida ilusória em vez de se rebelar contra isso.

Outra previsão equivocada de Karl Marx e Friedrich Engels foi que o processo revolucionário ocorreria na região do planeta onde houvesse um maior desenvolvimento capitalista, isto porque esse país haveria atingido o volume máximo de forças contraditórias devido a "luta de classes" e seu motor, a "mais valia". Dessa forma a revolução socialista deveria acontecer na Inglaterra, maior potência capitalista com a maior acumulação burguesa e, portanto, com as maiores contradições sociais. Ao contrário da previsão dos filósofos, a primeira revolução socialista ocorreu na Rússia que era um estado agrário semifeudal e com pífio desenvolvimento capitalista burguês.

Marx também se equivocará por não ter levado em consideração a capacidade da elite burguesa em manipular a vontade popular e saciar as mínimas condições de vida da população com o assistencialismo. Isso minimiza as contradições e ajuda a manter as estruturas. Essa reação veio também em forma de doutrinas como o **socialismo cristão** do papa Leão XIII e a socialdemocracia dos políticos mais éticos.

Em sua encíclica Rerum Novarum de 1891, Leão XIII lançou as bases do que se convencionou chamar de **socialismo cristão**.

Essa visão de socialismo, que a igreja agora impunha, ensinava que a solução dos problemas sociais passava necessariamente pela adoção do espírito da caridade cristã. Com isso orientava um melhor entendimento entre patrões e empregados e mais ética aos governantes, tudo isso segundo os ensinamentos da Igreja Católica. Além disso, difundia a ajuda incondicional aos pobres com doações e outros tipos de assistencialismo, o que também diminui a contradição e ajuda a impedir o processo revolucionário.

Além disso tem o surgimento do movimento burguês em prol de um governo humano e ético, a **socialdemocracia**. Nessa forma de governo a propriedade privada é mantida e o Estado deverá se preocupar com as pessoas menos favorecidas promovendo uma distribuição de renda mais equitativa o que impediria a revolução socialista ao criar, por intermédio de reformas, um "Estado do bem-estar social".

No âmbito da prática do marxismo, temos que destacar o fracasso do socialismo real que acabou por desaguar em regimes totalitários de esquerda. Isso talvez possa ser consequência da existência do próprio socialismo que levou a um certo relaxamento dos compromissos teóricos e éticos, fazendo surgir uma burocracia corrupta que se assentou no poder.

Porém, esse equívoco na aplicação prática das teorias políticas não é uma exclusividade do marxismo, pois o mesmo aconteceu com as ideias de Hobbes e Maquiavel, que imaginavam um rei comprometido com a segurança do estado e com a estabilidade entre as classes. Já os filósofos iluministas acreditavam que a desconcentração do poder e a legislação feita pelo parlamento, que é escolhido pelo povo, seriam, portanto, capazes de diminuir as desigualdades sociais.

Portanto, a aplicação prática distorcida dessas ideias fizeram com que Hobbes, Maquiavel, Locke, Montesquieu, Rousseau, Marx e Engels tenham desenvolvido teorias que foram no mínimo inviáveis em suas aplicações práticas.

## Anarquismo

As primeiras ideias Anarquistas surgiram ainda no final do século XVIII com Willian Godwin (1756 a 1836) que teorizava sobre a recusa da autoridade dos governantes e da lei, além da oposição a propriedade privada que só poderia acontecer em um regime comunitário. No século XIX essas ideias irão compor a tônica das discussões anarquistas entre seus principais autores como: Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin, Enrico Malatesta, Peter Kropotkin e Leon Tolstoi.



Mikhail Bakunin

[commons.wikimedia.org](https://commons.wikimedia.org)

O termo anarquismo vem do grego e significa "ausência de governo", porém com o passar do tempo e no intuito burguês de denegrir as teorias tão ameaçadoras, o termo passa a ter um significado contemporâneo que significa bagunça, desordem, desorganização.

Nessa sociedade anarquista os homens viveriam sem governo e a sociedade funcionaria por meio da ação humana consciente em um contexto sociopolítico de liberdade, sem a opressão do Estado, das leis, da propriedade, dos burgueses e da Igreja. Eles rejeitavam a autoridade, seja ela qual for, por acreditarem que esse poder é mais uma forma de perpetuação dos males da humanidade, além de contribuir para a consolidação da ordem burguesa.

Assim sendo, os seres humanos devem naturalmente viver organizados por uma gestão comunitária, em livre associação e com consciência plena da realidade, os indivíduos seriam capazes de produzir seu sustento, conforme sua disponibilidade, e distribuí-lo conforme a necessidade dos membros dessa sociedade.

Dentre as várias formas de anarquismo as que mais se destacaram foram o anarco-sindicalismo e o anarco-terrorismo. O anarco-sindicalismo atribuiu aos movimentos sindicais, do período, um papel importante na luta pela emancipação da classe trabalhadora. Possuía um caráter apolítico e defendia a negociação direta entre trabalhadores e empresários, pregando que após a destruição da ordem burguesa, através das greves organizadas pelos trabalhadores, os seus sindicatos seriam responsáveis por estabelecer a nova sociedade de auto-gestão.

Essa visão anarquista chegou ao Brasil no início do século XX por intermédio dos imigrantes italianos que foram decisivos para a organização operária brasileira. O nome de maior destaque do movimento anarquista foi Mikhail Bakunin, que era defensor intransigente das organizações de massa, tendo também protagonizado intensos e acalorados debates com Karl Marx sobre a função do Estado tanto na primeira internacional, quanto em suas obras.

Já o movimento anarco-terrorista ficou circunscrito a algumas décadas na passagem do século XIX para o XX sendo minoritário dentro do movimento anarquista, além de fruto da radicalização em um momento de extrema perseguição ao anarquismo. O anarco-terrorismo utilizava como forma de luta o assassinato de burgueses e membros do Estado, além da explosão das fábricas pelos trabalhadores que, dessa forma, inviabilizariam a vida no sistema capitalista, dando mais força as demandas da classe trabalhadora e uma maior união entre ela na luta contra o capitalismo.

### 13. EXERCÍCIOS

01. (2006) Durante a Primeira Revolução Industrial (século XVIII), os setores da economia que mais sofreram modificações e que incorporaram mais invenções tecnológicas foram os:

- (A) metalúrgico e químico.
- (B) têxtil e de transportes.
- (C) siderúrgico e cibernético.
- (D) elétrico e de carvão.
- (E) petrolífero e alimentício.

02. (2006) "É uma verdade eterna: qualquer pessoa que tenha poder tende a abusar dele. Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder."

**Montesquieu, "O Espírito das Leis", 1748.**

As ideias contidas no texto estão relacionadas ao pensamento:

- (A) renascentista clássico.
- (B) do Direito Divino dos Reis.
- (C) filosófico do Absolutismo.
- (D) político do Iluminismo.
- (E) fisiocrata do Mercantilismo.

03. (2006) Em tempos de globalização, antigas regiões americanas, africanas e asiáticas que sofreram dominação europeia buscam distanciar-se desse passado colonialista. Um exemplo é a cidade de Bombaim, na Índia, que mudou seu nome recentemente para Mumbai, em homenagem a uma deusa local. Sobre a expansão marítima europeia, é correto afirmar que regiões na Índia e:

- (A) nas Filipinas foram dominadas pela Espanha.
- (B) na China foram dominadas por Portugal.
- (C) na Pérsia foram dominadas pela Holanda.
- (D) na Indonésia foram dominadas pela Inglaterra.
- (E) no Japão foram dominadas pela França.

04. (2006) "... A Revolução Francesa foi a culminância de vários processos revolucionários e também a mais importante revolução ocorrida em toda a história mundial contemporânea, com exceção da Revolução Russa (1917). ... Ela representou uma ruptura estrutural. A burguesia, alijada do poder político pela aristocracia, se insurgiu, tornando-se senhora do Estado."

**Pedro, Antônio. História Geral. SP, FTD, 1995. p. 203.**

Durante a Revolução Francesa, houve um período que foi o mais radical da revolução (1793-94). Cerca de quarenta e duas mil pessoas acusadas de "alta traição" foram guilhotinadas a mando de Robespierre. Este episódio faz alusão ao período do (da):

- (A) Grupo de Direita.
- (B) Diretório.
- (C) Terror.
- (D) Consulado.

(E) Santa Aliança

05. (2007) Na Europa, o despotismo esclarecido surgiu no século XVIII, tendo como representantes mais destacados: Frederico II da Prússia; Catarina II da Rússia; José II da Áustria; Sebastião José de Carvalho, marquês de Pombal, ministro de Portugal; e Pedro Pablo Abarca y Boela, conde de Aranda, ministro da Espanha.

Tais governantes:

- (A) sem abandonar o poder absoluto, procuraram governar conforme a razão e os interesses do povo.
- (B) tiveram atitudes diversas, entretanto todos governaram com o auxílio de um parlamento.
- (C) seguindo ideias iluministas e democráticas, abandonaram a ideia de poder absoluto do governante.
- (D) aumentaram a participação popular no governo, no entanto ignoraram as ideias iluministas ligadas ao desenvolvimento e à tecnologia.
- (E) ampliaram os direitos individuais e políticos dos cidadãos, no entanto não tiveram preocupação com o desenvolvimento agrícola e industrial.

06. (2007) Na Inglaterra, durante o Século XVII, ocorreu a Revolução Gloriosa (1688-1689), que:

- (A) optou pela restauração da dinastia Stuart.
- (B) implantou o regime republicano na Inglaterra.
- (C) foi um golpe do Parlamento contra Jaime II, colocando no poder Guilherme de Orange.
- (D) restaurou o poder do catolicismo na Inglaterra.
- (E) implantou um regime ditatorial, denominado protetorado.

07. (2008) Na Europa do Século XVII, o movimento que teve René Descartes (1596 – 1650) e Isaac Newton (1642 – 1727) como precursores, e foi consolidado por nomes como Rousseau, Voltaire e Montesquieu dentre outros, foi denominado de:

- (A) Positivismo.
- (B) Iluminismo.
- (C) Renascimento.
- (D) Absolutismo.
- (E) Liberalismo Econômico.

08. (2008) Politicamente, a Revolução Gloriosa teve um papel importante para a ocorrência da Revolução Industrial na Inglaterra, pois:

- (A) restaurou o poder absoluto do monarca, possibilitando a criação de decretos-leis que impulsionavam a atividade industrial, sem a interferência de terceiros.
- (B) abriu o mercado britânico para a entrada de capitais estrangeiros, além de ter criado leis que regulavam o trabalho industrial.
- (C) possibilitou o surgimento de sindicatos de operários que visavam aumentar a produção industrial, sem abandonar as conquistas sociais.
- (D) estabeleceu a supremacia do Parlamento, criando pré-requisito para a plenitude capitalista burguesa que se instalaria com as maquinofaturas.
- (E) levou ao poder novos líderes oriundos das camadas mais pobres e desfavorecidas da sociedade inglesa.

09. (2008) Após a derrota de Napoleão, as grandes nações europeias realizaram o Congresso de Viena.

Desse Congresso surgiu a Santa Aliança, cujo objetivo era o de:

- (A) defender o princípio de não-intervenção.
- (B) opor-se a qualquer tentativa recolonizadora das nações americanas.
- (C) solucionar os graves problemas sociais que os países europeus apresentavam.
- (D) estabelecer governos liberais nos países pertencentes à Santa Aliança.
- (E) lutar contra as manifestações nacionalistas e liberais.

10. (2009) A Revolução Francesa é um processo social e político complexo, sendo dividido em períodos, como os períodos da Assembleia Nacional, Convenção, Diretório e o Consulado. Assinale a alternativa em que todos os fatos citados são características do período conhecido como o "Terror".
- (A) Levantes camponeses na área rural, com saques de castelos e queima de cartórios; proclamação da Declaração dos direitos do homem e do cidadão; predomínio político do grupo dos jacobinos, chefiados por Robespierre.
  - (B) Fechamento dos clubes jacobinos; predomínio político dos girondinos; fim da escravidão nas colônias; tabelamento de preços de gêneros alimentícios.
  - (C) Predomínio político do grupo dos jacobinos, chefiados por Robespierre; instituição de um Tribunal Revolucionário e comitês revolucionários; tabelamento de preços de gêneros alimentícios; fim da escravidão nas colônias.
  - (D) Invasão da França por exércitos da Áustria e Prússia; fim dos direitos feudais; confisco de bens da Igreja; elaboração da constituição.
  - (E) Predomínio político de Napoleão Bonaparte; expulsão dos exércitos estrangeiros da França; campanha do Egito; reintrodução da escravidão nas colônias.
11. (2009) No séc. XVIII, alguns governantes de países europeus, como Frederico II, rei da Prússia, e José II, imperador austríaco, tentaram aplicar princípios do Iluminismo, como a tolerância religiosa, o desenvolvimento da ciência e educação e o fim da tortura, mas sem abrir mão do governo absolutista. Estes governantes ficaram conhecidos como:
- (A) reis filósofos.
  - (B) déspotas esclarecidos.
  - (C) reis iluminados.
  - (D) déspotas progressistas.
  - (E) reis sábios.
12. (2009) As condições de trabalho nas indústrias inglesas do século XVIII "eram precárias e punham em risco a vida e a saúde do trabalhador" (ARRUDA & PILETTI, p.322), o que produziu rebeliões e movimentos operários. Na década de 1830, ganhou importância o cartismo, que:
- (A) se caracterizava pela destruição das máquinas industriais pelos trabalhadores.
  - (B) reivindicava o voto universal masculino para todos os ingleses.
  - (C) reivindicava a manutenção do trabalho infantil.
  - (D) visava obter recursos para pagar o enterro de trabalhadores.
  - (E) objetivava ampliar a jornada de trabalho para quarenta horas semanais.
13. (2010) A independência dos Estados Unidos da América foi o primeiro grande indicador histórico da ruína do Antigo Regime. Durante esse processo de independência:
- (A) a criação da Lei do Selo foi uma consequência do esforço inglês em fortalecer o pacto colonial e levou os colonos americanos a efetuar um boicote comercial à Inglaterra.
  - (B) a "marcha para o oeste" despertou os sentimentos expansionistas e nacionalistas dos colonos americanos, incentivando os movimentos de independência.
  - (C) o Primeiro e o Segundo Congresso Continental da Filadélfia resultaram na suspensão dos tributos impostos por Townshend, exceto o que se referia ao comércio do chá.
  - (D) os colonos americanos receberam apoio militar da Holanda e da Espanha nas lutas pela emancipação.
  - (E) Thomas Jefferson exerceu um papel importante, tendo sido nomeado comandante das tropas americanas na guerra e se tornando o primeiro presidente americano.
14. (2011) "A execução de Luís XVI, em janeiro de 1793, abalou a nobreza europeia. No interior da França, eclodiram revoltas (...). No exterior, formou-se a Primeira Coligação europeia (...). A França foi novamente invadida. (...) Teve início então, o Período do Terror, que se estenderia até julho de 1794."

**Arruda & Piletti, 2007.**

O Período do Terror, caracterizado pela radicalização do processo revolucionário, ocorreu durante a fase da (o):

- (A) Monarquia Constitucional e era chefiado por jacobinos.
- (B) Diretório e era dirigido por girondinos.
- (C) Assembleia Legislativa e era comandado por "sans – culottes".



- (D) Assembleia Nacional Constituinte e era orientado por girondinos.
- (E) Convenção Nacional e era liderado por jacobinos.

15. (2013) "Em fins do Século XVIII, enquanto a Inglaterra se industrializava rapidamente, a França era ainda um país agrário.[...] Enquanto isso na França, vigorava ainda uma organização social baseada em estamentos – chamados estados, ou ordens -, herdada da Idade Média."

**Arruda & Piletti, 2007.**

Sobre o tema, leia as afirmações abaixo.

- I. O primeiro estado era constituído pela nobreza.
- II. O clero estava subdividido em alto clero e baixo clero.
- III. O terceiro estado lutava pela abolição dos privilégios e por igualdade de tratamento em relação à nobreza e clero.
- IV. Os sans-cullottes eram os pobres que não tinham os privilégios da nobreza.
- V. A Assembleia Nacional era composta por representantes dos três Estados, que possuíam igualdade de votos.

Assinale a única alternativa em que todos os itens estão corretos.

- (A) I, II e III
- (B) II, III e IV
- (C) I, III e V
- (D) I, IV e V
- (E) II, IV e V

16. (2013) O século XVIII registrou profundas transformações na maneira de governar de diversos dirigentes.

– Frederico II, da Prússia, "aboliu as torturas aplicadas aos presos em seu país [...] incentivou as letras, as artes e as ciências [...] e dirigiu pessoalmente a reforma de Berlim, capital da Prússia na época".

– O Marquês de Pombal, "principal ministro do rei D. José I [...] valendo-se de seu enorme poder, decretou a emancipação dos indígenas na América portuguesa, a abolição da escravidão africana e a fundação da Imprensa Régia, em Portugal".

– José II, da Áustria, adotou a tolerância religiosa, mas manteve intocados o militarismo e a servidão.

– Catarina II, da Rússia, "mandou construir escolas, fundou hospitais, dirigiu a reforma da capital (São Petersburgo) e combateu a corrupção nos meios civis e religiosos".

**Boulos Jr, 2011.**

Sobre os dirigentes acima mencionados e seus governos, pode-se afirmar que:

- (A) todos foram provavelmente inspirados por ideias iluministas, e o tipo de governo adotado por eles foi chamado pelos historiadores do Século XIX de despotismo esclarecido.
- (B) somente Frederico II e Catarina II foram inspirados por ideias iluministas, e o tipo de governo adotado por eles foi chamado de socialismo.
- (C) todos foram provavelmente inspirados pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau, e o tipo de governo adotado por eles foi chamado de democracia.
- (D) Frederico II e o Marquês de Pombal militarizaram seus países e adotaram governos comunistas.
- (E) fundamentaram-se em correntes filosóficas diferentes, mas todos adotaram governos liberais.

17. (2014) "O acúmulo de capitais, a modernização da agricultura, a disponibilidade de mão de obra e de recursos naturais e a força do puritanismo ajudam a explicar o pioneirismo da \_\_\_\_\_ na Revolução Industrial".

**Boulos Jr, 2011.**

Das opções abaixo listadas, o país que melhor preenche o espaço acima é:

- (A) Alemanha
- (B) Holanda
- (C) Itália
- (D) Inglaterra
- (E) Espanha

18. (2014) A Revolução Francesa teve início em 1789. Neste processo a(o):

- (A) Assembleia Nacional Constituinte, representando interesses das classes populares, foi responsável por abolir a escravidão, por acabar com os privilégios do clero e da nobreza e por instituir o voto universal.
- (B) partir de 1792, os girondinos deram início ao Período do Terror, executando milhares de pessoas acusadas de serem contrarrevolucionários.
- (C) Diretório foi um governo que conseguiu conciliar diferentes interesses, obtendo o apoio dos jacobinos, através de medidas populares como o tabelamento de preços de alimentos, e da alta burguesia, estimulando o desenvolvimento da indústria de algodão.
- (D) O 18 Brumário foi um golpe de estado que recebeu o apoio de um grupo político-militar e foi responsável por consolidar os interesses burgueses na França.
- (E) Convenção Nacional teve início com a tomada da Bastilha, símbolo da arbitrariedade do poder real e pôs fim ao absolutismo francês, limitando o poder do rei com a instauração de uma monarquia constitucional.

19. (2011) Leia as afirmações abaixo, referentes a fatos ocorridos e ideias desenvolvidas na Europa, e responda ao que se pede.

- I. "Representou, na verdade, o momento culminante de um processo que começou no Renascimento, de afirmação da razão como base do conhecimento"  
**Arruda & Piletti, 2007**
- II. De acordo com Rousseau o "povo (...) é o verdadeiro soberano (...) Sua forma de expressão (...) deveria se manifestar por meio da maioria de votos da população em assembleias nas quais ele exerceria diretamente (...) o poder de decidir sobre os rumos a dar à sociedade".  
**Azevedo & Seriacopi, 2007**
- III. Provocaram transformações, dentre outras: proletarianização definitiva dos produtores diretos; decadência da indústria doméstica rural; crescente divisão internacional do trabalho; aceleração do êxodo rural, antagonismo entre o proletariado nascente e a burguesia proprietária dos meios de produção.
- IV. Irromperam movimentos sociais e políticos como o ludismo e o movimento cartista.
- V. São algumas de suas ideias: críticas ao Estado absolutista, propondo a limitação do poder real; defesa da não intervenção do Estado no campo econômico; e defesa de um sistema constitucional.

Os números:

- (A) I, II e V referem-se ao pensamento socialista; e os números III e IV são consequências e ideias positivistas.
- (B) I e III referem-se ao Macarthismo, e os números II, IV e V referem-se ao Comunismo.
- (C) I, III e IV são ideias e consequências do Iluminismo; os números II e V são ideias e consequências das ideias bulionistas.
- (D) III e V são ideias e consequências dos ideais anarquistas; os números I, II e IV são ideias positivistas e algumas de suas consequências.
- (E) I, II e V referem-se a ideias e ao pensamento iluminista; os números III e IV ocorreram como consequência da Revolução Industrial.

20. (2015) O movimento intelectual conhecido como Iluminismo ocorreu no século XVIII. Leia as informações abaixo.

- I. O pensamento político e econômico dos iluministas correspondia aos anseios da burguesia e ambos se opunham ao Positivismo.
- II. O período ficou conhecido como o Século das Luzes.
- III. O Iluminismo combateu o absolutismo monárquico, o mercantilismo e o poder da Igreja.
- IV. O Iluminismo encontrou forte resistência entre os adeptos do liberalismo.

Estão corretas:

- (A) as afirmativas I, II, III, IV.
- (B) apenas as afirmativas I e II.
- (C) apenas as afirmativas III e IV.

- (D) apenas as afirmativas I e IV.
- (E) apenas as afirmativas II e III.

21. (2014) Leia as afirmações abaixo.

- I. Permitiu o acesso à cidadania a todos os norte-americanos.
- II. Abalou o prestígio do rei na Inglaterra e provou que era possível fazer valer a soberania popular.
- III. Trouxe prejuízos aos povos indígenas, pois suas terras, localizadas em sua maior parte a oeste do Mississippi, passaram a ser atacadas pelos proprietários de terra e comerciantes de peles de origem europeia.
- IV. Propiciou a abolição da escravidão nos Estados Unidos.

São repercussões imediatas da independência norte-americana:

- (A) as afirmações I, II, III e IV.
- (B) apenas as afirmações I e II.
- (C) apenas as afirmações II e III.
- (D) apenas as afirmações II e IV.
- (E) apenas as afirmações III e IV.

22. (2015 - adaptada) Observe as ideias de três pensadores da Idade Contemporânea.

– Adam Smith (escocês), em sua obra *A riqueza das nações*, afirmava que a única fonte de riqueza era o trabalho, e não a terra.

– A ideia central da doutrina de Karl Marx (alemão) é que a “história das sociedades humanas é a história da luta de classes”.

– Thomas Malthus (inglês), em sua obra *Ensaio sobre o princípio da população*, escreveu que a natureza impõe limites ao progresso material, já que a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética.

Pode-se afirmar que:

- (A) os três pensadores defendem o liberalismo clássico.
- (B) as três ideias propõem a ditadura do proletariado.
- (C) Adam Smith propõe o liberalismo clássico, Thomas Malthus e Karl Marx, o socialismo utópico.
- (D) Thomas Malthus e Adam Smith defendem o pensamento liberal clássico e Karl Marx foi um dos autores do socialismo científico.
- (E) Karl Marx e Adam Smith são considerados anarquistas, e Thomas Malthus, socialista utópico.

23. (2006) O século XIX foi o período em que diversas doutrinas econômicas, políticas e sociais surgiram, com repercussões até os dias de hoje. Uma dessas doutrinas foi o socialismo, que teve várias vertentes. Sobre o socialismo daquele século, pode-se afirmar que:

- (A) Charles Fourier propunha uma sociedade em que as pessoas se ajudassem mutuamente por meio de cooperativas agroindustriais.
- (B) Louis Blanc acreditava que a concorrência entre capitais produziria o bem-estar da classe trabalhadora.
- (C) Saint-Simon propunha a substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra assalariada, embora considerasse que isso não eliminaria os ociosos.
- (D) Robert Owen propunha que o Estado controlasse as greves e as classes trabalhadoras por meio de “Trade Unions”.
- (E) P. J. Proudhon acreditava que um Estado igualitário seria a solução para o conflito entre patrões e empregados.

24. (2007) Na Europa, “na segunda metade do século XIX, houve uma grande mobilização operária, com diversos levantes revolucionários. [...] Sentindo os efeitos da industrialização, a cúpula eclesiástica de Roma definiu-se oficialmente quanto a sua participação nos novos problemas sociais.”

Vicentino, 2002, p. 301.

Nesse contexto, o Papa Leão XIII revificou a religião como instrumento de reforma e justiça social e, declarando-se ainda contrário à doutrina marxista de luta de classes, apelou para o espírito cristão dos empregadores, fazendo publicar em 1891 a encíclica:

- (A) Quadrogésimo Anno.
- (B) Rerum Novarum.
- (C) Master et Magistra.
- (D) Pacem in Terris.
- (E) Humanae Vitae.

CURSO CIDADE - ESPCEX

## V. BRASIL IMPÉRIO

### 1. PRIMEIRO REINADO

#### I. A Independência Do Brasil E O Primeiro Reinado

##### **A Confederação do Equador (1824) e Guerra da Cisplatina (1825-1828)**

As forças políticas das províncias do Nordeste, lideradas por Pernambuco, se rebelaram contra a Constituição, pois esta dava muitos poderes ao Soberano. Tal movimento desdobrou-se na proclamação da chamada Confederação do Equador em 2 de julho de 1824. Sua proposta consistia na criação na junção das províncias do nordeste – Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, cogitando-se, posteriormente, a inclusão de Ceará e Pará. Todas estas regiões se organizariam através de regimes políticos republicanos reunidos por meio de uma federação. O movimento foi reprimido com extrema violência pelas tropas imperiais, demonstrando um governo absolutista.

**A dissolução da Constituinte de 1823 e a outorga da carta constitucional de 1824 pelo imperador desencadeariam ressentimentos até então reprimidos. A oposição viria violenta, principalmente de parte das províncias do Norte e Nordeste onde se avolumavam os descontentamentos diante da centralização imposta pelo governo que parecia beneficiar apenas as províncias do Rio de Janeiro e regiões vizinhas. (...) As reivindicações federalistas seriam temas constantes nas revoltas então ocorridas. Um dos mais expressivos porta-vozes dessa oposição foi Frei Caneca, antigo revolucionário de 1817 envolvido novamente na chamada Confederação do Equador. Argumentaria ele no *Typhis Pernambucano* que o Brasil tinha todas as condições para formar um estado federativo: a grandeza de seu território, a diversidade de suas riquezas e a variedade dos seus habitantes. Além da federação, pregava em seus escritos a defesa da autonomia conquistada, a resistência às arbitrariedades do governo, reivindicando ainda a imprensa livre, condenando a vitaliciedade do Senado, a criação de uma nobreza "opressora dos povos", a concessão ao executivo do direito de veto absoluto, bem como a iniciativa de leis. Criticava ainda, no texto da carta outorgada, a instituição do Poder Moderador. Este parecia-lhe uma "invenção maquiavélica", "chave mestra da opressão". Os Conselhos Provinciais que também haviam sido criados pela Carta, com o objetivo de gerir as províncias, pareciam-lhes "meros fantasmas para iludir os povos". Negava, enfim, ao imperador, o direito de outorgar uma Carta, usurpando aos povos o direito de expressar sua vontade soberana através de seus representantes na Constituinte. (...) Nas críticas e propostas de Frei Caneca estavam contidos os principais temas liberais que agitaram o Primeiro Reinado e os primeiros anos da Regência. Em nome dessas idéias sublevaram-se grupos em Pernambuco, Ceará e em algumas localidades da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, reunidos no que se chamou a "Confederação do Equador". A repressão veio impiedosa e rápida. Os cabeças do movimento, entre eles Frei Caneca, foram executados.**

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: brasiliense, 1987, p.129-130.

**Apesar de seu conteúdo nacionalista, diríamos melhor antilusitano, a rebelião contou com a presença de vários estrangeiros. Dentre eles, destacou-se a figura de um liberal português, filho de polonês, chamado João Guilherme Ratcliff (...) A Confederação do Equador não teve condições de se enraizar e de resistir militarmente às tropas do governo, sendo derrotada nas várias províncias do Nordeste, até terminar por completo em novembro de 1824. A punição dos revolucionários foi além das expectativas. Um tribunal manipulado pelo imperador condenou à morte, entre outros, Frei Caneca, Ratcliff e o major de pretos Agostinho Bezerra Cavalcanti. Os próprios adversários, entre eles comerciantes portugueses, enviaram ao rei pedidos de clemência em favor do último, que evitara excessos de mortes. Mas não foram ouvidos. Levado à forca, Frei Caneca acabou sendo fuzilado diante da recusa do carrasco em realizar o enforcamento (...) As marcas da revolução de 1824 não se apagariam facilmente. De fato, ela pode ser vista como parte de uma série de rebeliões e revoltas ocorridas em Pernambuco entre 1817 e 1848, que fizeram da província um centro irradiador de muitas insatisfações do Nordeste.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.153-154.)

Apesar da Constituição de 1824 determinar que o regime vigente fosse liberal, D. Pedro I impunha sua vontade com firmeza, gerando um crescente conflito com os liberais que começaram a identificá-lo como um governante ditatorial e autoritário.

Um dos mais graves problemas do Primeiro Reinado foi a Guerra da Cisplatina, quando uruguaios apoiados pelo governo argentino ocuparam toda a Província Cisplatina e um governo provisório uruguaio decidiu a incorporação da Cisplatina à República das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Os problemas se agravaram a partir de 1825, com o envolvimento do Brasil na guerra da Cisplatina, onde terminou derrotado. A perda da província, que se tornou independente com o nome de República Oriental do Uruguai, em 1828, teve como consequência, uma crise econômica oriunda dos gastos que a guerra gerou.

**Internamente, a guerra provocou o temido e impopular recrutamento da população através de métodos de pura força. O rei decidiu contratar tropas no exterior para completar as fileiras do exército. A maioria dessas tropas era formada por pessoas pobres, que nada tinham de militares profissionais e que se inscreveram na Europa com a perspectiva de se tornarem pequenos proprietários no Brasil. Como seria de esperar, em nada contribuíram para fazer a guerra em favor do Império. Para piorar as coisas, algumas centenas de mercenários alemães e irlandeses, que faziam parte dessas tropas, se amotinaram no Rio de Janeiro em julho de 1828. A situação se tornou muito grave e o governo viu-se forçado à humilhante proteção de navios ingleses e franceses.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.155.)

### **Abdicação do trono português**

Seguindo a política da Constituição portuguesa de então, e aproveitando-se da fragilidade do Brasil após a Guerra da Cisplatina, D. João VI e a ala absolutista de seu ministério procuraram reaver o território brasileiro em meados de 1825. Na iminência de uma guerra, D. João VI decide por nomear Pedro seu sucessor em Portugal, ignorando a deserção que ele mesmo impôs ao filho devido à sua rebeldia e aos acontecimentos de 1822 -- negociação essa, acompanhada à distância pelo governo inglês. Habilmente, Pedro I aceita a proposta e retorna a Portugal para finalmente sagrar-se Pedro IV de Portugal em maio de 1826, após a abdicação de seu pai. Contudo, vista a Constituição brasileira recém-aprovada, era proibido o Imperador brasileiro deter paralelamente o título de regente de Portugal. Assim, apenas um mês depois de coroado rei português, Pedro abdica ao trono, todavia garantido a sucessão à sua primogênita, D. Maria II, que momentaneamente não assumiria devido à sua idade, e entregando a regência do reino português a D. Miguel I. Pedro retorna ao Brasil, onde enfrentaria uma conjuntura política cada vez mais desfavorável a si.

Entretanto, D. Miguel, irmão de D. Pedro I, fez-se proclamar rei em lugar da filha do imperador brasileiro. Todos esses problemas, que ocasionaram uma sucessiva substituição de ministérios, criaram uma grande hostilidade em relação a D. Pedro I, com manifestações como a Noite das Garrafadas -- violentas lutas de rua entre brasileiros e portugueses em 13 e 14 de março de 1831. Assim em 7 de abril, depois de uma grande manifestação popular no Rio de Janeiro, ocorria a abdicação de D. Pedro I e o trono brasileiro passava a seu filho de cinco anos, Pedro de Alcântara.

A opinião pública começou a reagir contra o Imperador, entre outras razões, com a morte de D. João VI (1826), sendo D. Pedro I o legítimo herdeiro do trono português. Após a morte do pai, Pedro envolveu-se crescentemente na questão sucessória em Portugal. Para os portugueses, era o herdeiro da Coroa. Para os brasileiros, o imperador não deveria ter vínculos com a antiga metrópole pois, ao proclamar a Independência, havia renunciado à herança lusitana. Depois de muita discussão, o imperador formalizou sua renúncia e abdicou do trono de Portugal em favor de sua filha mais velha, Maria da Glória.

Apesar de ter renunciado ao trono de Portugal em favor da filha, a oposição liberal brasileira continuou pressionando-o, principalmente diante do envolvimento do imperador, no plano externo, com os problemas advindos dessa sucessão. A situação agravou-se, no plano externo, com a perda da Província Cisplatina (1828). No fim da década de 1820, a oposição crescia.

No plano interno, o imperador passou a enfrentar diversos problemas, tais como as dificuldades financeiras advindas da falência do primeiro Banco do Brasil (1829) e a inflação ocasionada pela elevação dos preços dos alimentos, a situação familiar do Imperador após o falecimento de sua primeira esposa, Imperatriz D<sup>a</sup>. Maria Leopoldina (1826), diante do envolvimento com a sua amante a Marquesa de Santos, o assassinato do jornalista Líbero Badaró em São Paulo (1830), executado por policiais ligados ao Império (Dom Pedro foi responsabilizado pela morte), e o constante apoio pedido pelo governante aos burocratas e militares do setor português, gerando conflitos entre portugueses e brasileiros.

D. Pedro I procurou então apoio nos setores portugueses que instalara no Brasil na burocracia civil-militar e no comércio das principais cidades. Com sua imagem cada vez mais desgastada perante a opinião pública brasileira, as manifestações de protesto eram reprimidas com violência.

### **Abdicação do trono brasileiro**

Uma tentativa de recuperar prestígio político foi frustrada pela má recepção em uma visita a Minas Gerais - foi a última. A intenção era obter um acordo com os políticos da província, mas foi recebido com frieza já que havia setores da elite mineira que o ligavam ao assassinato do jornalista.

Numa tentativa de conciliar novamente o seu governo com a opinião pública, D. Pedro I nomeou um novo ministério com pessoas aceitas pelos Liberais. Porém, a oposição não aceitou a manobra, e continuou a pressioná-lo. O ministério assim formado foi destituído e constituído um novo com portugueses de tendências absolutistas. Os soldados brasileiros aquartelados no bairro de São Cristóvão e o povo reagiram formando uma oposição implacável, culminando com o cerco ao palácio imperial pela população. Não houve resistência, pois poderia ocasionar uma guerra civil.

Revoltados, os portugueses instalados no Rio de Janeiro promoveram uma manifestação pública em desagravo que desencadeou a retaliação dos setores antilusitanos, havendo tumultos e conflitos de rua. Irado, o imperador prometeu castigos, mas lhe faltava sustentação política.

A 7 de Abril de 1831, D. Pedro I renunciou ao Império, deixando o país nas mãos de seu primogênito, Pedro II, que na época tinha 5 anos. No mesmo dia, embarcou a bordo do [Warspite], de onde nomeou José Bonifácio de Andrada e Silva como tutor de seus filhos menores, e seguiu para Portugal.

Pedro I faleceu em Sintra em 1834, depois de ainda ter participado das Guerras Liberais portuguesas, onde lutou a favor de sua filha, D. Maria II, cujo trono português fora usurpado por seu tio, D. Miguel I, o qual havia sido indicado regente português anteriormente.

## **II. A Constituição De 1824**

### **Primeiro Reinado**

O Primeiro Reinado do Brasil é o nome dado ao período em que D. Pedro I governou o Brasil como Imperador e está situado entre 7 de setembro de 1822, data em que Pedro I proclamou a independência do Brasil, e 7 de abril de 1831, quando abdicou do trono brasileiro. Caracterizou-se por ser um período de transição, marcado por uma aguda crise econômico-financeira, social e política. A efetiva consolidação da independência do Brasil só ocorreria a partir de 1831, com a abdicação de D. Pedro, ao dar às elites nacionais, a possibilidade de assumirem, de fato, o poder político no Brasil.

### **O reconhecimento da independência**

Com a independência começou o Primeiro Reinado. Além das Guerras de Independência, também foram marcantes nesse período, as organizações políticas do País; o reconhecimento da independência; a Confederação do Equador (1824) e a Guerra da Cisplatina (1825-1828).

Apesar de a Independência ter sido proclamada a 7 de setembro, os europeus ainda não viam o Brasil como Estado soberano.

**No plano internacional, os Estados Unidos reconheceram a Independência em maio de 1824. Informalmente, ela já era reconhecida pela Inglaterra, interessada em garantir a ordem na antiga Colônia. Assim, os ingleses preservavam suas vantagens comerciais em um país que, àquela altura, já era seu terceiro mercado externo. O reconhecimento formal só foi retardado porque os ingleses tentaram conseguir do Brasil a imediata extinção do tráfico de escravos. Mas, direta ou indiretamente, estiveram presentes na consolidação da Independência, servindo também de mediadores no reconhecimento da nova nação por Portugal.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.144.)

Somente em 1825 a Inglaterra e Portugal reconheceram a independência, mediante o pagamento brasileiro de 1,4 milhão de libras esterlinas para a coroa portuguesa, e uma indenização de guerra no valor de 600 mil libras. Dom Pedro I renunciava a ideia de, futuramente, anexar colônias portuguesas na África. Aos britânicos, foi prometida a abolição da escravidão, mas este episódio perdurou até a segunda metade do século.

### **A Carta Outorgada de 1824**

D. Pedro I foi aclamado Imperador no dia 12 de outubro de 1822, e no início de 1823 convocou a Assembleia Constituinte. A intenção de D. Pedro I era de organizar politicamente o país, fazendo um Império exemplar para o resto da América. Mas ele fracassou, pois havia muitas divergências entre os deputados e o Imperador. As divergências eram oriundas da ambição do Imperador em ter um poder pessoal (Poder Moderador) acima do Judiciário e Legislativo. Queria o Imperador ser um soberano absolutista, e ao perceber que não teria o apoio da burguesia, dissolveu a Assembleia Constituinte em novembro de 1823, após o envio de tropas, e mandou prender alguns Deputados. Uma vez feito isso, reuniu dez cidadãos de sua inteira confiança pertencentes ao Partido Português, e, após algumas discussões a portas fechadas, redigiram a Primeira Constituição do Brasil, outorgada no dia 25 de março de 1824.

A Constituição foi outorgada pelo imperador em 1824. Receberam-se algumas províncias do Nordeste, lideradas por Pernambuco, na revolta conhecida como Confederação do Equador, severamente reprimida pelas tropas imperiais. A primeira Constituição, além do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, instituía o Poder Moderador, privativo do imperador. O Poder Moderador permitia ao imperador nomear os presidentes das províncias, chefiar as forças armadas, dissolver a Câmara dos Deputados e demitir ministros.

**O Poder Moderador provinha de uma ideia do escritor francês Benjamin Constant, cujos livros eram lidos por Dom Pedro e por muitos políticos da época. Benjamin Constant defendia a separação entre o Poder Executivo, cujas atribuições caberiam aos ministros do rei, e o poder propriamente imperial, chamado de neutro ou moderador. O rei não interviria na política e na administração do dia-a-dia e teria o papel de moderar as disputas mais sérias e gerais, interpretando “a vontade e o interesse nacional”. No Brasil, o Poder Moderador não foi tão claramente separado do Executivo. Disso resultou uma concentração de atribuições nas mãos do imperador. Pelos princípios constitucionais, a pessoa do imperador foi considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.152.)

Embora a Constituição de 1824 determinasse que o regime fosse liberal, o governo de D. Pedro I foi sempre autoritário e ele, frequentemente, impunha sua vontade. Esse impasse constante gerou um crescente conflito com os liberais, que cada vez mais o viam como autoritário. Preocupava a todos também o seu excessivo envolvimento com a política interna portuguesa.

Na Constituição de 1824, foram definidas as primeiras regras do sistema eleitoral brasileiro. Foi criada a Assembleia Geral, órgão máximo do poder Legislativo nacional, composta pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, cujos integrantes eram escolhidos pelo voto dos cidadãos.

As eleições no Império eram indiretas, isto é, o pleito se dava em dois graus. No primeiro grau, exercido pelos eleitores de paróquia, votavam os cidadãos de, no mínimo, 25 anos de idade e 100 mil réis de renda anual, e eram escolhidos os eleitores de segundo grau. Esses, também conhecidos como eleitores de província – com renda anual de 200 mil réis - elegiam os deputados e senadores.

O voto era obrigatório para os cidadãos, mas censitário, isto é, o eleitor de primeiro grau era definido de acordo com suas posses econômicas, deveria possuir renda anual mínima de 100 mil réis. Os trabalhadores assalariados em geral, os soldados, as mulheres, os índios e os menores de 25 anos eram excluídos da vida política nacional. Por isso, as eleições brasileiras tinham uma tendência concentradora, e o sufrágio ativo era um direito limitado a poucos cidadãos, por causa da eleição censitária, que restringia o eleitorado aos cidadãos mais ricos. Em 1887, no final do Império, por exemplo, apenas 1,5% da população brasileira tinha direito ao voto. Tal tendência concentradora acontecia tanto nas eleições federais como nas municipais.

**A constituição de 1824 vigorou com algumas modificações até o fim do Império. Definiu o governo como monárquico, hereditário e constitucional. O Império teria uma nobreza, mas não uma aristocracia, ou seja existiriam nobres por títulos concedidos pelo imperador (barão, conde, duque, etc.), porém os títulos não seriam hereditários, eliminando, portanto, a possibilidade de uma “aristocracia de sangue”.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.149.)

**(...) A Constituição de 1824 procurou assegurar ampla liberdade individual (art. 179) e garantir liberdade econômica e de iniciativa. Resguardava o direito de propriedade em toda sua plenitude, fixava o preceito da educação primária gratuita para todos, excluía, no entanto cuidadosamente dos direitos políticos as classes trabalhadoras, criados de servir (exceto os primeiros caixeiros das casas de comércio, criados da Casa Imperial de maior categoria e administradores das fazendas rurais e fábricas), bem como todos que não tivessem renda líquida anual correspondente a 100\$000 por bens de raiz, indústria ou emprego, o que significava exclusão da grande maioria da população. O sistema de eleições indiretas em duas instâncias progressivas para qualificação de eleitores, restringiria ainda mais a representação popular, estipulando que só poderiam ser eleitos deputados e senadores os que tivessem renda líquida igual ou superior a 400\$000 e 800\$000 respectivamente, desde que professassem a religião católica (o que significa uma evidente restrição ao princípio da liberdade de culto, incluído no art. 179). (...) O artigo 179 que garantia as liberdades individuais inspirava-se diretamente na Declaração dos Direitos do Homem feita pelos revolucionários franceses em agosto de 1789. Havia parágrafos que eram mera transcrição. Omitiam-se, entretanto a afirmação, constante na Declaração dos Direitos do Homem, da soberania da nação (nenhum corpo ou indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane), a definição de lei como expressão da vontade geral e a declaração do direito dos povos de resistirem à opressão. As omissões se explicam tendo em vista a intenção de organizar um Estado Monárquico**



**Constitucional, de representação limitada pelo critério censitário, eleição indireta, e pela intenção de manter escravizada mais de 1/3 da população. (...) No mais, o artigo 179 acompanhava as linhas gerais da Declaração dos Direitos do Homem. Afirmava que nenhum cidadão poderia ser obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. Estabelecia a igualdade de todos perante a lei, firmando o direito de todos serem admitidos aos cargos públicos civis e políticos ou militares "sem outra diferença que não fosse a dos seus talentos e virtudes", abolia os privilégios, e garantia, e garantia o direito de propriedade "em toda a sua plenitude" estabelecendo que, se o bem público legalmente verificado exigisse o "uso e emprego da propriedade do cidadão" seria este previamente indenizado. Extinguia ainda os foros privilegiados e as comissões especiais nas causas cíveis ou criminais. Afirmava a liberdade de pensamento e de expressão, ressalvada a responsabilidade pelos abusos cometidos no exercício desse direito, nos casos determinados por Lei. Estabelecia o princípio da liberdade religiosa, desde que respeitada a religião do Estado, isto é, a católica.**

**COSTA, Emilia Viotti da. *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*. In.: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p.123-124**

Outra importante característica do sistema eleitoral brasileiro durante o Império foi a proximidade entre o Estado e a religião. A Igreja Católica, declarada religião oficial do Brasil, tinha elevada influência sobre as relações políticas nacionais. Tal influência se refletia na exigência legal, por parte dos candidatos a cargos políticos, de seguir o catolicismo, assim como na realização das eleições dentro das igrejas. Além disso, uma boa porcentagem dos políticos eleitos no Brasil nessa época era de origem sacerdotal, uma vez que eram os padres que faziam o recrutamento dos eleitores e a organização do pleito era realizada por padres.

## **2. PERÍODO REGENCIAL**

### **I. A Guarda Nacional**

#### **O Período regencial e a Guarda Nacional**

O Período regencial brasileiro (1831-1840) foi o intervalo político entre os mandatos imperiais da Família Real Brasileira, quando o Imperador Pedro I abdicou do trono, e seu herdeiro, Pedro II, não tinha idade o suficiente para assumi-lo. Devido à natureza do período e das revoltas e problemas internos, o período regencial foi um dos momentos mais conturbados do Império Brasileiro.

O Primeiro Reinado (1822-1831), instaurado logo após a Independência do Brasil (1822), passou por diversas instabilidades políticas. Depois de graves problemas internos, advindos de crises internacionais (como a disputa da Província Cisplatina e questões hereditárias em Portugal) e de instabilidades políticas no país, o Imperador Pedro I se viu obrigado a abdicar do seu posto como Imperador do Brasil, no dia 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, Dom Pedro II, que tinha pouco mais de cinco anos.

A abdicação do Imperador provocou um vazio político no país, acirrando a disputa pelo poder entre as duas principais correntes do Império: liberais exaltados e liberais moderados. O grupo dos exaltados era formado, principalmente, pelas camadas médias urbanas, enquanto que os moderados eram constituídos pelos representantes da aristocracia rural. Essas duas correntes políticas compunham o chamado Partido Brasileiro, e tinham se aliado para derrubar D. Pedro do poder e, com ele, os absolutistas do Partido Português, seus aliados.

Conseguindo o seu intento, a aliança se desfez, e cada grupo passou a lutar para conseguir se instalar no poder. Os liberais moderados redigiram, no dia seguinte à abdicação, um documento intitulado "Proclamação em nome da Assembleia Geral aos povos do Brasil", no qual informavam sobre os acontecimentos, afirmavam seu apoio aos regentes nomeados e aconselhavam prudência e moderação à população, e que observasse a Constituição e respeitasse os novos governantes.

Tendo Dom Pedro II apenas cinco anos de idade, era preciso escolher um regente. A Constituição de 1824 designava para essa função o membro da família real com mais de 25 anos de idade. Já que não existia ninguém nessas condições, os deputados e senadores elegeram uma regência composta por três membros. Já o grupo dos liberais exaltados via esse momento como a possibilidade de transformações mais radicais, maior liberalização do regime e de maior participação nos destinos do Império. Entendia que afastados do Governo, junto com D. Pedro, os portugueses identificados com o absolutismo, haveria condições de aqui se desenvolverem os ideais liberais, revestidos de um caráter nacionalista. No entanto, os portugueses tinham se reorganizado e lutavam, agora, pela volta de D. Pedro ao trono brasileiro, sendo por isso, chamados de restauradores. E, ao mesmo tempo, o Governo era dominado pelo grupo dos moderados. Desta forma, o movimento da abdicação transformou-se, para os exaltados, numa verdadeira "Journée des Dupes" (Jornada ou Dia dos Logrados), pois não conseguiram chegar ao poder, além de verem suas propostas esquecidas, apesar de terem participado ativamente para a deposição de D. Pedro I. Perceberam, portanto, que tinham lutado pelos outros. Assim, são três as tendências políticas em jogo no cenário político

brasileiro a partir de 1831: os restauradores, ou caramurus; os liberais moderados, ou chimangos; e os liberais exaltados, ou farroupilhas.

Em meio a esse quadro de agitações políticas era necessário organizar o novo Governo, já que a Constituição do Império estabelecia que, no caso de abdicação do imperador, o Governo brasileiro seria exercido por um conselho de três regentes, eleitos pelo Legislativo, enquanto D. Pedro de Alcântara, o príncipe herdeiro, não atingisse a maioria. Desse modo, cumprindo o preceito constitucional, teve início o Governo das Regências, que passou por três etapas.

O período regencial se inicia em 17 de julho de 1831, cerca de dois meses após a abdicação de Dom Pedro I. Segundo a constituição de 1824, caso um monarca não pudesse assumir, deveria ser formada uma regência composta por três pessoas, a chamada Regência Trina. O que impossibilitava a ascensão de Dom Pedro II ao trono do Brasil era a idade. Ele tinha apenas 5 anos em 1831.

### **Regência Trina Provisória (1831)**

Como no dia da abdicação de D. Pedro I, o Parlamento brasileiro encontrava-se em férias, não havia no Rio de Janeiro número suficiente de deputados e senadores que pudesse eleger os três regentes. Os poucos parlamentares que se encontravam na cidade elegeram, em caráter de emergência, a 17 de julho daquele ano, a chamada Regência Trina Provisória, formada para conter as revoltas que vinham ocorrendo desde que Dom Pedro I abdicou ao trono do Brasil, além de organizar a eleição da Regência Trina Permanente.

Essa regência, que governou o país por aproximadamente três meses, era composta pelos senadores Nicolau de Campos Vergueiro e José Joaquim de Campos (Marquês de Caravelas) e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do Duque de Caxias. As três grandes correntes políticas do Brasil Imperial estavam assim representadas: os liberais, representados pelo Senador Campos Vergueiro, os conservadores, por Carneiro de Campos, e os militares, pelo General Francisco de Lima e Silva, que ficaria conhecido como "Chico Regência".

Apesar de manter as estruturas políticas do Império autoritário, mantendo inalterada a Constituição de 1824, a Regência Provisória tinha um caráter liberal e antiabsolutista. Era o início do chamado avanço liberal, que durou até 1837, quando os grupos políticos das províncias alcançaram um maior grau de autonomia.

A Regência Provisória, por ter entrado no poder em caráter extraordinário e, como o próprio nome pedia, provisório, não fizeram profundas mudanças na sociedade e na instituição. Entre outras medidas tomadas pela Regência Provisória destacam-se:

- Reintegração do Ministério dos Brasileiros, demitido por D. Pedro I em Abril de 1831, após a Noite das Garrafadas;
- Promulgação da Lei Regencial, que restringia as atribuições do Poder Moderador, que temporariamente seria exercido pelos regentes, vetando-lhes o direito de dissolver a Câmara dos Deputados; decreto da suspensão das garantias constitucionais e concessão de títulos de nobreza e condecorações;
- Anistia aos presos políticos para abafar a agitação política;
- Proibição dos ajuntamentos noturnos em praça pública, tornando inafiançáveis os crimes em que ocorresse prisão em flagrante.

Nesse momento, a rivalidade entre brasileiros e portugueses se aprofundava. No final de Abril, as manifestações antilusitanas se acirraram, devido à inflamada sensação de nacionalismo e liberdade contra o jugo português. Estabelecimentos comerciais portugueses eram atacados e saqueados, funcionários públicos eram removidos de seus cargos, e a população movia verdadeiros confrontos contra os portugueses que permaneceram no Brasil.

### **A Regência Trina Permanente (1831-1834)**

Uma vez instalada a Assembleia Geral, foi eleita em 20 de junho de 1831 a Regência Trina Permanente, que ficou composta pelos deputados José da Costa Carvalho, político do sul do país, João Bráulio Muniz, do norte, e novamente pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Tal composição representava, por um lado, uma tentativa de equilíbrio entre as forças do norte e do sul do país; por outro lado, a permanência do general Francisco de Lima e Silva, era a garantia do controle da situação e da manutenção da ordem pública.

Característica importante dessa Regência era sua composição por deputados, ao contrário da anterior, formada por senadores. A Câmara dos Deputados simbolizava a defesa da liberdade, e era representativa dos interesses do grupo dos moderados. A Câmara tornou-se um centro de pressão em favor das mudanças constitucionais, em contraste com o Senado, que simbolizava a oposição às reformas e era considerado pelos moderados um "ninho de restauradores".

Porém, a grande força política deste período não foram os regentes, mas sim, o Padre Diogo Feijó, Ministro da Justiça, cargo que assumiu sob a condição de que lhe garantissem grande autonomia de ação. Feijó teve carta branca para castigar os

desordeiros e os delinquentes, o direito de exonerar e responsabilizar os funcionários públicos negligentes ou prevaricadores e a possibilidade de manter um jornal sob sua responsabilidade direta. Feijó teve atuação enérgica na repressão às agitações populares e aos levantes militares que ocorreram na capital e em diversos pontos do país nesse período.

Para garantir a integridade territorial e a defesa da ordem pública criou, em 18 de agosto de 1831, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, no Rio de Janeiro, e a Guarda Nacional na Corte e em todas as províncias. Segundo o historiador Boris Fausto, em relação a esta última

**(...) A ideia consistia em organizar um corpo armado de cidadãos confiáveis, capas de reduzir tanto os excessos do governo centralizado como as ameaças das "classes perigosas". Na prática, a nova instituição ficou incumbida de manter a ordem no município onde fosse formada. Foi chamada, em casos especiais, a enfrentar rebeliões fora do município e a proteger as fronteiras do país, sob o comando do Exército. Compunham obrigatoriamente a Guarda Nacional, como regra geral, todos os cidadãos com direito de voto nas eleições primárias que tivessem entre 21 e 60 anos. O alistamento obrigatório para a Guarda Nacional desfalcou os quadros do Exército, pois quem pertencesse à primeira ficava dispensado de servir no segundo. Até 1850, os oficiais inferiores da Guarda Nacional eram eleitos pelos integrantes da corporação, eleição presidida pelo juiz de paz. A realidade nacional e as necessidades de estabelecer uma hierarquia se sobrepuseram ao princípio eletivo. As eleições foram se tornando letra morta e desapareceram antes mesmo que a lei fosse mudada.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997. p. 164)

Órgãos subordinados ao Ministério da Justiça constituíram-se na principal força armada do Império. Acabou por concentrar os poderes nacionais em suas mãos, até outorgar, em 1834, o Ato Adicional, que mudava a constituição de 1824, criando a Regência Una.

## **II. O Ato Adicional De 1834**

O Ato Adicional foi talvez a experiência mais democrática ocorrida durante o Império, considerada como uma espécie de "experiência republicana" do Império que usou elementos da Constituição dos Estados Unidos.

O regente uno passou a ser eleito por voto censitário, com mandato temporário (quatro anos). A eleição e a alternância do chefe do poder executivo permitiram, entre 1835 e 1840, uma experiência considerada republicana e presidencialista no Brasil. O mesmo Ato Adicional criou as Assembleias Legislativas Provinciais, compostas por deputados eleitos — também por voto censitário — e com poder deliberativo no campo civil, judiciário, eclesiástico, educacional, policial, econômico e tributário. Dessa forma, as províncias ganharam uma relativa autonomia legislativa.

Segundo o historiador Boris Fausto, o Ato Adicional de 1834:

**(...) determinou que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência. Suprimiu também o Conselho de Estado. Os presidentes de província continuaram a ser designados pelo governo central, mas criaram-se Assembleias Provinciais com maiores poderes, em substituição aos antigos Conselhos Gerais.**

**Além disso, legislou-se sobre a repartição das rendas entre o governo central, as províncias e os municípios. Atribuiu-se às Assembleias Provinciais competência para fixar as despesas municipais e das províncias e para lançar os impostos necessários ao atendimento dessas despesas, contanto que não prejudicassem as rendas a serem arrecadadas pelo governo central. Essa fórmula vaga, de repartição de impostos permitiu às províncias a obtenção de recursos próprios, à custa do enfraquecimento do governo central. Uma das atribuições mais importantes dadas às Assembleias Provinciais foi a de nomear e demitir funcionários públicos. Desse modo, colocava-se nas mãos dos políticos regionais uma arma significativa, tanto para obter votos em troca de favores como para perseguir inimigos.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997. p. 164)

Portanto, a "experiência republicana", além de presidencialista, teve um aspecto federalista (que se constituem em elementos fundamentais do regime político dos EUA).

O ato também criaria o Município Neutro do Rio de Janeiro.

## A Regência Una do Padre Diogo Antônio Feijó

Conforme estipulado pelo Ato Adicional, realizou-se, a 7 de abril de 1835, a eleição para o cargo de Regente Único. Duas candidaturas destacaram-se logo de início, sendo ambos os candidatos do Partido Moderado: o paulista Diogo Antônio Feijó, apoiado pelas forças políticas do sul e, também, pela Sociedade Defensora do Rio de Janeiro; e o pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, cuja família era dona de cerca de um terço dos engenhos de açúcar de Pernambuco, legítimo representante da aristocracia nordestina. Feijó venceu por pequena diferença de votos (600), dos cerca de cinco mil eleitores do país que, nessa época, tinha aproximadamente cinco milhões de habitantes. Segundo a Constituição Outorgada de 1824, os eleitores - cidadãos ativos - eram aqueles que votavam e podiam ser votados. O regente tomou posse no dia 12 de outubro de 1835, enfrentando oposição até dentro do próprio Partido e uma grave situação de agitação no país. Notícias das províncias falavam de revoltas nos "sertões" do extremo-norte: a Cabanagem no Grão-Pará; a dos escravos Malês, na Bahia; e no extremo-sul, a Farrroupilha.

Tentando reverter o quadro político desfavorável, Feijó e seus companheiros criam um novo partido, denominado Progressista. Contra ele logo se ergueu um grupo chamado Regressista - porque queria o retorno à situação anterior ao Ato Adicional, ou seja, às condições políticas e institucionais anteriores às medidas descentralizadoras. Este partido dará origem, ao Partido Conservador, enquanto que os partidários do regente darão origem ao Partido Liberal.

Feijó provocou toda a fúria que uma pessoa poderia mostrar diante de tal situação e provocou a ira da aristocracia agrária ao manifestar-se publicamente em apoio à abolição da escravatura. Dizia ser uma "vergonhosa contradição com os princípios liberais que professamos; conservar homens escravos". Chegou a enviar uma missão a Londres para tratar com o Governo inglês medidas de repressão ao tráfico negreiro. Essa atitude aumentou o temor dos proprietários rurais, que passaram a assumir posições cada vez mais conservadoras. Desentendeu-se também com a imprensa, que o atacava constantemente, e por isso assinou um decreto, em março de 1838, limitando sua liberdade. O autoritarismo do regente fazia aumentar a cada dia seu grupo de opositores, presente também na Câmara e no Senado. Feijó teve sua atuação bastante limitada, sendo responsabilizado pelas revoltas sociais que se espalhavam por todo o país. Sentindo-se acuado e sem respaldo político, renunciou em 19 de setembro de 1837.

Esse primeiro momento das Regências (1831 - 1836) é caracterizado pela instabilidade política, mas, sobretudo, pelos projetos de liberdade e democracia. É o momento do Avanço Liberal, baseado no princípio da liberdade, que irá se contrapor ao segundo momento, o do Regresso Conservador, baseado no princípio da autoridade, a partir de 1836, que virá com a posição centralizadora.

Feijó tinha consciência da ameaça que os grupos de oposição ao Governo representavam, especialmente, o dos restauradores que, ao contrário dos exaltados, detinham uma parcela do poder, pois reuniam as forças conservadoras do Senado, além de deterem a tutela do príncipe herdeiro e de suas irmãs. Assim, tentou tirá-los do poder. Procurou, inicialmente, que a Câmara destituisse José Bonifácio do cargo de tutor, mas o Senado colocou-se contra. Tentou, então, converter a Câmara numa Assembleia Geral para que votasse as medidas que pleiteava, mas não obteve o apoio necessário dos deputados. Sentindo-se desprestigiado e sem apoio político, acabou renunciando, em junho de 1832, ao cargo de Ministro da Justiça.

A queda de Feijó significou uma vitória dos restauradores, que iniciaram um movimento pelo retorno de D. Pedro I. Por meio de seu jornal - "O Caramuru"- pregavam abertamente tal proposta. Os moderados, temendo essa possibilidade, resolveram reagir e conseguiram acabar com a Sociedade Militar, desestabilizando o Partido Restaurador. José Bonifácio foi destituído do cargo de tutor e preso em dezembro de 1833, sendo substituído pelo marquês de Itanhaém. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, o Partido Restaurador perdeu sua razão de existir. Nesse momento, também, vão se tornar mais explícitas as divergências dentro do Partido Moderado.

## A Regência de Araújo Lima

Após a queda do Padre Feijó, o Ministro da Justiça, o pernambucano Pedro de Araújo Lima, assumiria interinamente, nomeando um novo gabinete composto por políticos regressistas, que ficou conhecido como Ministério das Capacidades pela fama de que gozavam os seus componentes. Nesse Ministério sobressaía Bernardo Pereira de Vasconcelos na pasta do Império e da Justiça. Em abril de 1838 ocorreu a segunda eleição para Regente único, lançando-se Araújo Lima como candidato, enfrentando o "progressista" Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Araújo Lima foi eleito com grande maioria dos votos e assim, instalaram-se os regressistas no centro do poder.

O núcleo do partido Regressista era a oligarquia fluminense, liderada por Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde de Uruguai, e Eusébio de Queirós. Esses homens, conhecidos como a "trindade saquarema", conseguiram estender, também, sua influência política à vizinha Província de São Paulo - graças ao apoio de José da Costa Carvalho, que integrara a Regência Trina Permanente. Para os regressistas o importante era restaurar a autoridade do Estado, fortalecer o Executivo e eliminar a anarquia e a desordem que se espalhavam pelo país, que consideravam fruto do princípio democrático predominante nos primeiros tempos da Regência. Nesse momento mais uma revolta estourava no país, a Sabinada, dessa vez na Província da Bahia, em 1837.

O homem forte deste período foi o Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que colocou abaixo o Ato Adicional, recuperando a centralização imperial. Foi ele, um dos articuladores do Golpe da Maioridade, que em 1840, conduziria ao trono o Imperador Dom Pedro II, então com quinze anos de idade. O golpe daria fim a nove anos de regência, e inauguraria o Segundo Reinado.

Em abril de 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos, em discurso na Câmara dos Deputados, comunica sua mudança de posição política. "Fui liberal... Sou regressista.", justificava pelo contexto político da época. Para ele e seu grupo, a situação no país estava à beira do caos, a anarquia ameaçando a liberdade. Focos de rebelião explodiam nas ruas, nos sertões e nas senzalas ameaçando a segurança e a liberdade da nação. Em dezembro desse ano mais uma revolta eclodia, dessa vez no Maranhão, chamada Balaiada. Era urgente que se fortalecesse a autoridade do Estado, que fosse detido o "carro da revolução", para que a "boa sociedade" pudesse gerir e expandir seus negócios, além de preservar sua posição social e sua liberdade de ação. Para tal, era indispensável que os assuntos do país fossem conduzidos por governantes competentes e bons administradores. Para eles, os regressistas, que ganhavam mais espaço político à medida que seus opositores ficavam enfraquecidos, o importante era restaurar a ordem, a organização, a segurança pública e privada.

Toda essa discussão em torno da necessidade do restabelecimento de leis centralizadoras vai gerar um movimento, liderado pelos regressistas, para a reformulação do Ato Adicional, a que chamavam de "carta da anarquia", e do Código do Processo Criminal, considerados ambos responsáveis pelo caos social. Pretendiam também o restabelecimento do exercício do Poder Moderador. Segundo Bernardo Pereira de Vasconcelos, as leis liberais, sobretudo a descentralização, tinham ido longe demais e estavam ameaçando a estabilidade do Governo e a integridade do Império.

Entretanto, as resistências em relação às mudanças fizeram com que essas discussões durassem quase três anos, a ponto de que somente em maio de 1840 se deu a aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional e a reforma do Código do Processo Criminal só foi ser aprovada em dezembro de 1841. Por essa reforma os juízes de paz perdiam a função de polícia, que passava aos juízes municipais e aos delegados nomeados pelo próprio poder central. Nesse momento procuram-se resgatar os espaços formais de discussão política, como o Parlamento e o Palácio de São Cristóvão, em vez das ruas e das praças. O Estado vai se legitimando, assim, como o espaço privilegiado dos "negócios políticos".

### **III. As Revoltas Regenciais**

#### **Rebeliões do Período Regencial**

Várias rebeliões marcaram o período regencial. Essas revoltas tinham como causas comuns:

- péssimas condições de vida da população mais pobre;
- a falta de autonomia das províncias, devido à centralização do governo imperial;
- o excesso de impostos, cobrados pelo governo central;
- a luta pelo poder entre partidos e grupos políticos.

Contudo, há que se ressaltar o fato de que, durante a Regência, algumas das mencionadas causas das revoltas regenciais enfraqueceram-se. As reformas descentralizadoras, promovidas pelas elites liberais no poder, reduziram de forma significativa as atribuições do poder central. No entanto, o grau de autonomia proporcionado às províncias, não foi suficiente para refrear os movimentos revoltosos. Conforme demonstra o historiador Boris Fausto.

**Quando se sabe que muitas das antigas queixas das províncias se voltavam contra a centralização monárquica, pode parecer estranho o surgimento de tantas revoltas nesse período. Afinal de contas, a Regência procurou dar alguma autonomia às Assembleias Provinciais e organizar a distribuição de rendas entre o governo central e as províncias. Ocorre porém que, agindo nesse sentido, os regentes acabaram incentivando as disputas entre elites regionais pelo controle das províncias cuja importância crescia. Além disso, o governo perdera a aura de legitimidade que, bem ou mal, tivera enquanto um imperador esteve no trono. Algumas indicações equivocadas para presidente de províncias fizeram o resto.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997. p. 165)

#### **A Cabanagem**

A Cabanagem (1835-1840) foi uma revolta de cunho social ocorrida na então Província do Grão-Pará, no norte Brasil.

Entre as causas dessa revolta citam-se a extrema miséria do povo paraense e a irrelevância política à qual a província foi relegada após a independência do Brasil.

Segundo o historiador Boris Fausto.

**A Cabanagem explodiu no Pará, região frouxamente ligada ao Rio de Janeiro. A estrutura social não tinha aí a estabilidade de outras províncias, nem havia uma classe de proprietários rurais bem**

**estabelecida. Era um mundo de índios, mestiços, trabalhadores escravos ou dependentes e uma minoria branca, formada por comerciantes portugueses e uns poucos ingleses e franceses. Essa minoria se concentrava em Belém, uma pequena cidade de 12 mil habitantes. Por aí escoava a modesta produção de tabaco, cacau, borracha e arroz. Uma contenda entre grupos da elite local, sobre a nomeação do presidente da província, abriu caminho para a rebelião popular. Foi proclamada a independência do Pará. Uma tropa cuja base se compunha de negros, mestiços e índios atacou Belém e conquistou a cidade, após vários dias de luta. A partir daí, a revolta se estendeu ao interior da província.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997. p. 166)

A denominação Cabanagem remete ao tipo de habitação (cabanas) da população ribeirinha mais pobre, formada principalmente por mestiços, escravos libertos e índios. A elite fazendeira do Grão-Pará, embora morasse muito melhor, ressentia-se da falta de participação nas decisões do governo central, dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste.

Durante a Independência, o Grão-Pará se mobilizou para expulsar as forças reacionárias que pretendiam reintegrar o Brasil a Portugal. Nessa luta, que se arrastou por vários anos, destacaram-se as figuras do cônego e jornalista João Batista Gonçalves Campos, dos irmãos Vinagre e do fazendeiro Félix Antônio Clemente Malcher. Formaram-se diversos mocambos de escravos foragidos e eram frequentes as rebeliões militares. Terminada a luta pela independência e instalado o governo provincial, os líderes locais foram marginalizados do poder.

Em julho de 1831 estourou uma rebelião na guarnição militar de Belém do Pará, tendo Batista Campos sido preso como uma das lideranças implicadas. A indignação do povo cresceu, e em 1833 já se falava em criar uma federação. O governador da Província, Bernardo Lobo de Souza, desencadeou uma política repressora, na tentativa de conter os inconformados. O clímax foi atingido em 1834, quando Batista Campos publicou uma carta do bispo do Pará, Romualdo de Sousa Coelho, criticando alguns políticos da província. Por não ter sido autorizada pelo governo da Província, o cônego foi perseguido, refugiando-se na fazenda de seu amigo Clemente Malcher. Reunindo-se aos irmãos Vinagre (Manuel, Francisco Pedro e Antônio) e ao seringueiro e jornalista Eduardo Angelim reuniram um contingente de rebeldes na fazenda de Malcher. Antes de serem atacados por tropas governistas, abandonaram a fazenda. Contudo, no dia 3 de novembro, as tropas conseguiram matar Manuel Vinagre e prender Malcher e outros rebeldes.

Na noite de 6 de janeiro de 1835 os rebeldes atacaram e conquistaram a cidade de Belém, assassinando o presidente Sousa Lobo e o Comandante das Armas, e apoderando-se de uma grande quantidade de material bélico. No dia 7, Clemente Malcher foi libertado e escolhido como presidente da Província e Francisco Vinagre para Comandante das Armas. O governo cabano não durou por muito tempo, pois enquanto Malcher, com o apoio das classes dominantes pretendia manter a província unida ao Império do Brasil, Francisco Vinagre, Eduardo Angelim e os cabanos pretendiam separá-la. O rompimento aconteceu quando Malcher mandou prender Angelim. As tropas dos dois lados entraram em conflito, saindo vitoriosas as de Francisco Vinagre. Clemente Malcher, assassinado, teve o seu cadáver arrastado pelas ruas de Belém.

**Figura 36: Belém do Pará, primeira metade do século XIX**



Atlas de Spix e Martius.

Agora na presidência e no Comando das Armas da Província, Francisco Vinagre não se manteve fiel aos cabanos. Se não fosse a intervenção de seu irmão Antônio, teria entregue o governo ao poder imperial, na pessoa do marechal Manuel Jorge Rodrigues (julho de 1835). Devido à sua fraqueza e ao reforço de uma esquadra comandada pelo almirante inglês Taylor, os cabanos foram derrotados e se retiraram para o interior. Reorganizando suas forças, os cabanos atacaram Belém, em 14 de agosto. Após nove dias de batalha, mesmo com a morte de Antônio Vinagre, os cabanos retomaram a capital.

Eduardo Angelim assumiu a presidência. Durante 10 meses, a elite se viu atemorizada pelo controle cabano sobre a Província do Grão-Pará. A falta de um projeto com medidas concretas para a consolidação do governo rebelde provocou seu enfraquecimento. Em março de 1836, o brigadeiro José de Sousa Soares Andréia foi nomeado para presidente da Província. A sua primeira providência foi a de atacar novamente a capital (abril de 1836), em função do que os cabanos resolveram abandonar a capital para resistir no interior.

As forças navais sob o comando de John Pascoe Grenfell bloquearam Belém e, no dia 10 de maio, Angelim deixou a Capital, sendo detido logo em seguida. Entretanto, ao contrário do que Soares Andréia imaginou, a resistência não terminou com a detenção de Eduardo Angelim. Durante três anos, os cabanos resistiram no interior da província, mas aos poucos, foram sendo derrotados. Ela só cederia com a decretação de anistia aos revoltosos (1839). Em 1840 o último foco rebelde, sob liderança de Gonçalo Jorge de Magalhães, se rendeu.

Calcula-se que de 30 a 40% de uma população estimada de 100 mil habitantes morreu. Em homenagem ao movimento Cabano, um monumento foi erguido na entrada da cidade de Belém: o Monumento à Cabanagem.

## **A Sabinada**

A Sabinada foi uma revolta autonomista que teve início em 7 de novembro de 1837 na então Província da Bahia.

A tradição de lutas por autonomia política na Bahia remonta à Conjuração Baiana (1798), às lutas pela independência entre 1822-23, à Federação do Guanais (1832) e à Revolta dos Malês (1835). Durante o período regencial (1831-1840), diante da renúncia do Padre Diogo Antônio Feijó e da apresentação da Lei de Interpretação do Ato Adicional (1837), o clima político brasileiro se tornou mais tenso.

Nesse contexto, a classe média da Bahia se articulou através dos periódicos provinciais, em torno da proposta de um movimento em favor da separação temporária da Província do restante do império, proclamando uma república enquanto o príncipe D. Pedro de Alcântara não alcançasse a maioria.

Conforme o historiador Boris Fausto.

**(...) O movimento buscou um compromisso com relação aos escravos, dividindo-os entre nacionais – nascidos no Brasil – e estrangeiros – nascidos na África. Serem libertados os cativos nacionais que houvessem pegado em armas pela revolução; os demais continuariam escravizados.**

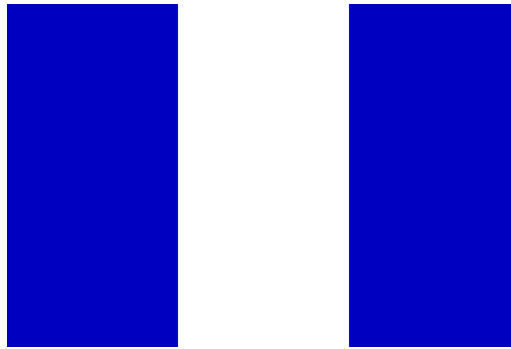
(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997. p. 166)

A revolta teve início com a fuga do líder Farroupilha, Bento Gonçalves, que se encontrava detido no Forte do Mar em Salvador. Livre, Bento Gonçalves incentivou a revolução.

As causas foram que a população da província estava insatisfeita com o governo central. O motivo era o fato de os regentes imporem governantes para Bahia sem se importar com os interesses e a vontade da população da província. Outro motivo, foi a chegada à Bahia, de boatos de que o governo central convocaria tropas Baianas para combater os Farroupilhas do Rio Grande do Sul.

Sob a liderança do médico Francisco Sabino da Rocha Vieira (da onde originou-se o termo Sabinada), a revolta conseguiu o apoio de parte das tropas do governo em Salvador, obrigando à fuga das autoridades e proclamando um governo republicano, com duração até à maioria de D. Pedro de Alcântara.

**Figura 37: Bandeira dos Sabinos**



Bandeira dos Sabinos. Desenhada por Lipe Fontoura.

Após dominar alguns quartéis, os rebeldes não conseguiram ampliar o seu campo de ação, ficando restritos aos limites urbanos. Esse fato facilitou a repressão por parte do governo imperial, que cercou a capital em uma operação combinada terrestre e marítima (março de 1838). Cerca de mil pessoas pereceram em combates. Os rebeldes que sobreviveram foram capturados e julgados por um tribunal composto pelos donos de latifúndios da província. Três dos líderes foram executados e outros três deportados, entre eles, Francisco Sabino Vieira, que foi confinado na, então remota, Província de Mato Grosso.

### **A Balaiada**

A Balaiada foi uma revolta de fundo social, ocorrida entre 1838 e 1841 no interior da então Província do Maranhão, no Brasil.

Durante o Período regencial brasileiro o Maranhão, região exportadora de algodão, passava por uma grave crise econômica, devido à concorrência com o gênero norte-americano. Em paralelo, a atividade pecuária absorvia importante contingente de mão de obra livre nessa região. Esses fatores explicam o envolvimento de elementos escravos e de homens livres de baixa renda no movimento.

Segundo o historiador Boris Fausto:

**A Balaiada maranhense começou a partir de uma série de disputas entre grupos da elite local. As rivalidades acabaram resultando em uma revolta popular. Ela se concentrou no sul do Maranhão, junto à fronteira do Piauí, uma área de pequenos produtores e de algodão e criadores de gado. À frente, do movimento, estavam o cafuzo Raimundo Gomes, envolvido na política local e Francisco dos Anjos Ferreira, de cujo ofício – fazer e vender balaios – derivou o nome da revolta. Ferreira aderiu à rebelião para vingar a honra de uma filha, violentada por um capitão de polícia. Paralelamente, surgiu um líder negro conhecido como Cosme – sem sobrenome pelo menos nos relatos históricos – à frente de 3 mil escravos fugidos.**

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 167)

No campo político ocorria uma disputa no seio da classe dominante pelo poder, que se refletia no Maranhão opondo, por um lado, os liberais (bem-te-vis) e os conservadores (cabanos). À época da Regência de Pedro de Araújo Lima, provocando o chamado regresso conservador, os cabanos maranhenses aproveitaram a oportunidade para alijar do poder os bem-te-vis, tentando, ao mesmo tempo, debilitar ainda mais estes últimos pela contratação dos serviços de vaqueiros, tradicional apoio dos bem-te-vis.

O evento que deu início à revolta foi a detenção do irmão do vaqueiro Raimundo Gomes, da fazenda do padre Inácio Mendes (bem-te-vi), por determinação do subprefeito da povoação de Manga, José Egito (cabano). Contestando a detenção do irmão, Raimundo Gomes com o apoio de um contingente da Guarda Nacional, invadiu o edifício da cadeia pública da povoação e libertou-o, em dezembro de 1838. Em seguida, Raimundo Gomes, com o apoio de Cosme Bento, ex-escravo à frente de três mil africanos evadidos, e de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, espalharam a revolta pelo interior do Maranhão.

Apesar das tentativas de manipulação por parte dos bem-te-vis, o movimento adquiriu feição própria, saindo de controle. Diante da proporção alcançada, envolvendo as camadas populares, as elites locais se aproximaram em busca de estratégias para derrotar os revoltosos. Diante desse esforço, o governo regencial enviou tropas sob o comando do então Coronel Luís Alves de Lima e Silva, nomeado Presidente da Província. Conjugando a pacificação política com uma bem-sucedida ofensiva militar, em uma sucessão de confrontos vitoriosos obtida pela concessão de anistia aos chefes revoltosos que auxiliassem a repressão aos rebelados, obteve a pacificação da Província em 1841.

Os líderes balaios - ou foram mortos em batalha ou capturados. Destes últimos, alguns foram julgados e executados, como Cosme Bento, por enforcamento. Pela sua atuação na Província do Maranhão, Lima e Silva recebeu o título de Barão de Caxias.



## A Revolução Farroupilha

A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha são os nomes pelos quais ficou conhecido o conflito entre os republicanos do Rio Grande do Sul e o governo Imperial, e que resultou na declaração de independência do Rio Grande do Sul, dando origem à República Rio-Grandense. Sua duração foi de 1835 a 1845 e, para além da então Província do Rio Grande do Sul, chegou a alcançar a região de Santa Catarina, na região sul do Brasil. Teve como líderes: Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves.

Os revoltosos foram alcunhados pejorativamente de Farrapos ou Farroupilhas. O termo, com o tempo, adquiriu uma significação elogiosa, sendo adotado com orgulho pelos revolucionários, de forma semelhante à que ocorreu com os sans-cullotes à época da Revolução Francesa. Seus oponentes imperiais eram por eles, chamados de Caramurus.

**Figura 38: Cena da Guerra dos Farrapos.**



Reprodução parcial de óleo do acervo da prefeitura de São Paulo. José Wasth Rodrigues.

As causas remotas do conflito encontram-se na posição secundária, econômica e política, que a região sul, e em particular a Província do Rio Grande do Sul, ocupava nos anos que se sucederam à Independência. Diferentemente das províncias do sudeste e do nordeste, cuja produção de gêneros primários se voltava para o mercado externo, a do Rio Grande do Sul produzia para o mercado interno, tendo como principal produto o charque, utilizado na alimentação dos escravos africanos. A região sul, desse modo, encontrava-se dependente de um mercado que por sua vez dependia do mercado externo e sofria as consequências disso.

Como causa imediata, o charque rio-grandense era tributado mais pesadamente do que o similar oriundo da Argentina e do Uruguai, perdendo assim competitividade no mercado interno em função dos preços.

No interior da Província, existiam fazendas agrícolas cuja produção também era destinada ao consumo interno. Ali, muitos colonos se estabeleciam e, entre eles, militares desmobilizados. Alguns desses colonos não conseguiam adquirir terras para formar as próprias fazendas e acabavam formando bandos armados que se ofereciam aos proprietários mais afastados.

Há que se considerar, ainda, que o Rio Grande do Sul, como região fronteira à região platina, era militarizado desde o século XVII, citando-se a então ainda recente Guerra da Cisplatina. Embora vários rio-grandenses tenham se distinguido na carreira militar, não havia uma contrapartida política, sendo as posições de comando, civis e militares, ocupadas por elementos oriundos da Corte.

Também é preciso citar o conflito ideológico presente no Rio Grande do Sul a partir da criação da Sociedade Militar, um clube com simpatia pelo Império e até mesmo suspeito de simpatizar com a restauração de D. Pedro I. Os estancieros rio-grandenses não viam com bons olhos a Sociedade Militar e pediam que o governo provincial a colocasse na ilegalidade.

Ao chegar o ano de 1835 os ânimos políticos estavam exaltados. Estancieros liberais e militares descontentes promoviam reuniões em casas de particulares, destacando-se as figuras de Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves, dois líderes militares.

Naquele ano foi nomeado como presidente da Província Antônio Rodrigues Fernandes Braga, nome que, se inicialmente agradou aos liberais, aos poucos se mostrou pouco digno de confiança. No dia em que tomou posse, Fernandes Braga fez uma séria acusação de separatismo contra os estancieros rio-grandenses, chegando a citar nomes, o que praticamente liquidou as chances de conviver em paz com os seus governados. Em 1840, por ocasião do Golpe da Maioridade que colocou Pedro II no trono, foi oferecida uma anistia, recusada pela maioria dos rebeldes. Alguns, contudo, exaustos pelos anos de luta, começaram a compreender que não poderiam alcançar a vitória. Em 1842 foi finalmente promulgada a Constituição da República, o que deu um ânimo, momentâneo, à luta. Nesse mesmo ano, entretanto, foi nomeado para presidente do Rio Grande do Sul o general Luís Alves de Lima e Silva, o qual tratou de negociar a paz por via diplomática.

Os farroupilhas entraram em discordância, com episódios como a morte de Antônio Vicente da Fontoura e o duelo entre Onofre Pires (ferido e depois morto) e Bento Gonçalves.

As negociações de paz foram conduzidas por Lima e Silva, de um lado, e Davi Canabarro (que substituiu Bento Gonçalves), do outro. No dia 28 de fevereiro de 1845 (algumas fontes mencionam 1º de março ou 25 de Fevereiro), depois de 10 anos de lutas, foi assinada a paz em Ponche Verde, que tinha como condições principais:

- a anistia aos revoltosos;
- os soldados rebeldes seriam incorporados ao exército imperial, nos mesmos postos (excetuando-se os generais);
- a escolha do presidente da Província caberia aos farroupilhas;
- as dívidas da República Rio-Grandense seriam assumidas pelo Império do Brasil;
- haveria uma taxa de 25% sobre o charque importado.

A atuação de Lima e Silva foi tão nobre e decente para com os rebeldes que os rio-grandenses o escolheram para presidente da província. O Império, reconhecido, outorgou ao general o título nobiliárquico de Conde de Caxias (1845).

Segundo o historiador Boris Fausto.

**Há controvérsias entre os historiadores sobre se os farrapos desejavam ou não separar-se do Brasil, formando um novo país com o Uruguai e as províncias do Prata. Seja como for, um ponto comum entre os rebeldes era o de fazer do Rio Grande do Sul, uma província pelo menos uma província autônoma, com rendas próprias, livre da centralização do poder imposta pelo Rio de Janeiro.**

**A revolução farroupilha forçou o Brasil a realizar uma política externa na região platina, bem diferente da tradicional. Durante anos, o Brasil seria forçado a não ter uma política agressiva na bacia do prata e a buscar acordos com Buenos Aires, para ocupar-se de uma revolução no interior de suas fronteiras.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997. p. 170)

### 3. SEGUNDO REINADO

#### I. A Consolidação Da Ordem Interna: O Fim Das Rebeliões, Os Partidos

##### A consolidação da ordem interna

O Segundo Reinado, na História do Brasil, foi um período que se iniciou a 23 de julho de 1840, com a declaração de maioridade de D. Pedro II, e teve o seu término em 15 de Novembro de 1889, quando o Império do Brasil foi derrubado pela Proclamação da República. Compreende 49 anos de duração. O Segundo Reinado foi uma época de grande progresso cultural e industrial. O regime monárquico consolidou-se com a ascensão de D. Pedro II, que foi o eixo desse período. O prestígio internacional que o Brasil alcançou nessa época, e seu progressivo desenvolvimento social e econômico, justificam-se em grande parte pela firmeza com que D. Pedro II conduziu os destinos de nosso país. Quando de sua maioridade, em 1840, ele cuidou de um governo de aproximadamente cinquenta anos de aparente paz interna, onde o Brasil ganhou influência sobre a América do Sul - especialmente na região da Bacia Platina. Por outro lado, a situação social do Brasil não obteve muitos avanços, assim tendo um acúmulo da pobreza e do analfabetismo.

**Figura 39: Estudo para a sacração de Dom Pedro II.**



Produzido por volta de 1840 por Manuel de Araújo.

Ainda vigorava a Revolução Farroupilha no sul do Brasil quando D. Pedro II assumiu o trono. A Revolução tomava proporções assustadoras, e estava próxima de conseguir a sua independência do resto do país, como a província Cisplatina. A fim de impedir este acontecimento, Pedro II nomeou como Comandante-chefe do Exército, o barão de Caxias - que, anteriormente, havia sufocado as revoltas em Minas e em São Paulo. Além da liderança no Exército, o barão foi agraciado com o título de Presidente da província do Rio Grande do Sul.

Mesmo tendo a liberdade de agir com violência contra os gaúchos, o barão de Caxias usou da diplomacia, negociando com líderes e fazendo manifestos patrióticos aos insurretos. Por várias vezes, mencionava que o inimigo dos gaúchos não era Pedro II e os brasileiros, mas sim, Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas, presidentes respectivos do Uruguai e da Argentina. Estes buscavam a união das duas repúblicas, o que criaria um estado muito poderoso na Prata.

As negociações e as revoltas vieram ao fim em 1845, quando da assinatura do Tratado de Poncho Verde. O barão de Caxias foi nomeado "Pacificador do Brasil" e recebeu o título de Conde.

A consolidação da monarquia brasileira durante o período 1840-1850 relacionou-se à três pilares principais.

O fim das rebeliões de caráter separatista é um deles. A última rebelião separatista no Brasil ocorrera no ano de 1848 em Pernambuco.

A economia cafeeira representou outro pilar para consolidação do estado nacional brasileiro. Na medida em que as plantações avançavam rumo a região de São Paulo o governo central conseguia relativa organização financeira graças aos impostos recolhidos diante do constante aumento das exportações do café.

O "Parlamentarismo às avessas" por sua vez trouxe a estabilidade política necessária para a condução e gestão do estado. O sistema foi implantado no Brasil no ano de 1847 a partir da criação de um cargo muito parecido com o do primeiro-ministro do sistema parlamentarista clássico - no Brasil se chamava Presidente do Conselho de Ministros. Durante o Segundo Reinado houve 36 gabinetes diferentes. A grande alternância de gabinetes demonstra que os principais partidos políticos da época tinham a oportunidade de se revezarem no poder ao mesmo tempo em que a figura do monarca era preservada diante de desgastes políticos e de certa forma diante da opinião pública.

## **II. Centralização X Descentralização**

Em 1847, o Imperador criou o Conselho de Ministros, órgão que aconselharia o Imperador a dirigir o Brasil, espelhado no parlamentarismo britânico. Naquele mesmo ano, também foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro), que seria o chefe do ministério, encarregado de organizar o Gabinete do Governo. Assim, o Imperador, em vez de nomear todos os ministros, passou a nomear somente o Presidente do Conselho, e este escolhia os demais membros do Ministério, retirando um elemento de desgaste político do imperador, sem que este tivesse diminuída sua autoridade.

Segundo o historiador Ronaldo Vainfas.

**Considera-se que o sistema parlamentarista tenha sido implementado no Brasil Imperial em 1847, a partir do decreto de criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros (ou gabinete), indicado pessoalmente pelo imperador. Inspirado no sistema parlamentarista inglês, no qual o Poder Executivo é exercido pelo primeiro-ministro, escolhido e apoiado pelo Parlamento, no parlamentarismo brasileiro instaurado no século XIX, o Poder Legislativo, em vez de nomear o Executivo, subordinava-se a ele e ao Poder Moderador. Na prática, o imperador poderia acionar o Poder Moderador para manter seus ministros, dissolvendo a Câmara e convocando novas eleições. Como as eleições eram viciadas, por causa da interferência do governo, este sempre saía vitorioso.**

**Ronaldo Vainfas (direção). Dicionário do Brasil imperial (1822–1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 563 (com adaptações).**

Assim, o fato do Poder Moderador – de uso exclusivo do Imperador – indicar o Presidente do Conselho de Ministros, bem como impor ao parlamento a subordinação ao executivo; fez com que o modelo parlamentar adotado no Brasil subvertesse o sentido do parlamentarismo britânico, ficando conhecido pela expressão "Parlamentarismo às avessas".

Na Inglaterra, a Coroa, baseada na maioria do Parlamento e em quem eles aconselham, escolhe o primeiro-ministro. Após isso o Parlamento aprova ou não a decisão da Coroa. Ele será o chefe de governo do país, dirigindo e administrando a Inglaterra. Como o primeiro-ministro é um eleito do Parlamento, ele deve prestar contas de suas ações ao órgão que, se quiser, poderá destituí-lo de seu cargo, convocando outro.

No Brasil, o Imperador era o poder máximo, acumulando funções de chefe de estado e de governo, até a década de 1840, quando D. Pedro II decretou que o Imperador não possuía mais os dois Poderes, e sim apenas o Moderador. Ele escolhia quem seria seu presidente do Conselho de Ministros (equivalente ao primeiro-ministro). Este escolhia, por sua vez, indicava os membros do Conselho de Estado, que por fim, recebia ou não a aprovação do Parlamento. O que aconteceu muito no Brasil e no resto do mundo foi que o Parlamento muitas vezes não aprovava a decisão do Chefe de Estado, e este se via obrigado a

dissolver o Parlamento (tanto em Monarquias Parlamentaristas como em Repúblicas Parlamentaristas da época. Espanha e França até chegaram a usar o exército para calar o povo na hora de dissolver o Parlamento). A Inglaterra foi uma exceção da época, pelo fato de ter surgido lá, de forma muito precoce, o modelo de Monarquia Constitucional (durante o século XVII).

Segundo o historiador Boris Fausto, a utilização do Parlamentarismo às avessas no Segundo Reinado, teve como grande consequência, o fato de que:

**(...) houve, em um governo de cinquenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com média de um ano e três meses de duração cada um. Aparentemente, havia uma grande instabilidade, mas de fato, não era bem isso o que ocorria. Na verdade, tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, o recurso às armas se tornou desnecessário.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p. 180)

Dom Pedro II conseguiu criar uma máquina eficiente para direção do Brasil, baseada na troca de favores. Como a elite agrária detinha o poder no Brasil do século XIX, Pedro II sempre governou aliando-se a eles, realizando favores (como construção de ferrovias, açudes, aquisição de maquinários) em troca da estabilidade que Pedro II necessitava para se manter no poder. Assim, Dom Pedro II conseguiu, nos primeiros anos de seu governo, lidar com um Brasil estável e, em certo ponto de vista, próspero.

Figura 40: D. Pedro II



D. Pedro II controlando o "carrossel político" em charge do período.

O Segundo Reinado seria caracterizado pela predominância de dois partidos políticos que se alternavam no poder. O partido liberal e o partido conservador.

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, tais partidos.

**(...) surgiram no período compreendido entre a crise da abdicação de D. Pedro I e a maioria de D. Pedro II. Os partidos liberal e conservador, formados no calor das lutas travadas nas duas primeiras décadas após a independência, eram também chamados de luzias e saquaremas. Os apelidos foram dados pelos respectivos adversários com a intenção de ironizar (...) Luzia era uma alusão ao insucesso dos liberais no levante revolucionário de 1842, quando foram derrotados em uma batalha na cidade de Santa Luzia, Minas Gerais. Chamando-os Luzias seus adversários pretendiam irritá-los e fazer troça, lembrando de um acontecimento desagradável. Os conservadores começaram a ser chamados de saquaremas após um fato ocorrido na cidade de mesmo nome, no Rio de Janeiro. Houve, ali um episódio de conflito entre as facções locais dos dois grupos, tendo os conservadores lançado mão da força para se fazer prevalecer frente aos liberais.**

(MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.28)

Em algumas regiões, destacava-se o predomínio de cada um dos grupos. Conforme o historiador Boris Fausto.

**(...) Uma distinção importante dizia respeito às bases regionais dos dois partidos. Enquanto os conservadores extraíam sua força maior da Bahia e Pernambuco, os liberais eram mais fortes em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A união entre burocratas, com destaque para os magistrados, e os grandes proprietários rurais fluminenses representou o coração da política centralizadora sustentada pelos conservadores.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p. 182)

Poucas diferenças, guardavam entre si, ambos os partidos. Havia por parte dos liberais, uma maior defesa da autonomia das províncias - que só poderia se consolidar com uma relativa descentralização do poder político no país. Os conservadores, por sua vez, eram considerados os defensores de um governo mais centralizado na figura do Imperador, sendo, nesse sentido, sua principal base de apoio político.

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta.

**Até o final do Império, a disputa descentralização versus centralização e a discussão sobre se o Estado deveria ter mais ou menos poder dominaram o debate político, opondo os partidos liberal e conservador. Só mais próximo do final do século, por volta das décadas de 1870/1880, é que outras questões começaram a empolgar a opinião pública e os políticos, principalmente os temas da abolição da escravidão e implantação da República. Mesmo então os dois partidos tradicionais continuaram dominando o cenário político, inclusive após a criação do partido republicano, em 1870.**

(MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.33)

#### **IV. Economia E Cultura Na Sociedade Imperial**

##### **Modernização: economia e cultura na sociedade imperial.**

Durante o Primeiro Reinado, a elite agrária do Brasil concentrava-se, sobretudo, no Nordeste (os barões da cana). Mas nessa mesma época, o café começava a ser introduzido na Baixada Fluminense e no Vale do Paraíba, expandindo-se durante o século XIX. O mercado consumidor internacional prosperava o que propiciará a aceitação do café brasileiro, notadamente na Europa e nos Estados Unidos. Assim, em alguns anos, uma nova elite começou a surgir no sudeste brasileiro. A elite cafeeira, que em pouco tempo, se tornava mais poderosa e rica do que a elite nordestina.

**Figura 41: Regiões de Produção de Café.**



Segundo o economista Celso Furtado.

**A economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. A proximidade da capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica (...) Mas não é o fato de terem controlado o governo o que singulariza os homens do café. É sim que tenham utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos (...)**

(FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.171-172)

O desenvolvimento do comércio internacional baseado na exportação do café deveu-se alguns fatores específicos. No contexto externo, destacam-se o crescimento da demanda internacional ao café brasileiro, fruto do aumento do padrão de vida da população norte-americana e europeia, o que estimulou o aumento dos níveis de consumo; a industrialização dos EUA e Europa, que necessitavam de matérias-primas para suas indústrias de transformação; o aperfeiçoamento técnico, o qual beneficiou o comércio internacional, tanto através de meios de transporte quanto na nova organização dos setores mercantil e financeiro. O final do século XIX proporcionou ao comércio internacional, através da afirmação constante do modelo liberal econômico, que grande parte dos países capitalistas ocidentais comercializasse entre si.

Internamente, o que mais favoreceu o crescimento econômico foi a solução do problema da mão-de-obra através da imigração europeia; a expansão do crédito, através de uma reforma bancária, que forneceu recursos para a formação de novas lavouras cafeeiras; e a expansão das redes ferroviárias em São Paulo, as quais reduziram o custo de transporte para os proprietários das novas lavouras, localizadas no interior paulista. A diversificação da economia estimulou a urbanização, já que toda a atividade comercial, induzida pela expansão do café, concentrava-se nas cidades portuárias.

Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa, o advento da estrada de ferro:

**(...) Fez nascer cidades e matou outras. Alguns dos núcleos promissores da fase anterior que ficaram à margem da rede ferroviária viram decair seu movimento, enquanto outros núcleos surgiram ao longo da ferrovia junto às estações. Facilitando as comunicações, a ferrovia permitiu aos fazendeiros transferirem suas residências para os centros mais importantes, reduzindo a importância dos núcleos interioranos e reforçando a concentração nas grandes cidades. O crescimento da cidade de São Paulo, no fim do século, liga-se em parte ao fato de se ter tornado em centro para onde convergiam as ferrovias (...) À medida que os fazendeiros se mudaram para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura. O processo foi favorecido pelo interesse que o capital estrangeiro teria nesse tipo de empreendimentos urbanizadores.**

(COSTA, Emília Viottia da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2007, p.257-258)

O café impulsionou uma indústria incipiente, ou seja, parte dos lucros gerados na produção de café era também usado na montagem de fábricas. Nessa mesma época, na Amazônia, iniciava-se a extração do látex para a produção de borracha, que viria a se consolidar e garantir, aos poucos, um significativo espaço no mercado internacional.

As transformações na estrutura produtiva brasileira permitiram o acúmulo de capitais proporcionados pelo comércio internacional do café, possibilitando investimentos dos lucros obtidos, com a comercialização no próprio setor produtivo, assim como, a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre e assalariado nas atividades produtivas, motivado, entre outros fatores, pelo fim do tráfico de escravos no oceano Atlântico e pela pressão internacional contrária à exploração escravista no Brasil. A utilização de mão-de-obra livre e assalariada, se deu a partir do incentivo à imigração europeia nas atividades produtivas do país, estimulado principalmente pelo estado brasileiro, o que estimulou o crescimento e desenvolvimento do mercado interno. Por outro lado, como nem todos os imigrantes europeus no Brasil se ocuparam com as lavouras de café, dedicando-se, também, às atividades comerciais, aos serviços e ao artesanato, houve espaço para o processo de urbanização da sociedade brasileira, sobretudo na região Sudeste, assim como a criação de bancos comerciais no país. Todos esses fatores, assim como os investimentos públicos imperiais em infraestrutura, principalmente em ferrovias e estradas na região Sudeste do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), foram determinantes para o surgimento das primeiras indústrias no país.

Conforme demonstrou a historiadora Emília Viotti da Costa:

**(...) Um grande número de estabelecimentos industriais foi fundado no fim do século. Em pouco mais de dez anos o número de indústrias passou de 175, em 1874 para mais de seiscentas. Cresceu o número dos que se dedicavam às atividades industriais. As indústrias tenderam a se localizar nos principais núcleos urbanos nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde a concentração de mão-de-obra e capitais e a existência de um mercado relativamente desenvolvido, bem como de uma infraestrutura de transportes criavam possibilidade para o desenvolvimento de indústrias do tipo de substituição de importação (...) O aperfeiçoamento dos métodos de transporte, com o aparecimento das vias férreas, as modificações introduzidas no processo de fabrico de açúcar e beneficiamento de café, a intensificação no ritmo das construções civis e, finalmente, os melhoramentos urbanos estimularam por sua vez o aparecimento de indústrias subsidiárias.**

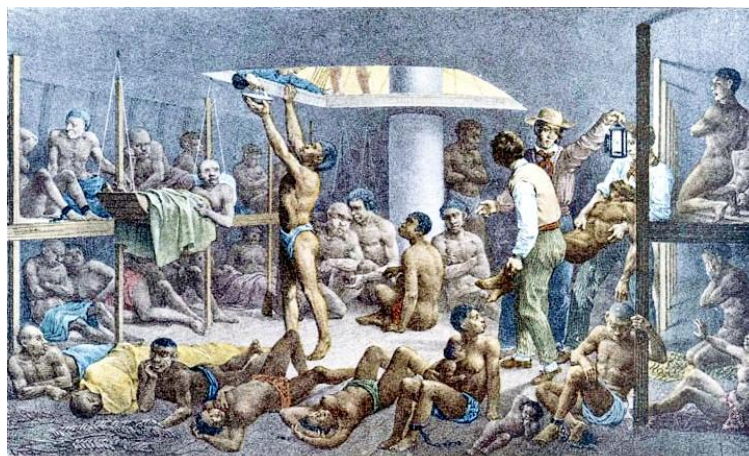
COSTA, Emília Viottia da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2007, p.259-260.

Apesar de o Império gozar de um momento de paz e prosperidade, ele tinha algumas pequenas falhas. O uso de mão-de-obra escrava e a tentativa de impor sua influência sobre os países da região do Prata, se tornaram agentes da degradação do Império, o que levaria ao fim do regime.

## **V. A Escravidão, Movimento Abolicionista E A Abolição**

O processo abolicionista no Brasil do Segundo Reinado, tem relação com as pressões exercidas pelo imperialismo inglês desde a primeira metade do século XIX, bem como as transformações que o país vivenciou, durante a segunda metade do século XIX. A Inglaterra, na condição de potência hegemônica naquele contexto, sentia uma necessidade de controlar e impedir o tráfico de escravos africanos no Oceano Atlântico.

**Figura 42: Negros no porão de um navio negreiro.**



Johann Moritz Rugendas.

As principais leis que contribuíram para o fim da escravidão no Brasil foram: a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850- que extinguiu o tráfico negreiro; a Lei do Ventre Livre, de 1871-que concedeu aos filhos dos escravos a liberdade devendo aos proprietários criá-los até os oito anos; a Lei dos Sexagenários de 1885 - que garantiria a libertação do escravo a partir dos 65 anos de idade; e a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 (abolição total da escravidão, assinada pela princesa Isabel, que substituiu provisoriamente o Imperador).

**(...) Na região cafeeira as consequências da abolição foram diversas. Nas províncias que hoje constituem os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em pequena escala em São Paulo, se havia formado uma importante agricultura cafeeira à base de trabalho escravo. A rápida destruição da fertilidade das terras ocupadas nessa primeira expansão cafeeira – situadas principalmente em regiões montanhosas facilmente erodíveis – e a possibilidade de utilização de terras a maior distância com a introdução da estrada de ferro, haviam colocado essa agricultura em situação desfavorável já na época imediatamente anterior à abolição. Seria de esperar, portanto, que ao proclamar-se esta, ocorresse uma grande migração de mão-de-obra em direção das novas regiões em rápida expansão, as quais podiam pagar salários substancialmente mais altos. Sem embargo, é exatamente por essa época que tem início a formação da grande corrente migratória europeia para São Paulo. (...) A situação favorável, do ponto de vista das oportunidades de trabalho, que existia na região cafeeira valeu aos antigos escravos liberados salários relativamente altos. Com efeito, tudo indica que na região do café a abolição provocou efetivamente uma redistribuição da renda em favor da mão-de-obra. Sem embargo, essa melhora na remuneração real do trabalho parece haver tido efeitos antes negativos que positivo sobre a utilização dos fatores. Para bem captar esse aspecto da questão é necessário ter em conta alguns traços mais amplos da escravidão. O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas "necessidades". Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio. (...) Na antiga região cafeeira onde, para reter a força de trabalho, foi necessário oferecer salários relativamente elevados, observou-se de imediato um afrouxamento das normas de trabalho. Podendo satisfazer seus fastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo**

parecia muito mais atrativo “comprar” o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente “para viver”. Dessa forma, uma das consequências diretas da abolição, nas regiões em mais rápido desenvolvimento, foi reduzir-se o grau de utilização da força de trabalho. Esse problema terá repercussões sociais amplas que não compete aqui refletir. (...) Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constituiu uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização da produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997, p.139-141

Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa:

**A classe senhorial, ligada ao modo tradicional de produção, incapaz de se adaptar às exigências de modernização da economia, foi profundamente abalada. Ela representara até então o alicerce da Monarquia. Com a Lei Áurea, a Monarquia enfraqueceria suas próprias bases. “A nova oligarquia que se formava nas zonas pioneiras e dinâmicas, onde se modernizavam os métodos de produção, assumiria liderança com a proclamação da República Federativa que viria realizar os anseios de autonomia que o sistema monárquico unitário e centralizado não satisfazia (...) A abolição não é propriamente causa da República, melhor seria dizer que ambas, Abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais.**

(COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2007, p. 457).

## **VI. Transição Para O Trabalho Livre**

A vinda de imigrantes europeus para o Brasil no século XIX foi motivada por fatores diversos.

Na Europa alguns países enfrentavam crises de abastecimento e guerras políticas. O Brasil era visto como uma terra de oportunidades que poderia oferecer uma vida melhor para essas populações.

Internamente o Brasil convivia com a pressão inglesa em relação ao tráfico de escravos africanos desde o início do século.

A pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos remonta à presença da Coroa portuguesa no Brasil em 1808. No ano de 1810 o Brasil assinou o primeiro tratado comprometendo-se a acabar com o comércio de africanos. A partir desse momento foram feitas várias leis anti-tráfico, mas elas não funcionavam, não “pegavam”. Daí a expressão “pra inglês ver”. No momento em que o Brasil rompeu os laços com Portugal uma das exigências feita pelos ingleses para o reconhecimento da independência era que o país acabasse com o tráfico. É interessante notar como os setores escravocratas conseguiram resistir por tanto tempo. Apesar das diversas leis proibindo o tráfico de escravos o comércio de almas era realizado com o consentimento das autoridades.

Os ingleses decretaram o fim do tráfico em suas colônias no início do século XIX e em 1833 determinaram o fim da escravidão. A Inglaterra havia experimentado em sua economia a chamada Revolução Industrial e passaram a enxergar no escravo a possibilidade de aumento de mercado consumidor para seus produtos ao mesmo tempo em que pretendiam manter esses homens na África. Somente no século XIX a África fora colonizada pelos países europeus.

No ano de 1845 foi aprovada na Inglaterra uma lei chamada Bill Aberdeen pela qual era dado o direito de “vistoria” a esquadra britânica. Com base na nova lei a esquadra britânica poderia prender qualquer navio negreiro bem como aprisionar e julgar os traficantes. A ação inglesa representava séria ameaça para os traficantes de escravos que viam o risco de perder o capital investido. Muitos navios inclusive em águas territoriais brasileiras foram vítimas da ação repressora dos navios ingleses. Para os traficantes o comércio de homens tornara-se algo muito mais difícil e arriscado.

No Brasil o efeito foi o aumento do preço do escravo negro dificultando a permanência da escravidão na sociedade brasileira.

Foi somente a partir de 1850 que o tráfico de escravos diminuiu significativamente. Nesse ano foi criada a Lei Eusébio de Queirós. Apesar dessa lei não apresentar muitas novidades em relação a leis anteriores podemos dizer que essa lei “pegou” e favoreceu a diminuição drástica do número de cativos vindos para os portos brasileiros. Nos últimos anos da década de 1840 chegaram aproximadamente 50 mil escravos por ano no Brasil. Já nos anos iniciais da década de 1850 o número fora reduzido para poucos milhares.

Em 1850 também foi aprovada a importante Lei de Terras que tinha como objetivo dificultar o acesso à terra por parte dos pequenos proprietários exigindo o registro para comprovação da posse da terra.



O fim do tráfico fatalmente levaria ao fim da escravidão. Além disso a imigração branca começava no país. Era necessário criar mecanismos que dificultassem o acesso à terra por parte dos pequenos proprietários.

A crescente expansão da economia cafeeira rumo ao interior paulista demandava braços para o trabalho nos cafezais. Por que não os negros?

No Brasil a vinda de imigrantes europeus era defendida principalmente pelos setores mais conservadores da sociedade que enxergavam na presença branca e europeia a possibilidade de tornar o país mais miscigenado e menos negro. Trata-se de um fator cultural que não pode ser menosprezado. Dessa forma é importante destacar a ação do ilustre Conde de Gobineau. O filósofo e escritor francês foi um dos mais ilustres teóricos do racismo no século XIX e amigo pessoal de Dom Pedro II. Em seu livro *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* publicado no ano de 1855 notabilizou-se como um dos primeiros teóricos da eugenia. É dele a frase "Não creio que viemos dos macacos, mas creio que vamos nessa direção" ao justificar que a miscigenação degenerava a sociedade brasileira.

Apesar do monarca brasileiro não compartilhar de todas as ideias presentes no pensamento de Gobineau muitos setores conservadores no Brasil novecentista pensavam que era necessário embranquecer a sociedade brasileira de modo a evitar o extermínio natural do povo.

Ao mesmo tempo havia o temor da haitianização do Brasil. Até 1850 o país era composto por uma massa de negros com uma ínfima população branca dominante.

Os fatos foram imperiosos. A necessidade cada vez maior de braços para a crescente lavoura de café no sudeste do Brasil fez que os fazendeiros incentivassem a imigração europeia. Nesse sentido destacou-se a ação de Vergueiro de Campo. No ano de 1847 o ex-senador e regente (Nicolau de Campos Vergueiro fora um dos regentes da Regência Trina permanente) recebeu em sua fazenda no interior paulista a primeira leva de trabalhadores europeus. Foram recebidas mais de 170 famílias até o ano de 1857. As famílias se comprometeram a plantar o café e executar as demais etapas envolvidas na preparação do produto. Do plantio ao beneficiamento. O dinheiro da venda deveria ser repartido com o fazendeiro. Na teoria parecia funcionar bem...

Os primeiros imigrantes não tiveram vida fácil no Brasil. Como o imigrante deveria arcar com todos os custos envolvidos no transporte, hospedagem, alimentação e outros gastos o que aconteceu na prática foi o estabelecimento de um antigo regime de escravidão por dívidas onde o trabalhador nunca conseguia saldar suas contas frente aos fazendeiros.

Os fazendeiros eram acostumados no trato cotidiano com o escravo. O imigrante europeu, mesmo diante da penúria que o motivou a vir ao Brasil, não estava disposto a aceitar este tipo de tratamento. A mentalidade dos fazendeiros não permitia que os imigrantes obtivessem um tratamento muito diferente daquele dispensado aos escravos.

De acordo com Boris Fausto.

**Mesmo sendo provenientes de regiões da Europa batidas pela crise de alimentos, os parceiros não se conformaram com as condições de existência encontradas no Brasil. Eles eram submetidos a uma disciplina estrita, incluindo a censura de correspondência e o bloqueio da locomoção nas fazendas. Por fim uma revolta explodiu em 1856, na fazenda de Ibicaba, de propriedade de Vergueiro. Daí pra frente, as tentativas de parcerias cessaram.**

(Boris Fausto. *História Concisa do Brasil*. EdUsP. São Paulo 2001. Pág 114).

A experiência vivida no Brasil pelo colono suíço Thomas Davatz foi transformada em um livro intitulado *Memórias de um colono no Brasil*. O livro causou alguma repercussão no continente europeu e alguns países chegaram até mesmo a proibir a emigração para o país.

Este tipo de imigração é conhecido pelo nome de sistema de parceria e não obteve êxito.

A grande imigração europeia só ocorreu com a intervenção direta do estado através da imigração subvencionada. A partir da década de 1870 o governo da província de São Paulo decidiu arcar com os custos envolvidos na vinda do trabalhador europeu. No país os imigrantes eram hospedados em abrigos construídos especificamente para esse fim de onde eram enviados para as lavouras de café.

Essa nova forma de imigração se mostrou mais atrativa e os resultados foram mais expressivos. Durante os anos finais do Império Brasileiro e nos anos iniciais da República Velha a imigração europeia ajudou a mudar a feição da sociedade brasileira.

**(...) Entre 1887 e 1900, o território de paulista receberia 863 mil imigrantes, ou seja, 29,7% do total das entradas do período 1827-1936. Mais de 60% desses imigrantes, nas duas últimas décadas do século XIX, eram italianos (particularmente no norte da Itália). Na década de 1890, mais de 90% desse fluxo eram subsidiados pelo governo paulista. Esses imigrantes seriam inseridos em relações de produção que dificilmente poderiam ser denominadas capitalistas. Eles não estavam totalmente afastados dos meios de produção, e não vendiam sua força de trabalho recebendo, em troca, um salário com o qual retirassem integralmente seus meios de subsistência do mercado. Esses trabalhos tinham com principal remuneração a possibilidade de cultivar, em um lote de terra, produções que poderiam consumir ou vender. É desta produção de mantimentos que tais trabalhadores imigrantes retiravam a sua subsistência; a outra parte da remuneração era**

composta por dinheiro. Tais traços conferem a essas relações de produção um caráter não-capitalista. Esse regime de trabalho seria conhecido pela historiografia como *colonato* e *vigoraria*, com algumas variações, até a primeira metade do século XX. (...) A organização do trabalho livre em regime de *plantation*, fora de São Paulo, não seria acompanhada pela imigração em larga escala de europeus nas antigas áreas de café fluminense, por exemplo, tal transição implicou o uso de trabalhadores nacionais livres desde antes de 1888. Nessas áreas, as novas relações de produção assumiram a forma da parceria, em que o trabalhador direto recebia uma faixa de terra da qual retirava sua subsistência básica (agricultura de alimentos) e, em contrapartida, dividia a colheita do café com o proprietário da terra. No momento da safra, a parceria era complementada por trabalhadores sazonais assalariados. Não é necessário dizer que esses tipos de relações de produção só foram factíveis devido ao controle efetivo dos fazendeiros sobre as terras. Tal reforço da concentração fundiária é válido tanto para a vigência da parceria como para o colonato paulista. Ambos, pelo menos em tese, pressupõem que a terra se tenha tornado efetivamente "cativa". Há certos indícios, para áreas do Rio de Janeiro, de que a antiga prática de ceder terras a lavradores, sem cobrar em troca uma renda fundiária, desaparecera progressivamente com a proximidade do término da escravidão.

FRAGOSO, João Luís. *O Império escravista e a República dos plantadores – economia brasileira no século XIX: Mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In.: LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elviers, 1990, p.163-164

## **VII. Política Externa – As Questões Platinas E A Guerra Do Paraguai**

Durante a segunda metade do século XIX, a política externa brasileira orientou-se no sentido de evitar o fortalecimento da Argentina, Uruguai e Paraguai, mantendo-se o equilíbrio sul-americano. A região platina é formada pela Argentina, Paraguai e Uruguai. Os rios que banham estes territórios constituíam o melhor caminho para atingir certas regiões de nosso interior, especialmente o Mato Grosso. Preocupado com a livre navegação no Rio da Prata, D. Pedro II enviou para a região um contingente militar, sob o comando de Caxias, vencendo a forças uruguaias.

### **A Guerra contra Oribe e Rosas**

Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas, respectivamente presidentes do Uruguai e da Argentina, buscavam, na década de 1850, criar um só país, o que desequilibraria as forças na bacia do Prata, uma vez que novo país controlaria sozinho os dois lados do estuário do rio da Prata, vindo contra os interesses do Brasil na região. D. Pedro II declarou guerra aos dois países, e mandou organizar um novo exército no Sul, sob cuidados do então conde de Caxias. Ele invadiu o Uruguai em 1851, derrubando Oribe e neutralizou a possibilidade do Uruguai se fundir com a Argentina.

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho:

**Em 1845, o Brasil rompeu relações com Rosas por causa de uma divergência, sobre a livre a livre navegação na bacia da Prata. Além disso, Rosas interveio no Uruguai favor de Oribe, e juntos montaram um cerco à cidade de Montevidéu contra o presidente Rivera. O representante de Rosas no Rio de Janeiro, Tomás Guido, reclamava sempre do fato de o Brasil ter reconhecido a independência do Uruguai e do Paraguai. Para ele, e para a política da Confederação Argentina, pelo menos na visão do Brasil, Uruguai e Paraguai deveriam fazer parte de uma reconstituição do Vice-Reinado do Prata, sob a liderança argentina. Como complicação adicional, Oribe passou a desapropriar sem indenização propriedades dos milhares de brasileiros que vivem no Uruguai. Os proprietários gaúchos começaram a fazer grande pressão por uma intervenção do Império em defesa de seus interesses.**

(Carvalho, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.102)

Manuel Oribe foi um militar e político uruguai. Lutou sob o comando de Artigas nas campanhas de 1811 e 1816. Em 1825, ao lado de Lavalleja, combateu o domínio brasileiro no Uruguai. Eleito presidente do Uruguai em 1834, foi deposto por Rivera. Em 1843, apoiado por Rosas, da Argentina, organizou um exército e sitiou Montevidéu. Derrotado em 1851 pelas tropas brasileiras que haviam iniciado a campanha contra Rosas, abandonou a vida política. Foi o segundo presidente da república do Uruguai.

Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rozas y López de Osornio - Militar e político argentino, foi governador da Província de Buenos Aires, com status de um presidente da república. Entrou muito jovem para o exército, e enfrentou a segunda das chamadas invasões inglesas. Depois disso, foi para o campo e se converteu em um grande proprietário de gado no Pampa, organizando em sua estância um exército pessoal para combater os índios. Em 1828, ao ser derrubado o governador de Buenos Aires, Dorrego, posteriormente executado pelos unitaristas, Rosas encabeçou um levante popular que triunfou em Buenos Aires

e no resto do litoral, enquanto que as províncias do interior permaneciam no campo unitarista. Depois de ter capturado o general unitarista Paz, o interior foi reconquistado e a Argentina voltou à unidade sob a égide de Rosas.

A chamada Guerra contra Oribe e Rosas, ocorrida em meados do século XIX e integra o conjunto das Questões Platinas, na História das Relações Internacionais do Brasil. À época, o presidente da Argentina, Juan Manuel de Rosas, uniu-se ao presidente do Uruguai, Manuel Oribe, na tentativa de fazer um só país. Esse desequilíbrio de forças na bacia do rio da Prata ameaçava os interesses do Império do Brasil, que tomou a iniciativa de invadir o Uruguai (1851) e, na Batalha de Monte Caseros (1852), venceu a guerra. Neste contexto ocorreu a passagem de Tonelero, no rio Paraná, protagonizada por uma Divisão Naval da Marinha do Brasil, em 17 de dezembro de 1851. As forças brasileiras, sob o comando do Almirante John Pascoe Grenfell, forçaram a passagem de Tonelero e desembarcaram os efetivos da 1ª Divisão do Exército, comandados pelo Brigadeiro Manuel Marques de Souza depois conde de Porto Alegre, que se engajaram em combate contra as forças argentinas.

Segundo o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira:

**A Batalha de Caseros, com a derrota de Rosas, rompeu o equilíbrio de , na Bacia do Prata, mudou a correlação de forças, a favor do Império do Brasil, possibilitando a expansão de as influência econômica e política, inclusive sobre a Confederação Argentina, e propiciou a consolidação do novo sistema de alianças, dirigido pela Corte do Rio de Janeiro, mas não superou as contradições que laceravam, interna e externamente, os Estados da região e que ainda por cerca de vinte anos, gerariam sucessivas guerras intestinas e confrontos internacionais, não menos dramáticos e sangrentos.**

(BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O expansionismo brasileiro. Rio de Janeiro: Philopbilon, 1985, p. 150)

### **A Questão Christie**

Em 1862, três arruaceiros foram presos no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Ao serem detidos, foram identificados como marinheiros britânicos e, devido à relação entre Inglaterra e Brasil, os marinheiros foram liberados. Mesmo assim, o embaixador inglês no Brasil, William Dougal Christie, exigiu que o Império indenizasse a Inglaterra pela carga do navio inglês Prince of Wales, que foi saqueado próximo da província do Rio Grande do Sul. Exigiu também a demissão dos policiais que detiveram os marinheiros britânicos e um pedido oficial de desculpas do imperador à coroa britânica.

No ano seguinte, navios britânicos bloquearam o porto do Rio de Janeiro e apreenderam cinco navios ali ancorados. D. Pedro II, sofrendo pressão popular, tentou uma saída diplomática, chamando o rei Leopoldo I da Bélgica para conduzir uma arbitragem imparcial. Leopoldo I favoreceu o Brasil e, como a Inglaterra negou-se a pedir desculpas, o imperador cortou relações diplomáticas com a Inglaterra, no mesmo ano de 1863. A Inglaterra apenas desculpou-se em 1865, quando mostrou apoio ao Brasil na Guerra do Paraguai.

A vitória do governo na disputa acabou por fortalecer a imagem do Brasil no exterior, pois o Brasil ainda tinha 40 anos de existência, e temia não ter reconhecimento junto aos países europeus. Os outros países da América do Sul passavam por problemas parecidos.

A Questão Christie, em termos de Relações Internacionais, constitui-se num contencioso entre o governo brasileiro e da Inglaterra entre 1862 e 1865. Esta questão diplomática foi fruto de um conjunto de incidentes envolvendo ambas as nações, culminando, pela atuação inábil do embaixador britânico creditado no Brasil – William Dougal Christie - no rompimento das relações diplomáticas por iniciativa do Brasil (1863).

### **A Guerra do Paraguai**

Os interesses em conflito – Durante cinco anos, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, entraram em guerra contra o Paraguai. Esse confronto militar ficou conhecido como a Guerra do Paraguai e foi a mais longa e sangrenta das guerras ocorridas na América do Sul. Os motivos dessa guerra foram muito complexos, pois abarcaram inúmeros interesses, que, por fim, acabaram voltando-se contra o Paraguai. O terreno para compreender a origem do conflito é a chamada Bacia do Prata, durante o processo de independência da região.

**Figura 43: Os três chefes de Estado do Uruguai.**



Os três chefes de Estado do Uruguai. Brasil e Argentina, numa caricatura da revista A Semana Ilustrada, 1865.

A origem dos países platinos - A Argentina, o Uruguai e o Paraguai faziam parte do Vice-reino do Prata, uma possessão espanhola, à época da colonização. Em 1810, quando a Argentina proclamou a sua independência - posteriormente reafirmada em 1816 no Congresso de Tucumán -, deu-se o primeiro passo no sentido da independência total da região do Prata da dominação espanhola. Em 1811, José Gaspar Rodríguez Francia proclamou a independência do Paraguai. Mais tarde, em 1828, o Uruguai libertou-se do Brasil, tornando-se um país independente. Com isso, desfez-se a antiga unidade do Prata. A fragmentação do antigo Vice-reino não estava, contudo nos planos dos poderosos comerciantes de Buenos Aires, que esperavam manter a unidade sob sua direção. Isso equivalia a dominar e anexar o Paraguai e o Uruguai. O Paraguai, considerado por Buenos Aires uma província argentina, tinha motivos de sobra para temer por sua independência. Situado no interior do Prata, sem acesso direto ao mar, encontrava-se à mercê de Buenos Aires, que controlava o estuário. É fácil perceber que, para o Paraguai, o direito de navegar com segurança e a garantia de manter aberta a sua comunicação com o exterior eram questões vitais.

Os ditadores paraguaios - Por tudo isso, o Paraguai era um país vulnerável. Bastaria bloquear o estuário do Prata ou qualquer trecho do rio Paraná para que o seu isolamento do resto do mundo fosse completo.

**Figura 44: O Imperialismo Brasileiro.**



Disputas e conflitos na região platina: o imperialismo brasileiro.

(VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. História para Ensino Médio. Editora Scipione, 2001. Pág. 401)

Assim, desde a sua independência, o Paraguai desenvolveu uma política voltada para dentro, a fim de depender o mínimo possível do exterior. Essa política foi inaugurada por Francia (1811-1840) e aprimorada por Carlos Antonio López (1840-1862) e seu filho e sucessor Francisco Solano López (1862-1870). Foram esses os três ditadores que imprimiram ao Paraguai uma direção histórica peculiar. Francia compreendeu muito cedo que o desenvolvimento do Paraguai com base numa economia exportadora daria muitos poderes aos grandes proprietários rurais e à burguesia mercantil. Dependendo do mercado externo, dependeria igualmente de Buenos Aires, pois a produção teria que ser embarcada ali, com o devido pagamento de taxas. Os grandes proprietários e comerciantes paraguaios fariam então concessões a Buenos Aires, tendo em vista seus interesses particulares, mesmo à custa da soberania do país. Grandes proprietários e comerciantes podiam ser considerados, portanto,

aliados em potencial de Buenos Aires; conseqüentemente, eram categorias sociais perigosas para a segurança do Estado. Esse era o ponto de vista de Francia. Entende-se, assim, por que Francia optou por um modelo econômico voltado para dentro, com ênfase ao mercado interno. Para enfrentar o desafio, Francia estimulou as pequenas e médias propriedades dirigidas à produção de alimentos para o consumo local; confiscou, depois de lutas, as propriedades dos grandes empresários rurais e monopolizou o comércio exterior. A essa combinação de pequenas propriedades e economia com elevado grau de estatização correspondeu, no âmbito político, um poder despótico e ditatorial. Portanto, os traços que fizeram a originalidade paraguaia foram: pequena propriedade, estatização e ditadura. Lembremos apenas que a solução foi uma resposta à ameaça dos portenhos (habitantes de Buenos Aires) contra a independência paraguaia, e não se deve concluir que o modelo de desenvolvimento econômico foi livre opção de ditadores afeiçoados ao povo.

Segundo o historiador Francisco Doratioto:

**(...) O isolamento anterior do país, sob a ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840), resultou da recusa de Buenos Aires em aceitar sua independência pois a burguesia mercantil dessa cidade almejava ser o polo rearticulador, na forma de uma república centralizada, do território do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. O isolamento facilitou a manutenção da ditadura de Francia, mas seu sucessor, Carlos Antonio Lopes, outro governante ditatorial, pôs fim ao isolamento absoluto do Paraguai, aproximando-se do Império do Brasil e, com o apoio deste, obteve o reconhecimento internacional da independência paraguaia. O início da abertura do Paraguai para o mundo foi facilitada por esse reconhecimento e pela liberação de navegação do rio Paraná pela Confederação Argentina, após a queda, em 1852, do ditador Juan Manuel de Rosas.**

(DORATIOTO, Francisco. Guerra do Paraguai. in.: MAGNOLI, Demétrio (org). História das guerras. São Paulo: Contexto, 2006. p.255.)

Os sucessores de Francia - Depois de ter governado por trinta anos, Francia foi sucedido por Carlos Antonio López, que se preocupou em desenvolver a indústria. Em vez de consumir divisas obtidas com as exportações de couro e erva-mate e com a importação de manufaturas, o novo ditador tratou de equipar tecnicamente o país, visando a produção interna. A criação da fundição de Ibicuí foi a mais famosa dessas iniciativas. Ao lado disso, estudantes paraguaios eram mandados para o exterior e técnicos estrangeiros eram contratados. Com Solano López chegou ao fim essa experiência original. A guerra destruiu o país, que, embora não houvesse atingido um nível europeu de desenvolvimento, tinha praticamente eliminado a miséria. Quando a guerra começou, o analfabetismo era praticamente desconhecido no Paraguai.

As tensões no Prata - O Brasil e a Argentina eram os dois países mais poderosos com interesses diretos na bacia do Prata e tinham no Uruguai um ponto muito sério de atrito. A situação da guerra civil uruguaia entre blancos (apoiados pela Argentina) e colorados (apoiados pelo Brasil), que se vinha arrastando desde 1850, despertou profundas preocupações no Paraguai. Do ponto de vista paraguaio, a independência do Uruguai era a melhor garantia para manter livre o trânsito no estuário do Prata. Qualquer outra solução punha em risco a única saída do Paraguai para o mar. E isso era considerado intolerável. O motivo imediato da guerra foi a intervenção do Império brasileiro em favor de Venâncio Flores, chefe colorado no Uruguai. Esse fato desfez o equilíbrio de forças no Prata, alarmando o Paraguai, que se sentiu diretamente ameaçado pelo Império brasileiro. Em represália, no dia 11 de novembro de 1864, Solano López ordenou que fosse apreendido no rio Paraguai o navio brasileiro Marquês de Olinda, que conduzia o presidente da província de Mato Grosso, fazendo-o prisioneiro. Sem perda de tempo, as relações com o Brasil foram rompidas e já no mês de dezembro o Mato Grosso foi invadido. Em março de 1865 as tropas de Solano López penetraram em Corrientes (Argentina), visando o Rio Grande do Sul e o Uruguai. A firme e fulminante iniciativa de López, procurando o rápido domínio do sul de Mato Grosso, de Corrientes, do Rio Grande do Sul e do Uruguai, mostrou que o ditador paraguaio tinha um plano prévio e definido. Esse projeto era o de transformar o Paraguai numa potência continental hegemônica - o Paraguai Maior - que teria por base o território das antigas missões jesuíticas. Além disso, a pronta mobilização de 64 mil homens, contra os 18 mil do Brasil e os mil do Uruguai, demonstrou que o Paraguai não estava improvisando em matéria militar. É o que sugere a conclusão de que, além da política visando a autossuficiência econômica para diminuir o grau de vulnerabilidade, os ditadores paraguaios não haviam descuidado de um preparo militar adequado. Em 1864, diante das agressivas e decididas ofensivas, estava claro que o Paraguai havia se transformado, à sombra da rivalidade entre Brasil e Argentina, numa potência respeitável e desafiadora. A política iniciada por Francia estava dando os seus frutos: uma economia sólida e uma força militar considerável. Mas foi precisamente devido ao êxito dessa política que se alterou a correlação de forças na região, favorecendo a aliança entre Brasil e Argentina, que esqueceram momentaneamente suas diferenças a fim de impedir a emergência de uma terceira potência no Prata. Em 1º de maio de 1865, formaram a Tríplice Aliança: Brasil, Argentina e Uruguai.

Segundo o historiador Francisco Doratioto.

**Esse tratado estabelecia a aliança militar contra o Paraguai, mas afirmava que a guerra era contra Francisco Solano López, e não o povo paraguaio. Determinava que a luta terminaria somente com a retirada do ditador do país, que a paz não seria tratada isoladamente, mas em conjunto pelos três países aliados, e somente com o novo governo que se instalasse em Assunção. As fronteiras entre o Paraguai e os países aliados também eram estabelecidas pelo Tratado de 1º de Maio, sendo definidos como argentino todo o território do Chaco. A oeste do rio Paraguai – até a fronteira com Mato Grosso – e as Missões, enquanto seria brasileiro não só o território historicamente litigioso,**

**como também entre este e o rio Igurei. No final das contas, terminada a guerra, o Império do Brasil conteve-se no limite que reivindicava desde a década de 1840 e, mantendo sob virtual tutela os governos paraguaios, a diplomacia imperial trabalhou para que a Argentina não se apossasse de todo o Chaco.**

(DORATIOTO, Francisco. Guerra do Paraguai. In.: MAGNOLI, Demétrio (org). História das guerras. São Paulo: Contexto, 2006. p.262).

Apesar de sua imensidão territorial e densidade populacional, o Brasil tinha um exército mal organizado e muito pequeno. E, na verdade, tal situação era reflexo da organização escravista da sociedade, que, marginalizando a população livre não proprietária, dificultava a formação de um exército com senso de responsabilidade, disciplina e patriotismo. Além disso, o serviço militar era visto como um castigo sempre a ser evitado e o recrutamento era arbitrário e violento. Um reforço era, portanto, necessário. Para enfrentar o Paraguai, recorreu-se à Guarda Nacional e à formação dos Voluntários da Pátria, organizados em batalhões que incluíam maciçamente negros alforriados.

Segundo o historiador Boris Fausto:

**Senhores de escravos cederam cativos para lutar como soldados. Uma lei de 1866 concedeu liberdade aos "escravos da Nação" que servissem no Exército. A lei se referia aos africanos entrados ilegalmente no país, após a extinção do tráfico, que haviam sido apreendidos e se encontravam sob a guarda do governo imperial.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.214).

Vitória dos aliados - Foi no setor naval que o Brasil, melhor preparado, infligiu, logo no primeiro ano de guerra, uma pesada derrota aos paraguaios na batalha do Riachuelo, sob o comando do almirante Barroso. No ano seguinte, 1866, as forças aliadas procuraram invadir o território paraguaio, tentando desfazer o forte esquema defensivo montado por Solano López na confluência dos rios Paraguai e Paraná. Ali os paraguaios sofreram nova derrota na batalha de Tuiuti. Nesse mesmo ano de 1866, desentendimentos entre Venâncio Flores (Uruguai) e Mitre (Argentina) fizeram ambos se retirarem do combate, deixando o Brasil praticamente sozinho na guerra. No final de 1866, ainda um outro evento importante aconteceu: o comando das tropas brasileiras foi entregue a duque de Caxias, que organizou o exército, dando-lhe novo alento.

Segundo Boris Fausto:

**(...) a nomeação de Caxias para o comando das forças brasileiras, em outubro de 1866. Ela se deu por pressão do Partido Conservador, na oposição, que responsabilizava os liberais pelas incertezas do conflito. No início de 1868, Caxias assumiu também o comando das forças aliadas. Mitre fora obrigado a retornar a Buenos Aires para enfrentar problemas de política interna, entre os quais se destacava a oposição das províncias ao envio de tropas ao Paraguai. Daí para frente, o Brasil prosseguiu no conflito praticamente sozinho (...) Antes de atacar Humaitá, Caxias concentrou-se na tarefa de dotar o Exército de uma infraestrutura adequada. Só então partiu para a ofensiva. Humaitá capitulou em agosto de 1868, e em janeiro de 1869 os brasileiros entraram em Assunção. Doente, desejando a paz, pois a continuação da guerra era motivada agora apenas por uma política de destruição, Caxias retirou-se do comando. Foi substituído pelo Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel, herdeira do trono (...) Após vários combates, as tropas brasileiras derrotaram um último e pequeno exército de paraguaios, formado por velhos, meninos e enfermos. Solano López foi afinal cercado em seu acampamento e morto por soldados brasileiros a 1º de março de 1870.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.216.)

Em 1867, a atuação de Caxias no exército se fez notar com o isolamento da fortaleza de Humaitá, principal ponto de defesa paraguaia, na confluência dos rios Paraguai e Paraná. No ano seguinte, 1868, finalmente, caiu a resistência paraguaia em Humaitá. Novas vitórias de Caxias ocorreram nas batalhas de Avaí, Itororó e Lomas Valentinas. No ano de 1869, Caxias finalmente chegou a Assunção, enquanto Solano López recuava para Peribeubuí, depois para Cerro-Corá, onde resistiu até 1º de março de 1870, quando foi derrotado e morto.

**Figura 45: (circa de 1867): dois cartes-de visite mostrando soldado e oficial paraguaios capturados por oficiais brasileiros e argentinos respectivamente.**



Autor desc. Biblioteca Nacional Rio de Janeiro.

O estabelecimento da paz - Embora a guerra tenha terminado em 1870, os acordos de paz entre os quatro países não foram concluídos de imediato. As negociações foram obstadas pela recusa argentina em reconhecer a independência paraguaia, o que foi feito somente na Conferência de Buenos Aires, em 1876, quando a paz foi definitivamente estabelecida.

Consequências da guerra - Naturalmente, o país que mais sofreu com a guerra foi o Paraguai, que teve seu território devastado e sua população dizimada, marcando profundamente sua história a partir daí. Para o Brasil, que sustentou praticamente sozinho a guerra, as consequências foram também desastrosas. De fato, a monarquia teve de concentrar esforços para vencer o Paraguai, e isso contribuiu em grande parte para trazer à tona as contradições do Império brasileiro: a escravidão, que até então se mantinha como sua mais sólida base, começou a ser contestada com grande intensidade. Ao mesmo tempo, ao se fortalecer, o Exército, que então superou a tradicional Guarda Nacional, tomou consciência de seu poder, recusando as lideranças civis que ocupavam as pastas militares. Assim, na Guerra do Paraguai, embora o Brasil tenha saído vitorioso, a monarquia foi derrotada. Seu declínio foi concomitante à guerra, e as críticas atingiram o seu ponto vital: a escravidão. Por essa brecha que se abriu, os ideais republicanos se propagaram.

Segundo Boris Fausto.

**O Paraguai saiu arrasado do conflito, perdendo partes de seu território para o Brasil e a Argentina e seu próprio futuro. O processo de modernização tornou-se coisa do passado, e o país se converteu em um exportador de produtos de pouca importância. Os cálculos mais confiáveis indicam que metade da população paraguaia morreu, caindo de aproximadamente 406 mil habitantes em 1864, para 231 mil em 1872. A maioria dos sobreviventes era de velhos, mulheres e crianças (...) Para o Brasil, uma das consequências do conflito foi que o país ficou ainda mais endividado com a Inglaterra, com a qual tinha restaurado as relações diplomáticas, no início das hostilidades. Mas a maior consequência foi a afirmação do Exército como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios. Entre outros pontos, as queixas contra o governo do Império, que vinham de longe ganharam outra expressão. Afinal de contas, o Exército sustentara a luta na frente de batalha, com seus acertos e erros. Enquanto isso, as elites civis – os “casacas”, como passaram a ser desdenhosamente chamados – haviam ficado a salvo e, em certos casos, enriqueceram com os negócios de fornecimento para a tropa.**

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.216.)

## **VII. O Movimento Republicano**

### **A Queda da Monarquia**

A crise do Império foi resultado das transformações processadas na economia e na sociedade, a partir do século XIX, que, somando-se, conduziram importantes setores da sociedade à uma conclusão: a Monarquia precisava ser superada para dar lugar a um outro regime político mais adaptado às necessidades da época. A crise do Império foi marcada por uma série de questões que desembocaram na Proclamação da República.

Além disto, houve a questão religiosa, esta provocada pela recusa dos bispos Dom Antônio de Macedo Costa e D. Frei Vital em aceitar as interferências do governo influenciado pela maçonaria na nomeação de diretores de ordens terceiras e irmandades.

Em seguida, a questão militar causada por atritos entre os militares e o império. Os profissionais das armas queriam uma maior autonomia nos assuntos políticos da nação, e o império punia as manifestações quaisquer que fossem.

Os republicanos cresciam em poder e influência, a opinião pública já vislumbrava com bons olhos um Brasil sem imperador. O tenente-coronel Benjamin Constant na Escola Militar pregava o positivismo e a república.

Em 1873, aconteceu um Congresso Republicano em São Paulo, neste, houve a confecção e a aprovação de um projeto de constituição. O regime monárquico estava acabando, os ventos republicanos já sopravam no horizonte. Com o agravamento da questão militar, o gabinete de Ouro Preto iniciou sua queda.

**É exagero supor que a Questão Religiosa que indisporia momentaneamente o Trono com a Igreja foi dos fatores primordiais na proclamação da República. Para que isso acontecesse era preciso que a nação fosse profundamente clerical, a monarquia se configurasse como inimiga da Igreja e a República significasse maior força e prestígio para o clero. De duas uma, ou a nação estava a favor dos bispos e contra D. Pedro, e então a perspectiva de substituição do imperador pela princesa seria vista com bons olhos em virtude de suas conhecidas ligações com a Igreja; ou a nação era pouco simpática aos bispos, e, nesse caso, ser solidarizaria com a Monarquia e a Questão Religiosa não poderia contribuir de modo preponderante para a queda da Monarquia. Quando muito, revelando o conflito entre o Poder Civil e o Poder Religioso, contribuiria para aumentar o número dos que advogavam a necessidade de separação da Igreja do Estado e, assim, indiretamente, favoreceria o advento da República, que tinha essa norma como objetivo.**

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2007, p. 458-459.

### A Questão Militar

Durante o Império havia sido aprovado o projeto Montepio, pelo qual as famílias dos militares mortos ou mutilados na Guerra do Paraguai recebiam uma pensão. A guerra terminara em 1870 e, em 1883 o montepio ainda não estava pago. Os militares encarregaram então o tenente-coronel Sena Madureira de defender os seus direitos. Este, depois de se pronunciar pela imprensa, atacando o projeto Montepio, foi punido. A partir de então, os militares ficaram proibidos de dar declarações à imprensa sem prévia autorização imperial.

O descaso que alguns políticos e ministros conservadores tinham pelo Exército levava-os a punir elevados oficiais, por motivos qualificados como indisciplina militar. As punições disciplinares conferidas ao tenente-coronel Sena Madureira e ao coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, provocou revolta em importantes chefes de Exército, como o Marechal Deodoro da Fonseca. Toda essa crise somara-se ao fato do Exército ter retornado da Guerra do Paraguai com um profundo desejo de se institucionalizar. A guerra consolidou um ideal salvacionista do país, por parte dos militares. As influências republicanas entre os mesmos, seria, nesse sentido, o elemento ideológico pelo qual setores, no interior das forças armadas, utilizariam para se opor à monarquia.

Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa:

**A ideia de que os militares cabia a salvação da pátria generalizar-se no Exército a partir da Guerra do Paraguai, à medida que o Exército se institucionalizava. É claro que os militares estiveram em todos os tempos divididos entre várias opções e seria um grande equívoco imaginá-los como um todo. A ideia republicana contava, ao que parece, maior número de adesões entre os oficiais de patentes inferiores e alunos da Escola Militar, enquanto a Monarquia tinha o apoio dos escalões superiores (...) A infiltração do pensamento positivista nos meios militares explica, em parte, a sua adesão à República. É preciso lembrar, entretanto que não se trata do positivismo ortodoxo, pois mesmo Benjamin Constant, considerado um dos principais representantes do pensamento positivista no Exército, não poder ser considerado um positivista ortodoxo, O fato de o "Apostolado" ter um pequeno número de inscitos não impediu, entretanto, que as ideias positivistas exercessem uma poderosa influência na sociedade.**

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2007, p. 459-460.

### O fim do Império

Na Década de 1870 diversos republicanos adquiriram visibilidade, a partir da publicação do Manifesto Republicano (1870), da Convenção de Itú (1873), e da militância dos Clubes Republicanos, que se multiplicam a partir de então. Fortemente influenciados pelo Positivismo (Benjamin Constant), as suas ideias eram veiculadas pelo periódico A República. As propostas giravam em torno de duas teses: a evolucionista (que admitia que a proclamação era inevitável, não justificando uma luta armada) e a revolucionista, que defendia a possibilidade de que se pegasse em armas para conquistar a República.

Outros republicanos de destaque são Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva.



O movimento pró-República no Brasil tomava proporções irreversíveis, mas para que a alteração na forma de governo se desse de forma democrática, seria necessária uma Assembleia Geral majoritariamente republicana, o que parecia distante de ocorrer, pois a população não se mostrava simpática à derrocada da monarquia.

O governo imperial, através do Gabinete do Visconde de Ouro Preto, percebendo a difícil situação política em que se encontrava, apresentou à Câmara dos Deputados, numa última tentativa de salvar o Império, um programa de reformas políticas, do qual constavam:

- A autonomia para as províncias;
- A liberdade de voto;
- O mandato temporário para os Senadores;
- A liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento;
- A liberdade religiosa.

O Governo Imperial, percebendo, embora tardiamente, a difícil situação em que se encontrava com o isolamento da Monarquia, apresentou à Câmara dos Deputados um programa de reformas políticas, do qual constavam: liberdade de fé religiosa; liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento; autonomia das Províncias; mandato temporário dos senadores.

### Deodoro da Fonseca

No Paço, o presidente do gabinete (primeiro-ministro), Visconde de Ouro Preto, pede ao comandante do destacamento local, General Floriano Peixoto, que prenda os amotinados. Floriano se recusa e dá voz de prisão ao chefe-de-governo.

O Imperador, que estava em Petrópolis, é informado e decide descer para a Corte. Ao saber do golpe, reconhece a queda do governo e procura anunciar um novo nome para substituir Ouro Preto. No entanto, como nada fora dito sobre república até então, os republicanos mais exaltados, Benjamin Constant à frente, espalham o boato de que o Imperador escolherá Gaspar Silveira Martins, inimigo político de Deodoro desde os tempos do Rio Grande do Sul, para ser novo chefe de governo. Com este engodo, Deodoro é convencido a aderir à causa republicana. O Imperador é informado disso e, desiludido, decide não oferecer resistência.

**Figura 46: "Derrubado do trono".**



Charge de Agostini.

À noite, na Câmara Municipal do Município Neutro, José do Patrocínio redige a proclamação oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, aprovada sem votação. O texto vai para as gráficas de jornais que apoiavam a causa e só no dia seguinte (16 de novembro) anuncia-se ao povo a mudança de regime. O Imperador e a Família Imperial recebem ordem de banimento e são embarcados à força do Paço para o exílio.

Vale ressaltar que a Proclamação da República Brasileira, foi essencialmente um movimento de elite, sem nenhuma participação popular, sendo estes considerados "bestializados" do fato que o país enfrentava, nas palavras de Aristides Lobo em artigo de primeira página publicado no Diário Popular de São Paulo no dia 17 de novembro de 1889.

#### 4. EXERCÍCIOS

01. (2006)

*"Quem viver em Pernambuco.*

*Há de estar enganado.*

*Que há de ser Cavalcanti*

*Ou há de ser cavalgado.*

*Quem for para Pernambuco.*

*Leve contas pra rezar.*

*Pernambuco é purgatório*

*Onde a gente vai penar."*

**Quadrinhas populares da época.**

No Brasil, durante o período imperial, ocorreu um movimento revolucionário culturalmente influenciado pelas ideias socialistas das revoluções europeias de 1848. Trata-se de:

- (A) Revolução Pernambucana, que buscava a instauração da república.
- (B) Revolução Praieira, que contava com ampla participação da população mais humilde.
- (C) Cabanagem, que lutava contra as desigualdades sociais da região.
- (D) Guerra de Canudos, ocorrida no interior do sertão nordestino.
- (E) Confederação do Equador, que propunha a separação do Nordeste.

02. (2007) Durante o Segundo Reinado no Brasil, surgiu em Pernambuco, no ano de 1848, um movimento popular que uniu "pessoas de várias tendências, sobretudo progressistas, inconformadas com o quadro político-social de sua província."

**Schneeberger; Cantele; Barbeiro, 2005, p.231.**

Tal movimento é conhecido como a:

- (A) Revolta dos Mascates.
- (B) Cabanagem.
- (C) Sabinada.
- (D) Revolução Praieira.
- (E) Balaiada.

03. (2007) A participação do Exército Brasileiro, com respaldo em seu prestígio, foi fundamental para a queda do Império e, conseqüentemente, para a proclamação da República. O fato que mais contribuiu para o aumento do prestígio militar, no final do Século XIX, foi a:

- (A) Guerra da Tríplice Aliança.
- (B) Questão escravocrata.
- (C) Intervenção contra Aguirre.
- (D) Questão Christie.
- (E) Intervenção contra Rosas e Oribe.

04. (2008) A Confederação do Equador, proclamada em 2 de julho de 1824, por Manuel de Carvalho:

- (A) contou com a adesão dos estados da atual região Norte do Brasil.
- (B) adotava provisoriamente a Constituição dos Estados Unidos da América.
- (C) mostrava-se sintonizada com o poder central, representado por D. Pedro.
- (D) defendia a instituição de uma monarquia constitucional.
- (E) buscava a organização de um governo representativo e republicano.

05. (2008) "De 1831 a 1840, o Brasil vivenciou um período (...) em que diferentes grupos disputavam o poder. Como resultado, instalou-se um clima de grande instabilidade que propiciou a irrupção de conflitos em inúmeros pontos do país."

**Koshiba; Pereira, 2003.**

A cabanagem foi um dos conflitos ocorrido nesse período.

Assinale a alternativa que corresponde a tal conflito.

- (A) Ocorreu no atual estado do Rio Grande do Sul, liderado pelos criadores de gado das fronteiras com o Uruguai.
- (B) Foi planejado e contava com participantes que haviam tido experiências anteriores de combates na África, e objetivava promover a independência de Salvador e do Recôncavo Baiano.
- (C) Foi um movimento conduzido por camadas populares do atual estado do Pará, que viviam marginalizadas na Região Amazônica.
- (D) Foi uma rebelião contra o poder central, ocorrida na Bahia, e que contava com a camada média da sociedade baiana.
- (E) Ocorreu no atual estado do Maranhão e foi conduzida por um grupo de vaqueiros que visava combater os privilégios dos cidadãos de origem portuguesa e o absolutismo de D. Pedro.

06. (2009) Leia atentamente os itens abaixo.

- I. Transformação do Paraguai na nação mais rica e industrializada da América do Sul.
- II. Fortalecimento e modernização do Exército Brasileiro.
- III. Transformação da instituição militar brasileira num instrumento de contestação ao império escravista.
- IV. Adoção, pelos integrantes da instituição militar brasileira, de postura favorável à manutenção da monarquia.
- V. Diminuição da dívida externa brasileira.

Assinale a única alternativa em que todos os itens listam consequências da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

- (A) I, IV
- (B) I, II
- (C) II e III
- (D) IV e V
- (E) II e V

07. (2010) "A Tarifa Alves Branco (decreto de 12 de Agosto de 1844), criada por Manuel Alves Branco (2º Visconde de Caravelas), Ministro da Fazenda do gabinete liberal que assumiu em 2 de fevereiro de 1844".

**Koshiba; Pereira, 2003.**

Este decreto:

- (A) reduzia os direitos alfandegários das mercadorias inglesas para 15% ad valorem.
- (B) barateava os custos para a importação de mercadorias estrangeiras.
- (C) extinguiu as tarifas que favoreciam a Inglaterra e que prejudicavam o crescimento do setor industrial brasileiro.
- (D) facilitava a exportação dos derivados da cana-de-açúcar, por deixá-los mais baratos no mercado internacional.
- (E) pouco afetava a arrecadação do País, tendo em vista a pequena participação das tarifas alfandegárias na composição da receita governamental.

08. (2010) "O exemplo [...] britânico e o desejo de preservar politicamente o monarca levaram à criação, em 1847, do cargo do Conselho de Ministros, escolhido pelo Imperador. Se o ministério (ou Conselho de Ministros) não possuísse maioria [...], a Câmara seria dissolvida, convocando-se novas eleições"

**Schneeberger; Cantele; Barbeiro, 2005, p.231.**

Esse sistema utilizado no Brasil, em parte do 2º Reinado, ficou conhecido como:

- (A) Presidencialismo Monárquico.
- (B) Ditadura Monárquica.
- (C) Parlamentarismo Tradicional.
- (D) Parlamentarismo às avessas.
- (E) Autoritarismo Monárquico.

09. (2012) "Os interesses na região platina levaram o Brasil a participar de três guerras: contra Oribe e Rosas (presidentes do Uruguai e da Argentina, respectivamente), contra Aguirre (do Uruguai) e a Guerra do Paraguai."

**Cotrim, 2009.**

Sobre esse tema, leia as afirmações abaixo:

- I. garantir o direito de navegação pelo rio da Prata, formado pela junção dos rios Paraná e Uruguai;
- II. garantir a permanência de Solano Lopes na presidência do Paraguai;
- III. manter o Uruguai como província;
- IV. impedir que a Argentina anexasse o Uruguai;
- V. conquistar uma saída para o Oceano Pacífico.

Assinale a única alternativa que apresenta todas as afirmações corretas sobre os objetivos brasileiros nesses conflitos:

- (A) I e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) II e III.
- (D) I, IV e V.
- (E) I e III.

10. (2012) Era "exclusivo do imperador e definido pela Constituição como 'chave mestra de toda organização política'. Estava acima dos demais poderes".

**Cotrim, 2009.**

O texto em epígrafe aborda a criação no Brasil, pela Constituição de 1824, do Poder

- (A) Moderador.
- (B) Justificador.
- (C) Executivo.
- (D) Judiciário.
- (E) Legislativo.

11. (2013) "O mais duradouro movimento rebelde do Império foi a Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina entre 1835-1845. [...] Em 1836, após importantes vitórias sobre as tropas legalistas, os farroupilhas proclamaram a República Rio Grandense".

**Boulos Jr, 2011.**

Em 1842, Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, é enviado pelo Império para comandar as forças legalistas. A atuação de Caxias pacificou a região já no ano de 1845.

Abaixo são listadas algumas medidas que poderiam ser utilizadas para solução do conflito:

- I. Repressão violenta com prisão e fuzilamento de todos os líderes do movimento farroupilha.
- II. Aumento de taxas de importação do charque platino para tornar o similar rio-grandense do sul mais competitivo no mercado nacional.
- III. Cerco impiedoso sobre as maiores cidades rebeldes provocando a morte de milhares de civis, minando a moral do inimigo e levando os insurretos à rendição.
- IV. Incorporação ao Exército Brasileiro de comandantes farroupilhas com os mesmos postos que ocupavam nas tropas rebeldes.
- V. Reconhecimento, pelo governo imperial, da liberdade dos escravos que lutaram na revolução como soldados.

Na ocasião, Caxias propôs:

- (A) todas as medidas acima listadas.
- (B) apenas as medidas I, II e III.
- (C) apenas as medidas I, III e IV.
- (D) apenas as medidas II, III e V.
- (E) apenas as medidas II, IV e V.

12. (2015) Pedro I abdicou do trono, em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, iniciando-se no Brasil o Período Regencial. A partir de 1840 e durante todo o período imperial, a vida política do País passou a ser dominada pelos:

- (A) liberais e conservadores.
- (B) conservadores e socialistas.
- (C) liberais e republicanos.
- (D) comunistas e republicanos.
- (E) liberais e anarquistas.

CURSO CIDADE - ESPCEX

## VI. IDADE CONTEMPORÂNEA

### 1. EVOLUCIONISMO, POSITIVISMO E IDEALISMO ROMÂNTICO

#### O Evolucionismo



Charles Robert Darwin nasceu na Inglaterra em 1809 e desde cedo se interessou pelas ciências naturais. Em 1825 foi para Edimburgo estudar medicina, mas logo abandonou o curso. Matriculou-se então no Christ's College, em Cambridge, decidido a tornar-se clérigo. Ali fez amizade com o botânico John Stevens Henslow, cuja influência foi decisiva para que Darwin fosse convidado a participar, como naturalista, da viagem de circunavegação do navio Beagle, promovida pelo Almirante britânico.

Realizada entre 1831 e 1836, a viagem deu suporte às pesquisas iniciais de Darwin sobre a origem das espécies. Ele pode verificar como espécies aparentadas apresentavam características distintas, de uma região para a outra. Notou ainda que entre as espécies extintas e as atuais existiam traços comuns, embora diferenciados. Tais fatos levaram-no a supor que os seres vivos são imutáveis, mas se transformam. Tal conclusão abalou suas convicções religiosas, a ponto de, por mais de duas décadas, ele se recusar a apresentá-la.

Na base de sua teoria evolucionista, Darwin colocou a luta pela vida, segundo a qual somente os mais aptos conseguem sobreviver e transmitir suas características genéticas favoráveis a seus descendentes. Assim, as transformações que favorecem a adaptação do indivíduo ao meio ambiente continuam a se propagar por meio dos descendentes e, após longo tempo, é possível identificar uma nova espécie originária da antecedente, mais diferente dela.

Sua obra *Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural ou a conservação das raças favorecidas na luta pela vida*, publicada em 1859, colocou-o no centro de acirradas polêmicas. Darwin morreu em consequência de um ataque cardíaco em 19 de abril de 1882.

#### O Darwinismo Social

Aproveitando a teoria da seleção natural de Darwin, o pesquisador norte-americano Herbert Spencer, elaborou uma outra teoria denominada de "Darwinismo Social". Para Spencer, o meio social, seria o grande responsável pela seleção dos seres humanos que vivem em sociedade. Assim como o meio ambiente seleciona as espécies, da mesma forma a sociedade seleciona os seres humanos mais aptos para prosperarem nela.

Para ele, os seres humanos menos aptos à sociedade seriam excluídos do meio social, e de modo contrário, os seres humanos mais aptos a viverem no meio social do trabalho seriam considerados superiores, e consequentemente, tirariam maior proveito dos benefícios que a sociedade capitalista oferece aos seus integrantes. Assim, os ricos seriam superiores e mais aptos à sociedade, enquanto os pobres seriam considerados inferiores e menos aptos. Os ricos viveriam mais e em melhores condições as suas vidas, enquanto que os pobres viveriam em péssimas condições sociais e menos anos de vida. Os ricos desfrutariam de melhor qualidade de vida, enquanto que os pobres sofreriam as amarguras da miséria. Os ricos teriam filhos saudáveis e bem alimentados, enquanto que os pobres teriam filhos mal alimentados que muito provavelmente morreriam antes mesmo do primeiro ano de vida. Os pobres tenderiam a desaparecer muito antes dos ricos.

Em síntese, os seres humanos ricos seriam fortes e reproduziriam descendentes férteis, enquanto os pobres seriam aos poucos eliminados devido à sua não adaptabilidade ao meio social. Em consequência, os pobres tenderiam a desaparecer. Essa é a cruel sociedade capitalista, onde o meio social liberal seleciona os seres de acordo com as suas capacidades individuais a serviço do Capital.

## Idealismo Romântico

O Romantismo e o Idealismo alemão foram movimentos do final do século XVIII e início do século XIX. O **Romantismo** é um movimento filosófico, cultural e artístico. Enfatizava o "eu", a criatividade, a imaginação e o valor da Arte. O movimento se opõe ao Racionalismo e ao Empirismo da era anterior – a Era da Razão – representando a mudança do objetivo para o **subjetivo**. O universo empírico deixava pouco espaço para a liberdade e a criatividade do espírito humano. A ênfase romântica na Arte e na imaginação é uma reação direta e crítica ao Empirismo.

O Romantismo enfatizava fortes emoções como fonte da experiência estética. Era representado de forma mais poderosa por meio das Artes visuais, da Música e da Literatura, mas possuía também um ramo filosófico.

A Filosofia Romântica é fundamentada na ideia de que o universo é uma entidade única, unida e interconectada, repleta de valores, de tendências e de vida, e não meramente de matéria objetiva e inorgânica. No Romantismo predominam as emoções: os sentimentos estão acima da razão. A visão do Romantismo é que a razão falsifica a realidade ao quebrá-la em entidades desconectadas e inorgânicas, e que a melhor maneira de perceber a realidade é por meio de **sentimentos subjetivos** e pela **intuição**. Dessa forma, participa-se do assunto de nosso conhecimento em vez de enxergar como algo externo. A **Natureza** é uma experiência – não algo a ser manipulado e estudado. Por meio da experiência, o indivíduo se torna mais consciente de seus sentimentos e é isso que o faz criar valores morais.

As raízes da Filosofia Romântica se encontram nas obras de Jean-Jacques Rousseau e de Immanuel Kant. **Rousseau**, que escreveu sobre o "bom selvagem" – o indivíduo que não se corrompeu pela artificialidade e pela sociedade –, acreditava que a civilização preenche o Homem com vontades não naturais e o afasta de sua verdadeira natureza e de sua liberdade inata. **Kant** acreditava que os seres humanos não enxergam o mundo de forma direta, e sim, por meio de uma série de categorias. Isto é, o homem não enxerga as coisas "por si só"; em vez disso, compreende o mundo apenas por meio de seu ponto de vista humano.

As origens do Romantismo se encontram na Alemanha. Alguns dos filósofos e escritores associados ao movimento Romântico foram Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling (1775-1854) e George Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), na Alemanha; Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) e William Wordsworth (1770-1850), na Grã-Bretanha.

O **Idealismo** é a doutrina de que **ideias** e **pensamentos** constituem a realidade fundamental. Essencialmente, é qualquer corrente filosófica que defenda a ideia de que a única coisa verdadeiramente concebível é a **consciência** (ou o conteúdo da consciência) e que não se pode ter certeza a respeito da existência de qualquer coisa do mundo externo. Portanto, as únicas coisas reais são entidades mentais, não físicas, pois estas existem apenas à medida que são percebidas.

A teoria de Kant sustentava a ideia de que não enxergamos as coisas por si só: apenas compreendemos o mundo por meio de nosso **ponto de vista humano**. Os Idealistas alemães que deram continuidade à filosofia de Kant – adaptando e ampliando sua obra por meio de suas interpretações sobre o Idealismo – podem ser considerados românticos. Os mais importantes desses filósofos foram: Johann Gottlieb Fichte, Friedrich Schelling, Georg Wilhelm Friedrich Hegel e Arthur Schopenhauer.

[www.educabras.com](http://www.educabras.com)

## Positivismo

### Características Gerais do Positivismo

Ao idealismo da primeira metade do século XIX se segue o positivismo, que ocupa, mais ou menos, a segunda metade do mesmo século, espalhado em todo o mundo civilizado. O positivismo representa uma reação contra o apriorismo, o formalismo, o idealismo, exigindo maior respeito para a experiência e os dados positivos. Entretanto, o positivismo fica no mesmo âmbito imanentista do idealismo e do pensamento moderno em geral, defendendo, mais ou menos, o absoluto do fenômeno. "O fato é divino", dizia Ardigò.

A diferença fundamental entre idealismo e positivismo é a seguinte: o primeiro procura uma interpretação, uma unificação da experiência mediante a razão; o segundo, ao contrário, quer limitar-se à experiência imediata, pura, sensível, como já fizera o empirismo. Daí a sua pobreza filosófica, mas também o seu maior valor como descrição e análise objetiva da experiência - através da história e da ciência - com respeito ao idealismo, que alterava a experiência, a ciência e a história. Dada essa objetividade da ciência e da história do pensamento positivista, compreende-se porque elas são fecundas no campo prático, técnico, aplicado.

Além de ser uma reação contra o idealismo, o positivismo é ainda devido ao grande progresso das ciências naturais, particularmente das biológicas e fisiológicas, do século XIX. Tenta-se aplicar os princípios e os métodos daquelas ciências à filosofia, como resolvidora do problema do mundo e da vida, com a esperança de conseguir os mesmos fecundos resultados. Enfim, o positivismo teve impulso, graças ao desenvolvimento dos problemas econômico-sociais, que dominaram o mesmo século XIX. Sendo grandemente valorizada a atividade econômica, produtora de bens materiais, é natural se procure uma base filosófica positiva, naturalista, materialista, para as ideologias econômico-sociais.

Gnosiologicamente, o positivismo admite, como fonte única de conhecimento e critério de verdade, a experiência, os fatos positivos, os dados sensíveis. Nenhuma metafísica, portanto, como interpretação, justificação transcendente ou imanente, da experiência. A filosofia é reduzida à metodologia e à sistematização das ciências. A lei única e suprema, que domina o mundo concebido positivisticamente, é a evolução necessária de uma indefectível energia naturalista, como resulta das ciências naturais.

Dessas premissas teóricas decorrem necessariamente as concepções morais hedonistas e utilitárias, que florescem no seio do positivismo. E delas dependem, mais ou menos, também os sistemas político-econômico-sociais, florescidos igualmente no âmbito natural do positivismo. Na *democracia moderna* - que é a concepção política, em que a soberania é atribuída ao povo, à massa - a vontade popular se manifesta através do número, da quantidade, da enumeração *material* dos votos (sufrágio universal). O *liberalismo*, que sustenta a liberdade completa do indivíduo - enquanto não lesar a liberdade alheia - sustenta também a livre concorrência econômica através da lida mecânica, do conflito *material* das forças econômicas. Para o *socialismo*, enfim, o centro da vida humana está na atividade econômica, produtora de bens *materiais*, e a história da humanidade é acionada por interesses *materiais*, utilitários, econômicos (materialismo histórico), e não por interesses espirituais, morais e religiosos.

O positivismo do século XIX pode semelhar ao empirismo, ao naturalismo, dos séculos XVII e XVIII, também pelo país clássico de sua floração (a Inglaterra) e porquanto reduz, substancialmente, o conhecimento humano ao conhecimento sensível, a metafísica à ciência, o espírito à natureza, com as relativas consequências práticas. Diferencia-se, porém, desses sistemas por um elemento característico: o conceito de *vir-a-ser*, de *evolução*, considerada como lei fundamental dos fenômenos empíricos, isto é, de todos os fatos humanos e naturais.

Tal conceito representa um equivalente naturalista do historicismo romântico da primeira metade do século XIX, com esta diferença, entretanto, que o idealismo concebia o *vir-a-ser* como desenvolvimento racional, teológico, ao passo que o positivismo o concebe como evolução, por causas. Através de um conflito *mecânico* de seres e de forças, mediante a luta pela existência, determina-se uma seleção natural, uma eliminação do organismo mais imperfeito, sobrevivendo o mais perfeito. Daí acreditar o positivismo firmemente no progresso - como nele já acreditava o idealismo. Trata-se, porém, de um progresso concebido naturalisticamente, quer nos meios quer no fim, para o bem-estar material.

Mas, como no âmbito do idealismo se determinou uma crítica ao idealismo, igualmente, no âmbito do positivismo, a única realidade existente, o cognoscível, é a realidade física, o que se pode atingir cientificamente. Portanto, nada de metafísica e filosofia, nada de espírito e valores espirituais. No entanto, atinge a ciência fielmente a sua realidade, que é a experiência? E a ciência positivista é pura ciência, ou não implica uma metafísica naturalista inconsciente e, involuntariamente, discutível pelo menos tanto quanto a metafísica espiritualista? Nos fins do século passado e nos princípios deste século se determina uma crise interior da ciência mecanicista, ideal e ídolo do positivismo, para dar lugar a outras interpretações do mundo natural no âmbito das próprias ciências positivas. Daí uma revisão e uma crítica da ciência por parte dos mesmos cientistas, que será uma revisão e uma crítica do positivismo.

Nessa crítica e vitória sobre o positivismo, pode-se distinguir duas fases principais: uma negativa, de crítica à ciência e ao positivismo; outra positiva, de reconstrução filosófica, em relação com exigências mais ou menos metafísicas ou espiritualistas.

[mundodosfilosofos.com](http://mundodosfilosofos.com)

## 2. O IMPERIALISMO

### A Primeira Crise do Capitalismo Industrial

A industrialização em escala mundial trouxe consigo o problema da superprodução e, conseqüentemente, das crises econômicas típicas do capitalismo. De acordo com uma teoria, a falta de controle da produção explica as crises de superprodução, quando os preços começam a cair vertiginosamente e provocam a paralisia da vida econômica, com sua natural repercussão social: o desemprego. Outra explicação atribui a crise ao excesso de lucros dos empresários, resultante dos baixos salários pagos aos trabalhadores, que se viam impedidos de comprar as mercadorias produzidas pela indústria; encarada sob este ângulo, a crise não seria propriamente de superprodução, mas de subconsumo. Entre 1873 e 1896, a Europa foi marcada por uma grande depressão, a primeira crise do capitalismo industrial.

Para solucionar a crise foram adotadas duas medidas. A primeira foi a concentração de capitais, com a formação de grandes empresas - **trustes**, muitas vezes controlados por um **holding**, que adquiria a totalidade ou a maioria das ações de outras, que passavam a ser suas subsidiárias - e aos acordos entre empresas para controle do mercado - **cartéis**. Essas mudanças caracterizam a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. A segunda foi a abertura de novos mercados consumidores de produtos industrializados na África e na Ásia, originando um novo colonialismo.



## O Neocolonialismo

A corrida colonialista do século XIX começou com o rei Leopoldo II, da Bélgica. A Inglaterra, França, Espanha, Portugal e Estados Unidos também participaram ativamente da partilha colonial. A Itália e a Alemanha entraram tardiamente na disputa, envolvidas em seus processos de unificação.

As colônias, além de consumidoras de produtos industrializados, forneceriam à metrópole alimentos e matérias-primas estratégicas, como carvão, ferro e petróleo. Elas também receberiam investimentos de capitais que não pudessem ser investidos no aumento da produção europeia, pois isso agravaria a crise de superprodução. Além do mais, a rentabilidade desses empréstimos seria mais alta nos países mais pobres, a partir de investimentos na implantação de uma infraestrutura, como iluminação, energia, transporte etc.

Para as colônias também seriam carreados os excedentes demográficos que agravavam os problemas sociais das metrópoles, evitando-se, assim, a perda dessa mão-de-obra com a emigração. As colônias se transformariam em elementos de prestígio no conceito internacional das nações: maior população para o recrutamento militar, pontos de apoio para a marinha e pontos de abastecimento para as rotas oceânicas. Finalmente, as sociedades européias estimulavam as viagens de exploração pelo continente africano e asiático, e os missionários desejavam expandir a fé cristã e a civilização do homem branco, considerada superior a partir das teorias formuladas com base nas ideias do naturalista inglês Charles Darwin.

A corrida colonialista em direção aos continentes africano e asiático produziu inúmeros atritos entre os países colonialistas, constituindo-se em um dos fatores básicos do desequilíbrio europeu, responsável pela eclosão da Primeira Guerra Mundial.

### A partilha da África

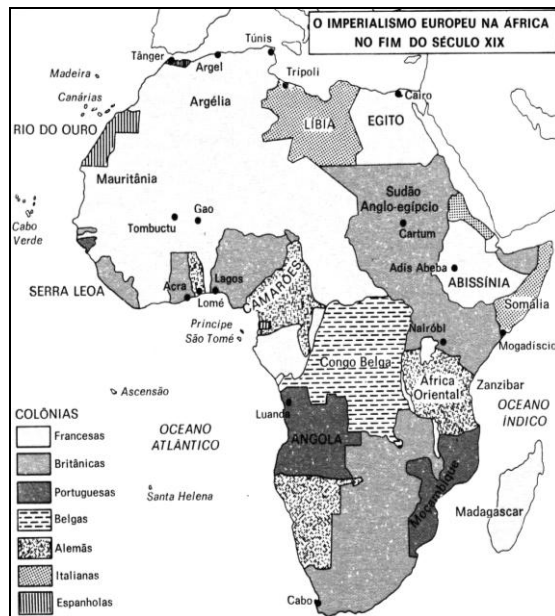
Em 1830, a França deu o primeiro passo na corrida colonialista, com a conquista da África. Os exércitos franceses iniciaram a conquista da Argélia, que somente foi completada em 1857. No início do século XX, os domínios franceses estenderam-se sobre a Tunísia, Marrocos, África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, Madagascar e Costa Francesa da Somália.

A Inglaterra, por sua vez, detinha o controle de um vasto território que compreendia, dentre outros, o Egito, a África Oriental Britânica (atual Quênia), Rodésia, Uganda, Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro e Nigéria. Na colônia do Cabo, a descoberta de minas de ouro em Johannesburg (Transvaal) provocou uma violenta guerra contra os agricultores calvinistas holandeses – denominados Bôers – estabelecidos nas pequenas repúblicas de Transvaal e Orange. Após a **guerra dos Bôers** (1899-1902), a região foi anexada à colônia do Cabo e de Natal, originando, em 1910, a União Sul-Africana.

A Alemanha, que entrou tardiamente na corrida colonial, adquiriu apenas Camerum (atual República dos Camarões), o Sudoeste Africano e a África Oriental Alemã (atual Tanganica). A Itália anexou o litoral da Líbia, Eritreia e Somália. Os antigos países colonizadores da Europa, Portugal e Espanha, ficaram com porções reduzidas: a Espanha, com o Marrocos Espanhol, Rio do Ouro e Guiné Espanhola; Portugal, com Moçambique, Angola e Guiné Portuguesa.

Em 1876, o rei Leopoldo II, da Bélgica, deu novo impulso ao colonialismo, reunindo em Bruxelas um congresso de presidentes de sociedades geográficas, com o objetivo, segundo ele, de difundir a civilização ocidental. No fundo, seus interesses eram meramente espoliativos. Formou-se, então, uma Associação Internacional Africana e, posteriormente, um Comitê de Estudos do Alto Congo para iniciar a exploração e a conquista do Congo Africano. Os capitais que financiavam a sociedade eram de particulares, sendo o próprio Leopoldo II um dos principais contribuintes da Bélgica.

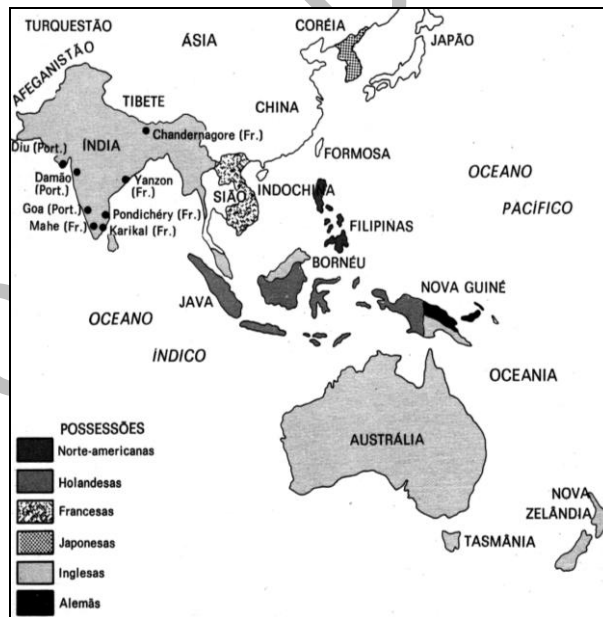
A **Conferência de Berlim** (1884-1885), convocada por Bismarck, primeiro-ministro da Alemanha, foi o marco mais importante na corrida colonialista. A principal finalidade era legalizar a propriedade pessoal do rei Leopoldo II, da Bélgica, sobre o Estado Livre do Congo e estabelecer as regras da partilha da África entre as principais potências imperialistas.



### A Colonização Asiática

Ásia manteve-se praticamente isolada até o século XIX. Apenas alguns portos estavam abertos aos comerciantes ocidentais, que aí recebiam os produtos do Oriente para comercialização no Ocidente, permanecendo, assim, quase que imune às influências estrangeiras.

Essa situação modificou-se radicalmente no transcorrer do século XIX. Os países ocidentais passaram do simples comércio portuário para a política de zonas de influências, promovendo uma verdadeira partilha. Começaram os investimentos em ferrovias, que abriram o mercado asiático para os produtos ocidentais.



### A Índia

Os portugueses foram os primeiros europeus a chegarem à Índia, com a expedição de Vasco da Gama em 1498. No século XVI, apareceram os holandeses, franceses e ingleses. A Inglaterra apossou-se definitivamente da península em 1763. Em 1806, a Birmânia foi anexada à Índia. No ano 1857, a presença inglesa provocou a revolta dos nativos que serviam no exército colonial, eclodindo a **Revolta dos Sipaiois**, esmagada em 1859. Como conseqüência, a Índia passou a fazer parte do Império Britânico, reconhecendo a rainha Vitória como imperatriz.

## A Revolução Meiji no Japão

Durante séculos o Japão viveu sob regime feudal, até que em 1542 chegaram os primeiros navegadores portugueses. Em seguida vieram os espanhóis, que organizaram diversas missões jesuíticas. No final do século XVI, porém, os portugueses e os espanhóis começaram a ser perseguidos e exterminados. No ano 1616 ordenou-se o extermínio de todos os católicos japoneses e, em 1648, o Japão fechou os portos aos estrangeiros e se isolou do mundo exterior durante mais de dois séculos.

Em 1854, uma esquadra norte-americana, sob o comando do Comodoro Perry, forçou a abertura dos portos japoneses ao comércio mundial. Esse fato provocou uma revolução interna: o feudalismo foi abolido e o país, rapidamente europeizado, passou a adotar técnicas científicas e militares. Com essa modernização, o Japão conseguiu duas grandes vitórias: contra a China, na Guerra da Coréia (1894-1895), na qual os japoneses ficaram com Formosa e Coréia; e contra a Rússia, na Guerra da Manchúria, na qual os japoneses se apossaram de Port Arthur e da metade do sul da Ilha Sacalina (1904-1905).

## A China

A abertura dos portos chineses ao comércio estrangeiro deu-se com uma série de guerras travadas contra as nações estrangeiras: a **Guerra do Ópio** (1840-1842), motivada pela destruição de carregamentos de ópio pertencentes a súditos ingleses, pelos chineses, que permitiu a conquista de Hong-Kong, Xangai e Nanquim; a guerra contra a França e a Inglaterra (1858-1860), que fez com que a China perdesse partes de seu território – os franceses ocuparam a Indochina – e fizesse novas concessões ao comércio; e, finalmente, na guerra contra o Japão os chineses são novamente derrotados, perdendo Formosa e Coréia.

A reação contra a invasão da China partiu de um movimento nacionalista, chefiado por uma sociedade secreta, conhecida como Punhos Unidos. Os **Boxers**, como eram conhecidos, promoviam atentados contra os estrangeiros residentes na China. As nações européias organizaram uma expedição conjunta para punir a sociedade e o governo chinês que a apoiava, surgindo daí a **guerra dos Boxers**, que completou a dominação da China pelas potências ocidentais.

Alguns anos após a efetivação da paz, o **kuomintang**, um partido nacionalista democrático, sob a liderança de Sun-Yat-Sen, promoveu uma revolução contra a monarquia, conseguindo proclamar a República no ano 1911.

## Consequências do Imperialismo

A corrida colonialista do século XIX trouxe lucros incalculáveis para as potências européias, ao mesmo tempo em que solucionou as crises internas de mercado e de superpopulação. Mas, por outro lado, a disputa européia pelas colônias causou profunda insatisfação entre as grandes potências, provocando inúmeras rivalidades: franco-inglesa no Egito e no Sudão, anglo-germânica na África do Sul, franco-italiana na África do Norte e na Etiópia, anglo-russa na Ásia Central e no Extremo Oriente, e franco-alemã no Marrocos. O mundo estava às portas do primeiro grande conflito do século XX: a Primeira Guerra Mundial.

O neocolonialismo trouxe um saldo negativo na balança de comércio das nações colonizadas. Ao mesmo tempo, submeteu esses povos à dominação estrangeira, que desencadeou violentas ondas de massacre na Índia, Indochina e África. As populações africanas e asiáticas foram frequentemente espoliadas e literalmente condenadas a trabalhos forçados. Os portadores da cultura europeia impunham aos dominados uma violenta segregação racial, obrigando os nativos a viverem submissos aos colonos europeus, que não permitiam a sua participação em qualquer cargo de importância.

## 3. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

### I. Contexto de Época

A Europa era, no período que antecedeu a Primeira Guerra, a mais importante região do globo. Os avanços que o velho continente vivenciou não se limitaram às conquistas materiais em termos de bens de consumo e armamentos, outros setores foram igualmente desenvolvidos, tais como: a medicina, o transporte, as comunicações, o sistema financeiro, sem contar com o grande desenvolvimento intelectual do período.

Enquanto a Inglaterra e a França controlavam 7/10 da capacidade de produção e da mão de obra qualificada do planeta, somente dois países cresciam nos mesmos índices, os EUA e o Japão. Para chegarem ao nível de desenvolvimento da Alemanha e a Itália, países recém unificados (fim do século XIX), necessitavam de ampliar mais ainda seus mercados, ou melhor, seus domínios coloniais.

Esta corrida imperialista atingira proporções mundiais e a relação tensa, oriunda das disputas nas zonas de influência, acabaram por criar as condições objetivas para o desencadeamento do conflito.

A incorporação da região da Alsácia-Lorena, rica área em minérios, ao território alemão durante seu processo de unificação não era admitida pela França. O conflito diplomático aliado à perda da posse importante fez surgir o revanchismo entre estas duas nações e se intensificou ainda mais na segunda guerra.

Nos Bálcãs, o conflito se dava pelos interesses conflitantes entre dois impérios o Austro-Húngaro e o Russo. A Rússia incentivava o pan-eslavismo pregado pela Sérvia num movimento nacionalista dentro do império Austro-Húngaro. O objetivo era a unificação de todos os povos eslavos da Europa oriental sob um só governo libertando a maior parte da região do jugo austríaco. Para os Russos isto também significava a possibilidade de controle de uma saída direta para o mediterrâneo pelos Bálcãs.

No Norte da África, os interesses conflitantes são de um lado a Inglaterra e a França e do outro a Alemanha e a Itália. O problema maior foi no Marrocos, área importantíssima, que ficou entregue aos franceses que num acordo com a Inglaterra em troca do Marrocos lhe garantiu o monopólio da exploração do Egito, deixando fora dos domínios do Norte da África os italianos e os alemães.

Estes conflitos territoriais/de mercado, no decorrer dos acontecimentos foram provocando uma política de formação de blocos, ou melhor, de alianças. A primeira formação fez surgir a Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-Húngaro e a Itália) em 1882 e na Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia) em 1907.

Concomitante com a formação dos blocos, marcada pelos movimentos nacionalistas exacerbados e pela corrida imperialista, este momento vê nascer chamada paz armada, período em que as nações envolvidas no processo expansionista se armam e equipam seus exércitos se preparando para o eventual conflito.

## **II. Estopim**

O quadro de tensão permanente e preparo para a guerra entre as nações nos faz entender plenamente porque um pequeno incidente entre a Áustria e a Sérvia foi capaz de iniciar uma guerra de tamanhas proporções.

No dia 28 de julho de 1914, o arquiduque austríaco Francisco Ferdinando e sua esposa foram assassinados na cidade de Sarajevo, na Bósnia. A visita do arquiduque a região que pretendia se unificar contra o domínio austríaco foi uma provocação de quem pretendia controlar toda a região dos Bálcãs demonstrando com a viagem sua autoridade.

Aproveitando-se da presença do arquiduque um manifestante do movimento mão negra, que lutava pela causa nacionalista do pan-eslavismo e pela manutenção da independência da Sérvia assassina os representantes do trono austríaco o que faz com que a Áustria declare guerra a Sérvia que é socorrida pela Rússia e que precipita também a entrada da Alemanha no conflito arrastando consigo a França e a Inglaterra. Esta iniciada a primeira guerra mundial.

## **III. A Guerra**

O conflito embora tenha sido em escala mundial, este ocorreu basicamente no continente europeu, com algumas intervenções na África e na Ásia. A guerra se distribuiu em várias frentes de batalha (ocidental, alpina, balcânica, oriental, do oriente médio, da África, do Pacífico e a marítima no Atlântico e no Mediterrâneo)

No início do conflito os dois lados acreditavam em uma vitória rápida, o que era demonstrado no grande apoio popular à guerra e ao assassinato de pacifistas, principalmente socialistas. Outro fator importante no início da guerra foi a neutralidade dos italianos.

Neste período desenvolveram-se de forma exacerbada as técnicas produtivas e conseqüentemente a indústria. Novas armas surgiram como: artilharia pesada, metralhadoras, armas de repetição, lança-chamas, gases tóxicos e o Tanque de guerra. No mar desenvolveram-se navios encouraçados, os submarinos armados com torpedos e minas explosivas. No ar o avião passa a ser equipado com bombas e metralhadoras tornando-se assim uma arma letal.

O ano de 1915 traz duas novidades para a guerra, a entrada da Itália na guerra contra seus aliados Alemanha e Áustria, os motivos são os acordos secretos com a França e a Inglaterra que lhe garantiam as regiões do Trentino, Tirol e Ístria, então sob domínio austríaco. No mesmo ano o Japão entra também na guerra contra a Tríplice Aliança tomando territórios alemães na China e na Ásia, se retirando do conflito logo em seguida.

Uma das características mais perversas da primeira guerra foi a chamada guerra de trincheira que, submetendo o homem a uma condição subumana e sem efeito prático nenhum, pois não avançavam em conquistas territoriais. Este tipo de confronto só foi eficiente no morticínio humano, para ilustrar citaremos a batalha de Somme que após um mês de lutas intensas trouxe um saldo de quinhentos mil alemães e seiscentos mil franceses e ingleses.

Em 1917 mais dois grandes fatos marcam definitivamente a primeira guerra, a saída da Rússia e a entrada dos EUA no conflito. A Rússia arruinada ainda mais pela desastrosa participação na guerra acirra as contradições internas que acabam por fazer surgir a primeira república socialista do planeta e, com isso, sua retirada que ocorrerá em 1918 no ato da assinatura do tratado de Brest-Litovsk. Os EUA já participavam indiretamente do conflito fornecendo três quintos de suas exportações para a Tríplice Entente, o que obrigou a entrada da potência americana na guerra para salvar seus grandes credores da derrota e de uma provável falência. O motivo foi o afundamento de navios mercantes norte-americanos pelos submarinos alemães

Desde 1917 vários países já formulavam propostas de paz defendendo a chamada paz sem vencedores e sem que houvessem anexações territoriais ou indenizações. A mais famosa destas propostas foi a do presidente dos EUA Woodrow Wilson em seu programa dos 14 pontos que, inclusive, foram jogadas de avião para soldados e o povo alemão.

Em 1918, a Bulgária, o Império Turco e o Austro-Húngaro saem da guerra, sozinha, a Alemanha passa por uma série de manifestações e greves internas derrubam o Kaiser e o novo governo retira suas tropas da França e aceita participar das negociações de um acordo de paz.

#### **IV. Os tratados de Paz**

Na Conferência de Paz, os acordos foram determinados pelos chamados “quatro grandes” (EUA, Inglaterra, França e Itália). As condições impostas à Alemanha foram extremamente duras e sem o menor vínculo com o programa dos 14 pontos de Wilson. Foi imposta a paz dos vencedores.

A Alemanha ficou desmilitarizada, a região do Sarre foi ocupada militarmente pelos vencedores, a Alsácia-Lorena foi devolvida à França, a Polônia passa a ser um Estado livre e o porto de Gdansk foi declarado cidade livre.

Outros desdobramentos do Tratado de Versailhes foram: a Áustria foi dividida e a Hungria se tornou independente; formam-se a Iugoslávia, com os eslavos do sul e a Tchecoslováquia com os eslavos do norte; a Turquia perde seu império sobrando-lhe somente o domínio sobre a Ásia Menor; a Rússia perde os países bálticos (Estônia, Letônia, Lituânia e Finlândia).

A tentativa de imposição da paz dos vencedores fez com que os “quatro grandes” criassem também, sobre a influência dos EUA, a Liga das Nações que teria como atribuição manter a paz e as vantagens sobre a Alemanha. A Liga foi um fracasso inclusive não contou com a participação de seu mentor, os EUA. Esta conduta norte-americana é explicável por causa de sua postura isolacionista em relação a política internacional.

#### **V. Consequências da Guerra**

Além do desenvolvimento tecnológico com o uso intensivo do motor a combustão em navios, tanques de guerra e carros, temos que destacar o desenvolvimento de sintéticos derivados do petróleo. O uso do avião para artilharia e bombardeio. O uso do rádio foi intenso e no campo da medicina temos a popularização do uso da penicilina (primeira geração dos antibióticos) e a ampliação das técnicas de medicina.

Quanto a questão de gênero a guerra deixará como consequência mais importante a inserção definitiva da mulher no mercado de trabalho. A partir da inclusão da mulher no sistema produtivo de forma constante, surgirão as conquistas trabalhistas, sociais e políticas da mulher ocidental.

Quanto a questão geopolítica e econômica o fim da guerra trouxe a extinção de dois velhos impérios, o Turco Otomano, de 1299, e o Austro Húngaro, de 1867, afastando do poder uma das famílias absolutistas mais tradicionais da Europa, os Habsburgo. Enquanto isso os Estados Unidos da América iniciam o seu processo de dominação hegemônica do mundo capitalista.

### **4. REVOLUÇÃO RUSSA**

#### **I. Introdução**

A primeira Guerra Mundial foi um marco decisivo na organização do mundo como conhecemos atualmente. Isso porque, ela delimitou a decadência da Europa como centro hegemônico, marcando o surgimento dos Estados Unidos como potência mundial.

Além disso, durante o desenrolar do conflito, foi vitorioso, na Rússia, a primeira revolução socialista do mundo. A partir daí a unidade mundial, que fora praticamente conseguida às vésperas da guerra de 1914, ficou irremediavelmente comprometida.

O mundo, interligado pelas rotas comerciais e pelos interesses capitalistas, dividiu-se em dois blocos: o capitalista, com seu centro hegemônico nos Estados Unidos e o socialista, com a URSS à frente.

Como se explicaria a vitória da revolução socialista na Rússia se esse sistema foi pensado para países altamente industrializados, com uma classe operária forte, e a Rússia possuía uma estrutura fundiária e uma população camponesa vivendo praticamente no feudalismo? Esse é um problema fundamental quando se quer compreender a revolução russa de 1917. Para elucidá-lo, convém conhecer as estruturas socioeconômicas e política da Rússia dos czares, isto é, anteriores à revolução.

## **II. O Absolutismo Monárquico Russo**

No final do século XIX, a Rússia era o Estado mais extenso da Europa. Apesar disso, o império russo obrigava povos e culturas diversas, com graves desequilíbrios sociais, econômicos e políticos. Um dos principais problemas era a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

A reforma de 1861, realizada pelo czar Alexandre II, liberou os servos e distribuiu terras, mas não atingiu os resultados esperados. Poucos camponeses receberam terras em quantidades suficientes. Apenas uma minoria de pequenos e médios proprietários, os Kulaks, se beneficiaram. O restante da população do campo era formada por um miserável proletariado rural.

O tardio desenvolvimento industrial russo se deu graças à participação de capitais estrangeiros, principalmente ingleses e franceses. Mesmo assim a industrialização russa foi inferior as das demais potências europeias. Em 1877, dos cem milhões de habitantes russos apenas um milhão eram operários.

Os Czares russos governavam o império com mão de ferro. Na monarquia russa, opositores do regime eram perseguidos por um eficiente aparelho de repressão policial. Nesse clima, surgiram vários grupos de oposição.

No final do século XIX, as ideias socialistas chegaram até a Rússia. O Partido Social Democrata abrigava os socialistas russos, entre eles Vladimir Ilitch Ulianov, popularmente conhecido como Lênin.

## **III. A Revolução de 1905**

O fim do século XIX foi marcado pela expansão colonial e imperialista das grandes potências, com vistas à divisão do mercado mundial em áreas de influência. Também a Rússia expandiu-se, mas em direção ao Oriente, procurando conquistar territórios sob a influenciada China e do Japão. Com a construção da estrada de ferro Transiberiana, os russos acabaram por se chocar com o imperialismo japonês na Manchúria e na Coreia.

Essa rivalidade em torno dos mercados asiáticos acabou por provocar, em 1904, a eclosão da Guerra Russa Japonesa. O Japão obteve uma esmagadora vitória sobre a Rússia e, pelo tratado de Portsmouth, ficou com o Sul da ilha de Sacolina, Port Artur e o protetorado sobre a Coreia e a Manchúria.

Para a Rússia, porém, a principal consequência da derrota foi a eclosão de 1905. Em Petrogrado, uma manifestação pacífica que culminou com o massacre dos manifestantes pelo exército (o "domingo sangrento") tornou-se o estopim para o início da revolução. O país foi abalado por uma série de greves e revoltas, seguindo-se um motim no porto de Odessa e a rebelião da guarda da fortaleza de Kronstadt.

A burguesia liberal apoiava a insurreição popular, procurando capitaliza-la com o objetivo de instaurar no país um regime constitucional e parlamentar. Os soviets (conselhos de operários, camponeses e soldados) encabeçavam a luta contra o czarismo. Em 1906, reuniu-se a Duma Legislativa, parlamento controlado pela burguesia liberal e pelos grandes proprietários, com o objetivo de redigir uma constituição para o país. Em 1907, o Czar Nicolau II, fortalecido por empréstimos franceses e pelo retorno das tropas que estavam no Oriente, desencadeou a contrarrevolução, dissolvendo os soviets e prendendo ou exilando os membros da oposição. As concessões liberais foram suprimidas e a Duma Legislativa, embora mantida, passou a ter uma existência meramente simbólica.

## **IV. As Revoluções de Fevereiro e Outubro de 1917**

A revolução que depôs o regime Czarista, destruindo a monarquia, foi consequência de uma série de greves organizadas, em 1917, pela classe operária de São Petersburgo, na época já rebatizada de Petrogrado.

A entrada e a permanência da Rússia na guerra provocou um pequeno período de euforia, logo substituído por insatisfações da população civil e dos meios militares. Os soldados, subalimentados e mal armados, eram dizimados aos milhares nas frentes de batalha. Estima-se que em dois anos e meio de guerra, 4 milhões de soldados tenham sido mortos.

Nas cidades, a população civil sofria com invernos rigorosos e com problemas de toda ordem: falta de gêneros alimentícios, inflação desenfreada, perda do poder aquisitivo etc. no plano político, cresceu a oposição na Duma, sobretudo quando Nicolau II assumiu o comando do exército e deixou sob as ordens da czarina Alexandra os negócios internos.

Em fevereiro, eclodiram manifestações populares, primeiro em Petrogrado e depois por toda a Rússia. Em 02 de março de 1917, o Czar abdicou ao trono. Constituiu-se então o primeiro governo provisório, controlado pela burguesia liberal, comandado por Alexandre Kerensky.

Os insurretos de fevereiro sabiam perfeitamente o que não queriam - o czarismo -, mas não conseguiram amadurecer um projeto alternativo de poder, sobretudo porque a insurreição saíra vitoriosa em tempo muito curto.

As forças políticas, nesse período, estavam divididas em três correntes: os Kadetes, partido construídos pela burguesia liberal. Transformando em guardião do conservadorismo, defendia seus direitos de propriedade e a permanência do país na

guerra; o Partido Bolchevista representava o extremo oposto. Propunha a realização de profundas reformas sociais; defendia o confisco das grandes propriedades e o controle da indústria pelos operários. Era contrário à permanência da Rússia na guerra e insistia num movimento de boicote ao conflito, a ser realizado por operários de todo o mundo; os Menchevistas que acreditavam numa revolução gradual, realizada por etapas e por meio de medidas reformistas. Eram contrários à guerra, mas não queriam ver a Rússia derrotada. Viviam numa posição bem ambígua.

A primeira crise ocorreu em abril e foi provocada pela discussão sobre a permanência ou a retirada da Rússia na guerra. Resultou numa coligação entre a Duma e representantes dos Sovietes, que levou Kerensky ao Ministério da Guerra. Decidiu-se pela permanência geral contra os alemães.

Em julho – no que ficou conhecido como os dias de julho – manifestações mais ou menos espontâneas reuniram operários, soldados e marinheiros, que gritavam a palavra de ordem mais popular da época: paz, terra e pão. Foram liderados tardiamente pelo Partido Bolchevista, que acabou derrotado e levado à clandestinidade depois de muitas lutas e choques armados.

Kerensky assumiu então o poder como primeiro ministro, formando o segundo governo de coalizão, cuja maioria era constituída de menchevistas e sociais revolucionários.

Realizou-se, na semiclandestinidade, o VI Congresso do Partido Bolchevista, no qual 175 delegados, representando 177 mil filiados (dos quais 83 mil em Petrogrado e Moscou), aprovaram as propostas de Lênin, as quais afirmavam a necessidade da luta armada para se chegar ao poder, tendo como ponto de lança os Sovietes e a classe operária. A bandeira, então, era: “todo poder aos soviets”.

O Partido Bolchevista crescia, e crescia também sua influência nos soviets. A partir de setembro, os bolchevistas assumiram a maioria dos Sovietes em Moscou, no Baku, no Ural, em Donetsk e em mais de cinquenta cidades. Trotsky elegeu-se presidente do Soviete de Petrogrado, o que acabou com a hegemonia dos menchevistas e sociais-revolucionários que controlavam a organização. O confronto entre Duma e os Sovietes Caminhou a partir de agosto, após uma tentativa de golpe de direita, liderado por Kornilov.

## **V. Guerra Civil (1917 a 1921) e o Governo de Lênin (1921 a 1924)**

Ao tomar o poder, os bolcheviques assinaram a paz com a Alemanha. A nacionalização de terras e a administração das fábricas pelos operários constituíram a grande novidade introduzida pela revolução.

Inicialmente, entretanto, o sistema implantado pela revolução não apresentou bons resultados. A fome e a miséria continuavam atormentando a população russa. As potências estrangeiras tentaram desestabilizar o regime soviético, considerando seu exemplo uma ameaça par a sociedade capitalista.

A guerra civil, que irrompeu em 1918, entre os brancos antigos monarquistas e outros setores que haviam sido derrotados na Revolução de Outubro de 1917, contra os bolcheviques, aprofundou ainda mais a revolução.

Os Kulaks, médios proprietários, foram acusados de trair a revolução. O governo central de Moscou enviou as brigadas de operários ao campo para apoiar o movimento camponês contra os kulaks. A execução de Kulaks e a morte de militantes bolcheviques nos conflitos com os exércitos de russos brancos caracterizaram a guerra civil.

As potências vencedoras da primeira Guerra Mundial, alarmadas com medidas tomadas pelo governo, ajudaram os contrarrevolucionários. Tropas francesas, inglesas, japonesas e norte-americanas desembarcaram no país em socorro aos brancos contra o exército vermelho dos bolcheviques.

Apesar do auxílio estrangeiro, o governo de Lênin triunfou sobre seus inimigos internos e consolidou a revolução comunista no antigo império dos czares. Politicamente o novo regime proclamou a nova ordem social na Constituição de 1918. a constituição soviética contém uma Declaração de Direitos do “povo explorado e trabalhador”, cujo conteúdo era:

- A criação do primeiro Estado socialista, baseado nas doutrinas de Marx e Lênin;
- A independência da Polônia, da Finlândia e dos países bálticos;
- O afastamento da Rússia em relação às potências europeias permitindo que a Alemanha concentrasse seus esforços bélicos na frente ocidental; e
- A profunda repercussão da revolução no plano internacional; a União Soviética tornou-se o foco dos movimentos revolucionários comunistas na Europa.

A Nova Política Econômica (NEP) – ao fim da guerra civil, o país estava totalmente devastado, sua produção industrial reduzida a 18% e sua agricultura, a 30% do que era em 1913. Assim, a fome e a miséria grassavam na Rússia soviética. Apara promover a reconstituição econômica do país, Lênin concebeu a Nova Política Econômica, definida como “um passo atrás para dar dois passos à frente” a NEP consistiu na restauração parcial da economia de mercado com a adoção de uma série de medidas típicas do capitalismo. Assim, foram suprimidos as requisições agrícolas forçadas, desnacionalizadas as fábricas com menos de vinte trabalhadores, restabelecida a escala se salários, permitindo o comércio interno e incentivada

a introdução de capitais estrangeiros no país.

Com a NEP ocorreu, portanto, a coexistência de dois setores distintos de economia: um estadual, basicamente socialista, e um privado, tipicamente capitalista. A NEP, que se estendeu até 1928, trouxe resultados imediatos: em 1924, a produção industrial atingiu 50% e a produção agrícola equiparou-se aos índices de 1913. A partir de então, ficou nítida a diferença entre os socialistas e os comunistas.

## **VI. O Governo Stálin (1924 a 1953)**

Em 1924, a morte de Lênin desencadeou uma luta pelo poder que colocou frente a frente os dois mais destacados dirigentes do Partido Bolchevique: Trotsky, Comissário do Povo para a guerra, e Stálin, Secretário Geral do partido. Muito mais que uma disputa pessoal pelo controle do poder, essa luta representou o confronto entre duas concepções revolucionárias: de um lado, a teoria da revolução permanente, defendida por Trotsky; de outro, a teoria da construção interna do socialista na Rússia, advogada por Stálin.

A primeira afirmativa de consolidação do socialismo na Rússia só seria possível com a simultânea expansão da revolução para os países capitalistas avançados da Europa ocidental. A segunda postulava que, a despeito do fracasso da revolução no Ocidente europeu e do cerco organizado pelas potências capitalistas, só era possível, naquele momento, a construção do socialismo na União Soviética.

A vitória das teses de consolidação do socialismo interno no Soviète (antiga Duma) entrega o poder a Stálin que iniciou um período de terror eliminando possíveis opositores em todas as instâncias da administração, do corpo diplomático, do exército, do partido e das universidades. Evitando seus opositores para prisões, exílio na Sibéria, hospitais psiquiátricos, campos de concentração, ou simplesmente eliminando-os, implantou o domínio do terror – os gulags – e realizou uma depuração geral na classe dirigente e nos setores intermediários do Estado.

Ao governo bolchevique, entretanto, atribuiu-se durante muito tempo a quase milagre de ter transformado a URSS, país atrasado, analfabeto e miserável, em uma das maiores potências mundiais. Nesse processo, teria sido sacrificada a população soviética em favor do fortalecimento e da grandeza do estado. Essa crença foi muito forte e se sustentava, apesar da existência de uma série de problemas não resolvidos, desde econômicas até políticas. Os sacrifícios referiam-se sobre tudo às limitadas produções agrícolas, principalmente do trigo, os outros ligavam-se diretamente às condições de liberdade individual e de liberdade pública como por exemplo: o direito de expressão, o de reunião que não encontrava ressonância num governo totalitário.

A URSS, vivendo praticamente isolada do mundo, por decisão própria ou pela implantação do Cordão Sanitário, depois da Primeira Guerra, apresentou-se no final da década de 1930 como o grande enigma para as potências ocidentais.

Enclausurado em suas fronteiras desde a revolução socialista, construiu não só um regime alternativo ao capitalismo como também emergiu como grande potência, principalmente devido aos planos quinquenais (planificação da economia).

## **5. CRISE DE 1929**

### **I. A Origem da Crise**

A primeira Guerra Mundial sacudiu as estruturas do próprio sistema capitalista na medida em que ela gerou uma enorme quantidade de perdas populacionais e econômicas, tanto na Europa oriental, quanto na França, Alemanha e Itália. Enquanto isso, a América, a Austrália, a Índia e a África do Sul, longe do conflito acabaram por se desenvolver, pois passaram a atender as demandas de matéria prima e de produtos da Europa.

Após a guerra os EUA foram à nação que mais obteve lucros com o conflito se tornando a partir deste momento a maior potência do planeta, o centro do capitalismo industrial e financeiro. Tornaram-se a maior nação credora do mundo, financiando a reconstrução da Europa e o desenvolvimento dos países fora da região beligerante, colocando assim o mercado financeiro internacional girando em torno da economia norte estadunidense. Sua economia menos dependente do comércio exterior e porem, menos integrada ao contexto internacional, e seu protecionismo (maior contradição do liberalismo dos EUA) principalmente agrícola, foram decisivos para proteger sua estrutura produtiva durante e após a primeira guerra.

A euforia econômica tomou conta dos EUA. Enquanto os empresários produziam cada vez mais, a população vivenciava um período de consumo compulsivo, além da cultura de investimentos em ações nas bolsas de valores.

Embora alguns economistas tivessem alertado as autoridades econômicas para o perigo da superprodução, os estadunidenses acreditavam que as primeiras manifestações da crise representavam o funcionamento do próprio sistema capitalista que vive de crises cíclicas. Porém, não se levou em conta a reconstrução gradativa da Europa o que diminuiria o mercado consumidor de seus produtos.

A retração do mercado externo aumentou o estoque de mercadorias, que continuaram sendo produzidas de forma



exagerada. Os grandes estoques passaram a promover, pela própria lei do mercado, uma queda nos preços, além disso, a desaceleração da produção trouxe como consequência imediata o desemprego que gerou, por sua vez, a diminuição do mercado interno, agravando ainda mais a crise.

Em meio aos problemas econômicos, houve uma intensa oferta de ações o que derrubou os preços, gerando uma grande perda financeira para os acionistas. Como se já não bastasse, no dia 24 de outubro de 1929 a oferta de ações foi tão grande que a Bolsa de Valores de Nova Iorque acabou falindo. A quebra da Bolsa gerou a chamada crise internacional do capitalismo, afetando todos os países do globo exceto a URSS, que vivenciava a primeira experiência socialista do planeta.

## **II. As Consequências**

As consequências foram terríveis. A falta de crédito fácil em curto prazo inviabilizava as economias periféricas. O aumento dos juros internacionais aumentava também as dívidas externas dos países endividados. O desemprego maciço e a recessão no comércio e na produção de alimentos e matérias-primas iram provocar a diminuição do meio circulante e, juntamente com o não pagamento das dívidas internacionais, colaboraram para a queda no valor da moeda (inflação). A fome e a miséria se espalham no mundo e esta situação calamitosa na Europa, vai trazer de volta os ressentimentos nacionais abrindo espaço para a ascensão dos estados totalitários de direita.

O liberalismo econômico e sua não intervenção do estado na economia vão sofrer duras críticas e entre elas uma ganhará muita força na comunidade internacional. Estamos falando do Keynesianismo, doutrina econômica pregada por John Maynard Keynes, um inglês que defendia dentro da economia liberal o intervencionismo estatal que funcionaria como regulador das relações do mercado sendo a forma mais eficiente para se evitar as crises.

Neste momento, a necessidade de aumento da riqueza nacional e do bem-estar social exigiram dos Estados Nacionais uma política econômica que gere pleno emprego, estabilidade nos preços, crescimento econômico e estabilidade na balança de pagamentos.

A solução encontrada pelos estadunidenses ficou conhecida como o New Deal, política econômica implementada pelo governo Franklin Delano Roosevelt (1933-45). Esta política baseava-se no Keynesianismo e impunha uma intervenção econômica e financeira ao país por parte do Estado. Intensificou-se a fiscalização nas instituições financeiras e na Bolsa de Valores e criou-se a regulamentação para o funcionamento das associações de operários e sindicatos.

Visando o aumento da produção e do consumo o Estado iniciou o processo de obras públicas tais como: rodovias, barragens e saneamento básico. Para isso o governo passa a comprar da iniciativa privada promovendo o aquecimento do mercado interno. Esta política intervencionista garante a geração de empregos o que aquece ainda mais a economia. Além disso, o Estado regulamenta a jornada de trabalho de 40 horas semanais e cria o salário mínimo. Com esta estratégia Keynesiana os EUA conseguem superar a crise e sai do estado falimentar.

A solução encontrada por alguns países da Europa como a Alemanha, a Itália, Portugal e a Espanha foi a militarização obedecendo o ideário nazifascista e preparando com isso a eclosão da segunda grande guerra.

Enquanto tudo isso acontecia, existia uma ilha não afetada pela crise a URSS, conforme já citamos. Os anos do socialismo stalinista russo serão cruciais para o desenvolvimento industrial do país. Os Planos Quinquenais determinavam o que produzir, como produzir, aonde produzir e como distribuir, irão triplicar a produção nos anos de 1929 a 1940, gerando uma situação bastante diferente da vivenciada no mundo capitalista. O isolacionismo socialista e a planificação da economia transformarão a URSS numa grande potência internacional.

## **6. TOTALITARISMO DE DIREITA: NAZI-FASCISMO**

### **I. A ASCENÇÃO DO TOTALITARISMO**

A Alemanha e a Itália saíram extremamente debilitadas da primeira guerra mundial. Desemprego, inflação galopante, greves, decadência da política liberal e de seus políticos, ameaça do socialismo e a desorganização econômica do pós-guerra incluindo, também, a crise internacional do capitalismo de 1929.

Neste momento crescem em toda a Europa e em várias partes do mundo as pregações em favor de um executivo forte que promoveria a ordem para se alcançar a prosperidade. Esta postura pretendia eliminar a postura individualista liberal assim como o coletivismo socialista.

O apoio às ideias totalitárias vinha de várias camadas da sociedade. A alta burguesia temia a perda de seus privilégios e propriedades, as classes médias empobrecidas temiam a perda do poder aquisitivo e o povo pretendia ingressar no mercado de trabalho, o que seria possível graças a pregação de desenvolvimento de indústrias bélicas.

A mobilização destas camadas da sociedade se dava por intermédio da propaganda, dos grandiosos desfiles militares e manifestações populares que apelavam para o sentimento patriótico da massa em favor da recuperação interna e da

pregação expansionista. Estes movimentos convergiram para a formação de partidos únicos e a degradação dos governos liberais. O apoio burguês veio em forma de financiamento o que foi decisivo para a conquista do poder pelos grupos totalitários de extrema direita. Estas ditaduras impuseram a ordem no sistema garantindo os lucros e a propriedade burguesa.

## **II. A ITÁLIA FASCISTA**

A participação conturbada da Itália na primeira guerra e a vitória sem vantagens ajudará a desgastar os ideais liberais, aumentando o ressentimento nacional diante de uma crise econômico-financeira. Enquanto isso os partidos de esquerda, incluindo o socialista, e o movimento sindicalista (CGL – Confederação Geral dos Trabalhadores) ganharam milhares de adeptos.

Neste momento iniciaram uma série de movimentos grevistas contra o desemprego e a inflação. Temendo a incapacidade do governo para resolver os sérios problemas que desembocavam em alguns momentos em saques a lojas e indústrias, a burguesia passa a apoiar definitivamente um grupo paramilitar de extrema direita, fundado por Benito Mussolini em Milão no ano de 1919 e chamada Fascio di Combattimento. Este fato marca o surgimento do movimento fascista, os camisas negras, chefiados por ex-oficiais e composto por jovens da burguesia, da classe média e até marginais.

Os socialistas convocaram uma greve geral para agosto de 1922, contra a crise e os atentados fascistas contra o movimento operário e os partidos de esquerda. Por causa da divisão interna entre reformistas e revolucionários o movimento fracassou marcando também o início da crise no movimento operário.

Diante do descrédito do regime e da inércia do governo, Mussolini preparou a chamada marcha sobre Roma visando tomar o poder por via militar. Pressionado pela alta burguesia o rei Vitor Emanuel III chamou para a formação de um novo governo o próprio Mussolini que recebeu do parlamento, em outubro de 1922, plenos poderes para nomear um novo ministério e controlar as tensões sociais. Para controlar os movimentos sociais foi instituída a Milícia Voluntária para a Segurança Nacional (a legalização dos Camisas Negras), que imediatamente passou a promover a feroz caça a oposição.

Fraudando as eleições de 1923, os fascistas conseguiram dois terços do parlamento. A fraude foi denunciada pelo deputado socialista Giacomo Matteotti que foi raptado e morto pelos Camisas Negras. Aproveitando-se do fato gerado por ele próprio, Mussolini, edita uma série de leis de exceção, dissolvendo os partidos de oposição, fechando seus jornais e impondo severa censura à imprensa, os deputados da oposição perderam seus mandatos, foram presos, mortos e deportados.

O guia da nação, o Duce, passou a governar por intermédio de decretos de forma interventora e autoritária. A legislação trabalhista foi substituída pela fascista Carta Del Lavoro que proibia as greves e transformava os sindicatos em corporações de trabalhadores, patrões e governo. Cria-se a polícia secreta (OVRA), o tribunal para crimes políticos e as listas únicas de candidatos às eleições.

O apoio da Igreja Católica será conseguido após a assinatura do tratado de Latrão, em 1229, que estabelecia o Vaticano como um Estado Pontifício independente.

Para deter os efeitos da crise de 1929, os fascistas iniciaram uma série de obras públicas (estradas, pontes e edifícios), reforçaram a propaganda e o culto a figura do Duce e aumentaram a produção bélica visando iniciar a formação de um império colonial (a volta do antigo Império Romano).

## **III. O NAZISMO NA ALEMANHA**

Ao fim da primeira guerra mundial, as condições terríveis que foram impostas a Alemanha dificultava a reconstrução do país em todos os sentidos. A Crise de 1929 complicou ainda mais a situação, pois a Alemanha dependia de financiamentos dos EUA.

O governo dos socialistas democráticos que haviam fundado a República de Weimar, não conseguiram melhoras as condições econômico-sociais. Aproveitando-se disto o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães – Nazista – angariou muito apoio dos desempregados, ex-combatentes além de inúmeros trabalhadores. Seu líder carismático era Adolf Hitler.

Os nazistas acreditavam que só uma ditadura dirigida por um chefe predestinado poderia salvar a nação. Um outro elemento importante era a ideia da raça superior, a ariana, preparada para guiar o mundo inclusive justificando, se necessário o extermínio de raças inferiores. Acreditavam que se as nações não se expandissem não se desenvolveriam (espaço vital) e pretendiam anexar de volta os territórios perdidos na primeira guerra.

Nas eleições de 1932 o partido nazista era considerado o fiel da balança, e por isso, Adolf Hitler foi convidado para exercer o cargo de primeiro ministro pelo presidente Marechal Hidenburg, que havia sido reeleito. Em seguida foi nomeado Chanceler e iniciou uma enorme e violenta perseguição à esquerda. Recebeu poderes ilimitados do parlamento e com isso fechou partidos e cassou deputados se auto proclamando o Fuhrer.

A política econômica adotada por Hitler baseada no desenvolvimento da indústria bélica e nas grandes obras pública diminuiu vertiginosamente o desemprego. Este fato foi muito bem explorado pelos nazistas que lançavam mão de uma propaganda maciça, que, combinada com a censura e a ação da polícia secreta, a Gestapo, controlavam a opinião pública. A perseguição à oposição foi implacável fazendo surgir os campos de concentração.

A política expansionista de Hitler e sua Alemanha muito bem armada, aumentou a tensão em toda a Europa. O desrespeito frontal ao Tratado de Versalhes e as invasões territoriais promovidas pelo exército alemão foram o estopim necessário para o início da segunda guerra mundial.

#### **IV. A GUERRA CIVIL ESPANHOLA E O FASCISMO IBÉRICO**

Em Portugal, o ministro da fazenda, Antônio de Oliveira Salazar ao tornar-se chefe do governo, instaurou uma ditadura nos moldes fascistas de Mussolini satisfazendo as necessidades burguesas. Sua Constituição proibia greves, criou a polícia política e os sindicatos atrelados ao estado além da instituição dos partidos únicos. A propaganda maciça também foi muito utilizada. Somente em 1974 a revolução dos Cravos daria início a um processo de redemocratização do estado português.

Já na Espanha, o governo da Frente Popular, que assumiu o poder em 1936, tinha sérios problemas para evitar as greves e a insatisfação popular gerando um clima favorável para a ascensão do Partido da Falange de orientação fascista. A Falange era composta pelos militares, católicos e conservadores iniciaram uma guerra civil para a tomada do poder contra o governo, as milícias populares, a burguesia liberal e as brigadas internacionais (voluntários de vários países).

O apoio da Alemanha e da Itália foram decisivos para a vitória da Falange que, liderada pelo generalíssimo Franco, derrotou inclusive o apoio dos governos liberais da Inglaterra e da França. Para Hitler e Mussolini, a guerra civil espanhola serviu como um laboratório para o teste das armas desenvolvidas pelo seu desenvolvimento bélico.

### **7. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

#### **I. Introdução**

A Primeira Guerra Mundial transformou-se no ponto de partida de novos e irreconciliáveis conflitos. Em 1919, o Tratado de Versalhes deixou raízes que possibilitaram um nacionalismo crescente, culminando no totalitarismo nazifascista. O suceder dos acontecimentos posteriores serviu para confirmar as contradições entre as nações, agravando-as, como os efeitos da grande Crise de 1929. A política de apaziguamento de muitos "líderes" políticos do entre guerras (1919-1939) converteu-se num pacifismo frouxo sem qualquer atitude de fato frutífera. O seu destino confundiu-se, na prática, com o da Liga das Nações, órgão que deveria cuidar da paz mundial, ou seja, fracasso total.

De modo geral, a expansão territorial serviu de estopim para o início da Segunda Guerra Mundial, que também teve como causas o tratado de Versalhes, os efeitos da crise de 1929, a política de apaziguamento, o fracasso da liga das nações, o nacionalismo totalitário e a expansão nazifascista.

#### **II. As Expansões Territoriais e o Início do Conflito**

Com os nazifascistas no poder, a política internacional foi pouco a pouco se integrando num quadro conflituosos, em que as pequenas nações viram seus direitos territoriais e de autonomia esquecidos, em que a vontade do mais forte venceu frente à frouxidão pacifista e inédita de muitos Estados. A cada nova agressão expansionista por parte das grandes potências, confirmava-se o fracasso da Liga das Nações e da paz internacional. Assim, em 1931, o Japão invadiu a Manchúria (China) a Itália, em 1935, invade a Etiópia, sob retórica acusativa e complacente aceitação internacional.

Hitler, em 1935, reincorporou o Sarre à Alemanha (perdida pelo Tratado de Versalhes), restabeleceu o serviço militar obrigatório e reocupou em 1936, militarmente, a Renânia (zona desmilitarizada da fronteira com a França, por decisão do Tratado de Versalhes).

A Guerra Civil espanhola (1936 – 1939) deu a Hitler e Mussolini, associados a Franco, condições de testar os novos armamentos e sepultar a nova República Socialista Espanhola. Solidificava-se a aliança Hitler-Mussolini (eixo Roma-Berlim). Outro aliado surgiria com as ações japonesas na Ásia (invadindo a China) chocando-se com a URSS, aproximando o Japão do eixo. As alianças do Eixo, a passividade geral, animaram o Führer a novas investidas.

Em 1938, Hitler invadiu a Áustria, efetivando o Anschluss (união com a Áustria), ratificando com um plebiscito tendencioso. O próximo passo nazista era a Tchecoslováquia, sob o pretexto de que as regiões dos Sudetos tinham população de maioria alemã. Os aliados, Inglaterra e França, "buscando evitar uma confrontação geral" (pelo menos era o que afirmavam publicamente, reuniram-se em Munique afirmavam publicamente), reuniram-se em Munique com Hitler e Mussolini.

Chamberlain (Inglaterra), Deladier (França), Hitler e Mussolini foram os protagonistas de um acordo que entregou a

Tchecoslováquia aos lobos nazistas, à morte. Hitler dava mais um passo a leste. A própria Tchecoslováquia e a URSS (a leste) não participaram da conferência.

Era aparente que os aliados (França e Inglaterra) intencionassem aplacar a sede nazista, dirigindo-os para leste. Mas, na verdade, a sede nazista, por princípio, era insaciável. Hitler já cobiçava, sem cerimônias, o corredor polonês (faixa que separava a Alemanha da Prússia Oriental, por decisão do Tratado de Versalhes), o porto de Dantzig, que dava à Polônia saída para o mar. Inglaterra e França resolveu mudar e prometiam apoio e segurança ao governo polonês, Enquanto isso, Hitler aproximou-se de Stálin (URSS) e estabeleceu o Pacto Germano-Soviético de Não-Agressão e Neutralidade, por 5 anos (1939 – 1945). Hitler tinha agira as mãos livres para avançar sobre a Polônia, assegurado pela neutralidade. Esta, sob uma cláusula secreta do tratado, tomaria a Finlândia. Em 1º de setembro de 1939, Hitler decretou a invasão de Polônia. França e Inglaterra declararam guerra à Alemanha. Começava a Segunda Guerra Mundial.

### **III. A Guerra**

#### **A 1ª fase (1939 – 1940): A Guerra de Mentira e a Blitzkrieg**

O ano de 1939 não trouxe grandes batalhas, pois os países se preparavam, armavam-se a todo vapor para a guerra. Ironicamente, alguns chamaram aquele ano de “ano de mentira”, frente à falta de confrontos. Muitos que abandonaram grandes cidades, como Paris, retornaram acreditando num bom senso superior do homem, triste engano. Em 1940, Hitler iniciou a Blitzkrieg (guerra relâmpago), ataques em “massa” sobre o inimigo com os blindados (Panzer) e aviação (Luftwaff). O avanço nazista foi fulminante, ocupando a Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica (onde os aliados França, Inglaterra e Bélgica – derrotados retiram-se de Dunquerque) e a França. O Marechal Pétain, primeiro-ministro francês, assinou a rendição (rendição de Vichy), quando ainda metade do país resistia bravamente.

Dominado o continente, o próximo passo nazista seria a Inglaterra.

#### **A 2ª fase (1940 –1941): A Batalha da Inglaterra**

A guerra com a Inglaterra foi um verdadeiro duelo a R.A.F (Real Air Force) e a Luftwaff (Força Aérea Alemã), comandada por Goering. O custo humano do duelo foi enorme – mais de 40.000 civis mortos nos bombardeios aéreos – mas o heroísmo da R.A.F. salvaria a Inglaterra, como bem interpretou Churchill quando disse: “nunca deveram tantos a tão poucos”. Conjuntamente à Batalha da Inglaterra, os italianos atacaram o norte africano, objetivando o Canal de Suez, com o propósito de romper as ligações da Inglaterra com seu mundo colonial. Ainda os italianos e os alemães atacaram e ocuparam a Grécia, a Bulgária, a Iugoslávia e toda a região balcânica.

#### **A 3ª fase (1941-1942): O eixo no leste e a entrada da URSS e dos EUA**

Em junho de 1941, Hitler, sem declaração de guerra e traíndo o Pacto de não agressão, avançou sobre a URSS, aplicando o que denominava de “plano Barba Ruiva”. Hitler, afora a diversidade ideológica – socialismo/nazismo – desejava minérios, cereais e petróleo da Criméia russa. Inicialmente, o avanço nazista foi fulminante, alcançando os subúrbios de Moscou. Mas, no ano de 1941, os alemães experimentariam duras e decisivas derrotas. Também, em dezembro de 1941, os japoneses, ambicionando a hegemonia no Pacífico Oriental e dando sequência ao seu expansionismo, atacaram Pearl-Harbour, a maior base naval norte-americana no Pacífico Sul, precipitando a entrada dos EUA na guerra.

Até o início de 1942, Alemanha, Itália e Japão (O Eixo), em contínua expansão, dominaram gigantescas e estratégicas regiões da Europa, África e Ásia.

#### **A 4ª fase (1942-1945): O refluxo do eixo**

O ano de 1942 marcou o final da avassaladora expansão totalitária e iniciou a derrocada do Eixo. Na URSS, os soviéticos venceram em Moscou e principalmente em Stalingrado, iniciando um avanço progressivo aliado em direção à Alemanha (1ª frente).

No oriente, os japoneses foram batidos nas batalhas de Mar de Corol e Midway. No final de 1942, os aliados iniciaram avançando na África e, em 1943, o Exército Anglo-Americano bateu completamente os alemães (Von Römmell) e italianos (uma das mais importantes batalhas do norte africano foi El Alamein). Ainda em 1943, os aliados desembarcaram na Itália, abrindo uma segunda frente de avanço contra os alemães, obtendo a rendição italiana em 03/09/1943.

Em 1944 o exército norte americano desembarca na Normandia iniciando a libertação da França. No oriente, os EUA avançaram, cercando o Japão, ocupando em 1945 Iwojima e Okinawa. Em 05 de agosto de 1945, sob pretexto de abreviar a guerra, os EUA lançaram uma bomba atômica sobre a cidade de Hiroshima e no dia seguinte outra sobre Nagasaki. A 19 de agosto, os japoneses renderam-se incondicionalmente.

Com a queda do Japão, terminava a Segunda Grande Guerra Mundial que resultou na perda de mais de 40 milhões de vidas, num custo material de 1.384.900.000.000 dólares, além dos feridos e outras perdas significativas incalculáveis.

O mundo que surgiu com o final da Guerra estava dividido entre Capitalistas (EUA e URSS) e continuava mais incerto ainda, numa perspectiva catastrófica de um possível conflito nuclear arrasador. Montava-se, assim, a grande herança da humanidade, a incerteza, a insegurança, na antevisão de uma guerra fria que poderia tornar-se total e final.

#### **IV. Os Tratados De Paz**

##### **A conferência de Teerã (1943)**

Stálin, Churchill e Roosevelt definiram que as forças anglo-americanas interviriam na França, completando o cerco de pressão com o Leste russo. No ano seguinte (1944), Eisenhower comandava o desembarque aliado na Normandia. A conferência deliberou também a divisão da Alemanha e as fronteiras da Polônia no pós-guerra e formulou propostas de paz com a colaboração de todas as nações.

##### **A conferência de Yalta (1945)**

Roosevelt, Churchill e Stálin discutiram pontos referentes à criação da ONU, o que se ratificaria em São Francisco – EUA. Definiram a partilha mundial, cabendo à URSS o predomínio sobre a Europa Oriental. Reconheceu-se, no governo da Jugoslávia, Tito, a participação da URSS na rendição do Japão e divisão da Coreia (com áreas de influência soviética e outra americana).

##### **A Conferência de São Francisco (1945)**

A Conferência de São Francisco reuniu 50 nações que criam a ONU. Este órgão possui um Conselho de Segurança, composto por cinco membros permanentes (EUA, Rússia, Inglaterra, China e França) e dez eleitos por dois anos. Existem outras organizações, tais como a FAO (Organização para Agricultura e Alimentação), a UNESCO (Educação, Ciência e tecnologia) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e também a OIT (Organização do Trabalho).

A ONU compreende também uma Corte Internacional de Justiça, sediada em Haia. O objetivo principal da ONU seria manter a paz por meio da segurança internacional e da cooperação entre os povos. Contudo, sua ação foi bastante limitada pela Guerra Fria.

##### **A conferência de Potsdam (1945)**

Stálin, Truman (sucessor de Roosevelt, falecido) e Churchill, com a rendição alemã, decidiram pela desnazificação da Alemanha, a criação do Tribunal de Nuremberg para julgar os criminosos de guerra, a desmilitarização do país, a abolição dos Trustes e Cartéis que subsidiaram o Nazismo, e, principalmente, a divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação: inglesa, francesa, americana (mais tarde dando origem à Alemanha Ocidental) e Soviética (Alemanha Oriental). Este mesmo estatuto foi também aplicado a Berlim (localizado no interior da Zona Soviética). Definiu-se também a cessão de Dantzig à Polônia.

#### **9. EXERCÍCIOS**

01. (2011) A Primeira Guerra Mundial foi um conflito de enormes proporções, ocorrido entre 1914 e 1918, que envolveu quase todo o continente europeu e várias outras regiões do mundo. Sobre esse conflito é correto afirmar que:

- (A) a disputa por regiões coloniais acirrou as rivalidades entre as grandes potências, levando ao fim grandes alianças, como é o caso do desmantelamento da Tríplice Entente.
- (B) a chamada "paz armada" foi imposta ao final do conflito, quando os países europeus já encontravam-se desgastados com a guerra, com o objetivo de cessar os combates e evitar novos conflitos.
- (C) a entrada dos Estados Unidos, com seu apoio econômico e militar, ao lado da Entente, foi fundamental para a derrota da Tríplice Aliança.
- (D) o assassinato de Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, levou o Império austríaco, juntamente com a Rússia, a declarar guerra à Sérvia, dando início ao conflito.
- (E) ao final do conflito, a Alemanha impôs à França a devolução dos territórios da Alsácia-Lorena, ricos em minério de ferro e carvão.

02. (2012) A Primeira Grande Guerra teve início em 1914, estendeu-se até 1918 e envolveu países de todos os continentes. Sobre esse conflito, é correto afirmar que:

- (A) os anos que o antecederam foram marcados por intensa solidariedade e cordialidade entre os países.
- (B) em seus momentos finais, a Alemanha recusou-se a assinar o Tratado de Versalhes, levando os aliados a proporem uma outra paz chamada "Os Quatorze Pontos de Wilson".
- (C) os Estados Unidos não tiveram envolvimento, mantendo sua política isolacionista.
- (D) em 1917, com a ascensão de um governo socialista na Rússia, o país entra na guerra ao lado da Alemanha.
- (E) a segunda fase da guerra (1915-1917) foi marcada pela chamada "guerra de trincheiras", em que cada lado procurava garantir suas posições.

03. (2013) Leia os dois textos abaixo:

#### TEXTO I

"Em 1873, Bismarck instaurou a Liga dos Três Imperadores, da qual faziam parte a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia. Entretanto, as divergências entre a Rússia e a Áustria com relação à região dos Bálcãs, ocasionadas pelo fato de a Rússia apoiar as minorias eslavas da região, desejosas de independência, acabou com essa aliança em 1878. Em 1882, o Segundo Reich une-se ao Império Austro-Húngaro e à Itália."

Vicentino, 2007, modificado

#### TEXTO II

"Somente na última década do Século XIX, a França começou a sair do seu isolamento internacional, conseguindo estabelecer um pacto militar com a Rússia em 1894. No início do século XX, também a Inglaterra se aproximou da França, formando uma Aliança que fundia os interesses comuns dos dois países no plano internacional. Em 1907, a Rússia se aliou à França e à Inglaterra".

Vicentino, 2007, modificado

Os dois textos descrevem a formação de blocos, antecedendo a Primeira Guerra Mundial.

Os textos I e II narram, respectivamente, a formação da:

- (A) Entente Cordiale e da Tríplice Entente.
- (B) Tríplice Aliança e da Tríplice Entente.
- (C) Tríplice Entente e da Entente Cordiale.
- (D) Entente Cordiale e da Tríplice Aliança.
- (E) Tríplice Aliança e da Entente Cordiale.

04. (2012) Durante a década de 1930, enquanto a Alemanha, sob liderança nazista, armava-se e preparava-se para a Guerra, outros países aderiam à "política de apaziguamento", que:

- (A) foi um pacote de ajuda econômica destinado a apoiar os países ameaçados pelo nazismo.
- (B) consistia em ceder territórios à Alemanha a fim de evitar a guerra.
- (C) objetivava apoiar, financeiramente, o movimento comunista internacional para neutralizar o poder nazista.
- (D) foi um acordo de não agressão pactuado entre germanos e soviéticos e apoiado pela maioria dos países europeus.
- (E) foi a postura adotada pela Áustria, Tchecoslováquia e Polônia, de anexar-se à Alemanha, sem disparar um único tiro.

05. (2013) Em março de 1938, a Alemanha, com o apoio de habitantes locais, endossada por um plebiscito, anexou uma região (país) de seu entorno. Essa anexação ficou conhecida como Anschluss (união).

A região (país) anexada(o) por Hitler, nesta ocasião, foi a(os):

- (A) Áustria.
- (B) Renânia.
- (C) Sudetos tchecoslovacos.
- (D) Polônia.
- (E) Dinamarca.

## **VII. BRASIL: REPÚBLICA VELHA**

### **1. REPÚBLICA DA ESPADA**

#### **I. O Governo Deodoro da Fonseca (1889-1891)**

O marechal Manuel Deodoro da Fonseca (Cidade de Alagoas, 5 de agosto de 1827 — Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1892) foi um militar e político brasileiro, proclamador da República e primeiro Presidente do Brasil.

Na noite de 15 de novembro de 1889, foi constituído o Governo Provisório da República recém-proclamada, tendo como Chefe o Marechal Deodoro, com poderes ditatoriais. O ministério foi composto de republicanos históricos, como Campos Sales, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva, e de liberais da Monarquia que aderiram de primeira hora ao novo regime, como Rui Barbosa e Floriano Peixoto.

O primeiro ato do novo governo foi dirigir uma proclamação ao país, anunciando a mudança de regime e procurando justificá-la. Pelo Decreto nº 1 foi adotada, a título provisório, a República federativa como regime político da nação brasileira, até que resolvesse a respeito o Congresso Constituinte que seria convocado. As Províncias do extinto Império foram transformadas em Estados federados.

De todas as Províncias chegaram logo manifestações de adesão ao novo regime, quase sempre da parte dos velhos partidos monárquicos. Destarte, a República foi estabelecida em todo o país praticamente sem lutas, salvo no Estado do Maranhão, em que antigos escravos tentaram esboçar uma reação, correndo às ruas da capital com a bandeira do Império e dando vivas à Princesa Isabel. Foram dispersos pelo alferes Antônio Belo, com o saldo de três mortos e alguns feridos. Os três negros, de que a História não guardou os nomes, foram os únicos mortos da Proclamação da República no Brasil.

Em 16 de novembro, Deodoro mandou uma mensagem ao Imperador destronado, intimando-o a deixar o país dentro de 24 horas, e oferecendo-lhe a quantia de 5 mil contos de réis para seu estabelecimento no exterior. Pedro II recusou a oferta, e partiu na madrugada de 17 de novembro para Portugal, pedindo somente um travesseiro com terras do Brasil, para repousar a cabeça quando morresse.

Na manhã do dia 19 de novembro, o Marechal recebia em sua casa alguns republicanos, liderados por Lopes Trovão, os quais iam submeter já como fato consumado, à sua apreciação, o projeto da nova Bandeira do Brasil. Deodoro, porém, considerou a bandeira que lhe fora apresentada por Lopes Trovão como um arremedo grosseiro da bandeira dos Estados Unidos. Os republicanos insistiram que só restava a Deodoro oficializar a bandeira por eles apresentada, pois a mesma já tremulava em alto mar, no mastro do Alagoas, navio que conduzia o Imperador deportado ao exílio.

Irritado, o Marechal deu um soco na mesa, exclamando: Senhores, mudamos o regime, não a Pátria! Nossa Bandeira é reconhecidamente bela e não vamos mudá-la de maneira nenhuma! Os republicanos ficaram sem resposta e a sua bandeira foi, posteriormente, para o Museu da Marinha, ficando conhecida como a bandeira provisória da República, embora nunca tenha sido oficializada.

A atitude patriótica do Marechal Deodoro, sublinhada com um soco na mesa, foi acompanhada pelo carrilhão da Igreja de São Jorge, que batia doze horas. Disso surgiu a tradição brasileira de só hastear-se a bandeira nacional, no dia que lhe é dedicado (19 de novembro), ao meio-dia em ponto.

#### **Bandeira Provisória da República**

Diante da decisão inflexível de Deodoro, foram mantidos na Bandeira Nacional o losango amarelo no retângulo verde, da antiga bandeira do Império, substituindo-se as armas da monarquia, por uma esfera celeste, tendo ao centro o Cruzeiro do Sul, e cortada por uma faixa branca, com o mote Ordem e Progresso. A bandeira foi desenhada por Teixeira Mendes, presidente do Apostolado Positivista do Brasil, com o auxílio de Miguel Lemos e do professor de Astronomia Manuel Pereira Reis.

Na tarde daquele 19 de novembro, o Chefe do Governo Provisório baixou o Decreto nº 4, oficializando a Bandeira Nacional. A exposição de motivos do Decreto, considerava que as cores verde e amarelo, "independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e integridade da Pátria entre as outras nações".

A primeira nação a reconhecer o novo governo foi a Argentina, em 20 de novembro de 1889. Indispostos com o Império, por suas intervenções militares na região platina, os argentinos promoveram em Buenos Aires homenagens especiais à Proclamação da República no Brasil.

Seguiram à Argentina, os demais países da América: Venezuela (em 5 de dezembro), Bolívia (em 12 de dezembro), o Chile (em 13 de dezembro), o Paraguai (em 19 de dezembro), o Peru (em 27 de dezembro), o México (em 27 de janeiro de 1890) e o Equador (em 29 de janeiro). Os Estados Unidos, nação que os republicanos brasileiros preconizavam como padrão a ser imitado pelo Brasil, retardaram o reconhecimento oficial da República brasileira até 29 de janeiro de 1890. O governo da República Francesa quis aproveitar-se do ensejo para conseguir do Brasil o reconhecimento de seus supostos direitos sobre o norte do

Amapá. Assim sendo, só reconheceu a República brasileira em 20 de junho de 1890. O Império Alemão reconheceu o governo republicano brasileiro em 29 de novembro de 1890. A Grã-Bretanha aguardou que se promulgasse a nova Constituição, e só em 4 de maio de 1891 o representante diplomático do Brasil foi recebido pela Rainha Vitória.

Até o fim de 1891, a República brasileira estava reconhecida por todas as nações civilizadas. Só a Rússia é que não quis reconhecer o novo regime, senão depois do falecimento de D. Pedro II, por ato de 26 de maio de 1892

Como não havia ninguém para anistiar, o governo republicano resolveu decretar a grande naturalização, em 14 de dezembro de 1889, pela qual passariam a ser brasileiros todos os estrangeiros residentes no país que não manifestassem, no prazo de seis meses, o propósito de conservar a respectiva nacionalidade.

A imprensa foi acusada de insuflar perturbações contra o regime. Assim, por um decreto de 23 de dezembro resolveu-se instituir a censura e suprimir a liberdade de imprensa, criando uma junta, composta só de militares, incumbida de julgar sumariamente os que fossem acusados de abusos no exercício do jornalismo. Historiadores afirmam que o Governo Provisório republicano foi a primeira ditadura militar do Brasil.

Em 15 de janeiro de 1890, Deodoro foi aclamado, pelas tropas, Generalíssimo de Terra e Mar, tornando-se, assim, o único oficial-general de seis estrelas no Brasil. Por decreto de 25 de maio, todos os Ministros civis receberam a patente de General-de-Brigada.

Em 7 de janeiro de 1890 foi decretada a separação entre a Igreja e o Estado. Por um decreto de Deodoro, o Brasil deixou de ser um país oficialmente católico, apesar de o catolicismo ser professado pela quase totalidade do povo brasileiro, na época. Foi também extinto o padroado, ou seja, a intervenção do Estado nos assuntos da Igreja.

Em 23 de janeiro do mesmo ano, foi institucionalizado o casamento civil, ficando sem efeitos jurídicos o matrimônio religioso. Também foi instituído o registro civil, proibido o ensino de religião nas escolas públicas e secularizados os cemitérios.

Em 17 de janeiro de 1890, o ministro da Fazenda, Rui Barbosa, intentando deslocar o eixo da economia brasileira da agricultura para a indústria, deu início a uma reforma monetária e bancária, baseada nos melhores livros estrangeiros. A reforma consistia em autorizar os bancos a emitir papel-moeda sem lastro em ouro e prata. O sistema de bancos emissores e as facilidades concedidas para a organização de empresas provocaram inflação e uma desastrosa especulação financeira, com a crise da bolsa e a ruína de numerosos investidores. A crise ficou conhecida como o "encilhamento".

Por iniciativa do Ministro da Guerra, Benjamin Constant, foi reformado o ensino militar, de modo a receber nítida influência da doutrina positivista. Entrando Benjamin em grave divergência com Deodoro, foi transferido para a recém-criada pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, o que significou, de fato, a sua morte política. Para substituí-lo, no Ministério da Guerra, foi nomeado o Marechal Floriano Peixoto.

Em 11 de outubro de 1890, foi promulgado o novo Código Penal, que extinguiu a pena de morte, em tempo de paz, no Brasil.

Duas correntes republicanas se chocavam dentro do próprio Governo Provisório: a corrente liberal-democrática, que visava a uma República federativa e presidencial, com separação de poderes, nos moldes dos Estados Unidos; e a corrente positivista, que defendia uma ditadura republicana, segundo os princípios do filósofo Auguste Comte. Venceu a corrente liberal-democrática, sustentada por Campos Sales, Rui Barbosa e Prudente de Moraes.

Em 17 de janeiro de 1891 houve a última reunião ministerial do Governo Provisório. Nela tratou-se de uma concessão de garantia de juros para as obras do porto de Torres, no Rio Grande do Sul – concessão que Deodoro prometera a um amigo pessoal. Rui Barbosa, o Ministro da Fazenda, que não pôde comparecer à reunião, mandou seu voto por escrito, absolutamente contrário, tanto a esta como a outras garantias de juros. Os Ministros presentes foram todos do mesmo parecer. Deodoro permaneceu irredutível e, quatro dias depois, a 21 de janeiro, aceitava a demissão coletiva do ministério, nomeando, para substituir os Ministros demissionários, antigos políticos do regime monárquico, chefiados pelo Barão de Lucena, amigo íntimo de Deodoro.

## **O Congresso Nacional e a Constituinte de 1890**

Em 3 de dezembro de 1889 o Governo Provisório nomeou uma Comissão especial para elaborar o projeto de Constituição que seria apresentado ao Congresso Constituinte da República. Compunham-na Joaquim Saldanha Marinho, signatário do Manifesto Republicano de 1870, que foi escolhido presidente da Comissão; os republicanos históricos Américo Brasiliense, Francisco Rangel Pestana e os juristas Antônio Luís dos Santos Werneck e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro. Iniciados os trabalhos, três foram os anteprojetos que seus membros elaboraram, os quais foram reduzidos a um só, inspirado nas constituições dos Estados Unidos e da Argentina. Foi entregue, em 30 de maio de 1890, ao Governo que, de 10 a 18 de junho realizou minuciosa revisão, efetuada, em especial, por Rui Barbosa, que melhorou sua redação e modificou sua estrutura. Em 22 de junho de 1890 era aprovado o projeto dito "do Governo Provisório".

O Congresso Constituinte foi convocado por decreto de 21 de dezembro de 1889, para reunir-se no dia 15 de novembro de 1890. No dia 15 de setembro realizaram-se as eleições em todos os estados brasileiros.



O Congresso Nacional Constituinte instalou-se, com toda a solenidade, no dia 15 de novembro de 1890, no Paço da Boa Vista, Rio de Janeiro. O Congresso compunha-se principalmente de pessoal novo na política brasileira: republicanos históricos ou de última hora, muitos militares e alguns remanescentes dos partidos da monarquia, quase sempre discretos ou adesistas entusiastas. Depois de eleger a sua Mesa (sendo eleito presidente do Senado e do Congresso o republicano histórico Prudente de Moraes), o primeiro ato do Congresso foi reconhecer os poderes do Governo Provisório, e prorrogá-los até que se promulgasse a nova Constituição.

Houve um acordo geral para que fosse imediatamente votado e aprovado o projeto do Governo. Não se fizeram, pois, alterações significativas.

Depois de pouco mais de três meses, em 24 de fevereiro de 1891, foi solenemente promulgada a Constituição republicana. Os principais pontos abordados pela primeira Carta Magna da República foram :

- Abolição das instituições monárquicas;
- Os senadores deixaram de ter cargo vitalício;
- Sistema de governo presidencialista;
- O presidente da República passou a ser o chefe do Poder Executivo;
- As eleições passaram a ser pelo voto direto, mas continuou a ser a descoberto (não-secreto);
- Os mandatos tinham duração de quatro anos para o presidente, nove anos para senadores e três anos para deputados federais;
- Não haveria reeleição de Presidente e vice para o mandato imediatamente seguinte, não havendo impedimentos para um posterior a esse;
- Os candidatos a voto efetivo seriam escolhidos por homens maiores de 21 anos, à exceção de analfabetos, mendigos, soldados, mulheres e religiosos sujeitos ao voto de obediência;
- Ao Congresso Nacional cabia o Poder Legislativo, composto pelo Senado e pela Câmara de Deputados;
- As províncias passaram a ser denominadas estados, com maior autonomia dentro da Federação;
- Os estados da Federação passaram a ter suas constituições hierarquicamente organizadas em relação à constituição federal;
- Os presidentes das províncias passaram a ser presidentes dos Estados, eleitos pelo voto direto à semelhança do presidente da República;
- A Igreja Católica foi desmembrada do Estado Brasileiro, deixando de ser a religião oficial do país.

Além disso, consagrava-se a liberdade de associação e de reunião sem armas, assegurava-se aos acusados o mais amplo direito de defesa, aboliam-se as penas de galés, banimento judicial e de morte, instituía-se o habeas-corpus e as garantias de magistratura aos juizes federais (vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos vencimentos). Consagrado artigo especial (Art. 3º) passando para a União a propriedade de uma área de 144.000 m<sup>2</sup> destinada à futura a transferência da capital do Brasil para o planalto central. De todos os aspectos mencionados até aqui, o do Federalismo merece atenção especial. Este modelo de organização do Estado brasileiro adotado pelo regime republicano, a partir da Constituição de 1891, veio atender à um antigo anseio das elites oligárquicas: o da autonomia sobre suas regiões.

Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa:

**(...) A excessiva centralização que caracterizava a administração imperial desgostava uma parcela da opinião pública que considerava tal sistema um entrave ao desenvolvimento do país e à solução dos problemas mais urgentes. A ideia federativa adquiria assim maior prestígio (...) A absorção crescente das províncias pelo Estado constrangia a prosperidade do país e a dívida pública avultava ano para ano, onerando as províncias. No seu entender, isso levaria fatalmente às ideias separatistas: "o grande perigo", "o maior desastre" de que só a federação poderia nos afastar decisivamente. Firmada sob o Império que lhe tolheria os abusos e corrigiria os possíveis excessos, a federação levava o país, com segurança, ao regime democrático e à República.**

**COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2007, p.472-473.**

A autonomia conquistada pelos Estados que formariam a união, fora consolidada na pela Constituição de 1891, a partir dos seguintes artigos:

**Art. 2º - Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não for observado o disposto do artigo seguinte.**

**Art. 5º - Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, às necessidades de seu governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, o solicitar.**

CARONE, Edgar. A primeira república. São Paulo: Difel, 1973, p.93.

De acordo com uma disposição transitória da Constituição de 1891, o presidente e o vice-presidente do primeiro período republicano deveriam ser excepcionalmente eleitos pelo Congresso Constituinte.

Deodoro da Fonseca apresentou-se como candidato a Presidente, tendo como candidato a vice, na mesma chapa, o Almirante Eduardo Wandenkolk. Na época, presidente e vice eram eleitos separadamente. Como já havia forte oposição a Deodoro, esta articulou a candidatura de Prudente de Morais, o presidente do Congresso, tendo o Marechal Floriano Peixoto como candidato a vice. Floriano, além de candidatar-se a vice-presidente, na chapa de Prudente de Morais, apresentou também candidatura própria à Presidência.

Apurada a votação, em 25 de fevereiro de 1891, foi obtido o seguinte resultado na eleição para presidente: Deodoro da Fonseca - eleito com 129 votos; Prudente de Morais - 97 votos; Floriano Peixoto - 3 votos; Joaquim Saldanha Marinho - 2 votos; José Higino Duarte Pereira - 1 voto; cédulas em branco - 2.

Para vice-presidente foi eleito o candidato da oposição, Marechal Floriano Peixoto, com 153 votos, contra 57 recebidos pelo Almirante Wandenkolk.

**Figura 47: Juramento constitucional. Após a promulgação da 1ª Constituição Republicana do Brasil, assumem o poder os Marechais Manuel Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Francisco Aurélio de Figueiredo e Mello**



Após a promulgação da 1ª Constituição Republicana do Brasil, assumem o poder os Marechais Manuel Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Francisco Aurélio de Figueiredo e Mello

A vitória de Deodoro explica-se pelo temor de que o velho Marechal desse novo golpe militar, fechando o Congresso e restaurando a monarquia. Mesmo os líderes da oposição haviam resolvido que, numa eventual vitória de Prudente de Morais, o Congresso lhe daria imediatamente posse do cargo, instalando-se sem demora o governo no próprio edifício do Parlamento, onde esperariam os acontecimentos, convocando para as imediações do prédio as forças militares com cuja lealdade podiam contar.

### **Governo Constitucional: tentativa de golpe e renúncia**

O segundo mandato fora conseguido em grande parte graças à pressão dos militares (especialmente do exército), contra a vontade do setor civil e de parcelas dos militares. Deodoro da Fonseca, em 3 de novembro de 1891, com a aprovação da lei que permitia o impeachment do Presidente, dissolveu o Congresso.

Em 23 de Novembro de 1891, ocorre o episódio da Revolta da Esquadra, quando o Almirante Custódio de Melo, a bordo do encouraçado Riachuelo, ameaça bombardear o Rio de Janeiro, forçando a renúncia do Presidente, que entrega o poder ao vice-presidente, Floriano Peixoto.

O governo de Deodoro da Fonseca, com o fechamento do congresso, a decretação do estado de sítio e a política financeira do ministro Rui Barbosa, ruuiu. Isolado, doente, Manuel Deodoro da Fonseca morreu no Rio de Janeiro, em agosto de 1892, pediu para ser enterrado em trajes civis, no que não foi atendido, seu enterro teve toda a pompa e honras militares.

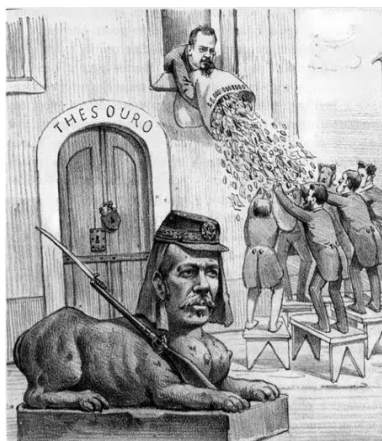
## **II. Governo Floriano Peixoto (1891-1894)**

Marechal Floriano Vieira Peixoto (Vila de Ipioca, 30 de abril de 1839 — Barra Mansa, 29 de junho de 1895) foi um militar e político brasileiro. Primeiro Vice-Presidente e segundo Presidente do Brasil, governou de 23 de Novembro de 1891 a 15 de Novembro de 1894.

Floriano ocupava posições inferiores no exército até a Guerra do Paraguai, quando chegou ao posto de tenente-coronel. Ingressou na política, como presidente da província de Mato Grosso, passando alguns anos como ajudante-geral do exército.

Em 1889 assumiu a vice-presidência de Deodoro da Fonseca, e dois anos depois viria a assumir a presidência com a renúncia do marechal Deodoro. O apelido de "marechal de ferro" era devido à sua atuação enérgica e ditatorial, pois agiu com determinação ao debelar as sucessivas rebeliões que marcaram os primeiros anos da república do Brasil enfrentando diversas revoltas. Entre estas, a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, chefiada pelo Almirante Saldanha da Gama, e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Ambas com apoio estrangeiro. A vitória de Floriano sobre essa segunda revolta gerou a mudança de nome da cidade de Nossa Senhora de Desterro, para Florianópolis ("Cidade Florianiana") em Santa Catarina.

**Figura 48: "A esfinge".**



Angelo Agostini.

Floriano Peixoto entregou o poder em 15 de novembro de 1894 a Prudente de Morais, vindo a morrer um ano depois, em sua fazenda. Em seu governo determinou a reabertura do congresso e o controle sobre o preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e os aluguéis.

### **Governo Prudente de Morais (1894-1898)**

Prudente José de Morais e Barros (Itu, 4 de outubro de 1841 — Piracicaba, 3 de dezembro de 1902) foi um político brasileiro, terceiro presidente do Brasil e primeiro civil a assumir este cargo.

Prudente de Morais representava a ascensão da oligarquia cafeeicultora ao poder nacional, após um período em que essa oligarquia mantinha-se dominando apenas o legislativo.

Bacharel em direito, já 1866 ingressa na política como deputado. Prudente de Morais fez sua carreira no Partido Republicano Paulista (PRP), ao qual se filiou em 1870. Em 1890, após um ano como presidente da junta governativa de São Paulo, é eleito senador; no cargo, chegou a presidir a Assembleia Nacional Constituinte e ser vice-presidente do senado. Disputou a presidência da república em 1891, perdendo o pleito (indireto) para Deodoro da Fonseca por pequena margem de votos.

Durante seu governo, abandonou uma a uma as medidas inovadoras de Floriano Peixoto. Essa cautela de Prudente foi necessária, já que os florianistas ainda tinham certa força, principalmente no Exército. Além disso, o vice-presidente estava ligado às ideias de Floriano. Em síntese, Prudente de Morais imprime uma direção ao governo que atende mais aos cafeeicultores.

No início do seu governo consegue pacificar a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, assinando a paz com os rebeldes, que receberam anistia. Mas pouco tempo depois enfrentaria um movimento rebelde ainda maior: a Guerra de Canudos, no sertão baiano.

**No interior da Bahia, uma comunidade de desenraizados e miseráveis organizou-se em torno de um líder messiânico chamado Antônio Conselheiro, um cearense que pregava pelo sertão nordestino. Por meio de um discurso que identificava a ordem legal com o Mal e defendia uma prática social igualitária como preparação para o juízo final, ele reuniu em torno de si, entre 1893 e 1897, cerca de 30 mil pessoas, a maioria perseguida por coronéis e latifundiários (...) Em Canudos, a posse da terra e de seus produtos era coletiva; a comunidade plantava, criava gado e comercializava com as**

idades vizinhas. Alardeando suas posições contrárias à separação entre Estado e Igreja, e ao casamento civil, Conselheiro foi acusado de monarquista em um momento em que a recém proclamada República brasileira procurava se consolidar. Embora ele tivesse alguma simpatia por um tipo de monarquia, na verdade seu movimento e sua organizados nada tinha de político (...) Não foi assim, porém, que o governo encarou a situação de Canudos. Inicialmente, os integrantes dessa comunidade tiveram de se defender de duas expedições sucessivas da polícia baiana, a qual derrotaram com facilidade. A questão ganhou então importância nacional, e o governo federal enviou tropas militares para destruir a comunidade, sem, contudo, obter êxito (...) Como os conflitos eternizavam-se, desgastando a jovem República, o presidente Prudente de Moraes enviou a quarta expedição para finalmente esmagar Canudos. A resistência dos sertanejos durou até outubro de 1897, quando o arraial foi totalmente destruído e seus habitantes, mortos em verdadeira chacina.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História Geral e do Brasil. São Paulo: Atual, 2009, p.456. (com adaptações)

Se afastou do poder entre 10 de novembro de 1896 e 4 de março de 1897, por estar com a saúde debilitada. Assumiu nesse período o Vice-Presidente, Manuel Vitorino Pereira.

As divergências internas no PRF e a Guerra de Canudos desgastam o governo. Mesmo com a vitória das tropas do governo na guerra, os ânimos não se acalmam. Prudente de Moraes sofreu um atentado a 5 de novembro de 1897; escapou ileso, mas perdeu seu Ministro da Guerra, Carlos Machado Bittencourt. O presidente decretou, então, estado de sítio, para o Distrito Federal (Rio de Janeiro e Niterói) conseguindo assim livrar-se dos opositoristas mais incômodos.

Terminado o mandato, Prudente de Moraes retirou-se para Piracicaba, onde exerceria a advocacia por alguns anos. Faleceu devido a uma tuberculose em 1902.

## 2. POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE NOS GOVERNOS DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

### III. Governo Campos Sales (1898-1902) e a política dos governadores

Manuel Ferraz de Campos Sales (Campinas, 15 de Fevereiro de 1841 — Santos, 28 de junho de 1913) foi um advogado e político brasileiro e Presidente da República do Brasil entre 1898 e 1902.

Bacharel em direito pela faculdade de direito de São Paulo, Campos Sales ingressou, logo após se formar, no Partido Liberal. A seguir, participou da criação do Partido Republicano Paulista (PRP), em 1873.

Elegeu-se senador em 1890, mas renunciou ao cargo quatro anos depois para se tornar governador do estado de São Paulo, cargo que exerceu até 1898. Nesse ano foi eleito presidente da república, substituindo Prudente de Moraes em uma época que a economia brasileira, baseada na exportação de café e borracha, não ia bem. Julgava que todos os nossos problemas tinham uma única causa: a desvalorização da moeda.

Desenvolveu a chamada política dos governadores, através da qual tentou obter o apoio do Congresso através de relações de clientelismo e favorecimento político entre o governo central, representado por si próprio enquanto presidente, estados, representados pelos respectivos governadores, e municípios, representados pelos coronéis

**(...) Coroando a pirâmide de compromissos que, a começar pelos coronéis municipais, terminava na presidência da República, Campos Sales instituiu, em 1900, a chamada "política dos governadores". Essa política estabeleceu um acordo: em troca da garantia de total autonomia e do direito de interferir na composição do Congresso, os Estados davam o seu apoio ao presidente da República. Nas eleições para sucessão presidencial, o presidente em fim de gestão reservava-se o direito de indicar o seu candidato, com prévia consulta aos governadores. Estes, em troca, teriam as mãos livres para "casar e batizar" em cada Estado. "O verdadeiro público que forma a opinião" – dizia Campos Sales – "e imprime direção ao sentimento nacional é o que está nos Estados. É de lá que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, as ruas da Capital da União". Era preciso, pois, evitar as multidões e estabelecer com as elites estaduais uma aliança que as perpetuasse no poder. Essa foi a essência da "política dos governadores".**

Nosso Século. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.195.

Percebe-se que, pela estrutura da política dos governadores, o papel exercido pelos coronéis no interior do país, era de suma importância. Esses, por sua vez, eram líderes oligárquicos que mantinham antigo controle sobre determinadas regiões do país.

**(...) O domínio oligárquico dos Estados tinha por base uma extensa rede de relações, cujo ponto de partida estava na estrutura agrária. O latifúndio monocultor estava e a dependência entre trabalhadores e senhores de terras deram origem ao "regime de clientela" e aos "currais**

eleitorais". No Império e ainda no começo da República, os chefes políticos regionais recebiam o título de major ou coronel da Guarda Nacional, verdadeiro exército de reserva que era mobilizado em casos de guerra ou "desordem social". Nessas ocasiões, cada setor local da Guarda Nacional devia obediência ao coronel de sua região (...) O patriarca local, quase sempre m grande fazendeiro ou senhor de engenho, dirigia a vida econômica e política do "curral" – que englobava sua família, seus lavradores, seus devedores, outras fazendas dependentes, as cidades que viviam do comércio de sua produção agrícola, municípios inteiros, enfim. Todo o curral votava no candidato do patriarca ou coronel. Sua autoridade não tinha limites (...) Para ganhar as boas graças do coronel e os votos de seus dependentes, o partido do Governo fazia vista grossa a seus desmandos. Entre o poder estadual e o patriarca estabelecia-se um compromisso: este último garantia os votos aos políticos da situação, e em troca o Governo lhe assegurava verbas e concessões. Com essas verbas, o coronel promovia alguns melhoramentos no município – construção de ma igreja, de da, de uma ou outra estrada, – conservando a ascendência política na região.

Nosso Século. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.194 (com adaptações)

Segundo o historiador Boris Fausto:

(...) O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo -, existente tanto no campo como nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público (...) Os coronéis forneciam votos aos chefes políticos do respectivo Estado, mas dependiam deles para proporcionar muitos dos benefícios esperados pelos eleitores. Isso ocorria sobretudo quando os benefícios eram coletivos, quando se tratava, por exemplo, de consertar estradas ou instalar escolas.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, 263-264.

A política dos governadores foi a base que tentaria sustentar um esquema de alternância no poder, pelo controle do executivo, entre as elites oligárquicas de São Paulo e Minas Gerais. Apesar de não ter se prolongado por todo o período da República Velha, tal estrutura de poder teve relativo sucesso nos quase dez primeiros anos do regime.

Figura 49: Caricatura de Prudente de Moraes e presidente Campos Sales.



Caricatura de Prudente de Moraes e presidente Campos Sales numa caricatura na "Revista Ilustrada".

Na economia, Campos Sales decidiu que a resolução do problema da dívida externa era o primeiro passo a ser tomado. Em Londres, o presidente e os ingleses estabeleceram um acordo, conhecido como "funding-loan". Com esse acordo, suspendeu-se por 3 anos o pagamento dos juros da dívida; suspendeu-se por 13 anos o pagamento da dívida externa existente; o valor dos juros e das prestações não pagas se somariam à existente; a dívida começaria a ser paga em 1911, com o prazo de 63 anos com juros de 5% ao ano; as rendas da alfândega do Rio de Janeiro e Santos ficariam hipotecadas aos banqueiros ingleses, como garantia.

Então, livre do pagamento das prestações, Campos Sales pôde levar adiante a sua política de "saneamento" econômico. Combateu a inflação, não emitindo mais dinheiro e retirando uma parte de circulação. Depois combateu os déficits orçamentários, reduzindo a despesa e aumentando a receita. Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda, cortou o orçamento do Governo Federal, elevou todos os impostos existentes e criou outros. Finalmente, dedicou-se à valorização da moeda, elevando o câmbio de uma taxa de 48 mil-réis por libra para 14 mil-réis por libra.

Após o mandato presidencial, foi senador por São Paulo e diplomata na Argentina. Faleceu em Santos, em 1913.

## CORONELISMO

O coronelismo caracteriza-se como a reciprocidade entre o poder central exercido pelo governo federal e o local promovido por homens de influência política, cultural e social denominados "coronéis".

Devemos entender que tal conceito está sendo entendido na história do Brasil no período da primeira república (1889 – 1930), momento em que o nosso país tinha um modelo político republicano federalista presidencialista, com a dinâmica econômica agroexportadora. O Brasil vivia seu primeiro momento de democracia representativa do chefe do executivo, todavia, a grande maioria da população não podia votar, pois a carta magna de 1891 restringia os votos aos poucos que sabiam ler e escrever, levando a uma expressão do historiador José Murilo de Carvalho "uma ilha de letrados num mar de analfabetos".

O coronelismo também chamado de mandonismo local se encaixa desse modelo supracitado como sendo a notável autonomia político/ eleitoral e econômico/ social que uma oligarquia local possuía para com a camada humilde da população. Político/ Eleitoral porque como nesse período o voto era aberto e havia um grau elevado de fraude eleitoral, a pessoa capacitada de exercer seu sufrágio estava subjugada aos mandos locais, temendo retaliações e/ou agressões. Econômico/ social, pois esse senhor detinha a maior parte dos instrumentos de produção, concentrando em seu latifúndio a cafeicultura, sustentada por muitos braços. Podemos entender que o café, produto majoritário nas taxas de exportação é uma mercadoria extremamente elitista na produção, pois seu lucro advém de cerca de dois anos, ou seja, não era qualquer produtor rural que tinha condições de plantar café em larga escala, comprar terras e manter a plantação sem capital de giro envolvido.

**Figura 50: As próximas eleições... "de cabresto".**



As próximas eleições... "de cabresto". Na charge de Storni para a revista Careta (1927), uma das mais famosas fraudes eleitorais da Primeira República, o voto de cabresto, recebe a devida crítica. O eleitor recebia um papel com o nome do candidato escolhido pelo coronel da região, e apenas o depositava na urna.

Legenda original era:

Ella – É o Zé Besta?

Elle – Não, é o Zé Burro!

Fonte: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1919>

Esse poder está intimamente interligado com o conceito de clientelismo, pensado como sendo uma troca de favores, em que o beneficiário fica em dívida com o concedente do favor, devendo pagar essa ajuda em momento oportuno solicitado por seu cúmplice. Dessa forma, são feitas várias clientelas e jogos de interesses, onde na prática um governador de estado pode conceder um emprego ao filho do coronel esperando em troca votos nas próximas eleições.

Nesse momento histórico acontece uma tensão no que tange a possibilidade de criação de um estado forte nos moldes republicanos que conseguisse abarcar e não ser relevantemente depreciado pelas relações de poderes individuais que ocorriam no solo brasileiro, trazendo muitas vezes um enfraquecimento sucessivo da figura presidencialista e um fortalecimento do velho parlamentarismo da época do império, onde podemos ver várias vezes à interferência do executivo no legislativo. Ou seja, como ter estabilidade política, nas finanças e socialmente, frente a uma gama de interesses singulares que de muito abalavam as estruturas daquele novo regime de governo republicano/ presidencialista e por consequência mostrar uma confiabilidade para incentivar investimentos e trazer respeitabilidade nas relações internacionais do Brasil? Tal reflexão conversa com a passagem a seguir Esta questão terá grande importância na construção do pacto de consolidação da república.

Percebe – se nitidamente uma pressão internacional para o funcionamento da economia internacional para um funcionamento da economia brasileira segundo padrões confiáveis, bem como a resistência de um pequeno grupo. Campo Sales precisa mostrar que pode cumprir com as exigências dos credores internacionais, especialmente deve provar que controla o congresso nacional, tendo capacidade de implementar determinadas mudanças.

Campo Salles na tentativa de obter maioria de partidários nos jogos políticos do Brasil república, faz uma quantidade perceptível de concessões. Dentre elas podemos ter como relevantes cortes no orçamento, aprovação de muitas reformas e aumento de impostos. Sua tentativa de ter apoio das duas maiores facções políticas, dos concentrados e dos republicanos estava interrelacionada com as expectativas de futuro num âmbito regional e globalizante/nacional. Todavia, uma forte oposição entre tais grupos políticos era preocupante para o governo, então, foi planejado uma reforma que foi denominado de "reforma do regimento" promulgada em 1889 com apoio de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Pernambuco, modificando as normas de reconhecimento dos deputados. Segundo a historiadora Ana Luiza, tal reforma se constituía de dois pontos fundamentais que perpassaram mudanças nos critérios de escolha do presidente das sessões preparatórias e do critério no reconhecimento dos diplomas.

Não querendo aprofundar em uma questão política da época, devemos entender a república velha e o coronelismo unidos com o pacto de campo Sales. É importante ressaltar que "o fenômeno do coronelismo não é de hoje (...)", ou seja, mesmo aludindo tal característica na primeira república, ele é um elemento brasileiro desde o tempo da colônia, onde se confundiam segundo Sérgio Buarque de Holanda no livro "Raízes do Brasil" o público e o privado. O capitão donatário tinha a obrigação de zelar pela capitania hereditária que estava sobre sua tutela, mas aquele território não o pertencia, continuava sendo propriedade do rei de Portugal, porém, pela distância do atlântico e pela dificuldade de fiscalização da coroa, o donatário se comportava como o "dono do lugar" e utilizava fortemente o clientelismo.

**(...) Do ponto de vista da representação política, a Primeira República (1889-1930) não significou grande mudança. Ela introduziu a federação de acordo com o modelo dos Estados Unidos. Os presidentes dos estados (antigas províncias) passaram a ser eleitos pela população. A descentralização tinha efeito positivo de aproximar o governo da população via eleição de presidentes de estado e prefeitos. Mas a aproximação se deu sobretudo com as elites locais. A descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais. Nos casos de maior êxito, essas oligarquias conseguiram envolver todos os mandões locais, bloqueando qualquer tentativa de oposição política. A aliança das oligarquias dos grandes estados, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, permitiu que mantivessem o controle da política nacional até 1930. (...). A primeira República ficou conhecida como "república dos coronéis". Coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional. O coronel da Guarda era sempre a pessoa mais poderosa do município. Já no Império, ele exercia grande influência política. Quando a Guarda perdeu sua natureza militar, restou-lhe o poder político de seus chefes. Coronel passou, então, a indicar simplesmente o chefe político local. O coronelismo era a aliança desses chefes com os presidentes dos estados e desses com o presidente da República. Nesse paraíso das oligarquias, as práticas eleitorais fraudulentas não podiam desaparecer. Elas foram aperfeiçoadas. Nenhum coronel aceitava perder as eleições. Os eleitores continuaram a ser coagidos, comprados, enganados, ou simplesmente excluídos.**

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.41-42.

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E NAS CIDADES

Francisco de Paula Rodrigues Alves (Guaratinguetá, 7 de julho de 1848 – Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1919) foi um político brasileiro e quinto presidente do Brasil.

Último paulista presidente do Brasil, foi eleito duas vezes, cumpriu o primeiro mandato (1902 a 1906), mas faleceu antes de assumir o segundo (que deveria se estender de 1918 a 1922).

Em 1890 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e em 1891 foi nomeado Ministro da Fazenda. Em 1893 foi eleito senador por seu estado, renunciando em 1894 para ocupar novamente a pasta da Fazenda no governo Prudente de Moraes. Rodrigues Alves foi o negociador da consolidação dos empréstimos externos com os banqueiros ingleses Rothschild. Foi governador de São Paulo em 1900 antes de assumir a presidência da República, em 1902.

Seu governo foi destacado pela Campanha de Vacina Obrigatória (que ocasionou a Revolta da Vacina), promovida pelo médico sanitariano e Ministro da Saúde Oswaldo Cruz, e pela Reforma urbana do Rio de Janeiro, realizada sob os planos do Prefeito do Rio de Janeiro, o Engenheiro Pereira Passos.

**A 31 de outubro de 1904, por iniciativa de Oswaldo Cruz, o Congresso aprovou a lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola. Aplicada com êxito na Europa, a vacina era desconhecida do povo brasileiro e encarada com desconfiança. A imprensa atiçava os ânimos, fazendo correr os boatos de que a vacina em vez de imunizar, provocaria a varíola. E as Brigadas Sanitárias, acompanhadas de policiais, entravam nas casas e vacinavam seus ocupantes a força (...) No dia 10 de novembro, o descontentamento popular explodiu numa revolução. Por mais de uma semana, as ruas centrais da Capital Federal encheram-se de barricadas. Bondes foram incendiados, lojas foram depredadas e saqueadas, e postes de iluminação foram destruídos. A Escola Militar da Praia Vermelha aliou-se ao povo, comandada por altos escalões do Exército. Os alunos saíram armados à rua, enquanto o prédio era bombardeado por navios fiéis ao Governo. Morreram centenas de pessoas. O que haveria por trás disso? Em primeiro lugar, uma razão política: os positivistas civis e militares, que junto com Deodoro e Floriano haviam proclamado a República e participado de sua direção nos primeiros anos, tinham sido alijados pelos cafeicultores de São Paulo, que impunham seus políticos ao Governo. De outro lado, a política de saneamento econômico de Campos Salles reerguera as finanças do país, mas causara o rápido aumento do custo de vida das cidades. Os pobres tornavam-se cada vez mais pobres, e mais abertos à pregação antigovernamental. A vacina obrigatória foi o estopim. Com a imprensa a seu serviço, os positivistas, a chamavam de "violadora de lares" e "túmulo da liberdade". Aproveitando-se da revolta popular, políticos como o senador Lauro Sodré e militares como o general Travassos, pretendiam derrubar o Governo. Lauro Sodré seria "proclamado ditador". Mas a revolução frustrou-se (...) Ameaçado, o Governo agiu rápido e com dureza. Tropas leais foram chamadas para atacar os revolucionários e percorreram os cortiços, capturando não apenas os que haviam participado do motim, mas todos aqueles encontrados desocupados. E enfiou-os a todos, em porções de navios, despachando-os para o território do Acre, que o Brasil acabava de conquistar da Bolívia. Terminava o levante positivista. Começaria a vacinação em massa da população carioca. Em alguns meses, a varíola desapareceria do Rio.**

Nosso Século. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.38.

Sua administração financeira foi muito bem sucedida. O presidente dispunha de muito dinheiro, já que seu governo coincidiu com o auge do ciclo da borracha no Brasil, cabendo ao país 97% da produção mundial. Em 1903, Rodrigues Alves comprou a região do Acre da Bolívia, pelo Tratado de Petrópolis, processo conduzido pelo então diplomata Barão do Rio Branco. Em seu primeiro mandato, o vice-presidente eleito foi Francisco Silvério de Almeida Brandão, que faleceu; quem assumiu a vice-presidência foi Afonso Pena. Deixou a presidência com grande prestígio, sendo chamado "o grande presidente".



Figura 51: Charge.



Charge de José Carlos de Brito e Cunha.

Em 1912, foi novamente eleito presidente do Estado de São Paulo e, em 1916, voltou a ocupar uma cadeira no Senado Federal. Eleito para o segundo mandato como Presidente em 1918, havia contraído Gripe Espanhola, e faleceu antes de tomar posse. O vice-presidente era Delfim Moreira, que assumiu a presidência em virtude de seu falecimento.

É considerado hoje o presidente que mais se preocupou com a população da República Velha.

#### **IV. Governo Afonso Pena (1906-1909)**

Afonso Augusto Moreira Pena (Santa Bárbara do Mato Dentro, 30 de novembro de 1847 — Rio de Janeiro, 14 de junho de 1909) foi um político brasileiro, presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1906 e 14 de junho de 1909, data de seu falecimento. Antes da carreira política, foi advogado e jurista.

Seu primeiro mandato político foi como deputado pelo estado de Minas Gerais, em 1874. Nos anos seguintes, enquanto se mantinha como deputado, também ocupou alguns ministérios: da Guerra (1882, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1883 e 1884), e da Justiça (1885). Presidiu a seguir a Assembleia Constituinte de Minas Gerais, nos primeiros anos da república.

Foi governador do estado de Minas Gerais entre 1892 e 1894. Foi durante seu governo que se decidiu pela mudança da capital do estado, de Ouro Preto para Curral d'El Rei, hoje Belo Horizonte.

Tornou-se vice-presidente quando da eleição de Rodrigues Alves, em 1902 (substituindo Francisco Silvano de Almeida Brandão, morto antes da posse); e na eleição seguinte, foi elevado à presidência (posse em 15 de novembro de 1906).

Apesar de ter sido eleito com base na chamada política do café-com-leite, Pena realizou uma administração que não se prendeu de tudo a interesses regionais. Incentivou a criação de ferrovias, e interligou a Amazônia ao Rio de Janeiro pelo fio telegráfico, por meio da expedição de Cândido Rondon.

**Figura 52: Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon: quando Jovem, desbravando os ignotos sertões da Amazônia brasileira. Hoje, Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro.**



Imagem feita por autor desconhecido provavelmente antes de 1891.

Fez a primeira compra estatal de estoques de café, transferindo assim, os encargos da valorização do café para o Governo Federal, que antes era praticada regionalmente, apenas por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que haviam assinado o Convênio de Taubaté. Modernizou o Exército e a Marinha por meio do general Hermes da Fonseca, e incentivou a imigração.

Seus ministérios eram ocupados por políticos jovens e que respeitavam muito a autoridade de Afonso Pena. Chegou mesmo a declarar, em carta a Ruy Barbosa, que a função dos ministros era executar seu pensamento: "Na distribuição das pastas não me preocupei com a política, pois essa direção me cabe, segundo as boas normas do regime. Os ministros executarão meu pensamento. Quem faz a política sou eu."

Em virtude de seu afastamento dos interesses tradicionais das oligarquias, Pena enfrentou uma crise por ocasião da sucessão. David Campista, indicado pelo presidente, foi rejeitado pelos grupos de apoio a Hermes da Fonseca (principalmente por Pinheiro Machado, mais influente congressista daquela época). Afonso Pena ainda tentou indicar os nomes de Campos Sales e Rodrigues Alves, sem sucesso. Em meio a tudo isso, iniciou-se também a campanha civilista, lançada por Ruy Barbosa.

Acabou falecendo durante o mandato, em 1909, em meio à crise e pouco depois da morte de seu filho, Álvaro Pena. A presidência foi transferida a Nilo Peçanha.

#### **V. Governo Nilo Peçanha (1909-1910)**

Nilo Procópio Peçanha (Campos dos Goytacazes, 2 de outubro de 1867 — Rio de Janeiro, 31 de março de 1924) foi um político brasileiro. Assumiu a presidência da república após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, e governou até 15 de novembro de 1910.

Em 1903 foi sucessivamente senador e presidente do estado do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1906 quando foi eleito vice de Afonso Pena. Em 1909, com a morte deste, assumiu o cargo de presidente.

Seu governo foi marcado pela agitação política em razão de suas divergências com Pinheiro Machado, líder do Partido Republicano Conservador. Graças à campanha civilista, os conflitos entre as oligarquias estaduais se intensificaram, sobretudo Minas Gerais e São Paulo. Nilo Peçanha criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e inaugurou no Brasil o ensino técnico. Ao fim do seu mandato, retornou ao Senado e em dois anos depois foi novamente eleito governador do Estado do Rio de Janeiro. Renunciou a este cargo em 1917 para assumir a pasta de Relações Exteriores. Em 1918 foi novamente eleito senador e em 1921 encabeçou a chapa do Movimento Reação Republicana, que tinha como objetivo contrapor o liberalismo político contra a política das oligarquias estaduais. Faleceu em 1924, no Rio de Janeiro, afastado da vida política.

#### **VI. Governo Hermes da Fonseca (1910-1914)**

Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (São Gabriel, 12 de maio de 1855 – Petrópolis, 9 de setembro de 1923) foi um militar e político brasileiro. Foi Presidente do Brasil entre 1910 e 1914. Era sobrinho de Manuel Deodoro da Fonseca, sendo seus pais o capitão Hermes Ernesto da Fonseca e Rita Rodrigues Barbosa da Fonseca.

Quando Afonso Pena se elegeu manteve Hermes da Fonseca no ministério, até que esse pediu demissão devido à discussão na Câmara sobre a participação dos militares na vida política do país. Lançou sua candidatura em oposição à Rui Barbosa e pela primeira vez no regime republicano se instalou um clima de campanha eleitoral com a disputa entre civilistas e hermistas. Com o convite de Nilo Peçanha para que retornasse ao cargo no ministério, Hermes da Fonseca se fortaleceu e venceu as eleições de 1910.

Apesar de ser bastante popular quando eleito, ao ter de lidar com o primeiro problema grave de sua gestão, a Revolta da Chibata, sua imagem ficou abalada rapidamente.

Para conter o movimento ordenou o bombardeio aos portos.

O Congresso brasileiro restabeleceu, no mês de agosto de 2003, os direitos de todos os marinheiros envolvidos na chamada "Revolta da Chibata", ocorrida em 1910. O decreto devolve aos marinheiros suas patentes, permitindo que recebam na Justiça os valores a que teriam direito se tivessem permanecido na ativa. Após 93 anos, resgata-se a memória dos marujos, especialmente do líder da Revolta, João Cândido Felisberto, o "Almirante Negro". Para entender a história de João Cândido e da Revolta da Chibata - uma das poucas revoltas populares que atingiu seus objetivos no Brasil - é preciso voltar a 1910. Neste ano, no meio de uma grande instabilidade política, o militar Hermes da Fonseca é eleito para a presidência. Na noite do dia 22 de novembro de 1910, o novo presidente recebe a notícia: os canhões de alguns dos principais navios de guerra da Marinha Brasileira - neste momento ancorados em frente à cidade, na Baía de Guanabara - apontam para a capital do Rio de Janeiro e para o próprio palácio de governo. As tripulações se rebelaram e tomaram os principais navios da frota. Três oficiais e o comandante do encouraçado Minas Gerais, João Batista das Neves, estão mortos. Os demais oficiais são pegos de surpresa: os marinheiros manobram a frota exemplarmente, como não acontecia sob seu comando. O movimento, articulado por marinheiros como Francisco Dias Martins, o "Mão Negra" e os cabos Gregório e Avelino, tem como seu porta-voz o timoneiro João Cândido. Os motivos principais da Revolta eram simples: o descontentamento com os baixos salários, a alimentação de má qualidade e, principalmente, os humilhantes castigos corporais. Estes haviam sido abolidos no começo do século, acompanhando o final da escravidão, sendo depois reativados pela Marinha como forma de manter a disciplina a bordo. No Minas Gerais, por exemplo, no dia da Revolta, o marinheiro Marcelino Menezes é chicoteado como um escravo por oficiais, à frente de toda a tripulação. Segundo jornais da época, recebe 250 chibatadas. Desmaia, mas o castigo continua. O movimento então eclode. João Cândido no primeiro momento não está presente. No calor da luta, são mortos os oficiais presentes no navio, o que terá consequências trágicas para os revoltosos. Além do Minas Gerais, os marinheiros tomam os navios Bahia, São Paulo, Deodoro, Timbira e Tamoio. Hasteiam bandeiras vermelhas e um pavilhão: "Ordem e Liberdade". A frota inclui mais de 80 canhões, que são apontados para a cidade. Alguns tiros de aviso chegam a ser disparados. Os marujos enviam um radiograma, onde apresentam ao governo suas exigências: querem o fim efetivo dos castigos corporais; o perdão por sua ação e que melhorem suas condições de trabalho. A Marinha quer punir a insubordinação e a morte dos oficiais. O governo, contudo, cede. A ameaça à cidade e ao poder de Hermes da Fonseca são reais. Aprovam-se então medidas que acabam com as chibatadas e também um projeto que anistia os amotinados. Depois de cinco dias, a revolta termina vitoriosa. Os marinheiros, em festa, entregam os navios. O uso da chibata como norma de punição disciplinar na Marinha de Guerra do Brasil finalmente está extinto. Logo, no entanto, o governo trai a anistia. Os marinheiros começam a ser perseguidos. Surgem notícias de uma nova revolta, desta vez no quartel da Ilha das Cobras. O governo recebe plenos poderes do Congresso para agir. A ilha é cercada e bombardeada. Cerca de 100 marinheiros são presos e mandados, nos porões do navio "Satélite" - misturados a ladrões, prostitutas e desocupados recolhidos pela polícia para "limpar" a capital - para trabalhos forçados na Comissão Rondon, ou simplesmente para serem abandonados na Floresta Amazônica. Na lista de seus nomes, entregue ao comandante do "Satélite", alguns estão marcados por uma cruz vermelha. São os que morrerão fuzilados e, depois, serão jogados ao mar.

Fonte: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/patricia/revoltachibata.html>

Logo outra revolta veio conturbar o seu governo, a Guerra do Contestado, que não chegou a ser debelada até o fim de seu governo.

Entre 1912 e 1916, ocorreu um grave conflito numa região disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná e, por essa razão, denominada Contestado. Em torno de um líder messiânico, chamado Monge José Maria, agruparam-se posseiros expulsos de suas terras, devido à construção de uma ferrovia e à ação dos coronéis locais, e trabalhadores desempregados após o término da construção da ferrovia. Marginalizados e empobrecidos, os sertanejos perambularam por localidades disputadas por catarinenses e paranaenses. Num conflito com esses últimos, apossaram-se de armas e iniciaram uma organização militar. Da mesma forma que no episódio de Canudos, o governo federal entendeu que se tratava de um movimento de inspiração monarquista. A Guerra do Contestado durou cerca de quatro anos. Além de seus efetivos militares, o governo chegou a se utilizar de aviões para bombardear os rebeldes. Como no Rio de Janeiro em 1893, as forças militares brasileiras bombardeavam seu próprio povo. Como em Canudos, o massacre foi brutal (...) a Guerra do Contestado foi o único (movimento) que tomou, inequivocamente, um caráter milenarista. Adversários da República - ao que não era estranho o fato de muitos deles serem antigos maragatos -, os participantes da irmandade rebelde diziam-se monarquistas. Entretanto, a monarquia que aspiravam. Mais do que uma instituição política, era percebida como a

**realização do Reino escatológico. Na toska, mas expressiva indicação de um prisioneiro – era 'uma coisa do céu' -, uma nova ordem que resultaria da união entre combatentes terrestres e o exército encantado de São Sebastião.**

MONTEIRO, Douglas T. "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado". In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1997. t. III, v.2. p. 75.

O mandato de Hermes da Fonseca, que terminou em 1914, caracterizou-se no quadro político principalmente pela Política das Salvações. Além disso, o governo teve que negociar outro "funding-loan" (negociado antes por Campos Sales), pois a situação financeira do Brasil não andava bem.

**Figura 53: Marinheiros revoltosos (1910). João Cândido ao centro.**



Foto de autor desconhecido.

Depois do mandato presidencial elegeu-se senador pelo Rio Grande do Sul, mas renunciou antes de iniciar o mandato, partindo para a Europa e só retornando em 1920. Durante o governo de Epitácio Pessoa foi preso como presidente do Clube Militar devido a uma conspiração militar arquitetada contra o governo. Foi solto seis meses depois.

## **VII. Governo Venceslau Brás (1914-1918)**

Venceslau Brás Pereira Gomes (São Caetano da Vargem Grande, 26 de fevereiro de 1868 — Itajubá, 15 de maio de 1966) foi um advogado e político brasileiro; presidente do Brasil entre 1914 e 1918, com um pequeno afastamento de um mês em 1917 por motivo de doença. Seu vice-presidente foi Urbano Santos da Costa Araújo.

Em 1910 é eleito vice-presidente ao lado de Hermes da Fonseca. Em 1914, ao término do mandato deste, seu nome foi proposto como medida reconciliatória entre Minas Gerais, São Paulo e os outros Estados, tornando-se ele próprio presidente. Candidato único, logo de início teve de combater a Guerra do Contestado (crise herdada do governo anterior) e, após debelar a revolta, mediou a disputa de terras entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, tendo sido um dos fatores a dar origem ao conflito. Enfrentou também diversas manifestações militares, entre elas a Revolta dos Sargentos, que envolvia suboficiais e sargentos.

**Figura 54: Sobreviventes da Guerra do Contestado.**



Foto de autor desconhecido.

Promulgou o primeiro Código Civil brasileiro, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1916 (no entanto, em 2002, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi promulgado um novo código civil, tendo entrado em vigor em 2003).

O torpedeamento de navios brasileiros, em 26 de outubro de 1917, por submarinos alemães, levou o Brasil a entrar na Primeira Guerra Mundial. Devido às dificuldades em importar produtos manufaturados da Europa durante o seu mandato, causadas pela guerra, Venceslau Brás incentivou a industrialização nacional.

Faleceu em 15 de maio de 1966, em Itajubá, com 98 anos, sendo o mais longevo de todos os presidentes brasileiros.

## O MOVIMENTO OPERÁRIO

Embora fruto de um golpe militar, a Proclamação da República em 1889 foi recebida com entusiasmo por muitos militantes operários, sobretudo pela abolição do critério censitário – o limite à participação em eleições com base na renda. Os trabalhadores vislumbraram o direito de votar e serem votados como uma possibilidade de fazer com que a legislação se tornasse uma emanção do povo, “e não de algumas classes privilegiadas, como foram todas as leis do império”, nas palavras do jornal operário *A Voz do Povo*, de 6 de janeiro de 1890. (...) A eleição para a Constituinte, em 1890, mobilizou um grande número de militantes no Rio de Janeiro. Eles criaram três organizações partidárias e todas indicaram candidatos. A votação dos representantes dos trabalhadores, no entanto, foi pequena. O único eleito foi o tenente José Augusto Vinhaes, que também havia sido indicado pela chapa oficial do Partido Republicano da Capital Federal. Apesar do insucesso eleitoral, outros partidos operários, de matriz socialista, foram organizados ao longo das primeiras décadas da República, sempre elegendo pouquíssimos membros. (...) Desiludidos com as urnas, porém, os trabalhadores passaram a privilegiar outras estratégias. Associações denominadas na época como “resistências”, “ligas” e “centros” assumiam funções sindicais, como lutar pela diminuição da jornada, por melhores salários e por condições mais dignas de trabalho. Em seu texto de apresentação, a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, criada no Rio de Janeiro em dezembro de 1906, argumentava que esses trabalhadores não tinham “descanso, nem horas de ocupação perfeitamente limitadas”. Cocheiros e carroceiros trabalhavam de 12 a 14 horas por dia. Diversas outras ocupações atingiam 14 horas no Rio de Janeiro e até 16 horas diárias em São Paulo. (...) Os sindicatos tinham diferenças consideráveis entre si. Os chamados reformistas procuravam transformar as reivindicações profissionais em leis, utilizavam a greve apenas em último caso e buscavam intermediários, como os chefes de Polícia e os prefeitos, para solucionar conflitos sociais. Já os sindicalistas revolucionários, ligados aos anarquistas, repreendiam a utilização de intermediários para dirimir contendas entre empregados e patrões e defendiam a revolução, com o rompimento das relações de dominação capitalista. A greve geral era sua estratégia crucial. (...) Também eram importantes, no período, as associações mutualistas. Não eram organizações exclusivas dos trabalhadores, mas grupos de pessoas que contribuíam para um fundo comum voltado a ajudar membros que necessitassem. Assim atendiam a determinados direitos sociais negligenciados pelo Estado. A Sociedade União Beneficente e Protetora dos Cocheiros, por exemplo, oferecia, segundo o estatuto de 1906, quatro tipos de socorros: “contribuições feitas em caso de enfermidade”, “pensão em caso de invalidez ou na

prestação para retirar-se para fora da Capital Federal, por moléstia”, auxílio de um advogado para defesa dos direitos dos sócios e socorro para a realização de funeral. (...) As greves já eram praticadas ao longo do Império – no período ocorreram 13 delas no Rio de Janeiro, inclusive por escravos – mas ganharam uma expressão muito maior na Primeira República. Entre 1890 e 1891, ocorreram 14 greves no Rio de Janeiro e, em 1903, elas chegaram a 39, uma delas a primeira greve geral do país. Na década seguinte, o período de 1917 a 1920 concentrou 90 paralisações. No estado de São Paulo, estima-se em 116 o número de greves entre 1915 e 1929. (...) Na greve geral de São Paulo em 1917, uma das mais importantes do período, cerca de 44 mil trabalhadores cruzaram os braços. A paralisação de uma só categoria podia ser suficiente para provocar grandes consequências. Em janeiro de 1900, por exemplo, a greve dos trabalhadores do transporte da Capital Federal afetou diretamente a circulação de pessoas e mercadorias, dos produtos para a Alfândega até o pão, e recebeu fortíssima repressão da Polícia e do Exército. Aliás, em todo o Brasil a violência policial foi uma constante na reação às manifestações. (...) Grande parte das greves na Primeira República tinha como principal motivo a questão salarial. Outras demandas variavam de acordo com a categoria, como os cocheiros e carroceiros que, em 1890, se mobilizaram contra artigos do Código Penal que previam punição para acidentes ocorridos no trabalho. Alguns órgãos da imprensa tentavam desqualificar os manifestantes, afirmando que eles não compreendiam o tema em questão ou que haviam sido manipulados. O *Jornal do Commercio* considerou as reivindicações de cocheiros e carroceiros malevolamente inventadas “por especuladores miseráveis, que vivem da simplicidade dos trabalhadores”, causando séria impressão no espírito “dócil dos pobres cocheiros”. A *Gazeta de Notícias*, ao comentar a paralisação de cocheiros e condutores da Companhia Carris Urbanos, em 1898, fez pouco caso: “Quando se fala em greve no Brasil, a gente não se assusta, porque entre nós uma greve, por mais grave que seja, nunca assume as proporções de verdadeira revolta, como no Velho Mundo”. (...) A Justiça exclusiva para questões de trabalho passaria a funcionar somente em 1941. Antes disso os trabalhadores recorriam a outras esferas judiciárias para tentar garantir e alargar os seus direitos. Em 1918, o Centro de Carregadores em Carrinho de Mãos abriu processo no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o chefe de Polícia e o prefeito do Distrito Federal, para garantir a liberdade de exercício da profissão, ameaçada por constantes multas e apreensões de veículos. (...) Geralmente se atribui ao militante a imagem de homem branco, imigrante, de origem italiana ou espanhola, ligado ao anarquismo. Estudos recentes demonstram que mulheres também tinham suas bandeiras específicas, como a denúncia de abusos sexuais no trabalho. Havia anarquistas, mas também outras vertentes políticas. É inegável a importância dos estrangeiros, de diferentes países, porém a maioria vinha de áreas rurais, não tendo experiência anterior com a indústria ou os sindicatos. A eles se juntaram muitos trabalhadores nacionais, incluindo os negros, cuja participação no movimento operário esteve apagada até pouco tempo na historiografia nacional. (...) As formas de luta dos trabalhadores ajudam a entender por que, mesmo estando distantes da política oficial (enquanto eleitores e eleitos para cargos políticos), eles conseguiram que o Estado garantisse alguns direitos ainda na Primeira República. A pressão que exerceram e sua demonstração simbólica de força aliaram-se a fatores externos – como o Tratado de Versalhes (1919), que recomendou a instituição do direito do trabalho – e foram primordiais na criação de leis, como a que se referia aos acidentes de trabalho (1919) e a que regulamentava as férias (1925). (...) Quando Getúlio Vargas decretou a CLT, em 1943, o caminho já estava pavimentado.

TERRA, Paulo Cruz. Operários em construção. in.: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/operarios-em-construcao> (adaptado)

(...) Sob o ponto de vista da cidadania, o movimento operário significou um avanço inegável, sobretudo no que se refere aos direitos civis. O movimento lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o trabalho. De fazer greve. Os operários lutaram também por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho o descanso semanal, as férias. E por direitos sociais como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria. No que se refere aos direitos políticos, deu-se algo contraditório. Os setores operários menos agressivos mais próximos do governo, chamados na época de “amarelos”, eram os que mais votavam, embora o fizessem dentro de um espírito clientelista. Os setores mais radicais, os anarquistas, seguindo orientação clássica dessa corrente de pensamento, rejeitavam qualquer relação com o Estado e com a política, rejeitavam os partidos, o Congresso, e até mesmo a idéia de pátria. O Estado, para eles, não passava de um servidor da classe capitalista, o mesmo se dando com os partidos, as eleições e a própria pátria. Ao encerrar um Congresso Operário, em 1906, no Rio de Janeiro, um líder anarquista afirmou que o operário devia “abandonar de todo e para sempre a luta parlamentar e política”. O voto, dizia, era uma burla. A única luta que interessava ao operário era a luta econômica contra os patrões. (...) Imprensados entre “amarelos” e anarquistas achavam-se os

socialistas, que julgavam fazer avançar os interesses da classe também através da luta política, isto é, da conquista dos direitos políticos. Sintomaticamente, os socialistas foram os que menor êxito tiveram. Fracassaram em todas as tentativas de formar partidos socialistas operários no Rio de Janeiro e em São Paulo. A política das oligarquias, com sua aversão às eleições livres e à participação política, não lhes deixava espaço para atuar. (...) Assim é que os poucos direitos civis conquistados não puderam ser postos a serviço dos direitos políticos. Predominaram, de um lado, a total rejeição do Estado proposta pelos anarquistas; de outro, a estreita cooperação defendida pelos "amarelos". Em nenhum dos casos se forjava a cidadania política. A tradição de maior persistência acabou sendo a que buscava melhorias por meio de aliança com o Estado, por meio de contato direto com os poderes públicos. Tal atitude seria mais bem caracterizada como "estadania".

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.60-61.

(...) O anarquismo, considerado como um movimento, nasceu com a Primeira Internacional (1864-1876), na Europa. Até a Primeira Guerra Mundial, nas suas diferentes formas será uma das principais forças do movimento operário internacional. No Brasil haverá núcleos anarquistas, de diversa orientação, a partir de pelo menos 1890, compostos em sua maioria de imigrantes e seus descendentes. Esses serão responsáveis pela publicação de inúmeros jornais, como *L'Avvenire* (São Paulo, 1894), em italiano e português, *Il Risveglio* (São Paulo, 1898), *Il Diritto* (Curitiba, Paraná, 1899), *L'Asino Umano* (São Paulo, 1893), *Il Diritto* (Rio de Janeiro, 1895-1899) e *L'Operaio* (São Paulo, 1896). Além de anarquistas italianos, os imigrantes espanhóis e portugueses também contribuíram para a circulação dessas idéias. Enquanto que na Europa o anarquismo se isola progressivamente do movimento operário a partir de 1880, no Brasil o anarco-sindicalismo constituirá a corrente mais importante do movimento operário durante quase trinta anos. (...) O anarco-sindicalismo, muito influenciado pela doutrina e pela prática do sindicalismo francês, sublinhava a importância dos sindicatos que deveriam liderar a luta contra o Estado e formar a base da nova sociedade a ser criada. O anarco-sindicalismo enfatizava a luta econômica em oposição à luta política da classe operária. Acreditava que as associações e os sindicatos poderiam ter dois objetivos. Primeiramente, servir como entidades fundamentais para a luta pela melhoria das condições de vida do operariado e pela emancipação social. Ao mesmo tempo, julgava que esses sindicatos podem ser considerados as bases de uma nova organização econômica da sociedade, depois da vitória da revolução, na qual a greve desempenha um papel fundamental. Os anarco-sindicalistas pretendiam abolir o Estado e organizar as atividades da sociedade através dos sindicatos. Opondo-se às associações mutualistas e às cooperativas, os anarco-sindicalistas se lançaram à criação das sociedades de resistência que precederam os sindicatos. Essas sociedades, no princípio do século, tomariam características sindicais muito nítidas e se tornariam os primeiros sindicatos brasileiros. As greves eram consideradas como um "exercício revolucionário", devendo culminar na greve geral revolucionária. A ação direta era a sua estratégia básica e qualquer cooperação com a política eleitoral ou parlamentar (que era um tema de interesse quase nulo na época) era rejeitada. Entretanto, é preciso levar em conta que alguns pequenos grupos anarquistas continuaram a atacar o anarco-sindicalismo, como o reformista e não-revolucionário (como os jornais *La Battaglia*, *La Barricata* e *Guerra Sociale*). (...) As explicações tradicionalmente apresentadas, para explicar a predominância do anarco-sindicalismo no movimento operário brasileiro, geralmente reduzem-se à origem européia dos primeiros militantes. Ao contrário dos movimentos socialistas ou reformistas - que insistiam na integração do imigrante e na aceitação da cidadania brasileira - os anarquistas não faziam essas exigências. Havia uma forte ênfase no internacionalismo, que estaria presente mais tarde, inclusive no Partido Comunista do Brasil. Até 1920, somente 6 441 entre os 44 374 estrangeiros das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro tinham adotado a cidadania brasileira. Os anarco-sindicalistas brasileiros se sentiam como parte de um movimento internacional e procuravam desenvolver laços de solidariedade com os movimentos operários da Espanha, Itália e Portugal. Os anarquistas foram capazes de apresentar líderes que eram verdadeiramente operários, o que não acontecia com os movimentos reformistas cujos líderes provinham geralmente das classes médias. Além disso, diante do fechamento das classes dominantes a qualquer modificação fundamental de sua política em relação às classes trabalhadoras, tornava-se implausível qualquer proposta reformista no interior do sistema político. Para a revisão da noção tradicional da inadaptabilidade do anarco-sindicalismo na sociedade brasileira, é preciso ter em conta que certos fatores (como as características da estrutura interna da classe, suas divisões e dificuldades na consolidação de laços de solidariedade duradouros) marcaram o desempenho do movimento operário; fatores esses que tinham, certamente, colocado enormes obstáculos a qualquer estratégia. As mesmas dificuldades farão com que os êxitos do Partido

**Comunista, com uma estratégia radicalmente distinta, não sejam maiores – pelo menos, durante a Primeira República.**

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O proletariado industrial na Primeira República*. in.: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990 (Tomo III, v. 2), p. 149-51.

## **VIII. Governo Delfim Moreira (1919-1919) / Morte de Rodrigues Alves**

Delfim Moreira da Costa Ribeiro (Cristina, 7 de novembro de 1868 — Santa Rita do Sapucaí, 1º de julho de 1920) foi um advogado e político brasileiro. Foi presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1918 e 28 de julho de 1919.

Delfim Moreira foi presidente da província de Minas Gerais, de 1914 a 1918. Vice na chapa de Rodrigues Alves durante as eleições, assumiu a presidência em virtude do falecimento daquele, vítima da Gripe Espanhola, até que fossem convocadas novas eleições (à época a Constituição previa que o vice-presidente só assumiria provisoriamente, caso o presidente morresse antes da posse).

No seu governo, o Brasil se fez representar na Conferência de Paz em Paris, pelo senador Epitácio Pessoa, eleito presidente em 13 de maio, em disputa com Rui Barbosa. Logo após a volta do novo presidente do exterior, Delfim Moreira passou-lhe o cargo, voltando à vice-presidência.

Seu curto mandato (que ficou conhecido como regência republicana) foi um período assinalado por vários problemas sociais, especialmente um grande número greves gerais. O presidente, no entanto, tendia a menosprezar essa crise, dizendo que as greves "não passavam de casos de polícia".

Quando morreu ainda ocupava a vice-presidência do governo de Epitácio Pessoa. Francisco Álvaro Bueno de Paiva o substituiu.

## **TENENTISMO**

## **IX. Governo Artur Bernardes (1922-1926)**

Artur da Silva Bernardes (Viçosa, 8 de agosto de 1875 — Rio de Janeiro, 23 de março de 1955) foi um político brasileiro, presidente da República Federativa do Brasil entre 15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926.

Nas eleições presidenciais (1922), derrotou Nilo Peçanha. O descontentamento com sua vitória e com o governo de seu antecessor, Epitácio Pessoa, foram algumas das causas do chamado Levante do Forte de Copacabana, primeira ação do movimento tenentista.

O Tenentismo veio preencher o espaço vazio pela falta de lideranças civis aptas a conduzirem o "processo revolucionário" brasileiro. Transformando o descontentamento generalizado em ação política contra os grupos dominantes, os "tenentes" assumiram, então, um papel de destaque substituindo os inexistentes partidos políticos de oposição. A "revolução" aparecia como única saída naquele momento, para os graves problemas vividos pelo povo brasileiro. O tenentismo acabou sendo a "revolta possível contra o sistema de dominação existente na República Velha". Foi a expressão de violência de todos os setores insatisfeitos e revoltados com a violência dos grupos oligárquicos dominantes. "Ele foi o fruto da crise da República Velha".

Eles tinham uma série de condições específicas, que permitiram sua transformação na vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico dos cafeicultores de SP e seus aliados. Dispunham de armas, estavam organizados em uma instituição de caráter nacional – o Exército, possuíam uma "rede" de contatos em todo o país, eram numericamente majoritários dentro do Exército, tinham nível cultural acima da média existente no Brasil. Com tais fatores, atrelados a um novo ideário para o país. Pela sua origem, formação e ligações, eles estavam mais próximos das camadas médias urbanas, não tinham apenas a vontade de defender somente os interesses estritamente corporativos dos militares. Queriam amplas reformas dentro do Exército visando melhores condições profissionais e fazer com que o Brasil viesse a possuir Forças Armadas modernas e aptas a cumprir a sua missão constitucional. Tanto o Exército quanto a Marinha estavam divididos entre os Tenentes e seus simpatizantes e os legalistas, os quais apoiavam o governo. Os "Tenentes" assumem a bandeira liberal, queriam moralizar os costumes políticos para que os princípios liberais pudessem funcionar de fato (voto secreto, fim das fraudes...). Para eles, os militares deveriam ter o papel de salvar o país e as instituições dos maus políticos. Visavam implantar o legítimo poder civil que realizaria o programa liberal. Não queriam reformas sociais ou referente a questão agrária, por exemplo. Segundo Anita Prestes, foi um movimento social (abrange as massas; representa os interesses das camadas médias urbanas, pois queria a sua maior participação política; não estavam isolados da sociedade) e político e social (sintetizou melhor do que qualquer outro fenômeno da década conturbada, e complexidade de luta de classe que se desenvolvia no país).

É importante salientar que o movimento Tenentista não foi totalmente organizado, tal como uma hierarquia, algum tipo de estrutura, de funcionamento orgânico, mesmo estando dentro de uma organização de caráter nacional. "O tenentismo



enquanto fenômeno social claramente estruturado jamais existiu. A própria denominação que lhe foi atribuída surgiria mais tarde, com o intuito evidente de melhor caracterizá-lo”, afirma Anita Prestes. Durante toda a década de 1920, havia uma constante movimentação da jovem oficialidade do Exército, que conspirava, preparavam levantes (Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Amazonas, Rio Grande do Sul...) alguns totalmente fracassados, outros um pouco mais vitoriosos (como o levante ocorrido em 1924, no Amazonas, em que os revoltosos tomam a capital por mais de um mês, realizam diversas reformas. O ocorrido ficou conhecido como a Comuna de Manaus).

**Contudo, o movimento fracassou e uma teoria de causa para tal seria a debilidade teórica no seu despreparo em assumir uma oposição política independente. Sua formação militar vinha das ciências naturais e matemáticas, não possuíam formação sólida no terreno das ciências sociais, logo, não tinham um pensamento social, uma teoria. Diferentemente no caso ocorrido na proclamação da República, em que os militares estavam amplamente envolvidos pelo Positivismo. Além dos Tenentes, sendo de grande relevância para as mudanças pretendidas para o Brasil, mesmo com suas dificuldades e seus fracassos, veio a Coluna Prestes, que foi além, ao adquirir a feição de um exército popular. Segundo Anita, a Coluna Prestes foi o “Episódio culminante do Tenentismo”.**

SANTOS, Juberto. *Década de 20 e tenentismo*. In: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=1071>

Como consequência dos levantes tenentistas (outros dois aconteceriam nos anos seguintes), Bernardes teve que fazer frente à Coluna Prestes, movimento guerrilheiro que percorreu o país pregando a revolução e que jamais foi derrotado pelo governo.

Além da oposição por parte da baixa oficialidade militar, ele ainda confrontou uma guerra civil no Rio Grande do Sul, onde Borges de Medeiros tentava se eleger presidente do estado pela quinta vez consecutiva, e também o movimento operário, que se fortalecia novamente. Em 1923 e 1924 ocorreram novas ações tenentistas no Rio Grande do Sul e em São Paulo, respectivamente. Tudo isso levou Bernardes a decretar quase que ininterruptamente o estado de sítio. Sob Bernardes, o Brasil se retirou da Liga das Nações em 1926.

**Figura 55: “Combatentes em torno de uma peça de artilharia após um dos combates travados na região de Medeiros (PR), entre novembro de 1924 e janeiro de 1925.”**



Fonte: BRANDÃO, Ana Maria, *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*, Pag. 55. Arquivo FGV/CPDOC.

Combatentes em torno de uma peça de artilharia após um dos combates travados na região de Medeiros (PR), entre novembro de 1924 e janeiro de 1925.

Participou da chamada Revolução de 1930, que deslocou a oligarquia paulista do domínio federal; no entanto, a seguir participou da Revolução Constitucionalista de 1932. Fracassado esse último movimento, Artur Bernardes foi obrigado a retirar-se para o exílio em Portugal.

De volta ao Brasil, em 1935, foi eleito deputado federal, mas já em 1937 perdeu o mandato devido ao golpe do Estado Novo. Com o restabelecimento da democracia em 1945 elegeu-se novamente deputado, cargo que ocupou até a morte, em 1955.

## **X. Governo Washington Luís (1926-1930)**

Washington Luís Pereira de Sousa (Macaé, 26 de outubro de 1869 — São Paulo, 4 de agosto de 1957) historiador e político brasileiro e Presidente do Brasil a partir de 15 de novembro de 1926.

Foi deposto em 24 de outubro de 1930, apenas 21 dias antes do término do mandato, por forças político-militares comandadas por Getúlio Vargas, na chamada Revolução de 1930.

Sua alcunha era Paulista de Macaé, pois, embora nascido no estado do Rio de Janeiro, sua biografia foi toda construída em São Paulo.

Sua eleição para a presidência da república foi recebida com grandes esperanças, após um período de agitações políticas. Isento de prevenções e de rancores, Washington Luís libertou todos os presos políticos e até muitos cidadãos inocentes presos injustamente e não prorrogou o estado de sítio que caracterizou o quadriênio anterior, de Artur Bernardes.

Enfrentou a crise internacional do café e a crise financeira internacional, em 1929, mas mesmo assim, com grandes dificuldades, tentou estabilizar a taxa de câmbio e equilibrar o orçamento nacional.

A coluna Prestes, esgotada e sem apoio da população para uma revolução, em 1926, se retira para a Bolívia.

Uma de suas realizações foi a rodovia Rio-Petrópolis que, inaugurada em 1928, mais tarde receberia seu nome, considerada na época como uma grande obra da engenharia civil brasileira; um marco (muitos populares pensavam que as obras foram realizadas por norte-americanos ou outros estrangeiros). Terminou a Rodovia São Paulo- Rio, iniciada no seu mandato como presidente do Estado de São Paulo.

De seu mandato destacam-se:

- O grande número de obras rodoviárias executadas. "Governar é abrir estradas" foi seu lema, na campanha eleitoral de 1920. Esse lema foi, depois, assimilado pelos governadores posteriores de São Paulo.
- A criação de várias faculdades de farmácia e odontologia
- Modernizou o arquivo público do estado, editando e publicando documentos históricos valiosos.

A ele, caluniosamente, quando Presidente do Estado de São Paulo, é atribuída a frase " Questão social é questão de polícia", quando a frase verdadeira foi "A agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que à ordem social, representa o estado de espírito de alguns operários, mas não de toda a sociedade".

Não houve registro de nenhuma violência dele contra operários, tendo proposto, na sua posse no Governo do Estado, a criação de uma justiça que arbitrasse os conflitos entre capital e trabalho.

Em 1929, Washington Luís apoiou Júlio Prestes, Presidente do Estado de São Paulo à sua sucessão, e o Presidente da Bahia, Vital Soares, como candidato a vice-presidente.

**Figura 56: Crash de 1929.**



Fonte: National Archives (EUA).

Os presidentes de 17 estados apoiaram o candidato indicado pelo Presidente Washington Luís. Negaram apoio ao candidato Júlio Prestes, apenas os presidentes de três estados, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba (sendo que, até hoje, lê-se "NÉGO" na Bandeira da Paraíba).

Os presidentes destes três estados e políticos de oposição de diversos estados se unem formando a Aliança Liberal e lançam Getúlio Vargas candidato a presidente da república, e o Presidente da Paraíba, João Pessoa como candidato a vice-presidente da república.

Em 1º de março de 1930, Júlio Prestes venceu a eleição contra os protestos da oposição que denunciava fraude. Surgem boatos sobre uma possível revolução, desmentidos por Getúlio Vargas e outras lideranças da Aliança Liberal.

O surgimento de um movimento insurgente em São José de Princesa, na Paraíba - que parecia ter sido instigado pelo Governo Federal contra o Presidente do Estado, João Pessoa, - seguido do assassinato (aparentemente por razões de política local) do mesmo João Pessoa e a grande depressão econômica de 1929, servem de pretexto para reunir as forças aliancistas, que conspiram e iniciam uma revolução em 3 de outubro de 1930.

Em 24 de outubro de 1930, os ministros militares depõem Washington Luís, que é preso, sai do Palácio do Catete acompanhado do Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro Sebastião Leme e é conduzido ao Forte de Copacabana. Uma junta militar assume a presidência, entregando-a a Getúlio Vargas no dia 3 de novembro de 1930.

Washington Luís foi exilado, vivendo muitos anos nos Estados Unidos da América e posteriormente na Europa. Regressou ao Brasil em 1947, recusando-se a voltar à política. Em 4 de agosto de 1957, faleceu em São Paulo.

**(...) Do ponto de vista de sua formação, a geração dos tenentes cursou a Escola do Realengo, que tinha uma linha educacional diversa da Escola da Praia Vermelha. Esta se caracterizava pela influência positivista, destinando-se a formar o soldado-cidadão; aquela tratou de profissionalizar o Exército, insistindo no ensino técnico e no seu afastamento da política. (...) O que se poderia chamar de programa de ação dos tenentes tem o seu foco dirigido, a um tempo, para as Forças Armadas e para a sociedade como um todo. Sob o primeiro aspecto, o tenentismo se distingue das pressões militares anteriores por estabelecer uma linha divisória no próprio grupo militar, entre quadros médios e cúpula. Ele representa um movimento de cisão no interior do grupo, em um momento crucial em que a alta oficialidade opta pela acomodação com Bernardes e a hierarquia se encontra abalada. Os tenentes não querem apenas purificar a sociedade, mas a instituição de onde provém. (...) O programa do movimento com relação à sociedade e um bom exemplo da dificuldade apontada por Morris Janowitz, de se definir em certos casos a ideologia dos militares, a não ser em termos muito gerais: nacionalismo, certa xenofobia, tendências puritanas, visão "antipolítica". Dentro dessas características, na ideologia e no comportamento tenentista são hoje bastante conhecidos os traços autoritários, o elitismo, a busca da reforma política mesclada de um reformismo social ingênuo e de um vago nacionalismo. (...) A defesa da maior centralização do Estado, da uniformização legislativa de acordo com o modelo federal, os seus ataques à "feudalização do Brasil" têm como alvo implícito, e às vezes explícito, a oligarquia paulista. (...) Acima de tudo, este Estado controlado por uma "elite de plutocratas", vinculado entre os tenentes e as oligarquias estaduais. Este entendimento dependia de um agravamento das contradições internas do sistema. (...) Enquanto a rebelião militar começava a criar sua legenda na longa marcha de 24 000 km pelo interior do país, as classes dominantes regionais entrava em uma linha de composição entre 1926-1929. (...) Bernardes governou em meio a uma situação difícil, recorrendo a seguidas decretações do estado de sítio. Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, lançou-se nestas áreas a uma dura repressão policial para os padrões da época.**

FAUSTO, Boris. *A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930*. In.: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Tomo III, v. 2), p.410-412.

**(...) O comportamento político-ideológico dos tenentes pode ser explicado pela conjugação de duas dimensões: sua situação institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas. A superposição dessas duas "situações" teria produzido esse movimento de contestação das estruturas oligárquicas, muito radical em sua forma e limitado em sua ideologia. (...) A participação no aparelho militar do Estado, responsável pelo resguardo das instituições, explicaria o impulso de intervenção no processo político para corrigi-lo "reconduzindo-o" a seus marcos institucionais. Enquanto militar o tenente se vê como responsável pela sociedade e se vê como representante dos interesses gerais da nacionalidade, além do que possui os instrumentos para concretizar sua intervenção: a força e a organização. (...) A filiação às camadas médias urbanas explicaria o sentido da intervenção**

tenentista e o conteúdo dela: expressariam a cena política as aspirações e reivindicações das camadas médias urbanas, limitadas por sua subordinação econômica, social e ideológica às oligarquias dominantes: "isto, se a violência de suas intervenções se deveu à sua situação enquanto corporação profissional, a ausência de objetivos próprios, distintos das metas políticas oligárquicas, é explicada pela sua condição de expressão típica das camadas médias urbanas nesse período histórico". (...) As limitações ideológicas do tenentismo em sua primeira fase, típicas dos setores médios urbanos, confirmam suas vinculações, ao invés de obscurecê-las. (...) Encontramos tanto no movimento político representante, como no grupo social representado, o mesmo "liberalismo jurídico-político", a mesma incapacidade de perceber seus interesses específicos e formulá-los num projeto global de transformação da sociedade. As reivindicações centralizadas no nível jurídico-político são típicas tanto do tenentismo como de outras manifestações políticas dos setores médios como, por exemplo, a atuação do Partido Democrático.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e política - tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.28-29.

## A SEMANA DE ARTE MODERNA

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (Umbuzeiro, 23 de maio de 1865 — Petrópolis, 13 de fevereiro de 1942) foi um político brasileiro e presidente da república entre 1919 e 1922.

Professor de Direito, foi deputado no Congresso Constituinte de 1890 a 1891, ministro da Justiça no Governo Campos Sales, e exerceu simultaneamente o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal e procurador-geral da República de 1902 a 1905. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, chefiou a embaixada do Brasil na Conferência de Paz de Versalhes, em 1919.

Disputou a sucessão de Delfim Moreira pela presidência da República com o já septuagenário Rui Barbosa, vencendo as eleições sem nem ter saído da França. Sua vitória foi marcada por simbolismos, pois um presidente paraibano representava uma primeira derrota da política do café-com-leite, tendo apenas o gaúcho Hermes da Fonseca sido uma solitária exceção uma década antes. Contudo, ainda assim ele representava a escolha das oligarquias paulista e mineira.

Eleito Presidente da República, cargo que assumiu em 28 de julho de 1919, enfrentou um dos períodos políticos mais conturbados da Primeira República, com a Revolta do Forte de Copacabana, a crise das cartas falsas e a revolta do clube militar. Foi também uma época de problemas financeiros, sendo contratado um empréstimo com a Inglaterra para fazer frente a uma terceira desvalorização do café.

**Figura 57: Revolta dos 18 do Forte de Copacabana: da esquerda para direita, tenentes Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Nilton Prado e o civil Otávio Correia.**



Fonte: coleção "Nosso Século" (1980) da Editora Abril - volume relativo a 1910-1930.

Seu vice-presidente original era Delfim Moreira, que não chegou a assumir por falecimento; o substituto foi Francisco Álvaro Bueno de Paiva.

Seus principais atos como presidente foram : a construção de mais de 200 açudes no Nordeste (considerada a maior obra de seu governo); a criação da Universidade do Rio de Janeiro - erradamente considerada pelos historiadores oficiais da época como a primeira do Brasil, embora a Universidade do Paraná tenha sido criada quase uma década antes, em 1912 ; a comemoração do primeiro Centenário da Independência; a inauguração da primeira estação de rádio. a substituição da libra pelo dólar que passou a ser nosso padrão monetário; a construção de mais de 1000 km de ferrovias no sul do Brasil.

No último ano de seu governo, um movimento cultural em São Paulo lançaria as bases de uma mudança de paradigma na concepção artística brasileira. A chamada Semana de Arte Moderna, ocorrida nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922 daria início ao movimento modernistas brasileiro, a partir de uma nova reflexão sobre a identidade nacional.

**A respeito do movimento modernista, os críticos e os estudiosos entram em sintonia num ponto: a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, em São Paulo, representou um marco, verdadeiro**

ponto de inflexão no modo de ver o Brasil. Não só de ver como de escrever sobre o Brasil. Em geral, os artistas e intelectuais de 1922 queriam arejar o quadro mental da nossa "intelligentsia", queriam pôr fim ao ranço beletrista, à postura verborrágica e à mania de falar difícil e não dizer nada. Enfim, queriam eliminar o mofo passadista da vida intelectual brasileira. Do ponto de vista artístico, o objetivo fundamental da Semana foi acertar os ponteiros da nossa literatura com a modernidade contemporânea. Para isso, era necessário entrar em contacto com as técnicas literárias e visões de mundo do futurismo, do dadaísmo, do expressionismo e do surrealismo, que formavam, na mesma época, a vanguarda européia. Desse ângulo, o modernismo é expressão da modernização operada no Brasil a partir da década de 20, que começava a dar sinais de mudança (vide, no plano político, o movimento rebelde dos tenentes) de uma economia agroexportadora para uma economia industrial. Esse juízo é, do ponto de vista mais geral, certo; no entanto, ele não deve esconder as diferenças no seio do movimento de 22. Diferenças de ordem política, ideológica e estética. Na verdade, houve duas correntes modernistas: uma de inspiração conservadora e totalitária, que iria, em 1932, engrossar as fileiras do integralismo, e outra, mais crítica e dissonante, interessada em demolir os mitos ufanistas e contribuir para o conhecimento de um Brasil real que não aparecia nas manifestações oficiais e oficiais da nossa cultura. O pressuposto essencial de 22, o autoconhecimento do País, tinha a um só tempo de acabar com o mimetismo mental e denunciar o atraso, a miséria e o subdesenvolvimento. Mas denunciar com uma linguagem do nosso tempo, moderna, coloquial, aproveitando o arsenal estilístico e estético das inovações das vanguardas europeias. Essas duas correntes se delineiam em 1924, com a publicação do primeiro manifesto de Oswald de Andrade, Pau Brasil, no "Correio da Manhã". Nele já estava inscrito o lema que guiaria toda a atividade artística e intelectual da ala crítica modernista: "A língua sem arcaísmos, sem erudição. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos". A outra corrente, conservadora, que iria opor-se a Oswald de Andrade, seria conhecida por verde amarelismo, cujo batismo mostra bem a filiação nacionalista e xenófoba: um canto de amor, cego e irrestrito, às "glórias pátrias". Em 1928, essa oposição recrudescer. E, com ela, a politização do modernismo. Verde-amarelismo transmuta-se em Anta; Pau-Brasil deságua no movimento antropofágico (...) Apesar de marcado ainda por traços de dependência, o País se industrializou nas últimas décadas; houve mudanças sociais e econômicas significativas. Se não quisermos apenas celebrar ingenuamente a data, temos de nos perguntar: teria ainda alguma coisa a dizer e a ensinar o manifesto literário escrito em 1928? Para isso, seria preciso situar o núcleo da antropofagia, que Oswald de Andrade, aliás, nunca formulou clara e explicitamente; seu manifesto foi escrito numa linguagem elíptica, repleta de ambiguidades e sem ligação explícita entre as frases. Mas, mesmo assim, dele é possível extrair algumas formulações. O que o caracteriza é a retratação do caráter assimétrico da nossa cultura, onde coexistiam o bacharelismo de Rui Barbosa, ou as piruetas verborrágicas de Coelho Neto, junto com as experiências vanguardistas do pintor Portinari. E hoje, de um lado, a moda de viola e a música sertaneja; doutro lado, a bossa nova e o cinema novo. Essa mistura, por assim dizer, era vista como resultado do desenvolvimento histórico no Brasil que, apesar de unitário, apresenta um abismo entre os aspectos arcaicos e modernos, entre as favelas e os arranha-céus (...) O manifesto antropofágico tocou no cerne do capitalismo no terceiro mundo: a dependência. Ou pelo menos captou seus reflexos no plano da cultura. Denunciou o bacharelismo das camadas cultas, que permanecem alheadas da realidade do País, reproduzindo os simulacros dos países capitalistas hegemônicos. Ironizou a consciência enlatada de largos setores do pensamento brasileiro, que se comprazem, quando muito, em assimilar ideias, jamais criá-las. Se Oswald de Andrade teve a lucidez de ridicularizar com o mimetismo que tanto seduz o intelectual solene e bacharel, ele não caiu no equívoco de fechar as portas do País do ponto de vista cultural. Ao contrário, sua formulação em torno da "deglutição antropofágica" exige o remanejamento das ideias mais avançadas do Ocidente em conformidade com a especificidade de nosso contorno social e político. Nesse ponto é difícil negar sua atualidade. Ademais, a estrutura social que a antropofagia reflete e denuncia ainda não mudou em seus aspectos fundamentais. A industrialização das últimas décadas, realizada sob a égide do capitalismo concentracionista, aguçou ainda mais o desenvolvimento desigual em nosso País, trazendo, de um lado, sofisticação e modernização tecnológicas e, de outro lado, engendrando bóias-frias e marginalidade urbana.

O Sarampo Antropofágico. Folha de S. Paulo. 15/05/1978, in:  
<http://almanaque.folha.uol.com.br/semana22.htm>

Ao deixar a presidência, foi eleito ministro da Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia, mandato que exerceu até novembro de 1930.

De 1924 até a Revolução de 1930, foi senador pela Paraíba. Apoiou a revolução, que tinha como um de seus mais importantes objetivos cumprir os ideais do 5 de Julho. A partir daí, foi-se desligando das atividades públicas. Em 1937, surgiram os primeiros sinais de que sua vida estava chegando ao fim. A doença de Parkinson e os problemas cardíacos agravaram-se. Eptácio Pessoa ainda resistiu até 13 de fevereiro de 1942, quando morreu no sítio Nova Betânia, perto de Petrópolis (RJ).

## **A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930**

Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil (1930-1945). Essa época foi um divisor de águas na história brasileira, por causa das inúmeras alterações que Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

Até o ano de 1930, no Brasil, vigorava a República Velha, como é conhecida hoje. Caracterizada por uma forte centralização do poder entre os partidos políticos e a conhecida aliança política do "café-com-leite" (entre São Paulo e Minas Gerais), a República Velha tinha grande embasamento na economia cafeeira e, portanto, mantinha vínculos com grandes proprietários de terras.

Existia, de acordo com as políticas do "café-com-leite", um revezamento entre os presidentes apoiados pelo Partido Republicano Paulista PRP, de São Paulo, e o Partido Republicano Mineiro PRM, de Minas. Os presidentes de um partido, ao término de seu mandato, anunciavam como candidato do governo um nome do outro partido, e outros estados faziam a oposição oficial. Contudo, essa estrutura, pensada pelo presidente Campos Salles foi questionada em diversos momentos, sobretudo pelas oligarquias do Rio Grande do Sul e outras da região Nordeste. Por oito anos, essa estrutura parecia inabalável até que, nas eleições de 1910, a partir de uma crise entre Minas e São Paulo, a oposição cresceria, ao aproveitar-se da instabilidade do "café-com-leite", e elegeu o gaúcho Hermes da Fonseca, cujo governo (1910-1914), representaria um rompimento temporário com o esquema do "café-com-leite". No governo seguinte, do presidente Venceslau Brás (1914-1918), as oligarquias do sudeste recuperariam sua aliança e força. No entanto, a oposição não cessaria.

O problema estourou em 1929, quando do fim do governo do presidente Washington Luís Pereira de Sousa. O PRM indicou para Washington Luís o nome de Antônio Carlos, então governante de Minas Gerais. Luís, todavia, defendeu a candidatura de Júlio Prestes, paulista, que defenderia a oligarquia cafeeira frente à crise da I Guerra Mundial e a Depressão de 1929. O partido mineiro então anunciou que iria apoiar o nome da oposição e, aliando-se ao Rio Grande do Sul e Paraíba, lançou o nome de Getúlio Vargas.

Júlio Prestes, conseguiu a vitória, mas ela foi negada pela Aliança Liberal (nome dado aos aliados gaúchos, mineiros e paraibanos), que alegavam fraudes eleitorais. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se a políticos de oposição de diversos estados, inclusive do Partido Democrático de São Paulo (cujo chefe, Paulo Nogueira Filho, participou do Congresso Libertador realizado em Bagé, em 1928), para se opor à candidatura de Júlio Prestes, formando, em agosto de 1929, a Aliança Liberal, que lançou em 20 de setembro seus candidatos às eleições presidenciais: Getúlio Dornelles Vargas para presidente da República e João Pessoa, presidente da Paraíba, para a vice-presidência da República.

Washington Luís tentou convencer os presidentes gaúcho e mineiro de desistirem dessa iniciativa. Em carta dirigida a Andrada, argumentava que 17 estados apoiavam a candidatura oficial.

Getúlio Vargas enviou o senador Firmino Paim Filho para dialogar em seu nome com Washington Luís e Júlio Prestes. Em dezembro, formalizou-se um acordo, em que Getúlio Vargas comprometia-se a aceitar os resultados das eleições e, em caso de derrota da Aliança Liberal, a apoiar Júlio Prestes. Em troca, Washington Luís comprometia-se a não ajudar a oposição gaúcha a Getúlio.

A Aliança Liberal teve o apoio de intelectuais como José Américo de Almeida, João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor, de membros das camadas médias urbanas e da corrente político-militar chamada "Tenentismo".

Destacavam-se, entre os tenentes: Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora e Miguel Costa.

O presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, disse em um discurso interpretado como um presságio e uma demonstração do instinto de sobrevivência de um político experiente, ainda em 1929, ao implantar o voto direto em Belo Horizonte: "Façamos serenamente a revolução, antes que o povo a faça pela violência."

Os estados aliados, principalmente o Rio Grande do Sul, arquitetou uma revolta armada. A situação piorou ainda mais, quando o candidato à vice-presidente de Getúlio Vargas, João Pessoa, foi assassinado em Recife, capital de Pernambuco.

**Figura 58: Getúlio Vargas (1882-1954) e João Pessoa (1878-1930) pouco antes da Revolução.**



Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Apesar dos motivos terem sido pessoais, a indignação aumentou, e o Exército - que era contrário ao governo vigente desde o tenentismo - se mobilizou a partir de 3 de Outubro de 1930. No dia 10, uma junta governamental foi formada pelos generais do Exército. No mês seguinte, o poder foi passado para Getúlio Vargas.

Segundo o historiador Boris Fausto:

**A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para m único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário. A oposição ao predomínio da burguesia cafeeira não prove, entretanto, de um setor industrial, supostamente interessado em expandir o mercado interno. Pelo contrário, dadas as características da formação social do país, na sua metrópole interna há uma complementaridade básica entre interesses agrários e industriais, temperada pelas limitadas fricções. Ao momento de reajuste do sistema, por isso mesmo, não corresponde o Ascenso ao poder do setor industrial, seja de modo direto, seja sob a forma da 'revolução do alto', promovida pelo Estado (...) O agravamento das tensões no curso da década de 1920, as peripécias eleitorais das eleições de 1930, a crise econômica propiciam a criação de uma frente difusa, em março/outubro de 1930, que traduz ambiguidade da resposta à dominação da classe hegemônica: em equilíbrio instável, contando com apoio das classes médias e de todos os centros urbanos, reúnem-se o setor militar, agora ampliado com alguns quadros superiores, e as classes dominantes regionais. Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representou mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagradas das relações sociais do campo.**

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.112-113.

(...) Tanto do ponto de vista social como político, os vitoriosos compunham um quadro heterogêneo. Eles se haviam unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante regional, desejavam apenas um maior entendimento à sua área, maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitoriamente com os tenentes. Formando o grupo dos chamados "tenentes civis"; o movimento tenentista – visto como uma ameaça pelas altas patentes das Forças Armadas – defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático – porta voz da classe média tradicional – pretendia o controle do governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado Liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio. (...) Quanto à classe operária, era um personagem problemático, cuja intervenção nos acontecimentos fora muito limitada. De qualquer modo, como se tem indicado, algumas manifestações em São Paulo, uma participação mais efetiva no Recife deixam entrever que setores operários iam com um sistema repressivo. Bem ou mal, a Aliança recolhera em seu benefício o prestígio dos tenentes, embora a ruptura de Prestes, em maio de 1930, tenha contribuído para as primeiras desilusões. (...) O pequeno PC lançou oficialmente candidato próprio e denunciou o que chamava de "caráter fascista da Aliança Liberal". É curioso lembrar porém que, pelo menos até antes das eleições de março de 1930, os dirigentes do partido chegaram a receber algumas armas e estabeleceram contatos com elementos tenentistas que conspiravam em São Paulo. (...) A nova situação que se criara em 1930 combinava dois elementos cuja separação é historicamente impossível: a vitória de um movimento revolucionário heterogêneo e a mudança de conjuntura decorrente da grande crise mundial. (...) Não por acaso, a Revolução de 1930 ficou estampada na memória social como um profundo corte no processo histórico brasileiro. Sob o duplo efeito do episódio e da conjuntura internacional, rompia-se por fim o quadro sócio-político da dominação oligárquica, sob a hegemonia da burguesia cafeeira. (...) Em poucos anos, por razões distintas, para a velha burguesia cafeeira, para a nascente "intelligentsia" de classe média encastelada no aparelho do Estado, para os tenentes revolucionários convertidos em canhestros estadistas, o mundo brasileiro anterior a 1930 incorporou-se definitivamente a um longínquo passado.

FAUSTO, Boris. *A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930*. In.: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Tomo III, v. 2), p.425-426.

Getúlio Dornelles Vargas (São Borja, 19 de abril de 1882 — Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954) foi um político brasileiro, chefe civil da Revolução de 1930 que pôs fim à chamada República Velha, e foi, por quatro vezes, presidente da República do Brasil. Governou o Brasil de 1930 a 1934 no Governo Provisório; de 1934 a 1937 no governo constitucional; de 1937 a 1945 no Estado Novo; e de 1951 a 1954, como presidente eleito pelo voto direto. Sua doutrina e seu estilo político foram chamados de Getulismo, ou, pelos brasilianistas, de Varguismo. Seus seguidores, que até hoje existem, são chamados de getulistas.

### 3. EXERCÍCIOS

01. (2011) Sobre a Proclamação da República, a tradição historiográfica relaciona três questões responsáveis pela queda da monarquia: a questão servil (escravidão), a religiosa e a militar.

Leia atentamente os itens abaixo.

- I. Segundo o regime de padroado, cabia ao imperador a escolha dos clérigos para os cargos importantes da igreja.
- II. A igreja afastou-se do governo imperial, após D. Pedro II ter ordenado aos padres afastarem-se da maçonaria.
- III. A Lei Saraiva-Cotegipe estabelecia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade, tendo um alcance extremamente positivo na luta contra a escravidão no Brasil, pois na prática colocava em liberdade imediata um grande contingente de escravos que já tinham atingido a idade.
- IV. Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel promulgou a Lei do Ventre Livre, declarando extinta a escravidão no Brasil.
- V. O Exército Brasileiro tomou consciência de sua importância após a guerra do Paraguai.

Assinale a única alternativa em que todos os itens listam características corretas.

- (A) I, II e V.
- (B) II e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e V.



02. (2011) Durante o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, o então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, colocou em prática uma reforma financeira. Esta reforma:

- (A) tinha por objetivo controlar a onda inflacionária e reduzir o processo especulativo na Bolsa de Valores.
- (B) resultou na amortização da dívida externa, bem como na suspensão do pagamento de seus juros por três anos.
- (C) consistiu na elevação dos juros e da taxa cambial, levando ao crescimento da receita pública e diminuição do custo de vida.
- (D) tinha por finalidade favorecer a expansão industrial, por meio da ampliação de créditos ao setor.
- (E) visava fiscalizar a venda de ações, com a finalidade de impedir a propagação de empresas fantasmas.

03. (2013) "O período da história política brasileira que vai de 1889 a 1930 costuma ser designado pelos historiadores de diferentes modos: República Oligárquica, República do 'Café-com-Leite', República Velha ou Primeira República. Neste período, em troca de 'favores', os coronéis exigiam que os eleitores votassem nos candidatos por eles indicados. Tal prática ficou conhecida como 'voto de cabresto'".

**Cotrim, 2009, modificado**

As duas expressões grifadas ("coronéis" e "voto de cabresto") referem-se, respectivamente,

- (A) aos grandes proprietários de terras e ao voto secreto.
- (B) aos oficiais de carreira que exerciam cargos políticos e ao voto censitário.
- (C) à influência de oficiais do Exército na tomada de decisões políticas e ao voto censitário.
- (D) aos grandes proprietários de terras e ao voto aberto dado sob pressão.
- (E) aos grandes proprietários de terras e ao voto censitário.

04. (2013) "No dia 5 de julho de 1922, três dias depois de ter sido decretada a prisão de Hermes da Fonseca, 302 jovens militares do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, se sublevaram. Para reprimi-los o governo enviou para lá cerca de 3 mil soldados, que cercaram a fortaleza. Numericamente inferiorizados, a grande maioria dos amotinados se rendeu, mas poucos militares, mesmo sem condições de enfrentar as tropas legalistas, saíram pelas ruas de Copacabana de armas em punho. No meio do caminho alguns rebeldes debandaram [...]. Nos tiroteios que se seguiram, apenas dois rebeldes sobreviveram."

**Azevedo & Seriacopi, 2007**

O texto acima descreve o (a):

- (A) "Intentona Comunista", movimento desencadeado a partir de alguns quartéis do Rio de Janeiro, Recife e Natal, e que seguindo o exemplo do que ocorria na Rússia, objetivava a implantação do comunismo no Brasil.
- (B) [B] revolta dos "302 do Forte", tentativa de golpe de Estado que tinha como intuito colocar o Marechal Hermes da Fonseca na presidência do País.
- (C) "Intentona Integralista", tentativa de tomada de poder por forças de extrema direita, com o objetivo de introduzir um governo centralizado com fortalecimento do Poder Executivo.
- (D) episódio que ficou conhecido como os "18 do Forte", e que marca o início do movimento conhecido como Tenentismo.
- (E) "Revolta da Armada", iniciada no Rio de Janeiro e disseminada por todo o sul do Brasil, unindo forças com os integrantes da Revolta Federalista.

05. (2014) Durante o período conhecido por "República Velha", para assegurar a manutenção do controle das oligarquias sobre a vida política do país foi criada pelo(a)(s):

- (A) Congresso Nacional a Comissão de Verificação de Poderes.
- (B) Governo Federal a Guarda Nacional, composta de grandes proprietários rurais, que recebiam o título de coronéis.
- (C) presidentes estaduais, verdadeiros exércitos que impunham a vontade popular contra a vontade política dos governantes.
- (D) Presidente da República, Prudente de Moraes, primeiro presidente civil e paulista, a política café-com-leite.
- (E) Constituição dos Estados Unidos do Brasil, o voto de cabresto, que permitia transparência na escolha dos candidatos por parte do eleitor.

## VIII. BRASIL: ERA VARGAS

### 1. GOVERNO PROVISÓRIO

#### I. O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

O Governo Provisório (1930-1934) e a Revolução Constitucionalista de 1932.

**Figura 59: Comitiva de Getúlio Vargas (ao centro) fotografada por Claro Jansson durante sua passagem por Itararé (São Paulo) a caminho do Rio de Janeiro após a vitoriosa Revolução de 1930.**



Fonte: <http://www.itarare.com.br/%5Cimages%5Cgetu30.jpg>

Às 3 horas da tarde de 3 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, (que vestia farda militar pela última vez na vida), encerrando a chamada República Velha.

Na mesma hora, no centro do Rio de Janeiro, os soldados gaúchos cumpriam a promessa de amarrar os cavalos no obelisco da avenida Rio Branco, marcando simbolicamente o triunfo da Revolução de 1930.

Getúlio tornou-se Chefe do Governo Provisório com amplos poderes. A constituição de 1891 foi revogada e Getúlio governava por decretos. Getúlio nomeou interventores para os Governos Estaduais, na maioria tenentes que participaram da Revolução de 1930.

Houve no início, uma espécie do comando revolucionário, apelidado de "Gabinete Negro", mas logo Getúlio conseguiu se livrar da influência dos tenentes e governar só com o ministério. O ministério, de apenas 9 pessoas, foi cuidadosamente montado com elementos dos estados e partidos vencedores da Revolução de 1930.

Foram investigadas as administrações e os políticos da república velha, e, como o próprio Getúlio confirma em seu Diário, nada foi encontrado de irregularidades e corrupção naquele regime, motivo pelo qual mais tarde surgiria a expressão: "*os honrados políticos da República Velha*".

A radicalização dos tenentes representou o maior perigo a Getúlio em 25 de fevereiro de 1932, quando foi destruído (por empastelamento) um jornal da oposição no Rio de Janeiro, o Diário Carioca, que levou à renúncia dois ministros de Getúlio e fazendo com que os jornais do Rio de Janeiro ficassem 2 dias sem circular, em solidariedade ao Diário Carioca.

Getúlio Vargas cumpriu as principais promessas da Revolução de 1930: 1- Anistiou os revolucionários dos anos 1920 (Levante do Forte de Copacabana de 1922, Revolução Paulista de 1924 e Coluna Prestes); 2- Criou o voto secreto e o voto feminino, o código eleitoral e a Justiça Eleitoral, o que fez diminuir muito a fraude eleitoral. 3- Ampliou os direitos trabalhistas, formalizando-os, posteriormente, pela CLT, instituída em 1943. 4- Criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) e o Ministério da Educação e Saúde.

Durante o Governo provisório, Getúlio Vargas deu início à modernização do Estado brasileiro. Criou o código das águas, o código florestal, a propaganda comercial nas rádios e a lei da usura (na verdade, um decreto) que proíbe os juros abusivos.

Em 19 de março de 1931, foi editada a Lei de Sindicalização, tornando obrigatória a aprovação dos estatutos dos sindicatos trabalhistas e patronais pelo Ministério do Trabalho.

Getúlio conseguiu o restabelecimento de relações amistosas entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, muito influente naquela época, e rompida com o governo brasileiro desde o advento da república e do casamento civil.

No plano econômico, em 1931, foi declarada uma moratória e renegociada a dívida externa brasileira. Realizaram-se seguidas e grandes queimas de café em Santos, para a valorização do preço do café, o qual tinha caído muito durante a Grande Depressão de 1929.

Em 9 de julho de 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo. O Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo, que antes apoiara a Revolução de 1930, uniram-se na Frente Única para exigir o fim da ditadura do "Governo Provisório" (Vargas havia revogado a Constituição de 1891 e governava através de decretos) e a promulgação de uma nova constituição.

Os paulistas consideravam que São Paulo estava sendo tratado como terra conquistada, sendo governada por tenentes de outros estados e sentiam, segundo eles, que a Revolução de 1930 fora feita contra São Paulo. O estopim da revolta foram as mortes de 5 estudantes paulistas, assassinados no centro de São Paulo por partidários de Vargas em 23 de maio de 1932. Surgiu em seguida um movimento de oposição que ficou conhecido como MMDC, iniciais dos nomes dos estudantes mortos: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Esse movimento foi o responsável pela revolução. Foi montado um grande contingente de voluntários civis e militares que travaram uma luta armada contra o Governo Provisório, com o apoio de políticos de outros Estados, como Borges de Medeiros, Artur Bernardes e João Neves da Fontoura.

Iniciado em 9 de julho, esse movimento estendeu-se até 2 de outubro de 1932, quando foi derrotado militarmente. Porém o término da revolução constitucionalista marcou o início de um período de democratização do Brasil.

Em 3 de maio de 1933, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte quando a mulher votou pela primeira vez no Brasil em eleições nacionais. Nesta eleição, graças à criação da Justiça Eleitoral, as fraudes deixaram de ser rotina nas eleições brasileiras.

Na versão do governo, a Revolução de 1932 não era necessária, pois as eleições já tinham data marcada para ocorrer. Segundo os paulistas não teria havido redemocratização do Brasil, se não fosse o movimento constitucionalista de 1932.

Terminada a Revolução de 1932, Vargas se reconcilia com São Paulo, e depois de várias negociações políticas, nomeia um civil e paulista para interventor em São Paulo, Armando de Sales Oliveira, e mais tarde participa pessoalmente da inauguração da Avenida 9 de Julho em São Paulo.

**(...) Visto com a distância permitida pelo tempo, a rebelião de São Paulo não pode nos surpreender em seu rápido e clamoroso fracasso. Primeiramente, tratou-se de um levantamento mal conduzido, prematuro e que acreditava ter o apoio dos outros estados. Estes, porém, especialmente Minas e Rio Grande do Sul, estavam hesitantes e foram pegos de surpresa. Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul, decidiu apoiar Getúlio Vargas. Por outro lado, além de ter ficado sozinho, São Paulo ainda se viu em inferioridade de recursos em face da União, particularmente no ar e no mar. Finalmente, um dado importantíssimo: o operariado não chegou a se envolver no problema, no que tinha razão, pois, afinal todo aquele conflito não era um assunto seu. (...) O colapso da rebelião da oligarquia paulista exauriu São Paulo, mas marcou também o início do recuo do "tenentismo", debilitado por suas divisões internas e, um dado novo, também pela oposição do Exército, pois, como disse Góes Monteiro em seu precioso depoimento a Lourival Coutinho, a alta cúpula militar não via com bons olhos essa quebra na hierarquia do Exército que era a participação dos "tenentes" nos assuntos do Estado. (...) Pode-se dizer que a rebelião de São Paulo de 1932 foi o ápice e a crise do avanço "tenentista". À manifestação de força da oligarquia seguir-se-ia um recuo estratégico do governo paulista.**

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p.72-73.

**(...) Afinal, em 9 de julho de 1932, estourou em São Paulo a revolução contra o governo federal. O esperado apoio do Rio Grande do Sul e de Minas não veio. O interventor gaúcho Flores da Cunha, que hesitava, decidiu apoiar Getúlio e enviar tropas contra São Paulo. Houve apenas uma rebelião no Sul, logo derrotada. Em Mato Grosso, o general Bertoldo Klinger envolveu-se na articulação revolucionária, prometendo uma significativa ajuda em homens e munição. Mas chegou a São Paulo com apenas algumas centenas de soldados, assumindo o comando das operações militares a partir de 12 de julho. (...) O plano dos revolucionários era realizar um ataque fulminante contra a capital da República, colocando o governo federal diante da necessidade de negociar ou capitular. Mas o plano falhou. Embora a "guerra paulista" despertasse muita simpatia na classe média carioca, ficou militarmente confinada ao território de São Paulo. Por sua vez, a Marinha bloqueou o porto de Santos. (...) A verdade é que, apesar das divergências com o poder central, as elites**

regionais do Rio Grande do Sul e de Minas não se dispunham a correr o risco de enfrentar, pelas armas, um governo que haviam ajudado a colocar no poder há menos de dois anos. São Paulo ficou praticamente sozinho, contando sobretudo com a Força Pública e uma intensa mobilização popular para enfrentar as forças federais. O movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. Só a classe operária organizada, que se lançara em algumas greves importantes no primeiro semestre de 1932 ficou à margem dos acontecimentos. A luta pela constitucionalização do país, os temas da autonomia e da superioridade de São Paulo diante dos demais Estados, eletrizaram boa parte da população paulista. (...) Uma imagem muito eficaz, na época, associava São Paulo a uma locomotiva que puxava vinte vagões vazios – os vinte demais Estados da federação. O rádio, utilizado pela primeira vez em grande escala, contribuiu também para incentivar a presença do povo nos comícios e o fluxo de voluntários à frente de combate. Muitas pessoas doaram jóias e outros bens de família, atendendo ao apelo da campanha “Ouro por São Paulo”. Os revolucionários tentaram suprir suas notórias deficiências em armamento e munições, utilizando os recursos do parque industrial paulista. Enviaram também emissários aos Estados Unidos, na tentativa de comprar armas e aviões. Para simular a posse de armas que não existiam, inventou-se a “matraca” – uma geringonça que imitava o ruído de uma metralhadora despejando balas. (...) Mas a superioridade militar dos governistas era evidente. No setor sul, as forças do Exército contavam com 18 mil homens, além da Brigada Gaúcha e outros contingentes menores. Os paulistas não passavam de 8500 homens. As forças federais contavam também com munição suficiente e artilharia pesada, contrastando com a precariedade dos meios à disposição dos revolucionários. No ar, os paulistas perdiam nitidamente para a aviação do governo federal. A Revolução de 1932 marcou, aliás, o ingresso da aviação no Brasil como arma de combate, em proporções consideráveis. (...) Apesar do desequilíbrio de forças, a luta durou quase três meses. O ataque sobre o território paulista foi lançado a partir do sul do Estado, da fronteira com Minas Gerais e do Vale do Paraíba. De meados de setembro em diante, a situação dos revolucionários tornou-se cada vez mais precária. Os mineiros ocuparam Jundiá e Itu e, no Vale do Paraíba, as tropas federais ganharam terreno, entre marchas e contramarchas. A ameaça de ocupação da cidade de São Paulo tornara-se real. Por fim, representantes da Força Pública paulista reuniram-se em 1º de outubro de 1932 com o general Góis Monteiro, em seu quartel-general de Cruzeiro, no Vale do Paraíba. A Força Pública decidiu render-se, em um gesto que poupou vidas e pôs fim às últimas esperanças de resistência. (...) A “guerra paulista” teve m lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país. O movimento trouxe conseqüências importantes. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central. (...) Em agosto de 1933, Getúlio nomeou afinal um interventor civil e paulista, no pleno sentido da expressão: Armando Salles Oliveira com vínculos no PD e cunhado de Júlio Mesquita Filho diretor do Jornal *O Estado de S. Paulo*. Naquele mesmo ano, em agosto, baixou o decreto do chamado Reajustamento Econômico reduzindo o débito dos agricultores atingidos pela crise. Por sua vez a elite política de São Paulo adotou uma atitude mais cautelosa daí para a frente.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013, 14. ed. p. 293-299.

(...) Em 32, a classe dominante paulista, não mais cindida como nos anos anteriores, lutou por seus interesses aos brados de “Viva São Paulo” e “Viva o Brasil”. (...) Os adversários do movimento, por outro lado, construíram a imagem de uma “luta separatista na qual se levantava contra a nação”. Por trás dessas acusações recíprocas se situavam desavenças entre os interesses dominantes paulistas e a nova política que vinha sendo posta em prática pelo Governo Provisório. (...) Nessa época, a fração da classe dominante paulista (PD) que se opunha às oligarquias (PRP) por conveniências do momento, fez alianças como os “revolucionários” que defendiam propostas contrárias, muitas delas, a seus interesses. (...) Vitoriosa a Revolução de 30, as diferenças não tardaram vir à tona. A oposição paulista não realizava seus anseios de estar à frente do Governo do Estado, e não aceitava a política do Governo Provisório. Nessa medida, viu-se na contingência de se aliar a seus inimigos de outrora para lutar contra a centralização do poder e pela “volta da autonomia de São Paulo” contra “a humilhação de São Paulo”. (...) Na defesa da autonomia de São Paulo, alegava-se que “a contribuição de São Paulo ao governo federal representa 40 % da renda global da nação e somente 5% da renda federal beneficia São Paulo”. Além disso, o livre trânsito de produtos nacionais, sem impostos ou restrições alfandegárias só poderia beneficiar os outros Estados. (...) A classe dominante do “Estado mais forte da União” não podia aceitar um regime político que punha restrições à sua autonomia, o que redundava em empecilhos ao pleno desenvolvimento de suas riquezas e de seu progresso, segundo se afirmava. (...) Os pressupostos

do liberalismo fundamentavam a luta contra a intervenção do Estado na economia e na política. Com base neles, separatistas, federalistas e confederalistas combateram o centralismo e a tendência unificadora do Governo Provisório. (...) A classe dominante paulista queria recuperar a autonomia de São Paulo, mesmo porque com isso seria possível readquirir o controle do Estado.

CAPELATO, Maria Helena. O movimento de 1932: a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.50-57.

## 2. GOVERNO CONSTITUCIONAL

### II. O GOVERNO CONSTITUCIONAL

#### O Governo Constitucional (1934-1937) e a Intentona Comunista

Foi instalada em novembro de 1933, a Assembleia Nacional Constituinte que promulgou uma nova Constituição em 16 de julho de 1934. Nesta constituinte participou pela primeira vez uma mulher deputada e houve a presença de deputados eleitos pelos sindicatos: os deputados classistas.

**Figura 60: Almerinda F. Gama, do Sindicato dos Datilógrafos, na eleição dos representantes classistas para a Assembleia Constituinte. Rio, 1933.**



Fonte: CPDOC/FGV.

Constituição tida como progressista para uns e para Getúlio, com suas palavras: "Impossível de se governar com ela!"

Nesse mesmo dia, o Congresso Nacional elegeu, por voto indireto, Getúlio Vargas como Presidente da República. Não havia, na constituição de 1934, a figura do vice-presidente.

Os estados fizeram, depois, suas constituições e muitos interventores se tornaram governadores, o que significou uma ampla vitória, nos estados, dos partidários de Getúlio.

Neste período cresceu a radicalização política, especialmente entre dois grupos. A Ação Integralista Brasileira (AIB), de inspiração fascista, liderada por Plínio Salgado, que segundo Roney Cytrynowicz:

**Como movimento, ideologia e forma de ação política, o integralismo faz parte da constelação de partidos fascistas que surgiram na Europa e na América Latina entre o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) e a ascensão do fascismo na Itália (1922) e do nazismo na Alemanha (1933). Entre as ideias que ele propaga destacam-se a negação da democracia, do pluralismo político e das eleições, o controle absoluto do Estado sobre a sociedade, a eliminação da diferença ideológica e da oposição, o preconceito e o racismo, a defesa de um nacionalismo radical e de um partido único de massa, o culto à liderança única, o repúdio ao liberalismo, ao socialismo e ao comunismo, e a crença no ideal corporativo.**

CYTRYNOWICZ, Roney. A força e a pátria em ação. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, nº 61, p.22, outubro 2010.

O outro grupo, que se opunha à A.I.B. e ao governo de Getúlio Vargas, foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento dominado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), pró Moscou.

Segundo o historiador Boris Fausto:

**O programa básico da Aliança Nacional Libertadora tinha conteúdo nacionalista, sendo curioso observar que nenhum de seus cinco itens tratava de especificamente dos problemas operários. Eram eles a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades populares; e a constituição de um governo popular, do qual poderia participar "qualquer pessoa na medida da eficiência e de sua colaboração".**

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.359.

O fechamento da ANL, determinado por Getúlio Vargas, bem como a prisão de alguns de seus partidários, precipitaram as conspirações que levaram à Intentona Comunista de 27 de novembro de 1935, movimento ocorrido nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro.

**Figura 61: Material da ANL apreendido pela Polícia Política do D.F. Rio, 1935.**



Fonte: Arquivo Nacional - Polícias Políticas

Conforme Boris Fausto:

**(...) O levante de 1935 - que lembra as revoltas tenentistas da década de 1920 - foi um fracasso. Começou a 23 de novembro do Rio Grande do Norte, antecipando-se a uma iniciativa coordenada a partir do Rio de Janeiro. Uma junta de governo tomou o poder em Natal por quatro dias, até ser dominada. Seguiram-se as rebeliões no Recife e no Rio, esta última de maiores proporções. Houve aí um confronto entre os rebeldes e as forças legais do qual resultaram várias mortes, até a rendição. (...) Ao que tudo indica, a tentativa de golpe no Brasil representava o canto de cisne da linha política anterior. Ela foi alentada pelas informações fantasiosas dos comunistas brasileiros, dando conta da existência de um clima pré-revolucionário no país. A influência dos métodos tenentistas pesou também na decisão.**

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.361.

A partir daí, seguiram-se os "estado de sítio" e a instabilidade política, que levaram Getúlio a implantar o Estado Novo.

### **3. ESTADO NOVO E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA**

#### **III. O ESTADO NOVO (1937-1945): POPULISMO E INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA**

Em 1937, quando se aguardavam as eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938, a serem disputadas por José Américo de Almeida e Armando de Sales Oliveira, foi denunciada pelo governo a existência de um suposto plano comunista para tomada do poder.

Este plano ficou conhecido como Plano Cohen, e depois se descobriu ter sido forjado por um adepto do integralismo, o capitão Olympio Mourão Filho, o mesmo que daria início ao movimento de derrubada do presidente João Goulart, em 1964.

**Figura 62: Humor de J. Carlos à atuação de Getúlio na sucessão presidencial. Rio, 1937**



Crédito: Biblioteca Nacional - Revista da Semana (dez./1935)

**Figura 63: Getúlio Vargas comunica ao país a instauração do Estado Novo no Rio de Janeiro. 10 de novembro de 1937.**



Fonte: CPDOC/FGV.

Com a comoção popular causada pelo Plano Cohen, com a instabilidade política gerada pela Intentona Comunista, com o receio de novas revoluções comunistas e com os seguidos estados de sítios, foi sem resistência que Getúlio Vargas deu um golpe de estado e instaurou uma ditadura em 10 de novembro de 1937, através de um pronunciamento transmitido por rádio a todo o país.

O último grande obstáculo que Vargas enfrentou para dar o golpe de estado foi do bem armado e imprevisível interventor no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, mas este não resistiu ao cerco de Getúlio e se refugiou no Uruguai, antes do golpe do Estado Novo (1937).

Essa ditadura recebeu o nome de Estado Novo, (nome tirado da ditadura de António de Oliveira Salazar em Portugal), e durou até 29 de outubro de 1945, quando Getúlio foi deposto pelas Forças Armadas.

Getúlio Vargas determinou o fechamento do Congresso Nacional e extinção dos partidos políticos. Ele outorgou uma nova constituição, que lhe conferia o controle total do poder executivo e lhe permitia nomear interventores nos estados e previa um novo Legislativo, porém nunca se realizaram eleições no Estado Novo.

Esta constituição, apelidada de "Polaca", (denominação usada para mostrar que a Constituição Brasileira de 1937 foi amplamente influenciada pela Constituição autoritária da Polônia e, depreciativamente, o nome de uma zona de baixo meretrício no Rio de Janeiro), na prática não vigorou, pois Getúlio governou durante todo o Estado Novo por decreto-lei e nunca convocou o plebiscito previsto na Constituição de 1937.

Na versão de Francisco Campos que redigiu a "Polaca", esse foi o erro de Getúlio no Estado Novo: não ter instalado o Poder Legislativo, nem ter se legitimado pelo voto em plebiscito.

Como Francisco Campos afirmou que começara a redigir a nova constituição em 1936, suspeita-se que a decisão de dar um golpe de estado foi tomada logo depois da Intentona Comunista em novembro de 1935.

Alguns escritores como Monteiro Lobato foram presos. No seu caso, o mesmo foi preso por ter enviado uma carta à Getúlio criticando a sua política em relação ao petróleo brasileiro. Monteiro Lobato queria que o governo explorasse esse recurso natural para o desenvolvimento do País. O governo, por sua vez, nada fazia, em parte em virtude das pressões das grandes companhias estrangeiras, que, interessadas em continuar vendendo petróleo ao Brasil, insistiam em afirmar que aqui não existia petróleo. As pressões populares, no entanto, acabaram levando ao próprio Vargas a criar, mais tarde, em seu segundo mandato, a Petrobrás (1953).

O único protesto armado contra a instalação do Estado Novo ocorreu em 11 de maio de 1938. Os integralistas, insatisfeitos com o fechamento da AIB, invadiram o Palácio Guanabara, numa tentativa de deposição de Getúlio Vargas.

**Figura 64: Cartaz de propaganda da Ação Integralista Brasileira (AIB).**



Fonte: Arquivo Nacional - Polícias Políticas.

Esse episódio ficou conhecido como Levante Integralista e levou Getúlio a criar uma guarda pessoal, apelidada depois de "Guarda Negra".

Uma série de medidas fizeram-se necessárias para Getúlio se fortalecer no poder: 1- Nomeação de interventores de estrita confiança para governarem os estados e que fossem bem relacionados em seus estados; 2- Eliminação dos tenentes de 1930 como força política relevante e acima da hierarquia militar; 3- Disciplina e profissionalização das forças armadas; 4- Censura aos meios de comunicação realizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual também fazia ampla propaganda do Estado Novo, e; 5- Desarmamento das polícias estaduais, que passaram a ter somente armas leves. Tais medidas consolidaram o domínio de Vargas sobre o Estado brasileiro e as massas urbanas, a partir de uma estratégia política conhecida pela expressão populismo. Segundo o professor Armando Brito Jr.

**O conceito de populismo é muito discutido na ciência política. Aqui, não podendo apresentar essa discussão, diremos apenas que o populismo resulta da convergência entre, de um lado, uma insatisfação popular difusa e politicamente impotente e, de outro lado, uma ação deliberada de partidos políticos e do Estado de apoiar-se nessa insatisfação e dirigi-la para um objetivo político que é definido sem a participação popular. O Estado define uma direção política para essa insatisfação popular difusa, dirigindo "do alto" os trabalhadores desorganizados. A relação direta do político populista com a massa desorganizada é o aspecto formal mais saliente desse fenômeno político.**

JÚNIOR, Armando Boito. Vargas e a herança populista. In: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/agosto2004/ju263pag02.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2004/ju263pag02.html)

Entre 1937 e 1945, Getúlio Vargas deu continuidade à reestruturação do estado e profissionalização do serviço público, criando o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Aboliu os impostos nas fronteiras interestaduais e modernizou e ampliou o imposto de renda.

Orientou-se cada vez mais para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico, e provocou um forte impulso à industrialização.

Adotou a centralização administrativa como marca para criar uma burocracia estatal ampliada e profissionalizada, até então inexistente. Um exemplo disto, é que o número de leis, decretos e decretos-lei baixados por Getúlio Vargas é muito maior que o número de todos os diplomas legais baixados na República Velha.

Foram criados, nesse período, O Ministério da Aeronáutica e o CNP (Conselho Nacional do Petróleo) que depois daria origem à Petrobrás em 1953.

Foram criadas ainda a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), dentre outros.

Foi criada uma nova moeda nacional, o cruzeiro. Foi feita uma reforma ortográfica, em 1943, simplificando a grafia da língua portuguesa.

Editou o Código Penal e o Código de Processo Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), todos até hoje em vigor.



**Figura 65: Carteira de Trabalho de Getúlio Vargas**



Créditos: Museu da República - Acervo e Arquivo Nacional - Empresa Brasileira de Notícias

Vargas criou a carteira de trabalho, a Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a estabilidade do emprego depois de dez anos de serviço (revogada em 1965) e o descanso semanal remunerado.

Regulamentou o trabalho dos menores de idade, da mulher e o trabalho noturno. Fixou a jornada de trabalho em oito horas diárias de serviço e ampliou o direito à aposentadoria a todos os trabalhadores urbanos.

Durante o Estado Novo, deu-se a rápida e eficiente colonização e povoamento do Norte do Paraná por empresas privadas de colonização, e foram criados territórios federais nas fronteiras, para o desenvolvimento do interior do Brasil, ainda praticamente despovoado.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, Getúlio Vargas manteve um posicionamento neutro até 1941.

No início de 1942, durante a conferência dos países sul-americanos no Rio de Janeiro, estes países decidiram, a contragosto de Getúlio (este, um simpatizante das ideias fascistas, vendo que seu modelo político foi amplamente influenciado por essa doutrina autoritária), condenar os ataques japoneses aos Estados Unidos da América e romper relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão.

Logo em seguida, ainda em 1942, submarinos "alemães" atacaram navios mercantes brasileiros, pondo um fim à neutralidade brasileira. Após estes ataques, Getúlio declarou guerra à Alemanha e à Itália.

**Figura 66: Manifestação contra o afundamento de navios brasileiros pelos alemães. Rio, 1942.**



Crédito: CPDOC/FGV - Arquivo CFA

Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo pelo qual o governo norte-americano se comprometeu a financiar a construção da primeira siderúrgica brasileira em Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, em troca da permissão para a instalação de bases militares e aeroportos no Nordeste e em Fernando de Noronha.

A construção da Companhia Siderúrgica Nacional representou importante passo na política de substituição de importações, conduzida por Getúlio Vargas.

A economia brasileira começaria a seguir, ainda que de forma lenta, um novo rumo: o da independência econômica com relação ao modelo agroexportador, até então predominante.

Segundo Francisco Luiz Corsi:

**Vargas oscilou entre um desenvolvimento autônomo e um desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Julgava ser possível desenvolver o Brasil, mudar sua inserção na economia mundial, garantir a soberania nacional e conseguir um papel de destaque na América Latina, contando para tanto com o financiamento externo. Com essas metas, o projeto de Vargas encontrou crescentes dificuldades para se concretizar em um contexto em que os EUA firmavam-se como grande**

potência. Apesar disso, as decisões adotadas no período foram de grande importância para os rumos da economia brasileira das décadas seguintes.

CORSI, Francisco. O longo caminho da industrialização. História Viva: grandes temas, São Paulo, nº 4, p.29.

Os problemas econômicos e sociais dos primeiros anos do Estado Novo eram de modo geral, os mesmos da fase anterior (...). As medidas para resolvê-los foram intensificadas, implicando em maior participação do Estado, e se alteraram quanto à forma, agora monolítica, de sua aplicação. Uma delas, das mais drásticas, foi o congelamento das dívidas externas, determinada pelo enorme *déficit* da balança de pagamentos, conseqüência, por sua vez, da redução das exportações e dos preços do café. Aquela decisão quebrava as promessas feitas por Osvaldo Aranha em 1934 ao governo americano, porta-voz de nossos principais credores e seria mantida até 1940, desautorizando mais uma vez, em 1939, o embaixador brasileiro em Washington. (...) A Intervenção do Estado na economia se intensificou ainda mais, pelo estímulo à diversificação da produção agrícola, aproveitando-se culturas já existentes e em desenvolvimento. Foram criadas autarquias especiais, os Institutos do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho, com múltiplas atribuições: financiamentos, experimentação e divulgação de técnicas mais aperfeiçoadas de cultivo. Por um processo espontâneo, o plantio de algodão se expandira, sobretudo do Estado de São Paulo atraindo capitais antes investidos no setor do café: esse crescimento era devido apenas em parte ao aumento das exportações daquele produto para a Alemanha e o Japão, necessitados de matérias-primas, em virtude de sua participação na guerra. (...) A diversificação da produção agrícola, em parte estimulada pelo governo, tem outro fator dinâmico a explicar-lhe a eficácia. O esforço da guerra em que estavam envolvidos os países produtores de bens manufaturados reduziu a oferta desses bens de 40%, o que potenciou o processo de substituição de importações, através do desenvolvimento das indústrias locais. Elas se beneficiavam assim de uma nova forma de protecionismo conjuntural. Por volta de 1940, a capacidade produtiva ligada ao mercado interno estava sendo intensamente utilizada. Ora, o surto industrial implicaria numa absorção cada vez mais intensa das matérias-primas, entre elas o algodão, produzidas na agricultura. De resto, o mercado consumidor crescia com o processo de urbanização, aumentando a procura generalizada de produtos agrícolas. Finalmente, uma das primeiras medidas tomadas pelo Estado Novo – a abolição ainda em 1937 das taxas interestaduais de exportação – integrando os setores rurais e urbanos, contribuiu para o desenvolvimento de um mercado realmente nacional.

SOLA, Lourdes. *O gole de 37 e o Estado Novo*. in.: MOTA, Carlos Guilherme (org) .Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro: Difel, p.269-270.

Os norte-americanos precisavam muito de borracha, pois não tinham mais a borracha da Ásia. Então houve, no Brasil, uma grande migração de nordestinos para a Amazônia para extrair o látex da borracha, ("o soldado da borracha"), que mudou a história da região.

Em 28 de janeiro de 1943, Vargas e Franklin Delano Roosevelt (Presidente dos EUA) participaram da Conferência de Natal, onde ocorreram os primeiros acordos que resultaram na criação, em novembro, da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

O símbolo da FEB era a "cobra fumando" pois Getúlio havia dito: -"É mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na Guerra."

Os pracinhas da FEB, um total de 25.000 homens, foram enviados, a partir de julho de 1944, para combater na Itália. Entre os pracinhas, havia oito estudantes de Direito da Universidade de São Paulo, participantes de manifestações pacíficas de oposição a Getúlio, como a Passeata do Silêncio, em que desfilaram com mordanças negras para simbolizar a falta de liberdade de expressão. "Fomos convocados por castigo - como se pudesse ser um castigo servir ao Brasil!", escreveu um desses estudantes, Geraldo Vidigal, no livro *O Aprendiz de Liberdade - Do Centro XI de Agosto à Segunda Guerra Mundial*. A função desses estudantes na guerra: desarmar minas terrestres antes que os tanques passassem. Dos soldados enviados para combater na Europa, 450 não voltaram.

**Figura 67: Embarque de tropas da FEB para a Itália. Rio, 1944**



Crédito: Arquivo Nacional - Empresa Brasileira de Notícias

Em 1943 ocorre o primeiro protesto organizado contra o Estado Novo, em Minas Gerais, chamado "Manifesto dos Mineiros", redigido e assinado por advogados mineiros, muitos dos quais se tornariam influentes juristas e políticos importantes da UDN.

Um ferrenho opositor do Estado Novo, foi Monteiro Lobato que chegou a ser preso e acusava Getúlio de não deixar os brasileiros procurarem petróleo livremente. Com a aproximação do término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as pressões em prol da redemocratização ficam mais fortes.

A entrevista, em 1945, de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda marca o fim da censura à imprensa no Estado Novo.

Apesar de algumas medidas tomadas, como a definição de uma data para as eleições (2 de dezembro), a anistia, a liberdade de organização partidária, e o compromisso de fazer eleger uma nova Assembleia Constituinte.

Surge, então, liderado pelo empresário Hugo Borghi, o "Queremismo" com os lemas: "Queremos Getúlio" e "Constituinte com Getúlio", mas isto não ocorreu.

**Figura 68: Manifestação "queremista" em frente ao Palácio Guanabara. Rio, 1945.**



Crédito: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - R 5213 P.570

Getúlio Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, por um movimento militar liderado por generais que compunham seu próprio ministério, renunciando formalmente ao cargo de presidente.

O pretexto para o golpe foi a nomeação de um irmão de Getúlio para Chefe de Polícia no Rio de Janeiro.

Getúlio foi substituído pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, porque na Constituição de 1937 não existia a figura do vice-presidente. E este presidente interino, José Linhares, ficou três meses no cargo até passar o poder ao presidente eleito em 2 de dezembro de 1945, Eurico Gaspar Dutra.

**O Brasil não pôde, evidentemente, manter-se omissor por ocasião da II Guerra Mundial, visto que as contingências que haviam levado à hecatombe estavam presentes em nosso país através de um modelo especial de fascismo sem base partidária. No começo da guerra, as vitórias alemãs incentivaram o grupo fascista interno a se manifestar simpaticamente em relação ao Eixo e o próprio Vargas sentiu-se bastante respaldado para fazer um discurso discretamente favorável ao nazismo, quando das comemorações da Batalha do Riachuelo, em 1940, se bem que tal discurso não fosse tão discreto a ponto de não gerar mal-estar nos Estados Unidos, já então se inclinando para a Inglaterra. (...) Getúlio Vargas, porém, não era ingênuo a ponto de se ligar, ostensivamente à Alemanha, quando isso incomodava o poderoso vizinho do norte. Vargas, no fundo, estava jogando com as rivalidades interimperialistas com vistas a obter recursos para a construção da Usina de Volta Redonda, recursos que, como já vimos, acabaram vindos dos Estados Unidos. (...) A mudança de posição do Brasil em face do Eixo ocorreu durante os anos de 1941/1942. A ajuda americana na construção da Usina de Volta Redonda e o começo da derrota germânica na Europa tiveram peso decisivo na guinada que a nossa política interna sofreu então. A neutralidade, com certa simpatia pelas forças do Eixo, transformou-se num antinazismo decidido e o país foi cada vez mais abandonando a neutralidade. Em 1942, culminando com este processo, o Brasil, sob impacto de intenso clima emocional, declarou guerra à Alemanha. A participação de nosso país na conflagração européia teve seu momento mais alto com o envio de uma força expedicionária para a**

**Itália e ela colocou em evidência a contradição entre a política externa e a realidade interna do regime: como seria possível, a partir de então, sustentar o Estado Novo com os soldados brasileiros morrendo no Velho Mundo em defesa da liberdade? (...). A participação do Brasil na II Guerra Mundial foi fundamental para reativar o movimento político que o golpe de 1937 liquidara. Em 1943, o "Manifesto dos Mineiros" reclamou contra a falta de liberdade no país, enquanto, simultaneamente, aumentava a pressão americana em favor da redemocratização. (...) O ano da reabertura política foi 1945. A censura desapareceu quase que bruscamente depois de uma entrevista ousada de José Américo de Almeida, cuja publicação não foi possível impedir. Além disso, Getúlio foi constringido a marcar eleições para a presidência e para uma Assembleia Constituinte. Surgiram então novos partidos políticos: a UDN ou União Democrática Nacional, partido da burguesia financeira urbana, ligada ao capital estrangeiro e herdeira do velho capitalismo liberal, o PSD ou Partido Social Democrático, aglutinador das velhas oligarquias agrárias, e o PTB ou Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Vargas e representativo do nacionalismo econômico e das massas operárias citadinas. (...) Esses partidos e mais outros menores que apareceram inclusive o Partido Comunista Brasileiro, que voltou a conhecer um fugaz momento de legalidade, ajudaram a fazer daquele ano de 1945 um efervescente caldeirão de idéias e conflitos. De sua parte, Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que prometia deixar o poder, incentivava o "Movimento Queremista", favorável à sua continuação no cargo, e buscava ampliar suas bases populares para se manter. (...) A queda de Getúlio Vargas e o subsequente "exílio" em São Borja resultaram imediatamente de sua decisão de fazer do irmão, Benjamin Vargas, o chefe de polícia do Distrito Federal, o que desagradou profundamente Góes Monteiro. O ato de força do Exército serviu para elevar o prestígio das Forças Armadas como elemento arbitral na política brasileira. (...) O reforço da posição das Forças Armadas e a intensificação da penetração do imperialismo americano em nosso país, depois da II Guerra Mundial, impuseram um alcance limitado à subsequente redemocratização. Pode-se dizer que a queda do Estado Novo foi tramada com o fito de preservar o que havia de reacionário e suprimir o que havia de progressista no regime vigente. O governo Dutra, que sucedeu Getúlio Vargas, foi a continuação da máquina política e administrativa varguista, apenas que sem o comando do líder máximo e sem as tendências nacionalistas.**

**LOPES, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p.96-98.**

Getúlio foi um dos casos únicos no mundo de um ditador afastado do poder sem sofrer nenhuma punição (nem mesmo o exílio que impusera ao presidente Washington Luís, ao depô-lo), e sem ter os direitos políticos cassados. Getúlio Vargas retirou-se à sua estância em São Borja, no Rio Grande do Sul.

Apoiou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, seu ex-ministro da Guerra (hoje "Comando do Exército") durante todo o Estado Novo, à presidência da República. Dutra venceu a eleição.

Na formação da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Getúlio Vargas foi eleito senador por dois Estados: Rio Grande do Sul e São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Getúlio participou muito pouco da Constituinte e foi o único parlamentar a não assinar a Constituição de 1946. Assumiu seu cargo no Senado Federal como representante gaúcho, e exerceu o mandato de senador durante o período 1946-1949.

Deixando o Senado, foi viver na sua estância (propriedade rural nos pampas) em São Borja, onde foi muito assediado por seus partidários para retornar à vida pública.

Acabou aceitando voltar à política e, já com 68 anos, percorreu o Brasil em campanha eleitoral, prometendo que o povo subiria com ele as escadarias do Palácio do Catete.

Uma síntese das dificuldades que Getúlio enfrentaria como candidato e como presidente é dada pela frase do escritor, político e jornalista Carlos Lacerda que afirmou, a respeito de Getúlio: "Esse homem não pode se candidatar, se se candidatar não poderá ser eleito, se for eleito não poderá tomar posse, se tomar posse não poderá governar".

#### **4. EXERCÍCIOS**

01. (2011) A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) vitimou milhões de pessoas e alastrou-se por terras, mares, oceanos e ares de quase todo o planeta. A postura brasileira durante o conflito, foi a de:

- (A) neutralidade durante todo o tempo, em virtude da posição pró-Eixo do governo brasileiro.
- (B) aliar-se ao Eixo, sem, no entanto, participar diretamente do conflito com o envio de tropas.
- (C) após declarar guerra ao Eixo, enviar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que combateu em terras italianas.
- (D) manter neutralidade durante todo o conflito, pois o continente americano e os mares que o cercam não foram ameaçados nesta Guerra.
- (E) declarar guerra ao Eixo, sem, no entanto, enviar tropas para os campos de batalhas europeus, em respeito à

tradicional postura não-belicista do País.

02. (2013) Durante o governo Vargas (1930-1945), surgiram no Brasil duas agremiações políticas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB).

Leia as afirmações abaixo.

- I. A ANL era de tendência fascista e a AIB tinha tendência socialista.
- II. Ambas defendiam a moratória (não pagamento da dívida externa), a nacionalização das empresas estrangeiras e o combate aos latifúndios.
- III. O líder da AIB era Plínio Salgado.
- IV. Argumentando a existência de um "Plano Cohen", o governo Vargas ordenou a dissolução do Congresso Nacional.
- V. Em novembro de 1935, a ANL fracassou na tentativa de tomar o poder através de um golpe (Intentona Comunista).

Assinale a alternativa que apresenta apenas afirmações corretas.

- (A) I e III
- (B) II e IV
- (C) III e V
- (D) II e V
- (E) I e IV

CURSO CIDADE - ESPCEX

## UNIDADE III

### IX. IDADE CONTEMPORÂNEA

#### 1. BIPOLARIZAÇÃO E GUERRA FRIA

##### I. O Mundo No Pós-guerra

Ao terminar a guerra, o mundo estava dividido em dois blocos antagônicos: O Capitalismo e o Socialismo. Apesar da redução do "Mundo Socialista", pela ampliação do "Mundo Socialista", os EUA saíram da guerra como a maior potência mundial. Com uma produção econômico-industrial superior aos demais, os interesses militares e econômicos norte-americanos espalhavam-se por todos os continentes. A tendência à concentração econômica e a variedade de monopólios continuam a se desenvolver. Os princípios básicos do Capitalismo continuam mantidos.

Por outro lado, tendo como núcleo inicial a URSS, o "Mundo Socialista" tem como seu elemento de unidade a Doutrina Marxista-Leninista. A instauração progressiva de uma sociedade sem classes e a eliminação do estado deverá ser "feita por etapas, escalonadas ao longo das gerações... O primeiro estágio é a democracia popular. O segundo, depois que estiver suficientemente adiantada a socialização da economia, é a república socialista: o comunismo representa ainda outra etapa." (René Rémond).

A propriedade coletiva dos meios de produção com o Estado controlando toda a atividade econômica, a planificação total da economia, o unipartidarismo as liberdades públicas e individuais interpretadas segundo interesses do proletariado, constituem princípios básicos do "Mundo Socialista".

Ainda como consequência imediata da Segunda Guerra Mundial, a "Guerra Fria", expressão utilizada pela primeira vez por Churchill, representa o conflito ideológico entre as duas potências que emergem no período pós-guerra: os EUA (capitalismo) e a URSS (socialismo). Os antagonismos entre os dois sistemas, momentaneamente disfarçados durante a guerra, afloram no pós-guerra. Segundo René Rémond a expressão do "Mundo Socialista" com a criação das "Democracias Populares", a incapacidade da Europa de assegurar sua própria defesa e reerguer a sua economia e o poder dos Partidos Comunistas Ocidentais Controlando forças sindicais e estando em condições de deflagrar greves gerais e paralisar a economia, "... assusta primeiro os britânicos, depois os norte-americanos".

Tudo isso leva os EUA a abandonarem gradativamente a política rooseveltina de cooperação. Assiste-se, a partir daí, a uma rápida reversão das alianças do período da guerra. A intervenção inglesa na Grécia, no primeiro semestre de 1945, contra as tentativas de grupos comunistas de assumirem o poder, constitui o marco inicial da "Guerra Fria". Os acontecimentos do ano de 1947 foram decisivos para o rompimento entre os partidos aliados.

##### **Doutrina Truman e a Guerra Fria**

A morte do presidente Roosevelt e a ascensão do vice-presidente Truman põem, como já vimos, fim à cooperação com a URSS. A ideia inicial de desmobilização e retorno ao isolacionismo são abandonados pelos norte-americanos. Em 12 de março de 1947, em um discurso no Congresso, o presidente Truman anunciava a determinação dos EUA de substituírem a Inglaterra no fornecimento de ajuda militar à Grécia e à Turquia, para combaterem o avanço do comunismo e a influência do URSS.

Três meses após o estabelecimento da "Doutrina Truman", a reação norte-americana continua. O lançamento do "plano Marshall" oferece ajuda norte-americana para a reconstrução de toda a Europa, sem exceção. A recusa soviética reforça a cisão já percebida. A "cortina de ferro" citada por Churchill, até então possuindo uma significação política, desdobra-se numa barreira econômica. A organização do "COMECON" constitui a resposta soviética ao "Plano Marshall". A cisão política e econômica é completada no campo militar pela criação da Otan (1949) e do PACTO DE VARSÓVIA (1955). Dois sistemas antagônicos edificam-se em todos os planos. Fora da Europa, a vitória da Revolução Chinesa (1949), a Guerra da Coreia (1950-1953) e a derrota francesa em Dien Bien Phu, no Vietnã (1954) e Cuba (1959) aceleram a "Guerra Fria" e a "bipolarização" do mundo.

Os Sistemas de Alianças

a) No Mundo Capitalista – a liderança norte-americana leva ao desenvolvimento de três grupos de alianças:

1º - Modernização de antigas alianças – O tratado de Defesa Mútua e assistência Recíproca do rio de Janeiro, assinado em 1947, é complementado pela criação da OEA, em 1948.

2º - Alianças com árabes desenvolvidas (1949 – 1951) – a mais importante constitui a OTAN, formado pelos EUA, Canadá, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Itália, Dinamarca, Portugal, Noruega, Islândia.

3º - Alianças com árabes subdesenvolvidos – de grande importância estratégica, desenvolvem-se a OTASE e o

CENTO. O sentimento anticomunista passa a ser a base dessas alianças. A OTASE (Organização do Tratado do Sudeste Asiático) instituída como consequência da consolidação da república popular da China, da eclosão da guerra da Coreia e da derrota francesa na Indochina (1954), tinha como objetivo impedir a expansão do comunismo no Sudeste Asiático. Reunia os EUA, França, Inglaterra, Paquistão, Filipinas, Nova Zelândia e Tailândia (1954). No oriente próximo, organiza-se o PACTO DE BAGDÁ (CENTRO), reunindo a Turquia, o Iraque e o Paquistão.

b) No Mundo Socialista – a liderança soviética leva, a princípio, à realização de compromissos bilaterais. Em 1955, é criado o PACTO de VARSÓVIA. Estabelecendo uma aliança militar entre a URSS, Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia, Checoslováquia e Alemanha Oriental, recebe, ainda, apoio da China (até 1958), da Albânia (até 1958), da Coreia do Norte e do Vietnã do norte. Paralelamente ao Pacto de Varsóvia, como já vimos, desenvolveu-se o COMECON.

### **Os EUA e o Bloco Capitalista**

A hegemonia norte-americana, após a Segunda Guerra Mundial, expressa-se no aumento da sua renda nacional, principalmente devido ao aumento da produção agrícola e industrial durante a guerra. O êxito da reconversão da economia de guerra, posto em perigo pelas retrações econômicas, é calcado no desenvolvimento dos monopólios, na expansão econômica – principalmente através do “Plano Marshall” e do “Ponto quatro” (auxílio às regiões subdesenvolvidas) – e no início da Guerra da Coreia. A Segunda Guerra mundial acentua o declínio econômico da Europa. A superioridade norte americana, a ampliação do “Mundo Socialista” e a intensificação da descolonização dificultam a reconversão e a reconstrução europeia, fundamental para a estabilidade do Capitalismo e para a segurança dos EUA.

A recuperação e a integração europeia são iniciadas, em 1947, com a ajuda econômica promovida pelo “Plano Marshall”. Com o objetivo de distribuir a ajuda econômica norte-americana entre 16 países capitalistas da Europa e desenvolver projetos para fomentar o crescimento econômico europeu, é criada a Organização Europeia de Cooperação Econômica (O.E.C.E.), a partir daí outros organismos se formam e entram em vigor.

Com relação ao Japão, a ocupação do país pelos norte-americanos (Mac Arthur), após a guerra, leva a uma série de medidas radicais: dissolução dos grandes trustes, reforma agrária, promulgação de nova constituição e limitação dos poderes do imperador. Porém, o desenvolvimento da “Guerra Fria” e a ampliação do “mundo Socialista na Ásia (China), modificam a posição norte-americana. A partir de 1950, uma série de investimentos norte-americanas aceleram a reconstrução o desenvolvimento do Japão.

### **A URSS e a Expansão do Bloco Socialista**

A participação soviética na expulsão do exército alemão da Europa centro-oriental possibilitou uma ampliação do “Mundo Socialista” através da criação das chamadas “Democratas Populares”. A presença das tropas soviéticas, o apelo ao nacionalismo contra o imperialismo, a reforma agrária e a hábil ação dos Partidos Comunistas, unindo-se a outros partidos em “Frentes Nacionais”, levam à realização de “eleições livres”, que garantem a vitória comunista.

Sem os abalos políticos e sociais dos demais países europeus, a URSS procedeu, ao término da Segunda Guerra Mundial, à tarefa de reconstrução através da 4º Plano Quinquenal (1946-1950). Seguem-se outros planos, objetivando corrigir as deficiências na produção agrícola e na indústria de bens de consumo, visando a um melhor nível de vida do povo soviético.

É importante frisar que, para o “Mundo Socialista”, a formação dos “Democratas Populares” constitui o grande fato histórico da Segunda Guerra Mundial. Oito novos Estados juntam-se à URSS: Polônia, Hungria, Romênia, Iugoslávia, Bulgária, Albânia, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental. Posteriormente, em outras “Repúblicas Populares”: China, Coreia do Norte, Vietnã e Cuba.

### **Iugoslávia**

Com relação à Iugoslávia, a não participação soviética na libertação do país dá a Tito o direito de encontrar sua própria via para o socialismo. Apesar de expulso, em junho de 1948, do COMIFORM, O “Titismo” afirmou sua originalidade, reagindo contra a burocracia soviética. Suas principais características são: formação de um Estado Federal e multinacional; auto-gestão operária e descentralização, embora seja mantido o sistema coletivista; em matéria de política externa, o “neutralismo”.

A Iugoslávia federal de Tito foi, por quase meio século, o território comum de inúmeras etnias, culturas, tradições e religiões. Nela conviviam os sérvios, cristãos ortodoxos, croatas, eslovenos, católicos, os muçulmanos de origem albanesa do Kosovo, da Macedônia e de Montenegro, além dos muçulmanos de origem sérvia ou croata da Bósnia. A religião islâmica tinha se difundido nos Bálcãs meridionais durante o longo domínio Turco-Otomano, iniciado no século XV.

A desagregação dos regimes comunistas da Europa oriental, em 1989-1990, acendeu o pavio das reivindicações separatistas. A elite comunista sérvia apegou-se a velha bandeira da Grande Sérvia, acentuando as rivalidades nacionalistas que corroíam a federação. As repúblicas da Eslovênia e da Croácia, mais ricas, tradicionais e próximas da Europa Ocidental, declararam a independência e foram, depois, seguidas pela Bósnia-Herzegovina e pela Macedônia.

A desagregação do Estado abriu caminho para a guerra étnica. A presença de minorias sérvias disseminadas pelas repúblicas deflagrou o conflito, que se concentrou principalmente na Bósnia. A guerra da Bósnia (92/95) envolveu exércitos dos três grupos étnicos culturais e produziu massacres e deportações em massa. O conflito encerrou-se após a intervenção de forças da OTAN. O acordo de Dayton, firmado nos EUA, transformou a república em uma frágil confederação que reúne uma federação muçulmano-croata e uma república sérvia.

A fragmentação da antiga Iugoslávia removeu o pilar da estabilidade balcânica alcançada no pós-guerra e gerou cinco Estados - a República da Sérvia e Montenegro, a Eslovênia, a Croácia, a Bósnia e a Macedônia. As tensões nacionalistas, depois da Guerra da Bósnia, transferiram-se para a província de **Kosovo**, que pertence à Sérvia, mas tem maioria demográfica de origem albanesa e religião muçulmana.

A formação de uma guerrilha separatista dos kosovares e a violenta repressão do governo sérvio provocaram, em 1999, mais uma operação de bombardeio aéreo da OTAN contra a Sérvia. Como resultado, o Kosovo tornou-se um protetorado militar administrado pela ONU, que continua formalmente a pertencer à Sérvia. Essa região também faz parte de um sonho de unificação nacionalista, a Grande Albânia, que seria formada pelo Kosovo, Albânia e por uma minoria dessa etnia na Macedônia.

Em 2007 o Kosovo proclamou-se independente gerando uma forte apreensão na região, pois a possibilidade de sucesso dos movimentos emancipacionistas assusta muitos países, como a Inglaterra, França, Espanha, Grécia, Itália, Bélgica e a Rússia que também enfrentam perigos de secessão. O reconhecimento da independência depende da retirada das tropas de paz da ONU. Essa situação também causa apreensão, agora mundial, após as declarações das superpotências nucleares. Os EUA afirmaram que a região nunca mais pertencerá a Sérvia e a Rússia se pronunciou dizendo que o Kosovo nunca deixará de ser da Sérvia. Essa situação se arrasta até hoje sem nenhuma solução.

## China

Quanto a China, durante o século XIX a derrota chinesa na guerra do ópio para os ingleses abriu seus portos para o comércio ocidental, porém a resistência chinesa a dominação levou a mais uma guerra perdida por eles, a guerra dos Boxers (1898 a 1901). Após essa guerra inicia-se uma resistência interna contra a dinastia Manchu que apoiava o domínio ocidental nessas áreas de portos.

Em 1911 a dinastia é derrubada e se instaura a república do Kuomintang que será muito instável e levará a China a uma ameaça de fragmentação interna devido ao crescimento da guerrilha do PCC (Partido Comunista Chinês) de Chen Tu-xiu e Mao Tse-tung a partir de 1920. A perseguição aos comunistas pelo líder republicano Chiang Kai-shek, não consegue evitar o avanço guerrilheiro que em 1931 funda a República Soviética da China na porção leste do país.

Entre 1934 e 1935 os comunistas vão promover a longa marcha (10.000 Kms.) e em 1937 selam um acordo com o Kuomintang para expulsar os japoneses da Manchúria que foi devolvida à China após o término do conflito em 1945. A partir de 1946 o governo do Kuomintang passa a receber apoio das potências imperialistas contra os comunistas chineses o que promoverá o retorno da guerra civil que vencerá o governo republicano e instaurará, agora em todo o país, a República Popular da China em 1949. Os membros do governo republicano, juntamente com os proprietários chineses fogem para Formosa (Taiwan).

O envolvimento do governo socialista chinês na guerra da Coreia faz com que seu 1º Plano Quinquenal seja implantado somente em 1953. A industrialização e coletivização agrícola permite o "Grande Salto para a Frente" (2º plano Quinquenal – 1958/1962). A não obtenção dos resultados será responsável pela aplicação da "Revolução Cultural", verdadeira "revolução dentro da revolução": "fazer a revolução é aumentar a produção" (Mao), afastamento das lideranças "revisonistas", eliminação da burocracia, ação dos "guardas vermelhos" e a volta de Mao à presidência da República. Paralelamente a todas estas transformações, correm profundas divergências com a URSS. Estas podem ser assim explicadas: - reivindicações territoriais com relação aos territórios conquistados pelos czares durante o século XIX.

## Cuba

Cuba tornou-se uma nação independente só no final do século XIX (1889), contando com o auxílio dos Estados Unidos na luta contra a Espanha, a partir daí os Estados Unidos passaram a exercer controle sobre a ilha com a conivência da burguesia e dos dirigentes cubanos. Após a Segunda Guerra Mundial, Cuba tornou-se a rigor, um grande balneário norte-americano dirigido pelo ditador Fulgêncio Batista (1952-1959)".

Em 1953, sob o comando de Fidel Castro, iniciou-se uma luta revolucionária que, apesar do fracasso inicial, deu origem ao movimento 26 de julho (data em que os revolucionários fizeram a primeira tentativa de luta contra o ditador).

A partir desse Movimento, os revolucionários tomaram Sierra Maestra e, com o apoio dos camponeses da região (guajiros), organizaram uma guerrilha para combater o exército de Batista. A luta durou de 1957 a 1959, quando os guerreiros de Fidel derrotaram as tropas de Batista, que fugiu do país.

Fidel Castro tornou-se o chefe do governo e, em 1961, adotaram o sistema socialista como forma de governo para a revolução. Cuba realizou, então, a experiência, inédita na América de construir uma sociedade, enfrentando o poderio norte-americano e recebendo o apoio da União Soviética.



O exemplo de Cuba era assustador para os demais países americanos que participavam do bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos. Eles acabaram por adotar uma política de boicote, que resultou no isolamento de Cuba no continente.

A política de nacionalização e planificação da economia, a reforma agrária e criação das "granjas Del pueblo", a erradicação do analfabetismo e a reforma urbana são algumas transformações implantadas. Apesar destas reformas, a economia cubana ainda repousa essencialmente na exploração da cultura açucareira. Além disso, multiplicam-se os atritos com os EUA. A tentativa de invasão da baía dos porcos (1961) e a crise dos foguetes soviéticos (1962) agravam a tensão internacional. Em 1962, pela Conferência de Pinta Del Este, Cuba é excluída da OEA.

Como resposta, os cubanos reúnem em Havana a Conferência Tricontinental (1967) criando a OLAS (Organização Latino-americana de Solidariedade), visando auxiliar os movimentos revolucionários na América Latina.

As modificações da política internacional, a diminuição dos movimentos revolucionários na América latina e as tentativas de reaproximação com os EUA levam, pouco a pouco, a uma reintegração de Cuba nas organizações continentais.

### **A Coexistência Pacífica**

O conflito ideológico entre o Ocidente (capitalismo) e o Oriente (socialismo), intensificando durante a "guerra Fria" (1947 – 1956), evolui, em face do "equilíbrio pelo terror", para uma "coexistência pacífica" entre as superpotências. Vários fatores favorecerão a coexistência:

- O fim da Guerra da Coreia, demonstrando o equilíbrio de forças entre as superpotências;
- A recuperação econômica da Europa Ocidental leva os países europeus a reagirem à posição secundária com relação aos EUA;
- Rompimento da unidade socialista com o conflito URSS-China, fato que retira dos soviéticos a "liderança" do movimento comunista;
- Movimento de deslocamento, projetando o terceiro Mundo e reforçando o Movimento Neutralista;
- A morte de Stálin (1953) e a posterior ascensão de Krutchev (1955), bem como o esmagamento do movimento ultradireitista do senador MacCarthy e a eleição de Kennedy, em 1960.

Porém, apesar da cooperação mútua visando à paz, restam pontos de atritos: o conflito árabe-israelense e o problema palestino, o sudeste asiático, o nordeste e o sul da África não permitem uma paz total.

### **O Fim do Socialismo Real**

No decorrer da década de 50, com os governos de Josef Stálin (1927 – 1953) e Nikita Krutchev (1954 – 1964), a URSS passa por uma fase de grande desenvolvimento. Apesar dos efeitos da Guerra Fria e do poder da estrutura burocrático-autoritária, parcialmente liberada pelo processo de "desestalinização" do governo Krutchev, a partir do XX Congresso do PCUS – 1956, o país ganha estabilidade.

A recuperação das destruições provocadas pela Segunda Guerra Mundial, o incentivo ao progresso tecnológico, o crescimento industrial, destacando-se os setores bélico e espacial, a ampliação da produção agrícola e o desenvolvimento da política de "coexistência pacífica" com os EUA (apesar das crises internacionais: muro de Berlim, 1961, e crise dos foguetes em Cuba, 1962), permitem ao país aumentar o padrão médio da vida da população, transformando-se na segunda potência industrial do Mundo e, no campo tecnológico espacial, fica levemente à frente dos EUA.

Após a morte de Brejnev, seguem-se, entre 1982 e 1985, os curtos governos de Iuri Andropov e Konstantin Tchernenko, representando ainda os interesses da velha guarda stalinista. Em março de 1985, Mikhail Gorbachev é eleito o novo Secretário Geral do PCUS.

Adotando posições e partindo do pressuposto de que a recuperação soviética dependia da modernização do país e da diminuição dos efeitos da Guerra Fria, e inspirando-se na NEP de Lênin, o congresso do PCUS, em 1986, adotou as políticas da "GLASNOST" e da "PERESTRÓIKA", uma política de abertura e transparência.

A "Glasnost", como forma de combater a corrupção e a ineficiência da administração soviética seria complementada por um plano de reestruturação ("PERESTRÓIKA") do sistema político e econômico da URSS. No plano externo, fará propostas de desarmamento, junto aos EUA, e de liberdade, à Europa Oriental.

No Contexto das "democracias Populares", ao permitir que os países da Europa Oriental buscassem seus próprios caminhos, favoreceu a ampliação das exigências das populações locais por mudanças profundas. Como no caso da URSS, o esgotamento do modelo planificado levou ao fortalecimento do nacionalismo e à desintegração do "Mundo Socialista".

## 2. A DESCOLONIZAÇÃO

Constituindo o movimento de independência das colônias asiáticas e africanas, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, o "Movimento de Descolonização" é paralelo à "Guerra Fria". Embora independa dela na sua origem, está estreitamente ligado a ela em seus episódios. O apoio norte-americano e soviético com relação, até recentemente, à independência das antigas colônias, embora por razões diferentes, transforma a descolonização em um dos fenômenos mais importantes da pós-guerra.

A violência do colonialismo impedindo a soberania, defendida na Europa, das áreas e povos colonizados; a redescoberta de sua história e cultura: a exploração do imperialismo e a participação de elementos coloniais na luta em favor da liberdade – que lhe era negada – contra o nazi-fascismo, explicam os fatores responsáveis pela Descolonização.

As diferentes reações dos países colonialistas serão responsáveis por diferentes formas de descolonização. As tentativas francesa, holandesa, belga e portuguesa de preservação das colônias geram as guerras de independência. A Inglaterra, após o insucesso de preservação da Índia, parte para uma política de concessão de independência política (SELF-GOVERNMENT) e na manutenção de relações econômicas (GIVE AND KEEP).

A descolonização iniciada no Oriente Médio, antes da segunda Guerra Mundial, alcançou o sudeste da Ásia em 1947; o norte da África, a partir de 1955; a África Negra, durante as décadas d 60 (década de África).

### A Descolonização da África

Tendo por base a CONFERÊNCIA DE BANDUNG (1955), organizada pela Indonésia, Cailão, Índia, Birmânia e Paquistão, que reuniu lideranças asiáticas e africanas com o objetivo de examinarem "seus interesses mútuos e comuns, como: soberania nacional, racismo e colonialismo". Constituiu o início do movimento de descolonização da África, acontecimento que ganhou grande significação, a partir de 1960 (década da África).

O desenvolvimento do "self-government", do "give and keep" e a criação da "commowealth?" caracterizam a descolonização inglesa. Nas lideranças negras, destacam-se Jomo Kenyata (Quênia) Julius Nyrere (Tanzânia – Via africana para o Socialismo) e Kwane N'kruman (Gana).

As tentativas de preservação dos privilégios da minoria de origem francesa e a ação violenta e terrorista da OES (organização do exército Secreto) dão início à "Guerra da Argélia" (1945-1962). A intervenção do Gen. De Gaulle e a luta dos nacionalistas argelinos levam aos Acordos de Evaiam. A paz é restabelecida, a independência conseguida e a liderança pró-franca de Ahmed Bem Bella reconhecida. A violência da "Guerra da Argélia" modifica a posição francesa, com relação à Descolonização.

### A Descolonização da Ásia

Iniciada no Extremo Oriente, tem na Indonésia, Índia e Indochina as principais áreas de descolonização. Na **Indonésia**, o movimento após a expulsão dos japoneses contra as tentativas recolonizadoras da Holanda. Em 1945, Sukarmo torna o país independente e adota o "Neutralismo".

Na **Índia**, a recusa de reformas e concessões por parte da Inglaterra, após a Primeira Guerra Mundial, à qual a Índia forneceu 80 mil homens, constitui o marco inicial de um movimento de resistência. Liderado por Gandhi e tendo como principal seguidor Nehru, apresenta como característica a "não-violência" e a "não-cooperação".

A repressão ao movimento é intercalada com algumas concessões, destacando-se a constituição de 1937 A Segunda Guerra Mundial determinou novo período repressivo levando Gandhi e seus seguidores à prisão.

O fim da guerra e o início da pressão popular levam a Inglaterra a conceder, em 15 de agosto de 1947, a independência à região. A emancipação, porém, não consegue manter a unidade do país. Segue-se uma guerra civil entre as comunidades hindu (partido do Congresso) e muçulmana (Liga Muçulmana), liderada pelo Dr. Jinnah, gerando a formação do partido Paquistão (1947). Em 1972, a parte oriental do Paquistão separa-se do restante do país, transformando-se na República de Bengala (Bangladesh).

Na Indochina, após a expulsão Japonesa, no **Vietnã** é iniciada a luta contra a dominação francesa, concluída em 1954 com a derrota francesa em Dien Bien Phu frente aos vietnamitas liderados pelo Cel. Giap, promovendo a divisão da região, em Norte (liderado por Ho Chi Min) e Sul (com o apoio dos EUA). A continuidade da luta no Vietnã levará à unificação do país sob o sistema socialista, após a retirada norte-americana e a vitória do Vietcong (Movimento de Libertação Nacional, criado em 1960), apoiado pelos vietnamitas do Norte em 1975.

Na **Coréia** o domínio japonês se estendeu até o termino da segunda guerra mundial e em 1945 o país foi dividido no paralelo 38º, ao Norte surge a República Popular Democrática do Norte com sistema socialista e ao Sul a República da Coréia de sistema capitalista. Em 1950, forças do Norte invadem o Sul iniciando uma guerra civil que termina em 1953 com um acordo de cessar fogo assinado por Nikita Krushev (URSS) e Eisenhower (EUA).

No Norte se desenvolve uma ditadura socialista no molde stalinista com apoio da China e da URSS. A **Coréia do Norte** será fundada em 1953 por Kim Il Sung, líder da guerra, em 1994, após sua morte seu filho Kim Jong-Il que assina um acordo de reaproximação com a Taiwan, Japão e Coréia do Sul, perdendo o apoio soviético após 1991 (fim do socialismo). A ditadura norte coreana não conseguirá superar o atraso e passa a receber ajuda humanitária da ONU.

Em 2006 o governo de Kim Jong-Il inicia o seu programa nuclear com lançamento de mísseis e teste de ogivas nucleares. Em 2011, após a morte de Kim Jong-Il, assume seu filho Kim Jong-Un que dá continuidade ao programa nuclear explodindo em 2012 ogivas tão potentes quanto as utilizadas no Japão pelos EUA, no mesmo ano rompe o acordo de reaproximação com a Coréia do Sul.

Quanto a **Coréia do Sul** manteve-se a tradição agrária, porém os investimentos ocidentais, no contexto da Guerra Fria, promoveram um intenso desenvolvimento industrial. Primeiramente a Coréia do Sul se torna uma plataforma de produção para multinacionais o que gera uma grande receita para o governo local que investe pesado em educação e pesquisa o que resultará em um grande desenvolvimento industrial e tecnológico nacional transformando o país no mais importante dos "Tigres Asiáticos", hoje com importantes multinacionais nos setores automobilístico, de eletroeletrônicos e de tecnologia.

No oriente Médio, **Síria, Líbano e Jordânia** tornam-se independentes. Para a Palestina, a ONU determinou, em 1947, a formação de dois Estados, um árabe e outro judeu, fato não aceito pelos "Estados Árabes". Em 1948, a Inglaterra abandonou a região. A proclamação do **Estado de Israel** e a guerra que se segue promovem a primeira modificação de fronteiras. O problema dos refugiados palestinos e as guerras que se seguem – 1956, 1967, 1973, 1982, 2002 – foram na região uma área de tensão internacional.

Apesar do movimento de Descolonização ser uma realidade, os continentes Africano e Asiático possuem uma série de problemas gerados pelo colonialismo: o estabelecimento arbitrário das "fronteiras nacionais", acirrando as divergências tribais, o desenvolvimento do neocolonialismo; a influência perniciosa da cultura "cristã-ocidental" anulando a cultura local: a manutenção do "apartheid", as guerras.

Aos poucos, porém, esta difícil situação vem apresentando melhorias. A derrota do imperialismo norte-americano no Vietnã, a vitória contra o apartheid na África do Sul, resultando na eleição de Nilson Mandela, o fim da guerra fria, a queda do muro e a possibilidade de paz e entendimento em Angola e Moçambique abrem novas perspectivas para asiáticos e africanos.

### **3. CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS INTERNACIONAIS**

#### **I. Conflitos Árabes e Israelenses (1948 a 1974)**

##### **Histórico**

O problema do Oriente Médio inicia-se a partir do momento em que Maomé unifica, político e religiosamente, os povos da península arábica. Esta Unificação se deu por intermédio de sua religião monoteísta, o Islamismo que pregava preceitos básicos, tais como: Jejuar no mês de Ramadã, dar esmolas, rezar cinco vezes ao dia voltado para Meca, ir pelo menos uma vez na vida visitar a cidade sagrada de Meca, fazer a Guerra Santa de conversão aos infiéis, além do mais importante princípio que é a existência de um único deus, Alá.

Após a morte de Maomé seus sucessores, os califas, iniciaram um processo de expansão territorial convertendo vários povos ao Islamismo. Este império dominou a península Ibérica, o norte da África, e na Ásia: o Oriente Médio, a Pérsia, o sul da Rússia, o norte da Índia até o Afeganistão.

Foi neste contexto de expansão que surgem as principais seitas islâmicas: os xiitas e os Sunitas. Os xiitas acreditam que a única fonte de ensinamentos é o Corão (livro sagrados que consta os preceitos básicos da religião) e também acreditam que somente os parentes de Maomé é que devem governar o povo muçulmano por intermédio de um Estado Teocrático e, atualmente, condenam veementemente a ocidentalização da cultura islâmica. Já os sunitas acreditam que além do Corão outra fonte doutrinária seria o Suna (livro dos atos, das interpretações doutrinárias e das pregações de Maomé), acreditando também que o governo deveria ser entregue a aristocracia dominante (quem tem melhores condições econômicas e políticas para exercer o governo), além de oferecerem menos resistência ao processo de ocidentalização.

Faz-se necessário salientar que os xiitas são religiosos mais ortodoxos, porém, tanto entre xiitas quanto entre sunitas existem os fundamentalistas que são os mais radicais. Como exemplo desse radicalismo exacerbado podemos citar os grupos Hamas e Hesbollah que são xiitas fundamentalistas, enquanto entre os sunitas fundamentalistas podemos destacar os Talibãs e a Al Qaeda.

Essa divisão se deu após o assassinato do quarto Califa (descendente de Maomé e chefe político-religioso), Ali Ibn Abu Talib, em 661, e com apoio da maioria dos líderes religiosos e dos grandes comerciantes, o poder foi entregue ao governante da Síria, Moawiya que assassinou os filhos do califa deixando os muçulmanos xiitas favoráveis ao Estado Teocrático, longe do poder e representando, a partir daí uma minoria mais radical.

## Questão palestina

Com a desintegração do império Islâmico, após o século XV, profundas divergências surgiram entre os países muçulmanos e a sua maior perda foi a **criação do Estado de Israel (1948)** na palestina. A criação do Estado judeu foi deliberada pela Organização das Nações Unidas, em uma sessão presidida pelo brasileiro Osvaldo Aranha sendo esse fato, uma das consequências da vitória estadunidense no pós-guerra.

Desde **1945** milícias judias ocuparam o território palestino e iniciaram uma luta de guerrilha matando e expulsando palestinos de terras e pequenas vilas. No mesmo ano de **1948, a Liga Árabe ataca Israel** com um exército composto por forças do Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria. A vitória israelense amplia seu território com as conquistas da Galiléia e o deserto de Neguev (antiga fronteira com o Egito), Jerusalém é dividida entre Jordânia e Israel e a Cisjordânia também é anexada pela Jordânia, além da Faixa de Gaza que é anexada pelo Egito.

Em **1964** é fundada a Organização para a Libertação da Palestina, a **OLP**, pelo líder Yasser Arafat, do grupo guerrilheiro Al-Fatah, unindo os vários grupos de resistência que surgiram na região e que pretendiam a expulsão dos judeus e a criação do Estado palestino, por intermédio inclusive de ataques terroristas.

Já em **1967**, a Liga Árabe volta a atacar iniciando a **Guerra dos 6 Dias**, que impõe mais uma derrota aos árabes. Com isso, Israel conquista a península do Sinai (devolvida ao Egito em 1982), a Faixa de Gaza, do Egito, a Cisjordânia, da Jordânia e as colinas de Golã, da Síria. Os judeus então foram expulsando e marginalizando as populações muçulmanas, por intermédio de uma política de criação de colônias judaicas nas regiões recém ocupadas.

Em Israel no ano de **1973**, no dia do perdão, o feriado do **Yom Kippur**, mais uma vez a Liga Árabe composta por forças da Síria e Egito tentam um outro ataque fracassado para a reconquista de seus territórios e a queda do Estado de Israel, gerando a crise do petróleo, por pressão da mesma Liga Árabe para que a OPEP reduzisse a produção de petróleo. O intuito era aumentar o preço, diminuir os prejuízos com a guerra, gerar uma crise na economia do mundo ocidental e boicotar os países que apoiaram Israel, e além de tudo isso, temos de destacar que a própria guerra prejudica a produção e distribuição do combustível.

A OLP (Organização para a Libertação da Palestina), no ano de **1975** sofrerá um racha após a instituição declarar o fim da guerrilha abandonando as armas e iniciando uma nova etapa marcada pela luta político-diplomática, para tanto cria o **FATAH**, seu partido político que passa a ser reconhecido como representante do povo palestino. Esse fato faz com que o movimento palestino seja admitido na ONU como membro observador.

Esta opção vai provocar o surgimento de entidades que não abrem mão da luta armada, como são os casos: da FPLP (Frente Para a Libertação da Palestina); do MPLP (Movimento para Libertação da Palestina); da Jihad Islâmica, radicado na Síria e que opera basicamente em Israel e nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia, já tendo realizado atentados na Jordânia e no Líbano; das Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa que são uma coalizão de milícias palestinas na Cisjordânia e, diferentemente de outros grupos militantes palestinos, não são fundamentalistas estando ligadas diretamente ao braço militar do Fatah;

Outro importante grupo é o Hesbollah, que é radicado no sul do Líbano aonde tem o controle político da região e de lá ataca Israel tanto militarmente quanto com atentados terroristas, e o mais famoso desses, o **Hamas**, grupo xiita fundamentalista, que tem base na Faixa de Gaza e ataca os judeus na mesma tentativa dos demais, expulsá-los e devolver a terra ao povo palestino.

Durante a década de 80 alguns fatos históricos merecem nossa atenção para uma melhor compreensão da causa palestina e seu período atual. No ano de 1982, o presidente eleito do Líbano, Bachir Gemayel, que era pró-ocidente foi assassinado por radicais islâmicos e o exército israelense, sob o comando de Ariel Sharon, liberou a invasão de milícias judias ligadas ao presidente assassinado promovendo assim um grande **massacre** nos campos de refugiados de **Sabra e Chatila**, na periferia de Beirute, com a morte de mais de 2.000 palestinos.

Em 1987 inicia-se a primeira **Intifada**, confrontos diretos entre palestinos e judeus nas ruas das regiões ocupadas pelos palestinos. Esses episódios levaram a opinião pública internacional a apoiar o pleito palestino com maior intensidade impondo, inclusive, derrotas políticas a Israel dentro das Nações Unidas.

Em 1988, em Argel na Argélia, o Conselho Nacional Palestino proclama a criação do Estado Palestino e declarou aceitar a existência do Estado de Israel, repudiando o terrorismo e exigindo uma solução para o problema dos refugiados, além do cumprimento das resoluções da ONU, que reconheciam o direito palestino. Nesse momento surge a Autoridade Nacional Palestina, reconhecida pela comunidade internacional como governo legítimo, sendo responsável pelas negociações para a criação do Estado palestino.

O avanço das negociações culmina com o **Acordo de Oslo, em 1993**, negociado secretamente na Noruega e assinado formalmente em Washington. Sob a tutela do presidente dos EUA, Bill Clinton, o líder da OLP, Yasser Arafat, e o primeiro ministro israelense, Yitzhak Rabin, assinam o acordo no qual os dois acertam a criação do Estado da Palestina por intermédio da autonomia da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, dando início a retirada das tropas israelenses da região. Em 1994 ocorre a volta de Yasser Arafat a Faixa de Gaza e a montagem de um governo provisório para o Estado palestino.

Esse acordo deu aos dois líderes o prêmio Nobel da Paz daquele ano (1994). Já em 1995 foi assassinado o líder israelense Yitzhak Rabin por um militante judeu ortodoxo, demonstrando toda dificuldade que a paz enfrenta nesta região. No ano de

2004 morreu o grande líder palestino Yasser Arafat, após um longo cerco do exército israelense ao seu quartel general na Faixa de Gaza, de onde só saiu para se tratar de uma doença em Paris, onde faleceu. Um mistério cerca a morte do líder palestino, pois embora a causa do óbito não tenha sido identificada, o corpo foi imediatamente cremado, e esses fatos levantam a suspeita de envenenamento, ou por inimigos das novas lideranças palestinas, ou pelo próprio Mossad (serviço secreto israelense), ou até mesmo por um complô organizado entre as novas lideranças palestinas e o Mossad, segundo alguns analistas.

No ano 2000 inicia-se a segunda Intifada e em 2001 o governo do primeiro ministro Ariel Sharon inicia a construção de um muro nos territórios ocupados promovendo também a derrubada das casas dos militantes terroristas com os ataques preventivos que lançavam mísseis contra líderes dos grupos islâmicos radicais. Embora suas primeiras medidas tenham sido radicais, Ariel Sharon, promoveu a retirada dos colonos judeus de todos os assentamentos na Faixa de Gaza e de quatro, dos 120, na Cisjordânia, além de paralisar a construção do muro nos territórios palestinos. O receio dos palestinos é que esta atitude encubra o interesse de um maior controle israelense sobre a Cisjordânia e Jerusalém Oriental (a porção muçulmana da cidade).

No ano de **2000** foi realizada a **primeira eleição para a Autoridade Nacional Palestina** com uma vitória maiúscula do Fatah que formou o primeiro governo de fato com a missão de implantar a criação do novo Estado palestino. Até as eleições de 2005 o Fatah comandou politicamente a ANP sob a presidência de Mahmoud Abbas e com o cargo de primeiro ministro na mão.

Porém, a surpresa foi esmagadora **vitória do Hamas nas eleições parlamentares de 2005**, o que lhe deu o poder de eleger o primeiro ministro passando a assumir então o controle da Autoridade Nacional Palestina – ANP. Dessa forma surge outro foco de tensão pois, esse grupo radical não admite sequer o reconhecimento do Estado de Israel e muito menos relações diplomáticas com os judeus.

A vitória do Hamas é atribuída as denúncias de corrupção e a inoperância do governo do Fatah em trazer soluções as necessidades imediatas da pobre população palestina. A divisão interna entre o Hamas e o Fatah, que possui a presidência da autoridade palestina, tem gerado conflitos e mais atentados. Outro momento tenso ocorreu em 2006, quando os israelenses invadiram uma prisão palestina na Faixa de Gaza para capturar 6 presos palestinos acusados de terrorismo e que estavam sob a guarda da Autoridade Palestina, agora comandada pelo Hamas.

Após essa eleição, os palestinos ficaram ainda mais divididos, e isso se verifica na separação política entre seus territórios. O **Fatah**, com o apoio israelense, passou a comandar a **Cisjordânia**, enquanto o **Hamas** manteve o controle sobre a **Faixa de Gaza**.

Na Faixa de Gaza, o Hamas iniciou uma série de lançamentos de mísseis às cidades israelenses limítrofes, produzindo uma reação imediata do exército judeu que fez um cerco que impedia a entrada de bens, alimentos e até remédios. A crise gerada na Faixa de Gaza fez com que os palestinos derrubassem o muro que os separa do Egito para buscar auxílio, sendo esse reerguido depois por imposição israelense.

Na virada de **2008/2009**, o exército israelense iniciou uma guerra bombardeando a Faixa de Gaza por causa dos mísseis do Hamas. O ataque visava destruir a infraestrutura da Faixa de Gaza, os túneis por onde se contrabandeiam as armas, além de executar membros fundamentalistas. O resultado foi um verdadeiro massacre de civis palestinos, com mais de mil mortos, em sua maioria crianças, enquanto foram mortos 14 judeus, dos quais 4 sob fogo amigo. Com essa relação entre mortos percebe-se que a guerra não é um problema tão sério para os judeus e pode até dignificar lucro, pois, para que se faça uma guerra é necessário empréstimos de banqueiros para a compra das armas de destruição e em seguida precisa-se de mais dinheiro dos banqueiros para a reconstrução. A dedução a que se pode chegar é que toda a instabilidade na região da lucro para as grandes corporações do capital internacional. O fim desse episódio foi o acordo de paz firmado entre os dois lados no qual Israel retira imediatamente seu exército.

Nas **eleições de 2009** em Israel, foi eleito primeiro ministro o **ultraconservador, Benjamin Netanyahu**, do **Likud** e para aumentar a tensão seu governo reiniciou a criação de colônias judias na Cisjordânia, manteve a construção do muro que separa a Cisjordânia de Israel, manteve o cerco a Faixa de Gaza, além de iniciar a construção de prédios residenciais para judeus na parte oriental de Jerusalém. Essas ações do governo judeu fizeram com que, em dezembro do mesmo ano, o presidente da Autoridade Palestina estivesse no Brasil pedindo a intervenção do governo brasileiro para a tentativa de um novo acordo de paz.

Em 2010, o presidente brasileiro vai até Israel e a Cisjordânia e em discurso no parlamento judeu em Tel Aviv, o presidente Lula criticou a postura do presidente Netanyahu e de seu governo afirmando que essas atitudes não colaboravam para a paz na região. Em seguida, Lula repete a mesma afirmação em discurso feito na sede do governo do Fatah em Hamallah (antiga Belém).

Como se já não bastassem os problemas humanitários gerados principalmente na Faixa de Gaza devido ao embargo imposto por Israel devido à vitória do Hamas para o parlamento em 2005, A Anistia Internacional fez uma gravíssima denúncia. A ONG calculou que Israel utiliza mais de 80% da água (tratada) proveniente das montanhas, que é a principal fonte da região, limitando a apenas 20% da água (que não é tratada) para o consumo dos palestinos, embora o governo israelense negue.

Em janeiro de 2010 o Mossad, serviço secreto israelense, assassinou em Dubai, capital dos Emirados Árabes, Mahmoud Al Mabhuh, líder e comprador de armas do grupo, além de ser um dos fundadores do braço armado do Hamas. Israel afirma que

não há provas de que agentes do Mossad, estejam por trás do assassinato. Como consequência imediata o governo de Londres expulsou um dos diplomatas judeus acusando-o de ter participado do esquema que produziu doze passaportes britânicos falsos que foram usados pelos espíões judeus para o assassinato.

Em maio de 2010 Israel atacou seis navios de uma frota internacional repletos de ajuda humanitária que se encaminhavam a Faixa de Gaza numa tentativa de furar o bloqueio israelense. A reação de Israel foi violentíssima e deixou pelo menos nove mortos e causaram ferimentos em dezenas de pessoas. O episódio ocorreu em águas internacionais no Mar Mediterrâneo, a mais de 120 quilômetros da Faixa de Gaza. Os membros do Conselho de Segurança, como sempre, somente expressaram sua preocupação perante a gravidade da operação militar israelense, que foi criticada com mais dureza pela comunidade internacional.

A saída para Israel foi suavizar o bloqueio imposto a Gaza permitindo a entrada pela primeira vez nos últimos três anos de alimentos como bebidas não-alcóolicas, marmelada e doces, alimentos, remédios e combustível. Israel iniciou o bloqueio a Gaza em 2006 e reforçou a medida um ano depois, quando Hamas assumiu o controle total da Faixa de Gaza, depois de expulsar às forças leais ao presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP) e líder do Fatah, Mahmoud Abbas. Desde então, Israel só permitiu o acesso a Gaza de alguns alimentos básicos e proibiu a importação da maioria dos eletrônicos e dos materiais de construção, com o argumento de que poderiam ser utilizados com fins militares. As organizações de direitos humanos defendem que o bloqueio não é um assunto de segurança, mas sim um castigo coletivo.

Em setembro de 2010 foi firmado um acordo entre judeus e palestinos com a intermediação do presidente estadunidense, Barack Obama, para o reinício das negociações de paz, agora feitas diretamente entre os líderes da Autoridade Palestina e o Primeiro ministro israelense Benjamin Netanyahu. Porém, essas negociações não conseguem deslanchar, pois Israel anunciou a licitação para a construção de mais casas para israelenses em Jerusalém oriental e exige para o fim das construções e para um novo acordo de paz o reconhecimento do estado judeu por todos os grupos palestinos.

*A questão das novas construções é explicada pelo governo devido a grande carência de moradias no Estado de Israel. Em julho de 2011 mais de 150.000 pessoas tomaram as ruas do país no maior protesto por moradia de sua história. As manifestações ocorreram em mais de 10 cidades ao longo de Israel, exigindo a baixa nos custos da moradia; grupos de árabes e judeus se juntaram pela primeira vez desde que as manifestações começaram.*

Já a Autoridade Nacional Palestina adiou por tempo indeterminado as eleições locais da Cisjordânia, marcadas anteriormente para julho de 2010, por causa de divisões dentro do próprio partido Fatah sobre as candidaturas. O Hamas, que governa a Faixa de Gaza, já havia decidido boicotar o pleito. O presidente da ANP, Mahmoud Abbas convocou eleições legislativas e presidenciais para janeiro de 2011, mas elas também foram adiadas devido ao veto do Hamas para sua realização em Gaza. O Hamas contesta a legitimidade de Abbas e seu direito de convocar eleições.

A Comissão Eleitoral Central, um organismo independente, disse que aconselhou Abbas a adiar a eleição porque o grupo islâmico Hamas, que governa cerca de 1,5 milhão de palestinos na Faixa de Gaza, avisara que não permitiria que estes votassem. O adiamento vai evitar uma eleição que estava fadada a provocar um racha permanente no movimento palestino já profundamente dividido.

Em maio de 2011 a Rússia anunciou, um novo avanço das negociações de reconciliação entre os movimentos palestinos rivais que assinaram em Moscou uma nova declaração comum, sem revelar seu conteúdo. A Rússia rejeitou especialmente as críticas de Israel contra o Hamas, considerado pelo Estado hebreu uma organização terrorista a ideia é a criação de um governo de tecnocratas - em vez de políticos de afiliações ou ideologias que possam ser vistas como radicais ou inflexíveis. O novo governo terá duas tarefas principais: preparar eleições parlamentares e presidenciais para daqui a um ano, e reconstruir a Faixa de Gaza.

O fator determinante para a mudança de atitude, entretanto, foi à chamada Primavera Árabe, como são chamados os movimentos pró-democracia que varrem vários países do Oriente Médio. O Fatah perdeu um importante ponto de apoio com a queda de Hosni Mubarak. O Hamas, por sua vez, teme que as revoltas em andamento na Síria culminem com a queda do presidente da Síria, Bashar Al-Assad, um de seus principais aliados na região.

Além disso, o presidente Mahmoud Abbas, do Fatah, anunciou que irá pedir o **reconhecimento do Estado Palestino pela ONU** em setembro de 2011, e já obteve apoio de mais de 140 dos 192 países-membros das Nações Unidas. De acordo com analistas locais, o Hamas chegou à conclusão de que "não pode perder o trem" e ficar excluído da iniciativa.

Também na esteira dos movimentos pró-democracia na região, milhares de jovens palestinos vêm se organizando por mídias sociais como o Facebook, iniciando um movimento que pede a reconciliação das facções.

Por enquanto, o último lance da questão palestina foi à posição assumida pelo presidente estadunidense que reafirmou o compromisso do governo em auxiliar a promover as reformas e a transição para a democracia na região, criticando o uso da violência na repressão aos protestos, e pedindo que Israel e palestinos façam concessões para a criação de um Estado Palestino, nas fronteiras anteriores a 1967, além da desmilitarização.

Já em Israel, o último fato importante foram os protestos de agosto de 2011 que levaram as ruas de Tel Aviv entre 300 a 500 mil pessoas e que já é considerada a maior manifestação popular de sua história. O protesto é parte de uma onda de insatisfação que já motivou a montagem um grande acampamento no centro de Tel Aviv, formado por jovens que reclamam do

alto custo de vida, sobretudo dos aluguéis e dos alimentos. Outras cidades seguiram o exemplo e as barracas se espalharam pelo país.

O movimento também é visto como um reflexo da chamada Primavera Árabe, o conjunto de manifestações que se espalhou pelo norte da África e o Oriente Médio e, da mesma forma, como consequência do poder de informação e mobilização que as redes sociais da Internet estão possibilitando.

A situação atual entre Israel e os militantes do grupo islâmico Hamas, que controla a Faixa de Gaza e não reconhece a existência de Israel, é sustentada por uma trégua informal que tem durado nos últimos anos. Pelo menos por enquanto o Hamas tem conseguido manter o apoio de todas as facções militantes ao cessar-fogo.

Quanto a questão da criação do Estado Palestino, Israel afirmou que a declaração unilateral desse estado levaria ao cancelamento dos acordos já assinados entre Israel e os palestinos como, por exemplo, o acordo de Oslo.

Quanto à **entrada do Estado Palestino como membro efetivo da ONU**, pedida pela ANP em 2011, os Estados Unidos já prometeram que usarão seu direito de veto para bloquear a tentativa palestina. O reconhecimento do Estado Palestino e seu aceite pela ONU não teria somente implicações políticas e daria aos palestinos acesso aos tribunais internacionais onde eles poderiam, em tese, abrir processos contra a ocupação israelense de seu território.

A OLP defende o estabelecimento do **Estado Palestino** nos territórios ocupados por Israel durante a guerra de 1967, a guerra dos 6 dias, que seria a **Cisjordânia e a Faixa de Gaza**, além do domínio de **Jerusalém Oriental**. A proposta palestina está ancorada na resolução 242 do Conselho de Segurança, que se seguiu ao conflito de 1967 e exigia a retirada das Forças Armadas israelenses dos territórios ocupados no recente conflito. Embora Israel conteste o significado preciso da resolução, há ampla aceitação internacional de que as fronteiras anteriores ao conflito de 1967 devem ser à base de um acordo de paz.

Porém Israel rejeita essa proposta, que já havia sido feita pelo presidente Barack Obama em 2010. O governo israelense afirma que não irá retirar os colonos judeus da Cisjordânia, cerca de 300 mil, e que a liderança palestina deverá desistir dessa ideia e voltar a mesa de negociações com Israel sem condições prévias

Contudo, ainda em 2010, as lideranças palestinas adotaram uma nova estratégia: começaram a pedir para que países reconheçam, individualmente, um Estado Palestino com as fronteiras de 1967. Agora, eles querem que a ONU faça o mesmo. Eles pedem representatividade integral como país-membro na entidade.

É improvável que o reconhecimento de um Estado Palestino pela ONU convença Israel a ceder a posse da terra ocupada. Os governos israelenses vêm insistindo ao longo dos anos que novos fatos concretos foram criados desde 1967. Quase meio milhão de israelenses vivem em 200 assentamentos e postos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Vale lembrar que esses colonos vêm recebendo treinamento militar em preparação para este cenário de mais confronto.

A maioria dos palestinos apoiam a opção, segundo pesquisas recentes, embora exista menos entusiasmo por parte do Hamas, grupo islâmico que controla Gaza e rivaliza com o secular Fatah de Abbas, que controla a Cisjordânia. Líderes do Hamas disseram recentemente, após um acordo de reconciliação entre as duas facções, que há consenso entre os palestinos sobre um Estado usando as fronteiras de 1967, embora eles sigam se recusando a reconhecer formalmente Israel.

O pedido da Autoridade Palestina foi aceito para a análise no Conselho de Segurança da ONU, porém o processo deverá durar alguns anos de negociações. O governo palestino espera conseguir pelo menos nove dos quinze votos no Conselho, o mínimo para que o pedido receba uma "recomendação" para ir à Assembleia Geral da ONU, passagem obrigatória para se conseguir a votação da proposta. Os líderes palestinos, ainda em 2012, anteciparam na Assembleia Geral a mudança de seu status passando de Estado Observador para a situação de **Estado Observador Não-Membro**, semelhante ao do Vaticano.

A Autoridade Palestina também passa por problemas econômicos, muitos países reduziram os repasses de verbas após a ascensão do Hamas. Em represália à **admissão do Estado Palestino pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)**, em dezembro de 2011, o governo israelense suspendeu temporariamente, o repasse de taxas de importação, que representam cerca de um terço do orçamento. Os EUA e Israel deixaram de repassar seus recursos para a UNESCO após a entrada do Estado Palestino na entidade e a partir de 2012 perderam o direito de voto na Assembleia Geral da UNESCO.

A região é um lugar de incertezas eternas. No momento, além das inúmeras variantes, temos que levar em consideração os acontecimentos da Primavera Árabe e o seu desenrolar, pois as facções palestinas estão diretamente ligadas aos dois países mais importantes envolvidos nesses conflitos. O Fatah conta com o apoio do Egito e a liderança do Hamas está baseada na Síria e os desdobramentos da primavera árabe nesses países poderão ter um impacto na relação de forças entre as duas facções palestinas.

**Hoje**, os palestinos tentam a reunificação do poder político com as negociações de aproximação entre o Hamas e o Fatah, continuam buscando o reconhecimento de seu Estado por outros países, enquanto mantém seus esforços para o reconhecimento integral da ONU. Já os israelenses continuam contrários a criação do Estado Palestino e seguem construindo o muro que cerca a Cisjordânia, fazendo casas para judeus na parte Oriental de Jerusalém, parte da cidade dedicada aos palestinos, além de continuarem a fazer novas colônias na Cisjordânia, região que deverá fazer parte do Estado Palestino desobedecendo a ordem da ONU de desocupar essa região.

## **II. Guerra Irã X Iraque (1980 a 1989)**

Outro conflito de grandes proporções foi a **guerra entre Irã e Iraque**. Com o apoio dos EUA e sob a liderança de Saddam Hussein, o Iraque invade o Irã. A guerra entre 1980 e 1988 promoverá mais uma crise do petróleo e deixará explícito as divergências internas entre os muçulmanos, que disputam a hegemonia entre si ampliando a forte divisão entre Sunitas e Xiitas, facilitando assim os interesses dos inimigos judeus e estadunidenses na região.

Saddam Hussein pretendia conquistar os campos petrolíferos do Irã, se tornar o grande líder do mundo islâmico e diminuir a influência Xiita no Oriente Médio. A guerra termina sem vencedores, com um saldo de quase um milhão de mortos, o enfraquecimento político dos dois governos. Após o término do conflito se torna público o escândalo chamado de **Irã Gate**, que tornou público a venda de armas por parte do governo estadunidense de Ronald Reagan tanto para os aliados iraquianos quanto para os inimigos iranianos.

Com a morte, em 1989, do Aiatolá Khomeini, seu funeral produziu a maior manifestação humana do mundo islâmico da história com a participação de 1 milhão de pessoas, assume o **Aiatolá Ali Khamenei**, que é a maior autoridade do regime islâmico fundamentalista, e está no poder até hoje.

## **III. Guerra do Afeganistão (1979 a 1989)**

Ao longo de sua história, o Afeganistão foi alvo de diversos conflitos que colocaram este país em uma situação desoladora. Muitos dos conflitos ali desenvolvidos se davam por conta de sua localização privilegiada, responsável pela interligação entre Oriente Médio, Índia e o restante da Ásia Central. Alvo da expansão do mundo árabe, no século VII, a região se tornaria um verdadeiro caldeirão de crenças, colocando budistas, hindus e muçulmanos em um mesmo território.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), o governo passou a ser controlado pelo militar Mohammed Daud Khan. No primeiro momento em que este estava no poder, aproximou-se do governo soviético buscando o estabelecimento de acordos econômicos e ajuda militar. Após dez anos de um governo que abolia determinados costumes religiosos no país, Mohammed sofreu um golpe militar que o retirou da vida política afegã ao longo de toda uma década.

No ano de 1973, restabeleceu os contatos com o governo soviético e permitiu mudanças alinhadas às diretrizes do socialismo soviético. Contudo, foi mais uma vez atingido por um movimento golpista em 1978, quando os integrantes do Partido Democrático do Povo do Afeganistão tomaram o poder e assassinaram Mohammed Daud Khan. Com o novo incidente político, os soviéticos decidiram intervir na questão afegã ao exigir a deposição do novo presidente Hafizullah Amin.

Sem obter uma resposta favorável das novas lideranças afegãs, o governo russo decide enviar um bem preparado exército que deveria varrer todos aqueles que se opusessem à indicação de Barbak Karmal para a presidência do país. Enquanto isso, os mujahedins –grupo de guerrilheiros afegãos contrários à intervenção russa – lutavam contra as tropas soviéticas. Em pouco tempo, tal resistência passou a contar com o apoio financeiro e bélico de nações como China, Estados Unidos, Irã, Paquistão e Arábia Saudita.

A partir desse momento, as tropas soviéticas passariam a sofrer sucessivas derrotas contra o moderno aparato militar fornecido pelas nações aliadas ao Afeganistão. Dessa maneira, o presidente Mikhail Gorbatchev anunciou a retirada das tropas russas do território afegão. Em 1988, lideranças soviéticas, norte-americanas, afegãs e paquistanesas assinaram um acordo de paz que deu fim ao conflito. Com essa derrota, o bloco socialista dava mais um sinal de seu vanguardismo esfacelamento.

Apesar do fim da guerra, outros conflitos viriam a tomar conta do território afegão. Diversos grupos dissidentes tentariam derrubar o novo governo de Mohammad Najibullah. No ano de 1992, diversas milícias tomaram conta da capital Cabul e promoveram a deposição do presidente Najibullah. O novo governo empossado tentou empreender uma colisão entre os guerreiros mujahedins e os integrantes da etnia tadjique.

Contudo, os afegãos pertencentes a maioria étnica pashtun passaram a integrar o exército radical islâmico Talebã, que repudiava a integração política dos diferentes grupos étnicos e religiosos do país. Em 1996, esse movimento ortodoxo conseguiu tomar a capital afegã. A partir de então, um terrível governo fundamentalista deu prosseguimento a uma terrível disputa militar que ceifou milhares de vidas. Nessa época, a oposição dos EUA ao regime talebã despertou o ódio de diversos terroristas muçulmanos.

Entre estes estava o milionário árabe Osama Bin Laden, que em 1998 era apontado como principal suspeito dos atentados terroristas às embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia. Em apoio aos EUA, a Organização das Nações Unidas impôs uma série de sanções econômicas ao governo afegão na tentativa de conseguir que os talebans entregassem Bin Laden. No entanto, o terrorista conseguiu fugir da perseguição imposta pelas autoridades norte-americanas.

Rainer Sousa – www.brasilescola



#### **IV. Guerra Civil no Afeganistão (1989 a 2001)**

Tudo começa em 17 de abril de 1978, um membro proeminente da facção Parcham do partido comunista PDPA (Partido Democrático Popular do Afeganistão), Khyber é morto. Em 27 de abril de 1978, os militares desfecharam um golpe de Estado, chefiado pelos partidos comunistas unificados Khalq e Parcham, O Presidente Mohammed Daoud Khan foi morto juntamente com familiares quando os golpistas tomaram o palácio presidencial. O episódio fica conhecido como Revolução de Saur.

O novo governo comunista encontra dificuldades ao governar devido a resistência do povo aos seus programas. O governo, então, pede apoio à União Soviética que interveio com ajuda militar. Mesmo assim estes não conseguem parar com a rebelião causada pelos "insurgentes" mujahidin afegãos que tinham como líder Ismail Khan, que agora contava com o apoio do Paquistão, dos EUA e da Arábia Saudita. Os mujahidin (do árabe que significa "combatente" ou "alguém que se empenha na luta") desempenham um papel importante nessa guerra contra a invasão soviética e, posteriormente na guerra contra o governo. Em 1989 a União Soviética retira-se do Afeganistão. Após isso o governo continua sendo fortemente atacado pelos mujahidin. A URSS continua auxiliando os comunistas afegãos com apoio financeiro e bélico. Mesmo melhorando seu desempenho frente à guerra, o governo cai quando um de seus principais generais, Abdul Rashid Dostum, passa para o lado dos mujahidin.

A confusão começa aumentar em 1992 quando a união dos mujahidin, que agora detém do poder, se desentendem e desfazem-se. Gulbuddin Hekmatyar foi apontado como o responsável por um devastador ataque de foguetes contra Cabul, Dostum começou a atacá-lo. Os confrontos destruíram grande parte de Cabul. Surge em 1994, o movimento dos talibãs no sul do país, com apoio dos paquistaneses. Os talibãs sobem ao poder depois de derrotar o presidente Burhanuddin Rabbani e seu chefe militar, Ahmad Shah Massoud, tendo a capital, Cabul, em 1996. Depois de tomar a capital, executaram o ex-presidente comunista Mohammad Najibullah e seu irmão.

Começa o Regime dos Talibãs. O líder do Talibã, Mulá Omar passa controlar quase todo o país, atuando como chefe de Estado, sob o título oficial de Chefe do Conselho Supremo (1996 a 2001). Após a queda de Cabul, Dostum e Massoud uniram suas forças para formar a Frente Unida Islâmica para a Salvação do Afeganistão (ou Aliança do Norte). Apesar da união de forças, os talibãs continuaram avançando contra a Aliança até controlar 95% do território afegão. Dostum temendo morrer sentiu-se forçado a abandonar o Afeganistão. Massoud não teve a mesma sorte, foi assassinado em 9 de setembro de 2001.

Após o atentado de 11 de setembro de 2001, a Aliança do Norte, com apoio dos EUA e outros aliados, abateram os talibãs e estabeleceu uma nova república, sob o comando do Presidente Hamid Karzaí. Os talibãs formaram com isso um movimento de resistência na porção meridional do país e com frequência usam o território paquistanês como abrigo.

Geografando-conflitosgeopolíticos.blogspot.com.br

#### **V. Guerra do Golfo (1991)**

Em 1990 aconteceu a **Guerra do Golfo Pérsico**, que durou de 02/08/1990 até 27/02/1991.

Essa guerra envolveu, primeiramente, dois países: Iraque e Kuwait. Depois, outras nações entraram no conflito, dentre elas, os EUA.

Tudo começou quando o presidente iraquiano Saddam Hussein acusou o **Kuwait** de praticar uma política de superestação de petróleo causando uma queda nos preços e prejudicando a economia iraquiana. Saddam também ressuscitou problemas antigos e exigiu indenização. Como o Kuwait não aceitou foi invadido por tropas iraquianas. A atitude de Saddam mobilizou o mundo e diversas nações, lideradas pelos EUA, se uniram para tentar reverter esse quadro. Os americanos estavam desesperados, pois, com a guerra, o Golfo-Pérsico foi fechado e eles perderam seus fornecedores de petróleo: Iraque e Kuwait.

Em 28 de agosto, o Iraque faz do Kuwait sua 19ª província e isso aumentou as pressões americanas junto a ONU para que ela autorizasse o uso da força. Saddam Hussein tenta unir a nação árabe em prol da sua causa, mas a tentativa foi em vão. Em 29 de novembro, a ONU autorizou um ataque contra o Iraque e estabeleceu um prazo até 15/01/1991 para que o exército iraquiano se retirasse do Kuwait.

Como todas as tentativas de paz fracassaram, no dia 17/01/91 um gigantesco ataque aéreo foi iniciado. Em pouco tempo, o Iraque estava destruído. No dia 28 de fevereiro, o presidente americano George Bush (pai) declarou cessar fogo, mas o Iraque só o aceitou em abril. Centenas de pessoas morreram, dentre elas civis e militares, milhares de mísseis foram usados e o mundo presenciava, pela primeira vez, uma guerra com a cobertura total da mídia. A TV transmitia, às vezes, ao vivo, bombardeios, mortes e destruições.

O Kuwait perdeu quase 10 bilhões de dólares com a queda da produção de petróleo, mas voltou a ser independente. O Iraque sofreu sanções econômicas e os EUA conseguiram despertar o ódio em mais gente.

Não podemos esquecer do desastre ambiental que a guerra trouxe. Quando o Iraque se preparava para se retirar do Kuwait, incendiou poços de petróleo e o óleo derramado no Golfo Pérsico destruiu a vida de centenas de animais.

Para os estadunidenses, a guerra do golfo nunca terminou, pois, o objetivo maior - prender Saddam Hussein - não foi realizado. Os EUA nunca aceitaram a petulância do ditador e estavam só a espera de uma nova chance para pegá-lo.

O tempo passou e em 2003, 2 anos após os atentados terroristas ao World Trade Center e já no governo de George W. Bush (filho), o Iraque foi invadido pelo EUA. Desta vez, Saddam foi preso e enforcado em 31/12/2006.

Cristiana Gomes - www.infoescola.com

## **VI. Guerra do Chifre da África (1977 a 1988)**

O Chifre da África é uma região localizada no nordeste do continente africano. São quatro países que pertencem ao Chifre da África: Djibuti, Etiópia e Eritreia, além da Somália.

### **Etiópia**

Com a federação formada pela Etiópia e a Eritreia, em 1952 teve início uma época de grandes golpes de Estado na história política da Etiópia. Hailé Salassié permaneceu no governo de 1930 a 1974, sendo que durante o período de 1935 a 1941 o país esteve dominado pela Itália.

O ano de 1975 foi marcado pelo golpe militar que derrotou o governo de Hailé Salassié, deixando o país mais próximo da URSS, e cada vez mais envolvido na Guerra Fria.

A partir de 1987, com a Proclamação da República Popular e Democrática da Etiópia, a guerra civil se torna mais intensa. No ano de 1991 chega ao fim a União Soviética e o socialismo, e com isso o governo esquerdista da Etiópia é destruído, e a província do Norte se torna independente. Durante 10 anos (1975/85) ocorreram sucessivos movimentos separatistas em diversas partes do país.

A Etiópia e a Somália estiveram em guerra entre 1977 e 1978 por causa da disputa pelo Deserto de Ogadem. O resultado desse conflito aliado a questão estrutural marcou os anos da década de 80 na história da Etiópia, pois o país estava sendo castigado pela fome e pela seca que deixou quase metade da população subnutrida.

Com a independência da Eritreia, conquistada em 1993, a Etiópia acabou ficando sem o seu ponto estratégico, que era a saída pelo Mar Vermelho. A partir de 1998, Eritreia e Etiópia entraram em confronto, que gerou uma guerra que permaneceu até o ano de 2000, deixando milhares de mortos e agravando a economia da Etiópia, que já não era considerada estável, além disso, a fome e a subnutrição também continuaram sendo os fatores agravantes para a situação do país.

### **Eritreia**

Como já vimos anteriormente, a Eritreia é um país recente, pois teve a sua independência conquistada em maio de 1993, quando o governo da Etiópia anunciou a sua liberdade que foi ratificada em plebiscito por praticamente toda a população. A Eritreia não queria ter problemas com a Etiópia, portanto o país decidiu liberar o acesso de alguns portos para os etíopes. Porém, mesmo após a esses acordos o clima entre os dois países ainda era tenso. E no ano de 2000, a Etiópia invade a Eritreia justificando que os guerrilheiros do exército eritreu também haviam invadido o território deles.

### **Guerra da Etiópia com a Eritreia**

No fim de 1997, a ligação entre a Etiópia e a Eritreia começou a se arruinar quando a Eritreia, que usava a moeda da Etiópia passou a usar a sua própria moeda, a nakfa.

A guerra entre os dois países eclodiu oficialmente em 1998, quando houve a invasão territorial de ambos os países. Somente, no ano de 2000 é que o conflito foi controlado, quando um acordo de paz foi assinado pelos dois países.

A Etiópia era um grande aliado comercial da Eritreia, mais da metade das exportações do país eram compradas pela Etiópia. E com o fim da guerra, a economia da Eritreia ficou derrotada. E a Etiópia tomou a decisão de exportar pelo Djibuti.

Além disso, o ano de 2002 ficou marcado pela intensa seca que afetou o país, que teve que enfrentar o problema da fome.

## **VII. Guerra Civil na Somália (1991)**

Em sua história recente, o território somali foi mais uma das várias regiões subordinadas ao mando e à exploração da ordem imperialista. Nesse caso, a porção norte do território ficou sob o mando da Inglaterra e a região leste dominada pelos italianos. Chegada a década de 1960, sob o contexto de descolonização, os dois espaços conquistaram a sua autonomia e se unificaram para a formação de um único estado independente.

Ao longo de sua primeira década de independência, a Somália foi conduzida por um governo de orientação democrática. Isso até 1969, quando o general das Forças Armadas, Mohamed Siad Barre, promoveu um golpe de estado que o transformou em líder máximo do país nos vinte anos seguintes. No ano de 1991, o general acabou sendo destituído do posto ditatorial pela força militar imposta pelos grupos políticos armados que se formaram durante esse tempo.

Conhecido como "warlords", esses grupos se dividem em três principais facções: o Movimento Nacional Somali (SNM), o Movimento Patriótico Somali (SPM) e o Congresso Somali Unido (USC). Tendo cada um dos "warlords" reivindicando o poder para si, o cenário político somaliano mergulhou em uma profunda crise em que nenhuma autoridade central ou conciliadora tivesse capacidade de alcançar a estabilidade nacional.

Não bastando isso, em maio de 1991, os clãs do Norte se unificaram e declararam a sua independência com a formação da República da Somalilândia. Mesmo sem reconhecimento internacional, essa região acabou firmando a sua autonomia com uma forma de governo própria. Em meio à crise política, a grave situação de fome e miséria impeliu a ONU a intervir na Somália com o oferecimento de mantimentos para a população menos favorecida.

Em pouco tempo, os recursos levados pela ONU instigaram o acirramento entre as milícias que controlavam as várias vias de acesso do país. Desse modo, a Organização das Nações Unidas autorizou a chegada de tropas norte-americanas que poderiam utilizar a força para garantir o trabalho humanitário e buscar uma resolução àquela delicada situação política. Contudo, em 1994, essa crise acabou se potencializando com a permanente atuação das milícias e a saída do exército estadunidense da região.

No ano de 2000, a crise política e os constantes conflitos internos foram discutidos em uma reunião no Djibuti, onde houve a reunião de 200 delegados somalis. O evento acabou estabelecendo a criação de uma Assembleia Nacional e repassou o governo ao presidente Abdulkassim Salad Hasan. No mês de outubro, o novo governo foi formado. Logo em seguida, alguns grupos armados dissidentes não reconheceram a nova autoridade e, com isso, preservaram o desgastante estado de guerra.

Em 2004, uma nova reunião tentou reatar o diálogo entre os clãs e os grupos armados para a formação de um parlamento capaz de reorganizar a nação somali. A partir de então, a influência e a predominância da religião muçulmana acabaram estabelecendo a adoção de leis islâmicas para todo o território. Entretanto, o alcance da paz foi novamente ameaçado quando os grupos islâmicos armados do país resolveram declarar guerra a Etiópia, país vizinho apoiado pelos Estados Unidos.

A invasão das tropas etíopes acabou aprofundando o caos, a miséria e a fome que se arrastam entre a população somali. Somente em 2008, um acordo de cessar fogo conseguiu empreender a paz entre os dois países. Em janeiro de 2009, a completa saída da Etiópia do país foi seguida pela organização de um novo Parlamento agora tomado pela oposição islâmica moderada. Ainda hoje, o novo governo enfrenta a ação das milícias islâmicas de orientação radical, como o a do grupo Al Shabab.

Rainer Sousa – [www.brasilescola.uol.com.br](http://www.brasilescola.uol.com.br)

## **VIII. Guerra das Malvinas (1982)**

A Guerra das Malvinas foi um conflito militar entre Argentina e Reino Unido, ocorrido entre 2 de abril e 14 de junho de 1982. Em 2 de abril de 1982, as forças armadas da Argentina invadiram as Ilhas Malvinas (Ilhas Falklands para os britânicos), situadas a 464 km da costa argentina. O arquipélago, embora pouco habitado, tem uma posição geográfica estratégica.

Os britânicos colonizaram e dominaram o arquipélago desde 1833. Em 1982, a Argentina alegou que as Ilhas Malvinas deveriam ser incorporadas ao território da Argentina, pois com a independência em 1822, teriam direito ao território que antes pertencia à Espanha.

Havia também uma questão política envolvida no caso. Em 1982, a Argentina era uma ditadura, governada pelo presidente Galtiere. Com pouca popularidade, a guerra seria uma forma de unir a opinião pública do país contra um inimigo externo e dar fôlego ao governo. Por outro lado, o Reino Unido era governado pela ministra Margareth Thatcher que também enfrentava um período de baixa popularidade e usou a guerra como arma política interna, reagindo prontamente.

Embora tivessem a vantagem da proximidade territorial, os argentinos não conseguiram fazer frente ao preparo dos militares britânicos e também à superioridade bélica. Enquanto os britânicos combateram com 100 navios de guerra, os argentinos tinham apenas 40. Os britânicos também contavam com aviões de guerra de última geração.

Com ampla superioridade militar, o Reino Unido saiu vencedor da guerra e manteve o controle das Ilhas Malvinas. O governo trabalhista de Thatcher ganhou força e ela conseguiu se reeleger primeira-ministra. Já a Argentina entrou em profunda crise econômica e política, teve o presidente Galtiere deposto e deu início ao processo de redemocratização do país. Durante todo conflito, que durou 75 dias, 258 britânicos e 649 argentinos morreram.

As relações diplomáticas entre britânicos e argentinos ficaram suspensas e só foram reatadas em 1990. Mesmo assim, ainda existe um clima pouco amigável entre as duas nações. Em fevereiro de 2012, 30 anos após o conflito, o governo argentino solicitou a reabertura do caso para negociações. O governo britânico recusou prontamente, causando novamente um mal-estar nas relações diplomáticas entre os dois países.

## **IX. EUA, o 11 de setembro de 2001 e a Nova Guerra do Afeganistão**

O ano de 1991 será marcado pela invasão iraquiana ao Kuwait gerando uma guerra pela libertação do país invadido envolvendo os EUA e seus aliados. Esta guerra, conduzida por Bush pai, promoveu mais uma crise do petróleo e terminou com a derrota de Saddam Hussein, além da imposição de um forte bloqueio econômico sobre o Iraque.

Após dez anos e durante o governo do filho George W. Bush outro fato histórico será determinante para o aumento da tensão entre EUA e os fundamentalistas islâmicos, o atentado de 11 de setembro de 2001 nos EUA. A reação do presidente republicano foi a chamada doutrina Bush, baseada na **Lei Patriota**, que consiste em ataques preventivos, na criação de prisões-navios e prisões secretas, na transformação em prisão da base militar de Guantánamo – Cuba, ampliar o poder do estado no monitoramento das telecomunicações, além de aprovar o uso da tortura nos interrogatórios de suspeitos de terrorismo.

Porém as medidas tomadas para conter o terrorismo internacional são encaradas por muitos como um momento de atentado aos direitos humanos. As torturas nas prisões do Iraque e na base de Guantanamo foram fotografadas e rodam o mundo como prova do abuso da potência imperial.

Uma das propostas mais afirmadas pela candidatura Obama foi a desativação da prisão na **base militar de Guantánamo** utilizada para os presos políticos dos EUA. O anúncio do fechamento de Guantánamo foi um dos primeiros atos de Obama no governo, dois dias após tomar posse, em janeiro de 2009. Porém já se foram 5 anos e agora no segundo mandato e a base continua sendo usada como prisão.

Alguns atribuem a culpa pelo eterno adiamento da decisão de fechar Guantánamo ao Congresso estadunidense, que barrou a transferência dos prisioneiros para os Estados Unidos e dificultou seu envio a terceiros países. Em meio ao debate, os relatos são de que a tortura não é mais praticada em Guantánamo, e o número de detentos, que chegou a quase 800, hoje é de 171. Mas o fato é que a prisão ainda abriga, indefinidamente, pessoas sem condenação ou acusação formal, eis a versão estadunidense para os direitos humanos.

Outro problema sério enfrentado pelo governo dos EUA e a questão do **envio de soldados para as áreas de intervenção militar** geopolítica. Quanto ao Iraque, as tropas, que invadiram o país para derrubar Saddam Hussein em 2003 foram retiradas completamente em dezembro de 2011 deixando para trás um saldo de destruição, mortes e transformando o Iraque em uma das nações com o maior número de refugiados no mundo, ao lado do Afeganistão, também invadido por tropas estadunidenses em 2011, além da Síria e da Somália que juntos são os quatro maiores.

O império anda atravessando uma época de vários problemas, inclusive com denúncias que mostram um lado perverso do presidente “gente boa” e “prêmio nobel da paz”. Estão sendo divulgados relatórios das ONGs Human Rights Watch e Anistia Internacional, além da própria ONU que demonstram casos de **imprecisão nos bombardeios com aviões não tripulados**. Essas denúncias expõem novos detalhes de uma das facetas mais controversas da campanha de Barack Obama para enfraquecer extremistas islâmicos em países da Ásia, do Oriente Médio e da África.

Uma investigação da ONU apontou que houveram vítimas civis em 33 ataques de **Drones** norte-americanos no Paquistão. Ao longo dos últimos anos, diferentes grupos tentam - sem muita precisão - calcular o número de mortos em quase uma década de ataques com Drones no Paquistão. As estimativas variam de 2.065 a 3.613 mortos no total, dentro os quais entre 153 e 926 seriam civis.

Assim como não existem precisão nos números de vítimas civis, não existe uma política de transparência por parte do governo estadunidense em relação aos números de operações e mortes. Sabe-se que existem 7.000 Drones à disposição dos EUA e somente Israel teria tido acesso a bombardeiros deste tipo.

O uso desses aparelhos já é bem comum, a Amazônia, por exemplo, e tem seu espaço aéreo vigiado também por Drones do exército brasileiro. Já os bombardeiros são equipamentos com muita tecnologia aplicada que ainda não é acessível a outros países, pelo menos por enquanto, o que poderá vir a ser um problema para o futuro.

Para piorar a situação dos EUA, o site **WikiLeaks** aumentou a polêmica ao divulgar mais de 75 mil documentos com segredos da guerra do Afeganistão, em 2010, revelando os horrores cometidos pelos soldados e pelo comando de suas forças armadas. Além disso, novos documentos, agora da CIA, e mais tarde de vários governamentais demonstram o conhecimento do governo em relação a estadunidenses que estão envolvidos em atos de terrorismo internacional, bem como ações do mesmo tipo elaboradas pela própria Agência de Inteligência.

A postura “democrática” dos EUA e seus aliados fica clara quando se analisa a situação de Julian Assange, fundador dos WikiLeaks. Assim que foram divulgados os documentos, que já somam mais de 250 mil, Assange foi acusado de tentativa de estupro e assédio sexual na Suécia onde iria proferir uma série de palestras. Foi para a Inglaterra e hoje vive asilado na embaixada do Equador país que já lhe concedeu asilo político, porém o governo inglês se nega a lhe dar o salvo conduto para deixar o país, o que é necessário, pois a Suécia pediu sua extradição.

Agora outra enxurrada de denúncias de espionagem mais uma vez sacodem o planeta e demonstram a quebra de todas as convenções internacionais e o princípio moral das ideias de liberdade. O **ex-agente da Agência Nacional de Segurança**

**(NSA) Edward Snowden** que entregou documentos sigilosos da agência à imprensa e depois fugiu para Hong Kong e, em seguida, para Moscou onde ficou 40 dias em um aeroporto até receber o asilo político da Rússia.

Após o vazamento das informações o governo estadunidense apresentou a acusação de espionagem, roubo e conversão de propriedade do governo contra Snowden. Os documentos mostravam o funcionamento dos programas de espionagem na NSA e o seu alcance. Eram coletados dados sobre ligações telefônicas, e-mails e videoconferências dos usuários das empresas locais como o Google, o Facebook, o Yahoo e a Skype não só nos Estados Unidos, mas em todo o mundo. Dessa forma a espionagem visava o controle social, a manipulação diplomática e a obtenção de informações empresariais e tecnológicas.

No Brasil os documentos demonstram que uma estação de espionagem funcionou em Brasília e que foram espionados além da própria presidente Dilma, seus assessores, a embaixada do Brasil em Washington, a missão diplomática brasileira na ONU e até a Petrobras. Entre os países latino-americanos espionados temos o México, a Venezuela, a Colômbia, o Equador e a Argentina.

Já na União Europeia a situação não é diferente foram monitorados órgãos públicos e diplomáticos da Espanha, França, Alemanha, Inglaterra, Áustria, Itália e Vaticano, podendo ter sido monitorado até o papa. E os casos mais graves foram na França e na Alemanha que tiveram seus presidentes também espionados. Porém o que se teme é que isso não seja uma prática exclusiva dos EUA e sim uma prática comum dos grandes países, pois já existem uma denúncia feita pela revista Focus e o The Wall Street Journal afirmando que Ângela Merkel tenha estado com seu telefone grampeado também pela China, Rússia, Coreia do Norte e Inglaterra.

Porém, após o atentado de 11 de setembro o **primeiro passo da guerra preventiva foi a invasão do Afeganistão e a derrubada da guerrilha Taliban do poder**, empreendendo uma caçada malsucedida, ao líder do grupo terrorista Al Qaeda, Osama Bin Laden. É importante frisar que tanto a guerrilha Taliban, quanto a Al Qaeda são grupos de guerrilha islâmica que foram treinados e armados pelo governo estadunidense como parte da estratégia, essa sim vitoriosa, de expulsão dos soviéticos do país e que em seguida, após a tomada do poder, se tornaram rivais da diplomacia dos EUA na região. Em maio de 2009, o governo Barack Obama enviou 30.000 soldados para a região em uma demonstração clara de continuidade da guerra e da doutrina Bush.

A Anistia Internacional pediu ao presidente Hamid Karzai para assumir responsabilidades e cumprir suas promessas de melhorar a governabilidade, reforçar o Estado de direito e combater a corrupção. Porém o que se verificou no ano passado foi a reeleição fraudulenta do presidente. A fraude admitida por todos os observadores internacionais foi tão escancarada que o presidente reeleito convidou o segundo colocado para um segundo turno que não é previsto pela legislação eleitoral afegã. E a resposta da oposição foi não, pois o governo havia informado que não trocava os membros da comissão eleitoral. O interessante nesse caso foi a pequena repercussão da fraude eleitoral nos noticiários do ocidente.

Um importante episódio envolvendo a guerra no Afeganistão foi o maior vazamento de informações da história militar: cerca de 200 mil páginas de documentos. O pouco que já se digeriu é suficiente para desfazer qualquer ilusão benevolente sobre a Guerra do Afeganistão – que, em seus mais de dez anos, não trouxe mais que destruição a um país que já era, antes dela, suficientemente miserável. Para que se tenha uma ideia da realidade afegã, basta saber que se você tem o azar de nascer lá sua expectativa de vida estaciona em 46 anos. Na Europa, a média é quase o dobro.

Em linhas gerais, os documentos mostram o elevado número de civis mortos no Afeganistão – muito sangue para poucos resultados concretos. As informações que vazaram deixam também sob suspeita a alardeada eficiência dos Drones americanos, os aviões teleguiados que despejam bombas no Oriente Médio, enquanto quem os manobra está a milhares de quilômetros de distância numa sala refrigerada e, caso queira, comendo pipoca. **Julian Assange**, líder do **Wikileaks** (entidade internacional de denúncia de abusos aos direitos humanos), foi o autor da quebra do sigilo documental e o vazamento das informações. A entidade disse que ainda possui milhares de documentos que ainda estão retidos por serem potencialmente perigosos.

A **situação atual** é de caos completo, com denúncias graves de desrespeito aos direitos humanos, de corrupção generalizada, além dos atentados quase que diários promovidos pela guerrilha Taliban ou por terroristas da Al Qaeda sempre contra as forças do governo, as representações diplomáticas e comerciais de países do ocidente e os militares estadunidenses e da OTAN.

#### 4. EXERCÍCIOS

1. (2011) Durante a Guerra Fria, a política americana formulou a Teoria do Dominó. Nela comparavam-se os países de uma determinada região do globo terrestre a uma fileira de peças de dominó postas em pé em que, se uma peça cedesse ao Comunismo arrastaria com ela todas as outras.

Essa teoria referia-se:

- (A) à China.
- (B) ao Vietnã do Sul.
- (C) a Israel.
- (D) à Indonésia.
- (E) ao Japão.

2. (2011) "Em 1980, o Iraque, aproveitando-se da instabilidade do Irã, invadiu-o (...). O Conflito resultou em elevado número de mortos e em consequências desastrosas para ambos os países".

Vicentino, 2007.

A invasão iraquiana objetivava:

- (A) dominar a região do Chatt-el-Arab, na confluência dos rios Tigre e Eufrates.
  - (B) derrubar o Xá Reza Pahlevi, que dominava o Irã havia mais de 50 anos.
  - (C) impor o islamismo ao Irã, tradicional reduto cristão na Ásia.
  - (D) reconquistar a Península do Sinai, perdida nos conflitos entre ambos, no ano de 1967.
  - (E) liberar o canal de Suez, para facilitar o escoamento da produção petrolífera do Iraque.
3. (2011) Nas décadas finais do Século XX, a União Soviética passou por uma série de transformações que levaram ao fim do socialismo. Essas mudanças foram marcadas por:
- (A) acordos de eliminação de mísseis entre as superpotências, interrompidos com a entrada soviética no Afeganistão em 1988.
  - (B) políticas que levaram a uma abertura política e econômica, conhecidas como glasnost e perestróika.
  - (C) aprofundamento do processo de distensão e fortalecimento do Pacto de Varsóvia.
  - (D) fim do monopólio do Partido Comunista, implantação do unipartidarismo e instauração de eleições diretas em 1989.
  - (E) restabelecimento dos Kolkoses e Sovekoses nos campos, abertura do país a empresas estrangeiras e intensificação das alianças geopolíticas bipolares.
4. (2012) O conflito árabe-israelense está relacionado com a criação de um Estado judeu na Palestina em 1948. Essa região era então habitada por árabes muçulmanos que se opuseram à divisão das terras. As guerras entre os dois povos transformaram o Oriente Médio numa das regiões mais instáveis do globo.

Leia as afirmações abaixo sobre esse conflito e suas origens:

- I. A ONU não apoiou e se absteve de qualquer envolvimento no processo de criação do Estado de Israel, já que pretendia evitar o surgimento de novos conflitos após a Segunda Guerra Mundial.
- II. A mais decisiva das guerras árabe-israelenses, do ponto de vista da alteração das fronteiras, foi a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel ocupou o Sinai, a Faixa de Gaza, Cisjordânia e as Colinas de Golan.
- III. Os conflitos acabaram levando à formação de campos de refugiados, onde passaram a viver milhares de palestinos.
- IV. Em 1973, com a Guerra do Yom Kippur, a OPEP interrompeu o fornecimento de petróleo para os países aliados de Israel, provocando grande aumento no preço do produto.
- V. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética buscaram uma política neutra e não tiveram nenhum envolvimento nas guerras árabe-israelenses.

Assinale a única alternativa em que todos os itens estão corretos.

- (A) II, III, IV e V.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) I, II, III e IV.
  - (D) II, IV e V.
  - (E) I, IV e V.
5. (2012) Espesso e perigoso, o Muro de Berlim separou bairros, cortou cemitérios ao meio e fechou entradas de igrejas. Existiu por 28 anos, durante os quais se estima que 125 pessoas morreram ao tentar transpô-lo.

Sobre o Muro de Berlim, é correto afirmar que:

- (A) na noite de 29 de novembro de 1947, o governo da Alemanha Oriental conduziu sua construção.
- (B) apesar de todo o aparato de segurança que ele continha, não impediu a fuga em massa de seus cidadãos.
- (C) tornou-se o maior símbolo da Guerra Fria, pois dividia uma cidade nos dois sistemas econômico-ideológicos existentes.
- (D) por ocasião do bloqueio ocorrido à cidade de Berlim (junho de 1948 a maio de 1949), seus acessos foram fechados.
- (E) sua construção foi motivada pela fuga de alemães ocidentais para o Leste europeu, através de Berlim Oriental.

6. (2012) "Na política externa a aproximação com as potências ocidentais praticamente determinou o fim da Guerra Fria, trazendo desdobramentos como a queda do Muro de Berlim e a derrubada – pacífica ou violenta – dos ditadores na Europa Oriental [...] A Alemanha Oriental foi finalmente reunida à sua parte Ocidental, formando um só país".

**Berutti, 2004.**

Com base nas informações do fragmento, é correto concluir que o autor se refere a (à):

- (A) unificação do Estado alemão, em 1871.
  - (B) política externa adotada pela Rússia logo após a revolução bolchevique.
  - (C) algumas consequências das medidas liberalizantes adotadas na União Soviética na década de 1980.
  - (D) formação do COMECON reunindo as principais economias da Europa Oriental aos Estados Unidos, na década de 1940.
  - (E) algumas consequências do Plano Marshall adotado na década de 1940 para recuperar a economia europeia.
7. (2013) No fim da década de 1980, profundas alterações começaram a ocorrer na União Soviética e no seu bloco de aliados. Sobre esse fato, é correto afirmar que, na:
- (A) Tchecoslováquia, as mudanças foram impulsionadas pela criação do sindicato livre Solidariedade.
  - (B) Romênia, o ditador Nicolau Ceausescu e sua esposa foram executados após julgamento sumário.
  - (C) Alemanha Ocidental, pressões populares levaram à substituição de Erich Honecker.
  - (D) Polônia, ocorreu, em janeiro de 1993, um desmembramento, surgindo as três Repúblicas Bálticas.
  - (E) Iugoslávia, a Revolução de Veludo realizada por Slobodan Milosevic acarretou a fragmentação pacífica do Estado.
8. (2014) Após cerca de 3 (três) anos de intensos combates e milhões de baixas, em julho de 1953, foi assinado o Armistício de Pan-munjom, que confirmou a divisão da Coreia.

Leia as afirmações abaixo.

- I. O Armistício de Pan-munjom, selou a paz definitiva entre as duas Coreias e os Estados Unidos.
- II. O conflito iniciou-se com um ataque surpresa de tropas da República Popular da Coreia, ao vizinho do sul, em junho de 1950.
- III. O Armistício de Pan-munjom acirrou as diferenças ideológicas entre os Estados Unidos (capitalista) e a União Soviética (socialista), dando início à Guerra Fria.
- IV. Durante o conflito, o Conselho de Segurança da ONU autorizou o envio de tropas internacionais para a região, sob o comando do general estadunidense Douglas MacArthur.

Estão corretas:

- (A) as afirmativas I, II, III e IV.
  - (B) apenas as afirmativas I e II.
  - (C) apenas as afirmativas II e III.
  - (D) apenas as afirmativas II e IV.
  - (E) apenas as afirmativas I e III.
9. (2015) No período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1980, a União Soviética se consolidou como uma superpotência, polarizando com os Estados Unidos da América a disputa pela hegemonia mundial.

**Azevedo e Seriacopi, 2013.**

Dentro do bloco comunista a insatisfação aumentava cada vez mais, sobretudo nos países do Leste Europeu. Na Polônia, operários do estaleiro de Gdansk organizaram o sindicato Solidariedade, liderados por Lech Walesa.

Sobre o sindicato Solidariedade, no período assinalado, podemos afirmar que:

- (A) foi rapidamente absorvido pelo governo comunista que viu a necessidade de ouvir os operários.
- (B) era entidade livre de influências do partido comunista.
- (C) conseguiu de imediato participar das eleições presidenciais, porém, por ser um partido da classe operária, não obteve êxito.
- (D) conseguiu apoio dos soviéticos que pretendiam ter o controle sobre todos os sindicatos do mundo comunista.
- (E) foi extinto, pois, em países de ideologia comunista, o governo representa a classe dos trabalhadores, não necessitando, portanto, de sindicatos.

10. (2015) Acreditando que somente através da renúncia aos desejos e às necessidades mundiais ele iria ao encontro da verdade espiritual, limitou suas posses ao essencial. Dentre os seus poucos pertences pessoais, conservava um exemplar do Bhagavad Gita, texto sagrado para os hindus.

Violência e excessos eram igualmente repugnantes para ele.

**Adaptado de A Sombra dos Ditadores. São Paulo, Abril Livros, 1992. p. 113.  
Coleção Time-Life, In COTRIM, 2007.**

O texto acima descreve parte do temperamento de:

- (A) Jawaharlau Nehru, líder do Partido do Congresso, que lutava pela emancipação da Índia.
- (B) Mahatma Gandhi, líder indiano que se opunha à dominação inglesa.
- (C) Muhammad Ali Jinnh, líder da Liga Muçulmana, que tinha como objetivo a criação de um estado muçulmano independente no Indostão.
- (D) Nelson Mandela, líder sul-africano, que lutava contra o apartheid.
- (E) Martin Luther King, pacifista norte-americano, que lutava pela igualdade de direitos entre brancos e negros.

CURSO CIDADE - ESPCEX



## **X. REPÚBLICA POPULISTA E A DITADURA CIVIL-MILITAR**

### **1. REPÚBLICA POPULISTA**

#### **I. Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)**

**Figura 69: Com Paulo Baeta Neves, por ocasião da posse no Senado. Rio, 1946.**



Crédito: CPDOC/FGV - Arquivo GV (Carlos)

Foi eleito com o apoio do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e do PSD (Partido Social Democrático). O governo do presidente Dutra apoiou-se na maioria pedessista e trabalhista do Congresso Nacional. Esse núcleo político de centro era justificado como defesa do governo contra os excessos dos liberais da UDN e a ameaça vermelha do PCB. Defesa de uma política econômica que se dizia não-intervencionista e se afastava dos compromissos nacionalistas, e defesa de uma política externa de completo alinhamento com os Estados Unidos no contexto da guerra fria. De seu governo, podem ser ressaltados: a Pavimentação da Rodovia Rio-São Paulo; elaboração do PLANO SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), visando a coordenação dos gastos públicos; gastos supérfluos, utilizando-se as divisas acumuladas durante a II Guerra. O PCB (Partido Comunista Brasileiro) foi declarado fora da lei, decorrente do rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética; promulgação da quarta Constituição da República. O governo Dutra, portanto, passou de uma posição inicial liberal- democrática, reflexo da redemocratização do pós-guerra, para uma posição liberal-conservadora no contexto da guerra fria, marcada por um alinhamento automático com os Estados Unidos. Tal posicionamento, contudo, seria novamente alterado com o retorno de Getúlio Vargas à cena política. A Constituinte iniciou seus trabalhos a 2 de fevereiro de 1946. O PSD era amplamente majoritário, com 177 representantes, seguido pela UDN com 87 representantes, o PTB com 24 e o PCB com 15. O que mais diferenciava a constituinte de 1946 das anteriores era o fato de que seus membros não representavam mais, como antes, as elites regionais, mas partidos políticos organizados em âmbito nacional. Aprovada a 18 de setembro de 1946, a nova Constituição é a quarta da República e a quinta da história brasileira. A Constituição de 1946 reflete a conjuntura do fim do Estado Novo e a volta aos princípios liberais, com maior equilíbrio entre os poderes do Estado.

Principais aspectos da Constituição de 1946

- Manutenção do regime presidencialista;
- Estado Federativo, pluralidade partidária;
- eleições diretas, assegurando os direitos cívicos;
- restauração dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);
- presidente com mandato de 5 anos;

## **II. Governo Getúlio Vargas (1951-1954)**

**Figura 70: Com Leonel Brizola (de terno claro), Ernesto Dornelles e outros, na campanha para a presidência da República. Itaqui (RS), 1950.**



*Crédito: CPDOC/FGV - Arquivo GV*

Candidatando-se para a sucessão de Dutra, Vargas venceu facilmente seu principal oponente, o Brigadeiro Eduardo Gomes. A vitória de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1950 não chegou a ser uma surpresa. Mesmo recolhido no interior do Rio Grande do Sul nesses anos todos, Vargas continuava a ser a grande figura da política nacional, o grande líder de massas, o “Pai dos Pobres”, lançado pelo PTB e apoiado pelo PSP (Partido Social Progressista), e por parte do PSD e do PCB.

Porém Seu governo foi agitado politicamente, em virtude da violenta oposição liderada por Carlos Lacerda, diretor do jornal TRIBUNA DA IMPRENSA.

Principais aspectos do segundo governo de Vargas :

- a) política de defesa dos interesses nacionais;
- b) criação da Petrobras com a Lei nº 2.004, de outubro de 1953
- c) expansão da Siderúrgica de Volta Redonda;
- d) Criação do Ministério da Saúde, 1953
- e) Criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), dirigida por Anísio Teixeira, 1951.

À medida que Vargas se aproximava das massas operárias, através do Ministro do Trabalho, João Goulart espalhava boatos de um novo golpe. Os meios militares agitaram-se no sentido da renúncia de Getúlio, que então suicida-se em agosto de 1954. Afirmando numa carta que não pode resistir às pressões de poderosos grupos nacionais e estrangeiros, contrários à sua política de orientação nacionalista.

O Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, também conhecido como Plano Lafer, nome do ministro Horácio Lafer; programa de investimentos em setores da indústria de base, transportes e serviços públicos a ser supervisionado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1951 O governo nacionalista de Getúlio Vargas começou a entrar em crise a partir de 1953, graças à disputa pelo monopólio estatal do petróleo intensificada pela campanha do “O petróleo é nosso!” e a tentativa do governo federal de controlar a remessa de lucros provocaram o rompimento com os liberais. A diretoria das empresas estrangeiras e com o governo Americano . Para defender-se das pressões internas e externas, Vargas recorre ao apoio das massas. Mas os sindicatos também pressionam o governo e o empresariado por melhores salários e melhores condições de trabalho.

**O getulismo dos anos 50, de feição marcadamente populista, totalmente diferente dos tempos do Estado Novo e retomando uma linha adotada em 1945, procurou uma sistemática aproximação com os trabalhadores. Em 1954, por exemplo, o aumento salarial chegou até 100%. (...) O principal problema econômico do novo período varguista consistiu em como manter o ritmo de crescimento na indústria substitutiva, na medida em que se fazia necessário o avanço para etapas mais adiantadas como bens duráveis e bens intermediários (acessórios, produtos químicos, cimento, metalurgia, siderurgia, etc.) Por volta de 1945, os preços do café caíram e o governo não pode mais apoiar o crescimento industrial com o artifício da importação seletiva, estabelecido na era Dutra, quando a conjuntura internacional era favorável para acumular divisas. (...) Uma alternativa seria favorecer a entrada de capital estrangeiro. Entretanto, a consequência política seria insustentável: Getúlio perderia todas as suas bases de apoio popular, canalizada nos sindicatos. De mais a mais, o getulismo sempre estivera associado ao nacionalismo econômico. Em vista disso, só restava ao governo a solução de ampliar o intervencionismo estatal. E foi exatamente dentro dessa política que se elaboraram o Plano Aranha, que estabeleceu um rígido controle sobre os créditos fornecidos às indústrias e o monopólio governamental na compra e venda das divisas eventualmente acumuladas como os lucros do comércio exterior, e o Plano**

Laffer, que postulou a obtenção de um empréstimo de 1.000.000 de dólares a serem aplicados em setores básicos e carentes de capital. (...) As maiores consequências do intervencionismo econômico do governo getulista, todavia, não estiveram ligadas ao planejamento econômico e sim à criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e da PETROBRAS. O intervencionismo de Getúlio Vargas e especialmente a PETROBRAS provocara, como não podia deixar de ser, a radical oposição da UDN e dos grupos ligados ao capital internacional, tornado a questão do nosso desenvolvimento, mais do que nunca, um problema político.

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p.102-103.

No início da década de 1950, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 300 milhões de dólares. Tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão nacional. Ocorreu também o reequipamento parcial da marinha mercante e do sistema portuário. Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial. (...). Ao mesmo tempo em que tratava de dinamizar a economia, o governo Vargas se via diante de um problema com fortes repercussões sociais – o avanço da inflação. (...). A pressão inflacionária decorreu de vários fatores. A forte alta dos preços internacionais do café, em 1949, gerou um aumento da receita em divisas. Convertidas em cruzeiros, essas divisas resultaram em aumento do volume de moeda em circulação, estimulando a procura de bens e a elevação de preços. Por outro lado, ao eclodir a Guerra da Coreia, o governo se endividou no exterior, financiando importações adicionais, pois esperava-se um acentuado aumento de preços e dificuldades para as importações, em decorrência do conflito. Outro dado importante se encontra no fato de que a expansão industrial vinha sendo estimulada, apesar dos estrangulamentos nas áreas de transporte e de energia, acarretando elevações de custos e de preço final dos produtos. Dada a natureza dos investimentos de infraestrutura, as medidas tomadas pelo governo só produziram efeitos a médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento industrial era incentivado pela concessão de crédito fácil ao setor privado por parte dos bancos oficiais, especialmente o Banco do Brasil, presidido por Ricardo Jafet. (...). Em outubro de 1953, a Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) introduziu o chamado confisco cambial. A medida fixou um valor mais baixo para o dólar recebido pelos exportadores de café, ao ser convertido em cruzeiros. Isso significa que o governo ficava com uma parte dos dólares obtidos pela exportação do café, com o objetivo de financiar projetos considerados prioritários. (...). O confisco cambial foi uma medida do governo no sentido de deslocar receitas obtidas com a exportação do café para outros setores econômicos, especialmente a indústria. Provocou seguidas reações do setor cafeeiro, que tentou realizar marchas de protesto com conteúdo político, impedidas pelo Exército. Foram as chamadas marchas da produção, já no governo de Juscelino Kubitschek.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013, p.349-350.

O movimento sindical vai, adquirindo força e autonomia diante do populismo do governo. Já em 1954, a campanha antigetulista vira conspiração. Políticos da UDN, jornalistas, empresários, conservadores, anticomunistas e defensores da aliança com os Estados Unidos, acusam Vargas de preparar uma "República Sindicalista" para manter-se no poder. Em 5 de agosto, o atentado contra o jornalista e político da UDN Carlos Lacerda, torna-se o pretexto oposicionista a radicalização. Getúlio Vargas é responsabilizado pelo atentado, onde acabou morrendo o major Rubens Vaz, da Aeronáutica, que fazia segurança para Carlos Lacerda, Getúlio é pressionado a renunciar pela oposição política e militar.

**Figura 71: Manifestação contra Vargas por ocasião da missa de 7º dia do major Vaz. Rio, 1954.**



Crédito: Arquivo Nacional

As Forças Armadas, articuladas em torno da "República do Galeão", pois a aeronáutica promoveu um IPM (Inquérito Policial Militar) , para apurar a causa da morte do major Rubens Vaz , e o Galeão é um aeroporto no Rio onde existem bases da aeronáutica. Impotente diante da situação, só restando a Getúlio, como seu último grande ato político, o suicídio na manhã de 24 de agosto.

#### **A Carta-testamento de Getúlio Vargas**

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram- se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruí os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançaram até 500% ao ano. Na declaração de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder. Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

Getúlio Vargas

### **III. O GOVERNO JK E O DESENVOLVIMENTISMO**

#### **Governo João Café Filho (1954-1955)**

Café Filho assumiu o governo da República imediatamente após a morte de Getúlio Vargas. Em seu novo gabinete, teve como ministro da Fazenda Eugênio Gudin, defensor de uma política econômica mais ortodoxa, que buscou estabilizar a economia e combater a inflação. O ministro adotou como principais medidas a contenção de crédito e o corte de despesas públicas, procurando, assim, reduzir o déficit público, causa, em sua avaliação, do processo inflacionário. Durante o governo Café Filho, instituiu-se o imposto único sobre a energia elétrica, gerando o Fundo Federal de Eletrificação, e o imposto na fonte sobre a renda do trabalho assalariado. Destacaram-se, ainda em sua administração a criação da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, a inauguração, em janeiro de 1955, da usina hidrelétrica de Paulo Afonso e o incentivo à entrada de capitais estrangeiros no país, que repercutiria no processo de industrialização que se seguiu. Afastou-se temporariamente da presidência em 3 de novembro de 1955, em virtude de um distúrbio cardiovascular, e em 8 de novembro foi substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara. Restabelecido, tentou reassumir os poderes presidenciais, mas seu impedimento foi aprovado pelo Congresso Nacional em 22 de novembro de 1955, e confirmado pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro.

**De acordo com a Constituição de 1946, o presidente da Câmara dos Deputados exerceria a presidência da República na ausência do titular do cargo e de seu vice-presidente. Assim, na qualidade de presidente da Câmara, Carlos Luz assumiu interinamente a presidência da República em 8 de novembro de 1955, como substituto legal de Café Filho, afastado da chefia do governo. Em 11 de novembro de 1955, em decorrência do movimento político-militar liderado pelo general Lott, ministro da Guerra, Carlos Luz foi deposto, sob alegação de que estaria ligado a conspiradores que queriam impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Refugiou-se no cruzador Tamandaré, de onde tentou organizar a resistência, mas ainda em 11 de novembro, por decisão do Congresso Nacional, foi considerado impedido, e substituído no cargo por Nereu Ramos, presidente do Senado. Com a deposição de Carlos Luz, em 11 de novembro de 1955, Nereu Ramos assumiu a presidência da República, pois como vice-presidente do Senado, era o seguinte na linha sucessória. Em 22 de novembro, com o afastamento definitivo de Café Filho, a quem Carlos Luz substituíra, a Câmara dos Deputados confirmou Nereu Ramos como ministro da Justiça e Negócios Interiores em 1956, exonerou-se em 1957 e retornou ao Senado.”**

Fonte: Os presidentes e a República – Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p. 91-100.

#### **Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)**

**Figura 72: Juscelino Kubitschek discursando para Benedito Valadares e Getúlio Vargas, durante a inauguração da Avenida do Contorno (Belo Horizonte), em 12 de maio de 1940.**



Livro: Meu Caminho para Brasília - A experiência da humildade, 1º volume. Autor desconhecido.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, ex-governador mineiro, ganhou as eleições presidenciais apoiado na aliança PSD-PTB. Seu governo tornou-se famoso pelas grandiosas realizações. "Cinquenta anos de progresso em cinco", foi a promessa do Presidente. Nasce o desenvolvimentismo, centrado na modernização e crescimento econômico-industrial. Acelerar o processo de modernização da economia brasileira, integrando a economia brasileira as grandes correntes do capitalismo mundial, era o objetivo da política econômica de JK.

## CEPAL

**Criada em 1948, a Comissão Econômica Para a América Latina, era ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) e se transformou na mais importante escola do pensamento econômico dos países subdesenvolvidos. Pregava a reforma agrária e a industrialização da América Latina. Um de seus mais importantes economistas foi Celso Furtado, nomeado, em 1950, diretor da divisão de desenvolvimento da instituição, cargo que ocupou até 1957. Em 1953, Celso Furtado presidiu um convênio entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a CEPAL, com o objetivo de colher dados sobre a economia brasileira e propor um programa de desenvolvimento para o Brasil. Este estudo, conhecido como "Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira no período de 1955 a 1962" serviu de base para a elaboração do Plano de Metas de JK.**

Revista Nossa História ano 2 Nº 23

Durante o seu mandato verificou-se uma expansão da produção industrial, seguindo a orientação de uma política desenvolvimentista. A base de seu governo foi o trinômio: Estradas, Energia e Transporte - pontos principais de seu Programa de Metas. Construiu Brasília em menos de cinco anos, transferindo para lá a capital federal em 21 de abril 1960. Com Juscelino Kubitschek, foi dado o impulso necessário à implantação definitiva da indústria automotiva. Ele criou o GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística, sob a direção do ministro de Viação e Obras Públicas, Lucio Martins Meira. Os resultados do estímulo governamental para o novo setor de produção não se fizeram esperar.

## Aspectos importantes do Governo JK:

- Plano de Metas: conjunto de programas de desenvolvimento econômico setorial, especialmente energia, transportes, indústria de base, produção de alimentos;
- Industrialização com participação do capital estrangeiro, incrementando-se a indústria automobilística com a fundação do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística);
- Manifestação da oposição através de levantes de oficiais da FAB em Jacareacanga e Aragarças;
- Construção de Brasília: considerada a "meta-síntese" do Plano de Metas; a nova capital federal, inaugurada em 1960, seria fator de ocupação, desenvolvimento e integração do interior do país;
- criação do Estado da Guanabara
- a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959, para o desenvolvimento e integração da mais pobre das regiões brasileiras;

## SUDENE

**Secretariada por Celso Furtado e ligada diretamente ao presidente da República, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste nasceu em 1959, defendendo a reforma agrária no Maranhão e a industrialização do Nordeste. Foi apoiada pela ala progressista da Igreja Católica, representada por d. Hélder Câmara, pelas Ligas Camponesas, com Francisco Julião à frente, pelo empresariado industrial, reunido em torno da Confederação Nacional da Indústria, e por vários políticos progressistas. Seu objetivo era estudar, propor diretrizes e coordenar projetos de desenvolvimento para os estados castigados pela seca e pela "indústria da seca" a corrupção que explorava a pobreza, desviando recursos públicos e construindo poços, açudes e estradas em propriedades de políticos locais e de seus apadrinhados.**

Revista Nossa História ano 2 Nº 23

Os anos JK compreendem um período de euforia social e crescimento econômico. Os famosos anos dourados. A implantação da indústria automobilística, a construção de Brasília, o respeito às liberdades democráticas. Houve transformações importantes: a expansão industrial, a urbanização, a consolidação democrática. O modelo desenvolvimentista de JK, porém, pagou alto preço: abertura total da economia ao capital estrangeiro, às grandes multinacionais, e submissão político-econômica à hegemonia norte-americana. O custo social interno foi igualmente elevado: descontrole inflacionário, pesando especialmente sobre os assalariados.

**Identificar a ideia de desenvolvimentismo no governo JK não é difícil. O desenvolvimento tradicional, que é a visão predominante, que significa na prática o aumento da produção industrial, a urbanização, enfim "as obras". Durante esse período a taxa de crescimento real da economia foi de 7% ao ano, a produção industrial cresceu 100%. Todo esse desenvolvimento foi definido a partir do Plano de Metas, que priorizou a substituição de importações nos setores de bens de capitais e bens de consumo duráveis. O Estado continuou a financiar grande parte das indústrias de base através de novas emissões de moedas ou de empréstimos externos. que pretendia um processo de integração com outros setores da vida nacional. Já o setor de bens de consumo desenvolveu-se a partir da internacionalização da economia e para isso utilizou-se a instrução 113 da SUMOC ( Superintendência da Moeda e do Crédito) que garantia a importação de máquinas e equipamentos no exterior, sem impostos, desde que os empresários estrangeiros tivessem sócio nacional. Desta maneira realizou-se a abertura do mercado nacional para as grandes empresas estrangeiras, que passaram a investir maciçamente no Brasil, numa época onde havia disponibilidade de capitais devido a retração da indústria de guerra. Assim, os EUA e outras nações europeias retomavam a expansão imperialista. Apesar do crescimento da produção interna, cresceu também a dependência tecnológica, pois as empresas aqui instaladas continuavam a importar máquinas; e a dependência financeira fruto do maior endividamento e da remessa de lucros realizadas pelas multinacionais. O crescimento urbano foi acompanhado pelo crescimento de uma "classe média", em grande parte vinculada ao setor de serviços, ampliando-se também o consumo. Com um volume menor de dinheiro em circulação, a inflação voltou a crescer e apesar dos investimentos públicos no setor de serviços, as cidades não estavam preparadas para o crescimento, pois atraíam milhares de homens que abandonavam o campo. A política para o setor agrária caracterizou-se pela manutenção do modelo tradicional. A concentração fundiária manteve-se e foi menos questionada, uma vez que toda a discussão econômica passou a basear-se no**

desenvolvimento industrial. Desta maneira, os financiamentos tradicionais garantiram a manutenção do latifúndio ao mesmo tempo em que a não existência de uma nova política para o campo garantia o afluxo constante de mão de obra barata para as cidades. Um dos primeiros exemplos dessa inversão pode ser presenciado na própria construção de Brasília, onde o trabalhador, chamado então candango, torna-se uma figura peculiar, inclusive do ponto de vista cultural, homens de diversas regiões, principalmente do nordeste, trabalhadores braçais, unidos a partir do ideal de que constroem -- literalmente- o progresso. A crise econômica manifestou-se com intensidade no final do governo JK, eliminando grande parte do ufanismo desenvolvimentista, fazendo com que o candidato oficial, o Marechal Lott saísse derrotado na disputa pela sucessão presidencial.

Fonte: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=16>

(...) A ênfase cada vez maior dada ao desenvolvimento industrial como fulcro da expansão da economia global no Brasil encontra sua explicação em condições muito mais amplas e complexas do que a eventual ação de um empresariado coeso e agressivo; embora, é claro, essa classe não tenha sido apenas beneficiária, mas também pressionadora no sentido da continuidade (talvez mais do que na adoção) dessa política. (...) Ao nível político, essa linha de ação manifestou-se através do "desenvolvimentismo" (encarado esse como a ideologia que deu sentido ao tipo de mobilização almejada) e, ao nível da execução, exprimiu-se no "Programa de Metas". Este programa foi formulado em 1956, tendo em vista o desbravamento do campo para uma efetiva expansão do setor industrial, através da satisfação de um conjunto de exigências quantitativas ("as metas") ao nível do investimento público (transportes, energia) e privado (na indústria de base e de bens de consumo final). Encarado do ponto de vista daquilo que se propunha, esse programa foi bem sucedido, ao menos no que se refere à produção industrial, que se expandiu amplamente (cerca de 80% entre 1955 e 1961) e, o que é mais importante, com predominância da produção de bens de capital (siderurgia, indústria mecânica, de material de transportes etc.). Já no tocante à meta fixada para os produtos alimentares, os resultados foram menos brilhantes, em razão da própria inércia relativa do setor agrário. No conjunto, os seus efeitos imediatos foram de molde a injetar uma poderosa carga de dinamismo no sistema, atenuando, por essa via, as tensões mais prementes que se faziam sentir anteriormente; mas não sem ter o consagrado, ao final, uma modificação do maior alcance nos mecanismos de poder na sociedade brasileira, ao absorver e plasmar as tendências herdadas da fase precedente, no sentido de chamar-se ao centro do palco os grupos sociais mais influentes, senão para decidir ao menos para sancionar as medidas de maior alcance no plano econômico. No contexto do "desenvolvimentismo", fortalecido pelo êxito de "Programa de Metas", essa mobilização política era tendente a fortalecer as bases do poder: as decisões tomadas no escalão mais alto eram trazidas ao público (isto é, aos segmentos urbanos de uma sociedade de classes em transição, com alto grau de mobilidade social) para encontrarem a devida ressonância, nos quadros de uma espécie de regime "prebiscitário-empresarial", com o próprio presidente da República investido no papel de Grande Empresário. A continuidade de uma situação como essa, contudo, não se obteria sem um preço: e este, era, precisamente, que se firmasse a expansão econômica que os anos finais da década aparentavam assegurar. Não ocorrendo isso, as tensões sociais viriam à tona com tanto maior força e alcance, como efetivamente sucedeu na década seguinte.

COHN, Gabriel. *Problemas da industrialização no século XX*. in.: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p.310-311.

A política econômica de Juscelino foi definida no Programa de Metas. Ele abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, chamada de metassíntese. (...) Os pressupostos do Programa de Metas mostram que no governo J.K, ocorreu uma definição nacional-desenvolvimentista de política econômica. O que queremos dizer com essa expressão? Como distinguir entre "nacionalismo" e "nacional-desenvolvimentismo"? (...) Com frequência, a política de substituição de importações estava associada a uma postura nacionalista. Seus defensores viam nela um instrumento essencial para que o Brasil superasse o subdesenvolvimento e se tornasse uma potência autônoma. Os nacionalistas sustentavam a necessidade de controle pelo Estado da infraestrutura (transportes, comunicação, energia) e da indústria básica, ficando as outras áreas da atividade econômica nas mãos da empresa privada nacional. Sem chegar a recusar em princípio o



capital estrangeiro, insistia na necessidade de só aceitá-lo com muitas restrições, seja quanto à área dos investimentos, seja quanto aos limites à remessa de lucros para o exterior. (...) O governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura como no incentivo direto à industrialização, mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades. Assim, o governo permitiu uma larga utilização da Instrução 113 da Sumoc, baixada no governo Café Filho. Essa instrução autorizava as empresas a importar equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial, ou seja, sem depositar moeda estrangeira para o pagamento dessas importações. A condição para gozar da regalia era possuir, no exterior, os equipamentos a serem transferidos para o Brasil ou recursos para pagá-los. As empresas estrangeiras. Que podiam preencher esses requisitos com facilidade, ficaram em condições vantajosas para transferir equipamentos de suas matrizes e integrá-los a seu capital no Brasil. A Instrução 113 facilitou os investimentos estrangeiros em áreas consideradas prioritárias pelo governo: indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço. (...) A expressão nacional-desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo, sintetiza, pois uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK renunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto pelos governos militares após 1964.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013, p.362-364.

## A CRISE INSTITUCIONAL NOS GOVERNOS DE QUADROS E GOULART

### Governo Jânio Quadros (1961)

O Processo de sucessão presidencial polarizou o debate político. Setores oposicionistas lançaram o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ). Jânio era um político de grande popularidade, sobretudo em São Paulo, onde era governador. Embora não fosse udenista, foi lançado pela UDN como candidato à sucessão de JK. Acusando o governo de uso indevido do dinheiro público, Jânio prometia acabar com a corrupção e com a inflação. Seus comícios sacudiam o país. Para enfrentar a oposição, o PSD, apesar das dificuldades, retomou a aliança com o PTB e lançou as candidaturas do marechal Henrique Teixeira Lott a presidente e de João Goulart, mais uma vez, a vice. Mas, como Jango era um candidato forte, e como os votos para presidente e vice-presidente eram desvinculados, o próprio Jânio passou a estimular em todo o país a criação de comitês Jan-Jan: Jânio para presidente e Jango para vice. O movimento Jan-Jan ganhou as ruas, e Jânio e Jango ganharam as eleições. Eleito por forças oposicionistas - UDN (União Democrática Nacional) enfrentou uma violenta crise econômico-financeira, herdada do governo anterior. A tentativa de moralização nas finanças, através de uma política de restrições, e a busca de uma política externa independente, revoltou mais ainda as forças da oposição. Sua tendência à aproximação com o bloco socialista e a condecoração oferecida a Ernesto Guevara são pontos críticos de uma crise que culminaria com a sua renúncia em agosto de 1961.

**Em 1961, tendo vencido o marechal Lott nas urnas, assumiu a Presidência o candidato da UDN Jânio Quadros. Sua plataforma foi a moralidade administrativa e, com isso, ganhou as simpatias da classe média urbana. Tornou-se uma espécie de líder carismático para elas. Era um novo representante populista em perspectiva. Para tais grupos sociais, Jânio foi a contrapartida da dissipação do período juscelinista. Uma vez no poder, Jânio adotou uma política interna de modo a agradar os conservadores e uma política externa visando atrair as simpatias progressistas. No aspecto financeiro, Jânio desvalorizou a moeda e cortou subsídios para determinadas importações. No aspecto do desenvolvimento econômico, procurou vincular-se aos interesses dos investimentos americanos, aderindo aos princípios da Aliança para o Progresso, do então presidente Kennedy. (...) Esta adesão traduziu-se num acordo que entraria em vigor em 1965 e que consistiu no fornecimento de garantias pelo governo brasileiro ao governo americano contra eventuais danos às companhias americanas instaladas em território nacional. O desejo de dar segurança a estas companhias decorreu do fato de serem de seus lucros que saíam os fundos destinados aos programas assistenciais da Aliança para o Progresso. (...) No que tange à política externa, Jânio Quadros procurou seguir uma linha independente ao apoiar Cuba e China, e condecorar o líder revolucionário "Che Guevara". (...) A tentativa janista de se equilibrar entre interesses extremos provocou críticas violentas, principalmente de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara. Como os militares não apoiaram o presidente em seu desejo de intervir na Guanabara, este renunciou em 25 de agosto de 1961, após sete meses de mandato. Tal como o suicídio de Getúlio, foi uma atitude drástica e inesperada, cujos motivos são até hoje objeto de discussão, embora se possa supor que Jânio Quadros, respaldado na popularidade que tinha em cuja força acreditava, pretendesse contar com ela para voltar ao poder. Enfim, a renúncia, vista por esse lado, não teria sido o gesto de um homem desiludido, mas uma tentativa esperta de um político que manobrava**

para capitalizar o apoio da massa e ter força para dar um golpe de Estado em função de seus objetivos próprios. (...). Se esse era efetivamente o plano de Jânio, ele falhou, visto que esse apoio popular não apareceu. Em parte, porque a renúncia apanhou o povo de surpresa e desmobilizado para tentar qualquer coisa. E em parte, porque o próprio Jânio já estava com sua imagem bastante desgastada ante a massa devido à incapacidade de controlar a inflação – o que desagradava à classe média – e à política de compressão salarial – prejudicial aos interesses da classe trabalhadora urbana.

---

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p.111-112.

---

Entre os muitos episódios que marcaram a vida de Che Guevara, seu encontro com o presidente Jânio Quadros é, talvez, um dos menos conhecidos ou documentados. Os relatos de seus biógrafos são coincidentes em sua brevidade e escassez de detalhes. Ainda assim, sua visita-relâmpago ao Brasil, em 1961, foi considerada por muitos polemistas da época e jornalistas sensacionalistas de plantão, como, possivelmente, a “gota d’água” para a renúncia de Jânio, naquele mesmo ano.

O então ministro das Indústrias de Cuba acabava de partir do Uruguai, após vários dias de acalorados debates na reunião do CIES (Conselho Interamericano Econômico e Social, um órgão da OEA), em Punta del Este, onde cumprira uma agenda cheia (naquele balneário e em Montevidéu) de discursos, reuniões políticas, coquetéis e entrevistas para a imprensa estrangeira. Guevara estava exausto, mas antes de retornar a Havana, ainda tinha dois compromissos importantes: encontrar-se secretamente com o presidente Frondizi, na Argentina e em seguida, partir para o Brasil, onde seria recebido pelo primeiro mandatário do país, Jânio Quadros.

O turbo-hélice quadrimotor Bristol Britannia, da Cubana de Aviación pousou na Base Aérea de Brasília às 23:30 horas, do dia 18 de agosto de 1961. Destacado para receber o revolucionário argentino, o então deputado federal José Sarney acabou não permanecendo no local para a sua chegada, por causa dos sucessivos atrasos no voo da delegação da ilha caribenha. Assim, a tarefa ficou a cargo do diplomata Carlos Alberto Leite Barbosa, que recepcionou o ilustre convidado e o levou imediatamente, junto com sua comitiva de 45 pessoas (vinte das quais eram seguranças), para o Brasília Palace Hotel, onde ocupariam um andar inteiro.

O Che demonstrava cansaço, especialmente porque no dia anterior sofrera um forte ataque de asma em Montevidéu. Passou parte da noite conversando em sua suíte com o então fotojornalista do jornal O Estado de S. Paulo, Raymond Frajmund, e um grupo de amigos, e depois foi descansar. Às seis horas da manhã, teria de levantar e seguir diretamente para a Praça dos Três Poderes, onde saudaria a bandeira e passaria em revista às tropas. Enquanto isso, vários oficiais da Guarda Presidencial, indignados com a presença do dirigente comunista, se rebelavam. Não queriam participar do evento programado. O clima era de tensão. Após grande esforço dos oficiais mais graduados, por toda a madrugada, a situação foi resolvida a tempo, e tudo transcorreu como planejado.

Eram sete horas da manhã quando Guevara, em seu tradicional uniforme verde-oliva, era recebido com honras militares. Mesmo aparentando certo desconforto com a cerimônia, ouviu os hinos nacionais dos dois países e bateu continência à bandeira, diante dos soldados enfileirados (os oficiais responsáveis pela tropa, por sua vez, se recusaram a se perfilar diante do Che). Dezoito minutos depois, já estava no Salão Verde do Palácio do Planalto, onde foi acolhido com entusiasmo por Jânio.

Aquela não era a primeira vez que os dois se encontravam. Jânio havia visitado Cuba no final de março e início de abril de 1960, a convite de Fidel, quando ainda era candidato à presidência. A delegação era composta, além do próprio Quadros, de sua mulher, filha e sogra, do coordenador da viagem, José Aparecido, do secretário particular, Augusto Marzagão, e de importantes escritores, jornalistas e políticos, como Fernando Sabino, Rubem Braga, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Afonso Arinos, Carlos Castello Branco, Márcio Moreira Alves, Villas-Boas Correa, Paulo de Tarso Santos, Francisco Julião, entre vários outros. Jânio varou uma noite inteira proseando com o Che em seu gabinete, ainda no Banco Nacional de Cuba.

Também se impressionou com seu interlocutor quando participava de uma recepção na Embaixada do Brasil em Havana. Enquanto Fidel, cauteloso, se esquivava de algumas perguntas, respondendo com evasivas, Guevara fez questão de declarar a Jânio, com todas as letras, que ele era “marxista-

leninista”, uma franqueza que impressionou bastante o visitante. Agora era a vez do Che visitar seu colega em Brasília.

A viagem de Guevara à capital brasileira fora decidida pouco tempo antes e era basicamente de “cortesia”, com caráter protocolar. Quando o Che ia à reunião da OEA, no Uruguai, fez breve escala no aeroporto do Rio de Janeiro, onde recebeu o convite de João Dantas, em nome de Jânio (há quem diga que o convite teria partido do então ministro Clemente Mariani). O encontro serviria, supostamente, para estreitar os laços de amizade entre os dois países. E também para discutir a situação e o destino de 168 exilados cubanos, que se encontravam na residência da Embaixada brasileira em Havana. O ato mais importante e simbólico da visita, contudo, seria a condecoração do Che com a “Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul”, a mais alta comenda do governo.

Na verdade, a decisão de condecorar Guevara foi abrupta. Como o Itamaraty (e sua divisão de cerimonial) na época ainda ficava no Rio (em Brasília só havia um escalão avançado, com o gabinete do chanceler), foi necessário mandar buscar, às pressas, a medalha na antiga capital. O chefe do cerimonial, Câmara Canto (mais tarde embaixador do Brasil no Chile, durante o golpe de Pinochet), providenciou para que fosse levada a tempo a Brasília, num Caravelle da Cruzeiro do Sul. Numa cerimônia com poucas pessoas, Jânio colocou a insígnia no “comandante” e seguiu então para uma conversa reservada com ele em seu gabinete.

O gesto, aparentemente singelo, foi considerado imperdoável para alguns setores das Forças Armadas. É verdade que outros dignitários cubanos já haviam recebido aquela comenda, anos antes, como Osvaldo Dorticós e Raúl Roa. Até mesmo o cosmonauta soviético Yuri Gagarin ganhara uma condecoração, a “Ordem do Mérito Aeronáutico”. Todos estes, durante o governo de Juscelino. Mas agora, as coisas eram diferentes. A situação, desta vez, não permitia tamanha ousadia. Os militares não perdoariam Jânio por isso. Alguns deles até ameaçaram devolver suas próprias condecorações em protesto.

O clima esquentara também com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Algumas horas antes da chegada do Che a Brasília, Lacerda se encontrara com Jânio e ficara extremamente irritado ao saber da condecoração. Ele iria entregar as chaves do Rio de Janeiro, logo depois, ao contra-revolucionário anticomunista cubano Manuel “Tony” Varona.

Após uma reunião fechada com Jânio, Guevara conversou com jornalistas e, junto com o encarregado de negócios de Cuba e alguns membros de sua delegação, foi para um almoço com o prefeito do Distrito Federal, Paulo de Tarso, na residência oficial do Riacho Fundo. Em seguida, deu uma volta de helicóptero sobre a capital e seguiu para a Base Aérea. Seu avião decolou às 15 horas com destino a Havana.

A visita do Che durou menos de dezesseis horas, mas passou como um furacão. A condecoração de Guevara foi a última solenidade de Jânio no Palácio do Planalto. Poucos dias depois, ele renunciava. Os militares, por sua vez, depois do golpe de 1964, em outro gesto simbólico, iriam retirar aquela comenda do famoso revolucionário.

PERICÁS, Luiz Bernardo. O encontro de Che Guevara e Jânio Quadros. Disponível em : <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=1118>

Figura 73: Jânio Quadros e Che Guevara no Brasil.



Autor desconhecido.

Segundo o historiador Boris Fausto:

O presidente vinha administrando o país sem contar com uma base de apoio. O PSD e o PTB dominavam o Congresso; Lacerda passara para a oposição, martelando suas críticas a Jânio com a mesma veemência com que o apoiara. A UDN tinha várias razões de queixa. O presidente agia

praticamente sem consultar a liderança udenista no Congresso. Além disso, a política externa independente causava preocupações, assim como a simpatia presidencial pela reforma agrária.

Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda – que tinha sido eleito governador da Guanabara – fez um discurso, transmitido pelo rádio, denunciando uma tentativa de golpe janista articulado pelo ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta. Estranhamente, teria sido convidado a aderir a ele. Pedroso Horta negou a acusação. Logo no dia seguinte, Jânio renunciou à presidência da República, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.

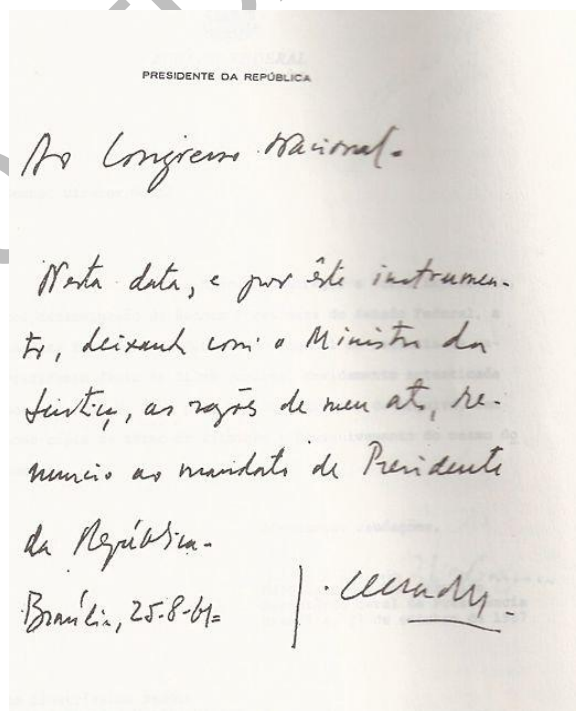
A renúncia não chegou a ser esclarecida. O próprio Jânio negou-se a dar uma versão clara dos fatos, aludindo sempre às “forças terríveis” que o levaram ao ato. A hipótese explicativa mais provável combina os dados de uma personalidade instável com um cálculo político equivocado. Segundo essa hipótese, Jânio esperava obter com uma espécie de “tentativa de renúncia” maior soma de poderes para governar, livrando-se até certo ponto do Congresso e dos partidos. Ele se considerara imprescindível para o Brasil como presidente. Acaso os conservadores e os militares iriam querer entregar o país a João Goulart?

Em novembro de 1959 Jânio renunciara à sua candidatura, obrigando os partidos que o apoiavam a pedir reconsideração de seu gesto. Voltou à campanha, com as mãos mais livres. Agora porém o ato de renúncia à presidência da República resultaria em um desastre, não só para ele como principalmente, para o país.

Logo após renunciar Jânio partiu apressadamente de Brasília e desceu em São Paulo, no Aeroporto Cumbica, que era então uma base militar. Aí recebeu um apelo de governadores dos Estados, entre os quais se encontravam Carvalho Pinto, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, para que reconsiderasse seu gesto. Afora isso, não houve nenhuma outra ação significativa pelo retorno do presidente. Cada grupo tinha razões de queixa contra ele e começava a tomar pé na nova situação. Como renúncias não são votadas e sim simplesmente comunicadas, o Congresso tomou apenas conhecimento de Jânio. A partir daí, a disputa pelo poder começou.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.440-442.

Figura 74: Carta-renúncia de Jânio Quadros.



Carta-renúncia de Jânio Quadros. Obra do próprio.

**Figura 75: João Goulart foi o último presidente da República Populista. O famoso comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964 não foi bem aceito pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Em poucos dias ocorreria a intervenção militar.**



Créditos: <http://upassos.wordpress.com/2011/04/18/o-discurso-de-brizola-no-comicio-da-central-do-brasil-13-de-marco-de-1964/>

A posse de João Goulart, então em visita oficial à China, seria o desdobramento legal da renúncia de Jânio Quadros. No próprio dia 25 de agosto ocorreram as primeiras manifestações populares. Impedido de tomar posse de imediato, em virtude das acusações de chefes militares, de que estava comprometido com comunistas. Esse fato quase levou o país a uma guerra civil, pois Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, organizou a Campanha da Legalidade.

**Em agosto de 1961, ele se tornaria conhecido nacionalmente. Diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, os três ministros militares vetaram a posse do vice, João Goulart. Brizola deu então início ao movimento conhecido como Campanha da Legalidade. Para mobilizar o país pela posse de Jango, instituiu a Cadeia Radiofônica da Legalidade, que alcançou 150 rádios no Brasil e no exterior em transmissões feitas do próprio Palácio Piratini, sede do governo gaúcho.**

Cerca de 45 mil voluntários se apresentaram para lutar. Brizola os armou com fuzis, metralhadoras e munições da Brigada Militar, além de mil revólveres requisitados no comércio. Um confronto parecia iminente. Na manhã de 28 de agosto, o governo gaúcho interceptou ordens do ministro da Guerra, general Odílio Denys (1892-1985), para que o comandante do III Exército, general Machado Lopes (1900-1990), bombardeasse o Palácio Piratini. Brizola discursou na Rede da Legalidade: "Se ocorrer a eventualidade do ultimato, ocorrerão, também, consequências muito sérias. Porque nós não nos submeteremos a nenhum golpe. A nenhuma resolução arbitrária. Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, neste Palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo. Esta rádio (...) não será silenciada sem balas".

Àquela altura a campanha conquistara boa parte da sociedade brasileira. Organizações de trabalhadores, estudantes, empresários, advogados, jornalistas, a Igreja Católica e partidos políticos exigiam o cumprimento da Constituição. Quando o comandante do III Exército também apoiou a posse de Goulart, os ministros militares cederam, não sem antes negociar uma "saída honrosa": a implantação do parlamentarismo – na prática, Jango tomaria posse, mas não governaria.

João Goulart aceitou a condição. Seu plano era pacificar o país e lutar pelo retorno do presidencialismo. Brizola discordava. Para ele, o Congresso perdera a legitimidade ao instituir o parlamentarismo durante a madrugada. Defendia uma atitude extrema: Jango deveria marchar até Brasília com as tropas do III Exército, assumir a Presidência, dissolver o Congresso por violar a Constituição e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.

A solução para sua posse foi a instauração do Ato Adicional de setembro de 1961, estabelecendo o Parlamentarismo. Nesse sistema, é o Presidente do Conselho de Ministros que se ocupa da política governamental. As crises que se sucedem a partir do estabelecimento do novo regime, pois a Câmara dos Deputados não aceitava as indicações para Primeiro Ministro, levou à realização de um plebiscito em janeiro de 1963, restabelecendo o Presidencialismo.

Jango lutou pelas reformas de base e foi duramente acusado de continuar o programa de Vargas.

**(...) O parlamentarismo de emergência durou instavelmente de 1961 a 1963, quando foi abolido por um plebiscito, o qual estabeleceu a volta do presidencialismo. (...). A supressão do parlamentarismo significou a volta dos poderes habituais e originalmente previstos para Goulart e essa vitória de um homem comprometido com a causa do populismo nacionalista e reformista levou a situação política brasileira a um clima de radicalização de posições. Os conservadores, financiados pelo capitalismo norte-americano e contando com o respaldo de apoio do Alto Comando Militar, utilizavam-se, de parte da imprensa e de organismos como o IBAD e IPES para desenvolver sua ação política. Entre esses conservadores, devem ser citados os partidos políticos PRP e UDN e figuras de proa como os governadores estaduais Lacerda e Ademar de Barros. (...). À sombra do comprometimento oficial multiplicavam-se, do outro lado, os grupos que exigiam reformas sociais e nacionalistas e trabalhavam para obter a difícil conscientização coletiva. Esse populismo evoluía de maneira rápida e desordenada e chegou até o campo, através das Ligas Camponesas de Francisco Julião. Tal como o lado direita, também o setor da esquerda tinha apoio de partidos (PTB, PCB) e de governadores estaduais (Miguel Arraes e Leonel Brizola). Faltava a ela, entretanto, o importante apoio militar. (...). Além disto, as divisões internas de esquerda criavam grande confusão e reduziam a eficácia do trabalho de conscientização e mobilização coletiva com vistas às reformas necessárias ao país. (...). Nos começos de 1964, a inflação e a instabilidade interna atingiram índices insustentáveis. O governo Goulart, que já não controlava lado nenhum, tentou uma aproximação definitiva com o setor progressista, assinando, em comício público, em 13 de março, uma série de decretos determinando reformas radicais como a nacionalização das refinarias e a reforma agrária. Essa atitude significava passar por cima do Congresso Nacional e suas prerrogativas legislativas e decisórias. A fissura institucional e a aparente adesão de Goulart à causa do reformismo nacionalista e social fizeram com que os setores conservadores civis e militares se unissem para conspirar. O presidente acreditava de seu lado, ter o apoio popular. Todavia, o povo, tal como em 1937, 1945, 1954 e 1961, não estava mobilizado. Além disso, a classe média urbana organizou passeatas em São Paulo e outras capitais "em nome de Deus, da Família e da Liberdade", num evidente repúdio às intenções populares e reformistas do governo, o que mais ainda animou os que preparavam o golpe.**

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p.113-114.

**Sob essa ampla denominação de "reformas de base" estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. O carro-chefe das reformas era, sem dúvida, a reforma agrária que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais. Em discurso por ocasião do encerramento do 1º Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961, João Goulart, afirmou que não só era premente a realização da reforma agrária, como também declarou a impossibilidade de sua efetivação sem a mudança da Constituição brasileira que exigia indenização prévia em dinheiro para as terras desapropriadas. No entanto, a aceitação da mudança da constituição encontrava forte resistências por parte dos setores mais conservadores do próprio governo. Para enfrentar tais dificuldades, Goulart criou em 1962 o Conselho Nacional de Reforma Agrária, mas essa iniciativa não teve nenhum resultado prático. Durante todo o governo parlamentarista a agenda das reformas não avançou. Com o restabelecimento do presidencialismo em janeiro de 1963 e a ampliação dos poderes de Goulart, a implementação das reformas tornava-se urgente. Novamente a reforma agrária voltava ao centro do debate político. No primeiro semestre de 1963, Goulart apresentou às lideranças políticas para**

debate, um anteprojeto de reforma agrária que previa a desapropriação de terras com título da dívida pública, o que forçosamente obrigava a alteração constitucional. Uma segunda iniciativa para agilizar a agenda das reformas foi o encaminhamento de uma emenda constitucional que propunha o pagamento da indenização de imóveis urbanos desapropriados por interesse social com títulos da dívida pública. Essas propostas, no entanto, não foram aprovadas pelo Congresso Nacional, o que provocou forte reação por parte dos grupos de esquerda. O fortalecimento dos movimentos populares, concretizado através do aumento do poderio dos trabalhadores urbanos e da crescente organização das massas rurais, intensificou as pressões sobre o governo para a implementação das reformas. A eclosão, em setembro de 1963, da Revolta dos Sargentos – movimento que reivindicava o direito de que os chamados graduados das forças armadas (sargentos, suboficiais e cabos) exercessem mandato parlamentar em nível municipal, estadual ou federal, o que contrariava a Constituição de 1946 - foi mais um fator para a polarização política e para denunciar a urgência das reformas de base. O ano de 1964 iniciou-se com o virtual isolamento de Jango e com o esgotamento das negociações com o Partido Social Democrático (PSD) e as forças mais conservadoras, para implementar a agenda do governo. Neste quadro, a nova estratégia de Goulart foi organizar uma ofensiva política apoiada pelos principais grupos de esquerda para garantir o apoio às reformas de base. O plano de ação era o seu comparecimento a uma série de grandes comícios nas principais cidades do país, a fim de mobilizar a maioria da população brasileira em favor das reformas.

FERREIRA, Marieta de Moraes. As reformas de base. Disponível em:  
[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base)

(...) Desde o início de março, setores das classes médias e da burguesia sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da propriedade, da fé religiosa e da moral, saíram às ruas em diversas capitais a fim de pedir o *impeachment* do governo federal. Entre as manifestações civis destacou-se a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", realizada em São Paulo, no dia 19 de março, reunindo cerca de 500 mil pessoas. Organizada por movimentos femininos – com a inteira colaboração do governo do estado e de São Paulo, setores da Igreja Católica, da FIESP, da Sociedade Rural Brasileira -, a Marcha foi cerrada com eloqüentes discursos de deputados do PSD e da UDN contra o governo Goulart. Como observou um estudioso, tais demonstrações públicas tinham o propósito de "criar clima sócio-político favorável à intervenção militar, bem como de incitar diretamente as forças armadas ao golpe de Estado" (Décio Saes, "Classe Média e Política, *In: Brasil Republicano*, vol. 3) Estas manifestações civis – onde praticamente era inexistente a presença popular e operária – nunca foram "espontâneas"; além de se inspirarem em campanhas anticomunistas realizadas em outros países, sempre foram estimuladas e incentivadas pelos conspiradores na área militar. (...). Apesar de ter sido precipitada pelo comício do dia 13, a intervenção das Forças Armadas, na verdade, vinha sendo preparada desde os primeiros dias em que Goulart tomara posse no regime parlamentarista. Se naquela ocasião era reduzido o número dos "conspiradores de primeira hora", vários acontecimentos ocorridos no período, envolvendo as forças armadas (Revolta dos Sargentos; Estado de Sítio; atritos entre oficiais e setores políticos nacionalistas; freqüentes substituições de ministros militares no governo; etc.), contribuíram para aumentar o quadro de descontentes. Na perspectiva da alta oficialidade militar, no País e no interior da corporação vinham sucedendo-se "situações intoleráveis": "quebra da disciplina e da hierarquia", "subversão da lei e da ordem", "crise da autoridade", "caos administrativo". A conspiração nos meios militares, inicialmente desarticulada e dispersa em várias "células de oficiais", conseguiu unificar-se mediante a liderança do gal. Castelo Branco, empossado na chefia do Estado-Maior do Exército em setembro de 1963. (...). Uma semana após o comício do dia 13, num memorando de caráter reservado à alta hierarquia do Exército, o gal. Castelo Branco fazia graves considerações sobre a situação político-institucional do país. Neste documento advertia-se para o período representado pela convocação de uma Constituinte ("a ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso" que implicaria a "instituição de uma ditadura síndico-comunista") e para o desencadeamento de "agitações generalizadas do ilegal poder do CGT". A retirada do apoio militar ao governo Goulart foi sintetizada no seguinte trecho: "o meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e aplicação da lei". Aqui estava a senha para o início da ofensiva na área militar. No entanto, a data para a deflagração do movimento visando à derrubada do governo Goulart ainda não tinha sido decidida pelos altos comandos militares. Nesta

altura, julgava-se que o consenso quanto à “solução cirúrgica” ainda não tinha sido conseguido no interior da alta oficialidade. Além dos “moderados” ou “legalistas”, falava-se na existência de um “sólido dispositivo militar” de sustentação do governo. (...). Uma nova revolta no seio dos setores subalternos das Forças Armadas contribuiu pra que o problemático consenso fosse imediatamente alcançado. Foi a chamada “Revolta dos Marinheiros”. No dia 26 de março, mais de 1 000 marinheiros e fuzileiros navais reuniam-se no Sindicato dos Metalúrgicos (Guanabara), a fim de comemorar o segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Um contingente de fuzileiros navais, enviado para prender os manifestantes insubordinou-se e solidarizou-se com seus camaradas revoltosos. Tendo como intermediário o CGT, o governo convenceu os rebeldes a se entregarem, levando-os presos a um quartel. Contudo, em poucas horas estes saíram livres, anistiados pelo novo ministro da Marinha. (Comentou-se que este oficial tinha sido escolhido por Goulart, algumas horas antes, a partir de uma lista elaborada pelo “ilegal CGT”) A sublevação dos marinheiros, a anistia e a nomeação do novo ministro atingiram a alta oficialidade das forças armadas como uma “verdadeira bomba”. O Clube Militar e o Clube Naval denunciaram com veemência o “ato de indisciplina acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia”. Estava, assim, selada a sorte de Goulart.

TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: brasiliense, 1994. P.89-90.

“Em 1964, em meio às tensões sociais e à pressão externa, precipitaram-se os acontecimentos. Em 13 de março, o presidente discursou na Central do Brasil para 150 mil pessoas, anunciando reformas como a encampação das refinarias particulares de petróleo. Em 19 de março, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a Sociedade Rural Brasileira (SBR), entre outras entidades. A marcha tinha como objetivo mobilizar a opinião pública contra a política desenvolvida pelo governo de Jango, que conduziria, de acordo com seus opositores, à implantação do comunismo no Brasil. Em 25 de março ocorreu a Revolta dos Marinheiros, quando marinheiros e fuzileiros navais contrariaram ordens do ministro da Marinha e foram, posteriormente, anistiados por Goulart, acirrando as tensões entre seu governo e setores militares. No dia 30 de março, o presidente compareceu a uma reunião de sargentos, discursando em prol das reformas pretendidas pelo governo e invocando o apoio das forças armadas. Em 31 de março de 1964, o comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. A despeito de algumas tentativas de resistência, o presidente Goulart reconheceu a impossibilidade de oposição ao movimento militar que o destituiu. O novo governo foi reconhecido pelo presidente norte-americano, Lyndon Johnson, poucas horas após tomar o poder.”

Fonte: Os presidentes e a República – Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.124.

## 2. DITADURA CIVIL-MILITAR

### I. AS REFORMAS DE BASE E A INTERVENÇÃO MILITAR

#### Os Atos Institucionais.

Em 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu, a presidência da República, por ocasião do golpe político-militar que depôs o presidente João Goulart. Apesar disso, o poder de fato passou a ser exercido por uma junta, autodenominada Comando Supremo da Revolução, composta pelo general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker Grünwald e brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. O regime instaurado com o golpe de 1964 apresentava-se como uma intervenção militar de caráter provisório, que pretendia reinstaurar a ordem social e retomar o crescimento econômico, contendo o avanço do comunismo e da corrupção.

**No dia 9 de abril, o Comando Supremo baixou o ato institucional nº 1 (A-I-1). Redigido pelo jurista Francisco Campos, o ato estabelecia: eleições indiretas para presidente da República; suspensão temporária da estabilidade dos funcionários públicos; suspensão da imunidade parlamentar e cassação de mandatos eletivos; suspensão dos direitos políticos por dez anos; fortalecimento do poder do presidente da República, que poderia apresentar projetos de lei e emendas constitucionais que deveriam ser votadas em trinta dias, do contrário seriam aprovadas por decurso de prazo; e decretação do estado de sítio sem aprovação parlamentar.**



Após o golpe, iniciaram-se as perseguições políticas, com a queima do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), o empastelamento da sede do jornal Última Hora, que apoiava João Goulart, e a intervenção em sindicatos e federações de trabalhadores. Ainda no mês de abril, soldados invadiram a Universidade de Brasília, prendendo professores e alunos, e foi decretada a intervenção na universidade; cerca de cem pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos com base no AI-1; oficiais militares foram transferidos para a reserva; e efetuaram-se novas cassações de civis e militares. No mesmo mês, instaurou-se o Inquérito Policial Militar (IPM), que possibilitava a perseguição aos adversários do regime.

Obedecendo ao calendário eleitoral estipulado pelo AI-1, no dia 11 de abril o Congresso elegeu o marechal Castelo Branco como presidente da República e José Maria Alkmin, do Partido Social Democrático (PSD), como vice-presidente. Em 15 de abril de 1964, com a posse de Castelo Branco, iniciou-se uma longa sucessão de governos militares no país.

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.129-130.

## GOVERNO CASTELO BRANCO

Figura 76: Soldados protegendo o Palácio da Guanabara durante o Golpe de Estado no Brasil em 1964, em 31 de março.



Créditos: Arquivo Nacional.

### Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, em 20 de setembro de 1897. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada, na Escola de Estado-Maior e na Escola de Aviação Militar. Integrou a Seção de Planejamento e Operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Foi subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), comandante da Escola de Estado-Maior e diretor do departamento de estudos da Escola Superior de Guerra (ESG). Promovido a general-de-exército (1962), foi nomeado comandante do IV Exército, em Recife (1962-1963), e designado chefe do Estado-Maior do Exército (1963-1964). Foi um dos principais articuladores do golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de abril de 1964. Faleceu no Ceará, em 18 de julho de 1967, em acidente aéreo.

### Período presidencial

O governo de Castelo Branco foi marcado pela criação de um aparato legal que procurou legitimar o progressivo endurecimento do regime. As sucessivas manifestações de oposição ao governo resultaram em intervenção em sindicatos, extinção de entidades de representação estudantis, invasão de universidades, detenções e prisões indiscriminadas. Para muitos, a saída foi o exílio. Uma das primeiras medidas do governo foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba, assinalando a mudança de orientação da política externa brasileira, que passaria a buscar apoio econômico, político e militar nos Estados Unidos. Em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão encarregado das atividades de informação e contrainformação no interesse da segurança nacional. Em julho, foi aprovada a emenda constitucional no 9, que prorrogou o mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967. Mantida a eleição direta para governador de estado em 3 de outubro de 1965, a oposição venceu na Guanabara e Minas Gerais, provocando uma reação do governo.

**Novos atos institucionais foram promulgados, ampliando os poderes do Executivo: o AI-2, em 27 de outubro de 1965, que instituiu eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República, a extinção dos partidos políticos e o julgamento de civis por tribunais militares; o ato complementar nº 4 (AC-4), de 20 de novembro de 1965, que estabeleceu novas regras para a reorganização partidária e impôs a formação de somente duas agremiações, que foram organizadas no prazo previsto, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição; o AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, que determinava eleições indiretas para o governo dos estados e a indicação dos prefeitos das capitais**

**pelos governadores; e o AI-4, de 7 de dezembro de 1966, que convocava o Congresso Nacional para votar a nova Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967.**

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.134.

Segundo o historiador Boris Fausto:

**O AI-2 reforçou ainda mais os poderes do presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar atos complementares ao ato, bem como decretos-leis em matéria de segurança nacional. O governo passou a legislar sobre assuntos relevantes através de decretos-leis, ampliando até onde quis o conceito de segurança nacional existentes. Mas a medida mais importante do AI-2 foi a extinção dos partidos políticos existentes. Os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas. Desse modo, deixaram de existir os partidos criados o fim do Estado Novo que, bem ou mal, exprimiam diferentes correntes da opinião pública. A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que agrupava os partidários do governo, e o Movimento Democrático brasileiro (MDB), que reunia oposição. A maior parte dos políticos que se filiaram à Arena tinha pertencido à UDN e em número quase igual ao PSD; o MDB foi formado por figuras do PTB, vindo a seguir o PSD.**

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p. 474-475.

Na área econômica, foi implementado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de conter a inflação, retomar o crescimento econômico e normalizar o crédito. Em 1964, destacaram-se a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central.

**Nesse mesmo ano, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), com o objetivo de promover a construção e a aquisição de moradias pelas classes de menor renda. Em setembro de 1966, o governo instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu a estabilidade do trabalhador no emprego, e em novembro, unificou os institutos de aposentadoria e pensões, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).**

**Em janeiro de 1967 entrou em vigor a nova Constituição federal, que seria duramente criticada nos meios políticos e praticamente derrogada, em dezembro de 1968, pelo ato institucional no 5. Em fevereiro de 1967 foi baixado o decreto que autorizou a entrada em circulação do cruzeiro novo, a nova unidade monetária e, em março, entraram em vigor duas importantes leis que definiram os limites do novo regime: a Lei de Imprensa, que restringia a liberdade de expressão, e a Lei de Segurança Nacional, que definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social.**

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.133-135.

## II. GOVERNO COSTA E SILVA

### Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Taquari, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de outubro de 1899. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada e na Escola de Estado-Maior do Exército. Integrou o movimento tenentista (1922), tendo sido preso e anistiado. Em 1932 aliou-se às forças que lutaram contra a revolução constitucionalista de São Paulo. Foi adido militar junto à embaixada do Brasil na Argentina (1950-1952). Promovido a general-de-divisão (1961), assumiu o comando do IV Exército, em Recife (1961-1962). Foi um dos principais articuladores do golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, e integrou o Comando Supremo da Revolução, ao lado do brigadeiro Correia de Melo e do almirante Augusto Rademaker. Ministro da Guerra durante o governo Castelo Branco (1964-1966), desincompatibilizou-se do cargo para candidatar-se às eleições indiretas na legenda da Arena. Em 3 de outubro de 1966, Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente pelo Congresso Nacional, com a abstenção de toda a bancada do MDB, partido opositor. Em 15 de março de 1967 foi empossado na presidência, e em agosto de 1969 afastou-se do cargo em virtude de uma trombose cerebral, sendo substituído por uma junta militar. Faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1969.

### Período presidencial

Os dois primeiros anos do governo Costa e Silva foram de intensa atividade política, pois crescia o movimento de oposição ao regime militar. O Partido Comunista Brasileiro, reunido em seu VI Congresso, condenou a opção pela luta armada como forma de combate ao governo, dando origem a várias dissidências na esquerda brasileira. Em 1967 foi descoberto o foco de guerrilha rural na serra de Caparaó, Minas Gerais. Políticos de diferentes tendências formaram a Frente Ampla, sob a liderança de Carlos Lacerda e com o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart. De caráter opositor, a Frente Ampla propunha a luta pela redemocratização, anistia, eleições diretas para presidente e uma nova constituinte.

**O ano de 1968 foi marcado pela intensificação dos protestos e a imediata reação do governo. As manifestações estudantis, que denunciavam a falta de verbas para educação e se opunham ao projeto de privatização do ensino público, ganharam nova dimensão com a morte do estudante secundarista Edson Luís, em conflito com a Polícia Militar no Rio de Janeiro. Em resposta, houve uma greve estudantil nacional, comícios e manifestações urbanas com a participação de amplos setores da sociedade, cujo ponto alto foi a Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro. O ambiente político tornou-se ainda mais tenso, e em abril o governo proibiu a Frente Ampla, tornando ilegal suas reuniões, manifestações e publicações. No movimento trabalhista ocorreram duas importantes greves, em Contagem (MG) e Osasco (SP), com a intervenção do governo no sindicato dos metalúrgicos desta cidade. Em outubro, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou um congresso clandestino em Ibiúna (SP), que, descoberto, resultou na prisão dos líderes estudantis.**

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.140-141.

Segundo o historiador Boris Fausto:

**1968 não foi um ano qualquer. Em vários países, os jovens se rebelaram, embalados pelo sonho de um mundo novo. Nos Estados Unidos, houve grandes manifestações contra a Guerra do Vietnã; na França, a luta inicial pela transformação do sistema educativo assumiu tal amplitude que chegou a ameaçar o governo De Gaulle. Buscava-se revolucionar todas as áreas do comportamento, em busca de liberação sexual e da afirmação da mulher. As formas políticas tradicionais eram vistas como velharias e esperava-se colocar "a imaginação no poder". Esse clima, que no Brasil teve efeitos visíveis no plano da cultura em geral e da arte, especialmente da música popular, deu também impulso à mobilização social. Era um árduo caminho colocar "a imaginação no poder", em um país submetido a uma ditadura militar. O catalisador das manifestações de rua em 1968 foi a morte de um estudante secundarista. Edson Luís foi morto pela Polícia Militar durante um pequeno protesto realizado no Rio de Janeiro, no mês de março durante um pequeno protesto realizado no Rio de Janeiro, no mês de março, contra a qualidade da alimentação fornecida aos estudantes pobres no restaurante Calabouço. Seu enterro e a missa rezada na igreja da Candelária foram**

acompanhados por milhares de pessoas. A indignação cresceu com a ocorrência de novas violências.

Esses fatos criaram condições para uma mobilização mais ampla, reunindo não só os estudantes como setores representativos da Igreja e da classe média do Rio de Janeiro. O ponto alto da convergência dessas forças que se empenhavam na luta pela democratização foi a chamada passeata dos 100 mil, realizada a 25 de junho de 1968.

Ao mesmo tempo, ocorreram duas greves operárias agressivas – as de Contagem, perto de Belo Horizonte, e de Osasco, na Grande São Paulo. A greve de Contagem começou quando 1700 operários da Siderúrgica Belgo-Mineira paralisaram o trabalho e tomaram seus diretores como reféns. Em uma semana, havia 15 mil trabalhadores parados, exigindo um aumento salarial de 25%. Após cerca de dez dias, um acordo pôs fim ao movimento.

A greve de Osasco (julho de 1968) teve características diferentes. Enquanto a de contagem foi até certo ponto espontânea, a de Osasco resultou de um trabalho conjunto de trabalhadores e de estudantes, começando com a ocupação da Cobrasma. A prova de força com o governo, tendo a greve como instrumento, de mau resultado. O Ministério do Trabalho interveio no Sindicato dos Metalúrgicos, forçando seu presidente José Ibraim a optar pela clandestinidade. Pesado aparato militar realizou com violência a desocupação da Cobrasma.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p. 477-478.

Ocorreram as primeiras ações da guerrilha urbana em São Paulo, com a explosão de uma bomba no consulado americano, o assalto a um trem pagador em Jundiaí e o roubo de armas do hospital militar do Cambuci. Em setembro, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, discursou na Câmara dos Deputados, responsabilizando os militares pelas violências praticadas contra os estudantes. Seu pronunciamento foi considerado ofensivo às forças armadas e resultou no pedido de cassação de seu mandato pelo governo, negado pela Câmara dos Deputados em 13 de dezembro de 1968. A derrota do governo no episódio Moreira Alves e a intensificação das manifestações contra o regime militar levaram à promulgação, ainda em 13 de dezembro, do ato institucional nº 5 (AI-5), que ampliou os poderes presidenciais, possibilitando: o fechamento do Legislativo pelo presidente da República, a suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais, a intervenção federal em estados e municípios, a demissão e aposentadoria de funcionários públicos, entre outras medidas. O fechamento do Congresso foi acompanhado pela cassação de diversos parlamentares.

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.141-142.

Segundo o historiador Boris Fausto:

**O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro das revolução ou, se quiserem, de uma contra-revolução dentro da contra-revolução. Ao contrário dos atos anteriores, não tinha prazo de vigência e não era, pois, uma medida excepcional transitória. Ele durou até o início de 1979.**

**O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso. Podia além disso intervir nos Estados e municípios, nomeando interventores. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos.**

**Desde o AI-2, tribunais militares vinham julgando civis acusados da prática de crimes contra a segurança nacional. Pelo AI-5, ficou suspensa a garantia de habeas corpus aos acusados desses crimes e das infrações contra a ordem econômica e social e a economia popular.**

**A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários (...)**

**Na área econômica, o período foi de crescimento, conciliando expansão industrial, facilidade de crédito, política salarial contencionista e controle da inflação em torno de 23% ao ano. No campo administrativo, o governo criou, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e transformou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em Fundação Nacional do Índio (Funai). Foram criadas ainda a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM).**

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.139-142.

### III. JUNTA MILITAR

Em 30 de agosto de 1969, Artur da Costa e Silva foi afastado da presidência da República, em virtude de uma trombose cerebral. Como o Alto Comando das Forças Armadas temesse a reabertura do Congresso e a suspensão dos atos institucionais em vigor, foi editado em 31 de agosto o ato institucional no 12 (AI-12), que impedia a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, sucessor natural de Costa e Silva, e dava posse à junta militar composta pelos ministros Augusto Hamann Rademaker Grunewald, da Marinha, Aurélio de Lira Tavares, do Exército, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica. O Congresso manteve-se fechado e a situação política foi agravada com o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick por militantes das organizações clandestinas Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1969. As condições impostas pelos sequestradores para libertar o embaixador foram aceitas pelo governo e 15 presos políticos, libertados e conduzidos para o México. O governo intensificou as medidas repressivas e editou o AI-13 e o AI-14. O primeiro ato estabeleceu a pena de banimento em caso de ameaça à segurança do Estado, e o segundo instituiu a pena de morte e a prisão perpétua para os casos de guerra revolucionária ou subversiva. Em outubro, a junta editou o AI-16, que declarava extinto o mandato do presidente Costa e Silva e de seu vice Pedro Aleixo, estabelecendo, ainda, um calendário para a nova eleição presidencial. O AI-17 transferiu para a reserva os militares considerados ameaçadores à coesão das forças armadas, o que foi interpretado como um golpe naqueles que resistiam à indicação do general Emílio Garrastazu Médici à presidência da República. A junta editou também a emenda constitucional no 1, que incorporava à Carta de 1967 o AI-5 e os atos que lhe sucederam, organizando assim todo o aparato repressivo e punitivo do Estado, e acirrando o embate entre o governo e os movimentos de esquerda. Em 22 de outubro, o Congresso Nacional foi reaberto para eleger os novos presidente e vice-presidente, Garrastazu Médici e Rademaker Grunewald, respectivamente.

#### Dados biográficos

**Augusto Hamann Rademaker Grunewald, almirante. Militar, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1905. Participou do movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart. Integrou, ao lado do general Costa e Silva e do brigadeiro Correia de Melo, a junta militar autodenominada Comando Supremo da Revolução que, juntamente com o presidente interino Ranieri Mazzili, governou o país até a posse de Castelo Branco. Foi ministro da Marinha e da Viação e Obras Públicas, nos primeiros dias do governo de Castelo Branco. Com a posse de Costa e Silva na presidência da República, reassumiu o cargo de ministro da Marinha (1967-1969). Através de eleição indireta, em 30 de outubro de 1969 passou a exercer o cargo de vice-presidente da República no governo de Emílio Garrastazu Médici. Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1985. Márcio de Sousa e Melo, brigadeiro. Militar, nascido na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, em 26 de maio de 1906. Foi adido militar em Buenos Aires e em Montevidéu. Nomeado ministro da Aeronáutica em 1964, permaneceu apenas 22 dias no cargo, exonerando-se por divergências com o presidente Castelo Branco. Foi novamente ministro da Aeronáutica durante os governos Costa e Silva e Garrastazu Médici, exonerando-se do cargo em 26 de novembro de 1971. Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1991. Aurélio de Lira Tavares, general. Militar, nascido na cidade de Paraíba, atual João Pessoa, no estado da Paraíba, em 7 de novembro de 1905. Serviu no Estado-Maior do Exército (1943), tendo sido encarregado de organizar a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Durante o governo Castelo Branco foi comandante do IV Exército; em 1966, passou a comandar a Escola Superior de Guerra (ESG) e, durante o governo Costa e Silva, assumiu o Ministério do Exército (1967-1969). Em abril de 1970 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e, em junho, foi nomeado embaixador do Brasil na França, cargo que ocupou até dezembro de 1974. Faleceu em 18 de novembro de 1998.**

## IV. O MILAGRE ECONÔMICO

### Governo Médici

#### Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Bagé, estado do Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1905. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada. Tenente do 12o Regimento de Cavalaria, em Bagé, apoiou a Revolução de 1930 e, em 1932, aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, apoiou o golpe de 1964 que depôs o presidente João Goulart. Nomeado adido militar em Washington, exerceu também a função de delegado brasileiro na Junta Interamericana de Defesa Brasil-Estados Unidos. Foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1967 e comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, em 1969. Com o afastamento de Costa e Silva, teve seu nome indicado pelo Alto Comando do Exército à sucessão presidencial. Através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 30 de outubro de 1969. Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1985.

#### Período presidencial

Com a posse do presidente Médici, entrou em vigor a emenda constitucional nº 1, que se denominou "Constituição da República Federativa do Brasil" e incorporou as medidas de exceção previstas no ato institucional no 5 (AI-5). O período foi marcado pelo recrudescimento da repressão política, da censura aos meios de comunicação e pelas denúncias de tortura aos presos políticos. A esquerda intensificou sua ação, com várias organizações optando pela luta armada. Durante o governo Médici, foram combatidos dois focos de guerrilha rural: Ribeira, em São Paulo, e Araguaia, no Pará. Verificou-se também a intensificação da guerrilha urbana, com assaltos a bancos, sequestro de aviões e de diplomatas estrangeiros. Em resposta à radicalização das organizações armadas de esquerda, o governo transferiu o comando das operações repressivas para a recém-criada Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo, que passou a se chamar Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) e coordenava as atividades dos Departamentos de Operações e Informações (DOIs). O aparato repressivo do governo contava, ainda, com os centros de informação das forças armadas: o Ciex, do Exército, o Cenimar, da Marinha, e o Cisa, da Aeronáutica. Nesse período, assistiu-se à desestruturação das organizações de esquerda, com a prisão, exílio ou morte de seus principais líderes. Na área econômica, numa conjuntura internacional favorável, observou-se o chamado "milagre brasileiro", que consistiu na grande expansão da economia brasileira, expressa no vertiginoso crescimento do PIB, na estabilização dos índices inflacionários, na expansão da indústria, do emprego e do mercado interno.

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.150.

(...) Na realidade, o crescimento da economia brasileira entre 1969 e 1973 nada tinha de milagroso. O período Médici representou a consolidação da expansão capitalista nos moldes que já vinham se delineando, contando com as bases econômicas e políticas anteriormente implantadas e com a recuperação da economia mundial a partir de 1967-68. (...). O que se convencionou chamar de "milagre" tinha a sustentá-lo três polares básicos: o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política; a ação do Estado garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos. (...). O arrocho salarial e a intensificação da exploração do trabalho foram os elementos básicos para a grande acumulação de capitais. Desde 1964, era o governo que fixava os índices anuais de reajustes salariais com base em cálculos da inflação passada, ficando os salários cada vez mais abaixo da inflação e da produtividade reais. O controle total sobre a política econômica e a circulação de informações permitia ao governo anunciar índices de inflação reais, rebaixando ainda mais os reajustes salariais, como o caso flagrante ocorrido em 1973 com Delfim Neto como ministro da Fazenda. (...). Além do arrocho salarial, contou-se com a implantação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), instituído em 1966, que eliminou a estabilidade no emprego e facilitou aos empresários demitirem, aumentando assim a rotatividade e a insegurança dos trabalhadores e contribuindo para maior rebaixamento salarial. (...). Os salários

deterioraram-se de tal forma que, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), o salário mínimo em 1975 teria que ser quase três vezes maior do que era para equiparar-se ao de 1958 e, por isso, o último aumento deveria ter sido de 275% e não pouco mais de 40% (cf. Camargo, 1976, p.45). (...). Isso tudo vinha aliado a uma redobrada extorsão do trabalho na produção – aumento do ritmo de trabalho, horas extras, normas de disciplina draconianas nos locais de trabalho, pressão das chefias, salários inferiores pagos às mulheres e menores. (...). Garantindo a política econômica do governo estava a repressão sistemática e qualquer manifestação operária, a proibição total das greves e o controle sobre os sindicatos. (...). A ditadura militar não só manteve inalterada a estrutura sindical herdada de Getúlio Vargas, baseada na concepção de conciliação de classes, no corporativismo e na unicidade sindical, como a reforçou intervindo para colocar ou manter cúpulas sindicais pelegas e imobilistas. Tudo isso convergiu para uma prolongada paralisia da luta sindical, embora nunca tenham deixado de existir, em todos aqueles anos, manifestações de resistência dos trabalhadores nas fábricas. (...). A “milagrosa” expansão da economia brasileira fazia-se, pois, à custa da pauperização e do silêncio forçado de imensos contingentes de trabalhadores assalariados.

---

HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992, p.13-15.

---

Segundo o historiador Boris Fausto:

O período chamado “milagre” estendeu-se de 1969 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual, 11,2%, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. Isso parecia de fato um milagre. Só que o fenômeno tinha uma explicação terrena e não podia durar indefinidamente.

Os técnicos planejadores do “milagre”, com Delfim à frente, beneficiaram-se, em primeiro lugar, de uma situação da economia mundial caracterizada pela ampla disponibilidade de recursos. Os países em desenvolvimento mais avançados aproveitaram as novas oportunidades para tomar empréstimos externos. O total da dívida externa desses países, não produtores de petróleo, aumentou de menos de 40 bilhões de dólares em 1967 para 97 bilhões em 1972 e 375 bilhões de dólares em 1980. Ao lado dos empréstimos, cresceu no Brasil o investimento de capital estrangeiro. Em 1973, os ingressos de capital tinham alcançado o nível anual de 4,3 bilhões de dólares, quase o dobro do nível de 1971 e mais de três vezes p de 1970. Um dos setores mais importantes do investimento estrangeiro foi o da indústria automobilística, que liderou o crescimento industrial com taxas anuais acima de 30%. A ampliação do crédito ao consumidor e a revisão das normas de produção, autorizando a fabricação de carros de tamanho médio, atraíram fortes investimentos da General Motors, da Ford e da Chrysler.

Houve também uma grande expansão do comércio exterior. A importação ampliada de determinados bens era necessária para sustentar o crescimento econômico. As exportações se diversificaram com os incentivos dados pelo governo à exportação de produtos industriais: créditos em condições favoráveis, isenção ou redução de tributos e outras medidas semelhantes. Nas exportações agrícolas, destacou-se o avanço da soja, cujos preços no mercado internacional eram bastante favoráveis.

O esforço pela diversificação, que visava tornar o Brasil menos dependente de um único produto, deu resultados. Entre 1947 e 1964, o café representava 57% do valor das exportações brasileiras. Passou a representar 37% entre 1965 e 1971 e apenas 15% entre 1972 e 1975.

Outro fator a ser destacado é o do aumento da capacidade de arrecadar tributos, por parte do governo. Esse fato contribuiu para a redução do déficit público e da inflação.

A política de Delfim se destinava a promover o que se chamou de desenvolvimento capitalista associado. Seria engano que essa política aplicava uma receita liberal, deixando à “mão invisível do mercado” a tarefa de produzir o desenvolvimento. Pelo contrário, o Estado intervinha em uma extensa área, indexando salários, concedendo créditos, isenções de tributos aos exportadores etc. Muitos setores da grande indústria, dos serviços e da agricultura que gritam contra os gastos e a intromissão do Estado na economia beneficiaram-se largamente da ação do Estado naqueles anos.

A fórmula do “milagre” não tinha por trás dela o FMI. Por exemplo, em seu relatório de 1971, o FMI criticou-a entre outros pontos, por facilitar a convivência com a inflação no presente mas dificultar a resolução do problema no futuro.

Quais eram os pontos fracos do “milagre” ?

Devemos distinguir entre outros pontos vulneráveis e pontos negativos. O principal ponto vulnerável estava em sua excessiva dependência do sistema financeiro e do comércio internacional, que eram responsáveis pela facilidade dos empréstimos externos, pela inversão de capitais estrangeiros, pela expansão das exportações etc. Outro ponto vulnerável era a necessidade cada vez maior de contar com determinados produtos importados, dos quais o mais importante era o petróleo. Os aspectos negativos do “milagre” foram principalmente de natureza social. A esse respeito, devemos fazer uma ressalva sobre a significação do PIB – um indicador que temos utilizado com frequência. O PIB é um bom indicador do estado geral da economia, mas, seja em números brutos, sem em números per capita, não exprime a distribuição da renda. Tomando-se o exemplo do PIB per capita, lembremos que ele divide igualmente o produto pela população total sem considerar os diferentes ganhos dos grupos sociais. O PIB não exprime também necessariamente o volume e a qualidade de serviços coletivos postos à disposição da população, nem a forma como um país preserva ou destrói seus recursos naturais.

A política econômica de Delfim tinha o propósito de fazer crescer o bolo par só depois pensar em distribuí-lo. Alegava-se que antes do crescimento pouco ou nada havia para distribuir. Privilegiou-se assim a acumulação de capitais através das facilidades já apontadas e da criação de um índice prévio de aumento de salários em nível que subestimava a inflação. Do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, notadamente no caso dos automóveis, favoreceu as classes de renda alta e média. Os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos, enquanto os empregos em áreas como administração de empresas e publicidade valorizaram-se ao máximo. Tudo isso resultou em uma concentração de renda acentuada que vinha já de anos anteriores. Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo de janeiro de 1959, ele caiu para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebiam menos de um salário mínimo e 22,8%, entre um e dois salários. O impacto social da concentração de renda foi entretanto atenuado. A expansão das oportunidades de emprego permitiu que o número de pessoas que trabalhavam, por família urbana, aumentasse bastante. Por outras palavras, ganhava-se individualmente menos, mas a redução era compensada pelo acesso ao trabalho de um maior número de membros de uma determinada família.

Outro aspecto negativo do “milagre” que perdurou depois dele foi a desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado. O Brasil iria notabilizar no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade da vida de um povo.

O “capitalismo selvagem” caracterizou aqueles anos e os seguintes, como seus imensos projetos que não consideravam nem a natureza nem as populações locais. A palavra “ecologia” mal entrara nos dicionários e a poluição industrial e dos automóveis parecia uma benção. No governo Médici, o projeto da Rodovia Transamazônica representou um bom exemplo desse espírito. Ela foi construída para assegurar o controle brasileiro da região – um eterno fantasma na óptica dos militares – e para assentar em agrovilas trabalhadores nordestinos. Após provocar muita destruição e engordar as empreiteiras, a obra resultou em fracasso.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p. 485-488.

Em outubro de 1970, o Brasil obteve do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o maior empréstimo até então concedido a um país da América Latina. Ainda em 1970, ampliou-se o limite do mar territorial brasileiro para duzentas milhas. Nesse mesmo ano foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), lançado oficialmente o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo, que coordenava cerca de duzentos projetos tidos como prioritários para a política de desenvolvimento. Foi institucionalizado o Projeto Rondon, decretado o Estatuto do Índio e lançado o Plano de Integração



Nacional, que previa a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho. Em 1972 foi inaugurada a refinaria de petróleo de Paulínia, em São Paulo, a maior do país e, em 1973, o Brasil assinou dois importantes

acordos: com a Bolívia, para a construção de um gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e Paulínia, e com o Paraguai, para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. No ano seguinte, foi inaugurada a maior usina hidrelétrica da América do Sul, na Ilha Solteira, e a ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio de Janeiro a Niterói.

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.149-151.

## V. A REDEMOCRATIZAÇÃO

### Governo Geisel

#### Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de agosto de 1908. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada e na Escola de Estado-Maior. Apoiou a Revolução de 1930 e em 1932 aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Foi secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (1946-1947), adido militar junto à embaixada do Brasil no Uruguai (1947-1950), adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (1950-1952), subchefe do Gabinete Militar no governo Café Filho (1955), chefe da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército (1957-1961), cargo que acumulou com o de representante do Ministério da Guerra no Conselho Nacional do Petróleo, e chefe do Gabinete Militar do presidente Ranieri Mazzilli (1961). Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe do Gabinete Militar do presidente

Castelo Branco (1964-1967). Promovido a general-de-exército em 1966, foi ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969) e presidente da Petrobras (1969-1973). Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1974.

Em junho de 1980 tornou-se presidente da Norquisa-Nordeste e, nessa qualidade, do Conselho de Administração da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene). Faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1996.

#### Período presidencial

O governo Geisel foi marcado, desde seu início, pelo processo denominado pelo próprio presidente como de distensão lenta, gradual e segura, com vistas à reimplantação do sistema democrático no país. O binômio desenvolvimento e segurança, formulado pela ESG, foi mantido durante seu governo, caracterizado pela convivência entre uma política de tendência liberalizante e a atuação dos órgãos de segurança implantados após o golpe militar de 1964. Em 1974, o governo permitiu a realização de propaganda eleitoral, proibida desde a edição do AI-5, e os candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado obtiveram uma expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas. No início desse ano havia expirado o prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados pelo AI-1, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e, em 1975, teve fim a censura prévia ao jornal O Estado de S. Paulo, medida estendida mais tarde a outros órgãos da imprensa. As iniciativas liberalizantes não evitaram, entretanto, os recuos autoritários do governo, registrando-se, durante todo o período Geisel, a repressão às organizações clandestinas e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a utilização, em diversas ocasiões, do AI-5. A morte por enforcamento do jornalista Vladimir Herzog, ainda em 1975, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, resultou em manifestações políticas contra o governo e evidenciou a existência de divergências com os setores militares contestadores da política de distensão. No ano seguinte, a morte do operário Manuel Fiel Filho, no mesmo local e nas mesmas condições, levaria à exoneração do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, e ao confronto entre o governo e os militares que se opunham ao processo de abertura do regime. As relações entre a Igreja e o governo acirraram-se, em 1976, com o sequestro do bispo de Nova Iguaçu (RJ), dom Adriano Hipólito, e o assassinato do padre João Bosco Burnier, em Mato Grosso, ambos envolvidos na formação de comunidades eclesiais de base e em movimentos populares. Ainda em 1976, foi elaborada a Lei Falcão, que alterou a propaganda eleitoral, impedindo o aparecimento de candidatos ao vivo no rádio e na

televisão. Em 1977, o Congresso Nacional foi fechado por 14 dias, em virtude da não aprovação da proposta de reforma do Poder Judiciário encaminhada pelo governo. Para assegurar a maioria governista no Legislativo, instituiu-se, em seguida, o chamado “pacote de abril”, que incluía uma série de medidas, dentre as quais a manutenção de eleição indiretas para governadores; a eleição indireta de um terço dos membros do Senado, que resultaria na criação da figura do “senador biônico”; a ampliação das restrições impostas pela Lei Falcão e a extensão do mandato do sucessor de Geisel para seis anos.

Em outubro desse mesmo ano, foi demitido o ministro do Exército, general Sílvio Frota, cuja candidatura à sucessão presidencial era articulada por setores militares identificados com a chamada linha dura. Registrou-se, em maio de 1978, a primeira greve de operários metalúrgicos desde 1964, em São Bernardo do Campo, salientando-se, na ocasião, a liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula, presidente do sindicato da categoria. Desde o início do governo Geisel, imprimiu-se nova orientação à política externa brasileira, substituindo-se o alinhamento automático com os Estados Unidos, privilegiado nos períodos anteriores, pela ampliação de relações diplomáticas e comerciais com países da África, Ásia e Europa. Nesse sentido, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo português formado em seguida à derrubada da ditadura salazarista, em 25 de abril de 1974; foram reatadas relações com a República Popular da China e estabelecidas embaixadas em Angola, Moçambique, Guiné Equatorial, entre outras iniciativas. No que se refere à política econômica, as principais metas do governo Geisel foram estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que priorizava os investimentos no setor energético e em indústrias básicas, com o intuito de adequar a economia à crise internacional do petróleo e ao estágio de desenvolvimento industrial do país, e de reduzir o capital estrangeiro em setores considerados infraestruturais. Nesse sentido, foi lançado, em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e assinado o acordo nuclear Brasil-Alemanha. O plano econômico do governo ressentiu-se, entretanto, do impacto da crise do petróleo, do aumento da dívida externa e do desequilíbrio da balança de pagamentos. Nesse contexto, uma das medidas defendidas pelo governo, em outubro de 1975, foi a adoção de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo no país. Em 1978, no final do governo Geisel, os principais problemas da economia continuavam sendo o crescimento da taxa de inflação e da dívida externa. Em 31 de dezembro de 1978, o presidente Geisel revogou o AI-5, dando um passo decisivo no processo de redemocratização do país.

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.155-158.

## **A CAMPANHA DAS DIRETAS JÁ.**

### **Governo Figueiredo**

#### **Dados biográficos**

Militar, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1918. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra. Durante o governo Jânio Quadros integrou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro (1964-1966). Foi comandante da Força Pública de São Paulo (1966-1967), do 1o Regimento de Cavalaria de Guardas – Dragões da Independência (1967-1969) e chefe do estado-maior do III Exército (1969). Chefe do Gabinete Militar do governo Médici (1969- 1974), tornou-se ministro-chefe do SNI durante o governo Geisel (1974-1979), sendo promovido a general-de-exército em 1977. Através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1979. Faleceu no Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1999.

**Figura 77: Brasília - Nas ruas de Brasília, diante do Congresso Nacional, o povo se manifesta e exige o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República em 1984.**



Créditos: Arquivo da Agência Brasil.

### Período presidencial

O general Figueiredo assumiu a presidência da República reafirmando o projeto de abertura política iniciado no governo anterior. Em agosto de 1979 foi aprovada a Lei de Anistia que, apesar das restrições, beneficiou cidadãos destituídos de seus empregos, presos políticos, parlamentares cassados desde 1964, permitindo a volta de exilados ao país. Foram também anistiados os responsáveis pelos excessos cometidos em nome do governo e da segurança nacional. Em novembro, foi aprovada pelo Congresso Nacional a nova Lei Orgânica dos Partidos que extinguiu o bipartidarismo. Com o fim da Arena e do MDB, formaram-se o Partido Democrático Social (PDS), que congregava a maior parte dos ex-arenistas; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), constituído sobretudo pelos antigos emedebistas; o Partido Popular (PP), fundado pelo senador emedebista Tancredo Neves e dissidentes da antiga Arena; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado pela ex-deputada Ivete Vargas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola e o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva. Ainda em novembro, foi aprovado o projeto do governo que previa eleições diretas de governadores e extinguiu a figura do senador eleito indiretamente.

Em 1980, verificaram-se reações ao processo de abertura do regime, quando grupos de direita foram responsabilizados por atentados a bomba em bancas de jornais que vendiam periódicos de esquerda. Em agosto desse ano, cartas-bombas foram enviadas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e ao presidente da OAB, resultando na mutilação do funcionário José Ribamar, da Câmara, e na morte da secretária Lida Monteiro da Silva, da OAB. Em 1981, ocorreria o caso mais polêmico do governo Figueiredo, quando duas bombas explodiram nas proximidades do Riocentro, no Rio de Janeiro, durante a realização de um show comemorativo do Dia do Trabalho. As únicas vítimas do atentado foram dois militares lotados no CODI do I Exército. O episódio teve ampla repercussão pública e o resultado do inquérito, inocentando os dois militares, seria colocado sob suspeição, e acarretaria uma grave crise no governo.

No que diz respeito à política econômica, registrou-se, durante o governo Figueiredo, o esgotamento do modelo econômico adotado pelos governos militares, agravado pela nova crise do petróleo em 1979 e a elevação dos juros no mercado internacional. Em 1979, o governo congelou as importações de petróleo e criou o Conselho Nacional de Energia. Intensificaram-se, nesse período, as atividades do Proálcool e estenderam-se os contratos de risco com empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo a todo o território nacional. Em 1981, o aumento da dívida externa, que girava em torno de 61 bilhões de dólares, associado ao crescimento negativo do PIB e aos altos índices inflacionários geraram o fenômeno denominado pelos economistas como estagnação, ou seja, estagnação das atividades econômicas e produtivas aliada à inflação dos preços.

Em 1982 foi criado o Finsocial, que destinava 0,5% da renda bruta de empresas públicas e privadas a programas considerados pelo governo como prioritários, atribuindo o gerenciamento desses recursos ao BNDE, que passaria a chamar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Paralelamente ao quadro de crise econômica, observou-se, desde 1978, a eclosão de movimentos grevistas de diversas categorias profissionais, destacando-se, em 1980, a paralisação dos metalúrgicos do ABC paulista, mantida por 41 dias, e que resultou em demissões, choques com as tropas da polícia e do Exército, intervenção em sindicatos, e na prisão e enquadramento de líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional (LSN).

Em 1981 reuniu-se a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e dois anos depois foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em relação à política externa, o governo Figueiredo manteve a orientação pragmática adotada por seu antecessor, privilegiando o estabelecimento de relações comerciais com países que propiciassem vantagens ao desenvolvimento nacional. Destacou-se, no período, a reaproximação com a Argentina, e a criação, em 1980, de uma comissão bilateral para analisar futuras ações de interesse para os dois países.

Em novembro de 1982 realizaram-se eleições diretas para o Congresso e os governos estaduais. A oposição obteve maioria na Câmara dos Deputados e o PDS, no Senado e nos governos estaduais. Em 1983 formou-se uma frente única que reuniu partidos e entidades de oposição numa campanha que tomou o país, reivindicando eleições diretas para a presidência da República, era a campanha das "Diretas já".

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.166.

Segundo o historiador Boris Fausto

No curso de 1983, o PT assumiu como uma de suas prioridades promover uma campanha pelas eleições diretas para presidência da República. Pela primeira vez, sua direção dispôs-se a entrar em uma frente com outros partidos para alcançar esse objetivo. Por sua parte, em junho daquele ano, a direção nacional do PMDB decidiu lançar uma campanha no mesmo sentido que começou com um pequeno comício em Goiânia.

Uma primeira manifestação em frente única, que reunia o PT, PMDB, PDT, CUT, Conclat e outras organizações, realizou-se em São Paulo, em novembro de 1983. Ela contou com um público composto principalmente de militantes do PT, sua repercussão foi limitada.

Nos primeiros dias de janeiro de 1984, o PMDB entrou na campanha para valer, destacando-se as iniciativas de seu presidente Ulysses Guimarães.

Um grande comício foi realizado em Curitiba. Por iniciativa do governador Franco Montoro, formou-se em São Paulo um comitê integrado por representantes dos partidos de oposição e dos sindicatos, encarregado de promover um comício a 27 de janeiro, na Praça da Sé. O comício ultrapassou todas as expectativas, reunindo milhares de pessoas.

Daí para a frente, o movimento pelas diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país. A campanha das "diretas já" expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e as dificuldades dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar.

Havia porém uma distância entre a manifestação de rua e o Congresso com maioria do PDS. A eleição direta dependia de uma alteração constitucional, pelo voto de dois terços dos membros do Congresso. Para que isso acontecesse, seria necessário que muitos congressistas do PDS votassem a favor das diretas. A emenda constitucional que pretendia introduzir as eleições diretas ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira, nome do deputado do PMDB por Mato Grosso que a apresentou. Ela foi votada sob grande expectativa popular. Em Brasília, Figueiredo impôs o estado de emergência, executado pelo general Newton Cruz. O general, entre outras façanhas, tentou impedir um "buzinaço" no dia da votação (24 de abril de 1984), saindo em seu cavalo branco e chicoteando o capô dos automóveis dirigidos pelos desobedientes motoristas.

A Emenda Dante de Oliveira não passou. Faltaram na Câmara dos Deputados somente 22 votos. Precisava de 320 votos de um total de 479 congressistas e recebeu 298. Desses votos, 55 eram de deputados do PDS que, apesar das pressões do governo e do partido, votaram a favor da emenda. De qualquer forma, tendo em vista a composição do Senado, era muito problemático que a emenda passasse no Senado, caso fosse aprovada pela Câmara.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p. 509-510.

A emenda constitucional das diretas, de autoria do deputado peemedebista Dante de Oliveira, foi derrotada na Câmara em abril de 1984. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral, respectivamente, presidente e vice-presidente da República, derrotando os candidatos governistas Paulo Maluf e Flávio Marçílio.

Os presidentes e a república: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Arquivo Nacional, p.163-166.

(...) Ao realizar a reforma partidária, o governo objetivava legitimar a representação política, mas, sobretudo, fragmentar a oposição. Pretendia também conquistar os governos estaduais nas eleições de 1982, as primeiras que se fariam pelo voto direto desde o final dos anos 60. Para tanto apoiou-se, ainda, no "Pacote de Novembro", aprovado pelo Congresso em janeiro do ano eleitoral, estabelecendo a vinculação do voto para todos os cargos eletivos, o registro de chapas completas e a proibição de alianças entre os partidos. (...) Em 1982 foram eleitos doze governadores do PDS, dez do PMDB e um do PDT mostrando que, embora munido de fortes dispositivos legais, o governo não conseguira vencer a opinião pública. As eleições favoreceram enormemente as oposições e efetivaram a possibilidade de articulações políticas objetivando a realização de eleições diretas para presidente da República. (...) A proposta de eleições diretas para todos os níveis de poder ganhara espaço desde que os líderes e presidentes do PMDB, PP, PTB, e PT, reunidos em São Paulo, em julho de 1981, aprovaram uma declaração conjunta na qual apoiavam, também, o direito de greve e de organização sindical livre da tutela do Estado e a revogação da Lei de Segurança Nacional, todas medidas de importância no contexto da abertura. (...) Em novembro de 1983, os governadores do PMDB, na Declaração de Poços de Caldas, reafirmaram seu empenho em promover uma campanha suprapartidária em favor das eleições diretas. (...) O PT por sua vez, promoveu em São Paulo uma manifestação pública com a mesma finalidade. (...) Ainda em novembro, os governadores da oposição, reunidos no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo assinaram o manifesto "A nação tem o direito de ser ouvida", no qual afirmavam *a eleição direta para presidente da República é o caminho para a superação da nossa crise econômica, política e social [...] o alento de que necessitam os que vivem de salário e as empresas* (Folha de S. Paulo, 27 nov. 1983, p.6). (...) Apenas o PDS, através de sua executiva, manifestou-se formalmente contra as diretas, embora houvesse no partido um grupo favorável à sua realização. (...) Enquanto no âmbito do Poder Executivo aconteciam articulações entre os governadores da oposição, o deputado pelo PMDB de Mato Grosso, Dante de Oliveira, apresentava ao Congresso uma emenda propondo as eleições diretas. (...) Visando pressionar no sentido de sua aprovação, foi organizada a campanha pelas diretas.

RODRIGUES, Marly. A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1992, p.17-18.

### 3. EXERCÍCIOS

1. (2014) Leia as afirmações abaixo relacionadas ao Brasil.

- I. O Estado devia associar-se ao capital privado nacional e estrangeiro, para promover a industrialização acelerada do país.
- II. O Estado devia intervir na economia, controlando as indústrias de base e os setores de energia, comunicações e transporte.
- III. O governo devia limitar a remessa de lucros.
- IV. O governo buscava atrair capitais estrangeiros, concedendo às empresas multinacionais facilidades para importar maquinário e isenção de impostos por vários anos.

Leia as afirmações abaixo relacionadas ao Brasil.

Pode-se afirmar que as medidas:

- (A) I e IV são características do nacionalismo de Vargas, e II e III são características do nacionalismo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.
- (B) I e IV são características do nacionalismo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, e II e III são características do nacionalismo de Vargas.
- (C) I e III são características da industrialização com limitação da remessa de lucros de Juscelino Kubitschek, e II e IV são características do nacionalismo limitado de Getúlio.
- (D) I e III são características da política industrial de Getúlio Vargas no pós-II Guerra Mundial, e II e IV correspondem ao nacionalismo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.
- (E) I, III e IV são características da política industrial de Juscelino Kubitschek incluídas no Plano de Metas, e a característica II pertence ao nacionalismo pragmático de Getúlio Vargas.

## **XI. BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Após a doença de Tancredo ter impedido sua posse, assume seu vice, José Sarney e mais tarde para desespero das forças progressistas, com a morte de Tancredo, assume definitivamente a presidência da república o líder da ditadura militar no Congresso Nacional.

As primeiras medidas da "nova república" visavam acabar com a legislação autoritária, a legalização dos partidos clandestinos (PCB e PC do B), a suspensão das cassações políticas e sindicais e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que foi eleita em 15 de novembro de 1986.

No primeiro ano de mandato, a crise se aprofundava e, para detê-la, em fevereiro de 1986, o governo anuncia o Plano Cruzado. Dentre as medidas mais importantes do plano, destacamos: mudança da moeda, congelamento de preços e salários, gatilho salarial para quando a inflação atingisse 20% e a moratória da dívida.

O plano teve uma grande aceitação popular, mas com o tempo foi corroído pelo desequilíbrio entre as contas públicas, a cultura inflacionária, o desabastecimento, o ágio e a maquiagem dos produtos. O governo conseguiu manter artificialmente o plano até as eleições de 86. Usando-o como cabo eleitoral, o PMDB se torna o maior partido do Brasil com maioria no Congresso e 21 dos 22 governadores eleitos. São editados pelo governo mais três planos econômicos: Cruzado II, Bresser e Verão.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte serão marcados pela bipolarização entre a direita, representada pelo Centrão (bloco suprapartidário), e pela esquerda. A direita defendia a manutenção dos privilégios da elite brasileira e era contrária aos avanços sociais, econômicos e políticos pregados pela esquerda. Mesmo a direita com uma grande maioria, não foi capaz de impedir que a Constituição de 1988 trouxesse uma série de avanços.

O fim do governo Sarney será marcado pelo retorno da inflação e pelo desgaste político do presidente. Nesse contexto de atraso, ocorreram as primeiras eleições livres desde 1960. Essa eleição foi decidida em dois turnos com a vitória do candidato das elites, Fernando Collor de Melo, que, para tanto, vestiu-se com uma roupagem de jovem e de desvinculado das elites políticas tradicionais, derrotando o candidato da esquerda, Luiz Inácio "Lula" da Silva.

### **1. GOVERNO COLLOR**

Ao assumir o governo, Fernando Collor herda uma inflação que passava da casa de 80% ao mês. Para tentar a governabilidade, o novo governo, no dia da posse, anuncia um novo pacote econômico, o Plano Collor, que visava o confisco das aplicações financeiras e da poupança, a privatização de empresas estatais, colocação de funcionários públicos em disponibilidade, mudança da moeda e o congelamento de preços e salários.

Seu governo também será marcado pelo início da globalização, com a abertura de nosso mercado para a concorrência externa, e o neoliberalismo, cujo pilar se encontra nas privatizações. O Objetivo dessa política era aumentar a qualidade da indústria brasileira e desonerar o Estado de atributos que caberiam melhor à iniciativa privada. Segundo o governo, o dinheiro arrecadado nas privatizações serviria para melhorar a atuação nas áreas de saúde, educação, saneamento e segurança.

O lado bom do governo Collor se mostrou na assinatura do Tratado de Assunção, que cria o Mercosul, além dos estatutos aprovados em seu governo. Com a maioria do governo no parlamento, são aprovados os importantes estatutos do Consumidor e da Criança e do Adolescente.

O fracasso dos planos econômicos, plano Collor e Collor II, representaram a incompetência do governo, que acaba após a primeira cassação de um presidente em nossa história. A denúncia de um suposto esquema de propinas leva o país a grandes mobilizações populares, incitadas pela classe dirigente, legitimando, assim, a criação de uma CPI que apurará essas irregularidades, afastando da presidência o primeiro presidente eleito após a ditadura militar no primeiro processo de Impeachment de nossa história.

## 2. GOVERNO ITAMAR

O governo Itamar é marcado pelo retorno do populismo, a paralisação das medidas neoliberais e de globalização, embora em seu governo o congresso tenha aprovado uma legislação que facilitaria no governo FHC o processo intenso de privatizações. Além disso temos que destacar o plebiscito de 93, em que, pela segunda vez, o povo brasileiro reafirmará o sistema presidencialista no país.

As denúncias de corrupção ainda ecoavam em nosso cotidiano e levaram o Congresso a mais uma CPI, dessa vez para apurar as irregularidades no Orçamento da União.

Para deter o processo inflacionário, o governo lança mão de mais um plano econômico, agora implantado gradualmente e sem maiores surpresas. O Plano Real não congelou preços e nem salários, e sim diminuiu os gastos públicos, acabou com a indexação dos preços, aumentou os juros e determinou a paridade entre o dólar e o real.

O sucesso do plano real foi também utilizado para eleger o seu articulador à presidência da república, o senador Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda, ex-ministro das Relações Exteriores.

## 3. GOVERNO FHC

Fernando Henrique venceu as eleições com 54,30% dos votos no primeiro turno e com um programa de campanha centrado na estabilização econômica da moeda, intitulando-se o pai do Plano Real e com a proposta de reformas constitucionais. Seu slogan de campanha era: saúde, educação, habitação, segurança e emprego.

Eleito por uma ampla frente de partidos e políticos conservadores de direita e, para garantir a governabilidade do país, Fernando Henrique Cardoso permitiu que o legislativo fosse controlado pelos dois maiores partidos, o PMDB e o PFL (hoje Democratas), que mantiveram suas práticas clientelistas e chantagistas de apoio, enquanto comandava o executivo federal com uma equipe composta por aliados históricos, gerando uma forte ambiguidade em seu governo.

As formas de estabilização da moeda contaram com uma política de juros altos, a equivalência real/dólar, privatizações, restrição ao crédito para coibir o excesso de consumo, além da liberalização das importações, para evitar o desabastecimento e estimular a concorrência. O fim das restrições à entrada de capital financeiro externo e a permissão para que as instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condições com as do país, foram outro fator importante para a desnacionalização de nossas empresas que não possuíam condições de concorrer com o capital internacional. As mudanças acabaram levando a um processo inverso do imaginado pelo governo que pregava estar auxiliando nossas empresas a se tornarem mais produtivas. Porém logo surgiram sinais de recessão econômica com o aumento da inadimplência, da queda no consumo e das demissões em massa.

Seu governo produziu uma série de reformas que incluíam a alteração do conceito de empresa nacional, que agora passa a ser a que tem sede aqui no país, e não mais pelo capital da empresa, o fim do monopólio estatal do petróleo, dos transportes e da energia, além da administrativa, com a quebra da estabilidade do servidor público; da previdenciária, com o fim da aposentadoria por tempo de serviço; da política, com a aprovação da reeleição e da lei de responsabilidade fiscal. A prometida reforma tributária sequer chegou ao congresso.

No tocante à globalização, ocorreu o aprofundamento de nossa dependência externa devido à falência de nossas empresas, à desnacionalização de tantas outras e à falta de preparo interno para a concorrência externa (capacitação profissional do patronato e da classe trabalhadora). O desemprego foi uma tônica trágica em seu governo por consequência do desenvolvimento tecnológico das empresas e da falta de uma política voltada para o pequeno e médio empreendimento, que seriam capazes de gerar novas vagas.

A política neoliberal de privatizações que, visando diminuir o tamanho do Estado, diminuiu a participação deste na atividade econômica e de serviços com o intuito de pagar a dívida externa e ser mais eficiente nos setores da saúde, infraestrutura, educação, moradia e segurança. A política neoliberal se intensificou em seu governo, fazendo com que o Estado brasileiro chegasse a vender mais de 70% de suas empresas durante os governos Collor e FHC. As privatizações ocorreram nos setores de telecomunicação (motivos: indisponibilidade de linhas, falta de qualidade dos serviços e o alto valor das contas e da linha) metalurgia, petroquímicas, distribuição de eletricidade e de exploração de minérios, além da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e da EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica).

As privatizações fragilizaram o Estado brasileiro. A queda da arrecadação comprometia o pagamento da rolagem da dívida, que durante a década de 90 quase decuplicou. A solução foi o aumento na carga tributária, a manutenção do superávit primário, a política de juros altos e o congelamento da tabela do Imposto de Renda, que garantiram os pagamentos. No último ano de governo FHC a rolagem da dívida chegou a comprometer 60% dos recursos da união.

Um dos aspectos que tentamos ver como positivo no processo de globalização, foi à formação do Mercosul, o mercado comum entre o Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela (faltando somente o referendo do legislativo paraguaio) além de manter acordos com o Chile, a Bolívia, o Peru e o Equador. Nosso bloco econômico é uma promessa de maior integração econômica e cultural na América do Sul, uma vez que, o fracasso da criação da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, abre espaço para uma maior integração latino-americana.

As manifestações sociais serão constantes durante o governo FHC. A Ação pela Cidadania, do sociólogo Betinho, ganhou força no combate à fome. O Movimento dos Sem Terra (MST) inicia uma série de invasões em propriedades rurais (inclusive a fazenda do próprio presidente da república), visando pressionar o governo para a realização da reforma agrária, o movimento aumentou o número de invasões de propriedades agrárias, o bloqueio de rodovias e, na crise da seca de 1995, chegou a promover saques pelo nordeste brasileiro. A invasão de prédios públicos também foi uma tentativa utilizada pelo movimento para pressionar o governo que foi, em toda a nossa história, o que mais assentou famílias (600.000). A reação da elite conservadora foi marcada pela desqualificação do MST, pelas prisões de seus líderes (o mais preso: José Rainha do Pontal do Paranapanema-SP) e pelo "massacre de Eldorado dos Carajás" – PA, com 19 sem terra mortos em confronto com a Polícia Militar, no mês de abril de 1996, além das constantes mortes de lideranças ligadas aos movimentos sociais.

São arroladas como virtudes do processo de reforma agrária a diminuição do inchaço urbano, a geração de empregos, a diminuição dos gastos públicos com infra-estrutura urbana e moradia, a diminuição dos índices de violência urbana, o aumento da saúde familiar, a diminuição dos preços dos alimentos no mercado interno, o desenvolvimento do mercado consumidor interno, além da recomposição do núcleo familiar.

As ações organizadas do MST incentivaram a organização dos chamados Sem Teto, que passam a fazer invasões nas cidades para forçar a garantia de moradias populares. As greves também foram constantes e atingiram as polícias civil, militar e federal, além dos caminhoneiros, que deixaram algumas regiões brasileiras com problemas de desabastecimento, e dos servidores públicos federais (previdenciários e petroleiros).

A flexibilização da CLT demonstra a necessidade de uma reforma trabalhista, porém ela sofre uma forte oposição do movimento sindical, pois, segundo ele, a situação do desemprego diminuiu sensivelmente o poder de barganha da classe trabalhadora. Outro aspecto importante a se destacar foi o maior acordo realizado em nossa história entre o governo e os trabalhadores com o pagamento das perdas do plano Bresser (governo Sarney) que incidiram sobre o FGTS.

Um dos grandes destaques do governo FHC ocorreu na área da saúde, bem atendida com a instalação dos Postos de Saúde Familiar (PSFs), os agentes de saúde, o combate à dengue (apesar do surto no Rio de Janeiro), a liberação dos genéricos, a quebra na patente do coquetel contra AIDS, além de transformar a campanha de prevenção contra a doença em referência nacional. Ainda podemos destacar como avanços, a campanha contra o câncer de mama e de próstata (este com mais dificuldades devido ao ainda forte preconceito machista) e as campanhas de vacinação de crianças e de idosos (com destaque para a da gripe).

O primeiro Ministro da Saúde do governo FHC foi o conceituado médico Dr. Adib Jatene. Ao assumir a pasta, fez um levantamento da situação, ficando claro a necessidade de ampliar a infraestrutura básica para uma se ter uma saúde pública de qualidade. A forma de se alocar recursos suficientes foi a criação de um imposto provisório sobre movimentação financeira, a CPMF. Porém, com menos de um ano da criação do imposto, o ministro pede demissão devido ao desvio de verbas do imposto para outros gastos, inclusive o serviço da dívida.

Outro ponto positivo foi na educação, com a criação do Provão para o ensino superior e do ENEM para o ensino médio, além do projeto de Alfabetização Solidária e da Bolsa Escola. Um absurdo que se verificou quanto ao ensino superior foi o aumento da facilidade para a criação de novas instituições de ensino, bem como a proliferação de novos cursos que, embora tenha aumentado o número de vagas, banalizou o acesso e abalou a qualidade do ensino superior brasileiro.



Um ponto polêmico desse governo é a aprovação do sistema de cotas para negros, que reserva parte das vagas nas universidades públicas (federais e estaduais) para os afro-descendentes, na tentativa de promover uma maior inclusão social, chegando-se a se criar cotas inclusive para índios.

A primeira crise do governo FHC foi no sistema financeiro nacional, que apresentou vários bancos falidos, tais como: Bamerindus (5 bilhões), Econômico (5 bilhões), Nacional (14 bilhões), Banespa (7 bilhões) entre outros estaduais e particulares. A crise foi contida pelo Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) que segundo estimativas dos mais catastróficos, pode ter feito o governo gastar mais de 40 bilhões de dólares dos cofres públicos, para o saneamento dos bancos e a posterior venda para grupos nacionais e para grupos estrangeiros como HSBC, AnroBank, Santander e outros, iniciando assim o processo de internacionalização de nosso sistema bancário.

Outra crise que gerou desgaste ao governo foi a energética, com a ameaça de um apagão no sistema elétrico nacional, tendo sido resolvida por intermédio de uma grande campanha de racionamento de energia feita pela sociedade civil, e, também, pela antecipação das chuvas naquele ano (2001). Mesmo assim, a sociedade foi obrigada a pagar um aumento nas contas mensais de energia elétrica para subsidiar o prejuízo das empresas distribuidoras de energia, e, como sempre, o povo pagou a conta.

As crises internacionais também comprometeram o governo FHC. A primeira foi a de 1995, como reflexo da crise mexicana e russa, quando a taxa Selic foi elevada para 46%; a segunda foi a de 1997, a crise dos Tigres asiáticos, quando a taxa Selic foi a 42%, queimando 45 bilhões de dólares de nossas reservas. A mais grave crise enfrentada pelo governo foi a do real, em 1998/99, momento em que as reservas do país caem de 74 bilhões de dólares para 42 bilhões em seis meses. Essa crise gerou a maxidesvalorização do real, que acarretará perdas para a população e para as empresas, além do aumento dos juros, que chegaram a 50% ao ano na Selic, aumentando mais ainda a nossa dívida externa. Para piorar a situação, o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, decreta moratória de 90 dias das dívidas do Estado, gerando mais instabilidade.

Quebrado, o país se vê na obrigação de recorrer ao FMI e pegar mais 40 bilhões de dólares de empréstimo, além de elevar a alíquota da CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira) para 0,38%. Essa crise acerta em cheio o já cambaleante Mercosul, que arrastará também a fraca e dolarizada economia Argentina.

As duas últimas crises econômicas aconteceram em 2001, com a crise do apagão, e em 2002 com a iminência da guerra do Iraque, por consequência do aumento do combustível e um ataque especulativo interno ao plano real devido ao retorno de um surto de cultura inflacionária e a consequente inflação, além do aumento do risco Brasil e pela queda dos investimentos externos tanto na atividade produtiva, quanto na Bolsa de Valores, fazendo com que o governo voltasse a recorrer ao FMI, tomando um empréstimo de 30 bilhões de dólares.

O longo período de governo FHC será marcado também pelos escândalos de corrupção que, dentre os quais, podemos destacar o escândalo do Projeto SIVAM, no qual a empresa norte-americana, a Roytheon, assina um contrato sem licitação no valor de 1,4 bilhões de dólares para projeto de vigilância da Amazônia por satélites, mesmo com o INPE já tendo tecnologia nacional suficiente para montar o sistema. Escutas telefônicas feitas pela PF derrubaram o presidente do INCRA, Francisco Graziano, o embaixador Júlio César Gomes Santos, chefe do cerimonial de FHC e o ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra por privilegiarem a empresa norte-americana na assinatura do contrato e receberem "presentes" da empresa como passagens aéreas e estadias em viagens ao exterior.

Dentre outros escândalos podemos também citar a denúncia de compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição, além dos escândalos envolvendo o BNDES: como as escutas telefônicas e a pasta cor de rosa, que levantavam indícios de informações privilegiadas a determinados grupos que disputaram os leilões de privatização em 1999. Essas escutas envolveram e derrubaram dois presidentes do BNDES, André Lara Rezende e José Pio Borges, o Ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e o Secretário da Presidência da República, Eduardo Jorge, além de envolver o próprio presidente FHC. As denúncias foram arquivadas pelo TCU.

Ainda podemos destacar os casos SUDAM e SUDENE, extintas pelo presidente; a violação do painel do Senado em 1999 para o maior controle da política clientelista do governo, visando a construção de uma base de apoio parlamentar, o que valeu a renúncia dos Senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF); além da depuração do congresso nacional com a cassação de deputados e senadores.

As inúmeras CPIs: tortura, narcotráfico, roubo de cargas, precatórios, judiciário, bancos, Nike, futebol, Banestado, entre outras, demonstram a continuidade de práticas de clientelismo e corrupção no Estado brasileiro. A mais importante de todas as CPIs, sem dúvida alguma, foi a do Banestado, que termina de forma deplorável com uma briga política entre PT e PSDB (presidente do PT e relator do PSDB), que vazou informações sigilosas para uso político. Essa CPI poderia ter desvendado o maior esquema de remessa ilegal de dólares para paraísos fiscais de nossa história, esquema este utilizado pelo propinoduto de Marcos Valério no escândalo do mensalão do governo Lula. Não investigaram, por exemplo, as remessas do fundo Oportunity e a conta Tucano, que poderiam esclarecer o esquema de caixa dois das campanhas dos grandes partidos.

As crises econômicas e os escândalos políticos, juntamente com a necessidade da reforma agrária, possibilitaram um período de marchas sobre Brasília, das quais merecem destaque: a das margaridas, dos menores de rua, dos sem-terra, dos cem mil (greves da previdência por causa da reforma), dos proprietários rurais (caminhãoço) e a última passeata, contra o apagão e a corrupção.

No ano de 2002, repete-se a crise do real que, casada com os problemas econômicos, promovem o desgaste político na base de sustentação do governo, que perde o apoio do PTB e do PL, além de partes do PMDB e do PFL (caso do painel do Senado e da governadora Roseana Sarney, pré-candidata do PFL que incomodava o PSDB e, por isso, foi envolvida pela Polícia Federal em um escândalo de corrupção de seu marido na SUDENE, inviabilizando sua candidatura), além da verticalização das coligações, medida tomada de forma casuística (menos de um ano antes da eleição, contrariando o próprio texto constitucional) para a reprodução das coligações em nível federal e estadual, numa clara tentativa de recompor a base eleitoral do governo, o que não se conseguiu e que permitiu na prática a formação das chamadas "coligações brancas". Esses desencontros serão fatais para as pretensões de continuidade do governo PSDB.

#### 4. EXERCÍCIOS

1. (2011) Em março de 1985, José Sarney assumiu de forma inesperada a Presidência da República.

Em fevereiro do ano seguinte, anunciou a adoção de um plano econômico que provocou impacto imediato em toda a sociedade, pois:

- (A) no primeiro mês de sua implantação, a inflação saltou de 200% ao ano para 400% ao ano.
- (B) provocou um aumento imediato no abastecimento de mercadorias nos supermercados, principalmente pela atuação dos policiais federais, chamados de fiscais do Sarney.
- (C) com mais dinheiro no bolso e com juros baixos para aquisições a prazo, muita gente foi às compras, o que provocou expansão nas atividades industriais.
- (D) criou uma nova moeda, o Real, cuja estampa é atraente, moderna e estabilizou o valor do dinheiro brasileiro em âmbito internacional.
- (E) nas eleições de novembro de 1986, devido ao sucesso do plano econômico, conseguiu que Fernando Collor de Melo se elegeisse a Presidência da República como seu sucessor.

2. (2013) Em 1993, no Brasil, anunciou-se um novo plano de estabilização econômica, o Plano Real, que entrou em vigor efetivamente em julho de 1994.

O Plano Real foi planejado e implantado no governo do presidente:

- (A) José Sarney.
- (B) Fernando Collor de Mello.
- (C) Itamar Franco.
- (D) Fernando Henrique Cardoso.
- (E) Luís Inácio Lula da Silva.

3. (2014) A partir da eleição pelo Colégio Eleitoral do Presidente Tancredo Neves, em 1985, inicia-se um novo período republicano brasileiro, que alguns autores chamam de Nova República.

Sobre esse período, assinale a única resposta que associa corretamente uma característica do governo ao respectivo governante.

- (A) No dia de sua posse, Fernando Collor de Mello confiscou cerca de 80% do dinheiro que circulava no país.
- (B) No governo do Presidente Itamar Franco, restabeleceu-se o cruzeiro como moeda nacional, extinguindo-se o cruzado.
- (C) Alguns meses após assumir a Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso anunciou o Plano Real, o qual passou a vigorar no País em 1º de julho de 1994.
- (D) Fernando Henrique Cardoso, na campanha eleitoral, expunha uma imagem de político renovador, preocupado em caçar "marajás".
- (E) No dia 2 de outubro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco assumiu, governando interinamente, até 29 de dezembro, quando o Congresso Nacional declarou vaga a presidência, por falecimento de Tancredo Neves.

4. (2015) Em 1985, toma posse na Presidência da República o Sr. José Sarney. Com o objetivo de ganhar apoio popular e se firmar no poder, implantou, no início de seu mandato, o Plano Cruzado, que, entre outras medidas, estabelecia:

- (A) a criação de uma nova moeda, o cruzeiro, para substituir o cruzado.
- (B) eliminou vários impostos sobre importação, facilitando a entrada de uma enxurrada de mercadorias estrangeiras no País.
- (C) a criação do "gatilho salarial", isto é, um reajuste automático dos salários sempre que a inflação acumulada atingisse 20%.
- (D) lançou o programa "Fome Zero", que combinava políticas estruturais voltadas para as causas da pobreza e específicas de educação alimentar.
- (E) anunciou o fim do período de estatização da economia no País e deu início a um programa de privatizações.

## GABARITOS

### UNIDADE I

I. IDADE MÉDIA OCIDENTAL					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
= F I M =					

II. IDADE MODERNA					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E

5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E

= FIM =

= FIM =

III. BRASIL COLÔNIA					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E

**UNIDADE II**

IV. IDADE CONTEMPORÂNEA					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E

= FIM =

V. BRASIL IMPÉRIO					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E

= FIM =

VI. IDADE CONTEMPORÂNEA					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E

6	A	B	C	D	E
= FIM =					

VII. BRASIL: REPÚBLICA VELHA					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
= FIM =					

VIII. BRASIL: ERA VARGAS					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
= FIM =					

### UNIDADE III

4	A	B	C	D	E
= FIM =					

IX. IDADE CONTEMPORÂNEA					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
= FIM =					

X. REPÚBLICA POPULISTA E A DITADURA CIVIL-MILITAR					
1	A	B	C	D	E
= FIM =					

XI. BRASIL CONTEMPORÂNEO					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E